JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Câmara Municipal de Cáceres 5
Câmara Municipal de Campinápolis 6
Câmara Municipal de Cláudia 6
Câmara Municipal de Colíder 6
Câmara Municipal de Conquista D`Oeste 8
Câmara Municipal de Gaúcha do Norte 8
Câmara Municipal de Nova Guarita 8
Câmara Municipal de Porto Estrela 8
Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato 10
Câmara Municipal de Tabaporã 13
Câmara Municipal de Tangará da Serra 13
Câmara Municipal de União do Sul 14
Câmara Municipal de Várzea Grande 14
Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis 14
Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Médio Araguaia - CODEMA 15
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Médio Norte Matogrossense 15
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé 15
Instituto Municipal da Previdência dos Servidores de Tangará da Serra - SERRAPREV 16
Prefeitura Municipal de Água Boa 17
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 18
Prefeitura Municipal de Alto Garças 21
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 21
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 23
Prefeitura Municipal de Apiacás 24
Prefeitura Municipal de Araguainha 28
Prefeitura Municipal de Araputanga 29
Prefeitura Municipal de Arenápolis 30
Prefeitura Municipal de Aripuanã 33
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 38
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 54
Prefeitura Municipal de Brasnorte 60
Prefeitura Municipal de Cáceres 60
Prefeitura Municipal de Campinápolis 64
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 65
Prefeitura Municipal de Campo Verde 67
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 68
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 72
Prefeitura Municipal de Canarana 75
Prefeitura Municipal de Carlinda 76
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 76
Prefeitura Municipal de Cláudia 77
Prefeitura Municipal de Cocalinho 82
Prefeitura Municipal de Colíder 89
Prefeitura Municipal de Colniza 90
Prefeitura Municipal de Comodoro 90
Prefeitura Municipal de Confresa 128
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 132
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 133
Prefeitura Municipal de Diamantino 134
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 146
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 146
Prefeitura Municipal de Figueirópolis d´Oeste 147

Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 147
Prefeitura Municipal de General Carneiro 148
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 148
Prefeitura Municipal de Guiratinga 150
Prefeitura Municipal de Indiavaí 151
Prefeitura Municipal de Itanhangá 152
Prefeitura Municipal de Itaúba 153
Prefeitura Municipal de Itiquira 155
Prefeitura Municipal de Jaciara 155
Prefeitura Municipal de Jangada 157
Prefeitura Municipal de Jauru 158
Prefeitura Municipal de Juara 159
Prefeitura Municipal de Juína 168
Prefeitura Municipal de Juruena 173
Prefeitura Municipal de Juscimeira 174
Prefeitura Municipal de Luciara 175
Prefeitura Municipal de Matupá 175
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 179
Prefeitura Municipal de Nobres 185
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 186
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 188
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 225
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 227
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 228
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 231
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 232
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 232
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 232
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 233
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 233
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 235
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 243
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 243
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 258
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 259
Prefeitura Municipal de Paranatinga 260
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 261
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 264
Prefeitura Municipal de Poconé 264
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 266
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 268
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 268
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 270
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 271
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 299
Prefeitura Municipal de Poxoréu 304
Prefeitura Municipal de Querência 310
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 312
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 314
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 331
Prefeitura Municipal de Rio Branco 334
Prefeitura Municipal de Rondolândia 334
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 338
Prefeitura Municipal de Santa Carmem 338
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 339
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 341
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 345
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 345
Prefeitura Municipal de São José do Povo 346
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 346
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 346
Prefeitura Municipal de Sapezal 349
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 351

Prefeitura Municipal de Sorriso 352
Prefeitura Municipal de Tabaporã 356
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 363
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 364
Prefeitura Municipal de Torixoréu 364
Prefeitura Municipal de União do Sul 364
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 365
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 366
Prefeitura Municipal de Vila Rica 372
Terceiros 373

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM TRIÊNIO 2024/2026

Presidente de Honra: Juarez Alves da Costa

Presidente: Leonardo Tadeu Bortolin

Primeiro Vice-Presidente: Hemerson Lourenço Máximo - Colíder

Segundo Vice-Presidente: José Guedes de Souza - Rondolândia

Terceiro Vice-Presidente: Edu Laudi Pasccoski - Itanhangá

Quarto Vice-Presidente: Marcelo de Aquino - General Carneiro

Quinto Vice-Presidente: Thiago Castelian Ribeiro - Santa Terezinha

Secretário Geral: Janailza Taveira Leite - São Félix do Araguaia

Primeiro Secretário: Carlos Sirena - Juara

Tesoureiro Geral: Nelson Antônio Pain - Poxoréu

Primeiro Tesoureiro: Francieli Magalhães Vieira Pires - Santo Antônio Leverger

Segundo Tesoureiro: Manoel Loureiro Neto - Diamantino

Conselho Fiscal:

1º Fernando de Oliveira Ribeiro - Carlinda

2º Fábio Marcos Pereira de Farias - Canarana

3º João Isaack Moreira - Tesouro

Suplentes Fiscais:

1º Egon Hoepers - Santa Rita do Trivelato

2º Irineu Marcos Parmeggiani – Campos de Júlio

3º Enilson de Araújo Rios - Araputanga

Responsável pelo Jornal Oficial AMM

Noides Cenio da Silva

(65)99931-8446 - (65)2123-1200 - (65)99903-7934

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1201

O Jornal Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
EXTRATO DE CONTRATO - 2024

CONTRATO Nº NE 637/2024

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES – MT

CONTRATADA: CONSULTRE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA, CNPJ n° 36.003.671/0001-53.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA OFERTA DE 01 (UMA) VAGAS DE CAPACITAÇÃO EXTERNA, VISANDO À INSCRIÇÃO DE SERVIDORA MOBILIZADA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, NO CURSO PRESENCIAL: CERIMONIAL, PROTOCOLO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS, COM CARGA HORÁRIA 21H.

VALOR CONTRATADO: R$ 3.590,00 (TRÊS MIL QUINHENTOS E NOVENTA REAIS)

INÍCIO: 14/08/2024 **TÉRMINO:** 29/08/2024

LOCAL E DATA DE ASSINATURA: CÁCERES-MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 160/2024

"Dispõe sobre a nomeação de servidora para atuar como Fiscal de Contrato Administrativo e dá outras providências."

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso de suas prerrogativas legais e regimentais.

CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo nº 052/2024, de 01 de agosto de 2024, via 1Doc, deste Poder Legislativo Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar servidora abaixo indicado para atuar como Fiscal do(s) Contrato(s) abaixo, nos termos do Artigo 117 e §§ da Lei Federal nº 14. 133/21 e da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003/2023 – SLC, atribuindo-lhe os mais amplos poderes para o acompanhamento e fiscalização do(s) referido(s) instrumento(s):

FISCAL:	Claúdia Yoshida Dalbem		
CONTRATO	CONTRATADA/ CNPJ	OBJETO	TÉRMINO
Nº NE 638/2024	CONTROLE INTERNO NA PRATICA LTDA, CNPJ n° 48.725.098/ 0001-70.	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA OFERTA DE 01 (UMA) VAGAS DE CAPACITAÇÃO EXTERNA, VISANDO À INSCRIÇÃO DE SERVIDORA MOBILIZADA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, NO CURSO PRESENCIAL: CONTROLE INTERNO, FINANÇAS PÚBLICAS E ENCERRAMENTO DE MANDATO, COM CARGA HORÁRIA 16H.	20/09/ 2024

§ 1º *A* servidora acima designada deverá zelar pelo cumprimento das cláusulas do contrato supracitado, bem como, registrar detalhadamente por escrito os casos de descumprimento dos termos contratados, devendo ainda, emitir relatório que confirme a execução parcial ou total do objeto contratado e encaminhá-lo ao Gestor de Contratos ou à Secretaria de Aquisição e Contratos, para a adoção das providências necessárias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 14 de agosto de 2024.

LUIZ LAUDO PAZ LANDIM

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
EXTRATO DE CONTRATO - 2024

CONTRATO Nº NE 638/2024

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES – MT

CONTRATADA: CCONTROLE INTERNO NA PRATICA LTDA, CNPJ n° 48.725.098/0001-70.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA OFERTA DE 01 (UMA) VAGAS DE CAPACITAÇÃO EXTERNA, VISANDO À INSCRIÇÃO DE SERVIDORA MOBILIZADA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, NO CURSO PRESENCIAL: CONTROLE INTERNO, FINANÇAS PÚBLICAS E ENCERRAMENTO DE MANDATO, COM CARGA HORÁRIA 16H.

VALOR CONTRATADO: R$ 1.590,00 (UM MIL QUINHENTOS E NOVENTA REAIS)

INÍCIO: 14/08/2024 **TÉRMINO:** 20/09/2024

LOCAL E DATA DE ASSINATURA: CÁCERES-MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 159/2024

"Dispõe sobre a nomeação de servidores para atuarem como Fiscal e Suplente de Contrato Administrativo e dá outras providências."

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso de suas prerrogativas legais e regimentais.

CONSIDERANDO o que consta no Proc. Administrativo – 054/2024, de 07 de agosto de 2024, via 1Doc, deste Poder Legislativo Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados para atuarem como Fiscal/ Suplente do(s) Contrato(s) abaixo, nos termos do Artigo 117 e §§ da Lei Federal nº 14.133/21 e da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003/2023 – SLC, atribuindo-lhes os mais amplos poderes para o acompanhamento e fiscalização do(s) referido(s) instrumento(s):

FISCAL:	POLIANI APARECIDA OTIL DA SILVA		
SUPLENTE:	JOELSON SANTANA RODRIGUES PEREIRA		
CONTRATO	CONTRATADA/ CNPJ	OBJETO	TÉRMINO
CONTRATO Nº NE 636/ 2024	SUPERCIA CAPACITACAO E MARKETING LTDA, CNPJ n° 11.128.083/ 0001-15.	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA OFERTA DE 02 (DUAS) VAGAS DE CAPACITAÇÃO EXTERNA, VISANDO À INSCRIÇÃO DE SERVIDORES MOBILIZADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, NO CURSO PRESENCIAL: CURSO SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS E CELETISTAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SOB A ÓTICA DO ESOCIAL, COM CARGA HORÁRIA 16H.	16/08/ 2024

§ 1º Os servidores acima designados deverão zelar pelo cumprimento das cláusulas do contrato supracitado, bem como, registrar detalhadamente por escrito os casos de descumprimento dos termos contratados, devendo ainda, emitir relatório que confirme a execução parcial ou total do objeto contratado e encaminhá-lo ao Gestor de Contratos ou à Secretaria de Aquisição e Contratos, para a adoção das providências necessárias.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 14 de agosto de 2024.

LUIZ LAUDO PAZ LANDIM

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
EXTRATO DE CONTRATO - 2024

CONTRATO Nº NE 636/2024

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES – MT

CONTRATADA: SUPERCIA CAPACITACAO E MARKETING LTDA, CNPJ n° 11.128.083/0001-15.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA OFERTA DE 02 (DUAS) VAGAS DE CAPACITAÇÃO EXTERNA, VISANDO À INSCRIÇÃO DE SERVIDORES MOBILIZADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, NO CURSO PRESENCIAL: CURSO SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS E CELETISTAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SOB A ÓTICA DO ESOCIAL, COM CARGA HORÁRIA 16H.

VALOR CONTRATADO: R$ 3.960,00 (TRÊS MIL NOVECENTOS E SESSENTA REAIS)

INÍCIO: 14/08/2024 **TÉRMINO:** 16/08/2024

LOCAL E DATA DE ASSINATURA: CÁCERES-MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 158/2024

"Dispõe sobre a nomeação de servidora para atuar como Fiscal de Contrato Administrativo e dá outras providências."

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso de suas prerrogativas legais e regimentais.

CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo nº 049/2024, de 25 de julho de 2024, via 1Doc, deste Poder Legislativo Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar servidora abaixo indicado para atuar como Fiscal do(s) Contrato(s) abaixo, nos termos do Artigo 117 e §§ da Lei Federal nº 14. 133/21 e da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003/2023 – SLC, atribuindo-lhe os mais amplos poderes para o acompanhamento e fiscalização do(s) referido(s) instrumento(s):

FISCAL:	ELIZABETH PERES ARTIAGA		
CONTRATO	**CONTRATADA/ CNPJ**	**OBJETO**	**TÉRMINO**
Nº NE 637/2024	CONSULTRE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA, CNPJ n° 36. 003.671/ 0001-53.	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA OFERTA DE 01 (UMA) VAGAS DE CAPACITAÇÃO EXTERNA, VISANDO À INSCRIÇÃO DE SERVIDORA MOBILIZADA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, NO CURSO PRESENCIAL: CERIMONIAL, PROTOCOLO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS, COM CARGA HORÁRIA 21H.	29/08/ 2024

§ 1º *A* servidora acima designada deverá zelar pelo cumprimento das cláusulas do contrato supracitado, bem como, registrar detalhadamente por escrito os casos de descumprimento dos termos contratados, devendo ainda, emitir relatório que confirme a execução parcial ou total do objeto contratado e encaminhá-lo ao Gestor de Contratos ou à Secretaria de Aquisição e Contratos, para a adoção das providências necessárias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 14 de agosto de 2024.

LUIZ LAUDO PAZ LANDIM

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2.024

A Sra. **Rozangela Raquel de Souza Lopes**, Presidente da Câmara Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, comunica a quem possa interessar que após a análise detalhada dos elementos constantes dos autos, **RATIFICOU**, conforme disposto no art. 74, da Lei 14.133/21, a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2024** a favor da empresa **JULIANO SGUIZARDI - ME**, inscrita no CNPJ n° 38.117.754/0001-07, com o valor de R$ 57.900,00 (cinquenta e sete mil e novecentos reais) objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE DIREITO PÚBLICO PARA PROMOVER O ASSESSORAMENTO E A CONSULTORIA JURÍDICA NA REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT.Tal contratação justifica-se em virtude de o serviço prestado pela referida empresa se enquadrar no art. 74 da lei 14.133/21, mais especificamente enquadrado em serviços de natureza singular e exclusiva, sendo inviável a abertura de um processo licitatório e impossibilita a competitividade.

Campinápolis - MT, 14 de agosto de 2024.

Rozangela Raquel de Souza Lopes

Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CÂMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA ESTADO DE MATO GROSSO
TERMO DE RESCISÃO - CONTRATO N° 005/2023

CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

ESTADO DE MATO GROSSO

TERMO DE RESCISÃO - CONTRATO N° 005/2023

Despacho de Termo de Rescisão Amigável de Contrato nº 005/2023, de acordo com o que determina o artigo 79, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93. O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CLAUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal n° 8.666/1993; **RESOLVE:** RESCINDIR a Pedido da Empresa Contratada, de forma Amigável, o Contrato 005/2023, com a Empresa: 51.960.972 CICERO APARECIDO PEREIRA (SOLUÇÃO GRÁFICA RÁPIDA), CNPJ n° 51.960.972/0001-69. em todos os seus termos, por interesse das Partes. Data do enceramento: 31 de Julho de 2024. MARCOS FERNANDO FELDHAUS - Presidente.

CÂMARA MUNICIPAL DE COLÍDER

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO 008/2024

OBJETO: Aquisição de material de expediente para atender as demandas da Câmara Municipal de Colider-MT.

CONTRATADA: CATHARINA BASSANEZI LOSS & CIA LTDA **CNPJ:** 01. 046.764/0002-61

VIGENCIA: 14/08/2024 a 14/08/2025

Valor: R$ 13.128,50 (treze mil cento e vinte e oito reais e cinquenta centavos)

Colíder-MT., 14 de agosto de 2024.

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO 010/2024

OBJETO: Aquisição de material de expediente para atender as demandas da Câmara Municipal de Colider-MT.

CONTRATADA: ALVARO HENRIQUE DA SILVA EUSTAQUIO

CNPJ: 50.648.979/0001-87

VIGENCIA: 14/08/2024 a 14/08/2025

Valor: R$ 2.595,25 (dois mil quinhentos e noventa e cinco reais e vinte e cinco centavos)

Colíder-MT., 14 de agosto de 2024.

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 18/2024

SÚMULA: "NOMEIA SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE COLIDER-MT"

O EXMO. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. JOSÉ MOREIRA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: Designar as servidoras abaixo relacionadas para exercerem a função de fiscais dos Contratos Administrativos de aquisição de material de expediente, nºs 008/2024, 009/2024, 010/2024 e 011/2024 nos quais responderão pela gestão, acompanhamento, orientação, fiscalização e avaliação da execução do objeto dos contratos em epígrafe.

FISCAL TITULAR: EMANOELA PAES DE CAMARGO CARDOSO	**Matrícula:** 16
FISCAL SUPLENTE: GABRIELLY SILVA SANTOS	**Matrícula:** 177
MODALIDADE: Dispensa Eletrônica nº 003.2024	**UNIDADE GESTORA:** Câmara Municipal de Colíder-MT
OBJETO: Aquisição de material de expediente para atender as demandas da Câmara Municipal de Colider-MT.	
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 008/2024	
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2024	**VIGÊNCIA:** 14/08/2025
CONTRATADA: CATHARINA BASSANEZI LOSS & CIA LTDA	
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 13.128,50 (treze mil cento e vinte e oito reais e cinquenta centavos)	

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 009/2024	
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2024	**VIGÊNCIA:** 14/08/2025
CONTRATADA: comercial h10 ltda	
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 936,00 (novecentos e trinta e seis reais)	

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 010/2024	
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2024	**VIGÊNCIA:** 14/08/2025
CONTRATADA: alvaro henrique da silva eustaquio	
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 2.595,25 (dois mil quinhentos e noventa e cinco reais e vinte e cinco centavos)	

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 011/2024	
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2024	**VIGÊNCIA:** 14/08/2025
CONTRATADA: prime soluções e distribuição de suprimentos ltda	
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 12.919,60 (doze mil novecentos e dezenove reais e sessenta centavos)	

ARTIGO 2º: A designação das servidoras para exercerem a função de fiscais dos Contratos Administrativos de Prestação de Serviços do objeto ora mencionado, as tornam representantes da Câmara Municipal de Colider-MT perante as CONTRATADAS, ao qual zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas nessa Portaria, devendo ainda:

a) ler atentamente o termo de contrato, assim como os anexos e a portaria que designou o fiscal, principalmente quanto à (ao):

I - especificação do objeto;

II - prazo de entrega dos produtos.

b) juntar aos autos toda documentação relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução contratual, arquivando, por cópia, a que se fizer necessária;

c) receber a fatura de cobrança, conferindo:

I - se as condições de pagamento do contrato foram obedecidas;

II - se o valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi fornecido;

III - se a Nota Fiscal tem validade e se está corretamente preenchida.

d) atestar o recebimento dos produtos, observando o que dispuser o contrato;

e) encaminhar a Nota Fiscal ao setor financeiro para pagamento;

f) no caso de dúvidas quanto ao ATESTO, deve-se buscar obrigatoriamente auxílio para que se efetue corretamente o atestado;

g) notificar o atraso da entrega dos produtos, ou o descumprimento de quaisquer cláusulas contratuais, ao órgão competente, para aplicação das sanções cabíveis;

h) manter contato com o preposto / representante da CONTRATADA com vistas a garantir o cumprimento integral do contrato.

i) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato Administrativo;

j) Informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

k) Comunicar ao Gestor do Contrato Administrativo sobre o descumprimento, pela CONTRATADA, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

l) Deverá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

ARTIGO 3º: A SUPLENTE será responsável pela gestão do Contrato na ausência temporária ou definitiva da Fiscal Titular.

Colíder/MT, 14 de agosto de 2024.

_____

JOSÉ MOREIRA

Presidente da Câmara Municipal de Colider-MT

EMANOELA PAES DE CAMARGO CARDOSO e**GABRIELLY SILVA SANTOS**,declaram estar cientes da designação ora atribuída e das funções que lhes são inerentes em razão dessa portaria.

_____ _____

EMANOELA PAES DE CAMARGO CARDOSO GABRIELLY SILVA SANTOS

Fiscal Titular Fiscal Suplente

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO 011/2024

OBJETO: Aquisição de material de expediente para atender as demandas da Câmara Municipal de Colider-MT.

CONTRATADA: prime soluções e distribuição de suprimentos ltda

CNPJ: 55.025.095/0001-90

VIGENCIA: 14/08/2024 a 14/08/2025

Valor: R$ 12.919,60 (doze mil novecentos e dezenove reais e sessenta centavos)

Colíder-MT., 14 de agosto de 2024.

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO 009/2024

OBJETO: Aquisição de material de expediente para atender as demandas da Câmara Municipal de Colider-MT.

CONTRATADA: comercial h10 ltda

CNPJ: 29.106.685/0001-37

VIGENCIA: 14/08/2024 a 14/08/2025

Valor: R$ 936,00 (novecentos e trinta e seis reais)

Colíder-MT., 14 de agosto de 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2024

PARTES: Câmara Municipal de Conquista D' Oeste e L. FRANCISCO JUNIOR EPP - CNPJ: 03.382.668/0001-39

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de combustível automotivo em postos dentro do município de Conquista D' Oeste

VALOR TOTAL: R$ 3.774,00 *(três mil setecentos e setenta e quatro reais)*

DATA: 12/08/2024

VIGENCIA: 12 de agosto à 31 de dezembro de 2024

CÂMARA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2024

Contratante: CAMARA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE – MT.

Contratado: OLMI INFORMATICA LTDA, CNPJ/MF nº 00.789.321/0001-17.

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PERMANENTE (EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO E VÍDEO, APARELHO DOMÉSTICO, MOBILIÁRIO EM GERAL) PARA ATENDER AS DEMANDAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE – MT.

Valor Global: R$ 71.556,00 (setenta e um mil, quinhentos e cinquenta e seis reais).

Prazo: 12 (doze) meses.

Dotação: 01.01.1.001. 4.4.90.52.00.00; 01.01.1.002. 4.4.90.52.00.00.

Data Assinatura Contrato: 12/08/2024

GNRT-MT, 12 DE AGOSTO DE 2024.

RENÊ JOAO SIDEGUM

Vereador Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

14ª SESSÃO ORDINÁRIA 19-08-2024

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES NOVA GUARITA

Gabinete do Presidente

014 SESSÃO ORDINÁRIA

Dia 19 de Agosto de 2024

— 08hOOmin —

— PEQUENO EXPEDIENTE —

1. ATA DA SESSÃO

ASSUNTO:

Ata Nº 013/2024 da Sessão Ordinária do dia 05.08.2024.

2. LEITURA DOS EXPEDIENTES RECEBIDOS E EXPEDIDOS

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 991/2024 - EMENTA: "DISPÕE SOBRE A DESAFETAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA MUNICIPAL DESTINADA À CRIAÇÃO DE UM PARQUE INDUSTRIAL NO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/2024 - EMENTA: "DISPÕE SOBRE A DISPENSA DO REGISTRO DE PONTO DOS PROCURADORES E ASSESSORES JURIDICOS LEGISLATIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

— ORDEM DO DIA -

INDICAÇÃO Nº 047/2024- "SOLICITA UM BALCÃO E UM ARMÁRIO PARA GUARDAR OS INSTRUMENTOS NA ODONTOLOGIA".

INDICAÇÃO Nº 048/2024- "SOLICITA A CONSTRUÇÃO DE UMA ROTATÓRIA NA MT 410 SENTIDO A CIDADE DE PEIXOTO DE AZEVEDO NO CRUZAMENTO DO 10 MIL.".

INDICAÇÃO Nº 049/2024- "SOLICITA A INSTALAÇÃO DE INTERNET NA SEDE DAS COMUNIDADES DO MUNICÍPIO.".

INDICAÇÃO Nº 050/2024- "SOLICITA A CONSTRUÇÃO DE UM PRONTO ATENDIMENTO (PA) NO PSF".

INDICAÇÃO Nº 051/2024- "SOLICITA UMA CASA DE APOIO NA CIDADE DE SINOP/MT.".

DIVINO PEREIRA GOMES

Presidente

Nova Guarita- MT, 14 de agosto de 2024.

Avenida dos Migrantes, Travessa Moacir Kramer S/ne — Centro — CEP 78508-000 — Nova Guarita - MT - Fone: (66) 3574-1166,

Email: legislativo@novaguarita.mt.leg.br site: www.novaguarita.mt.leg.br

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/MT
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 008/2024. DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL (RGA) DOS VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PREFEITO, VICE PREFEITO, SECRETARIO MUNICIPAL, TESOUREIRO E CHEFE DE GABINETE.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 008/2024.

DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL (RGA) DOS VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PREFEITO, VICE PREFEITO, SECRETARIO MUNICIPAL, TESOUREIRO E CHEFE DE GABINETE.

EUGENIO PELACHIM, PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE PORTOESTRELA-MT.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1° – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a revisão geral anual (RGA), de que trata o inciso X, do art. 37 da Constituição Federal, conforme abaixo:

- Equivalente **a 20,38% (Vinte virgula trinta e oito por cento),** Período de **04/2014 a 12/2016,** sobre os vencimentos dos servidores ocupantes dos Cargos de **Prefeito, Vice Prefeito, Secretário municipal, Tesoureiro e Chefe de Gabinete;**

Art. 2° –O índice utilizado para a presente revisão geral anual dos servidores públicos municipal foi o ***IPCA – (ÍNDICE DE PREÇO AO CONSUMIDOR).***

Art. 3o. – As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2024.

Art. 4o. – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de Janeiro do corrente ano, revogadas as disposições em contrario.

Porto Estrela/MT, 29 de Malo de 2024.

EUGENIO PELACHIM Prefeito Municipal

ANEXO I

RELATÓRIO DE ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

(Inciso I, artigo 16, Lei Complementar nº 101/2000)

ANO	RCL - R$=	GASTO PESSOAL - R$	Percentual %
2023	35.785.897,34	16.969.636,14	**47,42**
2024	37.038.403,74	18.223.733,35	**49,20**
2025	38.149.555,85	19.681.632,02	**51,59**
2026	39.294.042,52	21.649.795,22	**55,10**

Base: *Relatorio de apuração de gasto pessoal 3º Quadrimestre de 2023 e Previsão atualizada.*

OBJETO DA DESPESA:

- Revisão Geral Anual

FONTE DE CUSTEIO:

- Dotações orçamentárias anuais consignadas.

Porto Estrela/MT, 29 de Maio de 2024.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRO

(Inciso II, artigo 16, Lei Complementar nº 101/2000)

OBJETO DA DESPESA:

- Revisão Geral Anual

FONTE DE CUSTEIO:

- Dotações orçamentárias anuais, consignadas.

- Na qualidade de ordenador de "despesas" da Prefeitura Municipal de Porto Estrela - MT, declara, para os efeitos do inciso II do art. 16 da Lei Complementar nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que a despesa acima especificada possui adequação Orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, não afetando ao equilíbrio das contas públicas.

Porto Estrela/MT, 29 de Maio de 2024.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

J U S T I F I C A T I V A

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 008/2024

Justifica-se o encaminhamento do presente Projeto de Lei Complementar, para conceder a Revisão Geral dos Cargos Políticos, Comissionados e Conselheiro Tutelar,, referente a perdas inflacionárias, utilizando ***IPCA – (ÍNDICE DE PREÇO AO CONSUMIDOR***, em atendimento ao art. 40, § 8°, da Constituição Federal e nos termos do Artigo 37, § IX da Constituição Federal.

O Reajuste Anual ora concedido contemplará aos cargos de Prefeito, Vice Prefeito, Secretário Municipal, Tesoureiro, Chefe de Gabinete e Comissionados, que no período de **04/2014 a 12/2016**, onde ficou sem sofrer reajuste inflacionário, restando o percentual de **20,38%** conforme demonstrado abaixo**.** Sendo assim, solicitamos através deste Projeto de Lei a aprovação para recuperar o poder de compra conforme índices inflacionários.

ANO	INDICE DE REPOSIÇÃO IPCA (CARGOS COMISSIONADOS E POLITICOS)												TOTAL
	MÊS												
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
2014	0,00	0,00	0,00	0,67	0,46	0,4	0,01	0,25	0,57	0,42	0,51	0,78	**4,07**
2015	1,24	1,22	1,32	0,71	0,74	0,79	0,62	0,22	0,54	0,82	1,01	0,96	**10,19**
2016	1,27	0,9	0,43	0,61	0,78	0,35	0,52	0,44	0,08	0,26	0,18	0,3	**6,12**
TOTAL													**20,38**
Fonte:	**https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/pr...**												

ATUALIZAÇÃO DO VALOR DO SUBSÍDIOS DO PREFEEITO, VICE-PREFEITO E SECRETÁRIOS - PERÍODO DE 01/03/2022 À 28/02/2023

CARGOS	VALOR SUBSÍDIO ATUAL - LEI 122/2023 - R$=	% DE ATUALIZAÇÃO	FATOR DE MULTIPLICAÇÃO	VALOR ATUALIZADO R$=	VALOR DA ATUALIZAÇÃO R$=
Prefeito	18.077,48	4,4100%	1,044100	**18.874,70**	797,22
Vice-Prefeito	5.227,26	4,4100%	1,044100	**5.457,78**	230,52
Secretários	5.227,26	4,4100%	1,044100	**5.457,78**	230,52

ATUALIZAÇÃO DO VALOR DO SUBSÍDIOS DO PREFEEITO, VICE-PREFEITO E SECRETÁRIOS – PERÍODO DE 04/2014 À 12/2016					
CARGOS	VALOR SUBSÍDIO ATUAL - LEI 122/2023 - R$=	% DE ATUALIZAÇÃO	FATOR DE MULTIPLICAÇÃO	VALOR ATUALIZADO R$=	VALOR DA ATUALIZAÇÃO R$=
Prefeito	18.874,70	20,3800%	1,203800	**22.721,36**	3.846,66
Vice-Prefeito	5.457,78	20,3800%	1,203800	**6.570,08**	1.112,30
Secretários	5.457,78	20,3800%	1,203800	**6.570,08**	1.112,30

Pelas razões expendidas, esperamos pela aprovação.

Porto Estrela/MT, 29 de Maio de 2024.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CONTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2024

CONTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2024

AQUISIÇÃO DE UM SERVIDOR PARA ARMAZENAMENTO DE DADOS E INSTALAÇÃODE SISTEMAS "CPU" PARA ATENDER A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT, E A EMPRESA: **TECZAP COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA-EPP.**

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, a CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Publico Interno, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o № 04.253.983/0001-29, com endereço declinado na Avenida Flavio Luiz, nº2060, neste Município, neste ato representada pelo seu Presidente Sr. Alex Rodrigo Doerzbacher, portador da Cédula de Identidade RG nº 25895621 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 054. 091.831-85 , residente e domiciliado na rua dos pequis, nº 2272, Centro, na cidade de Santa Rita do Trivelato – MT, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa **TECZAP COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ/MF nº 08.619. 872/0001-44 Estabelecida na AVN. DR.JOSE GONCALVES DA CUNHA, nº 679 , Bairro CENTRO,DISTRITO 01 cidade de ENTRE RIOS DE MINAS MG, CEP 35.490-000, neste ato representada pelo seu sócio/diretor o Sr. SAULO HENRIQUE DE FARIA PEREIRA, doravante denominada simplesmente de CONTRATADO, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como, aplicar-se-ão subsidiariamente as normas constantes das Leis Decreto Municipal Nº 069/2022 e Decreto Legislativo Nº 06/2022 de 01 de Agosto de 2022 e suas modificações e das demais normas legais aplicáveis, firmam o presente Instrumento Contratual, obedecidas as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente instrumento contratual tem por objetivo a **AQUISIÇÃO DE UM SERVIDOR PARA ARMAZENAMENTO DE DADOS E INSTALAÇÃODE SISTEMAS "CPU" PARA ATENDER A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO.** Conforme disposto abaixo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	DESCRIÇÃO TECNICA	VALOR TOTAL
01	**CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO**	**AQUISIÇÃO DE UM SERVIDOR PARA ARMAZENAMENTO DE DADOS E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS "CPU" PARA ATENDER A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO.**	**ESTA NO ANEXO VI DO EDITAL**	**R$ 11. 000,00(onze mil e quinhentos reais)**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LICITAÇÃO

2.1. Para a presente contratação foi realizada a dispensa de licitação nº06/2024, nos termos da Lei Federal 14.133/2021 e Decreto Municipal Nº 069/2022 e Decreto Legislativo Nº 06/2022 de 01 de Agosto de 2022 e **Dec. Municipal Nº 016/2024 de 24 de janeiro de 2024**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

3.1. As partes declaram-se sujeitas às normas previstas na Lei Federal 14. 133/2021 e Decreto Municipal Nº 016/2024 e Decreto Legislativo Nº 06/2022 de 01 de Agosto de 2022 e suas alterações, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições de direito privado, bem como, pelas cláusulas e condições deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. A vigência do presente contrato é 12 meses a partir da data de sua assinatura, iniciando-se em 14/08/2024 até 14/08/2025.

4.2. O contrato poderá, todavia, por acordo das partes, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite decenal conforme dispõe art. 107 da Lei 14.133/2021, desde que seja de interesse da Contratante, mediante termo próprio, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

4.3 **O prazo de entrega do produto será de 30 dias tendo a possibilidade de prorrogar por mais 30 dias.**

4.4 **GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:** - O produto deverá ter garantia de no mínimo, 1 anos, incluindo suporte técnico no local e substituição de peças defeituosas. - A garantia deve cobrir todos os componentes do servidor, incluindo hardware e software pré-instalado. - O fornecedor deverá apresentar documento comprobatório da garantia no ato da entrega do produto.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO:

5.1. O valor global do referido contrato é de R$ 11.000,00 (onze mil reais), a serem pagos em única parcela após a entrega e atesto recebimento do fiscal de contrato na nota fiscal.

5.2. O pagamento será efetuado, mediante a apresentação da Nota Fiscal.

5.3. Poderá haver reajuste de preços após 12 meses, observando-se o disposto no art. 25, parágrafo 8º da Lei Federal 14.133/2021.

5.4. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o INPC.

CLÁUSULA SEXTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA

6.1. As despesas relativas a esta contratação correrão por conta de recursos próprios do orçamento da entidade, sendo na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 01 Função: 01 Programa: 0001 Projeto Legislativo: 1.001 Projeto/ Atividade: 1001 AQUIS. VEICULOS/EQUIP./MAT. PERM. CAMARA MUNICIPAL. CÓDIGO: 01.001.01.031.0001.1001

Red: 1 Natureza de despesa: 4.4.90.52 1.001 equipamentos e material permanente: R$ 11.000,00 (onze mil reais).

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÃOES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. São obrigações e responsabilidades da CONTRATANTE os seguintes:

7.2. Comunicar imediatamente a Contratada, qualquer irregularidade no fornecimento da licitada para que seja providenciada a regularização no prazo de 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da comunicação;

7.3. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas, mediante a efetivação do fornecimento deste processo;

7.4. Aplicar à detentora do processo as penalidades, quando for o caso;

7.5. Prestar à detentora do processo toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

7.6. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

7.7. Notificar, por escrito, à detentora do processo da aplicação de qualquer sanção.

7.8. Conferir e fiscalizar o fornecimento do objeto do processo.

7.9. Rejeitar no todo em desacordo com as obrigações assumidas.

7.10. Observar para que sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada.

7.11. Emitir empenho e ordem de fornecimento no valor e quantidade a ser contratada;

7.12. Receber, analisar e decidir sobre o fornecimento em prazo não superior a 15 (quinze) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento;

7.13. Realizar pagamento de acordo com o empenho, as quantidades solicitadas;

7.14. Fiscalizar a execução do objeto do contrato;

7.15. Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução do contrato.

7.16. São obrigações, direitos e responsabilidades da CONTRATADA os seguintes:

7.17. É responsabilidade da empresa contatada a entrega conforme condições estabelecidas no edital, e nos termos estipulados na proposta preços e Termo de Referência do edital de licitação.

7.18. Entregar nas especificações e com a qualidade exigida;

7.19. O produto devera ser agendado com os responsáveis, para que o mesmo não prejudique o andamento das atividades, conforme a demanda e solicitação do órgão.

7.20. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

7.21. Levar imediatamente ao conhecimento da Contratante quaisquer irregularidades ocorridas.

7.22. Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo Contratante, bem como atender suas reclamações inerentes, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante.

7.23. Sujeitar-se a ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante para acompanhamento da execução do processo. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pelo fornecimento.

7.24. Fornecer de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela contratante e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais;

7.25. O ônus decorrente do cumprimento da obrigação de fornecimento ficará a cargo exclusivamente da contratada;

7.25. Comunicar à fiscalização da contratante, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas ao fornecimento ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;

7.26. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato sem autorização da contratante;

7.27. Planejar o fornecimento juntamente com o Fiscal de Contrato;

7.28. Não havendo possibilidade de fornecimento, emitir Relatório de Não Conformidade descrevendo o(s) motivo(s) da impossibilidade;

7.29. Obedecer rigorosamente à Ordem de Fornecimento, com as datas, horários, locais e quantidades.

7.30. Colocar à disposição da Contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade do produto, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações.

7.31. Ressarcir prejuízos de qualquer natureza causados ao patrimônio da contratante ou de terceiros, originados direta ou indiretamente da execução do contrato, por dolo ou culpa de seus empregados, prepostos ou representantes, a preços atualizados, dentro de 05 (cinco) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade.

7.32. Usar, obrigatoriamente, os equipamentos de proteção individual (EPI) e, quando necessário, equipamentos de proteção coletiva (EPC), em vista do risco que o serviço oferece.

7.33. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Aviso de Contratação Direta e seus Anexos;

7.34. Apresentar o produto para o fiscal do contrato e para o técnico especializado da câmara municipal.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS

8.1 As penalidades contratuais aplicáveis são:

a) Advertência verbal ou escrita;

b) Multas;

c) Declaração de inidoneidade; e

d) Suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com o inciso IV do art. 156 da Lei n.º 14.133/2021.

8.2 A advertência verbal ou escrita será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver descumprimento de condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas.

8.3 As multas e as demais penalidades previstas são as seguintes:

8.3.1 O atraso injustificado na execução dos serviços licitados após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa, na forma estabelecida a seguir:

a). Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

8.3.2 Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a). Advertência;

b). Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c). Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na entrega dos produtos, com a consequente rescisão contratual;

d). Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da empresa, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT, por prazo não superior a 03 (três) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

g) perda da garantia contratual, quando for o caso.

8.4 De qualquer sanção imposta, a CONTRATADA poderá, no prazo máximo de quinze dias, contados da intimação do ato, oferecer recurso à CONTRATANTE, devidamente fundamentado.

8.5 As multas previstas no item anterior são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

CLÁUSULA NONA – DOS CASOS DE RESCISÃO

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido pela CONTRATANTE, sem ônus, mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pela CONTRATADA, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa nos termos da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1 A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo servidor efetivo, nomeado para esta finalidade, e em sua ausência, pela suplente.

10.1.1. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA.

10.2 A contratada obriga-se a realizar conforme especificação estabelecida no edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

11.1 Aplica-se a Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal Nº 069/2022 e Decreto Legislativo Nº 06/2022 de 01 de Agosto de 2022 e o Código Civil Brasileiro ao presente contrato e em especial aos seus casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte do presente contrato, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Aviso de dispensa de Licitação nº 006/2024, no Termo de referência, bem como os documentos a ele referentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá se encontrar nas mesmas condições requeridas na fase de habilitação, bem assim para o recebimento dos pagamentos relativos ao fornecimento e aceitos.

13.2 As alterações contratuais obedecerão aos dispositivos constantes da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 Ficamos eleitos o Foro da Comarca do Município de Novo Mutum – MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em duas vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de duas testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Santa Rita do Trivelato – MT, 14 de AGOSTO de 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT

ALEX RODRIGO DOERZBACHER

PRESIDENTE

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 006/2024

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 006/2024

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM SERVIDOR PARA ARMAZENAMENTO DE DADOS E INSTALAÇÃODE SISTEMAS "CPU" PARA ATENDER A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO..

CONTRATADA: TECZAP COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA-EPP, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº08.619.872/0001-44. **Valor de** R$ 11.000,00 (ONZE MIL REAIS) ser paga em única parcela.

Vigência do Contrato: ***12 meses*** contados da assinatura do Contrato.

Fundamento Legal: Art. 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

ADJUDICO e HOMOLOGO a presente DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos do Art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e de conformidade com o Parecer Jurídico e justificativa (documentos anexos ao processo).

Santa Rita do Trivelato - MT em 13 de AGOSTO de 2024.

Alex Rodrigo Doerzbacher

Presidente

Gestão 2023/2024

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.006/2024

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 006/2024

O Presidente da Câmara Municipal do Município de Santa Rita do Trivelato – MT, faz**AQUISIÇÃO DE UM SERVIDOR PARA ARMAZENAMENTO DE DADOS E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS "CPU" PARA ATENDER A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO. CONTRATADA:** TECZAP COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA-EPP, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº08.619.872/0001-44. **Valor de** R$ 11.000,00 (ONZE MIL REAIS) ser paga em única parcela.

Vigência do Contrato*: 12 meses* contados da assinatura do Contrato.

Fundamento Legal: Art. 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Declaração de Dispensa emitida pelo Agente de Contratação e adjudicada e homologada pelo Presidente desta Casa de Leis, Sr. Alex Rodrigo Doerzbacher.

Santa Rita do Trivelato - MT em 14 de agosto de 2024.

Alex Rodrigo Doerzbacher

Presidente

Gestão 2023/2024

CÂMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

CAMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ - MT
PORTARIA N.º 471/2024

PORTARIA N.º 471/2024

ILSO PEREIRA, Presidente da Câmara Municipal de Tabaporã – MT, no uso de suas atribuições Legais que lhe são conferidas em Lei:-

RESOLVE:-

Artigo 1º:- Conceder férias de 15(quinze) dias iniciando-se em 18/09/2024, com término em 03/10/2024, referente ao período aquisitivo de 01/2023 a 01/2024 a Senhora Fernanda Carvalho Ferreira Baldin, Diretora Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Tabaporã.

Artigo 2º:- Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se

Publica-se

Cumpra-se

Sala das sessões, em 14 de agosto de 2024.

ILSO PEREIRA

PRESIDENTE DA CÂMARA

CAMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ - MT
PORTARIA N.º 470/2024

PORTARIA N.º 470/2024

ILSO PEREIRA, Presidente da Câmara Municipal de Tabaporã – MT, no uso de suas atribuições Legais que lhe são conferidas em Lei:-

RESOLVE:-

Artigo 1º:- Conceder férias de 15(quinze) dias iniciando-se em 02/09/2024, com término em 17/09/2024, referente ao período aquisitivo de 01/2022 a 01/2023 a Senhora Regiane Cristina do Nascimento Oliveira, Secretaria Geral da Câmara Municipal de Tabaporã.

Artigo 2º:- Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se

Publica-se

Cumpra-se

Sala das Sessões, 14 de agosto de 2024.

ILSO PEREIRA

PRESIDENTE DA CÂMARA

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

PORTARIA 97- EXONERAÇÃO ASS. PARL. II - THALYSONN RAONNY CARDOSO SOCORÉ

PORTARIA Nº 97 DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO ASESSOR PARLAMENTAR II, THALYSONN RAONNY CARDOSO SOCORÉ.

A Vereadora **ELAINE ANTUNES**, Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE

Art. 1º - **EXONERAR** a partir de **14/08/2024,** o senhor **THALYSONN RAONNY CARDOSO SOCORE,** nomeado por meio da Portaria nº 12 de 02 de fevereiro de 2024, o qual exercia o Cargo de Assessor Parlamentar II, de provimento comissionado, símbolo DAI-IV, constante do anexo II da Lei Complementar Municipal nº 143 de 29/09/2009.

Art. 2º - Registre-se, publique-se e cumpra-se a presente Portaria, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro.

ELAINE ANTUNES

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

PORTARIA 96- NOMEAÇÃO ASS. PARL. II - HADJANINY VAERYE DE FRANÇA SILVA

PORTARIA Nº 96 DE 12 DE AGOSTO DE 2024.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA ASESSORA PARLAMENTAR II, HADJANINY VALERYE DE FRANÇA SILVA.

A Vereadora **ELAINE ANTUNES**, Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - **NOMEAR** a partir de **13/08/2024,** asenhora **HADJANINY VALERYE DE FRANÇA SILVA**, portadora da cédula de identidade RG 21516065 SSP/MT, para o Cargo de Assessor Parlamentar II, de provimento comissionado, símbolo **DAI-IV**, constante do anexo **IV** da Lei Complementar Municipal nº 143 de 29/09/2009, devendo cumprir fiel e honradamente os deveres inerentes ao mencionado cargo.

Art. 2º - Registre-se, publique-se e cumpra-se a presente Portaria, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro.

ELAINE ANTUNES

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

PORTARIA 95- EXONERAÇÃO ASS. PARL. II - ARITANIA RODRIGUES PAULINO

PORTARIA Nº 95 DE 12 DE AGOSTO DE 2024.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA ASESSORA PARLAMENTAR II, ARITANIA RODRIGUES PAULINO.

A Vereadora **ELAINE ANTUNES**, Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE

Art. 1º - **EXONERAR** a partir de **12/08/2024,** a senhora **ARITANIA RODRIGUES PAULINO,** nomeada por meio da Portaria nº 136 de 04 de dezembro de 2023, a qual exercia o Cargo de Assessor Parlamentar II, de provimento comissionado, símbolo DAI-IV, constante do anexo II da Lei Complementar Municipal nº 143 de 29/09/2009.

Art. 2º - Registre-se, publique-se e cumpra-se a presente Portaria, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro.

ELAINE ANTUNES

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2024

O Presidente da Câmara Municipal de União do Sul – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em observância à legislação vigente, CONVOCA: autoridades e servidores de órgãos públicos; dirigentes e membros de entidades da sociedade civis organizadas; empresários e empregados em geral; agricultores e pecuaristas; direção, professores, alunos e servidores das redes municipal e estadual de ensino e demais pessoas interessadas, para uma AUDIÊNCIA PÚBLICA, a realizar-se no dia 19 de agosto de 2024, com início às 18:00 horas, no Plenário da Câmara Municipal, para análise e debate do seguinte Projeto de Lei, que encontra-se em tramitação na Câmara Municipal de Vereadores:

PROJETO DE LEI Nº 20/2024, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências.

Para que todos tomem conhecimento, expede-se o presente Edital, que será afixado em diversos locais de acesso ao público e publicado em órgão de imprensa escrita.

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO

Em 14 de agosto de 2024

LEVI ZANARDI

Vereador Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA N.º 108/2024

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomeara Senhora **MARIA ODETE SARAT PEREIRA**, portador do RG nº 79XX74, CPF nº 523.XXX.XXX-72, Matrícula 4150-2, como **FISCAL DE CONTRATO**, e o senhor **WESLEY BUENO QUINTINO**, portadora do RG nº 259XXXX-1, CPF nº 038.XXX.XXX-78, Matrícula 4847-1, como **SUPLENTE DE FISCAL DE CONTRATO**, para fiscalizar o **CONTRATO N.º 008/2024**, firmado com a J B SILVA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 33.449.754/0001-82, cuja vigência tem início em 03/05/2024 e término em 03/05/2025.

Objeto do Contrato nº 008/2024: ADESÃO CARONA aos itens 1, 2 e 5 a Ata de Registro de Preço nº 286/2023 da Prefeitura Municipal de Sapezal/MT, oriunda do Pregão Presencial C/ SRP nº 058/2023, Contratada: J B SILVA, inscrita no CNPJ 33.449.754/0001-82, objeto cujo objeto FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E AFUGENTAMENTO DE POMBOS/MORCEGOS, LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS D´ÁGUA, para atender às secretarias do município de Sapezal – MT, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I do Edital, destinados a atender as necessidades da Câmara Municipal de Várzea Grande/MT.

Gabinete da Presidência, 03 de maio de 2024.

Vereador: **PEDRO PAULO TOLARES**

Presidente

Vereador: **DENIVAL RODRIGUES GALIBERT**

1ª Secretário

EXTRATO DO CONTRATO Nº 008/2024

CONTRATO Nº 008/2024 – celebrado entre a Câmara Municipal de Várzea Grande/MT e aempresa**J B SILVA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ 33.449.754/0001-82.**

Objeto: ADESÃO CARONA aos itens 1, 2 e 5 a Ata de Registro de Preço nº 286/2023 da Prefeitura Municipal de Sapezal/MT, oriunda do Pregão Presencial C/ SRP nº 058/2023, Contratada: J B SILVA, inscrita no CNPJ 33.449.754/0001-82, objeto cujo objeto FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E AFUGENTAMENTO DE POMBOS/MORCEGOS, LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS D´ÁGUA, para atender às secretarias do município de Sapezal – MT, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I do Edital, destinados a atender as necessidades da Câmara Municipal de Várzea Grande/MT.

Vigência: Início em 03/05/2024 e término em 03/05/2025.

Fundamentação: ADESÃO à Ata de Registro de Preços nº 286/2023 da Prefeitura Municipal de Sapezal/MT, realizado na modalidade de Pregão Presencial nº058/2023, sujeitas as partes às normas nos termos da Lei 14.133/2021, e alterações posteriores, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços no Município de Sapezal e das demais normas legais aplicáveis.

Valores: Este instrumento tem o valor global estimado de 395.250,00 (trezentos e noventa e cinco mil duzentos e cinquenta reais),

Dotação Orçamentária: 3.3.90.39 – Prestação de Serviços Pessoa Jurídica

Data da Assinatura: 03/05/2024

Assinaturas: Pedro Paulo Tolares, Presidente da Câmara Municipal, **J B SILVA**, representante legal, Jefferson Barroso Silva.

Várzea Grande – MT, 03 de maio de 2024.

PEDRO PAULO TOLARES

Presidente da Câmara Municipal

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RONDONÓPOLIS

ATA SESSÃO PÚBLICA DESERTA I PREGÃO PRESENCIAL-SRP Nº 033/2024 - CODER

ATA SESSÃO PÚBLICA DESERTA I

PREGÃO PRESENCIAL-SRP Nº 033/2024

OBJETO:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE PLACAS DE OBRA E PLACA DE INAUGURAÇÃO/DESCERRAMENTO NO SENTIDO DE ATENDER AS NECESSIDADES DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RONDONÓPOLIS - CODER. NO DIA 13 DO MÊS DE AGOSTO DE 2024, ÀS 08H:00 MIN,** REUNIRAM-SE NA Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis - **CODER**, Estado de Mato Grosso, Avenida Dr. Paulino de Oliveira, n. º 1.411 – Jardim Marialva – Sala de Licitações, A PREGOEIRA RAFAELLY PRISCILA REZENDE DE ALMEIDA E A EQUIPE DE APOIO: MARCELO DOS SANTOS RUFINO, LEANDRO GONÇALVES DE OLIVEIRA DIAS E GISELE ALVES DA SILVA, DESIGNADOS PELA RESOLUÇÃO Nº 05 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2024, PARA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO EM EPÍGRAFE.

Aberta a sessão a Pregoeira estendeu a duração, decorrido o tempo mínimo de 15 (quinze) minutos, nenhum interessado em participar do certame apresentou-se. Constatada a ausência de interessados, a Pregoeira comunicou o encerramento da sessão e declarou a **LICITAÇÃO DESERTA I**. Devido a importância da contratação pela companhia, a abertura da licitação será **PRORROGADA** para o **dia 05/09/2024 às 08h:00min na sede da CIA**, conforme as especificações contidas no Edital nº 033/2024.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, cuja ata vai assinada pela Pregoeira e Equipe de Apoio.

Assinam:

RAFAELLY PRISCILA REZENDE DE ALMEIDA

PREGOEIRA

GISELE ALVES DA SILVA LEANDRO GONÇALVES DE OLIVEIRA DIAS

EQUIPE DE APOIO EQUIPE DE APOIO

MARCELO DOS SANTOS RUFINO

EQUIPE DE APOIO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO MÉDIO ARAGUAIA - CODEMA

EXTRATO DAS LICENÇAS AMBIENTAIS EMITIDAS PELO CODEMA

EXTRATO DAS LICENÇAS AMBIENTAIS EMITIDAS PELO CODEMA

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental 'Médio Araguaia' – CODEMA, em conformidade com o art. 37 da Constituição Federal de 1988, torna pública as seguintes licenças, retroativas a data da sua emissão:

Nova Xavantina-MT, 15 de agosto de 2024.

PROCESSO	Nº. LICENÇA	TIPO LICENÇA	RAZÃO SOCIAL	ATIVIDADE LICENCIADA	MUNICÍPIO
2942.013.165.0000006/2024	031/2024	Declaração	Prefeitura Municipal de Canarana - MT	Construção de estabelecimento de ensino, como creches, centros de inclusão digital, asilos e similare, abaixo de 1.600m2	Canarana - MT
2942.013.105.0000001/2024	033/2024	Declaração	Samde Brito LTDA	Comercio varejo de peças e acessórios novos para motocicletas e motonetas.	Ribeirão Cascalheira - MT
2942.013.104.0000010/2024	034.2024	Declaração	Leonardo Carlos de Araujo (idealize Odontológica Integrada)	Atividades de clínica odontológicas (clínicas, consultórios e ambulatórios) abaixo de 200m2.	Ribeirão Cascalheira - MT
2942.013.100.0000001/2024	029/2024	Declaração	Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT	Instalação de iluminação pública.	Cocalinho - MT
2942.013.098.0000009/2024	030/2024	Declaração	Solar Construções e Locações LTDA	Serviços de engenharia.	Água Boa - MT
2942.0013.165.0000009/2024	035/2024	Declaração	M. J dos Santos Vidraçaria LTDA	Comercio varejista de vidros.	Canarana – MT
2942.013.098.0000010/2024	032/2024	Declaração	Tractor Parts Distribuidora de Autopeças LTDA	Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores.	Água Boa - MT

JOÃO MACHADO NETO

Presidente do CODEMA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO MÉDIO NORTE MATOGROSSENSE

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2024

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2024

BASE LEGAL: Art. 75, inc. II, da Lei 14.133/2021, combinado com o § 2º do mesmo artigo e Art. 17, da Resolução 008/CISMNORTE/2024.

OBJETO: Aquisição de microcomputador para atender as necessidades da Secretaria Executiva do CISMNORTE.

NOME DO CREDOR: LOANA BONFIM CORREA - ME, CNPJ: 21.214.992/0001-20.

VALOR: 4.624,00 (Quatro Mil Seiscentos e Vinte e Quatro Reais).

Data: 14/08/2024.

RATIFICAÇÃO: Rafael Machado – Presidente.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ

2ª ATA DE JULGAMENTO INEXIGIBILIDADE N° 001/2024/CISVAG CREDENCIAMENTO N° 001/2024/CISVAG PROCESSO N° 003/2024/CISVAG

2ª ATA DE JULGAMENTO INEXIGIBILIDADE N° 001/2024/CISVAG

CREDENCIAMENTO N° 001/2024/CISVAG

PROCESSO N° 003/2024/CISVAG

Em 22/07/2024, às 14h00, na sede administrativa da Prefeitura de Campos de Júlio - MT, situada à Av. Valdir Masutti, 779W, Bom Jardim, EU, Eric Rodrigo Pettenan, Agente de Contratação, nomeado pela Portaria n° 26, de 24/01/2024, cedido ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé — CISVAG através do Decreto Municipal n° 41, de 05/02/2024, analisei os documentos apresentados e proferi a seguinte decisão:

Trata-se de solicitação de credenciamento encaminhada pela sociedade empresarial: CONSULTÓRIO SENIOR LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 44.125.245/0001-10, mediante entrega do Termo de Aceite — Anexo II, solicita credenciamento para o item 6.

Juntamente com seus Termos de Aceite, os interessados enviaram seus documentos de habilitação, previstos no tópico 11 do Edital de regência.

Foram analisados os documentos relativos à Habilitação Jurídica (item 11.3.1 do Edital), à Regularidade Fiscal e Trabalhista (item 11.3.2 do Edital) e à Qualificação Econômica Financeira (item 11.3.3 do Edital).

Após análise dos documentos acima mencionados, foi constatado o interessado enviou corretamente os documentos exigidos pelo Edital, sendo, portanto, declarado HABILITADO.

Em estrita observância ao item 12.1.1 do instrumento convocatório. submeto ao Coordenador do Conselho Técnico do CISVAG a avaliação dos documentos de habilitação técnica (item 11.3.3.1 do Edital) enviados pelo interessado.

Campos de Júlio-MT, 22 de julho de 2024

Eric Rodrigo Pettenan

Agente de Contratação Portaria n° 26/2024

Cedido ao CISVAG pelo Decreto Municipal n° 41/2024

INSTITUTO MUNICIPAL DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE TANGARÁ DA SERRA - SERRAPREV

PORTARIA Nº 63/SERRAPREV/2024.

A Diretora Executiva do SERRAPREV, no uso de suas atribuições legais e considerando Artigo 6-A da Emenda Constitucional n.º 41/2003, acrescido pela Emenda Constitucional n.º 70 de 29 de março de 2012, c/c artigo 13, §11 e artigo 13-A da Lei Complementar n.º 153 de 14 de abril de 2011;

RESOLVE:

Art.1º – Averbar os tempos de contribuições não concomitantes conforme Certidão de Tempo de Contribuição nº 23001040.1.00754/21-3 páginas: 01/04 emitida pelo INSS em 08/10/2021 em nome da **Sra.LENI ROBERTO DE SOUZA SANTOS** anterior a sua posse na municipalidade.

Art. 2º – Fica averbado o tempo de contribuição equivalente a 1804 dias líquidos, correspondentes a 04 (quatro) anos, 11 (onze) meses e 14 (quatorze) dias, prestados nos seguintes órgãos:

Período	Órgão	Dias Líquidos
03/01/1996 a 02/11/1999	**NELISE F. PRADO E CIA LTDA-EPP**	**03 Anos, 10 Meses e 00 Dias**
23/12/1999 a 01/01/2000	**NELISE F. PRADO E CIA LTDA-EPP**	**00 Anos, 00 Meses e 09 Dias**
12/02/2001 a 31/12/2001	**ESTADO DE MATO GROSSO**	**00 Anos, 10 Meses e 19 Dias**
02/01/2002 a 17/03/2002	**ESTADO DE MATO GROSSO**	**00 Anos, 02 Meses e 16 Dias**

Art.3º – Compete a **Diretora Executiva do SERRAPREV**, acompanhar e fazer cumprir o disposto nesta portaria.

Art.4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando – se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Tangará da Serra - MT, 14 de agosto de 2024.

LAURA PEREIRA

Diretora Executiva do SERRAPREV

PORTARIA Nº 61/SERRAPREV/2024.

A Diretora Executiva do SERRAPREV, no uso de suas atribuições legais e considerando Art. 3º, incisos I, II, III e Parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c art. 95, incisos I, II, III e parágrafo único da Lei Municipal nº 153 de 14 de abril de 2011;

RESOLVE:

Art.1º – Averbar os tempos de contribuições não concomitantes conforme Certidão de Tempo de Contribuição sob nº 21004060.1.01434/22-4 páginas: 01/03 emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS em 08/07/2022 em nome do Sr. **Anizio Onofre de Souza**, anterior a sua posse na municipalidade.

Art. 2º – Fica averbado o tempo de contribuição equivalente a 1773 dias líquidos, correspondentes a 04 (quatro) anos, 10 (dez) meses e 13 (treze) dias, prestados nos seguintes órgãos:

Período	Órgão	Dias Líquidos
19/02/1986 a 01/01/1991	**MUNICÍPIO DE TANGARA DA SERRA**	**04 anos, 10 Meses e 13 dias**

Art. 3º – Compete a **Diretora Executiva do SERRAPREV**, acompanhar e fazer cumprir o disposto nesta portaria.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando – se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 14 de agosto de 2024.

LAURA PEREIRA

Diretora Executiva do SERRAPREV

PORTARIA Nº 59/SERRAPREV/2024.

A Diretora Executiva do SERRAPREV, no uso de suas atribuições legais e considerando Artigo 6-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, acrescido pela Emenda Constitucional nº 70 de 29 de março de 2012, c/c artigo 13, §11 e artigo 13-A da Lei Complementar nº 153 de 14 de abril de 2011;

RESOLVE:

Art.1º – Averbar os tempos de contribuições não concomitantes conforme Certidão de Tempo de Contribuição nº 21029100.1.00093/23-1 páginas: 01/03 emitida pelo INSS em 26/08/2023 em nome da **Sra.LAILDA LOPES DA SILVA DE SOUZA** anterior a sua posse na municipalidade.

Art. 2º – Fica averbado o tempo de contribuição equivalente a 333 dias líquidos, correspondentes a 11 (onze) meses e 27 (vinte e sete) dias, prestados nos seguintes órgãos:

Período	Órgão	Dias Líquidos
01/08/1999 a 03/07/2000	**TUT TRANSPORTES LTDA**	**00 Anos, 11 Meses e 03 Dias**

Art.3º – Compete a **Diretora Executiva do SERRAPREV**, acompanhar e fazer cumprir o disposto nesta portaria.

Art.4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando – se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Tangará da Serra – MT,13 de agosto de 2024.

LAURA PEREIRA

Diretora Executiva do SERRAPREV

PORTARIA Nº52/SERRAPREV/2024.

O Prefeito do Município de Tangará da Serra/MT, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o disposto no § 9º do art. 4º da Emenda Constitucional n° 103/2019, e diante do preenchimento dos requisitos previstos no art. 40, §1º, III, alínea "a", da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c art. 16, inciso I, II e III da Lei Complementar nº 153 de 14 de abril de 2011, que rege a previdência do Município c/c art. 179 da Lei Complementar nº 006 de 21 de junho de 1994 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal e trata sobre o Adicional por Tempo de Serviço – ATS, e último reajuste concedido pela Lei Ordinária n. 6.362 de 14 de março de 2024 que dispõe sobre revisão geral anual dos servidores municipais do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, ao servidor Sr. **CLAUDIO ANTONIO COZZANI RODRIGUES**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG/CPF sob o nº 276.404.850-53, servidor efetivo no cargo de Médico, Classe "C10", Nível "V", com carga horária de 20 horas semanais, matriculado sob n° 1568-2, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, totalizando com 13.187 dias, correspondendo á 36 (trinta e seis) anos, 01 (um) mês e 17 (dezessete) dias de tempo de contribuição, com proventos calculados pela integralidade da média aritmética**,** conforme processo administrativo do SERRAPREV, nº 2024.04.00041P**,** até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir 05/08/2024,** revogados as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Tangará da Serra/MT, 06 de agosto de 2024.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

LAURA PEREIRA

Diretora Executiva do SERRAPREV

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2024.

O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designado pela Portaria Municipal n° 091/2024; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 25/06/2024, licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 033/2024 cujo objeto é o Registro de Preços Para Futura E Eventual Aquisição de Equipamentos Permanentes do Tipo: Soprador, Furadeiras, Motobomba, Compressor de Ar e Afins, Objetivando Garantir a Manutenção e Reforma dos Prédios Públicos da Administração Municipal de Água Boa - MT, que teve como vencedoras as empresas: BRASFERMA LTDA -CNPJ nº 00503644000100, com o lote: 25, H2W - SOLUCOES LTDA -CNPJ nº 19726807000134, com o lote: 20, M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA -CNPJ nº 51995377000240, com o lote: 1, GUERREIRO MÁQUINAS FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTDA -CNPJ nº 22120115000152, com os lotes: 26, 18, 3, 15, 19 e 21, META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI -CNPJ nº 27518373000105, com os lotes: 28, 6, 13 e 2, LANCA PRODUTOS - COMERCIO E SERVICO LTDA -CNPJ nº 44258379000100, com os lotes: 24, 9, 5 e 12, G Z MENEGUSSO LTDA -CNPJ nº 47358786000187, com o lote: 22, LÍCITA SHOP COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -CNPJ nº 50958011000157, com os lotes: 10 e 17, BT COMERCIO INTELIGENTE LTDA -CNPJ nº 45329312000181, com o lote: 16, MODESTO COMERCIO LTDA -CNPJ nº 47250079000172, com o lote: 8 .

Itens fracassados: 4, 7, 11, 14, 23 e 27

Água Boa - MT, 29 de março de 2024.

Roberto Cardoso

Agente de Contratação

FINANÇAS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2024.

A Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designada pela Portaria nº. 092/2024; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 14/08/2024, licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 044/2024 cujo objeto é o Registro de preço para a contratação de empresa especializada em serviço de atendimento médico especializado em ortopedia para atendimento da Secretaria Municipal de Água Boa – MT, que teve como empresa vencedora:

NUCLEO DE ORTOPEDIA E TRAUMA DO ARAGUAIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 56.090.381/0001-00.

Água Boa-MT, 14 de agosto de 2024.

_____

Alícia Lopes Maciel

Agente de Contratação

CONTRATOS
ERRATA DA ATA Nº 92/2024

ERRATA DA ATA Nº 92/2024 E DA PUBLICAÇÃO REALIZADA NO JORNAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO Nº 4.534 DO DIA 25 DE JULHO DE 2024.

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. 66/2024

PREGÃO ELETRÔNICO nº. 030/2024

CELEBRADO: Município de Água Boa MT.

DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO LTDA

ONDE SE LÊ:

COD	NOME	UNID FORN	MARCA	QTD	PREÇO UNT	PREÇO TOTAL
20737	EMULSÃO ASFÁLTICA RR 2C	TONELADA	PRÓPRIA	138,00	3.525,15	486.450,00
3968079	EMULSÃO ASFÁLTICA - COMPOSTO DE ASFALTO DE PETRÓLEO TIPO EMULSÃO ASFÁLTICA EAI PARA IMPRIMAÇÃO	TONELADA	PRÓPRIA	48,00	3.202,06	153.696,00

LEIA-SE:

COD	NOME	UNID FORN	MARCA	QTD	PREÇO UNT	PREÇO TOTAL
20737	EMULSÃO ASFÁLTICA RR 2C	TONELADA	PRÓPRIA	138,00	3.525,00	486.450,00
3968079	EMULSÃO ASFÁLTICA - COMPOSTO DE ASFALTO DE PETRÓLEO TIPO EMULSÃO ASFÁLTICA EAI PARA IMPRIMAÇÃO	TONELADA	PRÓPRIA	48,00	3.202,00	153.696,00

Água Boa-MT, 14 de agosto de 2024.

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

CONTRATOS
ERRATA DO CONTRATO 114/2024

ERRATA DO CONTRATO Nº 114/2024 E DA PUBLICAÇÃO REALIZADA NO JORNAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO Nº 4.537 DO DIA 30 DE JULHO DE 2024.

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. 66/2024

PREGÃO ELETRÔNICO nº. 030/2024

CELEBRADO: Município de Água Boa MT.

DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO LTDA

ONDE SE LÊ:

COD	NOME	UNID FORN	MARCA	QTD	PREÇO UNT	PREÇO TOTAL
20737	EMULSÃO ASFÁLTICA RR 2C	TONELADA	PRÓPRIA	138,00	3.525,15	486.450,00
3968079	EMULSÃO ASFÁLTICA - COMPOSTO DE ASFALTO DE PETRÓLEO TIPO EMULSÃO ASFÁLTICA EAI PARA IMPRIMAÇÃO	TONELADA	PRÓPRIA	48,00	3.202,06	153.696,00

LEIA-SE:

COD	NOME	UNID FORN	MARCA	QTD	PREÇO UNT	PREÇO TOTAL
20737	EMULSÃO ASFÁLTICA RR 2C	TONELADA	PRÓPRIA	138,00	3.525,00	486.450,00
3968079	EMULSÃO ASFÁLTICA - COMPOSTO DE ASFALTO DE PETRÓLEO TIPO EMULSÃO ASFÁLTICA EAI PARA IMPRIMAÇÃO	TONELADA	PRÓPRIA	48,00	3.202,00	153.696,00

Água Boa-MT, 14 de agosto de 2024.

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

SETOR DE ENGENHARIA
TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO N.º 011/2024

REF.: Contratação de empresa especializada em serviços elétricos para contratação correlata a construção da Usina Solar de Água Boa-MT contemplando: consulta de acesso, pedido de informação de acesso, solicitação de acesso, adequação do projeto de UFV de minigeração com 1,742 MWP/ projeto executivo, projeto de extensão de rede de média tensão e transformadores, projeto de cabine de medição e proteção, estudo de proteção, fluxo de potência, coordenação e seletividade, projeto de conexão da UFV e pedido de parecer de acesso, aprovação na concessionária, memorial descritivo, Contratação de empresa especializada em serviços elétricos para contratação correlata a construção da Usina Solar de Agua Boa-MT contemplando: consulta de acesso, pedido de informação de acesso, solicitação de acesso, adequação do projeto de UFV de minigeração com 1,742 MWP/ projeto executivo, projeto de extensão de rede de média tensão e transformadores, projeto de cabine de medição e proteção, estudo de proteção, fluxo de potência, coordenação e seletividade, projeto de conexão da UFV e pedido de parecer de acesso, aprovação na concessionária, memorial descritivo, lista de materiais, planilha orçamentária completa dos projetos e demais itens demandados para aprovação na Energisa/ licitação. lista de materiais, planilha orçamentária completa dos projetos e demais itens demandados para aprovação na Energisa/ licitação.

O(s) servidore(s) municipal(is) designado(s), representante(s) do MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, para o recebimento definitivo, junto ao representante da empresa, procederam completa vistoria nos serviços executados, observando a adequação ao Projeto Básico ou Termo de Referência para efeito de recebimento definitivo dos serviços discriminados a seguir:

DADOS CONTRATUAIS	
ENDEREÇO DA OBRA/SERVIÇO:	RLV ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA
LICITAÇÃO:	Dispensa Eletrônica n.º 064/2022
CONTRATO:	181/2022
DATA ORDEM DE SERVIÇO:	26/10/2022
PRAZO TOTAL DE EXECUÇÃO:	90 DIAS
VALOR TOTAL:	86.900,00

DADOS DA CONTRATADA	
NOME EMPRESARIAL:	RLV ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA
CNPJ:	46.572.860/0001-09
NOME DO REPRESENTANTE:	ROBSON LAYON VAZ
CPF DO REPRESENTANTE:	xxx.301.461-xx

DADOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO (RT)	
NOME COMPLETO:	ROBSON LAYON VAZ
CARGO:	ENGENHEIRO ELETRICISTA
CREA/CAU:	1216137757
ART/RRT/TRT:	1220240124743

DADOS DO FISCAL TÉCNICO	
NOME COMPLETO:	MARIO MARCELO LEMES DUARTE
CARGO:	ENGENHEIRO CIVIL
CREA/CAU:	7094/MT
ART/RRT/TRT FISCALIZ.:	1220210059668

DADOS DO GESTOR DO CONTRATO	
NOME COMPLETO:	MARCELO ALVES PEREIRA
CARGO:	DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS

Por este instrumento, em caráter definitivo, atestamos que os serviços acima identificados foram devidamente entregues e atendem às exigências especificadas no Termo de Referência/Projeto Básico. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato. E, no âmbito de prestação de serviços, a obrigação de efetuar correções requeridas pela Administração ou por qualquer entidade autorizada por esta mantém-se idêntica ao período da garantia quinquenal. O prazo para implementação das alterações é limitado a, no máximo, um terço do período destinado à execução, contudo, não deve ser inferior a cinco dias úteis.

Água Boa, 25 de junho de 2024.

(assinado eletronicamente) MARCELO ALVES PEREIRA Gestor do Contrato *(assinado eletronicamente)* MARIO MARCELO LEMES DUARTE Fiscal Técnico do Contrato *(assinado eletronicamente)* RLV ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010/2024

O Sr José Pereira Maranhão, Prefeito do Município de Alto Boa Vista - MT, no uso de suas atribuições legais, considerando as necessidades da

Secretaria Municipal de Saúde, considerando ainda a **Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Público Nº 001/2024**, publicado no sitio: www.amm.org.br e no mural da Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista – MT e no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

RESOLVE:

Convocar os candidatos constantes no Anexo I deste Edital, Aprovados no Processo Seletivo Público Nº 001/2024 regido pelo Edital Nº 001/2024, para a apresentação dos documentos necessários para Contratação por Prazo Determinado, com validade de 02 (dois) anos.

Os documentos exigidos para investidura nos Cargos são os constantes do Anexo II e deverão ser apresentados junto ao Departamento de Recursos Humanos localizado no Prédio Sede da Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista, no prazo máximo de até 30 dias a contar desta publicação, no horário das 13h00min às 17h00min.

OBS: Informamos que, o não protocolo no prazo determinado, será entendido definitivamente como desistente da vaga conquistada no certame, tornando sem efeito sua classificação para investidura.

Registra-se,

Publique-se e

Cumpra-se,

Alto Boa Vista/MT, 14 de Agosto de 2024.

José Pereira Maranhão

Prefeito Municipal

ANEXO I

CLASSIFICAÇÃO GERAL

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS - UBS CAMPINAS LUZIA GAMA MICROÁREA 13		
Inscrição	**Nome**	**Ordem de Classificação**
3069	ERICA HELENA DIAS XAVIER	1º

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS - UBS CAMPINAS LUZIA GAMA MICROÁREA 14		
Inscrição	**Nome**	**Ordem de Classificação**
3082	KAROLANI FEREIRA COUTINHO	1º

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS - UBS RURAL ADELIA REZENDE DE AZEVEDO MICROÁREA 05		
Inscrição	**Nome**	**Ordem de Classificação**
3069	FERNANDA DOS SANTOS GOES REZENDE	1º

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS - UBS RURAL ADELIA REZENDE DE AZEVEDO MICROÁREA 07		
Inscrição	**Nome**	**Ordem de Classificação**
3069	VANDILMA DIAS REIS	1º

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS - UBS URBANA MARIA MANSO MICROÁREA 11		
Inscrição	**Nome**	**Ordem de Classificação**
3069	EDILAINE GAMA DE OLIVEIRA	1º

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS - UBS URBANA MARIA MANSO MICROÁREA 12		
Inscrição	**Nome**	**Ordem de Classificação**
3069	QUERUBINA LOPES DOS SANTOS	1º

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS		
Inscrição	**Nome**	**Ordem de Classificação**
3069	JAQUELINE SOUZA RODRIGUES	1º

Registra-se,

Publique-se e

Cumpra-se,

Alto Boa Vista/MT, 14 de Agosto de 2024

.

José Pereira Maranhão

Prefeito Municipal

ANEXO II

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Item	Documento	Observação
	Documento de Identidade de reconhecimento nacional, que contenha fotografia.	
	Certidão de Nascimento ou Casamento, atualizada.	
	Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14 anos, atualizada.	
	Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos	
	Atestado de Saúde Física (Pré-Admissional) expedido por profissional Médico	
	Título de Eleitor com comprovação de quitação.	
	Certidão Relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);	
	Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação ou outro documento que comprove estar quite com as obrigações militares.	Para Sexo Masculino
	02 (duas) fotos 3x4 recentes coloridas.	
	Comprovante PIS/PASEP, caso seja cadastrado.	
	Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), caso não seja cadastrado no PIS/PASEP.	Poderá ser expedida pela internet.
	Cadastro de Pessoas Físicas – CPF.	
	Declaração contendo endereço residencial	
	Comprovante de escolaridade ou habilitação exigida para o provimento da vaga pretendido, adquirida em instituição oficial ou legalmente reconhecida.	
	Registro no conselho de classe se for o caso.	
	Declaração de não ocupar outra vaga público, ressalvados os previstos no art. 37, XVI, a, b e c da Constituição Federal.	Solicitar junto à Divisão de Recursos Humanos
	Declaração de que não é aposentado por invalidez.	Solicitar junto à Divisão de Recursos Humanos
	Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio até a data da posse.	Solicitar junto à Divisão de Recursos Humanos
	Não ter infringido as leis que fundamentaram este Edital	

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 011/2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 011/2024

O Sr José Pereira Maranhão, Prefeito do Município de Alto Boa Vista - MT, no uso de suas atribuições legais, considerando as necessidades do **Serviço Público**, considerando ainda a **Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2024**, publicado através dos endereços eletronicos: altoboavista.mt.gov.br, amm.org.br e no mural da Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista – MT e no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

RESOLVE:

Convocar os candidatos constantes no Anexo I deste Edital, Aprovados no Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2024 regido pelo Edital Nº 002/2024, para a apresentação dos documentos necessários para Contratação por Prazo Determinado, com validade de 02 (dois) anos.

Os documentos exigidos para investidura nos Cargos são os constantes do Anexo II e deverão ser apresentados junto ao Departamento de Recursos Humanos localizado no Prédio Sede da Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista, no prazo máximo de até 30 dias a contar desta publicação, no horário das 13h00min às 17h00min.

OBS: Informamos que, o não protocolo no prazo determinado, será entendido definitivamente como desistente da vaga conquistada no certame, tornando sem efeito sua classificação para investidura.

Registra-se,

Publique-se e

Cumpra-se,

Alto Boa Vista/MT, 14 de Agosto de 2024.

José Pereira Maranhão

Prefeito Municipal

ANEXO I

CLASSIFICAÇÃO GERAL

ASSISTENTE SOCIAL - EDUCAÇÃO		
Inscrição	**Nome**	**Ordem de Classificação**
3030	ELISANGELA PEREIRA LIMA PINTO	1º

PSICOLOGO - EDUCAÇÃO		
Inscrição	**Nome**	**Ordem de Classificação**
3134	SHELTON MANN FERREIRA	1º

CIRURGIÃO DENTISTA APS - SAÚDE		
Inscrição	**Nome**	**Ordem de Classificação**
3068	JOAO LUCAS ALVES CARDOSO	1º

ENFERMEIRA APS - SAÚDE		
Inscrição	**Nome**	**Ordem de Classificação**
2839	PAULA KARINE DA COSTA SOARES	1º

ENFERMEIRA PLANTONISTA - SAÚDE		
Inscrição	**Nome**	**Ordem de Classificação**
3048	JESSICA DE SOUSA E SILVA	1º
3126	VILAINE EVELLIN AIRES AMURIM	2°
3028	MARIA ELISA GONÇALVES DE OLIVEIRA	3°
2963	JAQUELINE LIMA SOUZA	4°

FISIOTERAPEUTA - SAÚDE		
Inscrição	**Nome**	**Ordem de Classificação**
2808	THIELLY FREITAS ALVES	1º

NUTRICIONISTA - SAÚDE		
Inscrição	**Nome**	**Ordem de Classificação**
2944	LUIHARA DE FATIMA DIAS WASCONCELOS	1º

TECNICO EM ENFERMAGEM - SAÚDE		
Inscrição	**Nome**	**Ordem de Classificação**
2807	ZENILDA APARECIDA DE MELLO	1º
2854	NEIDE ALVES DA PAZ PEREIRA	2°
2792	RAHAELLA CRISTINA LUZ OLIVEIRA	3°
2955	SULEY BORGES DA SILVA	4°
3083	ARIANY DA COSTA ELYADES	5°

MOTORISTA - SAÚDE		
Inscrição	**Nome**	**Ordem de Classificação**
2872	CLAUDINEIS PEREIRA GUIMARAES	1º

VISITADOR SOCIAL – CRIANÇA FELIZ		
Inscrição	**Nome**	**Ordem de Classificação**
2865	ANDRESA COSTA DE SOUSA	1º
2838	VALKIRIA TRENTIN	2°
2845	GABRIELLY RODRIGUES BRITO	3°

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – CAMARA MUNICIPAL		
Inscrição	**Nome**	**Ordem de Classificação**
3116	RAFAELA DIAS GOES	1º

RECEPCIONISTA – CAMARA MUNICIPAL		
Inscrição	**Nome**	**Ordem de Classificação**
2971	RAQUEL CARNEIRO DA SILVA	1º

Registra-se,

Publique-se e

Cumpra-se,

Alto Boa Vista/MT, 14 de Agosto de 2024.

José Pereira Maranhão

Prefeito Municipal

ANEXO II

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Item	Documento	Observação
	Documento de Identidade de reconhecimento nacional, que contenha fotografia.	
	Certidão de Nascimento ou Casamento, atualizada.	
	Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14 anos, atualizada.	
	Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos	
	Atestado de Saúde Física (Pré-Admissional) expedido por profissional Médico	
	Título de Eleitor com comprovação de quitação.	
	Certidão Relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);	
	Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação ou outro documento que comprove estar quite com as obrigações militares.	Para Sexo Masculino
	02 (duas) fotos 3x4 recentes coloridas.	
	Comprovante PIS/PASEP, caso seja cadastrado.	
	Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), caso não seja cadastrado no PIS/PASEP.	Poderá ser expedida pela internet.
	Cadastro de Pessoas Físicas – CPF.	
	Declaração contendo endereço residencial	
	Comprovante de escolaridade ou habilitação exigida para o provimento da vaga pretendido, adquirida em instituição oficial ou legalmente reconhecida.	
	Registro no conselho de classe se for o caso.	
	Declaração de não ocupar outra vaga público, ressalvados os previstos no art. 37, XVI, a, b e c da Constituição Federal.	Solicitar junto à Divisão de Recursos Humanos
	Declaração de que não é aposentado por invalidez.	Solicitar junto à Divisão de Recursos Humanos
	Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio até a data da posse.	Solicitar junto à Divisão de Recursos Humanos
	Para os cargos de Visitador Social, além dos documentos exigidos, deverão apresentar ainda comprovante de conclusão do Curso exigido conforme Edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado N 002/2024.	
	Não ter infringido as leis que fundamentaram este Edital	

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 009/2024.

Dispõe sobre a Criação de uma Comissão para avaliar e analisar o Processo de inscrição das Entidades para o Conselho de Assistência Social.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL do Município de Alto Boa Vista/MT, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal 750/2024 em reunião ordinária do dia 13 de agosto de 2024, sendo lavrado em ata de nº 08 resolve:

Art. 1º: APROVAR POR UNANIMIDADE: A Comissão que irá receber documentos para inscrições das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social.

Art. 2° A Composição será composta pelos seguintes membros:

Representando os Trabalhadores do SUAS:

Sandra dos Santos Moura

Maria Raimunda S. Santos

Representando Governamental:

Maiely Mendes Costa

Esta Resolução estará em vigor a partir desta data.

Publica - se, Registra-se, Cumpra-se.

Alto Boa Vista/ MT, 13 de agosto de 2024.

Wesley Souza Morais

Presidente em exercício do CMAS de Alto Boa Vista/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO / DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 218, DE 14 DE AGOSTO DE 2024

"DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DE GOZO DE FÉRIAS DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por meio da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o Pedido de Suspensão do Gozo de Férias, advindo da Secretaria Municipal de Saúde.

R E S O L V E:

Art. 1º. SUSPENDER o gozo de férias do(a) servidor(a) público municipal Sr. **IDIUCLEI LESSA CLAUDIO**, motorista, portador(a) da matrícula nº 1898, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, relativo ao período aquisitivo 2022/2023, programado para os dias 12 à 31 de agosto de 2024, publicado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso dia 28 de março de 2024, através da Portaria nº 103/2024.

Parágrafo Único - Estabelece a necessidade de suspensão, considerando os serviços indispensáveis, tendo em vista as demandas da Secretaria Municipal de Saúde, sendo que, em momento oportuno o mesmo usufruirá das férias suspensas.

Art. 2º - Esta Portaria retroagirá seus efeitos legais a partir de 12 de agosto de 2024, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, Alto Garças - MT, em 14 de agosto de 2024.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO PÚBLICAS E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2024

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO – Tipo **Menor Preço por Item**, no **dia 28 de agosto de 2024, às 09:45h (horário de Brasília-DF), cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PREPARADAS E BEBIDAS PARA COFFEE-BREAKS E LANCHES DURANTE SOLENIDADES DA MUNICIPALIDADE, BEM COMO SEMINÁRIOS, ENCONTROS, REUNIÕES, PALESTRAS, CURSOS, CONFERÊNCIAS, TREINAMENTOS, OFICINAS, WORKSHOPS, REALIZAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS E OUTROS EVENTOS CORRELATOS ORGANIZADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS,** de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos. **INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS**: Das 08:00h do dia 15/08/2024 às 18:00h do dia 27/08/2024, (horário de Brasília), **ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:** Das 09:30h do dia 28/08/2024 (horário de Brasília), **INÍCIO DA DISPUTA:** Dia 28/08/2024 às 09:45h (horário de Brasília). INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital completo poderá ser examinado e adquirido através do site: (www.bll.org.br). Maiores informações via email:compras@altogarcas.mt.gov.br, site https://www.altogarcas.mt.gov.br/Transparencia ou no Departamento de Compras e Licitação. Rua Dom Aquino n° 346, Centro – Alto Garças /MT. Telefone (66) 3471-2450/ 3471-1155 das 13h00 às 17h00.Alto Garças - MT, 14 de agosto de 2024. Michele Moraes Amorim Schaefer- Agente de Contratação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

JURIDICO
CI/OF - PARECER - ELEVAÇÃO CLASSE SERVIDOR MUNICIPAL

CI/OF.132/2024

AO SETOR

DE RECURSOS HUMANOS

Alto Paraguai – MT, 09 de agosto de 2024.

Em atenção ao r. ofício n. 724/RH/2024, protocolo 7067/2024 datado de 09/08/2024 informar que :

Trata-se de pedido de ELEVAÇÃO DE NÍVEL da servidora efetiva LUCIANA RAMOS, titular do cargo efetiva de CONTINUA, conforme cópia do termo de posse datada de 01/03/1994.

Consta no referido processo cadastro da servidora, o qual consta admissão em 01/03/1994 e lotação da classe C, nível 10, percebendo mensalmente o valor de R$ 3.648,61 EM CONFORMIDADE COM A TABELA SALARIAL de 30 HORAS.

Neste ínterim, considerando que a servidora tomou posse em 01/03/1994, e para se obter o posicionamento de níveis da classe, ter-se-á como critério a contagem para cada nível, de 03 (três) anos completos de tempo de efetivo, neste sentido:

Lei 247/2010 – PCSS EDUCAÇÃO

Seção II

Da Progressão Funcional

Art. 46 - O Profissional da Educação Pública Municipal obterá progressão funcional, de um nível para outro, mediante aprovação em processo contínuo e específico de avaliação, *observado o interstício de 03 (três) anos****, para a qual serão considerados necessariamente na forma estabelecida em regulamento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura obedecendo aos seguintes critérios de avaliação:***

I- Produtividade;

II- Assiduidade;

III- Disciplina;

IV- Responsabilidade:

V- Pontualidade;

VI- Desempenho profissional;

VII- Relacionamento interpessoal;

VIII- Participação em cursos de capacitação e aperfeiçoamento na área da educação, no mínimo de 120 horas para cada classe.

§ 1o Para primeira progressão, o prazo será contado a partir da data em que se der o exercício do profissional no cargo do seu enquadramento.

§ 2º. Decorrido o prazo previsto no caput e não havendo processo de avaliação a progressão funcional dar-se-á automaticamente.

Neste sentido, ASSIM é a progressão de nível da servidora:

01/03/1994 – nível 01

01/03/1997 – nível 02

01/03/2000- nível 03

01/03/2003 – nível 04

01/03/2006 – nível 05

01/03/2009 – nível 06

01/03/2012 – nível 07

01/03/2015 – nível 08

01/03/2018 – nível 09

01/03/2021 – nível 10

01/03/2024 – nível 11

Contudo em 26/05/2019 a 06/02/2020 ocorreu a suspensão da contagem da progressão da servidora eis que a mesma esteve afastada de suas atribuições, logo, conforme informado pelo Departamento de Recursos Humanos, em DEZEMBRO DE 2024 é que deverá ocorrer a elevação de nível da servidora, pois necessário o cumprimento do período de afastamento na contagem da progressão.

Desta feita, em conformidade com o processo em epigrafe, e determinação legal, a PROGRESSÃO da servidora é direito que se impõe, a partir do mês 12/2024.

Este é o parecer, salvo melhor juízo. As providências cabíveis e necessárias.

RIUSDELAR LOPES PEREIRA

TECN. NIVEL SUPERIOR/OAB/MT 12.652

JURIDICO
CI/OF - MANIFESTAÇÃO

CI/OF.127/2024

ILMA SRA.

GEISA CARINE F. GUIMARÃES

SEC. MUN. RECEITA E CONTROLE

Alto Paraguai – MT, 31 de Julho de 2024.

Em atenção ao r. ofício n. 654/2024/SMAS, datado de 22/07/2024, protocolo n. 6460/2024 de 23/07/2024, informar que a CONCESSÃO DE ALUGUEL SOCIAL deverá ser precedida de licitação e avaliação prévia do imóvel, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações e do prazo de amortização dos investimentos necessários, conforme Lei de Licitações n. 14133/2021, artigo 51.

Observa-se que no documento em anexo, não constam tais informações, logo, OPINO pelo INDEFERIMENTO do pedido, até que o processo seja formalizado legalmente.

Sendo só para o momento.

As providencias cabíveis e necessárias.

Atenciosamente.

RIUSDELAR LOPES PEREIRA

TECN. NIVEL SUPERIOR

OAB/MT 12.652

JURIDICO
CI/OF - PARECER ELEVAÇÃO SERVIDOR MUNICIPAL

CI/OF. 125/2024

AO SETOR

DE RECURSOS HUMANOS

ILMa SRa.

KAUANY BARBARA N. PEREIRA

Assunto: Elevação de Classe

Requerente: ANDREIA DE ARRUDA FREITAS

Trata-se de pedido de CLASSE da servidora efetiva **ANDREIA DE ARRUDA FREITAS** , titular do cargo efetivo de **TDI – TECNICO ADMINISTRATIVO ESCOLAR.**

O processo administrativo 5980/2024, protocolado em 09/07/2024 consta os seguintes documentos:

Requerimento da Secretaria de Educação, fls. 01, datado de 01/04/2024

Histórico Escolar ref. Conclusão do curso de Pós Graduação LATO SENSU EM TEA;

Termo de posse/ posse em 03/02/2017;

cadastro da servidora, onde a mesma encontra-se lotada na Classe B, nível 03;

É o que importa registrar, em síntese, é o Relatório.

DO DIREITO PLEITADO PELA SERVIDORA

Lei 247/2010 – PCCS EDUCAÇÃO

DA ELEVAÇÃO DE CLASSE

Da Promoção da Classe

Art. 45 - A promoção do profissional da educação, de uma classe para outra imediatamente superior a que ocupa, na mesma série de classe, **dar-se-á em virtude da nova habilitação específica alcançada pelo mesmo devidamente comprovada, observado o interstício de 03 (três) anos.**

Da Série dos Níveis de Classes dos Cargos de Carreira

Seção I

Da série de Classes do Cargo de Professor

Do Técnico Administrativo Educacional

Do Apoio Administrativo Educacional

Art. 4º A série de Classes dos Cargos de Professor, Técnico Administrativo Educacional e do Apoio Administrativo Educacional I e II estrutura-se em linha horizontal de acesso, identificada por letras maiúsculas, conforme tabela constantes nos Anexos I, II III, IV, V, VI, VII, VIII e IX da presente lei.

§ 1º As classes são estruturadas segundo o grau de formação, exigidos para o provimento do cargo, da seguinte forma:

I- Técnico Administrativo Educacional:

Classe A: habilitação de ensino médio e curso de profissionalização educacional;

Classe B: habilitação em grau superior, em nível de graduação mais curso de profissionalização educacional;

Classe C: habilitação em grau superior, com curso de especialização lato sensu em área correlata mais, curso de profissionalização educacional ou outro curso de especialização lato sensu na área de gestão/administração escolar;

Classe D: habilitação em grau superior, com curso de mestrado na área de atuação ou correlata profissionalização específica.

Ex vige, **opino pelo DEFERIMENTO da elevação de CLASSE da servidora, eis que preenchido estão os requisitos legais.**

As providências cabíveis e necessárias.

Alto Paraguai – MT., 30 de julho de 2024.

RIUSDELAR LOPES PEREIRA

TECN. NIVEL SUPERIOR- ADV.

OAB/MT 12.652

JURIDICO
CI/OF. - MANIFESTAÇÃO PEDIDO DE SERVIDOR AFASTAMENTO

CI/OF.115/2024

AO SETOR

DE RECURSOS HUMANOS

Alto Paraguai – MT, 22 de Julho de 2024.

Em atenção ao r. ofício n. 668/RH/2024, protocolo 5982/2024 datado de 09/07/2024 informar que dispõe a Legislação Municipal 247/2010, dispõe que:

Seção II

Da licença por motivo de doença em pessoa da família

Art. 66 – *Poderá ser concedida a licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, padrasto ou madrasta, ascendente, descendente, enteado e colateral consangüíneo, ou afim até o segundo grau civil, mediante comprovação médica.*

§ 1º. A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, o que deverá ser apurado por meio de acompanhamento social.

§ 2º. A licença será concedida sem prejuízo de remuneração do cargo de carreira até 60 (sessenta) dias ao ano e , excedendo este prazo, sem remuneração.

Nesse ínterim, ORIENTO para que seja averiguado os preenchimentos dos quesitos legais para o DEFERIMENTO ou INDEFERIMENTO do pedido da servidora PRINAS MARINA LUIZ GALVÃO, lotada na Escola Municipal Bela Vista.

As providências cabíveis e necessárias.

É o que me cumpre informar.

RIUSDELAR LOPES PEREIRA

TECN. NIVEL SUPERIOR

OAB/MT 12.652

JURIDICO
CI/OF. INFORME REQUERIMENTO SERVIDOR "LICENÇA"

CI/OF.132/2024

AO SETOR

DE RECURSOS HUMANOS

Alto Paraguai – MT, 09 de agosto de 2024.

Em atenção ao r. ofício n. 728/RH/2024, protocolo 7068/2024 datado de 09/08/2024 informar que dispõe a Legislação Municipal 247/2010, dispõe que:

Seção II

Da licença por motivo de doença em pessoa da família

Art. 66 – *Poderá ser concedida a licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, padrasto ou madrasta, ascendente, descendente, enteado e colateral consangüíneo, ou afim até o segundo grau civil, mediante comprovação médica.*

§ 1º. ***A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, o que deverá ser apurado por meio de acompanhamento social.***

§ ***2º. A licença será concedida sem prejuízo de remuneração do cargo de carreira até 60 (sessenta) dias ao ano e , excedendo este prazo, sem remuneração****.*

Nesse ínterim, ORIENTO para que seja averiguado os preenchimentos dos quesitos legais para o DEFERIMENTO ou INDEFERIMENTO do pedido da servidora OLINDINA DOS SANTOS PORTELA, dando ciência a mesma da disposição legal mencionada.

E ainda, DEFERIDO o pedido da servidora, assim que a Prefeitura realizar a CONTRATAÇÃO DA ASSISTENTE SOCIAL, solicitar o acompanhamento social para o devido anexo ao presente processo que deverá ser arquivado na pasta da servidora.

As providências cabíveis e necessárias.

É o que me cumpre informar.

RIUSDELAR LOPES PEREIRA

TECN. NIVEL SUPERIOR/OAB/MT 12.652

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE CONTRATOS Nº 058/2024

CONTRATO: Nº 058/2024; CONTRATANTE: Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso; CONTRATADA: **DANIELE BRUGNOLI MENDES OLIVEIRA LTDA; R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais)**; DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 05/08/2024; VIGÊNCIA: 05/08/2024 à 31/12/2024; Inexigibilidade de Licitação sob o nº 017/2024; OBJETO:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE SUPERVISÃO E CAPACITAÇÃO DE EQUIPE PARA IMPLEMENTAÇÃO DO NAMEI (NÚCLEO DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA);** LEGALIDADE: As partes ficam sujeitas as normas estabelecidas na Lei Federal n° 14.133/2021 e suas alterações, assim como as clausulas contratuais.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº029/2024

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de sua Pregoeira e equipe de apoio no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o **PREGÃO ELETRÔNICO N° 029/2024, cujo certame se deu início às 08h30min, do dia 13/08/2024**, sagrou-se vencedor o preponente: COMERCIAL LUAR LTDA - CNPJ 02.545.557/0001-33 com o valor de R$ 281.370,00 (duzentos e oitenta e um mil, trezentos e setenta reais). A licitação foi realizada pela modalidade Pregão Eletrônico, com certame homologado em 14 de agosto de 2024.

Alto Taquari – MT, 14 de agosto de 2024.

THAÍS REGINA BENDER DE SOUZA

Pregoeira

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE CONTRATOS Nº 059/2024

CONTRATO: Nº 059/2024; CONTRATANTE: Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso; CONTRATADA: **SEBBA MOTORS LTDA; R$ 370.000,00 (trezentos e setenta mil reais)**; DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 07/08/2024; VIGÊNCIA: 07/08/2024 à 31/12/2024; ADESÃO Nº 002/2024 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 017/2024 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2024 DA PREFEITURA DE NOVA LACERDA - MT; OBJETO: **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO DA CIDADE DE NOVA LACERDA MT PARA AQUISIÇÃO DE UMA VAN 17+01 LUGARES PARA TRANSPORTAR PACIENTES QUE FAZEM TRATAMENTO DE SAUDE FORA DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI;** LEGALIDADE: As partes ficam sujeitas as normas estabelecidas na Lei Federal n° 14.133/2021 e suas alterações, assim como as clausulas contratuais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 0219/2024

Regulamenta a Lei Municipal nº 1.500/2024, abre Crédito Suplementar pelo Superávit Financeiro, e dá outras providências.

O **Exmo. Senhor Júlio César dos Santos**, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º. Fica aberto Crédito Suplementar no Orçamento Programa LOA/2024, sancionado pela Lei Municipal nº 1.434/2023, bem como, incluído na LDO/2024, aprovada pela Lei nº 1.420/2023 o valor de R$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais), destinados à Reforma de Quadra Esportiva em Unidade Escolar.

Artigo 2º. O Crédito Suplementar ora autorizado, atende às prerrogativas do disposto no artigo 43, parágrafo 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, e suplementa na funcional programática a seguir:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

04.01.12.361.0010.1.060.4490.51.00.00.00 R$ 430.000,00

Meta Financeira: R$ 430.000,00

Fonte de Recurso: 2.500.1001.000 – Identificação das despesas Recurso da Educação

Artigo 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apiacás – MT, 14 de agosto de 2024

JULIO CESAR DOS SANTOS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 0214/2024

Regulamenta a Lei Municipal nº 1.495/2024 abre Crédito Adicional Suplementar no orçamento programa da Câmara Municipal de Vereadores de Apiacás LOA/2024, para atender manutenção do erário, e dá outras providências.

O **Exmo. Senhor Júlio César dos Santos**, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º. Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores LOA/2024, sancionado pela Lei Municipal nº 1.434/2023, bem como, inclui **na LDO/2024,** aprovada pela Lei nº 1.420/2023 o valor de R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), destinados a suplementar dotações de manutenção nas seguintes funcionais programáticas:

01. Câmara Municipal de Vereadores de Apiacás

001. Câmara Municipal de Vereadores de Apiacás

01. Legislativa

031. Ação Legislativa

0001. Manutenção do Poder Legislativo

2.001. Manutenção e Administração do Poder Legislativo

Dotação 3390-30 – Material de Consumo R$ 60.000,00

Dotação 3390-39 – Serv. Terceiro Pessoa Jurídica R$ 40.000,00

1.001. Aquisição de veículos e equipamentos

Dotação 4490-52 – Equipamentos e Material Permanentes R$ 70.000,00

Meta Financeira: R$ 170.000,00

Meta Física: Atender demais demandas de manutenção do Poder Legislativo

Fonte de Recurso: 1.500.000.000 – Recursos ordinários

Artigo 2º. O Crédito Adicional Suplementar ora aberto atende às prerrogativas do disposto no artigo 43, parágrafo 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, e anula parcialmente dotação da funcional programática a seguir:

10.002.25.752.0021.1.094.4.4.90.51-00 R$ 170.000,00

Artigo 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apiacás – MT, 14 de agosto de 2024

JULIO CESAR DOS SANTOS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 0213/2024

Regulamenta a Lei Municipal nº 1.494/2024, abre Crédito Adicional Especial no orçamento programa da Câmara Municipal de Vereadores de Apiacás LOA/2024, para atender aquisição de terreno, e dá outras providências.

O **Exmo. Senhor Júlio César dos Santos**, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º. Fica aberto Crédito Adicional Especial no Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores LOA/2024, sancionado pela Lei Municipal nº 1.434/2023, bem como, inclui **na LDO/2024,** aprovada pela Lei nº 1.420/2023 o valor de R$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), destinados a aquisição de terreno urbano na seguinte funcional programática:

Código Geral: 01.001.01.031.0001.1.140.4.4.90.61-00

01. Câmara Municipal de Vereadores de Apiacás

001. Câmara Municipal de Vereadores de Apiacás

01. Legislativa

031. Ação Legislativa

0001. Manutenção do Poder Legislativo

1.140. Aquisição de Imóveis

4.4.90.61-00 Aquisição de Imóveis R$ 330.000,00

Meta Financeira: R$ 330.000,00

Meta Física: Aquisição de um imóvel urbano vizinho ao prédio da Câmara de Vereadores

Fonte de Recurso: 1.500.000.000 – Recursos ordinários

Artigo 2º. O Crédito Adicional Especial ora aberto, atende às prerrogativas do disposto no artigo 43, parágrafo 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, e anula parcialmente dotação da funcional programática a seguir:

10.002.25.752.0021.1.094.4.4.90.51-00 R$ 330.000,00

Artigo 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apiacás – MT, 14 de agosto de 2024

JULIO CESAR DOS SANTOS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 0215/2024

Regulamenta e Lei Municipal nº 1.496/2024 abre Crédito Suplementar por anulação de dotação orçamentária, e dá outras providências.

O **Exmo. Senhor Júlio César dos Santos**, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º. Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no **Orçamento** Programa LOA/2024 **das diversas Secretarias**, sancionado pela Lei Municipal nº 1.434/2023, bem como, incluído na LDO/2024, aprovada pela Lei nº 1.420/2023 o valor de R$ 990.000,00 (novecentos e noventa mil reais), para manutenção das seguintes dotações orçamentárias:

GABINETE DO PREFEITO - ASSESSORIA JURIDICA

DOTAÇÃO	FONTE	VALOR
02.02.03.092.0005.2.019.3390.35.00.00.00.00 (024)	1.500.0000.000	45.000,00
TOTAL		**45.000,00**

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO

DOTAÇÃO	FONTE	VALOR
03.01.04.122.0003.1.034.4490.52.00.00.00 (036)	1.500.0000.000	40.000,00
03.01.04.122.0003.2.022.3190.03.00.00.00 (037)	1.500.0000.000	6.000,00
03.01.04.122.0003.2.022.3390.14.00.00.00 (044)	1.500.0000.000	10.000,00
03.01.04.122.0003.2.022.3390.40.00.00.00 (050)	1.500.0000.000	90.000,00
TOTAL		**146.000,00**

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO - DEPTO DE RECURSOS HUMANOS

DOTAÇÃO	FONTE	VALOR
03.02.04.122.0053.2.147.3190.13.00.00.00 (056)	1.500.0000.000	3.000,00
TOTAL		**3.000,00**

SEC. DE ADMINSTRAÇÃO - DEPTO DE PATRIMONIO E ALMOXARIFADO

DOTAÇÃO	FONTE	VALOR
03.04.04.122.0003.2.145.3190.14.00.00.00 (077)	1.500.0000.000	15.000,00
TOTAL		**15.000,00**

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

DOTAÇÃO	FONTE	VALOR
11.01.26.782.0021.2.037.3390.39.00.00.00 (742)	1.500.0000.000	460.000,00
TOTAL		**460.000,00**

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO - DAE

DOTAÇÃO	FONTE	VALOR
06.06.17.512.0024.1.006.4490.51.00.00.00 (469)	1.700.0000.000	200.000,00
TOTAL		**200.000,00**

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

DOTAÇÃO	FONTE	VALOR
11.01.26.782.0058.2.095.3390.30.00.00.00 (746)	1.759.0000.000	121.000,00
TOTAL		**121.000,00**

Artigo 2º. O Crédito Suplementar ora aberto no artigo primeiro deste Decreto, tem fundamentação no artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, proveniente de anulação parcial de dotações, conforme funcionais programáticas a seguir:

02.02.03.092.0005.2.019.3190.11.00.00.00 (017)	37.000,00
02.02.03.092.0005.2.019.3191.13.00.00.00 (019)	14.000,00
02.04.24.131.0003.2.091.4490.52.00.00.00 (035)	14.000,00
03.01.04.122.0003.2.022.3390.38.00.00.00 (048)	19.000,00
03.02.04.122.0053.2.147.3191.13.00.00.00 (057)	21.000,00
03.02.04.122.0053.2.147.3390.40.00.00.00 (062)	23.000,00
03.02.04.128.0053.2.086.3390.39.00.00.00 (064)	47.000,00
03.03.04.122.0003.2.144.3390.40.00.00.00 (075)	29.000,00
03.05.26.752.0020.2.150.4490.52.00.00.00 (090)	14.000,00
05.03.04.123.0014.2.148.3390.35.00.00.00 (239)	19.000,00
05.03.04.123.0014.2.148.3390.39.00.00.00 (240)	49.000,00
05.03.04.123.0014.2.148.3390.40.00.00.00 (241)	24.000,00
06.06.17.512.0024.1.006.4490.52.00.00.00 (470)	99.000,00
07.03.16.482.0025.1.031.4490.51.00.00.00 (599)	39.000,00
09.01.20.122.0015.1.020.4490.52.00.00.00 (653)	300.000,00
09.01.20.605.0015.1.102.4490.52.00.00.00 (672)	50.000,00
10.01.15.512.0021.1.109.4490.52.00.00.00 (692)	90.000,00
10.02.25.752.0021.1.094.4490.51.00.00.00 (709)	102.000,00
TOTAL	**990.000,00**

Artigo 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apiacás-MT, 14 de agosto de 2024

JULIO CESAR DOS SANTOS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 0216/2024

Regulamenta a Lei Municipal nº 1.497/2024, abre Crédito Suplementar por anulação parcial de dotações, e dá outras providências.

O **Exmo. Senhor Júlio César dos Santos**, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º. Fica aberto Crédito Suplementar no Orçamento Programa LOA/2024, sancionado pela Lei Municipal nº 1.434/2023, bem como, incluído na LDO/2024, aprovada pela Lei nº 1.420/2023 o valor de R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), destinados a conclusão da Creche, na seguinte funcional programática:

04.001.12.365.0010.1.046.4490.51-00 R$ 210.000,00

SOMA R$ 210.000,00

Fonte de Recurso: 1.500.1001.000

Artigo 2º. O Crédito Suplementar ora aberto atende às prerrogativas do disposto no artigo 43, parágrafo 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, e deduz das funcionais programáticas a seguir:

04.01.12.361.0010.1123.4490.51.00.00 (92) R$ 95.000,00

04.01.12.361.0010.1011.4490.52.00.00 (102) R$ 49.000,00

04.06.13.392.0012.1112.4490.51.00.00 (183) R$ 49.000,00

04.06.13.392.0012.2133.3390.39.00.00 (197) R$ 17.000,00

SOMA R$ 210.000,00

Artigo 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apiacás – MT, 14 de agosto de 2024

JULIO CESAR DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS.

CONTRATADO – **ARAUJO RAMIRES CONSTRUTORA EIRELI-EPP**

CONTRATO N° - 169/2022

OBJETO – QUINTO TERMO ADITIVO PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO

EXECUÇÃO DE OBRA, CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA

PRAZO DE EXECUÇÃO PRORROGADO EM 240 DIAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 0217/2024

Regulamenta e Lei Municipal nº 1.498/2024, abre Crédito Suplementar no Orçamento Programa LOA/2024, por Excesso de Arrecadação, e dá outras providências.

O **Exmo. Senhor Júlio César dos Santos**, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Suplementado o valor de R$ 1.000,000,00 (um milhão de reais) na rubrica de receita orçamentária 4.2.2.1.3.01.0.1.00.00 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal.

Art. 2º. Fica aberto Crédito Suplementar no Orçamento Programa LOA/2024, sancionado pela Lei Municipal nº 1.434/2023, incluído na LDO/2024, aprovada pela Lei nº 1.420/2023, bem como, incluído no PPA 2021/2025 o valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), destinado a aquisição de 01 Ônibus Rodoviário.

Art. 3º. O Crédito Suplementar ora aberto atende às prerrogativas do disposto no artigo 43, parágrafo 1º, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, pelo Excesso de Arrecadação na funcional programática a seguir:

12. Secretaria Municipal de Esportes

001. Administração Geral do Esportes

27. Desporto

812. Desporto Comunitário

0013. Incentivo ao Desporto Amador

1.012. Aquisição de Veículos e Equipamentos para Esporte

Dotação: 4.4.90-52 – Equipamentos e Material Permanente R$ 1.000.000,00

Meta Financeira: R$: 1.000.000,00

Fonte de Recursos: 1.755.0000-000 – Rec. de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta

Meta Física: Aquisição de 01 Ônibus Rodoviário

Artigo 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apiacás – MT, 14 de agosto de 2024

JULIO CESAR DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 222/2024.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Exonerar o Sr. **ALEXANDRO FRETE DE BRITO,** inscrito no CPF sob o nº ***.***.881-**, do cargo de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO I,** lotado na Secretaria Municipal de Urbanismo.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT, 14 de Agosto de 2024.

JULIO CESAR DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 163/2023

CONTRATANTE-PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CONTRATADO- EDILSON OLIVEIRA DA SILVA

OBJETO- ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGENCIA

PRAZO DE VIGENCIA PRORROGADO EM 12 MESES

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE PEDREIRO, AUXILIAR DE PEDREIRO, PINTOR E AUXILIAR DE PINTOR PARA MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS E BENS PÚBLICOS

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICAÇÃO LEI MUNICIPAL Nº 1.496/2024.

Autoriza o Poder Executivo abrir Crédito Suplementar por anulação de dotação orçamentária, e dá outras providências.

O **Exmo. Senhor Júlio César dos Santos**, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Programa LOA/2024, nas diversas Secretarias, sancionado pela Lei Municipal nº 1.434/2023, bem como, incluir na LDO/2024, aprovada pela Lei nº 1.420/2023 o valor de R$ 990.000,00 (novecentos e noventa mil reais), para manutenção das seguintes dotações orçamentárias:

GABINETE DO PREFEITO - ASSESSORIA JURIDICA

DOTAÇÃO	FONTE	VALOR
02.02.03.092.0005.2.019.3390.35.00.00.00.00 (024)	1.500.0000.000	45.000,00
TOTAL		**45.000,00**

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO

DOTAÇÃO	FONTE	VALOR
03.01.04.122.0003.1.034.4490.52.00.00.00 (036)	1.500.0000.000	40.000,00
03.01.04.122.0003.2.022.3190.03.00.00.00 (037)	1.500.0000.000	6.000,00
03.01.04.122.0003.2.022.3390.14.00.00.00 (044)	1.500.0000.000	10.000,00
03.01.04.122.0003.2.022.3390.40.00.00.00 (050)	1.500.0000.000	90.000,00
TOTAL		**146.000,00**

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO - DEPTO DE RECURSOS HUMANOS

DOTAÇÃO	FONTE	VALOR
03.02.04.122.0053.2.147.3190.13.00.00.00 (056)	1.500.0000.000	3.000,00
TOTAL		**3.000,00**

SEC. DE ADMINSTRAÇÃO - DEPTO DE PATRIMONIO E ALMOXARIFADO

DOTAÇÃO	FONTE	VALOR

03.04.04.122.0003.2.145.3190.14.00.00.00 (077)	1.500.0000.000	15.000,00
TOTAL		**15.000,00**

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

DOTAÇÃO	FONTE	VALOR
11.01.26.782.0021.2.037.3390.39.00.00.00 (742)	1.500.0000.000	460.000,00
TOTAL		**460.000,00**

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO - DAE

DOTAÇÃO	FONTE	VALOR
06.06.17.512.0024.1.006.4490.51.00.00.00 (469)	1.700.0000.000	200.000,00
TOTAL		**200.000,00**

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

DOTAÇÃO	FONTE	VALOR
11.01.26.782.0058.2.095.3390.30.00.00.00 (746)	1.759.0000.000	121.000,00
TOTAL		**121.000,00**

Artigo 2º. O Crédito Suplementar autorizado no artigo primeiro desta Lei, tem fundamentação no artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, proveniente de anulação parcial de dotações, conforme funcionais programáticas a seguir:

02.02.03.092.0005.2.019.3190.11.00.00.00 (017)	37.000,00
02.02.03.092.0005.2.019.3191.13.00.00.00 (019)	14.000,00
02.04.24.131.0003.2.091.4490.52.00.00.00 (035)	14.000,00
03.01.04.122.0003.2.022.3390.38.00.00.00 (048)	19.000,00
03.02.04.122.0053.2.147.3191.13.00.00.00 (057)	21.000,00
03.02.04.122.0053.2.147.3390.40.00.00.00 (062)	23.000,00
03.02.04.128.0053.2.086.3390.39.00.00.00 (064)	47.000,00
03.03.04.122.0003.2.144.3390.40.00.00.00 (075)	29.000,00
03.05.26.752.0020.2.150.4490.52.00.00.00 (090)	14.000,00
05.03.04.123.0014.2.148.3390.35.00.00.00 (239)	19.000,00
05.03.04.123.0014.2.148.3390.39.00.00.00 (240)	49.000,00
05.03.04.123.0014.2.148.3390.40.00.00.00 (241)	24.000,00
06.06.17.512.0024.1.006.4490.52.00.00.00 (470)	99.000,00
07.03.16.482.0025.1.031.4490.51.00.00.00 (599)	39.000,00
09.01.20.122.0015.1.020.4490.52.00.00.00 (653)	300.000,00
09.01.20.605.0015.1.102.4490.52.00.00.00 (672)	50.000,00
10.01.15.512.0021.1.109.4490.52.00.00.00 (692)	90.000,00
10.02.25.752.0021.1.094.4490.51.00.00.00 (709)	102.000,00
TOTA	**990.000,00**

Artigo 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apiacás-MT, 13 de agosto de 2024

JULIO CESAR DOS SANTOS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 0218/2024

Regulamenta a Lei Municipal nº 1.499/2024, abre Crédito Suplementar pelo Superávit Financeiro, e dá outras providências.

O **Exmo. Senhor Júlio César dos Santos**, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto Crédito Suplementar no Orçamento Programa LOA/2024, sancionado pela Lei Municipal nº 1.434/2023, bem como, incluído na LDO/2024, aprovada pela Lei nº 1.420/2023 o valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), destinados à Aquisição de Equipamentos para o Hospital Municipal

Artigo 2º. O Crédito Suplementar ora aberto atende às prerrogativas do disposto no artigo 43, parágrafo 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, e suplementa na funcional programática a seguir:

Secretaria Municipal de Saúde

06.03.10.302.0063.1.052.4490.52.00.00.00 R$ 100.000,00

Meta Financeira: R$: 100.000,00

Meta Física: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente

Fonte de Recurso: 2.601.0000– Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturante

Artigo 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apiacás – MT, 14 de agosto de 2024

JULIO CESAR DOS SANTOS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 0221/2024

Regulamenta a Lei Municipal nº 1.502/2024, abre Crédito Suplementar por anulação de Dotação Orçamentaria, e dá outras providências.

O **Exmo. Senhor Júlio César dos Santos**, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º. Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no **Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores** LOA/2024, sancionado pela Lei Municipal nº 1.434/2023, incluído **na LDO/2024,** aprovada pela Lei nº 1.420/2023 o valor de R$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), para manutenção das seguintes dotações orçamentárias de recursos do SUS Fundo a Fundo União:

06 – SECRETARA DE SAÚDE

02 – FMS SAUDE – ATENÇÃO PRIMARIA EM SAUDE

10 – SAUDE

301 – ATENÇÃO BASICA

0062 - SAÚDE: UM DIREITO DE TODOS - Atenção Primária

2.066 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE

DOTAÇÃO	FONTE	VALOR
06.02.10.301.0062.2.066.3390.34.00.00 (332)	1.600.0000.000	70.000,00
TOTAL		**70.000,00**

06 – SECRETARA DE SAÚDE

03 – FMS SAUDE – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

10 – SAUDE

302 – ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

0063 - SAÚDE: UM DIREITO DE TODOS - MAC

2.065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CENTRAL MUNICIPAL DE REGULAÇÃO

DOTAÇÃO	FONTE	VALOR
06.03.10.302.0063.2.065.3390.33.00.00 (378)	1.600.0000.000	50.000,00
TOTAL		**50.000,00**

06 – SECRETARA DE SAÚDE

03 – FMS SAUDE – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

10 – SAUDE

302 – ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

0063 - SAÚDE: UM DIREITO DE TODOS - MAC

2.072 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL

DOTAÇÃO	FONTE	VALOR
06.03.10.302.0063.2.072.3390.14.00.00 (389)	1.600.0000.000	10.000,00
TOTAL		**10.000,00**

06 – SECRETARA DE SAÚDE

03 – FMS SAUDE – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

10 – SAUDE

302 – ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

0063 - SAÚDE: UM DIREITO DE TODOS - MAC

2.076 – MANUTENCAO DA FARMACIA HOSPITALAR

DOTAÇÃO	FONTE	VALOR
06.03.10.302.0063.2.076.3390.30.00.00 (822)	1.600.0000.000	50.000,00
TOTAL		**50.000,00**

06 – SECRETARA DE SAÚDE

04 – FMS – ASSISTENCIA FARMACEUTICA

10 – SAUDE

303 – SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPEUTICO

0064 - SAÚDE: UM DIREITO DE TODOS - Assistência Farmacêutica

2.077 – MANUTENÇÃO DA FARMACIA BASICA

DOTAÇÃO	FONTE	VALOR
06.04.10.303.0064.2.077.3390.32.00.00	1.600.0000.000	100.000,00
TOTAL		**100.000,00**

Artigo 2º. O Crédito Suplementar ora aberto no artigo primeiro desta Lei, tem fundamentação no artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, proveniente de anulação parcial de dotações, das seguintes funcionais programáticas:

05.01.04.123.0050.2.024.3290.21.00.00.00 (214)	90.000,00
05.01.04.123.0050.2.142.3390.39.00.00.00 (210)	110.000,00
06.03.10.302.0063.1.131.4490.51.00.00,00 (832)	80.000,00
SOMA	**280.000,00**

Artigo 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apiacás MT, 14 de agosto de 2024

JULIO CESAR DOS SANTOS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 0220/2024

Regulamenta e Lei Municipal nº 1.501/2024, abre Crédito Suplementar no Orçamento Programa LOA/2024, por Excesso de Arrecadação, e dá outras providências.

O **Exmo. Senhor Júlio César dos Santos**, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Suplementado o valor de R$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) **na rubrica de receita orçamentária 4.1.7.2.3.50.0.1.00.00.00** Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - Estado

Art. 2º. Fica aberto Crédito Suplementar no Orçamento Programa LOA/2024, sancionado pela Lei Municipal nº 1.434/2023, incluído na LDO/2024, aprovada pela Lei nº 1.420/2023, bem como, incluído no PPA 2021/2025 o valor de R$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), destinados a atender demandas da Média Complexidade.

Art. 3º. O Crédito Suplementar ora aberto atende às prerrogativas do disposto no artigo 43, parágrafo 1º, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, pelo excesso de arrecadação nas funcionais programáticas a seguir:

06 – SECRETARA DE SAÚDE

03 – FMS SAUDE – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

10 – SAUDE

302 – ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

0063 - SAÚDE: UM DIREITO DE TODOS - MAC

2.065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CENTRAL MUNICIPAL DE REGULAÇÃO

DOTAÇÃO	FONTE	VALOR
06.03.10.302.0063.2.065.3390.33.00.00 (810)	1.621.0000.000	100.000,00
TOTAL		**100.000,00**

06 – SECRETARA DE SAÚDE

03 – FMS SAUDE – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

10 – SAUDE

302 – ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

0063 - SAÚDE: UM DIREITO DE TODOS - MAC

2.072 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL

DOTAÇÃO	FONTE	VALOR
06.03.10.302.0063.2.072.3390.34.00.00 (815)	1.621.0000.000	200.000,00
TOTAL		**200.000,00**

06 – SECRETARA DE SAÚDE

03 – FMS SAUDE – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

10 – SAUDE

302 – ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

0063 - SAÚDE: UM DIREITO DE TODOS - MAC

2.076 – MANUTENCAO DA FARMACIA HOSPITALAR

DOTAÇÃO	FONTE	VALOR
06.03.10.302.0063.2.076.3390.30.00.00 (821)	1.621.0000.000	30.000,00
TOTAL		**30.000,00**

Artigo 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apiacás – MT, 14 de agosto de 2024

JULIO CESAR DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

TERMO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE 013/2024

PROCESSO 026/2024

RATIFICO, DEFIRO e **AUTORIZO** a contratação da Pessoa Jurídica **SAM BUSINESS LTDA,** sediada na Rua 5, 190, Quadra: B-1; Lote: 14 – Jardim Goiás, CEP: 74.805-210, Goiânia – GO, inscrita no CNPJ n° **22.644.513/0001-78**, neste ato representada por seu Representante Legal o Sr. Santiago Ferraz de Maia, brasileiro, empresário, solteiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 961.972.001-63, RG nº 3448953 DGPC/GO, residente e domiciliado na Rua Teresina, 190, Edifício Evidence Office – Alto da Glória, CEP: 74.815-715, Goiânia – GO, para prestação de serviço referente **CONTRATAÇÃO DE SHOW MUSICAL COM O DJ JIRAYA UAI PARA APRESENTAÇÃO NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2024, NO 18º FESTIVAL DE PRAIA RIO ARAGUAINHA, COM DURAÇÃO APROXIMADA DE**

00H040M (QUARENTA MINUTOS), e autorizo o empenho da despesa no valor total estimado em **R$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais),** com pagamento a ser efetuado conforme contrato, com a realização do Certame Licitatório na Modalidade **Inexigibilidade de Licitação 013/2024**, com respaldo legal nos termos do art. 74, "caput", inc. II, da Lei n° 14.133/21, observados, então, os ditames legais aplicáveis à espécie.

Araguainha – MT, 14 de agosto de 2024.

FRANCISCO GONÇALVES NAVES

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE TESOURARIA
PORTARIA Nº 190/2024, DE 14 DE AGOSTO DE 2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr. **FRANCISCO GONÇALVES NAVES,** no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.525 de 11 de maio de 2023, que regulamenta, a Lei Federal Complementar nº 195/2022(Lei Paulo Gustavo).

CONSIDERANDO a Lei nº 14.399/2022 que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à (PNAB).

RESOLVE:

Artigo 1º Ficam nomeados para composição da Comissão de seleção das propostas para os Editais das referidas leis para o ano de 2024 conforme estabelecidos nos referidos Editais das referidas Leis, os seguintes membros:

1- Um representante da Câmara Municipal Guiomar Alves de Souza Moura

CPF:592.762.581-91

2- Dois representantes do Conselho Municipal de Política Cultural

Vander Lúcio Nunes de Jesus

CPF: 003.914.751-77

Leonice Maria da Cruz CPF: 592.766.141-68 **3- Dois Servidores da Prefeitura Municipal de Araguainha**

Anália Barreto de Carvalho

CPF: 362.137.211-34

Ana Lúcia Pais de Matos Marques

CPF: 883.806.881-04

Art. 2º. O desempenho dos membros nomeados por esta Portaria será gratuito e considerado como "serviço relevante prestado ao Município de Araguainha conforme prevê a lei 933/2021 de sua reestruturação.

Art. 3º. Após a publicação desta Portaria, os membros deverão se reunir para analisar o Projetos para seleção.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da prefeitura municipal de Araguainha, aos 14 de agosto de 2024.

FRANCISCO GONÇALVES NAVES

Prefeito Municipal

Araguainha-mt

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2024

O MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA/MT torna público aos interessados que realizará licitação cujo objeto é o Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de MATERIAL LABORATORIAL, em atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Saúde. Modalidade: Pregão. Forma: Eletrônica. Tipo: Menor preço por item. Data de Abertura: 29 de agosto de 2024, às 09h00min (horário de Brasília). O Edital, na íntegra, está disponível em: http://www.araputanga.mt.gov.br/categoria/pregao-e... https://www.licitanet.com.br,seplan3@araputanga.mt...

Araputanga/ MT, 14 de agosto de 2024.

Dalvan Nonato Alves

Secretário de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - INEXIGIBILIDADE Nº 019/2024/ CREDENCIAMENTO Nº 001/2024

A Prefeitura Municipal de Araputanga-MT, através da agente de contratação, torna público aos interessados, que em 14/08/2024 foi realizado o julgamento da conferência da documentação apresentada para o Credenciamento, cujo objeto é a Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço de Arbitragem para realização de eventos esportivos na sede do Município, em atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, o qual resultou credenciada a empresa:

MARCELO FERNADES SANTOS DE SOUZA, inscrita no CNPJ nº 47.645.840/0001-75.

Informa aos interessados que os autos do certame ficam desde já disponíveis para exame de quaisquer interessados.

Araputanga/MT, 14 de agosto de 2024.

Eliana Pains de Amorim

Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA- CONTABILIDADE
DECRETO SUPLEMENTAR N.085/2024

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
CNPJ 24.977.654/0001-38
R. Presidente Costa e Silva esquina com a R. Castelo Branco, N.259-E, Vila Nova, Arenápolis - MT, 78420-000 -
(65) 3343-1105 - prefeitura@arenapolis.mt.gov.br - http://www.arenapolis.mt.gov.br

DECRETO Nº 085/2024

Súmula: Abre Crédito suplementar

NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de ARENÁPOLIS, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 1746/2024, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

ART-01 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, dos recursos orçamentários constantes da Lei Orçamentária Anual 2024, em consonância com o Inciso VI, art. 167 da Constituição Federal, conforme abaixo discriminado:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 001 - FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 347	07.001.08.122.0002.1037.4.4.90.52.1.701.0000000		1.300,00
		Sub-Total:	**1.300,00**
		Total Parcial Suplementado:	**1.300,00**

ART-02 - Os recursos para cobertura dos Credito Adicional Suplementar, serão por anulação de dotações orçamentárias , conforme discriminação abaixo:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 004 - FUMAPI - FUNDO MUNIC. APOIO POL. IDOSO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 404	07.004.08.241.0020.1072.4.4.90.51.1.701.0000000		1.300,00
		Sub-Total:	**1.300,00**
		Total Parcial Reduzido:	**1.300,00**

ART-03 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ARENÁPOLIS - MT, 7 de agosto de 2024

EDERSON FIGUEIREDO
Prefeito

RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO-INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 025/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 087/2024

EDERSON FIGUEIREDO, Prefeito Municipal de Arenápolis, Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **RATIFICA**, **ADJUDICA E HOMOLOGA** o **Processo Administrativo Nº. 087/2024 – Inexigibilidade de Licitação por credenciamento nº. 025/2024**, com respaldo na Lei 14.133/2021, art. 74 I, tendo por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE MAO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REVISÃO DE PAREDES, RECUPERAÇÃO DE RACHADURAS E PINTURA EXTERNA E INTERNA; E, INCLUSIVE COM FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS NECESSÁRIAS PARA A PERFEITA EXECUÇÃO DO CONTRATO, ATENDENDO A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARENÁPOLIS/MT, SEGUNDO ESPECIFICAÇÃO CONSTANTE NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL.**

RECONHEÇO a inexigibilidade de Licitação por credenciamento, com Embasamento legal: Lei Federal nº 14.133/2021, notadamente os arts. 74, caput, IV, 78, I, combinados com o art. 79, I, todos da mencionada Lei, bem como o Decreto Municipal nº 30/2023, para a contratação das empresas Credenciadas: a empresa **ERALDO FERREIRA DE SENE-ME**, inscrita no CNPJ sob **Nº 33.082.895.0001-00,** no item 1.1- PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, item 1.2- SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, item 1.3- GESSEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES e item 1.4- MARCENEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, no valor total **R$ 46.512,96** (quarenta e seis mil, quinhentos e doze reais e noventa e seis centavos). Determinando que se proceda á publicação do devido extrato da ratificação. E, sendo assim, **RATIFICO** o processo licitatório **INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO 025/2024**.

Arenápolis-MT, 14 de Agosto de 2024.

EDERSON FIGUEIREDO

Prefeito Municipal

PREFEITURA- CONTABILIDADE
DECRETO SUPLEMENTAR N.084/2024

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
CNPJ 24.977.654/0001-38
R. Presidente Costa e Silva esquina com a R. Castelo Branco, N.259-E, Vila Nova, Arenápolis - MT, 78420-000 -
(65) 3343-1105 - prefeitura@arenapolis.mt.gov.br - http://www.arenapolis.mt.gov.br

DECRETO Nº 084/2024

Súmula: Abre Crédito suplementar
NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de ARENÁPOLIS, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 1746/2024, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

ART-01 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, dos recursos orçamentários constantes da Lei Orçamentária Anual 2024, em consonância com o Inciso VI, art. 167 da Constituição Federal, conforme abaixo discriminado:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 001 - FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 347	07.001.08.122.0002.1037.4.4.90.52.1.500.0000000		5.393,00
Cód. red.: 371	07.001.08.244.0017.2073.3.3.90.39.1.660.0000000		5.000,00
		Sub-Total:	**10.393,00**

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNIC. DESPORTO, LAZER E TURISMO
Unidade: 001 - DEPARTAMENTO DESPORTO E LAZER

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 496	11.001.27.122.0002.2050.3.3.90.14.1.500.0000000		293,00
		Sub-Total:	**293,00**
		Total Parcial Suplementado:	**10.686,00**

ART-02 - Os recursos para cobertura dos Credito Adicional Suplementar, serão por anulação de dotações orçamentárias , conforme discriminação abaixo:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 001 - FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 521	07.001.08.244.0017.2142.3.3.90.30.1.660.0000000		4.000,00
Cód. red.: 522	07.001.08.244.0017.2142.3.3.90.39.1.660.0000000		1.000,00
Cód. red.: 376	07.001.08.244.0019.2082.3.3.90.39.1.500.0000000		3.293,00
Cód. red.: 377	07.001.08.244.0019.2110.3.3.90.30.1.500.0000000		101,00
Cód. red.: 378	07.001.08.244.0019.2110.3.3.90.36.1.500.0000000		1.999,00
		Sub-Total:	**10.393,00**

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNIC. DESPORTO, LAZER E TURISMO
Unidade: 001 - DEPARTAMENTO DESPORTO E LAZER

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 508	11.001.27.812.0010.2116.3.3.90.40.1.500.0000000		293,00
		Sub-Total:	**293,00**
		Total Parcial Reduzido:	**10.686,00**

ART-03 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ARENÁPOLIS - MT, 7 de agosto de 2024

EDERSON FIGUEIREDO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE DISPENSA N° 38/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 128/2024

O Município de Aripuanã, em conformidade com Art. 75, inciso II - da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE DO TIPO (PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, SABÃO EM PÓ, ESPONJA, MULT USO, DETERGENTE E DESINFETANTE), DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO INFANTIL CRECHE, DESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARIPUANÃ-MT.

EMPRESA VENCEDORA:

COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E REPRESENTAÇÃOES DS2R LTDA, CNPJ Nº. 54.768.851/0001-08, vencedora com o valor de R$ 36.096,00 (trinta e seis mil e noventa e seis reais).

Maiores informações poderão ser adquiridas pelo site http://www.aripuana.mt.gov.br, pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br, ou pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 14/08/2024.

SIDNEI PEREIRA DE SOUZA JÚNIOR

Supervisor de Licitação

PORTARIA N.º 092/2024

“Dispõe sobre a concessão do benefício LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora Sra. **MAIRA DE CAMPOS SANTOS**.”

A Secretaria Municipal de Administração de Aripuanã , Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 75, da Lei Complementar n.º 166/2020 PLC Nº 014-2020, que reformulou o estatuto dos servidores públicos do município;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, a servidora Sra. MAIRA DE CAMPOS SANTOS, portadora do RG n.º 22469*** e do CPF n.º ***.671.271-**, residente e domiciliada neste município, efetiva no cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE-VII-B, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com vencimentos integrais, a partir de 18/06/2024 e término em 03/07/2024, conforme processo administrativo do **ARIPUANÃ-PREVI,** n.º 2024.05.00099P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em

contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Aripuanã - MT, 13/08/2024.

DJORGENES SCHIMAINSKI DE MORAES

Secretário Municipal de Administração

Gestor do ARIPUANÃ-PREVI

PORTARIA N.º 093/2024

“Dispõe sobre a concessão do benefício LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao servidor Sr. **ROBERTO FLAVIO MOREIRA**.”

A Secretaria Municipal de Administração de Aripuanã , Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 75, da Lei Complementar n.º 166/2020 PLC Nº 014-2020, que reformulou o estatuto dos servidores públicos do município;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, ao servidor Sr. ROBERTO FLAVIO MOREIRA, portador do RG n.º 255*** e do CPF n.º ***.249.012-**, residente e domiciliado neste município, efetivo no cargo de VIGIA NAO-PROFISSIONALIZADO, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais, a partir de 13/03/2024 e término em 03/04/2024, conforme processo administrativo do **ARIPUANÃ-PREVI,** n.º 2024.05.00098P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em

contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Aripuanã - MT, 13/08/2024.

DJORGENES SCHIMAINSKI DE MORAES

Secretário Municipal de Administração

Gestor do ARIPUANÃ-PREVI

PORTARIA N.º 101/2024

“Dispõe sobre a concessão do benefício LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora Sra. **DAIANE AIURI CENTURIAO DE OLIVEIRA**. ”

A Secretaria Municipal de Administração de Aripuanã , Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 75, da Lei Complementar n.º 166/2020 PLC Nº 014-2020, que reformulou o estatuto dos servidores públicos do município;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, a servidora Sra. DAIANE AIURI CENTURIAO DE OLIVEIRA, portadora do RG n.º 23044*** e do CPF n.º ***.075.151-**, residente e domiciliada neste município, efetiva no cargo de PROFESSOR 1 - CLASSE B, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais, a partir de 18/06/2024 e término em 01/07/2024, conforme processo administrativo do **ARIPUANÃ-PREVI,** n.º 2024.05.00106P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em

contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Aripuanã - MT, 13/08/2024.

DJORGENES SCHIMAINSKI DE MORAES

Secretário Municipal de Administração

Gestor do ARIPUANÃ-PREVI

PORTARIA N.º 094/2024

*“Dispõesobrea concessão do benefício LICENÇA À GESTANTE, À ADOTANTE à servidora Sra**. DAIANE RUFINO VICENTE ARAUJO**.”*

A Secretaria Municipal de Administração de Aripuanã , Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 86, da Lei Complementar n.º 166 PLC Nº 014-2020, que versa acerca da reformulação do Estatuto dos servidores públicos do município;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício ***LICENÇA À GESTANTE, À ADOTANTE***, à servidora Sra. DAIANE RUFINO VICENTE ARAUJO, portadora do RG n.º 29508*** e CPF n.º ***.331.711-**, residente e domiciliada neste município, efetiva no cargo de PROFESSOR 1 - CLASSE B , lotada na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais, a partir de 19/

07/2024 e término em 14/01/2025, conforme processo administrativo do **ARIPUANÃ-PREVI,** n.º 2024.08.00100P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em

contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Aripuanã - MT, 13/08/2024.

DJORGENES SCHIMAINSKI DE MORAES

Secretário Municipal de Administração

Gestor do ARIPUANÃ-PREVI

PORTARIA N.º 100/2024

"Dispõe sobre a concessão do benefício LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora Sra. **SANDRA FREIRE**."

A Secretaria Municipal de Administração de Aripuanã , Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 75, da Lei Complementar n.º 166/2020 PLC Nº 014-2020, que reformulou o estatuto dos servidores públicos do município;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, a servidora Sra. SANDRA FREIRE, portadora do RG n.º 32428*** e do CPF n.º ***.172.242-**, residente e domiciliada neste município, efetiva no cargo de ZELADORA-NAO PROFISSIONALIZADO, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais, a partir de 29/06/2024 e término em 11/09/2024, conforme processo administrativo do **ARIPUANÃ-PREVI,** n.º 2024.05.00105P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em

contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Aripuanã - MT, 13/08/2024.

DJORGENES SCHIMAINSKI DE MORAES

Secretário Municipal de Administração

Gestor do ARIPUANÃ-PREVI

PORTARIA N.º 099/2024

"Dispõe sobre a concessão do benefício LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora Sra. **JOANIR DE ABREU**."

A Secretaria Municipal de Administração de Aripuanã , Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 75, da Lei Complementar n.º 166/2020 PLC Nº 014-2020, que reformulou o estatuto dos servidores públicos do município;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, a servidora Sra. JOANIR DE ABREU, portadora do RG n.º 107*** e do CPF n.º ***.402.831-**, residente e domiciliada neste município, efetiva no cargo de PROFESSOR 3 - CLASSE C, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais, a partir de 25/05/2024 e término em 05/11/2024, conforme processo administrativo do **ARIPUANÃ-PREVI,** n.º 2024.05.00104P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Aripuanã - MT, 13/08/2024.

DJORGENES SCHIMAINSKI DE MORAES

Secretário Municipal de Administração

Gestor do ARIPUANÃ-PREVI

PORTARIA N.º 098/2024

"Dispõe sobre a concessão do benefício LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora Sra. **TALITA WILLE DIAS**."

A Secretaria Municipal de Administração de Aripuanã , Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 75, da Lei Complementar n.º 166/2020 PLC Nº 014-2020, que reformulou o estatuto dos servidores públicos do município;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, a servidora Sra. TALITA WILLE DIAS, portadora do RG n.º 23819*** e do CPF n.º ***.281.751-**, residente e domiciliada neste município, efetiva no cargo de TECNICO DE DESENV EDUCACIONAL-TDE-40 HS NAO PROFISI, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais, a partir de 28/05/2024 e término em 11/07/2024, conforme processo administrativo do **ARIPUANÃ-PREVI,** n.º 2024.05.00103P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Aripuanã - MT, 13/08/2024.

DJORGENES SCHIMAINSKI DE MORAES

Secretário Municipal de Administração

Gestor do ARIPUANÃ-PREVI

PORTARIA N.º 097/2024

"Dispõe sobre a concessão do benefício LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora Sra. **SIRLEI SALDANHA DE JESUS**."

A Secretaria Municipal de Administração de Aripuanã , Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 75, da Lei Complementar n.º 166/2020 PLC Nº 014-2020, que reformulou o estatuto dos servidores públicos do município;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, a servidora Sra. SIRLEI SALDANHA DE JESUS, portadora do RG n.º 16094*** e do CPF n.º ***.421.441-**, residente e domiciliada neste município, efetiva no cargo de ZELADORA-NAO PROFISSIONALIZADO, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais, a partir de 11/06/2024 e término em 22/11/2024, conforme processo administrativo do **ARIPUANÃ-PREVI,** n.º 2024.05.00102P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Aripuanã - MT, 13/08/2024.

DJORGENES SCHIMAINSKI DE MORAES

Secretário Municipal de Administração

Gestor do ARIPUANÃ-PREVI

PORTARIA N.º 096/2024

"Dispõe sobre *a concessão do benefício* LICENÇA À GESTANTE, À ADOTANTE à servidora **Sra. DAIANE ALVES RAMOS ."**

A Secretaria Municipal de Administração de Aripuanã , Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 86, da Lei Complementar n.º 166 PLC Nº 014-2020, que versa acerca da reformulação do Estatuto dos servidores públicos do município;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **LICENÇA À GESTANTE, À ADOTANTE**, à servidora Sra. DAIANE ALVES RAMOS, portadora do RG n.º 23386*** e CPF n.º ***.909.941-**, residente e domiciliada neste município, efetiva no cargo de TECNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL TDE N. PROFI, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais, a partir de 31/07/2024 e término em 26/01/2025, conforme processo administrativo do **ARIPUANÃ-PREVI,** n.º 2024.08.00101P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Aripuanã - MT, 13/08/2024.

DJORGENES SCHIMAINSKI DE MORAES

Secretário Municipal de Administração

Gestor do ARIPUANÃ-PREVI

PORTARIA N.º 095/2024

"Dispõe sobre a concessão do benefício LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora Sra. **MARIA JOSE DE OLIVEIRA**."

A Secretaria Municipal de Administração de Aripuanã , Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 75, da Lei Complementar n.º 166/2020 PLC Nº 014-2020, que reformulou o estatuto dos servidores públicos do município;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, a servidora Sra. MARIA JOSE DE OLIVEIRA, portadora do RG n.º 712.*** e do CPF n.º ***.725.671-**, residente e domiciliada neste município, efetiva no cargo de ZELADORA-PROFISSIONALIZADO, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais , a partir de 09/07/2024 e término em 22/08/2024, conforme processo administrativo do **ARIPUANÃ-PREVI,** n.º 2024.05.00107P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Aripuanã - MT, 13/08/2024.

DJORGENES SCHIMAINSKI DE MORAES

Secretário Municipal de Administração

Gestor do ARIPUANÃ-PREVI

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 40/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 133/2024

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, em conformidade com Art. 75, inciso II – da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE PLANTAS ORNAMENTAIS AFIM DE SEREM PLANTADAS NA AVENIDA 02 DE DEZEMBRO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ-MT,** podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa.

Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 19/08/2024 às 17:00h

Abertura dos Envelopes: 20/08/2024 às 10:00h

A proposta de Preços e os documentos de Habilitação deverão ser entregues em **ENVELOPE LACRADO** no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Aripuanã, sito a Praça São Francisco de Assis, nº. 128, Centro, Aripuanã-MT, CEP: 78.325-000, nos horários de 07h:00min às 11h:00min e 13h:00min as 17h:00min, em dias úteis até a data limite.

O Edital/Termo de Referência da Dispensa estará disponível no Site Oficial do Município http://www.aripuana.mt.gov.br, ou através do licitacao@aripuana.mt.gov.br. Outras informações poderão ser obtidas na Sala da CPL, si Praça São Francisco de Assis, nº. 128, Centro, Aripuanã-MT, CEP: 78.325-000, no horário das 07h:00min às 11h:00min de segunda a sexta feira.

Aripuanã-MT, 14 de Agosto de 2024.

HILARIANE HILARIO DA SILVA

Agente de Contratação

REPUBLICADA APÓS CORREÇÃO

PORTARIA N.º 083/2024

"Dispõe sobre a concessão do benefício LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora Sra. **MARIA JOSE DE OLIVEIRA**."

A Secretaria Municipal de Administração de Aripuanã , Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 75, da Lei Complementar n.º 166/2020 PLC Nº 014-2020, que reformulou o estatuto dos servidores públicos do município;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, a servidora Sra. MARIA JOSE DE OLIVEIRA, portadora do RG n.º 712.*** e do CPF n.º ***.725.671-**, residente e domiciliada neste município, efetiva no cargo de ZELADORA-PROFISSIONALIZADO, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais a partir de 28/05/2024 e término em 11/06/2024, conforme processo administrativo do **ARIPUANÃ-PREVI,** n.º 2024.05.00088P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Aripuanã - MT, 03/07/2024.

DJORGENES SCHIMAINSKI DE MORAES

Secretário Municipal de Administração

Gestor do ARIPUANÃ-PREVI

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 39/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 134/2024

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, em conformidade com Art. 75, inciso II – da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PLANTIO DE PLANTAS ORNAMENTAIS A SEREM PLANTADAS NA AVENIDA 02 DE DEZEMBRO, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE ARIPUANÃ – MT,** podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa.

Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 19/08/2024 às 17:00h

Abertura dos Envelopes: 20/08/2024 às 10:00h

A proposta de Preços e os documentos de Habilitação deverão ser entregues em **ENVELOPE LACRADO** no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Aripuanã, sito a Praça São Francisco de Assis, nº. 128, Centro, Aripuanã-MT, CEP: 78.325-000, nos horários de 07h:00min às 11h:00min e 13h:00min as 17h:00min, em dias úteis até a data limite.

O Edital/Termo de Referência da Dispensa estará disponível no Site Oficial do Município http://www.aripuana.mt.gov.br, ou através do licitacao@aripuana.mt.gov.br. Outras informações poderão ser obtidas na Sala da CPL, si Praça São Francisco de Assis, nº. 128, Centro, Aripuanã-MT, CEP: 78.325-000, no horário das 07h:00min às 11h:00min de segunda a sexta feira.

Aripuanã-MT, 14 de Agosto de 2024.

HILARIANE HILARIO DA SILVA

Agente de Contratação

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICADO APÓS CORREÇÃO

PORTARIA Nº 17.688/2024

A Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Art. 144, da Lei Complementar nº 182/2021;

Considerando o Requerido no Memorando nº 703/2024; e Deferido da Gestora***;***

RESOLVE:

Art. 1° DESIGNAR, os Professores abaixo relacionado, *lotado na Secretaria Municipal de Educação,* para ministrar horas/aula excedentes, conforme segue:

1	7214 - CRISTINA DE CARVALHO	220 horas semanais Período:01/08/2024 à 22/12/2024	No Centro de Educação Infantil Caminho do Saber. A mesma irá suprir a necessidade da escola em substituição CLASANCIA PEREIRA GOMES que foi rescindida.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 13 dias de agosto de 2. 024.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

DJORGENES SCHIMAINSKI DE MORAES

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 17.688/2024

A Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Art. 144, da Lei Complementar nº 182/2021;

Considerando o Requerido no Memorando nº 703/2024; e Deferido da Gestora***;***

RESOLVE:

Art. 1° DESIGNAR, os Professores abaixo relacionado, *lotado na Secretaria Municipal de Educação,* para ministrar horas/aula excedentes, conforme segue:

1	7214 - CRISTINA DE CARVALHO	220 horas semanais Período:01/08/2024 à 22/12/2024	No Centro de Educação Infantil Caminho do Saber. A mesma irá suprir a necessidade da escola em substituição CLASANCIA PEREIRA GOMES que foi rescindida.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 13 dias de agosto de 2. 024.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

DJORGENES SCHIMAINSKI DE MORAES

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 5.230/2024.

SÚMULA:

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N°. 001/2024, CONFORME LEIS COMPLEMENTARES Nº 001/99, 182 e 183/2021".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Memorando nº 438/2024/SINFRA, o qual solicita convocação de classificado no Concurso Público Municipal 001/2024, em virtude de atender as necessidades da Secretaria;

DECRETA:

ARTIGO 1º Nomeação, para os fins e efeitos legais, o candidato relacionado no Anexo I, classificado no concurso público 001/2024, de acordo com a ordem de classificação do Decreto de homologação nº 5.141/2024, a comparecer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Decreto, na Secretaria Adjunta de Administração desta Prefeitura, para providências quanto à nomeação e posse, em conformidade o que dispõe a legislação.

1.1. O candidato deverá apresentar os documentos constantes do Anexo III (Checklist)

1.2. De acordo com o item 19.9 do Edital de Concurso Público nº 001/2024, "para efeito de admissão, fica o candidato convocado sujeito à aprovação em exame de saúde, bem como à realização de exames designados pela Prefeitura Municipal (que serão custeados pelo candidato) e, ainda, à apresentação dos documentos legais que lhe forem exigidos". O candidato deverá apresentar os exames constantes do **Anexo II**, com base no P.C.M.S.O do Município.

1.3. O não comparecimento do candidato no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de publicação do presente Decreto e a não apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se à Administração o direito de nomear o próximo candidato.

ARTIGO 2º As despesas decorrentes do presente decreto correrão por conta das dotações próprias, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 14 dias do mês de Agosto de 2.024.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

DJORGENES SCHIMAINSKI DE MORAES

Secretária Municipal de Administração

ANEXO I

Secretaria Municipal de Educação	
Convocados	**Cargo**
EDNELSON CARVALLHO	OPERADOR DE TRATOR DE ESTEIRA (SEDE)

ANEXO II

CARGO	**EXAME**					
OPERADOR DE TRATOR DE ESTEIRA (SEDE)	Clínico (ASO)	**Clínico (ASO)**	Audiometria	Glicemia	-	-

ANEXO III

CHECKLIST

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA NOMEAÇAO

Para tomar posse, o candidato deverá apresentar cópia de todos os documentos juntamente com a documentação original (ou cópia autenticada)				
Seq.	**DOCUMENTO**	**Sim**	**Não**	**OBS**
1	**Cópia Cédula de Identidade - RG;**			
2	Cópia Certidão de nascimento, casamento, divórcio; No caso de casado, trazer CPF e RG do Cônjuge.			
3	Cópia Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);			
4	**Carteira de vacinação dos filhos menores de 5 anos, se for o caso;**			
5	Certidão de regularidade do CPF - Cadastro de Pessoa Física, emitido pelo site da Receita Federal;			
6	**Cartão PIS / PASEP;**			
7	**Título de Eleitor;**			
8	Certidão emitida pelo Cartório Eleitoral de que o candidato se encontra quite com a Justiça Eleitoral;			
09	Certidão fornecida pelo Cartório distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações criminais (com trânsito em julgado);			
10	Certidão negativa fornecida pelo Cartório distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores para os candidatos ao cargo de Motorista de Ônibus;			
11	Certificado de conclusão de Curso especializado nos termos da regulamentação do CONTRAN para os candidatos ao cargo de Motorista de Ônibus, de acordo com a Resolução nº. 285/08 de 29 de julho de 2008;			
12	Duas (02) fotos 3x4 coloridas;			
13	Certidão de regularidade do Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada;			
14	Carteira Nacional de Habilitação, de acordo com a categoria exigida no edital;			
15	**Certificado de Reservista (sexo masculino);**			
16	Comprovante de escolaridade através de histórico escolar, diploma, ou certificado de conclusão, conforme exigência do cargo ao qual concorreu, devidamente registrado pelo MEC;			
17	**Certificado de formação em informática, conforme exigência do cargo a que concorreu;**			
18	Emitir Certidão Negativa de Débitos (retirada nesta Prefeitura no Setor de Tributos/DAE)			
19	Comprovante de residência no nome do candidato ex. (conta de água, luz, telefone), ou instrumento emitido pelo candidato declarando que reside no endereço constante na conta anexa.			
20	**Declaração de acúmulo ou não de cargo público; (Anexo IV)**			
21	Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária integral estabelecida pelo órgão no qual exercerá a sua função; (Anexo V)			
22	**Declaração de bens; (Anexo VII)**			
23	Declaração de que não infringiu as leis que fundamentam este edital; (Anexo VI)			
24	Atestado de Saúde, considerando o candidato “apto” ou “inapto” para o cargo; Atestado de Saúde Física e Mental (pré-admissional) expedido pela Junta Médica Oficial do Município.			
25	Comprovante da conta Salário na Caixa Econômica Federal			
26	Cópia da carteira de trabalho onde tem a foto e os dados pessoais			
27	CPF Pai/Mãe/Filhos			
28	Endereço de E-mail			
29	Numero de Telefone			
30	Qualificação Cadastral do e-social. http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial			
31	**Certificado de conclusão de CURSO na área e EXPERIÊNCIA comprovada no exercício da profissão para os Cargos de** OPERADOR MOTONIVELADORA, OPERADOR DE TRATOR DE ESTEIRA, OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA, OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA, OPERADOR DE MAQUINAS LEVAS, OPERADOR DE ESCAVADEIRA			
32	Outros			

Aripuanã, _____ de _____ de 2.024.

THALIZ KATREN DE AMORIM GONÇALVES

Secretária Adjunta de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICADO APÓS CORREÇÃO

PORTARIA Nº 17.651/2024

A *prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69*, **Inciso** V *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o Memorando *nº 327/2024-SEMAD*

RESOLVE:

NOMEAR a pedido da Secretaria, a Sra. **JUCIELI DEBACKER**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 13232630/SSP/MT e inscrita no CPF nº. 895.858.281-20, para ocupar o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediário de **ASSISTENTE DE ADMINISTRACAO, ASSADM- DAI –03,** *lotada na Secretaria Municipal de Administração*, **a partir de 01/08/2024.**

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, ao 1° dia de agosto de 2.024.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

DJORGENES SCHIMAINSKI DE MORAES

Secretário Municipal de Administração

DECLARAÇÃO

Para fins do disposto no Art. 16, da Lei Complementar Federal nº. 101/2000, declaramos que as despesas decorrentes da Portaria nº **17.651/2024** de nomeação referente ao mês 08/2024, ocorrerá por conta de dotações orçamentárias específicas, suficientes para as necessidades de empenho para o exercício de 2024.

Aripuanã-MT, ao 1° dia de agosto de 2.024.

.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO AO TERMO DE CEDENCIA N. 003/2019

ADITIVO AO TERMO DE CEDENCIA N. 003/2019

DAS PARTES: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; E A **PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA -MT**; OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO TERMO DE CESSÃO DA SERVIDORA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA-MT, **SRA. ROSE DARC DA COSTA SILVA**, OCUPANTE DO CARGO DE CARREIRA DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL, PARA PRESTAR SUAS ATIVIDADES LABORAIS NA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ, COM ÔNUS PARA O ÓRGÃO DE DESTINO; VIGENCIA: 15/08/2024 A 16/08/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N° 2.666/2024

LEI MUNICIPAL N° 2.666/2024

EM QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR INSTRUMENTO E ALIENAR ÁREAS PÚBLICAS PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS VINCULADAS AOS PROGRAMAS DE HABITAÇÃO FEDERAL MINHA CASA MINHA VIDA E ESTADUAL SER FAMILIA HABITAÇÃO.

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e a Prefeita Municipal **MARIA AZENILDA PEREIRA**, nos termos do artigo 76 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei.

Art. 1° - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar instrumento de parceria com a MT Participações e Projetos S.A - MTPAR e com as empresas por ela contratadas ou conveniadas conforme art. 3º desta lei, para viabilizar a construção de unidades habitacionais de interesse social, nos moldes da Lei Municipal 2.656 de 24 de maio de 2024, nas seguintes áreas urbanas deste município:

1. MATRICULA 32995 – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **"Lote 01"** da quadra 01, do Loteamento Residencial **"Dep. Rene Barbour I",** com área de 195,50 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 07,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua G; Esquina: 04,24 m. divisando pelo alinhamento da Rua G esq. com a Av. Filinto Muller; Fundos 10,00 m. divisando com o lote 24 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 02 da quadra 01; Lado esquerdo: 17,00 m. divisando com a Avenida Filinto Muller". **2. MATRICULA 32996** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **"Lote 02"** da quadra 01, do Loteamento Residencial **"Dep. Rene Barbour I",** com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua G; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 23 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 03 da quadra 01; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 01 da quadra 01". **3. MATRICULA 32997** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **"Lote 03"** da quadra 01, do Loteamento Residencial **"Dep. Rene Barbour I",** com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua G; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 22 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 04 da quadra 01; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 02 da quadra 01". **4. MATRICULA 32998** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **"Lote 04"** da quadra 01, do Loteamento Residencial **"Dep. Rene Barbour I",** com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua G; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 21 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 05 da quadra 01; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 03 da quadra 01". **5. MATRICULA 32999** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **"Lote 05"** da quadra 01, do Loteamento Residencial **"Dep. Rene Barbour I",** com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua G; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 20 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 06 da quadra 01; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 04 da quadra 01". **6. MATRICULA 33000** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **"Lote 06"** da quadra 01, do Loteamento Residencial **"Dep. Rene Barbour I",** com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua G; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 19 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 07 da quadra 01; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 05 da quadra

01”. **7. MATRICULA 33001** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **“Lote 07”** da quadra 01, do Loteamento Residencial **“Dep. Rene Barbour I”,** com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 10,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua G; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 18 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 08 da quadra 01; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 06 da quadra 01”. **8. MATRICULA 33002** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **“Lote 08”** da quadra 01, do Loteamento Residencial **“Dep. Rene Barbour I”,** com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 10,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua G; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 17 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 09 da quadra 01; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 07 da quadra 01”. **9. MATRICULA 33003** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **“Lote 09”** da quadra 01, do Loteamento Residencial **“Dep. Rene Barbour I”,** com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 10,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua G; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 16 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 10 da quadra 01; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 08 da quadra 01”. **10. MATRICULA 33004** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **“Lote 10”** da quadra 01, do Loteamento Residencial **“Dep. Rene Barbour I”,** com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 10,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua G; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 15 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 11 da quadra 01; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 09 da quadra 01”. **11. MATRICULA 33005** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **“Lote 11”** da quadra 01, do Loteamento Residencial **“Dep. Rene Barbour I”,** com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 10,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua G; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 14 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 12 da quadra 01; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 10 da quadra 01”. **12. MATRICULA 33006** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **“Lote 12”** da quadra 01, do Loteamento Residencial **“Dep. Rene Barbour I”,** com área de 195,50 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 07,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua G; Esquina: 04,24 m. divisando pelo alinhamento da Rua G esq. com a Rua Belarmino Pimentel; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 13 da quadra 01; Lado direito: 17,00 m. divisando com Rua Belarmino Pimentel; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 11 da quadra 01”. **13. MATRICULA 33007** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **“Lote 13”** da quadra 01, do Loteamento Residencial **“Dep. Rene Barbour I”,** com área de 195,50 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 07,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Esquina: 04,24 m. divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato esq. com a Rua Belarmino Pimentel; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 12 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 14 da quadra 01; Lado esquerdo: 17,00 m. divisando com a Rua Belarmino Pimentel”. **14. MATRICULA 33008** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **“Lote 14”** da quadra 01, do Loteamento Residencial **“Dep. Rene Barbour I”,** com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 10,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 11 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 15 da quadra 01; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 13 da quadra 01”. **15. MATRICULA 33009** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **“Lote 15”** da quadra 01, do Loteamento Residencial **“Dep. Rene Barbour I”,** com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 10,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 10 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 16 da quadra 01; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 14 da quadra 01”. **16. MATRICULA 33010** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **“Lote 16”** da quadra 01, do Loteamento Residencial **“Dep. Rene Barbour I”,** com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 10,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 09 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 17 da quadra 01; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 15 da quadra 01”. **17. MATRICULA 33011** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **“Lote 17”** da quadra 01, do Loteamento Residencial **“Dep. Rene Barbour I”,** com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 10,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 08 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 18 da quadra 01; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 16 da quadra 01”. **18. MATRICULA 33012** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **“Lote 18”** da quadra 01, do Loteamento Residencial **“Dep. Rene Barbour I”,** com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 10,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 07 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 19 da quadra 01; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 17 da quadra 01”. **19. MATRICULA 33013** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **“Lote 19”** da quadra 01, do Loteamento Residencial **“Dep. Rene Barbour I”,** com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 10,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 06 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 20 da quadra 01; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 18 da quadra 01”. **20. MATRICULA 33014** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **“Lote 20”** da quadra 01, do Loteamento Residencial **“Dep. Rene Barbour I”,** com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 10,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 05 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 21 da quadra 01; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 19 da quadra 01”. **21. MATRICULA 33015** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **“Lote 21”** da quadra 01, do Loteamento Residencial **“Dep. Rene Barbour I”,** com

área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 10,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 04 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 22 da quadra 01; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 20 da quadra 01”. **22. MATRICULA 33016** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **“Lote 22”** da quadra 01, do Loteamento Residencial **“Dep. Rene Barbour I”,** com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 10,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 03 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 23 da quadra 01; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 21 da quadra 01”. **23. MATRICULA 33017** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **“Lote 23”** da quadra 01, do Loteamento Residencial **“Dep. Rene Barbour I”,** com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 10,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 02 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 24 da quadra 01; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 22 da quadra 01”. **24. MATRICULA 33018** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **“Lote 24”** da quadra 01, do Loteamento Residencial **“Dep. Rene Barbour I”,** com área de 195,50 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 07,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Esquina: 04,24 m. divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato esq. com a Avenida Filinto Muller; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 01 da quadra 01; Lado direito: 17,00 m. divisando com a Avenida Filinto Muller; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 23 da quadra 01”. **25. MATRÍCULA: 33019-** Ficha 001 - Livro 02 **-** Registrado no 1º serviço de registro de imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado “**Lote 01** “ da quadra 02, do Loteamento Residencial “DEP. RENE BARBOUR I”, com área de 216,60 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 08,10 m divisando pelo alinhamento da Rua G; Esquina: 04,24 m divisando pelo alinhamento da Rua G esq. com a Rua Belarmino Pimentel; Fundos :11,10 m divisando com o lote 26 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 02 da quadra 02 ; Lado esquerdo; 17,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Belarmino Pimentel“. **26. MATRÍCULA: 33020-** Ficha 001 **-** Livro 02- 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT ,Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado “**Lote 02** “ da quadra 02, do Loteamento Residencial “DEP. RENE BARBOUR I ”, com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua G; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 25 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 03 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 01 da quadra 02”. **27. MATRÍCULA: 33021-** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT ,Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado “**Lote 03** “ da quadra 02, do Loteamento Residencial “DEP. RENE BARBOUR I ”, com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua G; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 24 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 04 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 02 da quadra 02” . **28. MATRÍCULA: 33022-** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT ,Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado “**Lote 04 “** da quadra 02, do Loteamento Residencial “DEP. RENE BARBOUR I ”, com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua G; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 23 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 05 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 03 da quadra 02” . **29. MATRÍCULA: 33023 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT , Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **“Lote 05** “ da quadra 02, do Loteamento Residencial “DEP. RENE BARBOUR I ”, com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua G ; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 22 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 06 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 04 da quadra 02” . **30. MATRÍCULA: 33024 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT , Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **“Lote 06”** da quadra 02, do Loteamento Residencial “DEP. RENE BARBOUR I ”, com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua G ; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 21 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 07 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 05 da quadra 02” . **31. MATRÍCULA: 33025 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT , Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **“Lote 07”** da quadra 02, do Loteamento Residencial “DEP. RENE BARBOUR I ”, com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua G ; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 20 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 08 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 06 da quadra 02” . **32. MATRÍCULA: 33026 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT , Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **“Lote 08”** da quadra 02, do Loteamento Residencial “DEP. RENE BARBOUR I ”, com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua G ; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 19 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 09 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 07 da quadra 02” . **33. MATRÍCULA: 33027 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT , Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **“Lote 09 ”** da quadra 02, do Loteamento Residencial “DEP. RENE BARBOUR I ”, com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua G ; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 18 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 10 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 08 da quadra 02” . **34. MATRÍCULA: 33028 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT , Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **“Lote 10 ”** da quadra 02, do Loteamento Residencial “DEP. RENE BARBOUR I ”, com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua G ; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 17 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 11 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 09 da quadra 02” . **35. MATRÍCULA: 33029 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT , Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **“Lote 11”** da quadra 02, do Loteamento Residencial “DEP. RENE BARBOUR I ”, com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua G ; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 16 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 12 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 10 da quadra 02” . **36. MATRÍCULA: 33030 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT , Um lote urbano , situado no Mu-

nicípio de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 12**" da quadra 02, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua G ; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 15 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 13 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 11 da quadra 02" . **37. MATRÍCULA: 33031 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT , Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 13"** da quadra 02, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 215,50 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 08,00 m divisando pelo alinhamento da Rua G ; Esquina: 04,24 m divisando pelo alinhamento da Rua G esq.com a Rua Aparecida Correia da Silva Fundos: 11,00 m divisando com o lote 14 da quadra 02; Lado direito: 17,00 m divisando com a Rua Aparecida Correia da Silva; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 12 da quadra 02" . **38. MATRÍCULA: 33032 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT , Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 14"** da quadra 02, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 215,50 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 08,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato ; Esquina : 04,24 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato esq.com a Rua Aparecido Correia da Silva ; Fundos: 11,00 m divisando com o lote 13 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 15 da quadra 02; Lado esquerdo; 17,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aparecido Correia da Silva " . **39. MATRÍCULA: 33033 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT , Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 15**" da quadra 02, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 200 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato ; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 12 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 16 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 14 da quadra 02 " . **40. MATRÍCULA: 33034 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT , Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 16**" da quadra 02, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 200 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato ; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 11 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 17 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 15 da quadra 02 " . **41. MATRÍCULA: 33035 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT , Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 17**" da quadra 02, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 200 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato ; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 10 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 18 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 16 da quadra 02 **42. MATRÍCULA: 33036 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT , Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 18"** da quadra 02, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 200 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato ; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 09 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 19 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 17 da quadra 02 " **43. MATRÍCULA: 33037 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT , Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 19"** da quadra 02, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 200 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 08 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 20 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 18 da quadra 02 " . **44. MATRÍCULA: 33038 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT , Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 20"** da quadra 02, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 200 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 07 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 21 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 19 da quadra 02 " . **45. MATRÍCULA: 33039 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT , Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 21"** da quadra 02, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 200 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 06 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 22 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 20 da quadra 02 " . **46. MATRÍCULA: 33040 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT , Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 22"** da quadra 02, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 200 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 05 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 23 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 21 da quadra 02 " . **47. MATRÍCULA: 33041 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT , Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 23"** da quadra 02, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 200 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 04 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 24 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 22 da quadra 02 " . **48. MATRÍCULA: 33042 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT , Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 24"** da quadra 02, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 200 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato ; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 03 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 25 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 23 da quadra 02 " . **49. MATRÍCULA: 33043 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT , Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 25"** da quadra 02, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 200 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato ; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 02 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 26 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 24 da quadra 02 " . **50. MATRÍCULA: 33044 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 26"** da quadra 02, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 216,60 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 08,10 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato ; Esquina: 04,24 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato esquina com a Rua Belarmino Pimentel ; Fundos: 11,10 m divisando com o

lote 01 da quadra 02; Lado direito:17,00m divisando com a Rua Belarmino Pimentel ; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 25 da quadra 02" . **51. MATRÍCULA: 33106 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 01**" da quadra 08 , do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 216,60 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 8,10 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato ; Esquina: 04,24 m divisando pelo alinhamento da esq. Rua Elizeu Meiato com a Rua Belarmino Pimentel ; Fundos: 11,10 m divisando com o lote 26 da quadra 08; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 02 da quadra 08 ; Lado esquerdo; 17,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Belarmino Pimentel ". **52. MATRÍCULA: 33131 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado "**Lote 26**" da quadra 08 , do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 216,60 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 8,10 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes ; Esquina: 04,24 m divisando pelo alinhamento da esq. Rua Aluirson Silva Arantes com a Rua Belarmino Pimentel ; Fundos: 11,10 m divisando com o lote 03 da quadra 08; Lado direito: 17,00 m divisando com o alinhamento da Rua Belarmino Pimentel ; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 25 da quadra 08". **53. MATRÍCULA: 33158 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 01** " da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 195,50 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 7,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes ; Esquina 04,24 m divisando pelo alinhamento da esq. da Rua Aluirson Silva Arantes com a Av. Filinto Muller ; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 24 da quadra 10; Lado direito: 17,00 m divisando com o alinhamento da Av. Felinto Muller; Lado esquerdo; 17,00 m divisando da Av. Filinto Muller ". **54. MATRÍCULA: 33159 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 02**" da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 23 da quadra 10; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 03 da quadra 10; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 01 da quadra 10". **55. MATRÍCULA: 33160 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 03**" da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 22 da quadra 10; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 04 da quadra 10; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 02 da quadra 10". **56. MATRÍCULA: 33161 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 04**" da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 21 da quadra 10; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 05 da quadra 10; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 03 da quadra 10". **57. MATRÍCULA: 33162 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 05**" da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 20 da quadra 10; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 06 da quadra 10; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 04 da quadra 10". **58. MATRÍCULA: 33163 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 06**" da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 19 da quadra 10; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 07 da quadra 10; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 05 da quadra 10". **59. MATRÍCULA: 33164 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 07"** da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 18 da quadra 10; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 08 da quadra 10; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 06 da quadra 10". **60. MATRÍCULA: 33165 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 08"** da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 17 da quadra 10; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 09 da quadra 10; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 07 da quadra 10". **61. MATRÍCULA: 33166 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 09"** da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 16 da quadra 10; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 10 da quadra 10; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 08 da quadra 10". **62. MATRÍCULA: 33167 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 10"** da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 15 da quadra 10; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 11 da quadra 10; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 09 da quadra 10". **63. MATRÍCULA: 33168 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 11"** da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 14 da quadra 10; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 12 da quadra 10; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 10 da quadra 10". **64. MATRÍCULA: 33169 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 12**" da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 195,50 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 07,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes; Esquina 04,24 m divisando pelo alinhamento da esq. Rua Aluirson Silva Arantes com a Rua Belarmino Pimentel; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 13 da quadra

10; Lado direito: 17,00 m divisando com a Rua Belarmino Pimentel; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 11 da quadra 10". **65. MATRÍCULA: 33170 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 13**" da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 195,50 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 07,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Maria Aparecida dos Santos; Esquina 04,24 m divisando pelo alinhamento da esq. Rua Belarmino Pimentel com a Rua Maria Aparecida dos Santos; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 12 da quadra 10; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 14 da quadra 10; Lado esquerdo: 17 ,00 m divisando com a Rua Belarmino Pimentel". **66. MATRÍCULA: 33171 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 14"** da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Maria Aparecida dos Santos; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 11 da quadra 10; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 15 da quadra 10; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 13 da quadra 10". **67. MATRÍCULA: 33172 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 15"** da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Maria Aparecida dos Santos; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 10 da quadra 10; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 16 da quadra 10; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 14 da quadra 10". **68. MATRÍCULA: 33173 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 16"** da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Maria Aparecida dos Santos; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 09 da quadra 10; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 17 da quadra 10; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 15 da quadra 10". **69. MATRÍCULA: 33174 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 17"** da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Maria Aparecida dos Santos; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 08 da quadra 10; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 18 da quadra 10; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 16 da quadra 10". **70. MATRÍCULA: 33175 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 18"** da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Maria Aparecida dos Santos; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 07 da quadra 10; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 19 da quadra 10; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 17 da quadra 10". **71. MATRÍCULA: 33176 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 19"** da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Maria Aparecida dos Santos; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 06 da quadra 10; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 20 da quadra 10; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 18 da quadra 10". **72. MATRÍCULA: 33177 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 20"** da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Maria Aparecida dos Santos; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 05 da quadra 10; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 21 da quadra 10; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 19 da quadra 10". **73. MATRÍCULA: 33178 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 21"** da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Maria Aparecida dos Santos; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 04 da quadra 10; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 22 da quadra 10; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 20 da quadra 10". **74. MATRÍCULA: 33179 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 22"** da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Maria Aparecida dos Santos; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 03 da quadra 10; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 23 da quadra 10; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 21 da quadra 10". **75. MATRÍCULA: 33180 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 23"** da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Maria Aparecida dos Santos; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 02 da quadra 10; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 24 da quadra 10; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 22 da quadra 10". **76. MATRÍCULA: 33181 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 24 "** da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 195,50 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 07,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Maria Aparecida dos Santos; Esquina : 04,24 m divisando da esq. Rua Maria Aparecida dos Santos com Av. Filinto Muller ; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 01 quadra 10 ; Lado direito: 17,00 m divisando com o alinhamento da AV . Filinto Muller; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 23 da quadra 10". **77. MATRÍCULA: 33182 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 01**" da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 195,50 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 07,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato ; Esquina: 04,24 m divisando pelo alinhamento da esq. Rua Elizeu Meiato coma Av. Filinto Muller ; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 24 da quadra 11; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 02 da quadra 11 ; Lado esquerdo; 17,00 m divisando pelo alinhamento da Av. Filinto Muller ". **78. MATRÍCULA: 33183 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 02**" da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 195,50 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 23 da quadra 11; Lado direito: 20,00m divisando com o lote 03 da quadra 11; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lo-

te 01 da quadra 11". **79. MATRÍCULA: 33184 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 03**" da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 22 da quadra 11; Lado direito: 20,00m divisando com o lote 04 da quadra 11; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 02 da quadra 11". **80. MATRÍCULA: 33185 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 04**" da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 21 da quadra 11; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 05 da quadra 11; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 03 da quadra 11". **81. MATRÍCULA: 33186 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 05"** da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 20 da quadra 11; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 06 da quadra 11; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 04 da quadra 11". **82. MATRÍCULA: 33187 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 06"** da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 19 da quadra 11; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 07 da quadra 11; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 05 da quadra 11". **83. MATRÍCULA: 33188 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 07"** da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 18 da quadra 11; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 08 da quadra 11; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 06 da quadra 11". **84. MATRÍCULA: 33189 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 08**" da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 17 da quadra 11; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 09 da quadra 11; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 07 da quadra 11". **85. MATRÍCULA: 33190 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 09"** da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 16 da quadra 11; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 10 da quadra 11; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 08 da quadra 11". **86. MATRÍCULA: 33191 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 10"** da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 15 da quadra 11; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 11 da quadra 11; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 09 da quadra 11". **87. MATRÍCULA: 33192 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 11**" da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 14 da quadra 11; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 12 da quadra 11; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 10 da quadra 11". **88. MATRÍCULA: 33193 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado "**Lote 12"** da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 195,50 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 07,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Esquina: 04,24 m divisando pelo alinhamento da esq. Rua Elizeu Meiato com a Rua Belarmino Pimentel ; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 13 da quadra 11; Lado direito: 17,00 m divisando com a Rua Belarmino Pimentel ; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 11 da quadra 11". **89. MATRÍCULA: 33194 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 13**" da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 195,50 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 07,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes Santos ; Esquina: 04,24 m divisando pelo alinhamento da esq. Rua Aluirson Silva Arantes com a Rua Belarmino Pimentel ; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 12 da quadra 11; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 14 da quadra 11 ; Lado esquerdo; 17,00 m divisando com a Rua Belarmino Pimentel". **90. MATRÍCULA: 33195 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 14"** da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 11 da quadra 11; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 15 da quadra 11; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 13 da quadra 11". **91. MATRÍCULA: 33196 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 15**" da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 10 da quadra 11; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 16 da quadra 11; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 14 da quadra 11". **92. MATRÍCULA: 33197 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 16"** da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 09 da quadra 11; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 17 da quadra 11; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 15 da quadra 11". **93. MATRÍCULA: 33198 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 17"** da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações:

"Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 08 da quadra 11; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 18 da quadra 11; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 16 da quadra 11". **94. MATRÍCULA: 33199 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 18**" da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 07 da quadra 11; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 19 da quadra 11; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 17 da quadra 11". **95. MATRÍCULA: 33200 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 19"** da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 06 da quadra 11; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 20 da quadra 11; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 18 da quadra 11". **96. MATRÍCULA: 33201 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 20**" da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 05 da quadra 11; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 21 da quadra 11; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 19 da quadra 11". **97. MATRÍCULA: 33202 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 21"** da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 04 da quadra 11; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 22 da quadra 11; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 20 da quadra 11". **98. MATRÍCULA: 33203 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 22"** da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 03 da quadra 11; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 23 da quadra 11; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 21 da quadra 11". **99. MATRÍCULA: 33204 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 23" da quadra 11**, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 02 da quadra 11; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 24 da quadra 11; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 22 da quadra 11". **100. MATRÍCULA: 33205 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 24** " da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 195,50 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes ; Esquina 04,24 m divisando pelo alinhamento da esq. da Rua Aluirson Silva Arantes com a Av. Felinto Muller ; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 01 da quadra 11; Lado direito: 17,00 m divisando com o alinhamento da Av. Felinto Muller; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 23 da quadra 11 ".

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar os lotes ou frações ideais, resultantes **dos imóveis descritos** no art. 1º, diretamente aos beneficiários selecionados e aprovados por meio de contratos firmados **junto aos agentes financeiros** de tais programas.

§ 1º - Os beneficiários do caput serão selecionados, de acordo com o disposto no Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV e Programa Ser Família Habitação.

§ 2º - Após o término da obra, caso ainda existam unidades não alienadas à beneficiários que cumpriram os requisitos deste artigo, a construtora selecionada, será responsável pelos custos de manutenção das unidades até a efetiva destinação.

Art. 3º - Fica autorizada a MTPAR a efetuar a seleção deempresa do ramo da construção civil, por meio de Chamamento Público, observando-se a Lei Federal n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, interessada em produzir, **nas áreas relacionadas** no art. 1º, empreendimento habitacional de interesse social no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, ou outro que vier a substituí-lo, em projeto a ser aprovado por este município, com recursos de quaisquer das linhas do referido Programa, bem como do Programa Ser Família Habitação**.**

Art. 4º - A empresa vencedora do chamamento público deverá cumprir integralmente os prazos e especificações previstas no edital, que será publicado no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a data de publicação desta lei.

Art. 5º - Fica o chefe do Poder Executivo, desde já, autorizado a conceder, por ato próprio ou mediante delegação, Direito Real de Uso sobre as áreas indicadas no inciso I do art. 1º à empresa vencedora do Edital de Chamamento citado no art. 3º.

§ 1º - Tal concessão de direito real de uso será outorgado à empresa vencedora do Chamamento Público, exclusivamente para fins de implantação dos respectivos empreendimentos habitacionais, autorizando-a a constituir hipoteca sobre os direitos concedidos a favor de agente financeiro da operação.

§ 2º - Para tanto, a Prefeita, por ato próprio ou mediante delegação ora autorizada, poderá representar o Município de Barra do Bugres - MT assinando todos os atos, instrumentos de contrato ou escrituras públicas necessários para a efetivação da concessão de direito real de uso objeto desta lei, conforme solicitado pela empresa vencedora do Chamamento Público, devendo ser resguardada a finalidade prevista no parágrafo anterior.

Art. 6º - Aos empreendimentos habitacionais de que trata esta lei, conceder-se-á:

I **-** Isenção temporária do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – incidente sobre a construção de edificações de obras de construção civil, previstos na Lei Complementar Municipal, referente aos serviços prestados no próprio local da obra ou relacionados com ele de forma direta;

II **-** Isenção do ITBI - Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis – incidente sobre a transmissão do imóvel ao adquirente, para a primeira transmissão dos compradores dos imóveis, podendo ocorrer outra antes dessa;

III - Isenção temporária do IPTU – Imposto Territorial e Predial Urbano – sobre os imóveis onde o empreendimento habitacional será implantado; e

IV **-** Isenção de taxas de aprovação de projetos, de auto de conclusão – habite-se e de certidões para o empreendimento habitacional, com base nas disposições desta lei.

§ 1º - As isenções temporárias previstas nos incisos I a IV abrangem o período compreendido entre a aprovação do empreendimento, até a data de expedição do habite-se da última unidade, válidas somente para atender aos Programas especificados nesta lei.

§ 2º - O valor do ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, objeto da isenção de que trata o inciso I do *caput*, não poderá ser incluído no custo final da obra a ser financiado pelo mutuário.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar obras ou aporte financeiro, como forma de contrapartida e fomento à construção das moradias populares financiadas pelos programas de que trata esta lei, nas áreas destinadas à construção das unidades habitacionais, sendo vedada, em qualquer hipótese, a inclusão no custo final da obra a ser financiado pelo mutuário.

Art. 8º - Os lotes urbanos municipais destinados para a realização dos empreendimentos, serão precedidos de avalição realizada pelo Poder Executivo Municipal e pelo agente financeiro responsável pelo empreendimento.

§ 1º - Os valores atribuídos aos lotes, serão computados como contrapartida do município ao empreendimento e integrarão a operação de financiamento do beneficiário, observada a ordem de prioridade abaixo estabelecida:

I - Será atribuído ao lote o valor venal informado pelo Poder Executivo Municipal sempre que estiver inserido nos valores, mínimo e máximo, atribuídos na avaliação do Agente Financeiro.

II -Verificada a hipótese que o valor venal informado pelo Poder Executivo Municipal esteja fora do intervalo de valores, mínimo e máximo, atribuídos pela Avaliação do Agente Financeiro, prevalecerá o valor mínimo indicado pelo Agente Financeiro.

III - Verificada a hipótese que o valor venal informado pelo Poder Executivo Municipal seja superior ao valor máximo atribuídos pela Avaliação do Agente Financeiro, prevalecerá o valor máximo indicado pelo Agente Financeiro.

Art. 9º - O Poder Executivo Municipal utilizará o Sistema Habitacional de Mato Grosso (SiHabMT) para selecionar e destinar as unidades habitacionais produzidas nos termos desta lei, nos seguintes termos:

I – Exclusivamente**a interessados que serão beneficiados com operações de financiamento; ou**

II- As famílias integrantes da faixa 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida, em caso de produção habitacional com recursos do Orçamento-Geral da União.

Parágrafo único: Para efeito do disposto no *caput*, os beneficiários deverão se enquadrar nas exigências da legislação da respectiva modalidade do Programa Minha Casa, Minha Vida, bem como observar os requisitos e condições estabelecidas pela legislação do Programa Estadual SER Família Habitação e do agente financeiro da operação.

Art. 10º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra do Bugres – MT, em 12 de agosto de 2024.

MARIA AZENILDA PEREIRA

Prefeita MunicipalLEI MUNICIPAL N° 2.666/2024

EM QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR INSTRUMENTO E ALIENAR ÁREAS PÚBLICAS PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS VINCULADAS AOS PROGRAMAS DE HABITAÇÃO FEDERAL MINHA CASA MINHA VIDA E ESTADUAL SER FAMILIA HABITAÇÃO.

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e a Prefeita Municipal **MARIA AZENILDA PEREIRA**, nos termos do artigo 76 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei.

Art. 1° - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar instrumento de parceria com a MT Participações e Projetos S.A - MTPAR e com as empresas por ela contratadas ou conveniadas conforme art. 3º desta lei, para viabilizar a construção de unidades habitacionais de interesse social, nos moldes da Lei Municipal 2.656 de 24 de maio de 2024, nas seguintes áreas urbanas deste município:

1. MATRICULA 32995 – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **"Lote 01"** da quadra 01, do Loteamento Residencial **"Dep. Rene Barbour I",** com área de 195,50 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 07,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua G; Esquina: 04,24 m. divisando pelo alinhamento da Rua G esq. com a Av. Filinto Muller; Fundos 10,00 m. divisando com o lote 24 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 02 da quadra 01; Lado esquerdo: 17,00 m. divisando com a Avenida Filinto Muller". **2. MATRICULA 32996** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **"Lote 02"** da quadra 01, do Loteamento Residencial **"Dep. Rene Barbour I",** com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua G; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 23 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 03 da quadra 01; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 01 da quadra 01". **3. MATRICULA 32997** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **"Lote 03"** da quadra 01, do Loteamento Residencial **"Dep. Rene Barbour I",** com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua G; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 22 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 04 da quadra 01; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 02 da quadra 01". **4. MATRICULA 32998** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **"Lote 04"** da quadra 01, do Loteamento Residencial **"Dep. Rene Barbour I",** com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua G; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 21 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 05 da quadra 01; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 03 da quadra 01". **5. MATRICULA 32999** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **"Lote 05"** da quadra 01, do Loteamento Residencial **"Dep. Rene Barbour I",** com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua G; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 20 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 06 da quadra 01; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 04 da quadra 01". **6. MATRICULA 33000** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **"Lote 06"** da quadra 01, do Loteamento Residencial **"Dep. Rene Barbour I",** com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua G; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 19 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 07 da quadra 01; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 05 da quadra 01". **7. MATRICULA 33001** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **"Lote 07"** da quadra 01, do Loteamento Residencial **"Dep. Rene Barbour I",** com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua G; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 18 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 08 da quadra 01; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 06 da quadra 01". **8. MATRICULA 33002** – Ficha 001

– Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **"Lote 08"** da quadra 01, do Loteamento Residencial **"Dep. Rene Barbour I",** com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua G; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 17 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 09 da quadra 01; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 07 da quadra 01". **9. MATRICULA 33003** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **"Lote 09"** da quadra 01, do Loteamento Residencial **"Dep. Rene Barbour I",** com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua G; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 16 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 10 da quadra 01; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 08 da quadra 01". **10. MATRICULA 33004** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **"Lote 10"** da quadra 01, do Loteamento Residencial **"Dep. Rene Barbour I",** com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua G; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 15 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 11 da quadra 01; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 09 da quadra 01". **11. MATRICULA 33005** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **"Lote 11"** da quadra 01, do Loteamento Residencial **"Dep. Rene Barbour I",** com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua G; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 14 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 12 da quadra 01; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 10 da quadra 01". **12. MATRICULA 33006** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **"Lote 12"** da quadra 01, do Loteamento Residencial **"Dep. Rene Barbour I",** com área de 195,50 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 07,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua G; Esquina: 04,24 m. divisando pelo alinhamento da Rua G esq. com a Rua Belarmino Pimentel; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 13 da quadra 01; Lado direito: 17,00 m. divisando com Rua Belarmino Pimentel; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 11 da quadra 01". **13. MATRICULA 33007** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **"Lote 13"** da quadra 01, do Loteamento Residencial **"Dep. Rene Barbour I",** com área de 195,50 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 07,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Esquina: 04,24 m. divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato esq. com a Rua Belarmino Pimentel; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 12 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 14 da quadra 01; Lado esquerdo: 17,00 m. divisando com a Rua Belarmino Pimentel". **14. MATRICULA 33008** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **"Lote 14"** da quadra 01, do Loteamento Residencial **"Dep. Rene Barbour I",** com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 11 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 15 da quadra 01; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 13 da quadra 01". **15. MATRICULA 33009** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **"Lote 15"** da quadra 01, do Loteamento Residencial **"Dep. Rene Barbour I",** com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 10 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 16 da quadra 01; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 14 da quadra 01". **16. MATRICULA 33010** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **"Lote 16"** da quadra 01, do Loteamento Residencial **"Dep. Rene Barbour I",** com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 09 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 17 da quadra 01; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 15 da quadra 01". **17. MATRICULA 33011** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **"Lote 17"** da quadra 01, do Loteamento Residencial **"Dep. Rene Barbour I",** com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 08 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 18 da quadra 01; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 16 da quadra 01". **18. MATRICULA 33012** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **"Lote 18"** da quadra 01, do Loteamento Residencial **"Dep. Rene Barbour I",** com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 07 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 19 da quadra 01; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 17 da quadra 01". **19. MATRICULA 33013** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **"Lote 19"** da quadra 01, do Loteamento Residencial **"Dep. Rene Barbour I",** com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 06 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 20 da quadra 01; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 18 da quadra 01". **20. MATRICULA 33014** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **"Lote 20"** da quadra 01, do Loteamento Residencial **"Dep. Rene Barbour I",** com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 05 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 21 da quadra 01; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 19 da quadra 01". **21. MATRICULA 33015** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **"Lote 21"** da quadra 01, do Loteamento Residencial **"Dep. Rene Barbour I",** com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 04 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 22 da quadra 01; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 20 da quadra 01". **22. MATRICULA 33016** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **"Lote 22"** da quadra 01, do Loteamento Residencial **"Dep. Rene Barbour I",** com área de 200,00

metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 10,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 03 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 23 da quadra 01; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 21 da quadra 01”. **23. MATRICULA 33017** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **“Lote 23”** da quadra 01, do Loteamento Residencial **“Dep. Rene Barbour I”,** com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 10,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 02 da quadra 01; Lado direito: 20,00 m. divisando com o lote 24 da quadra 01; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 22 da quadra 01”. **24. MATRICULA 33018** – Ficha 001 – Livro 2 – Registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Barra do Bugres-MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado **“Lote 24”** da quadra 01, do Loteamento Residencial **“Dep. Rene Barbour I”,** com área de 195,50 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 07,00 m. divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Esquina: 04,24 m. divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato esq. com a Avenida Filinto Muller; Fundos: 10,00 m. divisando com o lote 01 da quadra 01; Lado direito: 17,00 m. divisando com a Avenida Filinto Muller; Lado esquerdo: 20,00 m. divisando com o lote 23 da quadra 01”. **25. MATRÍCULA: 33019-** Ficha 001 - Livro 02 **-** Registrado no 1º serviço de registro de imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado “**Lote 01** “ da quadra 02, do Loteamento Residencial “DEP. RENE BARBOUR I”, com área de 216,60 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 08,10 m divisando pelo alinhamento da Rua G; Esquina: 04,24 m divisando pelo alinhamento da Rua G esq. com a Rua Belarmino Pimentel; Fundos :11,10 m divisando com o lote 26 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 02 da quadra 02 ; Lado esquerdo; 17,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Belarmino Pimentel“. **26. MATRÍCULA: 33020-** Ficha 001 **-** Livro 02- 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT ,Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado “**Lote 02** “ da quadra 02, do Loteamento Residencial “DEP. RENE BARBOUR I ”, com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua G; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 25 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 03 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 01 da quadra 02”. **27. MATRÍCULA: 33021-** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT ,Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado “**Lote 03** “ da quadra 02, do Loteamento Residencial “DEP. RENE BARBOUR I ”, com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua G; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 24 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 04 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 02 da quadra 02” . **28. MATRÍCULA: 33022-** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT ,Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres-MT, denominado “**Lote 04 “** da quadra 02, do Loteamento Residencial “DEP. RENE BARBOUR I ”, com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua G; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 23 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 05 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 03 da quadra 02” . **29. MATRÍCULA: 33023 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT , Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **“Lote 05** “ da quadra 02, do Loteamento Residencial “DEP. RENE BARBOUR I ”, com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua G ; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 22 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 06 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 04 da quadra 02” . **30. MATRÍCULA: 33024 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT , Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **“Lote 06”** da quadra 02, do Loteamento Residencial “DEP. RENE BARBOUR I ”, com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua G ; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 21 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 07 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 05 da quadra 02” . **31. MATRÍCULA: 33025 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT , Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **“Lote 07”** da quadra 02, do Loteamento Residencial “DEP. RENE BARBOUR I ”, com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua G ; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 20 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 08 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 06 da quadra 02” . **32. MATRÍCULA: 33026 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT , Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **“Lote 08”** da quadra 02, do Loteamento Residencial “DEP. RENE BARBOUR I ”, com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua G ; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 19 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 09 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 07 da quadra 02” . **33. MATRÍCULA: 33027 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT , Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **“Lote 09 ”** da quadra 02, do Loteamento Residencial “DEP. RENE BARBOUR I ”, com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua G ; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 18 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 10 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 08 da quadra 02” . **34. MATRÍCULA: 33028 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT , Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **“Lote 10 ”** da quadra 02, do Loteamento Residencial “DEP. RENE BARBOUR I ”, com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua G ; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 17 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 11 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 09 da quadra 02” . **35. MATRÍCULA: 33029 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT , Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **“Lote 11”** da quadra 02, do Loteamento Residencial “DEP. RENE BARBOUR I ”, com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua G ; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 16 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 12 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 10 da quadra 02” . **36. MATRÍCULA: 33030 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT , Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **“Lote 12**” da quadra 02, do Loteamento Residencial “DEP. RENE BARBOUR I ”, com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: “Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua G ; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 15 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 13 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 11 da quadra 02” . **37. MATRÍCULA: 33031 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT , Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **“Lo-**

te 13" da quadra 02, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 215,50 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 08,00 m divisando pelo alinhamento da Rua G ; Esquina: 04,24 m divisando pelo alinhamento da Rua G esq.com a Rua Aparecida Correia da Silva Fundos: 11,00 m divisando com o lote 14 da quadra 02; Lado direito: 17,00 m divisando com a Rua Aparecida Correia da Silva; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 12 da quadra 02" . **38. MATRÍCULA: 33032 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT , Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 14"** da quadra 02, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 215,50 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 08,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato ; Esquina : 04,24 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato esq.com a Rua Aparecido Correia da Silva ; Fundos: 11,00 m divisando com o lote 13 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 15 da quadra 02; Lado esquerdo; 17,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aparecido Correia da Silva " . **39. MATRÍCULA: 33033 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT , Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 15**" da quadra 02, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 200 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato ; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 12 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 16 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 14 da quadra 02 " . **40. MATRÍCULA: 33034 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT , Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 16**" da quadra 02, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 200 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato ; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 11 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 17 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 15 da quadra 02 " . **41. MATRÍCULA: 33035 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT , Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 17**" da quadra 02, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 200 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato ; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 10 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 18 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 16 da quadra 02 **42. MATRÍCULA: 33036 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT , Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 18"** da quadra 02, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 200 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato ; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 09 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 19 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 17 da quadra 02 " **43. MATRÍCULA: 33037 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT , Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 19"** da quadra 02, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 200 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 08 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 20 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 18 da quadra 02 " . **44. MATRÍCULA: 33038 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT , Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 20"** da quadra 02, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 200 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 07 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 21 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 19 da quadra 02 " . **45. MATRÍCULA: 33039 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT , Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 21"** da quadra 02, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 200 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 06 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 22 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 20 da quadra 02 " . **46. MATRÍCULA: 33040 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT , Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 22"** da quadra 02, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 200 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 05 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 23 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 21 da quadra 02 " . **47. MATRÍCULA: 33041 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT , Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 23"** da quadra 02, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 200 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 04 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 24 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 22 da quadra 02 " . **48. MATRÍCULA: 33042 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT , Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 24"** da quadra 02, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 200 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato ; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 03 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 25 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 23 da quadra 02 " . **49. MATRÍCULA: 33043 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT , Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 25"** da quadra 02, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 200 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato ; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 02 da quadra 02; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 26 da quadra 02; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 24 da quadra 02 " . **50. MATRÍCULA: 33044 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano , situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 26"** da quadra 02, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 216,60 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 08,10 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato ; Esquina: 04,24 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato esquina com a Rua Belarmino Pimentel ; Fundos: 11,10 m divisando com o lote 01 da quadra 02; Lado direito:17,00m divisando com a Rua Belarmino Pimentel ; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 25 da quadra 02" . **51. MATRÍCULA: 33106 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 01**" da quadra 08 , do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 216,60 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 8,10 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato ; Esquina: 04,24 m divisando pelo alinhamento da esq. Rua Elizeu

Meiato com a Rua Belarmino Pimentel ; Fundos: 11,10 m divisando com o lote 26 da quadra 08; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 02 da quadra 08 ; Lado esquerdo; 17,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Belarmino Pimentel ". **52. MATRÍCULA: 33131 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado "**Lote 26**" da quadra 08 , do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 216,60 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 8,10 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes ; Esquina: 04,24 m divisando pelo alinhamento da esq. Rua Aluirson Silva Arantes com a Rua Belarmino Pimentel ; Fundos: 11,10 m divisando com o lote 03 da quadra 08; Lado direito: 17,00 m divisando com o alinhamento da Rua Belarmino Pimentel ; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 25 da quadra 08". **53. MATRÍCULA: 33158 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 01** " da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 195,50 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 7,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes ; Esquina 04,24 m divisando pelo alinhamento da esq. da Rua Aluirson Silva Arantes com a Av. Filinto Muller ; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 24 da quadra 10; Lado direito: 17,00 m divisando com o alinhamento da Av. Felinto Muller; Lado esquerdo; 17,00 m divisando da Av. Filinto Muller ". **54. MATRÍCULA: 33159 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 02**" da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 23 da quadra 10; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 03 da quadra 10; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 01 da quadra 10". **55. MATRÍCULA: 33160 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 03**" da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 22 da quadra 10; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 04 da quadra 10; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 02 da quadra 10". **56. MATRÍCULA: 33161 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 04**" da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 21 da quadra 10; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 05 da quadra 10; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 03 da quadra 10". **57. MATRÍCULA: 33162 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 05**" da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 20 da quadra 10; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 06 da quadra 10; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 04 da quadra 10". **58. MATRÍCULA: 33163 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 06**" da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 19 da quadra 10; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 07 da quadra 10; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 05 da quadra 10". **59. MATRÍCULA: 33164 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 07"** da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 18 da quadra 10; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 08 da quadra 10; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 06 da quadra 10". **60. MATRÍCULA: 33165 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 08"** da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 17 da quadra 10; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 09 da quadra 10; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 07 da quadra 10". **61. MATRÍCULA: 33166 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 09"** da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 16 da quadra 10; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 10 da quadra 10; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 08 da quadra 10". **62. MATRÍCULA: 33167 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 10"** da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 15 da quadra 10; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 11 da quadra 10; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 09 da quadra 10". **63. MATRÍCULA: 33168 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 11"** da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 14 da quadra 10; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 12 da quadra 10; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 10 da quadra 10". **64. MATRÍCULA: 33169 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 12**" da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 195,50 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 07,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes; Esquina 04,24 m divisando pelo alinhamento da esq. Rua Aluirson Silva Arantes com a Rua Belarmino Pimentel; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 13 da quadra 10; Lado direito: 17,00 m divisando com a Rua Belarmino Pimentel; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 11 da quadra 10". **65. MATRÍCULA: 33170 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 13**" da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 195,50 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 07,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Maria Aparecida dos Santos; Esquina 04,24 m divisando pelo alinhamento da esq. Rua Belarmino Pi-

mentel com a Rua Maria Aparecida dos Santos; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 12 da quadra 10; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 14 da quadra 10; Lado esquerdo: 17 ,00 m divisando com a Rua Belarmino Pimentel". **66. MATRÍCULA: 33171 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 14"** da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Maria Aparecida dos Santos; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 11 da quadra 10; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 15 da quadra 10; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 13 da quadra 10". **67. MATRÍCULA: 33172 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 15"** da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Maria Aparecida dos Santos; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 10 da quadra 10; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 16 da quadra 10; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 14 da quadra 10". **68. MATRÍCULA: 33173 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 16"** da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Maria Aparecida dos Santos; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 09 da quadra 10; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 17 da quadra 10; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 15 da quadra 10". **69. MATRÍCULA: 33174 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 17"** da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Maria Aparecida dos Santos; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 08 da quadra 10; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 18 da quadra 10; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 16 da quadra 10". **70. MATRÍCULA: 33175 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 18"** da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Maria Aparecida dos Santos; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 07 da quadra 10; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 19 da quadra 10; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 17 da quadra 10". **71. MATRÍCULA: 33176 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 19"** da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Maria Aparecida dos Santos; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 06 da quadra 10; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 20 da quadra 10; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 18 da quadra 10". **72. MATRÍCULA: 33177 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 20"** da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Maria Aparecida dos Santos; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 05 da quadra 10; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 21 da quadra 10; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 19 da quadra 10". **73. MATRÍCULA: 33178 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 21"** da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Maria Aparecida dos Santos; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 04 da quadra 10; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 22 da quadra 10; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 20 da quadra 10". **74. MATRÍCULA: 33179 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 22"** da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Maria Aparecida dos Santos; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 03 da quadra 10; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 23 da quadra 10; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 21 da quadra 10". **75. MATRÍCULA: 33180 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 23"** da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Maria Aparecida dos Santos; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 02 da quadra 10; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 24 da quadra 10; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 22 da quadra 10". **76. MATRÍCULA: 33181 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 24 "** da quadra 10, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 195,50 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 07,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Maria Aparecida dos Santos; Esquina : 04,24 m divisando da esq. Rua Maria Aparecida dos Santos com Av. Filinto Muller ; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 01 quadra 10 ; Lado direito: 17,00 m divisando com o alinhamento da AV . Filinto Muller; Lado esquerdo: 20 ,00 m divisando com o lote 23 da quadra 10". **77. MATRÍCULA: 33182 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 01**" da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 195,50 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 07,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato ; Esquina: 04,24 m divisando pelo alinhamento da esq. Rua Elizeu Meiato coma Av. Filinto Muller ; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 24 da quadra 11; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 02 da quadra 11 ; Lado esquerdo; 17,00 m divisando pelo alinhamento da Av. Filinto Muller ". **78. MATRÍCULA: 33183 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 02**" da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 195,50 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 23 da quadra 11; Lado direito: 20,00m divisando com o lote 03 da quadra 11; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 01 da quadra 11". **79. MATRÍCULA: 33184 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 03**" da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 22 da quadra 11; Lado direito: 20,00m divisando com o lote 04 da quadra 11; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 02 da quadra 11". **80. MATRÍCULA:**

33185 - Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 04**" da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 21 da quadra 11; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 05 da quadra 11; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 03 da quadra 11". **81. MATRÍCULA: 33186 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 05"** da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 20 da quadra 11; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 06 da quadra 11; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 04 da quadra 11". **82. MATRÍCULA: 33187 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 06"** da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 19 da quadra 11; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 07 da quadra 11; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 05 da quadra 11". **83. MATRÍCULA: 33188 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 07"** da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 18 da quadra 11; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 08 da quadra 11; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 06 da quadra 11". **84. MATRÍCULA: 33189 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 08**" da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 17 da quadra 11; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 09 da quadra 11; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 07 da quadra 11". **85. MATRÍCULA: 33190 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 09"** da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 16 da quadra 11; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 10 da quadra 11; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 08 da quadra 11". **86. MATRÍCULA: 33191 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 10"** da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 15 da quadra 11; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 11 da quadra 11; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 09 da quadra 11". **87. MATRÍCULA: 33192 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 11**" da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 14 da quadra 11; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 12 da quadra 11; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 10 da quadra 11". **88. MATRÍCULA: 33193 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado "**Lote 12"** da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 195,50 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 07,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Elizeu Meiato; Esquina: 04,24 m divisando pelo alinhamento da esq. Rua Elizeu Meiato com a Rua Belarmino Pimentel ; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 13 da quadra 11; Lado direito: 17,00 m divisando com a Rua Belarmino Pimentel ; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 11 da quadra 11". **89. MATRÍCULA: 33194 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 13**" da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 195,50 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 07,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes Santos ; Esquina: 04,24 m divisando pelo alinhamento da esq. Rua Aluirson Silva Arantes com a Rua Belarmino Pimentel ; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 12 da quadra 11; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 14 da quadra 11 ; Lado esquerdo; 17,00 m divisando com a Rua Belarmino Pimentel". **90. MATRÍCULA: 33195 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 14"** da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 11 da quadra 11; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 15 da quadra 11; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 13 da quadra 11". **91. MATRÍCULA: 33196 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 15**" da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 10 da quadra 11; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 16 da quadra 11; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 14 da quadra 11". **92. MATRÍCULA: 33197 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 16"** da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 09 da quadra 11; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 17 da quadra 11; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 15 da quadra 11". **93. MATRÍCULA: 33198 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 17"** da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 08 da quadra 11; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 18 da quadra 11; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 16 da quadra 11". **94. MATRÍCULA: 33199 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 18**" da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando

pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 07 da quadra 11; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 19 da quadra 11; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 17 da quadra 11". **95. MATRÍCULA: 33200 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 19"** da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 06 da quadra 11; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 20 da quadra 11; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 18 da quadra 11". **96. MATRÍCULA: 33201 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 20**" da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 05 da quadra 11; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 21 da quadra 11; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 19 da quadra 11". **97. MATRÍCULA: 33202 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 21"** da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 04 da quadra 11; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 22 da quadra 11; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 20 da quadra 11". **98. MATRÍCULA: 33203 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 22"** da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 03 da quadra 11; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 23 da quadra 11; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 21 da quadra 11". **99. MATRÍCULA: 33204 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 23" da quadra 11**, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I", com área de 200,00 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 02 da quadra 11; Lado direito: 20,00 m divisando com o lote 24 da quadra 11; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 22 da quadra 11". **100. MATRÍCULA: 33205 -** Ficha 001 **-** Livro 02 - 1º Serviço de Registro de Imóvel, Títulos e Documentos de Barra do Bugres –MT. Um lote urbano, situado no Município de Barra do Bugres- MT, denominado **"Lote 24** " da quadra 11, do Loteamento Residencial "DEP. RENE BARBOUR I ", com área de 195,50 metros quadrados, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Frente: 10,00 m divisando pelo alinhamento da Rua Aluirson Silva Arantes ; Esquina 04,24 m divisando pelo alinhamento da esq. da Rua Aluirson Silva Arantes com a Av. Felinto Muller ; Fundos: 10,00 m divisando com o lote 01 da quadra 11; Lado direito: 17,00 m divisando com o alinhamento da Av. Felinto Muller; Lado esquerdo; 20,00 m divisando com o lote 23 da quadra 11 ".

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar os lotes ou frações ideais, resultantes **dos imóveis descritos** no art. 1º, diretamente aos beneficiários selecionados e aprovados por meio de contratos firmados **junto aos agentes financeiros** de tais programas.

§ 1º - Os beneficiários do caput serão selecionados, de acordo com o disposto no Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV e Programa Ser Família Habitação.

§ 2º - Após o término da obra, caso ainda existam unidades não alienadas à beneficiários que cumpriram os requisitos deste artigo, a construtora selecionada, será responsável pelos custos de manutenção das unidades até a efetiva destinação.

Art. 3º - Fica autorizada a MTPAR a efetuar a seleção deempresa do ramo da construção civil, por meio de Chamamento Público, observando-se a Lei Federal n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, interessada em produzir, **nas áreas relacionadas** no art. 1º, empreendimento habitacional de interesse social no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, ou outro que vier a substituí-lo, em projeto a ser aprovado por este município, com recursos de quaisquer das linhas do referido Programa, bem como do Programa Ser Família Habitação**.**

Art. 4º - A empresa vencedora do chamamento público deverá cumprir integralmente os prazos e especificações previstas no edital, que será publicado no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a data de publicação desta lei.

Art. 5º - Fica o chefe do Poder Executivo, desde já, autorizado a conceder, por ato próprio ou mediante delegação, Direito Real de Uso sobre as áreas indicadas no inciso I do art. 1º à empresa vencedora do Edital de Chamamento citado no art. 3º.

§ 1º - Tal concessão de direito real de uso será outorgado à empresa vencedora do Chamamento Público, exclusivamente para fins de implantação dos respectivos empreendimentos habitacionais, autorizando-a a constituir hipoteca sobre os direitos concedidos a favor de agente financeiro da operação.

§ 2º - Para tanto, a Prefeita, por ato próprio ou mediante delegação ora autorizada, poderá representar o Município de Barra do Bugres - MT assinando todos os atos, instrumentos de contrato ou escrituras públicas necessários para a efetivação da concessão de direito real de uso objeto desta lei, conforme solicitado pela empresa vencedora do Chamamento Público, devendo ser resguardada a finalidade prevista no parágrafo anterior.

Art. 6º - Aos empreendimentos habitacionais de que trata esta lei, conceder-se-á:

I **-** Isenção temporária do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – incidente sobre a construção de edificações de obras de construção civil, previstos na Lei Complementar Municipal, referente aos serviços prestados no próprio local da obra ou relacionados com ele de forma direta;

II **-** Isenção do ITBI - Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis – incidente sobre a transmissão do imóvel ao adquirente, para a primeira transmissão dos compradores dos imóveis, podendo ocorrer outra antes dessa;

III - Isenção temporária do IPTU – Imposto Territorial e Predial Urbano – sobre os imóveis onde o empreendimento habitacional será implantado; e

IV **-** Isenção de taxas de aprovação de projetos, de auto de conclusão – habite-se e de certidões para o empreendimento habitacional, com base nas disposições desta lei.

§ 1º - As isenções temporárias previstas nos incisos I a IV abrangem o período compreendido entre a aprovação do empreendimento, até a data de expedição do habite-se da última unidade, válidas somente para atender aos Programas especificados nesta lei.

§ 2º - O valor do ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, objeto da isenção de que trata o inciso I do *caput*, não poderá ser incluído no custo final da obra a ser financiado pelo mutuário.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar obras ou aporte financeiro, como forma de contrapartida e fomento à construção das moradias populares financiadas pelos programas de que trata esta lei,

nas áreas destinadas à construção das unidades habitacionais, sendo vedada, em qualquer hipótese, a inclusão no custo final da obra a ser financiado pelo mutuário.

Art. 8º - Os lotes urbanos municipais destinados para a realização dos empreendimentos, serão precedidos de avalição realizada pelo Poder Executivo Municipal e pelo agente financeiro responsável pelo empreendimento.

§ 1º - Os valores atribuídos aos lotes, serão computados como contrapartida do município ao empreendimento e integrarão a operação de financiamento do beneficiário, observada a ordem de prioridade abaixo estabelecida:

I - Será atribuído ao lote o valor venal informado pelo Poder Executivo Municipal sempre que estiver inserido nos valores, mínimo e máximo, atribuídos na avaliação do Agente Financeiro.

II -Verificada a hipótese que o valor venal informado pelo Poder Executivo Municipal esteja fora do intervalo de valores, mínimo e máximo, atribuídos pela Avaliação do Agente Financeiro, prevalecerá o valor mínimo indicado pelo Agente Financeiro.

III - Verificada a hipótese que o valor venal informado pelo Poder Executivo Municipal seja superior ao valor máximo atribuídos pela Avaliação do Agente Financeiro, prevalecerá o valor máximo indicado pelo Agente Financeiro.

Art. 9º - O Poder Executivo Municipal utilizará o Sistema Habitacional de Mato Grosso (SiHabMT) para selecionar e destinar as unidades habitacionais produzidas nos termos desta lei, nos seguintes termos:

I – Exclusivamente**a interessados que serão beneficiados com operações de financiamento; ou**

II- As famílias integrantes da faixa 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida, em caso de produção habitacional com recursos do Orçamento-Geral da União.

Parágrafo único: Para efeito do disposto no *caput*, os beneficiários deverão se enquadrar nas exigências da legislação da respectiva modalidade do Programa Minha Casa, Minha Vida, bem como observar os requisitos e condições estabelecidas pela legislação do Programa Estadual SER Família Habitação e do agente financeiro da operação.

Art. 10º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra do Bugres – MT, em 12 de agosto de 2024.

MARIA AZENILDA PEREIRA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 057/2024.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 046/2024

OBJETO: Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada para Aquisição de Toners, Cartuchos e Cilindros para Impressoras, com o objetivo de atender às necessidades das Secretarias Municipais, adstritas à Prefeitura de Barra do Garças-MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

O **Município de Barra do Garças**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. **03.439.239/0001-50** com sede administrativa a Rua Carajás, nº 522 – Centro Sul, representado pelo seu prefeito municipal,Sr**. Adilson Gonçalves de Macedo**, conforme Ata de Posse de 01.01.2021, doravante denominada simplesmente de **ORGÃO GERENCIADOR** e, de outro lado, a empresa, **LUANDA COMERCIO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº. 10.742.589/0001-57, estabelecida Rua Manuel Garcia, nº 430, Bairro Vila Baruel, em São Paulo – SP, CEP nº 02.523-040, neste ato representada por seu sócio Administrador, Senhora Daniela Miani,daqui por diante, denominada simplesmente **FORNECEDORA REGISTRADA** subordinado às seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O objeto da presente Ata é constituir o Sistema de Registro de Preços, das propostas vencedoras (conforme itens descritos abaixo) visando atender as necessidades da Administração Municipal do Município de Barra do Garças, tudo em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, no edital, na Proposta de Preços do Processo Administrativo nº 046/2024, que constituem partes integrantes desta Ata independente de transcrição. A presente ata será dirigida, gerenciada e coordenada pelo Secretaria Municipal de Saúde.

CLAUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: O registro de preços formalizado na presente ata terá a validade de 12 (doze) meses, contado da data da sua primeira publicação, poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovada a sua vantajosidade, nos termos do art. 84, da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo Primeiro. A presente Ata estará vigente até que se tenha consumido todo o quantitativo registrado ou até o termo final do prazo de sua validade, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da entrega objeto desta Ata correrão à conta dos recursos consignados na tabela abaixo:

SECRETARIAS	REDUZIDOS
Secretaria Municipal de Finanças	Red.: 37
Secretaria Municipal de Planejamento	Red.: 632
Secretaria Municipal Industria e Comercio, Desenvolvimento Rual e Pesca e Aquicultura	Red.: 975 / Red.: 919
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	Red.: 155
Secretaria Municipal de Educação	Red.: 1252
Secretaria Municipal Cultura	Red.: 603
Secretaria Municipal Planejamento Urbanos e Obras	Red.: 866
Secretaria Municipal de Comunicação Social	Red.: 900
Secretaria Municipal Urbanismo e Paisagismo	Red.: 843
Secretaria Municipal Transportes e Serviços Públicos	Red.: 989
Gabinete de Prefeito	Red.: 011
Secretaria Municipal de Turismo	Red.: 938 / Red.: 939 / Red: 944

Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Igualdade Racial	**Red.: 672/ Red.:730 / Red.: 745 / Red.: 716 / Red.: 692 / Red.: 768 / Red.: 790 / Red.: 808 / Red.: 829 / Red.: 831**
Secretaria Municipal de Administração	**Red.: 60**
Secretaria Municipal de Saúde	**Red.: 179**

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR: O valor global da contratação da presente Ata de Registro de Preços, ofertado pela empresa acima classificada com o menor preço, perfazendo o total de **R$ 137.463,60** (sento e trinta e sete mil, quatrocentos e sesenta e três mil e sesenta centavas), os preços unitários, as quantidades, por fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata.

Código	Nome	Unidade	Marca	Qtd	Vlr. Unitário	Total
76769	TONER COMP. COM IMPRESSORA SANSUNG M2070/2070	UNIDADE	PRO RESOLUTION	70,00	33,99	2.379,30
78831	TONER COMPATIVEL COM LEXMARK 56FB000 56F4000 56FB | MS521 MX521 MS621 MX522 MS622 MX622 MS321 MX321	UNIDADE	PRO RESOLUTION	302,00	444,98	134.383,96
80641	TONER D111N XSPRESS	UNIDADE	PRO RESOLUTION	20,00	34,99	699,80

VALOR TOTAL: R$	**137.463,60**

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Secretaria Municipal demandante monitorará os preços do objeto do presente contrato de compromisso de fornecimento, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos objetos registrados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os preços registrados constituirão a única e completa remuneração pela entrega do objeto desta Ata.

PARÁGRAFO TERCEIRO: É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o Decreto Municipal nº 5.385/2024.

PARÁGRAFO QUARTO - No ato de apresentação da Nota Fiscal para pagamento dos serviços ou fornecimentos, não havendo comprovação de recolhimento dos tributos, o **CONTRATANTE** irá proceder com a retenção e recolhimento dos impostos, e abatimento do valor devido em conformidade com a INRFB 2.145/2023, 1.234/2012 e Decreto Municipal nº 5.228 de 20 de julho de 2023, bem como INRFB Nº 2.110 de 17 de outubro de 2022.

Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar junto a nota fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos -CND referente às contribuições previdenciárias e as de terceiros;

b) Certidão de Regularidade de Situação do FGTS -CRF;

c) Certidões Negativas de Débitos junto as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio sede da contratada.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇOS: A Prefeitura Municipal de Barra do Garças poderá realizar reajuste do preço registrado nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

PARÁGRAFO TERCEIRO: quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

b) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

PARÁGRAFO QUARTA: Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO, CONDIÇÕES E PRAZO DE EXECUÇÃO: A existência de preços registrados não obriga a administração municipal a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a realização de licitações específicas para entrega dos objetos, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições, conforme previsto no art. 83 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Após formalizada a Ata de Registro de Preços, havendo necessidade de contratação, a mesma será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme dispõe o Art. 95 da Lei 14.133/2021. Se houver contrato, esse passará observar o regime jurídico previsto na lei 14.133/2021, quanto aos prazos e vigência e demais mecanismos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As solicitações serão realizadas por intermédio de nota de empenho ordinário e ordem de fornecimento/serviço nos casos de empenhos globais ou estimativo, que deverá ser retirada pelo CONTRATADO no prazo de 05 (cinco) dias úteis, salvo disposição diversa constante do edital e anexo.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração Municipal, o prazo para retirada da Nota Empenho/Ordem de Fornecimento/Serviço poderá ser prorrogado por igual período;

PARÁGRAFO QUARTO: A nota de empenho/Ordens/contrato poderá será encaminhada via e-mail, indicado pela empresa, e/ou via correios ou retirado pessoalmente pelo contratado;

PARÁGRAFO QUINTO: O prazo para entrega dos itens ou início da execução do fornecimento/serviço somente se iniciará após a confirmação de recebimento da nota de empenho/ordem de fornecimento/serviço pelo Contratado, fato que deverá ser certificado no Processo.

I. A DETENTORA PODE informar e-mail institucional e **DEVE** indicar pessoal ou setor responsável pela comunicação/tratativas com o Administração Municipal. Essas informações serão usadas como, oficial, para comunicação e envio de documentos **e o prazo de que trata a cláusula sexta iniciará 24 horas após o envio (e-mail) do empenho ou documento diverso.**

PARÁGRAFO SEXTO: A entrega da nota de empenho e a assinatura do contrato (quando este for exigível) ficarão condicionadas à apresentação pela DETENTORA dos seguintes documentos, devidamente atualizados:

a) Certidão negativa de débitos para com a Seguridade Social – INSS/FEDERAL;

b) Certificado de regularidade de situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

d) Certidão de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal (relativas ao domicílio ou sede do licitante).

PARÁGRAFO SÉTIMO: Ao receber a ordem de serviço/nota de empenho a DETENTORA deverá dela passar recibo na cópia que necessariamente lhe acompanhará, devolvendo-a à unidade requisitante para que seja juntada aos autos dos processos de requisição e de liquidação e pagamento.

PARÁGRAFO OITAVO: A empresa detentora ficará obrigada a entregar os objetos em até 15 (quinze) dias úteis após emissão da Ordem de Fornecimento;

PARÁGRAFO NONO: Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação nos casos e condições especificados no art. 105 da Lei nº 14.133/21, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

PARÁGRAFO DÉCIMO: A DETENTORA responsabilizar-se-á por todos os prejuízos que porventura ocasione a Administração Municipal de Barra do Garças ou a terceiros, em razão dos fornecimentos decorrentes da presente Ata.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO: A DETENTORA do Registro deverá executar o objeto da presente Ata após o recebimento da Ordem de Fornecimento/Serviço/Nota de Empenho, conforme todas as exigências e especificações técnicas contidas Termo de Referência, Edital e proposta.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em conformidade com o artigo 140, inciso I e/ou II (conforme o caso) da Lei nº. 14.133/21, o objeto da presente licitação será recebido:

I. **PROVISORIAMENTE** – pelo fiscal da Ata de Registro de Preços, indicado pela secretaria mediante termo de recebimento, após o recebimento da nota fiscal/fatura;

II. **DEFINITIVAMENTE** – por comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria, comprovando a adequação do objeto aos termos contratuais;

PARÁGRAFO SEGUNDO: O prazo para recebimento definitivo não excederá 10 (dez) dias.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O(s) servidor(es) que receber(em) itens ou serviços em desacordo com o registrado na presente Ata, será(ão) responsabilizado(s), mediante instauração de processo administrativo, conforme previsto na Lei n. 294/PMMA/2002 e suas alterações/atualizações.

CLÁUSULA OITAVA - DA FORMA DE PAGAMENTO: Para processar-se o pagamento, a DETENTORA deverá apresentar a competente nota fiscal (e demais documentos que por ventura sejam exigidos no edital), acompanhada do atestado/termo de recebimento definitivo (se for o caso) e dos seguintes documentos, devidamente atualizados:

a) Certidão negativa de débitos para com a Seguridade Social – INSS/FEDERAL;

b) Certificado de regularidade de situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço–FGTS.

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

d) Certidão de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal (relativas ao domicílio ou sede do licitante).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Nas hipóteses em que a DETENTORA deva proceder a ajustes da documentação necessária ao pagamento, o prazo será interrompido e reiniciará a partir da data em que se der a regularização.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Estando a regular a documentação apresentada, o pagamento devido será depositado na conta corrente que a DETENTORA, em um dos Bancos informados pelas mesmas ou por ordem bancária.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a DETENTORA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, será devido encargos moratórios, desde a data limite par apagamento (30 dias após apresentação da nota fiscal) até a data do efetivo pagamento pelo CONTRATANTE, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I X N X VP, onde:

Em = Encargos Moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: I= I/365 I= 6/100/365

I= 0,00016438

Onde I = taxa percentual anual no valor de 6%

PARÁGRAFO QUARTO: Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à DETENTORA ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA: Cumprir com o objeto da presente Ata de Registro de Preços, dentro do prazo, condições e no local de execução conforme Termo de Referência do Processo Administrativo n. 046/2024, de acordo com o preço registrado, sob pena de ter a ata cancelada nos termos do artigo 28 do Decreto Federal 11.462 de 31 de março de 2023.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso haja a necessidade de acionamento do direito à garantia, a contratada deverá realizar a coleta e entrega dos objetos substituídos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, com todas as despesas, ficando a cargo da contratada;

PARÁGRAFO TERCEIRO: Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da execução do serviço/fornecimento dos bens, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, inclusive as despesas com pessoal, e apresentar os respectivos comprovantes quando solicitado pelo Município de Barra do Garças.

PARÁGRAFO QUARTO: Responder perante a Administração Municipal de Barra do Garças e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na entrega dos itens/materiais, objeto deste contrato sob a sua responsabilidade ou por erros relativos à realização do objeto do Termo de Referência.

PARÁGRAFO QUINTO: Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para a Administração desta Municipalidade.

PARÁGRAFO SEXTO: Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento da execução do objeto da presente Ata.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A DETENTORA estará obrigada a comparecer, sempre que solicitada, à sede da unidade requisitante, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações.

PARÁGRAFO OITAVO: Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto desta ata de registro de preços.

PARÁGRAFO NONO: A DETENTORA deve manter-se, durante toda a vigência desta ata de registro de preços, em compatibilidade todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

PARÁGRAFO DÉCIMO: A empresa contratada deverá executar a entrega/serviços objetos do Termo de Referência, sendo estes de acordo com padrões de fábrica, com padrões de PRIMEIRA QUALIDADE, e em conformidade com as normas técnicas e as especificações constantes na Autorização de Fornecimento, para que não venha causar danos ao erário público. Executar a entrega obedecendo à melhor técnica vigente, enquadrando-se dentro dos preceitos normativos da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE: Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a DETENTORA, efetuando os pagamentos de acordo com a Cláusula Sétima.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: fornece e colocar à disposição da DETENTORA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do serviço/entrega do objeto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Notificar, formal e tempestivamente, a DETENTORA sobre as irregularidades observadas no cumprimento da aquisição.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Notificar a DETENTORA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

PARÁGRAFO QUARTO: Acompanhar a entrega, efetuada pela DETENTORA, podendo intervir durante a sua entrega, para fins de ajustes ou suspensão do fornecimento.

PARÁGRAFO QUINTO: Fiscalizar a entrega, conforme art. 117 da Lei Federal Nº 14.133/21.

PARÁGRAFO SEXTO: O Órgão gerenciador será responsável pela prática de todos os atos de controle da Administração do Sistema de Registro de Preços previstos na Lei Federal nº. 14.133/21 e atualizações e, ainda, no que couber os previstos no Decreto Federal 11.462/23 ou outro que vier suas em substituição.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES: Comete infração administrativa, nos termos do Art. 155° Lei nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente;

b) Der causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Der causa à inexecução total do contrato ou seu equivalente;

d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) Não celebrar o contrato (ou retirar seu equivalente) ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato ou seu equivalente;

i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou seu equivalente;

j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

l) Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções (Art. 156° Lei nº 14. 133/2021):

a) Advertência;

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” da CLÁUSULA 10ª deste Instrumento, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Art. 156°, § 4° da Lei 14.133/21);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” CLÁUSULA 10ª deste Instrumento, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do mesmo item, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (Art. 156°, §5° da Lei 14.133/21);

d) Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias (Art. 156°, §3°; Art. 162° da Lei 14.133/21);

e) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou seu equivalente, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial (Art. 156°, §3°, Art. 162°, Parágrafo Único da Lei 14.133/21;

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na aplicação das sanções serão considerados (Art. 156°, §1° da Lei 14.133/21):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A sanção prevista na Alínea a da CLÁUSULA 10ª § 2º deste Instrumento será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na Alínea a do CLÁUSULA 10ª § 1º deste Instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Art. 156°, §2° da Lei 14.133/21);

PARÁGRAFO QUARTO: A sanção estabelecida na Alínea c do item CLÁUSULA 10ª § 2º deste Instrumento será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima desta Municipalidade, ou seja, do Prefeito (Art. 156°, §6° da Lei 14.133/21);

PARÁGRAFO QUINTO: As sanções previstas nas alíneas "a", “b” e "c" do item CLÁUSULA 10ª § 2º deste Instrumento, poderão ser aplicadas cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "d" e “e” da mesma CLÁUSULA 10ª § 2º deste Instrumento (Art. 156°, §7° da Lei 14.133/21);

PARÁGRAFO SEXTO: O valor das multas aplicadas será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobradas judicialmente;

PARÁGRAFO SÉTIMO: Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (Art. 156°, §8° da lei 14.133/21);

PARÁGRAFO OITAVO: Na aplicação da sanção prevista nas Alíneas “d” e “e” da CLÁUSULA 10ª deste Instrumento, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (Art. 157° da lei 14.133/21);

PARÁGRAFO NONO: A aplicação das sanções previstas na CLÁUSULA 10ª § 2º deste Instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública (Art. 156°, §9° da lei 14.133/21);

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A aplicação das sanções previstas nas Alíneas “b” e “c” da CLÁUSULA 10ª do § 2º deste Instrumento requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido nos termos do (Art. 158° e seus parágrafos da Lei 14.133/2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: O não pagamento de multas no prazo previsto, ensejará a inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a contratada ao processo judicial de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA: A Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada pela administração, assegurado o contraditório e a ampla defesa, dentre outras hipóteses legais, quando a **DETENTORA**:

a) Descumprir as condições estabelecidas no presente instrumento ou normas legais aplicáveis à espécie;

b) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o preço registrado na hipótese de este tornar-se superior aos praticados no mercado.

d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei n. 14.133/21 ou no inciso VI do art. 155 da mesma Lei.

e) Por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I- por razão de interesse público, mediante despacho motivado e devidamente justificado; ou

II- a pedido do fornecedor, mediante solicitações por escrito aceita pela Administração, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências do edital que deu origem ao registro de preços ou de cumprir as cláusulas e condições do contrato de compromisso de fornecimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” será formalizado por despacho do órgão gerenciador, ratificado pelo Prefeito assegurado o contraditório e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O cancelamento do registro de preços, na hipótese da alínea “e”, I, será feito no processo que lhe deu origem, devendo sua comunicação, ser feita por correspondência com recibo de entrega, juntando-se o comprovante nos autos respectivos e por publicação em jornal de circulação diário, por uma vez e afixado no mural oficial, considerando-se cancelado o registro na data de publicação na imprensa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO: Ficará a cargo da Administração a publicação integral do presente instrumento no Portal Nacional de Compras Públicas (PCNP) nos termos do art. 94 da Lei Federal 14.133/21 art. 21 do Decreto Federal 11.462/23, em extrato no Diário dos Municípios de Mato Grosso (AMM), no prazo de até cinco dias úteis, após a data da sua lavratura.

PARÁGRAFO ÚNICO: A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade, vide art. 83 da Lei Federal n.14.133/2021 art. 21 do Decreto Federal 11.462/23.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: Integram está Ata de Registro de Preços, o Ato Convocatório do Pregão – Edital e seus anexos, bem com a proposta de preço escrita formulada pela(s) DETENTORA(S) da Ata, constando os preços de fechamento da operação e a documentação de habilitação, de cujos teores as partes declaram ter conhecimento e aceitam, independentemente de sua anexação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os preços registrados serão publicados em casos de alterações, para orientação da Administração, nos termos do art. 25 do Decreto Federal 11.462/23.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os documentos supracitados são considerados suficientes para, em complemento a esta Ata definir a sua extensão, e desta forma, reger a execução adequada do instrumento ora celebrado.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os casos omissos serão resolvidos, observadas às disposições estabelecidas na legislação vigente, em especial, lei 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUARTO: Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa à licitação, nem em relação às expectativas de contratações dela decorrente.

PARÁGRAFO QUINTO: A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023.

PARÁGRAFO SEXTO: Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

PARÁGRAFO SÉTIMO: As aquisições ou contratações adicionais (caronas) não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos itens registrados para o órgão gerenciador e órgãos participantes, e não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo dos itens consignados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, conforme inciso I do art. 32 do Decreto Federal N° 11.462/23 art. 86° § 4º da Lei 14.133/21.

PARÁGRAFO OITAVO: Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas a condição nela estabelecida, optar pela aceitação ou não da executar do objeto, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que estes não prejudiquem as obrigações anteriormente assumidas.

PARÁGRAFO NONO: Os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas no instrumento convocatório, e poderão ser alterados, conforme disposto no art. 105 da Lei n. 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS: A fiscalização da execução do objeto, será exercida por servidor credenciado pela Secretaria competente, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinada pela CONTRATANTE, a seu exclusivo juízo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz, a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus empregados, prepostos ou contratados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Todas as ORDENS DE SERVIÇO, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a Fiscalização e a CONTRATADA serão feitas por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Da(s) decisão(ões) da Fiscalização poderá a CONTRATADA recorrer à CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem efeito suspensivo.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA - DO FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, para dirimir todas as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços, sendo esta, competente para a propositura de qualquer medida judicial, decorrente deste instrumento contratual, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

PARÁGRAFO ÚNICO: E, por estarem justos e acordados, assinam a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, de tudo, cientes, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Barra do Garças - MT, 06 de Agosto de 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

AVISO DE LICITAÇÃO DISPENSA FÍSICA DE LICITAÇÃO Nº 034/2024

AVISO DE LICITAÇÃO

DISPENSA FÍSICA DE LICITAÇÃO Nº 034/2024

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE, MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 20/08/2024 as 08:00h **(Horário local**), Licitação na modalidade **Dispensa Física nº 034/2024**, no Tipo "***MENOR PREÇO POR ITEM",*** com o objeto "Prestação de serviço de fornecimento de água por poço artesiano para a Escola Cerejal localizada na Comunidade Paineira, área rural, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação do Município de Brasnorte-MT" Maiores informações poderão ser obtidas junto ao departamento de licitação, no Paço Municipal, sito a Rua Curitiba nº 1080, pelo telefone: 066 3592-3206, site: http://200.199.196.35:8007/portaltransparencia/lic... e e-mail: licitacao@brasnorte.mt.gov.br.

Brasnorte – MT, 14 de agosto de 2024.

Roberta Chagas Passamani

Agente de Contratação

2º AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/2024 - SRP

2º AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/2024 - SRP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE, MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, torna público, para conhecimento dos interessados, a retificação do edital de licitação do pregão presencial nº 09/2024 publicado no DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO de 01/08/2024, edição nº 28.797, pág. 159, cujo objeto é o Registro de preços para contratação de empresa para fornecimento de insumos para pavimentação asfáltica do tipo tratamento superficial duplo - TSD, para pavimentar 30 (trinta) quilômetros entre ruas e avenidas no município de Brasnorte – MT. A retificação se deu na descrição dos itens 9 e 14 do Termo de Referência, anexo I do edital e no item 13 do edital (qualificação econômico-financeiro). A nova data de abertura será no dia 30/08/2024 as 08:00h (Horário de local). Maiores informações poderão ser obtidas junto ao departamento de licitação, no Paço Municipal, sito a Rua Curitiba nº 1080, pelo telefone: (066)3592-3206, site: https://www.gp.srv.br/transparencia_brasnorte/serv... e e-mail: licitacao@brasnorte.mt.gov.br. Brasnorte – MT, 14 de agosto de 2024.

Edicleia Lucas da Silva, Pregoeira.

AVISO DE LICITAÇÃO DISPENSA FÍSICA DE LICITAÇÃO Nº 033/2024

AVISO DE LICITAÇÃO

DISPENSA FÍSICA DE LICITAÇÃO Nº 033/2024

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE, MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 21/08/2024 as 08:00h **(Horário local**), Licitação na modalidade **Dispensa Física nº 033/2024**, no Tipo "***MENOR PREÇO POR ITEM",*** com o objeto "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE SOFTWARE SISTEMA GERENCIADOR DE COMPETIÇÕES ESPORTIVAS" Maiores informações poderão ser obtidas junto ao departamento de licitação, no Paço Municipal, sito a Rua Curitiba nº 1080, pelo telefone: 066 3592-3206, site: http://200.199.196.35:8007/portaltransparencia/lic... e e-mail: licitacao@brasnorte.mt.gov.br.

Brasnorte – MT, 14 de agosto de 2024.

Roberta Chagas Passamani

Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 01/2024 - CONTRATO - N° 240/2024

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 240/2024 PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL 001/2023

O **MUNICÍPIO DE CÁCERES**, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, **FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN**, ora denominado contratante, e senhor (a) **ANA MARIA MUDRYK** denominado(a) contratado(a), no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal de Educação Infantil Dulsangela Almeida de Souza.

Considerando o disposto no inc. V e § 2º do art. 2º. Da Lei Municipal n° 1.931, de 15 de abril de 2005, que excepciona a possibilidade de contratação por tempo determinado para admissão de pessoal em regime de substituição decorrente *de licenças, de concessão obrigatória, licença para tratamento de saúde, licença prêmio, licença gestante e adotante, licença para exercer mandato eletivo, licença para o trato de assuntos de interesse particular, afastamentos por sindicância;*

Considerando que a mesma foi remanejada a partir de 02/08/2024, conforme memorando 27.760/2024.

Cláusula 1ª. Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço com local de trabalho alterado para **Escola Municipal de Educação Infantil Dulsangela Almeida de Souza, na turma de 01 ano matutino**.

Cláusula 2ª O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único. Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Cláusula 3ª Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Cláusula 4ª. Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 13 de agosto de 2024.

_____

_____

Fransergio Rojas Piovesan

Contratado (a) Secretário Municipal de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 01/2024 - CONTRATO - N° 092/2024

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 092/2024 PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2022

O **MUNICÍPIO DE CÁCERES**, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, **FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN**, ora denominado contratante, e senhor (a) **MARIA MADALENA DE OLIVEIRA** denominado(a) contratado(a),

no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal de Educação Infantil Dulsangela Almeida de Souza.

Considerando o disposto no inc. V e § 2º do art. 2º. Da Lei Municipal n° 1. 931, de 15 de abril de 2005, que excepciona a possibilidade de contratação por tempo determinado para admissão de pessoal em regime de substituição decorrente *de licenças, de concessão obrigatória, licença para tratamento de saúde, licença prêmio, licença gestante e adotante, licença para exercer mandato eletivo, licença para o trato de assuntos de interesse particular, afastamentos por sindicância;*

Considerando que a mesma foi remanejada a partir do dia 02/08/2024, conforme memorando 27.765/2024.

Cláusula 1ª. Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço com local de trabalho alterado para **Escola Municipal de Educação Infantil Dulsangela Almeida de Souza, na turma de 02 anos vespertino**.

Cláusula 2ª O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único. Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Cláusula 3ª Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Cláusula 4ª. Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 13 de agosto de 2024.

_____

_____

Fransergio Rojas Piovesan

Contratado (a) Secretário Municipal de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 01/2024 - CONTRATO - N° 069/2024

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 069/ 2024 PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2022

O **MUNICÍPIO DE CÁCERES**, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/ 0001-83, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, **FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN**, ora denominado contratante, e senhor (a) **NAGHILA CRISTINA AMADA DA SILVA** denominado(a) contratado(a), no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal de Educação Infantil Dulsangela Almeida de Souza.

Considerando o disposto no inc. V e § 2º do art. 2º. Da Lei Municipal n° 1. 931, de 15 de abril de 2005, que excepciona a possibilidade de contratação por tempo determinado para admissão de pessoal em regime de substituição decorrente *de licenças, de concessão obrigatória, licença para tratamento de saúde, licença prêmio, licença gestante e adotante, licença para exercer mandato eletivo, licença para o trato de assuntos de interesse particular, afastamentos por sindicância;*

Considerando que a mesma foi remanejada a partir do dia 02/08/2024, conforme memorando 27.762/2024.

Cláusula 1ª. Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço com local de trabalho alterado para **Escola Municipal de Educação Infantil Dulsangela Almeida de Souza, na turma de 03 anos matutino**.

Cláusula 2ª O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único. Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Cláusula 3ª Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Cláusula 4ª. Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 13 de agosto de 2024.

_____

_____

Fransergio Rojas Piovesan

Contratado (a) Secretário Municipal de Cáceres

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
LEI Nº 3.300, DE 06 DE AGOSTO DE 2024

"Dispõe sobre a ratificação das alterações no contrato consórcio do Município de Cáceres, ente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do complexo nascentes do pantanal e dá outras providências."

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo art. 74, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º O Município de Cáceres/MT, ente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, conforme determinação do art. 12 da Lei Federal nº 11.107/2005 e art. 29 do Decreto Federal nº 6.017/2007, ratifica as alterações no Contrato Consórcio provocadas pela Resolução Normativa nº 84/2022, que altera a redação da "CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA – AUTORIZAÇÃO", do Contrato Consórcio, Resolução Normativa nº 029, de 08 de fevereiro de 2016, re-ratifica alterações anteriores ao Contrato Consórcio e dá outras providências, devidamente aprovada na Assembleia Geral Extraordinária do Consórcio do dia 13 de abril de 2022.

Art. 2° A Resolução Normativa nº 84, de 13 de abril de 2022, editada e aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal é parte integrante desta Lei.

Art. 3° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cáceres-MT, 06 de agosto de 2024.

ANTÔNIA ELIENE LIBERADO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

EXTRATO DO PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL/ LICENÇA DE OPERAÇÃO PARA EXTRAÇÃO DE CASCALHO EM ZONA URBANA, JUNTO À SEMA-MT

ASSESSORIA TECNICA I

EXTRATO DO PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL/ LICENÇA DE OPERAÇÃO PARA EXTRAÇÃO DE CASCALHO EM ZONA URBANA, JUNTO À SEMA-MT

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACERES- MT, CNPJ 032.141.45/0001-83, torna público que requereu à **SEMA/MT (Secretaria do Estado do Meio Ambiente)**, **LICENÇA DE OPERAÇÃO** para extração de Cascalho na zona **urbana**do distrito de Santo Antônio do Caramujo, nas seguintes coordenadas **W:57º57'24,15" E S:15º49'21,04"**.

Cáceres-MT, 14 de agosto de 2024

AUTARQUIA AGUAS DO PANTANAL
PORTARIA N° 110/2024

"Dispõe sobre evolução funcional de servidor efetivo do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal e dá outras providências".

O Diretor Executivo do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Cáceres-MT, no uso de suas atribuições legais e regimentais.

Considerando o que consta na Lei Complementar nº 25 de 27 de novembro de 1997 – Regime Júridico dos Servidores Públicos Municipais, e demais legislações aplicáveis;

Considerando o que consta submetido ao Memorando n° 28.596/2024 via 1-Doc;

RESOLVE:

Art. 1° Conceder progressão de Classe ao Servidor de carreira do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanl, abaixo relacionado, em razão do tempo de serviço prestado, obedecendo aos critérios de promoção para cada classe.

Servidor	Mat.	Cargo	Data admissão	Classe/Nível atual	Classe/Nível destino
LEVI M******o DA SILVA	288	ENCANADOR	05/08/2021	A -I	B - I

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos á contar de 14 de agosto de 2024.

Cáceres/MT, 14 de agosto de 2024.

JULIO CEZAR PARREIRA DUARTE

DIRETOR EXECUTIVO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº525 DE 14/08/2024.

Abre Crédito Adicional Especial e da outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 3.303/2024.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R$100.000,00 nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, Inciso II da Lei 4320 de 17 de março de 1964, mediante o excesso de arrecadação distribuídos as seguintes dotações:

02 08 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

679 13.392.1006.1070.0000 PROMOÇÃO E FOMENTO DO TURISMO E DA CULTURA CACERENSE 100.000,00

3.3.50.00.00 TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIV F.R. GRUPO: 1 706

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º serão cobertos com o EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 14 de agosto de 2024.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal

AUTARQUIA AGUAS DO PANTANAL
PORTARIA N° 109/2024

"Dispõe sobre homologação do resultado final das avaliações de desempenho e da estabilidade no serviço público do servidor público do Serviço de Saneamento Ambiental Autarquia Águas do Pantanal"

O DIRETOR EXECUTIVO DO SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AUTARQUIA ÁGUAS DO PANTANAL, CÁCERES/MT, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais:

Considerando o Art. 31 e Parágrafo único da Lei Complementar n° 25 de 27 de novembro de 1997;

Considerando o caput do Art. 88-A e seu § 4° da Lei Orgânica Municipal de Cáceres-MT, com redação dada pela Emenda n° 10 de 03 de dezembro de 2003;

Considerando o que consta submetido ao Memorando n° 28.596/2024, via sistema 1 Doc;

RESOLVE:

Matrícula	Data admissão	Servidor	Cargo
288	05/08/2021	LEVI M*******O DA SILVA	ENCANADOR

Art. 1° HOMOLOGAR o resultado final das avaliações de desempenho dos servidores públicos em estágio probatório que preencheram os requisitos, conforme o Parecer emitido pela Comissão de Avaliação e Desempenho Funcional, e tornar público a estabilidade no serviço público dos servidores habilitados em Concurso Público do Serviço de Saneamento Ambiental Autarquia Águas do Pantanal de Cáceres-MT, declarados em efetivo exercício em seus respectivos cargos, abaixo relacionados.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 05 agosto de 2024.

Cáceres/MT, 14 de agosto de 2024.

JULIO CEZAR PARREIRA DUARTE

DIRETOR EXECUTIVO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 519 DE 13 DE AGOSTO DE 2024

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Memorando sob nº 28.421 de 12 de agosto de 2024;

RESOLVE:

Art.1º Nomear a senhora KAMILA ARRUDA DE OLIVEIRA ABREU, para exercer o cargo em Comissão de Secretária Municipal Interina de Turismo e Cultura, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com ônus a partir de 13 de agosto de 2024.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário em especial o Decreto nº 615 de 05 de setembro de 2023.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 13 de agosto de 2024.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

AUTARQUIA ÁGUAS DO PANTANAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 18/2024 PROC. ADMINISTRATIVO DIGITAL N° 025/2024

PROMOTORA: Serviço de Saneamento Ambiental ÁGUAS DO PANTANAL – Autarquia Municipal de Cáceres-MT.

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL **AQUISIÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES INDIVIDUAIS DO TIPO MARMITEX, PARA MUTIRÕES, AÇÕES INTEGRADAS DA COLETA SELETIVA E DOMICILIAR, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DOS SETORES DO SERVIÇOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL,** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

PLATAFORMA: **Portal de Compras do Governo Federal: gov.br/compras**

*DATA: **29/08/2024** às* **09h00m** - **(HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA - DF)**.

OBSERVAÇÃO: A pasta contendo o Edital norteador e seus Anexos poderão ser obtidos digitalmente no **Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal – Autarquia Municipalde Cáceres, Estado de Mato Grosso,** em sua sede, localizada na Rua Voluntários da Pátria, nº 548 - Centro - CEP 78210-210 – Fones (65) 3223-6900 Ramal 2017/2018; na cidade de CÁCERES-MT, baixado nos sites www.aguasdopantanal.eco.br **,gov.br/compras** e **pncp.gov.br ou solicitando para e-mail** *licitacaoaguasdopantanal@gmail.com*

Cáceres-MT, 14 de agosto de 2024.

JULIO CÉZAR PARREIRA DUARTE

Diretor Executivo

Decreto 1019/2021

Publicado em 30/12/2021 – AMM

(Assinado Digitalmente)

AVISO DE EDITAL – CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2024

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, Estado de Mato Grosso por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL torna público, a realização de licitação na modalidade CHAMADA PÚBLICA, objetivando o credenciamento de Pessoas Físicas, Pessoas Jurídicas ou Cooperativas, inscritas no Programa Nacional de Agricultura Familiar, interessados em fornecer Gêneros Alimentícios constantes no objeto deste edital, nos termos da Lei Federal nº 11.947/09 e Resolução CD/FNDE nº 06/2020 e alterações posteriores e subsidiariamente pela Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores.

Os interessados deverão apresentar a documentação completa para Habilitação e projeto de venda do dia 19 de agosto de 2024, das 07h30 às 11h30 e das 13h30 as 17h30 a 13 de setembro de 2024 das 07h30 às 11h30 e das 13h30 as 17h30. Os documentos relativos ao credenciamento dos interessados deverão ser enviados na Sede da Prefeitura de Cáceres - Secretaria de Administração – Setor de Licitação.

Fundamento: Inciso I do Artigo 78 da Lei 14.133/2021 e, Inciso I do Artigo 78 da Lei 14.133/2021.

Valor estimado: R$ 4.906.971,80 (quatro milhões, novecentos e seis mil, novecentos e setenta e um reais e oitenta centavos).

Observação: O Edital e seus anexos poderão ser obtidos na Avenida Brasil nº 119 – C.O.C. – Jardim Celeste, CEP: 78210-906 - Cáceres-MT, ainda através do portal http://www.caceres.mt.gov.br, pelo email: licitacao@caceres.mt.gov.br, ou ainda no Portal Nacional de Compras Públicas através do link: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1.

Prefeitura de Cáceres, 14 de agosto de 2024.

FRANSÉRGIO ROJAS PIOVESAN

Secretário Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PAUTA DE JULGAMENTO - CONSELHO DE CONTRIBUINTES DE CACERES/AGOSTO - 2024

PAUTA DE JULGAMENTO

A Presidente do Conselho de Contribuintes de Cáceres, no uso de suas atribuições, conferidas pelo decreto Nº. 144 30 de março de 2020, e pelo Decreto Nº.253 de 07 de maio de 2020. Considerando o estabelecido pelo Artigo 41, Seção V do Decreto n° 144 de 30 de março de 2020. Torna pública a pauta de julgamento de processos do Conselho de Contribuintes de Cáceres, que ocorrerá por videoconferência, conforme calendário abaixo:

DATA E HORA		LINK DE ACESSO	
12/08/2024 17:30		https://meet.google.com/bas-hppb-uhm	
PROCESSO	**REQUERENTE**		**CONSELHEIRO RELATOR**
9.788/2024	Luis Carlos Marques Garcia		Johnny Felipe/Mirielle
7.724/2024	Sarah Argenti Alvarenga Ltda		Adriane Silva
2.080/2023	Franciane Silva Lopes		Patrícia Maria Frade
14.305/2020	Orlando Augusto de Faria		Jovanil de Campos
13.016/2024	Viviane de Arruda Ramos		Richard Rodrigues
14.224/2024	José Carlos de Carvalho		Johnny Felipe

DATA E HORA		LINK DE ACESSO	
19/08/2024 17:30		https://meet.google.com/syw-jedw-pqd	
PROCESSO	**REQUERENTE**		**CONSELHEIRO RELATOR**
15.911/2024	Marilu Santana de C. Rodrigues		Adriane Silva
26.475/2023	Renato Tosta Lima		Patrícia Maria Frade
4.287/2024	Clínica Médica de Cuiabá		Miriele Garcia
4.512/2024	Vandinéia São Bernardo da Silva		Richard Rodrigues
2.059/2024	Diego Odiney Pedroso		Jovanil de Campos
4.696/2024	Alexandre Pacheco Quidá		Johnny Felipe

Cáceres-MT, 06 de Agosto de 2024.

ELIANA DA SILVA CARVALHO DUARTE

Presidente

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
CONTRATO DE COMODATO Nº 0101/2024

INSTRUMENTO DE CONTRATO DE COMODATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CÁCERES (MT) E EVORA SOFTWRE LTDA - CNPJ sob nº 54.384.331/0001-00

DO OBJETO: O presente Contrato tem por objeto Cessão de direito de uso, na forma de COMODATO, sem ônus para o MUNICÍPIO DE CÁCERES, do sistema para administração de margem consignável em folha de pagamento dos servidores e pensionistas do MUNICÍPIO DE CÁCERES, instalação e implementação do Sistema Eletrônico, via Internet, e Módulo do Servidor, fornecendo solução de tecnologia informatizada para geração automática de reserva de margem, averbações e manutenção de lançamentos para o sistema de folha de pagamentos dos servidores e pensionistas do MUNICÍPIO DE CÁCERES nos termos e condições do presente instrumento.

DOS PRAZOS: O prazo para implantação dos serviços compreendendo disponibilização do software cedido na forma de COMODATO e integração das informações será de 45 (QUARENTA E CINCO) dias a contar da data da publicação deste contrato.

O prazo de vigência do presente Contrato é de 60 (SESSENTA) meses contado a partir de sua publicação.

DO VALOR: O presente COMODATO, como os contratos da espécie, será efetivado com isenção total de custos, não podendo gerar quaisquer ônus ou despesas para o MUNICÍPIO DE CÁCERES.

Cáceres (MT), 7 de agosto de 2024.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

CAROLINA CAVALCANTE DE AZEVEDO

RESOLUÇÃO Nº. 011 DE 08 DE AGOSTO DE 2024.

Aprova para o Grupo de Trabalho para análise da solicitação de renovação de inscrição de registro da entidade não governamental Associação de pais e Amigos dos Excepcionais – APAE

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cáceres/MT – CMDCA, no uso de suas atribuições que lhes conferem a Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 - ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Municipal nº. 2.473 de 29 de abril de 2015 que estabelece criação de comissões e grupos de trabalho, por participação dos presentes na Assembleia Ordinária Ata Da 277ª Do Conselho Municipal dos Direitos Da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Cáceres.

RESOLVE:

Art. 1°- Aprova por unanimidade o Grupo de Trabalho para análise da solicitação de renovação de inscrição de registro da entidade não governamental Associação de pais e amigos dos excepcionais - APAE. Sendo os membros do grupo:

Evelin Michelle de Souza Godoy, representante da Secretaria Municipal De Assistência Social E Cidadania; Dayanne Marciano Moreno, representante da Secretaria Municipal de Saúde; Renata da Silva Machado, representante da Secretaria Municipal De Assistência Social E Cidadania.

Art. 2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres, 13 de agosto de 2024.

Renata da Silva Machado

Presidente do CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

PUBLICAÇÕES RH SEMED
PORTARIA DE Nº 272 DE 22 DE MAIO DE 2024

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o Término do contrato.

RESOLVE

I – Exonerar os servidores abaixo relacionados que exerciam suas funções junto a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** desta Prefeitura Municipal. Com efeitos a partir de 31.05.2024.

Ord.	Matricula	Nome	Cargo	Localidade
01	4553	Fernanda Camilo do Nascimento Farina	Fisioterapeuta	Sede
02	4552	Wladimir Antonio de Faria	Médico	Sede

II - Revogar a Portaria nº 352 de 01 de junho de 2022.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 22 de maio de 2024.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RH
PORTARIA DE Nº. 519 DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇAO DA PORTARIA Nº 488 DE 07 DE AGOSTO DE 2024DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o teor do Ofício de nº 441/2024/GAB protocolado na data 12 de Agosto de 2024.

RESOLVE: I – Revogar a Portaria nº 488 de 07 de Agosto 2024.

II –Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 14 de Agosto de 2024.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RH
PORTARIA DE Nº. 517 DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SENHOR **DAVI PEREIRA DE FREITAS** DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o teor do Ofício de nº 441/2024/GAB protocolado na data 12 de Agosto de 2024.

RESOLVE: I – Nomear o Senhor Davi Pereira de Freitas para exercer o cargo de Coordenado de Informatica e Tecnologias da Informação, lotada junto a Secretaria Municipal da Educaçao, desta Prefeitura Municipal.

II – Delegar a mesma todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo supracitado.

III –Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 14 de Agosto de 2024.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO

FOMENTO Nº 37/2024

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X **ASSOCIACAO ESPORTIVA DE HANDEBOL CAMPONOVENSSE - AEHC**, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ n° 49.105.172/0001-19.

Objeto: O presente Termo de Fomento tem por objeto o estabelecimento de regime de parceria, através do Termo de Fomento, entre o Município de Campo Novo do Parecis e a organização da sociedade civil "Associação Esportiva de Handebol Camponovense – AEHC", para "Realização da "3° Copa Parecis de Handebol", em atendimento as emendas parlamentares individuais EII -013 do vereador Luiz Roberto Seibert no valor de R$ 6.000,00, EII -015 do vereador Luiz Roberto Seibert no valor de R$ 15. 000,00 EII -048 do vereador Fábio Aguiar no valor de R$ 10.000,00, e EII -060 do vereador Marcelo Burgel no valor de R$ 20.000,00, conforme especificações estabelecidas no Plano de Trabalho.

Valor: R$ 51.000,00 (cinqüenta e um mil reais).

Dotação Orçamentária

Órgão: 06. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

Unidade: 003 – Manutenção, Apoio e Fomento a Eventos de Esportes e Lazer

Programática: 06.003.27.812.0019.20037.3.3.50.41.00.00.

Fonte de Recurso: 1.500.0000750.000 Recursos de Emendas Parlamentares Municipais.

Vigência: O presente Termo terá vigência a partir da data de sua publicação, até 30 de setembro de 2024

Procedimento Inexigibilidade de Chamamento Público nº 38/2024

Secretaria: Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 144, DE 13 DE AGOSTO DE 2024.

"DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS DE CONTINGENCIAMENTO DE DESPESAS COM GASTO DE PESSOAL NO ÂMBITO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O **PREFEITO MUNICIPAL**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 7º, inciso I c/c art. 59, inciso VIII, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO, que o Município deve estar atento aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em especial os limites com gasto de pessoal;

CONSIDERANDO, os elevados percentuais atingidos, nos últimos meses, com despesa de pessoal e encargos sociais em relação às receitas líquidas;

CONSIDERANDO, a necessidade de manter o controle dos gastos públicos relativos às despesas com pessoal no âmbito da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO, a imperiosa necessidade de serem promovidas medidas administrativas destinadas a reduzir as despesas públicas do Município, relativas a despesa de pessoal;

CONSIDERANDO, que a redução de custo da máquina pública proporciona melhores resultados de atuação e garantia de efetiva prestação dos serviços considerados essenciais para a população

CONSIDERANDO o disposto no artigo 9º da lei complementar nº 101/00.

D E C R E T A

Art. 1º - Este Decreto dispõe sobre as medidas a serem implementadas no âmbito da Administração Pública Municipal direta e indireta destinadas ao ajuste fiscal de contenção de gastos, ao restabelecimento do equilíbrio econômico e financeiro do Município, estabelecendo diretrizes e restrições voltadas à redução das despesas com gasto de pessoal.

Art. 2º - Entende-se como medida de contenção e redução toda aquela que visa qualificar, racionalizar e diminuir os gastos para execução e manutenção dos serviços públicos, resultando em mudança e implantação de novas rotinas e processos que garantam a sustentabilidade financeira do Município no longo prazo, em especial para a despesa com pessoal.

Art. 3º - Em razão do disposto neste Decreto, ficam suspensas temporariamente:

I – a concessão de licenças para tratar de interesses particulares, quando implicarem em nomeações para substituição;

II – a concessão de férias com conversão de parte de sua duração em abono pecuniário;

III – a concessão de licença prêmio;

IV – a concessão de licenças capacitação;

V – a concessão do usufruto de férias normais, exceto quando o servidor possuir mais de um período vencido, e condicionada a análise da Secretaria na qual estiver lotado;

VI – aulas excedentes;

VII – todas as despesas extras, ressalvadas as despesas com manutenção das Secretarias e Fundos municipais, as quais deverão ter a anuência previa do Secretário Municipal de Finanças;

VIII – realização de trabalho em regime extraordinário (horas extras) em quaisquer órgãos e entidades da administração direta e indireta do Município;

IX – concessão de diárias civis, exceto as concernentes aos deslocamentos do Prefeito, vinculações a contratos e emergências da saúde, deverão ser previamente autorizadas pelo Prefeito ou pelo Secretário de Administração.

§1º Fica ressalvado do que dispõe o inciso VIII, os serviços essenciais prestados por órgãos e entidades cujas atividades não podem sofrer solução de continuidade, incluídos os atendimentos na área de saúde e as atividades a cargo da Guarda Municipal.

§2º Com vista à ampliação de contenção de despesas poderão ser adotadas pelas autoridades competentes outras medidas destinadas a compensação de horário ou concessão de folgas, sem prejuízo do desenvolvimento dos serviços.

§3º Fica condicionado o usufruto de férias aos profissionais da Educação, *a priori,* àqueles que se encontrar em regência de sala de aula.

§4º A liberação das aulas excedentes fica condicionada a autorização do Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º - Em razão do disposto neste Decreto, também ficam suspensos, temporariamente, a concessão de novas parcelas remuneratórias referentes à gratificação, adicionais e demais vantagens pecuniárias de caráter individual, não incorporadas definitivamente aos vencimentos dos servidores do Poder Executivo Municipal, tais como:

I – Gratificação pelo exercício de cargo em comissão ou função de direção, chefia e assessoramento;

II – Outras gratificações e adicionais relativos ao cargo ou função, à natureza, ao local, turno, jornada ou regime de trabalho, ainda que previstos em leis específicas.

Parágrafo único. Ficam suspensas de forma temporária:

I – Novas nomeações de servidores efetivos e cargos em comissão, contratações para regime especiais, ressalvadas as situações de necessidade excepcional prévia e devidamente justificada;

II – Novos afastamentos ou cedência de servidores com ônus para o Município, para órgãos Federais, Estaduais ou Municipais, ressalvados os casos já existentes;

III – Concessões de novas gratificações, ressalvadas as gratificações de produtividade, plenamente justificadas e as gratificações de titularidades requeridas até a presente data, pendentes de pareceres jurídicos;

Art. 5º - Fica determinada a revisão de todos os contratos administrativos, fomento e contrato de gestão que haja impacto na despesa com pessoal, com objetivo de suspensão e/ou redução dos gastos.

Art. 6º - O Setor de Contabilidade e de Controle Interno deverá identificar todos os atos de movimentação financeira por Secretaria que impacte no limite de despesa com pessoal que não adotar as premissas deste Decreto e comunicará às Secretarias Municipais de Administração e Finanças para providências necessárias.

Art. 7º - *Todos os órgãos envolvidos no planejamento da gestão financeira, arrecadação, contabilidade, registro e controle, deverão reunir mensalmente para avaliar, detalhadamente, a compatibilidade orçamentária e prestação de contas, além de determinar as instruções necessárias ao fiel cumprimento das metas da responsabilidade fiscal estabelecidas para execução orçamentária.*

Art. 8º - Caberá ao Prefeito a análise e autorização das situações indispensáveis ao serviço ou de interesse público, justificadas em cada caso pelo Secretário da Pasta.

Art. 9º - As medidas determinadas por este Decreto terão vigência até o dia 31 de dezembro de 2024, a contar de sua publicação, ou até a verificação do reequilíbrio e normalização do percentual de gastos com pessoal

Art. 10 - Os casos omissos decorrentes da aplicação deste Decreto serão dirimidos pela Administração Pública Municipal que poderá expedir normas complementares, bem como disponibilizar em meio eletrônico informações adicionais.

Art. 11 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado do Mato Grosso, 13 de agosto de 2024.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

MÁRCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 100/2024 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 100/2024

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Maria Ines da Silva Brigido Naves

Objeto: Contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público do cargo de AGENTE EDUCACIONAL - AREA URBANA, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município

Classificação Orçamentária: 09.003.12.365.0007.20073 3.1.90.11.00.00

Valor Mensal: R$ 4.024,62

Prazo: 01/08/2024 a 01/08/2025

Data: 01/08/2024

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso IV, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 352/2022, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 005/2022; o Edital de Convocação nº 36 de 17 de julho de 2024; e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: Educação

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE REVOGAÇÃO PE 050/2024

PREGÃO ELETRÔNICO 050/2024

O Município de Campo Novo do Parecis através do seu agente de contratação, torna público aos interessados a **REVOGAÇÃO** do Pregão Eletrônico nº 050/2024, que tem por objeto a **contratação** de empresa para execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comerciais nas vias públicas urbanas e suburbanas no município de Campo Novo do Parecis e no Distrito Marechal Cândido Rondon, com o transporte dos mesmos até o Aterro Sanitário.

Motiva-se a **REVOGAÇÃO** para adequações ao processo.

Campo Novo do Parecis, 14 de agosto de 2024.

Leandro Nery Varaschin

Agente de contratação

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 99/2024 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 99/2024

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Francisca Ivonete Alves.

Objeto: Contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público do cargo de AGENTE EDUCACIONAL- AREA URBANA, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município

Classificação Orçamentária: 09.003.12.365.0007.20073 3.1.90.11.00.00

Valor Mensal: R$ 4.024,627

Prazo: 01/08/2024 a 01/08/2025

Data: 01/08/2024

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso IV, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 352/2022, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 005/2022; o Edital de Convocação nº 036 de 17 de julho de 2024; e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: Educação

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO

ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO 94/2022

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x **NOVA OESTE – AGÊNCIA DE VIAGENS, TRANSPORTE E TURISMO LTDA - EPP**,inscrita no CNPJ sob n° 17.360.151/0001-53.

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto realizar a prorrogação da vigência contratual, e reajustar o valor do contrato.

Valor: Reajusta-se o contrato em 4,12% (quatro inteiros e doze centésimos por cento) passando o valor contratual para R$ 6.078.000,00 (seis

milhões setenta e oito mil reais), conforme informado pela Coordenadoria Contábil e Financeira através do Memorando/1doc nº 8.502/2024.

Do Prazo: Prorroga-se o prazo do contrato por igual período 12 (doze) meses, com vigência prorrogada de 01 de setembro de 2024 até 31 de agosto de 2025.

Dotação Orçamentária:

Órgão: 09. Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 004. Transporte Escolar

Programáticas:

3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte: 1.550.0000000.000

3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte: 1.553.0000000.000

3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte: 1.599.0000000.000

3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte: 1.759.0000700.100

3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte: 1.500.1001000.000

Data: 13/08/2024

Secretaria: Secretaria Municipal de Educação.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 38/2024

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS À ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA DE HANDEBOL CAMPONOVENSE – AEHC", COM RECURSOS ORIUNDOS DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS, EII -013 DO VEREADOR LUIZ ROBERTO SEIBERT, EII -015 DO VEREADOR LUIZ ROBERTO SEIBERT, EII -048 DO VEREADOR FÁBIO AGUIAR E EII -060 DO VEREADOR MARCELO BURGEL.

O artigo 29, da Lei 13.019/2014, dispõe acerca da inexigibilidade do Chamamento Público, in verbis:

"Art. 29. Os termos de colaboração ou de **fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais** e os acordos de cooperação **serão celebrados sem chamamento público.**

Considerando a exposição dos motivos exarados pela ASSOCIAÇÃO DE SOM AUTOMOTIVO DE CAMPO NOVO DO PARECIS – ASACNP, em conformidade com o artigo 29 da Lei 13.019/2014, **TORNO PÚBLICA** a inexigibilidade de Chamamento Público para formalização de Termo de Fomento com a ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA DE HANDEBOL CAMPONOVENSE – AEHC, para apoio financeiro ao na realização da "3° Copa Parecis de Handebol", cujo o termo de fomento será no valor de R$ 51.000,00 (cinqüenta e um mil reais), a serem pagos em parcela única.

Encaminhem-se os autos ao Departamento Legislativo para as medidas previstas no § 1º do artigo 29 da Lei 13.019/2014.

Campo Novo do Parecis/MT, 14 dias do mês de Agosto de 2024.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO TEMPORÁRIO POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – POR TEMPO DETERMINADO – RH Nº 270/2023

Que entre si fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO DE NOVO DO PARECIS, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 24.772.287/0001-36, com sede na Avenida Mato Grosso, nº 66 NE, centro, nesta cidade de Campo Novo do Parecis/MT, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. RAFAEL MACHADO, brasileiro, casado, publicitário, portador do Documento de Identidade RG nº 5XXXXXXXXXX3 SSP/RS, inscrito no CPF nº 9XX.XXX.XXX-68, residente e domiciliado à Rua XXXXX nº XX NE, bairro Alvorada, nesta cidade de Campo Novo do Parecis/MT, neste ato denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, *Sr.(a) ELISANGELA PADILHA DANTAS CHAPARRO* brasileira, Casada, portador (a) do Documento de Identidade RG nº 0XXXXXX1 SSP/MS, inscrito(a) no CPF sob o nº 7XX.XXX.XXX-04, residente e domiciliado(a) nesse município, neste ato denominado (a) simplesmente de CONTRATADO (A), tem ajustado o presente ADITIVO ao contrato supracitado, por meio do qual ajustam entre si o que segue:

ClÁusula Primeira. Diante da necessidade e da imprescindível continuidade da prestação dos serviços prestados pelo (a) CONTRATADO (A), nos termos exarados pela Secretária Municipal de Educação.

ClÁusula SEGUNDA. Fica aditado o Contrato Temporário por Excepcional Interesse Público - Por Tempo Determinado – supracitado, nos termos de sua Cláusula Terceira – Da Vigência, que passa a ser prorrogado por mais um período, com início em 06 de julho de 2024 e será extinto em 06 de julho de 2025.

Cláusula TERCEIRA. Ratificam-se as demais cláusulas e condições estipuladas no Contrato supracitado.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Campo Novo do Parecis/MT, 05 de julho de 2024

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 101/2024 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 101/2024

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Elzimar de Almeida Santiago

Objeto: Contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público do cargo de PROFESSOR 30H- PEDAGOGIA, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município

Classificação Orçamentária: 09.003.12.365.0007.20073 3.1.90.11.00.00

Valor Mensal: R$ 5.800,97

Prazo: 05/08/2024 a 05/08/2025

Data: 05/08/2024

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso IV, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 352/2022, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 001/2024; o Edital de Convocação nº 011 de 31 de julho de 2024; e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: Educação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 103/2024

Contratante: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE

Contratado: SPLENDOR COMÉRCIO, SERVIÇO E INOVAÇÃO LTDA

Objeto: Contratação de empresa através de adesão à ata de registro de preços para fornecimento de bens de consumo duráveis ou semi, com intuito pedagógico, incluindo materiais prático-didáticos, com tecnologias e inclusivos.

Valor: **R$ 149.759,00 (cento e quarenta e nove mil, setecentos e cinquenta e nove reais).**

Vigência do Contrato: 14 de agosto de 2024 a 13 de novembro de 2024.

Data de Assinatura: 13 de agosto de 2024.

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 146/2022

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 146/2022, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS ADAPTADOS PARA PATRULHAMENTO.

Contratante: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE

Contratado: UNIÃO CENTER CAR EIRELI – ME

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato originário até 07 de agosto de 2025, contados a partir do dia 08 de agosto de 2024, em virtude da necessidade de continuação da execução dos serviços.

Data de Assinatura: 07 de agosto de 2024.

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 033/2024 DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal N.º 8.069/90 e Lei Municipal N.º 3.057/2024 Nova Lei de Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na Reunião Ordinária do dia 13 de agosto de 2024, dispõe sobre os assuntos.

CONSIDERANDO:

O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei 8.069/90; Lei Municipal 1.236 de 22 de dezembro de 2006- que dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros; Considerando Resolução n.º 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Deliberações da Reunião Ordinária deste Conselho, realizada em dia 13 de agosto de 2024 na Ata n.º 012/2024.

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR as seguintes:

A) Prestação de contas da 2ª e 3ª parcelas ambas no valor de R$ 9.801,00 (nove mil, oitocentos e um reais) referente ao 1º Termo Aditivo ao Termo de Fomento 001/2023 Projeto Trampolim da Rua Para o Circo do Instituto Germinando Sons; B) Prestação de contas da 11ª parcela no valor de R$ 10.600,00 (dez mil e seiscentos reais) referente ao Termo de Fomento 006/2023 Projeto Vínculos e Cuidados do Instituto Germinando Sons; C) Prestação de contas da 1ª e 2ª parcelas ambas no valor de R$ 8.690,90 (oito mil, seiscentos e noventa reais e noventa centavos); referente ao Termo de Colaboração 005/2023 Projeto Despertando Talentos da Associação Campo Verde de Handebol e Esportes – ACVHE; D) Prestação de contas da 4ª parcela no valor de R$ 42.692,52 (quarenta e dois mil, seiscentos e noventa e dois reais, cinquenta e dois centavos) e prestação de contas da 5ª parcela no valor de R$ 20.039,12 (vinte mil, trinta e nove reais e doze centavos) referentes ao Termo de Fomento 001/2024 Projeto Uma Missão APAExonante IX da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Verde – APAE; E) Prestação de contas da 1ª e 2ª parcelas ambas no valor de R$ 14.281,59 (quatorze mil, duzentos e oitenta e um reais, cinquenta e nove centavos); referentes ao Termo de Fomento 007/2024 Projeto Pulso Urbano da Associação Casa do Hip Hop – Esporte, Vida e Arte; **F)** Prestação de contas dos recursos movimentados na Conta Corrente 152-6 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA durante ao mês de Junho de 2024;

Art. 2º - **Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.**

Campo Verde, 14 de agosto de 2024.

Warley Junior Bras

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO N° 62/2024

ESPÉCIE: Prestação de serviços na função de **Fisioterapeuta,** em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2024, Edital n° 001/2024.

OBJETO: Rescinde o Contrato Administrativo de nº 62/2024, amigavelmente a partir de **01/08/2024**.

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI – Prefeito / RESCINDENTE e RENAN LEONIR COSTA DA SILVA / RESCINDIDO

Aryadne M. Santos / Fiscal de Contratos

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2024

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, torna público que está realizando licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, autuado sob o nº 30/2024, com adoção do Sistema de Registro de Preços, objetivando registrar preços para aquisições parceladas de materiais e equipamentos de informática.

Critério de julgamento: Menor preço por item.

Modo de disputa: Aberto.

Local de disputa: Licitanet Licitações Eletrônicas, disponível em https://licitanet.com.br.

Início do recebimento das propostas: a partir das 11h00 (horário de Brasília) do dia 15/08/2024.

Fim do recebimento das propostas: 08h59 (horário de Brasília) do dia 27/08/2024.

Início da disputa: às 09h00 (horário de Brasília) do dia 27/08/2024.

O Edital e anexos estarão disponíveis para conhecimento dos interessados no Departamento de Licitações da Prefeitura de Campos de Júlio - MT, de segunda à sexta-feira, das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, e poderão ser gratuitamente obtidos por meio de mídia eletrônica (pen drive, e-mail etc.), ou por meio do endereço eletrônico https://www.camposdejulio.mt.gov.br/Licitacoes/Pregao-eletronico/, por meio da plataforma Licitanet Licitações Eletrônicas, disponível em https://licitanet.com.br, ou, ainda, por meio do PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas, disponível em https://www.gov.br/pncp/pt-br.

Quaisquer informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3387 - 2800 e do e-mail licitacao1@camposdejulio.mt.gov.br.

Campos de Júlio - MT, 14 de agosto de 2024.

Eric Rodrigo Pettenan

Agente de Contratação

Portaria nº 26/2024

NOTIFICAÇÃO 16

Campos de Júlio, 14 de agosto de 2024.

Ao Sr.

PÉRICLES COUTO ROCHA

STARK CONSTRUÇÃO LTDA

Rua Quarenta e Dois, n° 21, São Gonçalo

PETROLINA – PE

NOTIFICAÇÃO 16

EMPREENDIMENTO: Construção do Centro Municipal de Educação Infantil

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campos de Júlio – MT

CONTRATADA: STARK CONSTRUÇÃO LTDA – N°183/2022

Prezado,

Esperamos que está notificação o encontre bem. Foram observadas algumas questões nas instalações recentemente construídas, conforme detalhado a seguir:

Quadra:

Informar em 5 dias úteis o prazo necessário para a finalização da quadra

Corredor:

Falta a instalação de grelhas

Instalação do alçapão

Sala 7:

Fissuras próximas às janelas

Lixeiras:

Águas provenientes dos ralos devem ser despejadas em sumidouro

Portas das lixeiras

Entulhos:

Os entulhos da obra deverão ser retirados

Cozinha:

Instalação do exaustor

É válido pontuar que todos os pontos aqui apresentados já foram solicitados anteriormente e realizados apontamentos in loco juntamente com os responsáveis pela empresa contratada.

Portanto, solicitamos que a contratada busque solucionar todas as questões aqui apresentadas imediatamente. É crucial ressaltar o item 9.11 do presente contrato: reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no prazo estabelecido pela fiscalização, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

Agradecemos antecipadamente pela sua atenção e esperamos que medidas imediatas sejam tomadas para resolver essas questões. Estamos à disposição para discutir detalhes adicionais ou fornecer informações complementares, se necessário.

Atenciosamente,

Eduardo Rampanelli Tosetto

Coordenador de Serviços de Construção Civil

Engenheiro Civil – CREA 1220503037

Prefeitura de Campos de Julio – MT

Tel.((65) 3387-2800 Ramal 3500 | Cel.((65) 9 8154-4850

E-mail: engenharia@camposdejulio.mt.gov.br

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 157/2024.

ESPÉCIE: Compras.

OBJETO: **Contratação de empresa para o fornecimento de materiais laboratoriais para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e seus Departamentos.**

VALOR TOTAL DO CONTRATO: **R$ 330.078,65 (trezentos e trinta mil, setenta e oito reais e sessenta e cinco centavos).**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Centro de Custo: 716 – Material Laboratorial – Laboratório;

Órgão: 6 – Secretaria Municipal de Saúde;

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde;

Despesas: 317 - Material de Consumo;

Funcional: 10.302.0002.2043.0000;

Categoria Econômica: 3.3.90.30.00;

Fonte de Recurso: 500.

VIGÊNCIA: De 12 (doze) meses, ou seja, 10/08/2024 a 09/08/2025.

VINCULAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 023/2024, Processo Licitatório nº 000070/2024.

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI – Prefeito/ CONTRATANTE e M.S DIAGNÓSTICA LTDA, CNPJ/MF nº 00.970.175/0003-93/ CONTRATADA.

NOTIFICAÇÃO 06

Campos de Júlio – MT, 14 de agosto de 2024.

À

PÉRICLES COUTO ROCHA

CONSERPEL CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E REFORMAS PETROLINA LTDA

Rua da China, n° 23 B, Bairro Topázio

PETROLINA - PE

NOTIFICAÇÃO 06

EMPREENDIMENTO: Construção do Centro de Convivência dos Idosos

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campos de Júlio – MT

CONTRATO: 179/2023

Prezado Senhor,

Esperamos que esta mensagem o encontre bem. Viemos, por meio desta, tratar de questões observadas quanto à execução da obra.

Infiltração na Tubulação Hidráulica: Foi detectada infiltração na tubulação hidráulica da pia na área externa. É imprescindível que este problema seja solucionado o mais breve possível para evitar danos maiores. Limpeza e Pintura da Calçada: A calçada nos entornos do prédio encontra-se encardida. Solicitamos que seja realizada a limpeza e uma nova pintura, garantindo a qualidade de execução da obra. Revisão das Alturas dos Mictórios: As alturas de instalação dos mictórios estão inadequadas e precisam ser revisadas, pois encontram-se em uma altura inutilizável.

Além disso, ressaltamos que os pontos mencionados acima já foram anteriormente apontados e ainda não foram corrigidos. A obra já se encontra em atraso, e é necessário que sejam tomadas providências imediatas para a conclusão dos serviços.

Lembramos que o não cumprimento dos prazos estipulados, bem como das condições acordadas, poderá acarretar a aplicação de sanções e multas, conforme determinado no contrato.

Aguardamos um retorno urgente com as devidas providências e informações sobre a nova data para a conclusão da obra.

Atenciosamente,

Eduardo Rampanelli Tosetto

Coordenador de Serviços de Construção Civil

Engenheiro Civil – CREA 1220503037

Prefeitura de Campos de Julio – MT

Tel.((65) 3387-2800 Ramal 3500

Cel.((65) 9 8154-4850

E-mail: engenharia@camposdejulio.mt.gov.br

EXTRATO DO 4° ADITIVO CONTRATO N° 123/2021.

OBJETO: Empresa especializada em agenciamento de viagens para fornecimento de passagens terrestre.

ADITAMENTO: Prorrogação do prazo de vigência contratual.

PRAZO DE VIGÊNCIA: Aditado por mais 12 (doze) meses, passando a vigorar de 02/09/2024 a 01/09/2025.

VINCULAÇÃO: Pregão Eletronico 66/2020, Processo Administrativo nº 148/2020, Processo de Compra nº 143/2020.

PARTES: MUNICIPIO DE CAMPOS DE JÚLIO/CONTRATANTE e RODRIGO NAZÁRIO MARTINS DUARTE, CNPJ: 22.853.080/0001-60/CONTRATADO.

Elaine T. Moura / Fiscal de Contratos

Prefeitura Municipal de Campos de Júlio,MT.

DECRETO Nº. 245, DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO ESPECIAL QUE ATUARÁ NA ANALISE DE PROGRESSÃO DE NÍVEL, CONFORME PREVISTO NO ART. 18, §4º DA LEI Nº 1.960, DE 19 DE MARÇO DE 2024, **DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO.**

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições previstas no artigo 148 da Lei Orgânica Municipal (LOM) e;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os representantes indicados pelos segmentos representativos abaixo relacionados, para constituírem a Comissão Especial de análise de progressão de nível, conforme previsto no Art. 18, § 4º da Lei nº 1. 960, de 19 de março de 2024:

I-REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

GERALDO FERREIRA SOARES JUNIOR
LEONARDO ELLVANGER DOS SANTOS
NELCI VERONICA KIPP FERRÃO

II- SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS-SINDCAMP:

ABDO EL KADRI
PHALOANA PINHEIRO GRANDI

Art. 2º A comissão deverá cumprir e fazer cumprir as determinações previstas na Lei nº 1.960, de 19 de março de 2024.

Art. 3º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, aos quatorze dias do mês agosto de dois mil e vinte e quatro.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

NOTIFICAÇÃO 13

Campos de Júlio, 14 de agosto de 2024.

À

PÉRICLES COUTO ROCHA

STARK CONSTRUÇÃO LTDA

Rua Quarenta e Dois, n° 21, Bairro São Gonçalo

PETROLINA – PE

NOTIFICAÇÃO 13

EMPREENDIMENTO: Pavimentação Asfáltica

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campos de Júlio – MT

CONTRATO: 348/2022

Prezados Senhores,

Solicitamos, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a correção dos seguintes pontos:

Rampas de acesso às calçadas

Finalização da sinalização horizontal

Solicitamos que os serviços sejam concluídos de maneira imediata, tendo em vista o vencimento do convênio.

Reiteramos que, caso a SINFRA ou o Ministério do Desenvolvimento Regional venha a solicitar o encerramento do contrato de repasse ou a obra não seja entregue sem prejuízos ao município, seremos obrigados a instaurar um processo administrativo contra a empresa, aplicando as sanções e multas previstas no contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES E PENALIDADES

10.1.1 A não execução parcial ou total do objeto deste contrato e a prática de qualquer dos atos indicados nesse tópico, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão da Contratada, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na legislação vigente e neste contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

É importante mencionar que a obra já está em atraso. Aguardamos uma resposta imediata e providências urgentes para a conclusão da obra.

Atenciosamente,

Eduardo Rampanelli Tosetto

Coordenador de Serviços de Construção Civil

Engenheiro Civil – CREA 1220503037

Prefeitura de Campos de Julio – MT

Tel.((65) 3387-2800 Ramal 3500

Cel.((65) 9 8154-4850

E-mail: engenharia@camposdejulio.mt.gov.br

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO "SRP" Nº 029/2024

O Município de Campos de Júlio-MT, através do Prefeito Irineu Marcos Parmeggiani, torna público que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob o nº 029/2024, pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por item, com a finalidade de **"Registrar preços para futuras e eventuais aquisições de materiais, equipamentos e acessórios esportivos, para atender as demandas das Secretarias Municipais de Cultura, Esporte e Turismo, Educação, Assistência Social e Saúde, do Município de Campos de Júlio/MT",** cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos, disponíveis no endereço: https://licitanet.com.br – Licitações On-Line e no site www.camposdejulio.mt.gov.br em Licitações.

A abertura da disputa de preços está marcada para o dia 28/08/2024, às 09h00 (nove horas) do horário Brasília (DF).

Para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares deverá ser utilizado o endereço eletrônico licitação2@camposdejulio.mt.gov.br e/ou pelos telefones (65) 3387-2800 ou (65) 9.9963-3595 citando o nº do edital em questão

Campos de Júlio - MT, 14 de agosto de 2024.

Marcelo José Batista dos Santos Lino

Pregoeiro

Portaria nº 26/2024

INEGIXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 08/2023 CREDENCIAMENTO Nº 08/2023 RELAÇÃO ATUALIZADA DE CREDENCIADOS

INEGIXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 08/2023

CREDENCIAMENTO Nº 08/2023

RELAÇÃO ATUALIZADA DE CREDENCIADOS

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, com sede na Av. Valdir Masutti, 779W, Loteamento Bom Jardim, Campos de Júlio – MT, CEP 78. 319-000, torna público a relação de Credenciados no Processo de Credenciamento nº 08/2023, Chamamento Público para Credenciamento de **pessoas físicas e jurídicas para prestação de serviços profissionais de psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia e assistência social, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e suas unidades** nas condições estabelecidas no Edital, sendo credenciados:

RELAÇÃO DE CREDENCIADOS

Assistente Social	
Credenciados.	**CNPJ/MF/ CPF**
RICARDO WASTOWSKI PIRES	**CPF/MF 026.XXXXXX-09**
MARIA LIRES SCARMUCIN	**CPF/MF 340.XXXXXX91**
VALDINEI DE SOUZA OLIVEIRA	**CPF/MF 529.XXXXXX34**

PSICOLOGA	
Credenciados.	**CNPJ/MF/ CPF**
STEFANY DE ALENCAR COUTINHO DA SILVA	**CPF 063XXXXXX05**

FISIOTERAPEUTA	
Credenciados.	**CNPJ/MF/ CPF**
STUDIO RENAN LEONIR FISIOTERAPIA E PILATES LTDA	**CNPJ/MF/ Nº 38.906.267. 0001-15**
AMANDA RAISSA ALVES CARDOSO	**CNPJ/MF/ Nº 50.160.198/ 0001-49**
RUBIO E BIANQUI LTDA	**CNPJ/MF/ Nº 55.753.127/ 0001-73**
PABLO LUAN DA SILVA LIMA	**CPF/MF/ Nº 010.XXXXXX37**

Informações através do fone (65) 3387 - 2800.

Campos de Júlio – MT 14 de agosto de 2024.

Nadia T. Nejem

Agente de Contratação

Portaria nº 26/2024

NOTIFICAÇÃO 06

Campos de Júlio, 14 de agosto de 2024

A

CONSTRUTORA EAC LTDA

Rod. 364, Distrito Industrial, Quadra 01, Lote 03, nº2141N

CAMPOS DE JÚLIO - MT

NOTIFICAÇÃO 06

EMPREENDIMENTO: Revitalização dos Canteiros da Avenida Valdir Masutti

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campos de Júlio – MT

CONTRATADA: Construtora EAC LTDA – Contrato 206/2023

Prezados Senhores,

Em relação à obra de revitalização dos canteiros da Avenida Valdir Masutti, contratada por meio do Contrato nº 206/2023, gostaríamos de destacar a necessidade urgente de irrigação adequada da vegetação plantada nos canteiros. Até o momento, observamos que a irrigação tem sido insuficiente, colocando em risco a saúde e o desenvolvimento das plantas, o que pode comprometer a qualidade final do projeto.

Informamos que esta é a segunda notificação a respeito da mesma questão. Na primeira notificação, enviada em 06 de agosto de 2024, já havíamos solicitado a devida correção, a qual não foi atendida de forma satisfatória.

Além disso, a obra está em atraso. Conforme o cronograma acordado, a entrega final estava prevista para 16/05/2024. Contudo, não recebemos uma atualização clara sobre a nova data de conclusão.

Ressaltamos que a obra não será recebida pela Prefeitura Municipal de Campos de Júlio a menos que as plantas inclusas em contrato estejam em condições aceitáveis. Dessa forma, solicitamos:

Providências imediatas para garantir a irrigação adequada da vegetação dos canteiros, a fim de assegurar a sobrevivência e o crescimento das plantas. Uma atualização oficial sobre o prazo de entrega da obra, com a indicação de uma nova data para a conclusão dos serviços. É imprescindível que nos seja fornecida uma data precisa para o término das atividades, para que possamos planejar as próximas etapas e garantir o cumprimento dos compromissos assumidos.

Ressaltamos que o não cumprimento das condições acordadas poderá acarretar penalidades previstas no contrato, incluindo, mas não se limitando a, multas e outras sanções administrativas.

Aguardamos um retorno urgente com as devidas providências e informações solicitadas.

Atenciosamente,

Eduardo Rampanelli Tosetto

Coordenador de Serviços de Construção Civil

Engenheiro Civil – CREA 1220503037

Prefeitura de Campos de Julio – MT

Tel.((65) 3387-2800 Ramal 3500 | Cel.((66) 9 9941-3237

E-mail: engenharia@camposdejulio.mt.gov.br

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO N° 260.2022

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO N° 260.2022

ESPÉCIE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS de Professor de Educação física

OBJETO: Rescinde o Contrato de Prestação de Serviços de nº **260.2022**, Unilateral a partir de **14/08/2024.**

PARTES: MUNICIPIO DE CAMPOS DE JÚLIO/ RESCINDENTE/ **RAYANNE ADRIELLE MENDES DE SOUZA**/ RESCINDIDO.

Sandra Martins / Fiscal de Contratos

Município de Campos de Júlio MT

NOTIFICAÇÃO 13

Campos de Júlio, 14 de agosto de 2024.

Ao Sr.

PÉRICLES COUTO ROCHA

STARK CONSTRUÇÃO LTDA

Rua Quarenta e Dois, n° 21, São Gonçalo

PETROLINA – PE

NOTIFICAÇÃO 13

EMPREENDIMENTO: Reforma e ampliação da Escola Estadual Angelina Franciscon Mazutti

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campos de Júlio – MT

CONTRATADA: STARK CONSTRUÇÃO LTDA – Contrato N°230/2022

Prezado Sr. Péricles Couto Rocha,

Por meio desta, notificamos a empresa STARK CONSTRUÇÃO LTDA acerca da necessidade de finalização dos serviços contratados e reparo aos serviços indicados na reforma e ampliação da Escola Estadual Angelina Franciscon Mazutti.

Os seguintes itens foram identificados como pendentes ou mal executados:

Revestimento cerâmico na cozinha mal executado Piso tátil não executado Pintura de pisos não executada Coifa inox na cozinha não executada Fechamento ACM do pórtico mal executado Iluminação de solo e fiação do pórtico não executadas Ausência de barras nos banheiros PCD Instalações de PCIP não concluídas Anel de textura para corrimão não executado Placa em braile para corrimão não executada Placa em acrílico para as portas não executada Elétrica da quadra de esportes não executada Ligação dos exaustores da cozinha não executada Aterramentos das tomadas do refeitório não executados Diante do exposto, solicitamos que a empresa informe, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, o tempo necessário para a conclusão dos serviços pendentes e a correção dos itens mal executados.

Atenciosamente,

Eduardo Rampanelli Tosetto

Coordenador de Serviços de Construção Civil

Engenheiro Civil – CREA 1220503037

Prefeitura de Campos de Julio – MT

Tel.((65) 3387-2800 Ramal 3500 | Cel.((65) 9 8154-4850

E-mail: engenharia@camposdejulio.mt.gov.br

NOTIFICAÇÃO 09

Campos de Júlio, 14 de agosto de 2024

CONSERPEL CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E REFORMAS PRETOLINA LTDA

CNPJ: 04.364.833/0001-92

Rua da China, Nº 23B, Bairro Topázio

Petrolina - PE

NOTIFICAÇÃO 09

EMPREENDIMENTO: Construção do centro de eventos do CRAS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campos de Júlio – MT

CONTRATADA: CONSERPEL CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E REFORMAS PRETOLINA LTDA - Contrato N° 263/2023.

Esperamos que esta mensagem os encontre bem.

Gostaríamos de informar que o prazo de execução da obra de construção do Centro de Eventos do CRAS, conforme estipulado no Contrato nº 263/2023, encerrou-se em 10/08/2024.

Diante disso, solicitamos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, uma atualização detalhada sobre o andamento da obra, bem como uma previsão para a sua conclusão. É essencial que tenhamos essa informação para tomar as medidas necessárias e garantir que o projeto seja concluído conforme o previsto.

Agradecemos pela atenção e aguardamos uma resposta em breve.

Atenciosamente,

Eduardo Rampanelli Tosetto

Coordenador de Serviços de Construção Civil

Engenheiro Civil – CREA 1220503037

Prefeitura de Campos de Julio – MT

Tel.((65) 3387-2800 Ramal 3500

Cel.((65) 9 8154-4850

E-mail: engenharia@camposdejulio.mt.gov.br

EXTRATO DO 3 TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 102/2021.

DA ESPÉCIE: Fornecimento de licença de uso de Software.

DO OBJETO: Software de Gestão de Assistência Social.

DO ADITAMENTO: Aditado o prazo de vigência contratual e reajuste de valores

VALOR: valor de R$ 1.680,00 passando a ser o valor de R**$ 1.792,00 (Um Mil, Setecentos e Noventa e Dois Reais)** atualizado pelo índice INPC com percentual de 3.583930% .

VIGÊNCIA: **Passando a ser de 02/09/2024 a 01/09/2025**.

PARTES:MUNICIPÍO DE CAMPOS DE JÚLIO,MT/ Contratante, e TWI TECNOLOGIA E GESTÃO DE SISTEMAS LTDA, CNPJ: 11.601.924/0001-60/CONTRATADO.

Elaine T. Moura / Fiscal de Contratos

Prefeitura Municipal De Campos de Júlio,MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

TRIBUTOS
EDITAL N.º 0013/2024 – GERAFIT, RELAÇÃO DE ARRECADAÇÃO MENSAL

OZÉIAS TRINDADE VALVERDE, Gerente de Arrecadação e Fiscalização Tributária – GERAFIT, no uso das suas atribuições legais, torna pública os montantes dos tributos arrecadados e dos recursos recebidos de origem tributária ingressados até o último dia do mês de **JULHO** de **2024**, nos termos artigo 83º, XIX, da Lei Orgânica Municipal, artigo 162º, da CF/88 e artigo 1º, I, §1º da Lei Nº 9.755/98, conforme anexo.

Canabrava do Norte – MT, em 14 de agosto de 2023.

_____

OZÉIAS TRINDADE VALVERDE

Gerente de Arrecadação e Fiscalização

Tributária – GERAFIT

Mat. 2080

SAÚDE/ADMINISTRATIVO
EDITAL DE COTAÇÃO PRÉVIA DE PREÇO N. º 038/2024/SMSCBN

EDITAL DE COTAÇÃO PRÉVIA DE PREÇO N. º 038/2024/SMSCBN

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte/MT, através da Secretaria Municipal de Saúde, vem solicitar **COTAÇÃO PRÉVIA DE PREÇOS**, com o objetivo de pesquisa de preço no mercado em âmbito nacional, uma vez que este é de suma importância para o município, pois nele consiste no início do procedimento legal para realização de futuras contratações/licitações.

OBJETO: Cotação prévia de preço de gás de cozinha, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis para o Município de Canabrava do Norte/MT.

Interessados deverão enviar orçamentos no E-mail: sms@canabravadonorte.org, até o dia 16 de Agosto de 2024, contato via celular (66) 98411-5944, para maiores esclarecimentos.

DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADES						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**QUANT.**	**UNID. DE MEDIDA**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
01	GAS DE COZINHA - COMPOSICAO BASICA PROPANO E BUTANO, ALTAMENTE TOXICO E INFLAMAVEL, TIPO A GRANEL RESIDENCIAL, PESANDO 13KGS		05	UND	R$ 0,00	R$ 0,00

O orçamento deverá ser apresentado no prazo e condições a seguir especificadas:

1. Elaborar uma carta de proposta em papel timbrado da empresa, que deverá conter, necessariamente, as seguintes informações:

a) Nome da Empresa Proponente;

b) Endereço completo;

c) Carimbo contendo o número do CNPJ da Empresa;

d) Nome do representante legal da empresa;

e) Preço unitário de cada item solicitado e valor total da proposta;

f) Assinatura e rubrica do representante da Empresa;

g) Telefone;

h) E-mail;

Canabrava do Norte – MT, em 14 de Agosto de 2024.

GABRIELA PEREIRA LIMA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 032/2021

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.830/2024/GAPRE, DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

PORTARIA N.830/2024/GAPRE, DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DESECRETÁRIO ADJUNTO DE LEVANTAMENTO DE DEMANDAS, ATENDIMENTOS E ENCAMINHAMENTOSE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito do Município de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 83º, inciso X e XIII, da Lei Orgânica do Município de Canabrava do Norte, e nos termos do artigo 76º da Lei 1.067/2020, de 30 de dezembro de 2020, resolve expedir a seguinte

PORTARIA:

Art. 1º. NOMEAR o Sr. **GILBERTO SANTOS DE SOUSA,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade – CI/RG n.6*****8, emitido por SSP/TO, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o n. ***.231.081-**, para prover o cargo de provimento em comissão do Grupo – Direção e Assessoramento Superior - DAS de**SECRETARIO ADJUNTO DE LEVANTAMENTO DE DEMANDAS, ATENDIMENTOS E ENCAMINHAMENTOS**do município de Canabrava do Norte – MT, simbologia **SALEDAE** integrante da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos e Urbanismo, constante da Lei Municipal n.1.067/2020, servindo-lhe de título a presente Portaria.

Art. 2º. O nomeado de que trata o artigo anterior, ficará com a responsabilidade de gerir os serviços e atribuições que lhe confere o cargo, em razão de lei, junto ao Poder Executivo Municipal.

Art. 3º. Autorizar a Gerência de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte a adotar as providências legais de praxe decorrentes do disposto neste instrumento.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais ao dia 09/08/2024 e revogando-se as disposições em contrário, em especial, a Portaria n.818/2024/GAPRE, de 12 de agosto de 2024.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se.

Canabrava do Norte – MT, em 14 de agosto de 2024.

(Assinado Eletronicamente)

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 024/2024

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 024/2024

O Município de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso/MT, torna público a **HOMOLOGAÇÃO** do **PREGÃO ELETRÔNICO N° 024/2024. Objeto:** Registro de Preços para possível e eventual aquisição de matérias e produtos de limpeza e utensílios para uso das secretarias municipais de Canabrava do Norte, em favor da empresa **CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMÁTICA LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 20.357.366/0001-20, sagrou-se vencedora de itens do certame no valor global de R$ 105.245,03 (cento e cinco mil, duzentos e quarenta e cinco reais e três centavos); **GM EMBALAGENS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 52.505.574/0001-15, sagrou-se vencedora de itens do certame no valor global de R$ 17.302,20 (dezessete mil, trezentos e dois reais e vinte centavos); **MULTISUL COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 12.811.487/0001-71, sagrou-se vencedora de itens do certame no valor global de R$ 2.125,44 (dois mil, cento e vinte e cinco reais e quarenta e quatro centavos); **TREVO DISTRIBUIDORA E INDÚSTRIA DE PAPEIS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 09.644.019/0001-45, sagrou-se vencedora de itens do certame no valor global de R$ 12.585,81 (doze mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e oitenta e um centavos); **SSG SOLUÇÕES LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 46.973.126/0001-43, sagrou-se vencedora de itens do certame no valor global de R$ 9.833,45 (nove mil, oitocentos e trinta e três reais e quarenta e cinco centavos).

Canabrava do Norte – MT, 14 de agosto de 2024.

Iranizo Matos Rodrigues

Agente de Contratação

Portaria 029/2024

LICITAÇÃO
ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 024/2024

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 024/2024

O Município de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso/MT, através do Agente de Contratação, torna público que a publicação do Resultado do Pregão Eletrônico 024/2024, que tem como objeto o Registro de Preços para possível e eventual aquisição de matérias e produtos de limpeza e utensílios para uso das secretarias municipais de Canabrava do Norte, publicado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Ano XIX, nº 4.537 do dia 30 de julho de 2024, Página 209; Diário Oficial de Contas do TCE nº 3398, Página 144 do dia 30 de julho de 2024.

Onde se lê: Registro de Preços para possível e eventual aquisição de medicamentos de Hiperdia para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Canabrava do Norte - MT;

Leia-se: Registro de Preços para possível e eventual aquisição de matérias e produtos de limpeza e utensílios para uso das secretarias municipais de Canabrava do Norte;

.

Canabrava do Norte – MT, 14 de Agosto de 2024.

Iranizo Matos Rodrigues

Agente de Contratação

Portaria 029/2024

LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT, por meio da **COMISSÃO PREGOEIRA** - CP, torna público para conhecimento de todos os interessados que ADERIU, como CARONA, à Ata de Registro de Preços nº 034/2023, referente a Pregão Presencial 039/2023, realizado pela **PREFEITURA MUNCIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA - MT**, nos termos 15 da Lei Federal nº 8.666 de 1993 e regulamentações constantes dos Decretos 7.892/2013 e 8.250/2014, conforme especificações abaixo:

Pregão Presencial nº 039/2023 – **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA**;

Ata de Registro de Preços nº 034/2023;

Vigência da Ata: 12 Meses;

Órgão Gerenciador: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA**;

Empresa Beneficiária: **SIGNUS PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº **51.182.112/0001-41**;

Especificação do objeto registrado: Registro de Preços para contratação de empresa especializada em prestação de serviço e locação de bens móveis, para atender as necessidades das Secretarias Municipais;

Quantidade aderida: Conforme registrado e disposto abaixo;

Quantidade de adesão:

Item	Cód. Do Produto	Descrição detalhada do produto ou serviço	Unidade	Quant.	Unitário	Total
21	059.001.296	Locação de Alambrados/ Fechamentos I	Metros	150	R$ 50,00	R$ 7.500,00
18	059.001.298	LOCAÇÃO DE CAMARIM	Diária	12	R$ 3.900,00	R$ 46.800,00
13	059.001.307	LOCAÇÃO DE PAINEL DE LEDS	Diária	7	R$ 4.700,00	R$ 32.900,00
5	059.001.299	Locação de Grupo Gerador 180 KWA.	Diária	7	R$ 4.800,00	R$ 33.600,00
27	059.001.286	Locação de Iluminação Médio Porte	Diária	3	R$ 7.400,00	R$ 22.200,00
31	059.001.281	Locação de Som Tipo Médio Porte	Diária	3	R$ 7.600,00	R$ 22.800,00
9	059.001.274	Locação de Palco 12 x 8	Diária	3	R$ 6.900,00	R$ 20.700,00
29	059.001.288	Locação de Iluminação Super Porte	Diária	4	R$ 12.500,00	R$ 50.000,00
35	059.001.282	Locação de Som Super Porte	Diária	4	R$ 11.100,00	R$44.400,00
8	059.001.274	Locação de Palco Tipo V	Diária	4	R$ 8.800,00	R$ 35.200,00

Canabrava do Norte-MT, 14 de agosto de 2024

Iranizo Matos Rodrigues

Pregoeiro.

LICITAÇÃO
RESULTADO DE INEXIGIBILIDADE 015/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM A DUPLA FIDUMA E JECA PARA A REALIZAÇÃO DA 9ª EDIÇÃO DO EXPOBRAVA EM CANABRAVA DO NORTE/MT, NOS DIAS 14 A 17 DE AGOSTO DE 2024.

O Município de Canabrava do Norte – MT, através do Prefeito Municipal, torna público que em virtude de haver concordado com as justificativas apresentadas pela Secretaria Adjunta de Turismo e Cultura de Canabrava do Norte - MT, no processo de contratação da empresa CHAPADEX PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, CNPJ 20.906.966/0001-08, no valor total de R$ 142.782,00 (cento e quarenta e dois mil, setecentos e oitenta e dois reais), a serem pagos conforme o contrato, onde formulou-se expediente de inexigibilidade de licitação, fulcrada no inciso II do artigo 74 da Lei 14.133/2021, HOMOLOGA-SE O PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE apresentado e autoriza a contratação, dando cumprimento ao que dispõe a Lei 14.133/2021.

Canabrava do Norte – MT, 14 de agosto de 2024.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDIEROS

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 025/2024

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 025/2024

O Município de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso/MT, torna público a **HOMOLOGAÇÃO** do **PREGÃO ELETRÔNICO N° 025/2024. Objeto:** Registro de Preços para possível e eventual aquisição de medicamentos de Hiperdia para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Canabrava do Norte - MT, em favor da empresa **KASMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 51.685.649/0001-24, sagrou-se vencedora de itens do certame no valor global de R$ 3.950,00 (três mil, novecentos e cinquenta reais); **MARTINELLI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 45.517.600/0001-60, sagrou-se vencedora de itens do certame no valor global de R$ 22.070,00 (vinte e dois mil e setenta reais); **TERRA SUL COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 32.364.822/0001-48, sagrou-se vencedora de itens do certame no valor global de R$ 32.840,00 (trinta e dois mil oitocentos e quarenta reais); **WILLIAMS CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 41.582.087/0001-30, sagrou-se vencedora de itens do certame no valor global de R$ 121.750,00 (cento e vinte e um mil, setecentos e cinquenta reais).

Canabrava do Norte – MT, 14 de agosto de 2024.

Iranizo Matos Rodrigues

Agente de Contratação

Portaria 029/2024

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.830/2024/GAPRE, DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

PORTARIA N.830/2024/GAPRE, DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DESECRETÁRIO ADJUNTO DE LEVANTAMENTO DE DEMANDAS, ATENDIMENTOS E ENCAMINHAMENTOSE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito do Município de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 83º, inciso X e XIII, da Lei Orgânica do Município de Canabrava do Norte, e nos termos do artigo 76º da Lei 1.067/2020, de 30 de dezembro de 2020, resolve expedir a seguinte

PORTARIA:

Art. 1º. NOMEAR o Sr. **GILBERTO SANTOS DE SOUSA,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade – CI/RG n.6*****8, emitido por SSP/TO, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o n. ***.231.081-**, para prover o cargo de provimento em comissão do Grupo – Direção e Assessoramento Superior - DAS de**SECRETARIO ADJUNTO DE LEVANTAMENTO DE DEMANDAS, ATENDIMENTOS E ENCAMINHAMENTOS**do município de Canabrava do Norte – MT, simbologia **SALEDAE** integrante da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos e Urbanismo, constante da Lei Municipal n.1.067/2020, servindo-lhe de título a presente Portaria.

Art. 2º. O nomeado de que trata o artigo anterior, ficará com a responsabilidade de gerir os serviços e atribuições que lhe confere o cargo, em razão de lei, junto ao Poder Executivo Municipal.

Art. 3º. Autorizar a Gerência de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte a adotar as providências legais de praxe decorrentes do disposto neste instrumento.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais ao dia 09/08/2024 e revogando-se as disposições em contrário, em especial, a Portaria n.818/2024/GAPRE, de 12 de agosto de 2024.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se.

Canabrava do Norte – MT, em 14 de agosto de 2024.

(Assinado Eletronicamente)

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PROCESSO SELETIVO 001/2023EDITAL DE CONVOCAÇÃO N°034/2024

Processo Seletivo 001/2023

Edital de Convocação N°034/2024

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado 001/2023, homologado pelo decreto n° 3468 de 12 de dezembro de 2023.

RESOLVE TORNAR PÚBLICO

O presente Edital que estabelece a convocação, para fins de suprimento de cargos em caráter temporário no quadro de pessoal da Secretaria de Educação e Cultura:

CARGO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SEDE

CANDIDATO	CARGO	PROCESSO SELETIVO
Victoria L. Mendes Guimarães	Técnico em desenvolvimento Infantil	001/2023

A candidata convocada terá 05 (cinco) dias contados a partir da publicação do presente edital, para se apresentar e manifestar sobre a aceitação ou não do cargo no departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, em 14 de agosto de 2024.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Munic

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 271 DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

SÚMULA: Dispõe sobre as Gozo parcial de férias dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências;

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, o Artigo 87º da Lei Municipal nº 892/2015.

CONSIDERANDO, Requerimento deferido.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS a servidora ***SOLANGE PEREIRA DA SILVA***, ocupante do cargo de Técnica Administrativa de Recursos Humanos matricula 3164, lotada na Secretaria Municipal de Administração, devendo ser usufruído de **15/08/2024 e 16/08/2024.** Ficando em aberto 15 (quinze) dias do período aquisitivo **2020/2021.**

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

Prefeito Municipal de Carlinda

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 272 DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

ELAINE JUVINIANO DE LIMA, Secretaria Municipal de Saúde do Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **ANDREIA NUNES DOS SANTOS** cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, concede licença para tratamento da própria saúde no dia 12/08/2024.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

ELAINE JUVINIANO DE LIMA

Secretaria Municipal de Saúde

Decreto nº 397/2023

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 273 DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

ELAINE JUVINIANO DE LIMA, Secretaria Municipal de Saúde do Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **VANUSA DOS SANTOS MICUANSKI** cargo de Agente de Combate a Endemias, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, concede licença para tratamento da própria saúde nos dias 09/08/2024.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

ELAINE JUVINIANO DE LIMA

Secretaria Municipal de Saúde

Decreto nº 397/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

SAAE
PORTARIA RH SAAE-CG

PORTARIA Nº 020 DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

"DISPÕE SOBRE (30) TRINTA DIAS DE FÉRIAS A SERVIDORA CONTRATADA MARA CRISTINA DA SILVA"

O **DIRETOR GERAL** do Sistema Autônomo de Água e Esgoto de Chapada dos Guimarães – SAAE-CG, Sr. **ANDERSON ALVES MURTINHO**, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1.º CONCEDER a ***MARA CRISTINA DA SILVA,*** lotada no SAAE-CG, no cargo de Agente de Água e Saneamento, ***30 (trinta) DIAS DE FÉRIAS,*** referente ao período de 13/06/2022 a 12/06/2023.

A Férias de que se trata a presente portaria terá início em 10/09/2024 e término em 09/10/2024 devendo comparecer-se ao trabalho em 10/10/2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

R E G I S T R E – S E.

P U B L I Q U E – S E.

C U M P R A – S E.

Chapada dos Guimarães/MT, 14 de agosto de 2024.

ANDERSON ALVES MURTINHO

Diretor Geral do SAAE-CG

SAAE
PORTARIA RH SAAE-CG

PORTARIA Nº 019 DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

"DISPÕE SOBRE (30) TRINTA DIAS DE FÉRIAS AO SERVIDOR EFETIVO RODRIGO ANDOLPHO"

O **DIRETOR GERAL** do Sistema Autônomo de Água e Esgoto de Chapada dos Guimarães – SAAE-CG, Sr. **ANDERSON ALVES MURTINHO**, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1.º CONCEDER ao ***RODRIGO ANDOLPHO,*** lotado no SAAE-CG, no cargo de Agente Administrativo, atualmente exercendo o cargo em comissão de Chefe de Operação, ***30 (trinta) DIAS DE FÉRIAS,*** referente ao período de 10/08/2023 a 09/08/2024.

A Férias de que se trata a presente portaria terá início em 15/08/2024 e término em 14/09/2024 devendo comparecer-se ao trabalho em 15/09/2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

R E G I S T R E – S E.

P U B L I Q U E – S E.

C U M P R A – S E.

Chapada dos Guimarães/MT, 14 de agosto de 2024.

ANDERSON ALVES MURTINHO

Diretor Geral do SAAE-CG

SAAE
PORTARIA RH SAAE-CG

PORTARIA Nº 017 DE 12 DE AGOSTO DE 2024.

"DISPÕE SOBRE (30) TRINTA DIAS DE FÉRIAS AO SERVIDOR PEDRO PAULO DA SILVA MOREIRA PACHECO"

O **DIRETOR GERAL** do Sistema Autônomo de Água e Esgoto de Chapada dos Guimarães – SAAE-CG, Sr. **ANDERSON ALVES MURTINHO**, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1.º CONCEDER ao ***PEDRO PAULO DA SILVA MOREIRA PACHECO,*** lotado no SAAE-CG, no cargo de Agente de Serviços Gerais***, 30 (trinta) DIAS DE FÉRIAS*****,** referente ao período de 01/05/2022 a 30/04/2023.

A Férias de que se trata a presente portaria terá início em 01/08/2024 e término em 30/08/2024 devendo comparecer-se ao trabalho em 31/08/2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo a 01/08/2024**, revogando-se as disposições em contrário.**

R E G I S T R E – S E.

P U B L I Q U E – S E.

C U M P R A – S E.

Chapada dos Guimarães/MT, 12 de agosto de 2024.

ANDERSON ALVES MURTINHO

Diretor Geral do SAAE-CG

SAAE
PORTARIA RH SAAE-CG

PORTARIA Nº 018 DE 12 DE AGOSTO DE 2024.

"DISPÕE SOBRE (10) DEZ DIAS DE FÉRIAS A SERVIDORA ALEXIA RAIANE SILVA CORREIA"

O **DIRETOR GERAL** do Sistema Autônomo de Água e Esgoto de Chapada dos Guimarães – SAAE-CG, Sr. **ANDERSON ALVES MURTINHO**, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1.º CONCEDER a ***ALEXIA RAIANE SILVA CORREIA,*** lotada no SAAE-CG, no cargo de Assessor Técnico***, 10 (dez) DIAS DE FÉRIAS*****,** referente ao período de 01/04/2023 a 31/03/2024.

A Férias de que se trata a presente portaria terá início em 05/08/2024 e término em 14/08/2024 devendo comparecer-se ao trabalho em 15/08/2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo a 05/08/2024**, revogando-se as disposições em contrário.**

R E G I S T R E – S E.

P U B L I Q U E – S E.

C U M P R A – S E.

Chapada dos Guimarães/MT, 12 de agosto de 2024.

ANDERSON ALVES MURTINHO

Diretor Geral do SAAE-CG

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 315/2024

DATA: 15 de julho de 2024.

SÚMULA: Concede Férias de 15 (quinze) dias, ao Servidor **Edson Joao Sauthier** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º Concede Férias de 15 (quinze) dias, ao Servidor **Edson Joao Sauthier,** matrícula funcional 574, no cargo de Professor – 30 Horas, de 15/07/2024 a 30/07/2024, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Cultura.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 15 de julho de 2024.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 316/2024

DATA: 15 de julho de 2024.

SÚMULA: Concede Férias de 15 (quinze) dias, a Servidora **Francilene Gomes de Souza** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º Concede Férias de 15 (quinze) dias, a Servidora **Francilene Gomes de Souza,** matrícula funcional 576, no cargo de Professor – 30 Horas, de 15/07/2024 a 30/07/2024, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Cultura..

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 15 de julho de 2024.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 309/2024

DATA: 15 de julho de 2024.

SÚMULA: Concede Férias de 15 (quinze) dias, a Sr.ª **Simone Pereira** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º Concede Férias, de 15 (quinze) dias, a Sr.ª **Simone Pereira**, matrícula funcional nº 3264, no cargo de Professor do Processo Seletivo 001/

2023, de 15/07/2024 a 30/07/2024, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 15 de julho de 2024.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 307/2024

DATA: 15 de julho de 2024.

SÚMULA: Concede Férias de 15 (quinze) dias, a Sr.ª **Sandra Trajano de Barros** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º Concede Férias, de 15 (quinze) dias, a Sr.ª **Sandra Trajano de Barros**, matrícula funcional nº 3186, no cargo de Professor do Processo Seletivo 001/2023, de 15/07/2024 a 30/07/2024, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 15 de julho de 2024.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 317/2024

DATA: 15 de julho de 2024.

SÚMULA: Concede Férias de 15 (quinze) dias, a Sr.ª **Margarete Alves da Silva** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º Concede Férias, de 15 (quinze) dias, a Sr.ª **Margarete Alves da Silva**, matrícula funcional nº 3196, no cargo de Professor 40 horas do Processo Seletivo 001/2023, de 15/07/2024 a 30/07/2024, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 15 de julho de 2024.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 318/2024

DATA: 15 de julho de 2024.

SÚMULA: Concede Férias de 15 (quinze) dias, a Sr.ª **Maria Irene Moura** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º Concede Férias, de 15 (quinze) dias, a Sr.ª **Maria Irene Moura**, matrícula funcional nº 3199, no cargo de Professor 40 horas do Processo Seletivo 001/2023, de 15/07/2024 a 30/07/2024, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 15 de julho de 2024.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 319/2024

DATA: 15 de julho de 2024.

SÚMULA: Concede Férias de 15 (quinze) dias, a Sr.ª **Margarida Gambim Lazzeri** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º Concede Férias, de 15 (quinze) dias, a Sr.ª **Margarida Gambim Lazzeri**, matrícula funcional nº 3187, no cargo de Professor do Processo Seletivo 001/2023, de 15/07/2024 a 30/07/2024, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 15 de julho de 2024.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 320/2024

DATA: 15 de julho de 2024.

SÚMULA: Concede Férias de 15 (quinze) dias, ao Servidor **Odanir Pedro Bonissoni** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º Concede Férias de 15 (quinze) dias, ao Servidor **Odanir Pedro Bonissoni,** matrícula funcional 104, no cargo de Professor – 30 Horas, de 15/07/2024 a 30/07/2024, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Cultura.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 15 de julho de 2024.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

LICITAÇÃO
SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2022

O MUNICIPIO DE CLÁUDIA - MT, CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em exercício Sr**. LUIZ ANSELMO FELDHAUS**, e de outro a empresa **MSB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, CONTRATADA, neste ato representada pelo, Sr. **MARCOS SACARDI BIUDES**.

O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar o valor inicial da presente contratação

O valor global do presente aditivo perfaz o montante de **R$ 600,00 (seiscentos reais),** referente ao acréscimo de 10.000 cópias no valor unitário de R$ 0,06 (seis centavos).

Cláudia - MT, 14 de agosto de 2024.

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 321/2024

DATA: 15 de julho de 2024.

SÚMULA: Concede Férias de 15 (quinze) dias, a Servidora **Roseni Scheffler e** dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º Concede Férias de 15 (quinze) dias, a Servidora **Roseni Scheffler,** matrícula funcional 800, no cargo de Professor – 30 Horas, de 15/07/2024 a 30/07/2024, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Cultura.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 15 de julho de 2024.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 322/2024

DATA: 15 de julho de 2024.

SÚMULA: Concede Férias de 15 (quinze) dias, a Servidora **Solange Brussolo Pentenao** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º Concede Férias de 15 (quinze) dias, a Servidora **Solange Brussolo Pentenao,** matrícula funcional 1452, no cargo de Professor – 30 Horas, de 15/07/2024 a 30/07/2024, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Cultura.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 15 de julho de 2024.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 323/2024

DATA: 15 de julho de 2024.

SÚMULA: Concede Férias de 15 (quinze) dias, a Servidora **Zila Depra Bolzan e** dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º Concede Férias de 15 (quinze) dias, a Servidora **Zila Depra Bolzan,** matrícula funcional 1233, no cargo de Professor – 30 Horas, de 15/07/2024 a 30/07/2024, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Cultura.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 15 de julho de 2024.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 326/2024

DATA: 24 de julho de 2024.

SÚMULA: Concede Férias de 30 (trinta) dias, ao Servidor **Adair Mota Hercil** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º Concede Férias de 30 (trinta) dias, ao Servidor **Adair Mota Hercil,** matrícula funcional nº 2311, no cargo de Vigia, de 24/07/2024 a 23/08/2024, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 24 de julho de 2024.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 328/2024

DATA: 24 de julho de 2024.

SÚMULA: Concede Férias de 15 (quinze) dias, a Sr.ª **Gessica Danglei Rodrigues Barbosa** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º Concede Férias, de 15 (quinze) dias, a Sr.ª **Gessica Danglei Rodrigues Barbosa**, matrícula funcional nº 3237, no cargo de Professor do Processo Seletivo 001/2023, de 15/07/2024 a 30/07/2024, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 15 de julho de 2024.

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 24 de julho de 2024.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 329/2024

DATA: 31 de julho de 2024.

SÚMULA: Exonera do cargo comissionado o Sr. **Alan Soares dos Anjos** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° Exonera do cargo comissionado o Sr. **Alan Soares dos Anjos,** matrícula funcional nº 3299, no cargo de Diretor de Departamento, a partir do dia 31/07/2024, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 31 de julho de 2024.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 330/2024

DATA: 31 de julho de 2024.

SÚMULA: Exonera do cargo comissionado a Sr.ª **Alice Ramos de Vargas** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° Exonera do cargo comissionado a Sr.ª **Alice Ramos de Vargas,** matrícula funcional nº 3295, no cargo de Ouvidor Municipal, a partir do dia 31/07/2024, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 31 de julho de 2024.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 23/2024
PROCESSO ADM: Nº 73/2024

Objeto: CONTRATAÇÃO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE TERRESTRE DE PESSOAS CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.

Empresas vencedoras valor total: R$ 41.160,00 (quarenta e um mil e cento e sessenta reais): **GENESIS TUR LTDA** (32267801000104) com o lote: 1 no valor total de R$ 41.160,00 (quarenta e um mil e cento e sessenta reais).

CLÁUDIA - MT, 14 de agosto de 2024

SHIRLEY YOTZCHETZ

CONDUTOR DE PROCESSOS

LICITAÇÃO
ERRATA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2024

Da Publicação do dia 07 de agosto de 2024, Jornal Oficial Eletronico dos Municípios de Mato Grosso N° 4.543, Pag. 186.

ONDE SE LÊ:

O presente Termo Aditivo tem por objetivo reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro dos itens previstos na tabela abaixo:

Item	Produto	Preço Atual	Preço Suprimido	Percentual de reequilíbrio	Valor Reequilibrado
01	EMULSÃO ASFALTICA – RR-2C (CONFORME NORMA DNIT 165/2013-EM)	R$ 4. 560,0000		5,77%	R$ 4.823,30
02	EMULSAO ASFALTICA - MODIFICADA POR POLÍMEROS RC1C-E (CONFORME NORMA DNIT 128/2010 - EM	R$ 5225,0000		4,77%	R$ 5.474,44
03	EMULSAO ASFALTICA - PARA IMPRIMACAO (CONFORME NORMA DNIT 165/ 2013 - EM)	R$ 3. 819,000		*2,53%*	R$ 3.915,51

LEIA-SE:

Item	Produto	Preço Atual	Preço Suprimido	Percentual de reequilíbrio	Valor Reequilibrado
01	EMULSÃO ASFALTICA – RR-2C (CONFORME NORMA DNIT 165/2013-EM)	**R$ 4. 560,0000**		**5,16%**	**R$ 4.795,30**
02	EMULSAO ASFALTICA - MODIFICADA POR POLÍMEROS RC1C-E (CONFORME NORMA DNIT 128/2010 - EM	**R$ 5. 225,0000**		**4,77%**	**R$ 5.474,23**
03	EMULSAO ASFALTICA - PARA IMPRIMACAO (CONFORME NORMA DNIT 165/2013 - EM)	**R$ 3. 819,000**		*3,46%*	**R$ 3.951,13**

LICITAÇÃO
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2022

O MUNICIPIO DE CLÁUDIA - MT, CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. ALTAMIR KURTEN, e de outro a empresa MSB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CONTRATADA, neste ato representada pelo , Sr. MARCOS SACARDI BIUDES.

O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar o valor inicial da presente contratação.

O valor global do presente aditivo perfaz o montante de R$ 720,00 (setecentos e vinte reais), referente ao acréscimo de locação de mais uma impressora para impressão de 12.000 cópias no valor unitário de R$ 0,06 (seis centavos) cada.

Cláudia - MT, 17 de julho de 2024.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 64/2024

MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Srº. LUIZ ANSELMO FELDHAUS, e a empresa AMAZONIA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS CONTRA INCENDIO LTDA, CONTRATADA, este ato representada por seu sócio Administrador Sr. ADILSON PEREIRA DA SILVA

O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO E RECARGAS DE EXTINTORES PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CLÁUDIA – MT

A vigência deste Contrato será pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, sendo dia 13/08/2024 à 13/08/2025

Receberá a Empresa Contratada pelo fornecimento dos produtos a importância aproximada de R$ 26.753,08 (vinte e seis mil setecentos e cinquenta e três reais e oito centavos)

Cláudia - MT, 13 de agosto de 2024.

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 310/2024

DATA: 15 de julho de 2024.

SÚMULA: Concede Férias de 15 (quinze) dias, a Sr.ª **Sirlei Moura Mombach** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º Concede Férias, de 15 (quinze) dias, a Sr.ª **Sirlei Moura Mombach**, matrícula funcional nº 3192, no cargo de Professor, de 15/07/2024 a 30/07/2024, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 15 de julho de 2024.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 311/2024

DATA: 15 de julho de 2024.

SÚMULA: Concede Férias de 15 (quinze) dias, a Sr.ª **Solange Cardeira** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º Concede Férias, de 15 (quinze) dias, a Sr.ª **Solange Cardeira**, matrícula funcional nº 3191, no cargo de Professor do Processo Seletivo 001/2023, de 15/07/2024 a 30/07/2024, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 15 de julho de 2024.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 312/2024

DATA: 15 de julho de 2024.

SÚMULA: Concede Férias de 15 (quinze) dias, a Sr.ª **Thailine Vanessa de Farias Franca** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º Concede Férias, de 15 (quinze) dias, a Sr.ª **Thailine Vanessa de Farias Franca**, matrícula funcional nº 3189, no cargo de Professor do Processo Seletivo 001/2023, de 15/07/2024 a 30/07/2024, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 15 de julho de 2024.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 313/2024

DATA: 15 de julho de 2024.

SÚMULA: Concede Férias de 15 (quinze) dias, ao Servidor **Airton de Lara** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º Concede Férias de 15 (quinze) dias, ao Servidor **Airton de Lara,** matrícula funcional 970, no cargo de Professor – 30 Horas, de 15/07/2024 a 30/07/2024, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Cultura.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 15 de julho de 2024.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 314/2024

DATA: 15 de julho de 2024.

SÚMULA: Concede Férias de 15 (quinze) dias, a Sr.ª **Daniely Figueiredo dos Santos Kraft** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º Concede Férias, de 15 (quinze) dias, a Sr.ª **Daniely Figueiredo dos Santos Kraft**, matrícula funcional nº 3239, no cargo de Professor do Processo Seletivo 001/2023, de 15/07/2024 a 30/07/2024, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 15 de julho de 2024.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

PORTARIA DP/PREF. Nº 6269 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

PORTARIA DP/PREF. Nº 6269 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

“CONCEDE FÉRIAS E 1/3 DE FÉRIAS

AO SERVIDOR MUNICIPAL”

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DA **LEI MUNICIPAL 056 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1.991 ART.106 E DOS §1º AO §5º AO ART.112;**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **10 (dez)** dias de férias e **1/3 (um terço)** em espécie,para o servidor Sr. **CLESIO AGUIAR FIGUEIRA,** efetivo no cargo de **AGENTE DE SERVICOS URBANOS,** lotado junto a **Secretaria Municipal de Obras Transportes e Serviços Urbanos**, em regime **estatutário**. Iniciando no dia **20 de julho de 2.023** finalizando no dia **29 de julho de 2.023**, referente ao restante do período aquisitivo de **01 de fevereiro de 2.022 a 31 de janeiro de 2.023**, da data de tua **reintegração.**

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos aos 25 dias do mês de junho de dois mil e vinte e três.

Art. 3º Revogam-se disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO DE COCALINHO-MT

PORTARIA DP/PREF. Nº 6270 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

PORTARIA DP/PREF. Nº 6270 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

"CONCEDE FÉRIAS E 1/3 DE FÉRIAS

AO SERVIDOR MUNICIPAL"

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DA **LEI MUNICIPAL 056 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1.991 ART.106 E DOS §1º AO §5º AO ART.112;**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **30 (trinta)** dias de férias e **1/3 (um terço)** em espécie,para o servidor Sr. **LUCIMAR CANDIDO DA SILVA**, efetivo no cargo de **AGENTE DE SERVICOS URBANOS,** junto a **Secretaria Municipal de OBRAS TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS**, em regime **estatutário**. Iniciando no dia **02 de maio de 2.023** finalizando no dia **31 de maio de 2.023**, referente ao período aquisitivo de **01 de março de 2.020 a 28 de fevereiro de 2.021.** Da data de sua **admissão.**

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos aos 20 dias do mês de abril de dois mil e vinte e três.

Art. 3º Revogam-se disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO DE COCALINHO-MT

PORTARIA DP/PREF. Nº 6271 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

PORTARIA DP/PREF. Nº 6271 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

"CONCEDE FÉRIAS E 1/3 DE FÉRIAS

AO SERVIDOR MUNICIPAL"

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DA **LEI MUNICIPAL 056 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1.991 ART.106 E DOS §1º AO §5º AO ART.112;**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **30 (trinta)** dias de férias e **1/3 (um terço)** em espécie,para o servidor Sr. **LUIS CARLOS PEREIRA BORGES**, efetivo no cargo de **OPERADOR DE MAQUINAS,** lotado na **Secretaria Municipal de Educação,** em regime **estatutário**. Iniciando no dia **02 de maio de 2.023** finalizando no dia **31 de maio de 2.023**, referente ao período aquisitivo de **15 de abril de 2.021 a 14 de abril de 2.022**, da data de tua **admissão.**

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos aos 20 dias do mês de abril de dois mil e vinte e três.

Art. 3º Revogam-se disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO DE COCALINHO-MT

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2024

PROCESSO LICITATORIO Nº 042/2024

O MUNICÍPIO DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio do Pregoeiro designado pelo Decreto nº 2.404/2024, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam se interessar, o resultado da licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para o objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE COCALINHO - MT**, as especificações e quantitativos estão descritos no termo de referência anexo a este edital. Sagraram-se vencedoras as empresas abaixo descritas:

EMPRESA	CNPJ	VALOR TOTAL
L J DE BARROS - ME	06.901.626/0001-55	R$ 2.237.560,64
CAICARA COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA	17.726.509/0001-19	R$ 2.054.107,76
W.A DA SILVA ME	07.272.692/0001-76	R$ 1.765.046,71
CONSTRUFER MAQUINAS CONSTRUCOES FERRAMENTAS E EPI	37.853.101/0001-15	R$ 388.287,93
MODESTO COMERCIO LTDA	47.250.079/0001-72	R$ 151.832,53
MULTUS COMERCIAL LTDA	24.753.864/0001-42	R$ 371.403,73
LUZ & CIA LTDA	31.075.299/0001-77	R$ 420.769,48
STAR PRIME DISTRIBUIDORA LTDA	31.395.164/0001-99	R$ 282.539,61

Valor total do registro de preços: **R$ 7.671.548,39 (SETE MILHÕES SEISCENTOS E SETENTA E UM, QUINHENTOS E QUARENTA E OITO REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS)**

Cocalinho – MT, 12 de agosto de 2024.

CARLOS EDUARDO RODRIGUES ADORNO

PREGOEIRO

PORTARIA DP/PREF. Nº 6264 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

PORTARIA DP/PREF. Nº 6264 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

"CONCEDE FÉRIAS E 1/3 DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL"

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO **ART.52 da LEI Nº. 003/2011 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2.011.**

RESOLVE:

Art. 1º Fica ratificado, por este ato, **1/3 (um terço) de férias em espécie no mês de maio 2024,** conforme **férias** regulamentares sendo **30 (trinta) dias de férias de 01/07/2024 a 30/07/2024,** a servidora relacionado abaixo em seu respectivo cargo, junto a Secretaria Municipal de **Educação**, conforme a seguir.

I- Conceder **Férias e 1/3 (um terço),** para a servidora Sra. **MARIA FERREIRA LEITE,** efetiva no cargo de **SERVENTE DE LIMPEZA**, junto a Secretaria Municipal de **EDUCAÇÃO**, em regime **estatutário**, pelo período aquisitivo de **29 de abril de 2.023 a 28 de abril de 2.024,** data da tua **Admissão.**

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos aos 20 dias do mês de junho de 2.024.

Art. 3º Revogam-se disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO-MT

PORTARIA DP/PREF. Nº 6279 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

PORTARIA DP/PREF. Nº 6279 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

"CONCEDE FÉRIAS E 1/3 DE FÉRIAS

A SERVIDORA MUNICIPAL"

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DA **LEI MUNICIPAL 056 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1.991 ART.106 E DOS §1º AO §5º AO ART.112;**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **30 (trinta)** dias de férias e **1/3 (um terço)** em espécie,para a servidora Sra. **LUCIANA DIAS VIEIRA**, seletiva no cargo de **TECNICO DE ENFERMAGEM - SELETIVO,** lotada na **Secretaria Municipal de Saúde**, em regime **temporário**. Iniciando no dia **02 de maio de 2. 023** finalizando no dia **31 de maio de 2.023**, referente ao período aquisitivo de **02 de julho de 2.023 a 01 de julho de 2.024**, da data de tua **admissão.**

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 20 de abril de 2.023.

Art. 3º Revogam-se disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO DE COCALINHO-MT

PORTARIA DP/PREF. Nº 6278 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

PORTARIA DP/PREF. Nº 6278 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

"CONCEDE FÉRIAS E 1/3 DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL"

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO **ART.52 da LEI Nº. 003/2011 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2.011.**

RESOLVE:

Art. 1º Fica ratificado, por este ato, **1/3 (um terço) de férias em espécie no mês de março 2023,** conforme **férias** regulamentares sendo **30 (trinta) dias de férias de 30/05/2023 a 28/06/2023,** a servidora relacionado abaixo em seu respectivo cargo, junto a Secretaria Municipal de **Educação**, conforme a seguir.

I- Conceder **Férias e 1/3 (um terço),** para a servidora Sra. **MARIA IVANILDES BEZERRA DE ABREU,** efetiva no cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO**, junto a Secretaria Municipal de **EDUCAÇÃO**, em regime **estatutário**, pelo período aquisitivo de **01 de março de 2.022 a 28 de fevereiro de 2.024,** data da tua **Admissão.**

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos aos 20 dias do mês de abril de 2.023.

Art. 3º Revogam-se disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO-MT

PORTARIA DP/PREF. Nº 6277 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

PORTARIA DP/PREF. Nº 6277 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR MUNICIPAL"

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DO **ART. 54 §1º AO §3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2.011.**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **LICENÇA PRÊMIO** ao servidor Sr. **REINALDO DE ASSIS OLIVEIRA,** funcionário efetivo no cargo de **GUARDA**, lotado junto a **Secretaria Municipal de SAÚDE**, em regime **estatutário**, sendo **30 (trinta)** dias, do dia **03 de maio de 2.023** ao dia **01 de junho de 2.023,** pelo período aquisitivo de **07 de março de 2.018** a **06 de março de 2.023,** de acordo com as formalidades legais, especialmente oEstatuto dos Funcionários Públicos e o Quadro de Pessoal do Município, data da tua admissão.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos aos 20 dias do mês de abril de dois mil e vinte e três.

Art. 3º Revogam-se disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO-MT

PORTARIA DP/PREF. Nº 6266 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

PORTARIA DP/PREF. Nº 6266 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

"CONCEDE FÉRIAS E 1/3 DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL"

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO **ART.52 da LEI Nº. 003/2011 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2.011.**

RESOLVE:

Art. 1º Fica ratificado, por este ato, **1/3 (um terço) de férias em espécie no mês de janeiro 2024,** conforme **férias** regulamentares sendo **30 (trinta) dias de férias de 01/07/2024 a 30/07/2024,** a servidora relacionado abaixo em seu respectivo cargo, junto a Secretaria Municipal de **Educação**, conforme a seguir.

I- Conceder **Férias e 1/3 (um terço),** para a servidora Sra. **MARINEI FERNANDES ROSA RIBEIRO,** efetiva no cargo de **AUXILIAR DE SECRETARIA**, junto a Secretaria Municipal de **EDUCAÇÃO**, em regime **estatutário**, pelo período aquisitivo de **26 de janeiro de 2.023 a 25 de janeiro de 2.024,** data da tua **Admissão.**

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos aos 20 dias do mês de junho de 2.024.

Art. 3º Revogam-se disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO-MT

PORTARIA DP/PREF. Nº 6267 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

PORTARIA DP/PREF. Nº 6267 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

"CONCEDE FÉRIAS E 1/3 DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL"

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO **ART.52 da LEI Nº. 003/2011 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2.011.**

RESOLVE:

Art. 1º Fica ratificado, por este ato, **1/3 (um terço) de férias em espécie no mês de março 2024,** conforme **férias** regulamentares sendo **30 (trinta) dias de férias de 01/07/2024 a 30/07/2024,** a servidora relacionado abaixo em seu respectivo cargo, junto a Secretaria Municipal de **Educação**, conforme a seguir.

I- Conceder **Férias e 1/3 (um terço),** para a servidora Sra. **VALDEMIRA MARIA DE JESUS COSTA,** efetiva no cargo de **BIBLIOTECARIO (A)**, junto a Secretaria Municipal de **EDUCAÇÃO**, em regime **estatutário**, pelo período aquisitivo de **07 de março de 2.023 a 06 de março de 2.024,** data da tua **Admissão.**

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos aos 20 dias do mês de junho de 2.024.

Art. 3º Revogam-se disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO-MT

PORTARIA DP/PREF. Nº 6276 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

PORTARIA DP/PREF. Nº 6276 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MUNICIPAL"

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DO **ART. 54 §1º AO §3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2.011.**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **LICENÇA PRÊMIO** a servidora Sra. **MARIA DE LURDES DE OLIVEIRA,** funcionária efetiva no cargo de **MONITORA CLASSE C**, lotada junto a **Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO**, em regime **estatutário**, sendo **60 (sessenta)** dias, do dia **02 de maio de 2.023** ao dia **30 de junho de 2.023,** pelo período aquisitivo de **15 de dezembro de 2.014** a **14 de dezembro de 2.019,** de acordo com as formalidades legais, especialmente oEstatuto dos Funcionários Públicos e o Quadro de Pessoal do Município, data da tua admissão.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos aos 20 dias do mês de abril de dois mil e vinte e três.

Art. 3º Revogam-se disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO-MT

PORTARIA DP/PREF. Nº 6265 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

PORTARIA DP/PREF. Nº 6265 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

"CONCEDE FÉRIAS E 1/3 DE FÉRIAS

A SERVIDORA MUNICIPAL"

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DA **LEI MUNICIPAL 056 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1.991 ART.106 E DOS §1º AO §5º AO ART.112;**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **30 (trinta)** dias de férias e **1/3 (um terço)** em espécie,para a servidora Sra. **MARIA DOS REIS FERREIRA DE BRITO**, efetiva no cargo de **AGENTE DE SERVICOS URBANOS,** lotada na **Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos**, em regime **efetivo**. Iniciando no dia **01 de julho de 2.024** finalizando no dia **30 de julho de 2.024**, referente ao período aquisitivo de **10 de janeiro de 2.023 a 09 de janeiro de 2.024**, da data de tua **admissão.**

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 20 de junho de 2.024.

Art. 3º Revogam-se disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO DE COCALINHO-MT

PORTARIA DP/PREF. Nº 6263 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

PORTARIA DP/PREF. Nº 6263 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

"CONCEDE FÉRIAS E 1/3 DE FÉRIAS

AO SERVIDOR MUNICIPAL"

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DA **LEI MUNICIPAL 056 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1.991 ART.106 E DOS §1º AO §5º AO ART.112;**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **30 (trinta)** dias de férias e **1/3 (um terço)** em espécie,para o servidor Sr. **MANOEL JUVENTINO ROSA**, efetivo no cargo de **GUARDA,** lotado na **Secretaria Municipal de Educação**, em regime **efe-**

tivo. Iniciando no dia **01 de julho de 2.024** finalizando no dia **30 de julho de 2.024**, referente ao período aquisitivo de **07 de janeiro de 2.023 a 06 de janeiro de 2.024**, da data de tua **admissão.**

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 20 de junho de 2.024.

Art. 3º Revogam-se disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO DE COCALINHO-MT

PORTARIA DP/PREF. Nº 6275 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

PORTARIA DP/PREF. Nº 6275 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR MUNICIPAL"

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DO **ART. 54 §1º AO §3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2.011.**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **LICENÇA PRÊMIO** ao servidor Sr. **EDILSON GOMES DE OLIVEIRA,** funcionário efetivo no cargo de **MECANICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS**, lotado junto a **Secretaria Municipal de OBRAS TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS**, em regime **estatutário**, sendo **90 (noventa)** dias, do dia **02 de maio de 2.023** ao dia **30 de julho de 2.023,** pelo período aquisitivo de **01 de outubro de 2.017** a **30 de setembro de 2.022,** de acordo com as formalidades legais, especialmente oEstatuto dos Funcionários Públicos e o Quadro de Pessoal do Município, data da tua admissão.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos aos 20 dias do mês de abril de dois mil e vinte e três.

Art. 3º Revogam-se disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO-MT

PORTARIA DP/PREF. Nº 6274 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

PORTARIA DP/PREF. Nº 6274 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR MUNICIPAL"

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DO **ART. 54 §1º AO §3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2.011.**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **LICENÇA PRÊMIO** ao servidor Sr. **ADAO MENDES DE SOUSA,** funcionário efetivo no cargo de **PROFESSOR DE PEDAGOGIA SERIES INICIAIS- CLASSE C**, lotado junto a **Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO**, em regime **estatutário**, sendo **60 (sessenta)** dias, do dia **02 de maio de 2.023** ao dia **30 de junho de 2.023,** pelo período aquisitivo de **07 de março de 2.018** a **06 de março de 2.023,** de acordo com as formalidades legais, especialmente oEstatuto dos Funcionários Públicos e o Quadro de Pessoal do Município, data da tua admissão.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos aos 20 dias do mês de abril de dois mil e vinte e três.

Art. 3º Revogam-se disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO-MT

PORTARIA DP/PREF. Nº 6273 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

PORTARIA DP/PREF. Nº 6273 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL""

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DA **LEI MUNICIPAL 056 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1.991 ART.106 E DOS §1º AO §5º AO ART.112;**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **20 (vinte)** dias de férias,**10 (dez)** dias de abono pecuniário, e o recebimento de **1/3 (um terço)** em espécie,para o servidor Sr. **JAIR PEREIRA ROSA**, efetivo no cargo de **BORRACHEIRO,** lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**, em regime **estatutário**. Iniciando no dia **02 de maio de 2023** finalizando no dia **21 de maio de 2023**, referente ao período aquisitivo de **01 de abril de 2.020 a 31 de março de 2.021.** Da data de sua **admissão.**

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos aos 20 dias do mês de abril de dois mil e vinte e três.

Art. 3º Revogam-se disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO DE COCALINHO-MT

PORTARIA DP/PREF. Nº 6262 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

PORTARIA DP/PREF. Nº 6262 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

"CONCEDE FÉRIAS E 1/3 DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL"

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO **ART.52 da LEI Nº. 003/2011 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2.011.**

RESOLVE:

Art. 1º Fica ratificado, por este ato, **1/3 (um terço) de férias em espécie no mês de maio 2024,** conforme **férias** regulamentares sendo **30 (trinta) dias de férias de 01/07/2024 a 30/07/2024,** a servidora relacionado abai-

xo em seu respectivo cargo, junto a Secretaria Municipal de **Educação**, conforme a seguir.

I- Conceder **Férias e 1/3 (um terço),** para a servidora Sra. **LUCIENE PEREIRA OLIVEIRA,** efetiva no cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO**, junto a Secretaria Municipal de **EDUCAÇÃO**, em regime **estatutário**, pelo período aquisitivo de **05 de maio de 2.023 a 04 de maio de 2.024,** data da tua **Admissão.**

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos aos 20 dias do mês de junho de 2.024.

Art. 3º Revogam-se disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO-MT

PORTARIA DP/PREF. Nº 6272 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

PORTARIA DP/PREF. Nº 6272 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL""

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DA **LEI MUNICIPAL 056 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1.991 ART.106 E DOS §1º AO §5º AO ART.112;**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **20 (vinte)** dias de férias,**10 (dez)** dias de abono pecuniário, e o recebimento de **1/3 (um terço)** em espécie,para o servidor Sr. **SIDNEI SILVEIRA DOS SANTOS**, efetivo no cargo de **FISCAL DE TRIBUTOS,** lotado **Secretaria Municipal de Finanças**, em regime **estatutário**. Iniciando no dia **10 de maio de 2023** finalizando no dia **29 de maio de 2023**, referente ao período aquisitivo de **01 de abril de 2.022 a 31 de março de 2.023.** Da data de sua **admissão.**

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos aos 25 dias do mês de abril de dois mil e vinte e três.

Art. 3º Revogam-se disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO DE COCALINHO-MT

PORTARIA DP/PREF. Nº 6261 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

PORTARIA DP/PREF. Nº 6261 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

"CONCEDE FÉRIAS E 1/3 DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL"

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO **ART.52 da LEI Nº. 003/2011 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2.011.**

RESOLVE:

Art. 1º Fica ratificado, por este ato, **1/3 (um terço) de férias em espécie no mês de junho 2024,** conforme **férias** regulamentares com gozo coletivo sendo **30 (trinta) dias de férias de 01/07/2024 a 30/07/2024,** a servidora relacionado abaixo em seu respectivo cargo, junto a Secretaria Municipal de **Educação**, conforme a seguir.

I- Conceder **Férias e 1/3 (um terço),** para a servidora Sra. **IVONETE DIAS DA LUZ,** efetiva no cargo de **MERENDEIRA**, junto a Secretaria Municipal de **EDUCAÇÃO**, em regime **estatutário**, pelo período aquisitivo de **10 de agosto de 2.023 a 09 de agosto de 2.024,** data da tua **Admissão.**

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos aos 20 dias do mês de junho de 2.024.

Art. 3º Revogam-se disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO-MT

PORTARIA DP/PREF. Nº 6260 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

PORTARIA DP/PREF. Nº 6260 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

"CONCEDE FÉRIAS E 1/3 DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL"

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO **ART.52 da LEI Nº. 003/2011 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2.011.**

RESOLVE:

Art. 1º Fica ratificado, por este ato, **1/3 (um terço) de férias em espécie no mês de março 2024,** conforme **férias** regulamentares sendo **30 (trinta) dias de férias de 01/07/2024 a 30/07/2024,** a servidora relacionado abaixo em seu respectivo cargo, junto a Secretaria Municipal de **Educação**, conforme a seguir.

I- Conceder **Férias e 1/3 (um terço),** para a servidora Sra. **ISLEIA DIAS DE CASTRO,** efetiva no cargo de **AUXILIAR DE SECRETARIA**, junto a Secretaria Municipal de **EDUCAÇÃO**, em regime **estatutário**, pelo período aquisitivo de **02 de março de 2.023 a 01 de março de 2.024,** data da tua **Admissão.**

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos aos 20 dias do mês de junho de 2.024.

Art. 3º Revogam-se disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO-MT

PORTARIA DP/PREF. Nº 6259 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

PORTARIA DP/PREF. Nº 6259 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

"CONCEDE FÉRIAS E 1/3 DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL"

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO **ART.52 da LEI Nº. 003/2011 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2.011.**

RESOLVE:

Art. 1º Fica ratificado, por este ato, **1/3 (um terço) de férias em espécie no mês de junho 2024,** conforme **férias** regulamentares sendo **30 (trinta) dias de férias de 01/07/2024 a 30/07/2024,** a servidora relacionado abaixo em seu respectivo cargo, junto a Secretaria Municipal de **Educação**, conforme a seguir.

I- Conceder **Férias e 1/3 (um terço),** para a servidora Sra. **ICLEA LEITE BRITO,** efetiva no cargo de **MONITORA**, junto a Secretaria Municipal de **EDUCAÇÃO**, em regime **estatutário**, pelo período aquisitivo de **04 de janeiro de 2.023 a 03 de janeiro de 2.024,** data da tua **Admissão.**

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos aos 20 dias do mês de junho de 2.024.

Art. 3º Revogam-se disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO-MT

PORTARIA DP/PREF. Nº 6258 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

PORTARIA DP/PREF. Nº 6258 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

"CONCEDE FÉRIAS E 1/3 DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL"

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO **ART.52 da LEI Nº. 003/2011 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2.011.**

RESOLVE:

Art. 1º Fica ratificado, por este ato, **1/3 (um terço) de férias em espécie no mês de abril 2024,** conforme **férias** regulamentares com gozo coletivo sendo **30 (trinta) dias de férias de 01/07/2024 a 30/07/2024,** a servidora relacionado abaixo em seu respectivo cargo, junto a Secretaria Municipal de **Educação**, conforme a seguir.

I- Conceder **Férias e 1/3 (um terço),** para a servidora Sra. **EVELLIN LAVINIA DIAS COSTA,** seletiva no cargo de **TECNICO DESENVOLVIMENTO INFANTIL/AJUDANTE DE SALA- SELETIVO**, junto a Secretaria Municipal de **EDUCAÇÃO**, em regime **temporário**, pelo período aquisitivo de **07 de março de 2.023 a 06 de março de 2.024,** data da tua **Admissão.**

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos aos 20 dias do mês de junho de 2.024.

Art. 3º Revogam-se disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO-MT

PORTARIA DP/PREF. Nº 6280 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

PORTARIA DP/PREF. Nº 6280 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

"CONCEDE FÉRIAS E 1/3 DE FÉRIAS

A SERVIDORA MUNICIPAL"

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DA **LEI MUNICIPAL 056 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1.991 ART.106 E DOS §1º AO §5º AO ART.112;**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **20 (vinte)** dias de férias e **1/3 (um terço)** em espécie, para a servidora Sra. **EULLENIZIA PEREIRA MATOS ANDRADE,** efetiva no cargo de **AGENTE DE SERVICOS URBANOS,** lotada junto a Secretaria Municipal de **SAÚDE**, em regime **estatutário**. Iniciando no dia **02 de maio de 2.023** finalizando no dia **21 de maio de 2.023**, referente ao restante do período aquisitivo de **02 de abril de 2.022 a 01 de abril de 2.023**, da data de tua **reintegração.**

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 20 de abril de 2.023.

Art. 3º Revogam-se disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO DE COCALINHO-MT

PORTARIA DP/PREF. Nº 6257 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

PORTARIA DP/PREF. Nº 6257 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

"CONCEDE FÉRIAS E 1/3 DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL"

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO **ART.52 da LEI Nº. 003/2011 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2.011.**

RESOLVE:

Art. 1º Fica ratificado, por este ato, **1/3 (um terço) de férias em espécie no mês de maio 2024,** conforme **férias** regulamentares sendo **30 (trinta) dias de férias de 01/07/2024 a 30/07/2024,** a servidora relacionado abaixo em seu respectivo cargo, junto a Secretaria Municipal de **Educação**, conforme a seguir.

I- Conceder **Férias e 1/3 (um terço),** para a servidora Sra. **ERENI MARIA DE JESUS,** efetiva no cargo de **SERVENTE DE LIMPEZA**, junto a Secretaria Municipal de **EDUCAÇÃO**, em regime **estatutário**, pelo período aquisitivo de **02 de maio de 2.023 a 01 de maio de 2.024,** data da tua **Admissão.**

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos aos 20 dias do mês de junho de 2.024.

Art. 3º Revogam-se disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO-MT

PORTARIA DP/PREF. Nº 6268 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

PORTARIA DP/PREF. Nº 6268 DE 14 DE AGOSTO DE 2.024.

"CONCEDE FÉRIAS E 1/3 DE FÉRIAS

AO SERVIDOR MUNICIPAL"

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DA **LEI MUNICIPAL 056 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1.991 ART.106 E DOS §1º AO §5º AO ART.112;**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **20 (vinte)** dias de férias e **1/3 (um terço)** em espécie,para o servidor Sr. **CLESIO AGUIAR FIGUEIRA,** efetivo no cargo de **AGENTE DE SERVICOS URBANOS,** lotado junto a **Secretaria Municipal de Obras Transportes e Serviços Urbanos**, em regime **estatutário**. Iniciando no dia **10 de maio de 2.023** finalizando no dia **29 de maio de 2. 023**, referente ao período aquisitivo de **01 de fevereiro de 2.022 a 31 de janeiro de 2.023**, da data de tua **reintegração.**

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos aos 25 dias do mês de abril de dois mil e vinte e três.

Art. 3º Revogam-se disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO DE COCALINHO-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

SECRETARIA MUN. DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 165/2022.

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder-MT. Contratado: **CENTRO AMERICA COMERCIO SERVIÇO GESTÃO TECNOLOGICA LTDA**. Instrumento Vinculante: **Adesão nº 019/2022**. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIAÇÃO, GERENCIAMENTO, IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA DE COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS, PEÇAS E RASTREAMENTO VEICULAR, PARA ATENDER A FROTAS DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER/MT. **DO ACRÉSCIMO DE VALOR:** Fica acrescentado a Clausula Quinta do Contrato original, o valor de **R$ 13. 679.798,16 (treze milhões, seiscentos e setenta e nove mil, setecentos e noventa e oito reais e dezesseis centavos). PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGENCIA:** Fica acrescentada na Cláusula Quarta – do prazo de vigência do Contrato Original, o acréscimo de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias** terminando o prazo de vigência do contrato em **01 de janeiro de 2026**. **CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Em relação às despesas decorrentes deste instrumento obedecerá à seguinte dotação orçamentária: **Cód. Red.** 15, 79, 113, 161, 182, 187, 273, 311, 596, 576, 628, 430, 483, 765, 800, 660, 847, 974, 1313, 925, 1338, 952, 871, 995, 1044, 1108 e 1137. Data de Assinatura: 12/08/2024.

SECRETARIA MUN. DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 117/2022.

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder-MT. Contratado: **OMEGA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - EPP**. Instrumento Vinculante: **Adesão nº 012/2022**. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA O FORNECIMENTO DE LICENÇA DE DIREITO DE USO DE SOFTWARES INTEGRADOS E UNIFICADOS PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE COLÍDER-MT. **DO VALOR:** Fica acrescentado a Cláusula Quinta do contrato original, o valor **R$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais)**. **PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGENCIA:** Fica acrescentada na Cláusula Quarta – do prazo de vigência do Contrato Original, o acréscimo de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias** terminando o prazo de vigência do contrato em **01 de setembro de 2025**. **CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Em relação às despesas decorrentes deste instrumento obedecerá à seguinte dotação orçamentária: **Cód. Red.** 162. Data de Assinatura: 14/08/2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO DE PESSOAS PORTARIA–SEGEST/PIQ Nº _330/2024, DE 14 DE AGOSTO DE 2024

“ Dispõe sobre o deferimento do Benefício de Readaptação funcional em favor da servidora“NOELI RIBEIRO DE OLIVEIRA”.

Viviane Halateno, Secretária Adjunta de Provimento e Folha de Pagamento, da Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e o Art. 34º, § 1º**, Lei nº 2408/2010 e Art. 4º, Lei nº 3053/2019.**

Resolve:

Art. 1º Deferir o Benefício de Readaptação de função, em favor à servidora Sra. NOELI RIBEIRO DE OLIVEIRA, portadora da matricula n. 180, efetiva, no cargo de ZELADORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, fundamentado na Perícia Médica do Município, com início a partir de 13/ 08/2024 e término 31/12/2024.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de 13/08/2024, revogadas as disposições em contrário.

VIVIANE HALATENO

Secretária Adjunta de Provimento e Folha de Pagamento

Portaria n°. 81/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO DE PESSOAS PORTARIA–SEGEST/PIQ Nº _329/2024, DE 14 DE AGOSTO DE 2024

“ Dispõe sobre o deferimento da prorrogação do Benefício de Readaptação funcional em favor do servidor“JOSÉ ATAIDE DOS SANTOS”.

Viviane Halateno, Secretária Adjunta de Provimento e Folha de Pagamento, da Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e o Art. 34º, § 1º**, Lei nº 2408/2010 e Art. 4º, Lei nº 3053/2019.**

Resolve:

Art. 1º Deferir a prorrogação do Benefício de Readaptação de função, em favor ao servidor Sr. JOSÉ ATAIDE DOS SANTOS, portador da matricula n. 403, efetivo, no cargo de PROFESSOR, lotado na Secretaria Municipal de Educação, fundamentado na Perícia Médica do Município, com início a partir de 01/09/2024 e término 31/12/2024.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de 01/09/2024, revogadas as disposições em contrário.

VIVIANE HALATENO

Secretária Adjunta de Provimento e Folha de Pagamento

Portaria n°. 81/2024

SECRETARIA MUN. DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO EXTRATO DO CONTRATO Nº 076/2024 - PORTARIA SMFAU Nº 249/ 2024 - FISCAL DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 076/2024.

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder/MT.

Contratado: **EDUARDO DA SILVA FERNANDES LTDA.** Modalidade de Licitação: **Concorrência Pública n.º 007/2024.** Objeto: **CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PA-**

RA EXECUÇÃO DE OBRA DE REVITALIZAÇÃO DA AVENIDA IVO CARNELOS, NO MUNICÍPIO DE COLÍDER-MT - TERMO DE CONVÊNIO Nº 1053-2021 SINFRA/MT. **Valor Global: R$ 736.090,79** (setecentos e trinta e seis mil, noventa reais e setenta e nove centavos). **Vigência:** 14/08/2024 até 14/08/2025.

PORTARIA SMFAU Nº 249/2024 - FISCAL DE CONTRATO

O Secretário Municipal de Fazenda, Administração e Urbanismo do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Devanil Oliveira Da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores:**CLAUDIOMIRO PEREIRA DOS SANTOS** (Titular) e **SERGIO DORINI FILHO** (Suplente), fiscais do Contrato nº 076/2024, ao qual representarão a Administração Municipal perante a CONTRATADA e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Contratado: **EDUARDO DA SILVA FERNANDES LTDA. Vigência:** 14/08/2024 até 14/08/2025. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 205/GP/2024

PORTARIA Nº205/GP/2024, DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

"INSTITUI E NOMEIA A COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO E APLICAÇÃO DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS A EMPRESA EMPORIO 77 LTDA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT e Lei Nº 14.133/2021;

Considerando o Comunicado Interno nº. 121/CONTRATOS/ADM/2024, de 09 de agosto de 2024;

Considerando a Lei Municipal nº. 1.168/2024e,o disposto no artigo 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

RESOLVE:

ART. 1º - Fica instaurado Processo Administrativo para apuração de conduta e aplicação de sanções administrativas a EMPRESA EMPÓRIO 77 LTDA, devidamente inscrita no CNPJ nº. 13.430.713/0001-37, referente ao Pregão Eletrônico 04/2024 – que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, EM CONFORMIDADE COM A EMENDA PARLAMENTAR DE Nº. 14089.404000-1200-02, TRANSFERENCIAS ESPECIAIS COM OS CÓDIGOS DE PLANO DE AÇÃO Nº. 09032022-015932 E Nº. 09032023-032949, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE COLNIZA/MT, nomear para compor a Comissão Processante, os seguintes membros:

Presidente: Fabiola da Silva Trombetta – matricula nº. 7724-2

Membro Secretário: Roselaine Cardoso Daniel – matricula nº. 3039-3

Membro: Jonathan Ubirajara Oleano – matricula nº. 1731-2

ART. 2º - O Processo Administrativo deverá estar concluído em até 90 (noventa) dias da sua instauração, podendo ser prorrogado por igual período mediante justificativa.

ART. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, 14 de agosto de 2024.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 14 de agosto de 2024.

ELVIRA MUND DA COSTA
SEC. ADJUNTA DE ADMINISTRAÇÃO

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

ZACARIAS ANTUNES MAGALHAES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

LICITAÇÃO-CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 5.262/2024

A Prefeitura Municipal de Colniza - MT faz saber aos interessados que se fará LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO, cujo o objeto é a "AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETAS ZERO KM PARA APOIAR AS ATIVIDADES DESEMPENHADAS PELOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE COLNIZA, EM CONFORMIDADE COM A EMENDA PARLAMENTAR Nº 244/2024. " Rege a presente licitação, a Lei nº. 14.133/21 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia 27 de agosto de 2024 às 09h:00min (horário de Brasília), através da Plataforma BLL COMPRAS, no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Colniza – MT no endereço Av. dos Pinhais nº 207, Centro, Colniza - MT. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de licitação, solicitado pelo e-mail: licitacao@colniza.mt.gov.br, no site da BLL COMPRAS www.bllcompras.com, ou através do link http://170.79.84.5:8079/comprasedital/. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone (066) 3571-1000.

Colniza - MT, 14 de agosto de 2024.

MAKAULLI GOMES DE SOUZA

Agente de Contratação/Pregoeiro Oficial

Matrícula 7360-1

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 058/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: SAGA PANTANAL COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ n° 08.860.168/0001-89, sediada a Avenida da Feb, Lote Manga nr, 1533, Bairro Ponte Nova, Várzea Grande-MT, CEP 78.115-806, neste ato representada por **ALEX MINAS NOVAS.**

OBJETO RESUMIDO DO CONTRATO: **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE CONVÊNIO Nº 1572-2023, E COM A APLICAÇÃO DOS SALDOS DE RENDIMENTOS FINANCEIROS FEDERAIS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS SECRETARIAS DE ESPORTES E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE COLNIZA/MT. VALOR DO CONTRATO: R$ 127.900,00 (cento e vinte e sete mil e novecentos reais)**

DATA DA EMISSÃO: 13/08/2024

DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA: 14/08/2024

DATA DO VENCIMENTO: 14/08/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2024

O Agente de Contratação, a Sra. **Vanderson da Silva Santos**, da Prefeitura Municipal de Comodoro-MT, torna público aos interessados, o aviso de contratação direta por Inexigibilidade de Licitação nº. 012/2024 PUBLICADO e HOMOLOGADO no dia 14/08/2024, cujo, consagrou-se vencedora a licitante:

SUPERCIA CAPACITAÇÃO E MARKETING LTDA – CNPJ 11.128.083/0001-15

VALOR HOMOLOGADO: R$ 1.980,00

Comodoro - MT, 14 de Agosto de 2024.

VANDERSON DA SILVA SANTOS

Agente de Contratação

TERMO ADITIVO Nº153/2024

QUARTO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO Nº153/2024 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRA Nº110/2023

DATA: 09/08/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: C.P FERRAZ LOCAÇÕES DE MAQUINAS E CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO: ADITIVO DE SUPRESSÃO, NO VALOR DE R$ 331.758,52 (TREZENTOS E TRINTA E UM MIL, SETECENTOS E CINQÜENTA E OITO REAIS E CINQÜENTA E DOIS CENTAVOS) DO **CONTRATO Nº 110/2023** REFERENTE À "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE COMODORO-MT, **CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 867078/2018**, CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS." NOS TERMOS DA LEI 8.666/93.

TERMO ADITIVO Nº154/2024

SEXTO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO Nº154/2024 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRA Nº 111/2023

DATA: 09/08/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: C.P FERRAZ LOCAÇÕES DE MAQUINAS E CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO: ADITIVO DE SUPRESSÃO DO CONTRATO Nº 111/2023 REFERENTE À "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM VIAS URBANAS DE COMODORO-MT, INICIANDO NA REGIÃO LESTE DA CIDADE NAS RUAS EUCLIDES BORGO, CASSEMIRO DO VALE E PINHALZINHO E FINALIZANDO NA REGIÃO NORTE DA CIDADE NA RUA SUZETE, **CONTRATO DE REPASSE Nº 858684/2017" NO VALOR DE R$ 1.884,27** (MIL OITOCENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS) NOS TERMOS DA LEI 8.666/93.

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO - PORTARIA Nº 039/2024

PORTARIA Nº 039/2024 DE 14/08/2024

WENDER BIER DE SOUZA**,** Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2023/2024, no uso das atribuições que lhe confere a Lei,

R E S O L V E

Art. 1º. Conceder férias a servidora TAMILLY FERREIRA SANTOS, Servidora comissionada no cargo de Assessora Parlamentar, referente ao período aquisitivo de 01/02/2023 a 31/01/2024; a ser fracionada em dois períodos: 1º período de 02 a 16 de setembro de 2024, 2º período de 16 a 30 de outubro de 2024, conforme estabelece o art. 38, §§ 4º e 5º da Lei Municipal nº 1.328/2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos catorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro.

Registre-se e Publique-se:

Wender Bier de Souza - **Presidente Biênio 2023/2024**

Antoninho Vardelei Camera - 2ª Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO - PORTARIA Nº 040/2024

PORTARIA Nº 040/2024 DE 14/08/2024

WENDER BIER DE SOUZA**,** Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2023/2024, no uso das atribuições que lhe confere a Lei,

R E S O L V E

Art. 1º. Conceder férias ao servidor SIDNEI DE PAULA, Agente Legislativo de Segurança desta Edilidade, referente ao período aquisitivo de 12/01/2023 a 11/01/2024; a ser fracionada em dois períodos: 1º período de 02 a 11 de setembro de 2024, 2º período de 01 a 10 de outubro de 2024, e 10 (dez) dias de abono pecuniário, conforme estabelece o art. 38, §§ 4º e 5º c/c art. 40 da Lei Municipal nº 1.328/2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos catorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro.

Registre-se e Publique-se:

Wender Bier de Souza - **Presidente Biênio 2023/2024**

Antoninho Vardelei Camera - 2ª Secretário

DECRETO Nº 25/2024 DE: 14.08.2024

"Dispõe sobre a aprovação do parcelamento do solo urbano denominado "Loteamento Praças de Comodoro II",

e dá outras providencias."

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o que consta do processo administrativo n. 028P/SEPLAN/2024, de 21/06/2024, no qual o requerente PRAÇAS DE COMODORO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA -EPP, requer a aprovação do Loteamento denominado "Loteamento Praças de Comodoro II", encravado no lote de terras denominado "FAZENDA COMODORO – Parte 02", com área de 9,963 ha (nove hectares, noventa e seis ares e trinta centiares), registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, na matrícula nº 15.194, de 20 de março de 2024;

Considerando que o referido processo tramitou pelos órgãos competentes desta Administração Municipal, obtendo parecer técnico favorável à aprovação do loteamento, em conformidade com mapas e memoriais descritivos constantes do processo administrativo nº 028P/SEPLAN/2024;

Considerando que o loteamento se encontra em área do perímetro urbano;

Considerando que o parcelamento contém as características de um loteamento, destinado a residências e comércios, em conformidade com a Lei Municipal 1.268/2010 e com a Lei Federal nº 6766/79 – Lei do Parcelamento do solo Urbano tais como: a existência de uma Gleba, a divisão em lotes destinados a edificação, e aberturas de logradouros públicos e área de reserva legal;

Considerando que todas as unidades possuem sua frente para um logradouro público e que o sistema viário existente, quais sejam: o conjunto de vias e respectivas conexões, acessos e transversais, destinados à circulação de pessoas e veículos, foram vistoriados e reconhecidos pelo Poder Público Municipal;

Considerando, ainda, que a Gleba a ser loteada, não se encontra em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, não foi aterrada com material nocivo a saúde pública as condições ecológicas do terreno são próprias para edificação e, finalmente, não está localizada em área de preservação ecológica e está dotada de condições sanitárias para a sua aprovação;

Considerando, que o processo obedece a todas as disposições da Lei Federal nº 6766/79 – Lei do Parcelamento do Solo Urbano, Lei Federal nº 10. 257/2011- Estatuto das Cidades e Lei Municipal 1.268/2010, através do Plano Diretor do Município de Comodoro;

Considerando, finalmente, que a SEPLAN expediu Licença Prévia no processo nº 032P/SEPLAN/2024.

DECRETA

Art. 1º. Fica aprovado o loteamento denominado PRAÇAS DE COMODORO I, com área de 9,9630 ha (nove hectares, noventa e seis ares e trinta centiares), registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, na matrícula nº 15.193, de 20 de março de 2024, de propriedade da empresa PRAÇAS DE COMODORO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA -EPP, neste ato representado pela sócia Sra. **LUCIMARA COUTO SOUZA,** brasileira, solteira, maior, administradora de empresas, RG-609.669 SESDC/RO, CPF MF 665.382.202-82, residente e domiciliado na Rua Ademir Gomes nº 668N, Bairro Reserva Park, na cidade de Comodoro – MT, conforme projetos, e requerimentos juntados aos autos do processo administrativo nº 028P/SEPLAN/2024 e segundo os demais que integram o processo, nas condições abaixo especificadas:

I. Área total do loteamento: 99.630,00 m2, (noventa e nove mil, seiscentos e trinta metros quadrados);

II. Área total do parcelamento: 99.630,00 m2, (noventa e nove mil, seiscentos e trinta metros quadrados);

III. Área das quadras e lotes: 58.423,69 m2 (cinquenta e oito mil, quatrocentos e vinte e três vírgula sessenta e nove metros quadrados);

IV. Área do arruamento: 28.161,20 m2 (vinte e oito mil, cento e sessenta e um vírgula vinte metros quadrados);

V. Total área Publica: 41.206,31 m2 (quarenta e um mil, duzentos e seis vírgula e trinta e um metros quadrados);

VI. Total área Verde: 10.041,81 m2 (dez mil, quarenta e um vírgula oitenta e um metros quadrados);

VII. Área Mínima dos lotes: 300,00m2 (trezentos metros quadrados);

VIII. Testada mínima permitida por lotes: 10,00m (dez metros);

IX. Nº de Lotes: 187 (cento e oitenta e sete);

X. Nº Quadras: 17 (dezessete), e

XI. Nº de Lotes Públicos: 03 (três).

Art. 2º. O Município poderá através da Secretaria Municipal de Planejamento realizar novos estudos topográficos, a fim de confirmar os levantamentos já realizados pelo proprietário do loteamento denominado “Loteamento Reserva Park”, aprovado neste ato, e caso seja constatada alguma diferença no parcelamento, devera o loteador fazer a devida compensação, afim de que sejam cumpridas as determinações da Lei Federal nº 6.766/79, sem prejuízos das sanções previstas na referida Lei.

Art. 3º. O loteador se compromete a implantar a seguinte infraestrutura no loteamento:

I. Abertura, terraplanagem, e pavimentação das vias de circulação;

II. Demarcação das quadras, lotes e áreas públicas;

III. Rede para abastecimento de água potável em todos os lotes;

IV. Rede de esgotamento sanitário em todos os lotes;

V. Rede de drenagem pluvial, onde necessário, e

VI. Implantação da rede de energia elétrica domiciliar e pública.

Parágrafo único. O loteador tem o prazo Máximo de 04 (quatro) anos, com vencimento previsto em 21 de julho de 2028 para realizar as obras e serviços de infraestrutura no loteamento, podendo esse prazo ser prorrogado por mais quatro anos por motivos de chuvas prolongadas, suspensão de fornecimento de serviços públicos, ou motivo de força maior, conforme previsto em lei, após a publicação do presente decreto, caso contrário o Poder Público Municipal poderá decretar a nulidade do ato de aprovação do projeto, alienar os imóveis de que tratam o art. 3º, ou incorporá-los ao patrimônio municipal e realizar as obras às suas expensas.

Art. 4º. O proprietário-loteador dá em garantia para a execução das obras e serviços de infraestrutura no loteamento os lotes abaixo descriminados, os quais correspondem a 30 % (trinta por cento) do total de lotes, conforme exigido pela Lei Federal n. 6.766/79:

Lotes a Caucionar:

RELAÇÃO DE LOTES CAUCIONADOS PRAÇAS DE COMODORO 02											
QD 01	**QD 02**	**QD 03**	**QD 04**	**QD 05**	**QD 06**	**QD 08**	**QD 09**	**QD 10**	**QD 11**	**QD 12**	**QD 13**
LT 01	LT 03	LT 02	LT 03	LT 02	LT 02	LT 02	LT 08	LT 06	LT 07	LT 13	LT 25
		LT 05	LT 05	LT 03	LT 03	LT 03	LT 09	LT 10	LT 08	LT 14	LT 26
			LT 06	LT 05			LT 10	LT 14	LT 09	LT 15	

			LT 07				LT 11	LT 15	LT 12	LT 16	
			LT 08				LT 12	LT 16	LT 13	LT 17	
							LT 13	LT 17	LT 14	LT 18	
							LT 14	LT 18	LT 15	LT 21	
							LT 16	LT 21	LT 16	LT 22	
							LT 17	LT 25	LT 17	LT 23	
									LT 18		
									LT 19		
	56 LOTES CAUCIONADOS										

Parágrafo Único. Os lotes acima descritos são em número de 56 que deverão ser caucionados em hipoteca de 1º grau em nome do município de Comodoro-MT, quando do Registro no Cartório de Registro de Imóveis e Anexos desta Comarca, tudo em conformidade com o artigo 18, inciso V da lei Federal nº 6766/1979.

Art. 5º. O Loteador deverá registrar a aprovação deste loteamento no prazo Máximo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 6º. Ficará destinado a equipamento comunitário do Município Área de equipamento Publico: 3.003,30 (três mil e três metros quadrados e trinta decímetros quadrados).

Art. 7º. Encaminha-se o projeto à Secretaria competente do Município para que o setor de cadastro imobiliário tome as devidas providências legais, com o objetivo de lançamento do Imposto e Territorial Urbano – IPTU, sobre os lotes encravados no loteamento.

Art. 8º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 14 dias do mês de agosto de 2024.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

TERMO DE ERRATA CONTRATO Nº100/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO/MT

TERMO DE ERRATA

FOI PUBLICADO NO DIA 14 DE JUNHO DE 2023, NA PÁGINA 200, DO JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO, O EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 100/2023.

Onde se lê:

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº100/2023

DATA: 06/06/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COMODORO/MT

CONTRATADA: RODRIGO GEAN FRITSCH- ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÁQUINAS (ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, MOTONIVELADORA PÁ CARREGADEIRA, ROLO COMPACTADOR CAMINHÃO COMBOIO DE ABASTECIMENTO, CAMINHÃO PIPA E CAMINHÃO BASCULANTE) CONFORME A NECESSIDADE DA SECRETARIA MINICIPAL DE OBRAS.

DOTAÇÃO: 09.03.1.088.3.3.90.39.00.00.00.00 2500- OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS (1377)

09.03.1.088.3.3.90.39.00.00.00.00 2759 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS (1177)

Leia-se:

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº100/2023

DATA: 06/06/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COMODORO/MT

CONTRATADA: RODRIGO GEAN FRITSCH- ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAMINHÕES CAÇAMBAS COM MOTORISTAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS.

TERMO ADITIVO Nº155/2024

SÉTIMO TERMO ADITIVO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO Nº155/2024 AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº003/2023

DATA: 12/08/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: AVIN CONSTRUTORA LTDA

OBJETO: ADITIVO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO, DO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA N°003/2023 TENDO COMO OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA CIVIL DO TIPO REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DARCY RIBEIRO DO MUNICIPIO DE COMODORO, CONFORME PROJETO BASICO, PLANILHA ORÇAMENTARIA E MEMORIAL, **VIGORANDO DE 12/08/2024 A 10/11/2024.**

TERMO ADITIVO Nº156/2024

QUARTO TERMO ADITIVO REEQUILIBRIO Nº156/2024 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRA Nº005/2023

DATA: 12/08/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: AMPLA CONSTRUÇÕE E EMPEENDIMENTOS LTDA

OBJETO: ACRESCIMO DE 19,26% DO CONTRATO Nº005/2023, REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRA “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE DOS SERVIÇOS REMANESCENTES PARA CONSLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DE ESCOLA COM 06 SALAS DE AULAS NO BAIRRO SÃO FRANCISCO DE ASSIS, NO MUNICIPIO DE COMODORO, EM ATENDIMENTO AO **TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 22525/2014**, CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS”, EQUIVALENTE AO **VALOR DE R$ 250.484,48** (DUZENTOS E CINQUENTA MIL QUATROCENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS).

SICONFI RREO 3º BIMESTRE

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Comodoro - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	116.716.631,67	116.716.631,67	26.916.311,03	23,06	74.714.051,23	64,01	42.002.580,44
RECEITAS CORRENTES	113.628.381,67	113.628.381,67	27.255.405,37	23,99	74.638.707,59	65,69	38.989.674,08
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	8.610.340,18	8.610.340,18	2.568.519,87	29,83	7.302.805,12	84,81	1.307.535,06
Impostos	8.001.884,38	8.001.884,38	2.382.957,74	29,78	6.434.052,84	80,41	1.567.831,54
Taxas	608.455,80	608.455,80	185.562,13	30,50	868.752,28	142,78	-260.296,48
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	8.086.000,00	8.086.000,00	3.393.126,76	41,96	11.055.054,29	136,72	-2.969.054,29
Contribuições Sociais	7.686.000,00	7.686.000,00	3.115.777,88	40,54	10.205.607,42	132,78	-2.519.607,42
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	371,18	0,00	1.673,82	0,00	-1.673,82
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	400.000,00	400.000,00	276.977,70	69,24	847.773,05	211,94	-447.773,05
RECEITA PATRIMONIAL	307.122,50	307.122,50	285.855,13	93,08	1.547.412,01	503,84	-1.240.289,51
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	307.122,50	307.122,50	285.855,13	93,08	847.412,01	275,92	-540.289,51
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00	0,00	-700.000,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	96.416.739,52	96.416.739,52	20.921.004,19	21,70	54.486.220,87	56,51	41.930.518,65
Transferências da União e de suas Entidades	35.773.169,38	35.773.169,38	7.043.564,52	19,69	18.696.549,99	52,26	17.076.619,39
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	37.828.671,69	37.828.671,69	10.245.077,41	27,08	25.485.128,78	67,37	12.343.542,91
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	22.814.898,45	22.814.898,45	3.632.362,26	15,92	10.304.542,10	45,17	12.510.356,35
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	208.179,47	208.179,47	86.899,42	41,74	247.215,30	118,75	-39.035,83
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	160.683,75	160.683,75	37.049,32	23,06	122.714,16	76,37	37.969,59
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	22.495,72	22.495,72	28.427,96	126,37	103.079,00	458,22	-80.583,28
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	25.000,00	25.000,00	21.422,14	85,69	21.422,14	85,69	3.577,86

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Comodoro - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: 3º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	3.088.250,00	3.088.250,00	-339.094,34	-10,98	75.343,64	2,44	3.012.906,36
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.088.250,00	3.088.250,00	-339.094,34	-10,98	75.343,64	2,44	3.012.906,36
Transferências da União e de suas Entidades	3.052.125,00	3.052.125,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.052.125,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	36.125,00	36.125,00	-358.833,22	-993,31	0,00	0,00	36.125,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	19.738,88	0,00	75.343,64	0,00	-75.343,64
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	5.451,61	0,00	42.308,92	0,00	-42.308,92
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	116.716.631,67	116.716.631,67	26.921.762,64	23,07	74.756.360,15	64,05	41.960.271,52
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	116.716.631,67	116.716.631,67	26.921.762,64	23,07	74.756.360,15	64,05	41.960.271,52
DÉFICIT (VI)							
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	116.716.631,67	116.716.631,67	26.921.762,64	23,07	74.756.360,15	64,05	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	107.521.920,42	111.046.192,42	24.815.719,00	72.325.717,05	38.720.475,37	23.911.081,82	62.400.421,90	48.645.770,52	61.020.955,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Comodoro - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: 3º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS CORRENTES	96.299.460,30	102.486.776,67	23.487.227,31	68.059.529,59	34.427.247,08	22.128.582,91	58.309.801,82	44.176.974,85	57.168.317,63	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	42.236.822,00	50.985.399,40	12.180.305,78	35.291.222,52	15.694.176,88	12.178.390,02	35.289.306,76	15.696.092,64	34.663.107,09	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	11.200,00	11.200,00			11.200,00			11.200,00		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	54.051.438,30	51.490.177,27	11.306.921,53	32.768.307,07	18.721.870,20	9.950.192,89	23.020.495,06	28.469.682,21	22.505.210,54	
DESPESAS DE CAPITAL	10.322.460,12	7.659.415,75	1.328.491,69	4.266.187,46	3.393.228,29	1.782.498,91	4.090.620,08	3.568.795,67	3.852.637,37	
INVESTIMENTOS	10.322.460,12	7.659.415,75	1.328.491,69	4.266.187,46	3.393.228,29	1.782.498,91	4.090.620,08	3.568.795,67	3.852.637,37	
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	900.000,00	900.000,00			900.000,00			900.000,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	7.063.840,00	6.867.540,00	1.080.649,23	4.202.202,18	2.665.337,82	1.080.649,23	4.202.202,18	2.665.337,82	3.674.400,64	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	114.585.760,42	117.913.732,42	25.896.368,23	76.527.919,23	41.385.813,19	24.991.731,05	66.602.624,08	51.311.108,34	64.695.355,64	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	114.585.760,42	117.913.732,42	25.896.368,23	76.527.919,23	41.385.813,19	24.991.731,05	66.602.624,08	51.311.108,34	64.695.355,64	
SUPERÁVIT (XIII)							8.153.736,07		10.061.004,51	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	114.585.760,42	117.913.732,42	25.896.368,23	76.527.919,23		24.991.731,05	74.756.360,15		74.756.360,15	
RESERVA DO RPPS										

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	5.451,61	0,00	42.308,92	0,00	-42.308,92
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Comodoro - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: 3º bimestre

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	5.451,61	0,00	42.308,92	0,00	-42.308,92
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	5.451,61	0,00	42.308,92	0,00	-42.308,92
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	5.451,61	0,00	42.308,92	0,00	-42.308,92
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Comodoro - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: 3º bimestre

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra-Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	7.063.840,00	6.867.540,00	1.080.649,23	4.202.202,18	2.665.337,82	1.080.649,23	4.202.202,18	2.665.337,82	3.674.400,64	
DESPESAS CORRENTES	6.263.840,00	6.861.540,00	1.080.649,23	4.202.202,18	2.659.337,82	1.080.649,23	4.202.202,18	2.659.337,82	3.674.400,64	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.263.840,00	6.861.540,00	1.080.649,23	4.202.202,18	2.659.337,82	1.080.649,23	4.202.202,18	2.659.337,82	3.674.400,64	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	800.000,00	6.000,00			6.000,00			6.000,00		
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	800.000,00	6.000,00			6.000,00			6.000,00		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Comodoro - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2024
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2024
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Comodoro - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	109.527.920,42	113.047.320,42	24.815.719,00	72.325.717,05	94,51	40.721.603,37	23.911.081,82	62.400.421,90	93,69	50.646.898,52	
Legislativa	4.500.000,00	4.500.000,00	646.628,43	1.951.202,77	2,55	2.548.797,23	652.825,44	1.922.409,29	2,89	2.577.590,71	
Ação Legislativa	4.500.000,00	4.500.000,00	646.628,43	1.951.202,77	2,55	2.548.797,23	652.825,44	1.922.409,29	2,89	2.577.590,71	
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	11.261.826,38	12.236.326,38	2.265.420,42	8.066.125,15	10,54	4.170.201,23	2.389.223,96	6.797.157,81	10,21	5.439.168,57	
Planejamento e Orçamento	2.337.000,00	2.137.000,00	378.852,12	1.020.664,75	1,33	1.116.335,25	315.128,73	851.738,43	1,28	1.285.261,57	
FU04 - Administração Geral	6.610.800,00	6.800.800,00	1.383.664,24	4.863.830,93	6,36	1.936.969,07	1.410.041,00	4.106.191,05	6,17	2.694.608,95	
Administração Financeira	1.236.126,38	1.514.126,38	322.674,22	1.000.568,63	1,31	513.557,75	358.580,06	953.197,46	1,43	560.928,92	
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos	35.000,00	35.000,00				35.000,00				35.000,00	
Administração de Receitas	480.000,00	1.198.000,00	162.729,84	978.834,57	1,28	219.165,43	259.991,70	768.573,38	1,15	429.426,62	
Administração de Concessões											
Comunicação Social	125.000,00	117.500,00	17.500,00	105.606,27	0,14	11.893,73	7.712,47	21.512,49	0,03	95.987,51	
FU04 - Demais Subfunções	437.900,00	433.900,00	0,00	96.620,00	0,13	337.280,00	37.770,00	95.945,00	0,14	337.955,00	
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	4.378.600,00	5.076.700,00	988.115,64	2.369.700,52	3,10	2.706.999,48	895.495,46	2.112.970,77	3,17	2.963.729,23	
Assistência ao Idoso	204.350,00	218.350,00	53.251,45	64.254,58	0,08	154.095,42	53.386,45	63.039,58	0,09	155.310,42	
Assistência ao Portador de Deficiência	84.270,00	84.270,00				84.270,00				84.270,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.586.182,50	1.997.682,50	397.663,34	914.114,66	1,19	1.083.567,84	395.172,78	854.114,58	1,28	1.143.567,92	
Assistência Comunitária	2.503.797,50	2.776.397,50	537.200,85	1.391.331,28	1,82	1.385.066,22	446.936,23	1.195.816,61	1,80	1.580.580,89	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Comodoro - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral											
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	7.841.000,00	7.841.000,00	1.704.933,52	4.824.957,67	6,30	3.016.042,33	1.689.199,92	4.778.369,33	7,17	3.062.630,67	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	7.841.000,00	7.841.000,00	1.704.933,52	4.824.957,67	6,30	3.016.042,33	1.689.199,92	4.778.369,33	7,17	3.062.630,67	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	25.426.608,14	27.298.608,14	5.480.185,26	18.153.565,47	23,72	9.145.042,67	5.106.650,34	15.356.760,34	23,06	11.941.847,80	
Atenção Básica	11.158.401,36	11.226.101,36	1.958.990,54	7.160.155,76	9,36	4.065.945,60	1.925.036,21	5.935.938,38	8,91	5.290.162,98	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	8.868.688,88	9.136.188,88	2.214.770,74	6.607.459,71	8,63	2.528.729,17	1.827.033,06	5.356.283,91	8,04	3.779.904,97	
Suporte Profilático e Terapêutico	407.812,28	677.912,28	49.892,95	393.288,36	0,51	284.623,92	72.593,96	326.269,36	0,49	351.642,92	
Vigilância Sanitária	365.519,20	504.519,20	73.102,99	162.731,13	0,21	341.788,07	72.219,32	156.013,61	0,23	348.505,59	
Vigilância Epidemiológica	1.022.417,16	1.528.417,16	255.733,18	788.229,26	1,03	740.187,90	265.312,87	776.551,09	1,17	751.866,07	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	3.603.769,26	4.225.469,26	927.694,86	3.041.701,25	3,97	1.183.768,01	944.454,92	2.805.703,99	4,21	1.419.765,27	
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho	992.000,00	992.000,00	0,00	960.000,00	1,25	32.000,00	344.562,47	716.069,28	1,08	275.930,72	
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	960.000,00	960.000,00	0,00	960.000,00	1,25	0,00	344.562,47	716.069,28	1,08	243.930,72	
Relações de Trabalho	32.000,00	32.000,00				32.000,00				32.000,00	
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	30.939.753,90	30.722.951,59	8.122.271,93	21.441.375,76	28,02	9.281.575,83	8.145.126,46	19.897.864,01	29,88	10.825.087,58	
Ensino Fundamental	18.029.502,40	21.891.402,22	6.451.921,09	16.803.660,63	21,96	5.087.741,59	6.609.607,26	15.742.335,26	23,64	6.149.066,96	
Ensino Médio	3.499.000,00	456.376,11				456.376,11				456.376,11	
Ensino Profissional											
Ensino Superior	255.000,00	0,00				0,00				0,00	
Educação Infantil	7.805.325,70	5.837.480,66	927.052,29	3.143.269,87	4,11	2.694.210,79	935.953,59	3.007.681,45	4,52	2.829.799,21	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial	498.000,00	629.466,80	545.466,80	545.466,80	0,71	84.000,00	218.186,84	218.186,84	0,33	411.279,96	
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	150.304,00	255.604,00	31.847,55	99.953,14	0,13	155.650,86	31.847,55	99.953,14	0,15	155.650,86	
FU12 - Demais Subfunções	702.621,80	1.652.621,80	165.984,20	849.025,32	1,11	803.596,48	349.531,22	829.707,32	1,25	822.914,48	
Cultura	472.282,00	1.967.884,31	1.179.648,14	1.756.841,40	2,30	211.042,91	814.185,10	1.145.452,28	1,72	822.432,03	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	222.282,00	1.956.253,16	1.179.648,14	1.756.841,40	2,30	199.411,76	814.185,10	1.145.452,28	1,72	810.800,88	
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções	250.000,00	11.631,15				11.631,15				11.631,15	
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	11.778.453,69	11.064.453,69	1.818.932,33	5.865.718,24	7,66	5.198.735,45	2.022.035,90	4.971.327,43	7,46	6.093.126,26	
Infra-Estrutura Urbana	10.106.453,69	10.106.453,69	1.742.841,74	5.667.841,41	7,41	4.438.612,28	1.945.945,31	4.773.450,60	7,17	5.333.003,09	
Serviços Urbanos	1.672.000,00	958.000,00	76.090,59	197.876,83	0,26	760.123,17	76.090,59	197.876,83	0,30	760.123,17	
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação	176.250,00	176.250,00				176.250,00				176.250,00	
Habitação Rural											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Comodoro - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana	176.250,00	176.250,00				176.250,00				176.250,00	
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	953.750,00	313.750,00	298.500,00	298.500,00	0,39	15.250,00				313.750,00	
Saneamento Básico Rural	452.500,00	312.500,00	298.500,00	298.500,00	0,39	14.000,00				312.500,00	
Saneamento Básico Urbano	301.250,00	1.250,00				1.250,00				1.250,00	
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções	200.000,00	0,00				0,00				0,00	
Gestão Ambiental	142.000,00	30.000,00				30.000,00				30.000,00	
Preservação e Conservação Ambiental	15.000,00	15.000,00				15.000,00				15.000,00	
Controle Ambiental	127.000,00	15.000,00				15.000,00				15.000,00	
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	2.528.000,00	2.732.500,00	1.025.185,90	1.829.271,36	2,39	903.228,64	531.730,35	1.132.419,45	1,70	1.600.080,55	
Abastecimento											
Extensão Rural	1.188.250,00	1.544.250,00	666.769,20	1.185.242,21	1,55	359.007,79	274.330,04	734.277,79	1,10	809.972,21	
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária	1.155.750,00	906.250,00	307.259,87	499.135,86	0,65	407.114,14	206.243,48	253.248,37	0,38	653.001,63	
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções	184.000,00	282.000,00	51.156,83	144.893,29	0,19	137.106,71	51.156,83	144.893,29	0,22	137.106,71	
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços											
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações	211.000,00	131.000,00	5.914,30	17.914,11	0,02	113.085,89	5.914,30	17.914,11	0,03	113.085,89	
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Comodoro - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções	211.000,00	131.000,00	5.914,30	17.914,11	0,02	113.085,89	5.914,30	17.914,11	0,03	113.085,89	
Energia	681.500,00	624.500,00	26.848,20	226.523,26	0,30	397.976,74	28.983,29	209.903,62	0,32	414.596,38	
Conservação de Energia											
Energia Elétrica	681.500,00	624.500,00	26.848,20	226.523,26	0,30	397.976,74	28.983,29	209.903,62	0,32	414.596,38	
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	4.768.196,31	5.294.696,31	993.607,71	3.966.540,62	5,18	1.328.155,69	961.004,00	2.792.140,49	4,19	2.502.555,82	
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	4.768.196,31	5.294.696,31	993.607,71	3.966.540,62	5,18	1.328.155,69	961.004,00	2.792.140,49	4,19	2.502.555,82	
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	1.251.500,00	1.100.500,00	259.527,22	597.480,72	0,78	503.019,28	324.144,83	549.663,69	0,83	550.836,31	
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	1.091.500,00	1.040.500,00	259.527,22	597.480,72	0,78	443.019,28	324.144,83	549.663,69	0,83	490.836,31	
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções	160.000,00	60.000,00				60.000,00				60.000,00	
Encargos Especiais	325.200,00	44.200,00				44.200,00				44.200,00	
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna	11.200,00	11.200,00				11.200,00				11.200,00	
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções	314.000,00	33.000,00				33.000,00				33.000,00	
Reserva de Contingência	900.000,00	900.000,00				900.000,00				900.000,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	7.063.840,00	6.867.540,00	1.080.649,23	4.202.202,18	5,49	2.665.337,82	1.080.649,23	4.202.202,18	6,31	2.665.337,82	
TOTAL (III) = (I + II)	116.591.760,42	119.914.860,42	25.896.368,23	76.527.919,23	100,00	43.386.941,19	24.991.731,05	66.602.624,08	100,00	53.312.236,34	

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	7.063.840,00	6.867.540,00	1.080.649,23	4.202.202,18	5,49	2.665.337,82	1.080.649,23	4.202.202,18	6,31	2.665.337,82	
Legislativa	300.000,00	300.000,00	27.582,82	84.752,10	0,11	215.247,90	27.582,82	84.752,10	0,13	215.247,90	
Ação Legislativa	300.000,00	300.000,00	27.582,82	84.752,10	0,11	215.247,90	27.582,82	84.752,10	0,13	215.247,90	
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Comodoro - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∥ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∥ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	664.500,00	802.200,00	131.412,54	525.250,26	0,69	276.949,74	131.412,54	525.250,26	0,79	276.949,74	
Planejamento e Orçamento	223.000,00	223.000,00	27.364,32	107.367,49	0,14	115.632,51	27.364,32	107.367,49	0,16	115.632,51	
FU04 - Administração Geral	259.500,00	396.700,00	78.747,92	328.158,78	0,43	68.541,22	78.747,92	328.158,78	0,49	68.541,22	
Administração Financeira	103.000,00	103.500,00	12.491,68	41.825,58	0,05	61.674,42	12.491,68	41.825,58	0,06	61.674,42	
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas	70.000,00	70.000,00	12.808,62	47.898,41	0,06	22.101,59	12.808,62	47.898,41	0,07	22.101,59	
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções	9.000,00	9.000,00				9.000,00				9.000,00	
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	153.000,00	262.500,00	43.551,55	165.598,43	0,22	96.901,57	43.551,55	165.598,43	0,25	96.901,57	
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	65.000,00	80.500,00	8.368,82	34.352,23	0,04	46.147,77	8.368,82	34.352,23	0,05	46.147,77	
Assistência Comunitária	88.000,00	182.000,00	35.182,73	131.246,20	0,17	50.753,80	35.182,73	131.246,20	0,20	50.753,80	
FU08 - Administração Geral											
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	20.000,00	20.000,00				20.000,00				20.000,00	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	20.000,00	20.000,00				20.000,00				20.000,00	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	1.310.100,00	1.692.100,00	315.299,53	1.232.021,29	1,61	460.078,71	315.299,53	1.232.021,29	1,85	460.078,71	
Atenção Básica	781.000,00	1.043.000,00	179.823,73	707.901,21	0,93	335.098,79	179.823,73	707.901,21	1,06	335.098,79	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	60.100,00	120.100,00	21.076,12	80.467,16	0,11	39.632,84	21.076,12	80.467,16	0,12	39.632,84	
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária	21.000,00	21.000,00	8.173,30	19.409,19	0,03	1.590,81	8.173,30	19.409,19	0,03	1.590,81	
Vigilância Epidemiológica	95.000,00	155.000,00	31.239,60	124.599,60	0,16	30.400,40	31.239,60	124.599,60	0,19	30.400,40	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	353.000,00	353.000,00	74.986,78	299.644,13	0,39	53.355,87	74.986,78	299.644,13	0,45	53.355,87	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Comodoro - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∥ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∥ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho	2.000,00	2.000,00				2.000,00				2.000,00	
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho	2.000,00	2.000,00				2.000,00				2.000,00	
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	3.473.240,00	3.313.240,00	453.555,94	1.774.983,50	2,32	1.538.256,50	453.555,94	1.774.983,50	2,67	1.538.256,50	
Ensino Fundamental	2.280.000,00	2.280.000,00	345.435,34	1.354.370,26	1,77	925.629,74	345.435,34	1.354.370,26	2,03	925.629,74	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	1.086.240,00	986.240,00	108.120,60	420.613,24	0,55	565.626,76	108.120,60	420.613,24	0,63	565.626,76	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial	100.000,00	40.000,00				40.000,00				40.000,00	
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	7.000,00	7.000,00				7.000,00				7.000,00	
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	10.000,00	10.000,00				10.000,00				10.000,00	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	10.000,00	10.000,00				10.000,00				10.000,00	
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	208.000,00	253.000,00	65.246,76	249.508,64	0,33	3.491,36	65.246,76	249.508,64	0,37	3.491,36	
Infra-Estrutura Urbana	200.000,00	243.000,00	63.479,56	242.889,12	0,32	110,88	63.479,56	242.889,12	0,36	110,88	
Serviços Urbanos	8.000,00	10.000,00	1.767,20	6.619,52	0,01	3.380,48	1.767,20	6.619,52	0,01	3.380,48	
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação											
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento											
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental											
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Comodoro - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	20.000,00	97.500,00	23.751,41	87.828,89	0,11	9.671,11	23.751,41	87.828,89	0,13	9.671,11	
Abastecimento											
Extensão Rural	13.000,00	79.000,00	18.475,18	69.757,78	0,09	9.242,22	18.475,18	69.757,78	0,10	9.242,22	
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária	3.000,00	6.500,00	1.656,74	6.496,35	0,01	3,65	1.656,74	6.496,35	0,01	3,65	
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções	4.000,00	12.000,00	3.619,49	11.574,76	0,02	425,24	3.619,49	11.574,76	0,02	425,24	
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços											
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações	5.000,00	5.000,00				5.000,00				5.000,00	
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções	5.000,00	5.000,00				5.000,00				5.000,00	
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	70.000,00	70.000,00	12.401,10	51.525,83	0,07	18.474,17	12.401,10	51.525,83	0,08	18.474,17	
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	70.000,00	70.000,00	12.401,10	51.525,83	0,07	18.474,17	12.401,10	51.525,83	0,08	18.474,17	
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	28.000,00	34.000,00	7.847,58	30.733,24	0,04	3.266,76	7.847,58	30.733,24	0,05	3.266,76	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Comodoro - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/I) b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/I) d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	28.000,00	34.000,00	7.847,58	30.733,24	0,04	3.266,76	7.847,58	30.733,24	0,05	3.266,76	
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	800.000,00	6.000,00				6.000,00				6.000,00	
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna	800.000,00	6.000,00				6.000,00				6.000,00	
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Comodoro - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2024
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2024
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Comodoro - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	Evolução da Receita Corrente Líquida													
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2024
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		
Especificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	9.701.289,35	11.079.635,49	10.831.278,66	13.943.770,09	11.844.716,45	16.161.543,60	13.391.948,09	12.281.175,99	13.026.764,84	13.311.094,11	15.820.118,16	13.874.495,07	155.267.829,90	118.829.665,12
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.218.557,76	2.602.799,89	1.628.998,39	2.052.800,80	1.560.788,00	2.682.724,78	799.155,59	1.344.572,33	2.868.583,47	2.549.248,79	2.291.791,03	1.773.158,96	24.373.179,79	11.851.281,88
IPTU	299.414,88	255.074,69	246.079,06	246.875,34	301.075,78	218.010,19	113.139,91	532.599,74	1.955.388,12	501.356,94	376.828,70	316.502,74	5.362.346,09	3.235.595,51
ISS	1.027.485,45	632.480,33	1.198.215,14	651.975,14	605.123,77	619.891,97	438.678,75	354.374,75	701.114,14	1.224.208,41	547.328,87	565.383,85	8.566.260,57	2.693.196,57
ITBI	639.171,58	188.064,39	76.450,57	348.710,11	479.908,32	208.836,63	61.919,02	79.878,54	54.152,05	54.933,93	179.895,68	724.571,15	3.096.491,97	1.800.000,00
IRRF	163.380,37	1.438.826,05	40.907,25	735.010,17	113.293,07	1.562.457,69	32.779,06	40.818,01	49.589,09	677.050,37	1.104.718,11	64.158,76	6.022.988,00	3.471.185,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	89.105,48	88.354,43	67.346,37	70.230,04	61.387,06	73.528,30	152.638,85	336.901,29	108.340,07	91.699,14	83.019,67	102.542,46	1.325.093,16	651.304,80
Contribuições	112.789,82	107.874,05	125.645,24	112.088,31	142.720,18	140.968,35	2.894.432,29	1.591.951,43	1.594.370,22	1.581.173,59	1.742.626,59	1.650.500,17	11.797.140,24	8.086.000,00
Receita Patrimonial	152.782,70	153.351,66	128.059,49	139.171,94	133.686,93	132.353,41	844.965,26	124.882,91	135.521,27	156.187,44	144.515,70	141.339,43	2.286.818,14	307.122,50
Rendimentos de Aplicação Financeira	152.782,70	153.351,66	128.059,49	139.171,94	133.686,93	132.353,41	144.965,26	124.882,91	135.521,27	156.187,44	144.515,70	141.339,43	1.686.818,14	307.122,50
Outras Receitas Patrimoniais							700.000,00						700.000,00	
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita de Serviços														
Transferências Correntes	7.208.736,87	9.129.793,08	8.621.377,52	11.571.025,73	9.978.368,31	12.571.193,17	8.801.444,50	9.185.127,52	8.393.722,62	8.985.327,92	11.593.509,51	10.270.272,42	116.309.899,17	96.377.081,27
Cota-Parte do FPM	1.424.489,69	1.628.592,30	1.417.922,31	1.541.917,52	2.000.583,16	3.177.066,43	2.197.425,40	2.987.951,31	1.862.823,78	1.953.829,74	2.273.031,82	2.440.857,18	24.906.490,64	22.864.102,50
Cota-Parte do ICMS	2.979.799,40	3.330.114,43	3.341.217,53	3.376.053,57	3.301.144,28	3.196.549,80	3.364.422,21	3.145.016,01	3.088.408,29	3.088.165,08	3.007.228,13	3.241.632,88	38.459.751,61	32.992.365,33
Cota-Parte do IPVA	229.219,07	208.014,52	136.642,56	101.301,02	91.261,04	89.401,39	179.159,13	223.052,74	212.442,66	292.677,39	627.223,77	516.817,91	2.907.213,20	1.713.960,00
Cota-Parte do ITR	19.505,17	119.123,50	194.336,33	1.886.981,74	420.194,50	650.657,25	306.725,15	31.491,06	104.065,67	100.751,52	29.220,59	60.028,49	3.923.080,97	4.003.738,49
Transferências da LC nº 61/1989	10.865,54	10.746,88	11.440,33	16.516,55	11.954,64	11.503,78	19.800,13	19.759,72	14.733,56	25.735,65	30.990,01	9.541,55	193.588,34	
Transferências do FUNDEB	1.479.441,44	1.636.141,03	1.594.775,51	1.773.443,59	1.680.503,01	2.088.441,16	1.722.354,49	1.772.469,16	1.561.795,98	1.615.560,21	1.737.812,32	1.894.549,94	20.557.287,84	22.814.898,45
Outras Transferências Correntes	1.065.416,56	2.197.060,42	1.925.042,95	2.874.811,74	2.472.727,68	3.357.573,36	1.011.557,99	1.065.387,52	1.549.452,68	1.908.608,33	3.888.002,87	2.106.844,47	25.362.486,57	13.988.016,50
Outras Receitas Correntes	8.422,20	-914.183,19	327.198,02	68.683,31	29.153,03	634.303,89	51.950,45	34.641,80	34.567,26	39.156,37	47.675,33	39.224,09	400.792,56	208.179,47
DEDUÇÕES (II)							3.029.421,99	2.196.293,66	1.976.732,14	2.013.233,85	2.232.864,65	2.219.933,56	13.668.479,85	12.307.283,45
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência							1.819.875,76	918.791,59	923.184,23	926.149,25	1.025.781,46	966.386,75	6.580.169,04	6.881.000,00
Compensações Financ. entre Regimes Previdência											19.742,47	1.679,67	21.422,14	25.000,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários														200.000,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB							1.209.546,23	1.277.502,07	1.053.547,91	1.087.084,60	1.187.340,72	1.251.867,14	7.066.888,67	5.201.283,45
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	9.701.289,35	11.079.635,49	10.831.278,66	13.943.770,09	11.844.716,45	16.161.543,60	10.362.526,10	10.084.882,33	11.050.032,70	11.297.860,26	13.587.253,51	11.654.561,51	141.599.350,05	106.522.381,67
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	9.701.289,35	11.079.635,49	10.831.278,66	13.943.770,09	11.844.716,45	16.161.543,60	10.362.526,10	10.084.882,33	11.050.032,70	11.297.860,26	13.587.253,51	11.654.561,51	141.599.350,05	106.522.381,67
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	139.920,00	139.920,00	145.200,00	145.200,00	145.200,00	272.844,00							988.284,00	
(-) Transferências da União relativas a remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)							172.876,00	158.144,00	158.144,00	158.144,00	158.144,00	158.144,00	963.596,00	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	9.561.369,35	10.939.715,49	10.686.078,66	13.798.570,09	11.699.516,45	15.888.699,60	10.189.650,10	9.926.738,33	10.891.888,70	11.139.716,26	13.429.109,51	11.496.417,51	139.647.470,05	106.522.381,67

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Comodoro - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2024
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2024
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	7.106.000,00	6.172.113,15
Receita de Contribuições dos Segurados	3.440.500,00	2.882.752,26
Ativo	3.440.500,00	2.876.654,09
Inativo		6.098,17
Pensionista		
Receita de Contribuições Patronais	3.440.500,00	3.267.938,75
Ativo	3.440.500,00	3.267.938,75
Inativo		
Pensionista		
Receita Patrimonial	200.000,00	
Receitas Imobiliárias		
Receitas de Valores Mobiliários	200.000,00	
Outras Receitas Patrimoniais		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Correntes	25.000,00	21.422,14
Compensação Financeira entre os Regimes	25.000,00	21.422,14
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)		
Demais Receitas Correntes		
RECEITAS DE CAPITAL (III)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		
Amortização de Empréstimos		
Outras Receitas de Capital		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II)	7.106.000,00	6.172.113,15

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Comodoro - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2024
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas	-	-	-	-	-
Benefícios		4.231.841,81	4.231.841,81	4.231.841,81	
Aposentadorias		3.595.375,80	3.595.375,80	3.595.375,80	
Pensões por Morte		636.466,01	636.466,01	636.466,01	
Outras Despesas Previdenciárias					
Compensação Financeira entre os Regimes					
Demais Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)		4.231.841,81	4.231.841,81	4.231.841,81	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)	7.106.000,00	1.940.271,34	1.940.271,34	1.940.271,34	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Comodoro - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Reserva Orçamentária do RPPS	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Aportes de Recursos para o Fundo em Capitalização do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Fundo em Capitalização do RPPS	-
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Capitalização)	Período de Referência
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Capitalização)	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas	-	-
RECEITAS CORRENTES (VII)		
Receita de Contribuições dos Segurados		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita de Contribuições Patronais		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita Patrimonial		
Receitas Imobiliárias		
Receitas de Valores Mobiliários		
Outras Receitas Patrimoniais		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Correntes		
Compensação Financeira entre os Regimes		
Demais Receitas Correntes		
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		
Amortização de Empréstimos		
Outras Receitas de Capital		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Comodoro - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2024
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas	-	-	-	-	-
Benefícios					
Aposentadorias					
Pensões por Morte					
Outras Despesas Previdenciárias					
Compensação Financeira entre os Regimes					
Demais Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)					
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)					

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Comodoro - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2024
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Aportes de Recursos para o Fundo em Repartição do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Fundo em Repartição do RPPS	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Repartição)	Período de Referência
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Repartição)	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas da Administração - RPPS	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas da Administração - RPPS	-	-
RECEITAS CORRENTES		429.478,03
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)		429.478,03

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Comodoro - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2024
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas da Administração - RPPS	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas da Administração - RPPS	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (XIII)	944.547,52	592.791,38	546.500,48	546.500,48	
Pessoal e Encargos Sociais	396.819,20	333.179,80	331.512,20	331.512,20	
Demais Despesas Correntes	547.728,32	259.611,58	214.988,28	214.988,28	
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	65.324,48	324,48	27,04	27,04	
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	1.009.872,00	593.115,86	546.527,52	546.527,52	
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)	-1.009.872,00	-163.637,83	-117.049,49	-117.049,49	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Comodoro - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2024
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Bens e Direitos - Administração do RPPS	Período de Referência
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos - Administração do RPPS	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	-	-
Contribuições dos Servidores		
Demais Receitas Previdenciárias		
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Comodoro - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2024
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	-	-	-	-	-
Aposentadorias					
Pensões					
Outras Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)					
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)					

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Comodoro - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2024
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2024
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	Receita Orçamentária	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2024
		RECEITAS REALIZADAS (a)
Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	-	-
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	105.717.381,67	64.411.678,03
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.610.340,18	7.302.805,12
IPTU	3.235.595,51	3.795.816,15
ISS	2.693.196,57	3.831.088,77
ITBI	1.800.000,00	1.155.350,37
IRRF	3.471.185,00	1.969.113,40
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-2.589.636,90	-3.448.563,57
Contribuições	400.000,00	849.446,87
Receita Patrimonial	107.122,50	1.547.412,01
Aplicações Financeiras (II)	107.122,50	847.412,01
Outras Receitas Patrimoniais		700.000,00
Transferências Correntes	96.416.739,52	54.486.220,87
Cota-Parte do FPM	22.864.102,50	13.715.919,23
Cota-Parte do ICMS	32.992.365,33	18.934.872,60
Cota-Parte do IPVA	1.713.960,00	2.051.373,60
Cota-Parte do ITR	4.003.738,49	632.282,48
Transferências da LC nº 61/1989		120.560,62
Transferências do FUNDEB	22.814.898,45	10.304.542,10
Outras Transferências Correntes	12.027.674,75	8.726.670,24
Demais Receitas Correntes	183.179,47	225.793,16
Outras Receitas Financeiras (III)		
Receitas Correntes Restantes	183.179,47	225.793,16
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = (I - (II + III))	105.610.259,17	63.564.266,02
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	7.711.000,00	10.227.029,56
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	200.000,00	
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	3.088.250,00	117.652,56
Operações de Crédito (VIII)		
Amortização de Empréstimos (IX)		
Alienação de Bens		42.308,92
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)		
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)		
Outras Alienações de Bens		42.308,92
Transferências de Capital	3.088.250,00	75.343,64
Convênios	3.042.125,00	
Outras Transferências de Capital	46.125,00	75.343,64
Outras Receitas de Capital		
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)		
Outras Receitas de Capital Primárias		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = (VII - (VIII + IX + X + XI + XII))	3.088.250,00	117.652,56
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)		
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)		
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	116.409.509,17	73.908.948,14
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	108.698.509,17	63.681.918,58

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Comodoro - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	Despesa Orçamentária						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2024					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	103.503.769,15	67.437.098,58	57.733.661,71	56.064.375,98	141.514,05	41.088,05	41.088,05
Pessoal e Encargos Sociais	52.550.120,20	34.928.403,09	34.928.154,93	33.774.153,72	90.795,06		
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	11.200,00						
Outras Despesas Correntes	50.942.448,95	32.508.695,49	22.805.506,78	22.290.222,26	50.718,99	41.088,05	41.088,05
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	103.492.569,15	67.437.098,58	57.733.661,71	56.064.375,98	141.514,05	41.088,05	41.088,05
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	5.844.547,52	4.824.633,19	4.778.342,29	4.778.342,29		30.285,35	30.285,35
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)							
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	7.600.091,27	4.265.862,98	4.090.593,04	3.852.610,33	93.128,39	3.898,00	3.898,00
Investimentos	7.594.091,27	4.265.862,98	4.090.593,04	3.852.610,33	93.128,39	3.898,00	3.898,00
Inversões Financeiras							
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)							
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XXVII)	6.000,00						
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = (XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII))	7.594.091,27	4.265.862,98	4.090.593,04	3.852.610,33	93.128,39	3.898,00	3.898,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	900.000,00						
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	65.324,48	324,48	27,04	27,04			
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)							
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	117.896.532,42	76.527.919,23	66.602.624,08	64.695.355,64	234.642,44	75.271,40	75.271,40
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	111.986.660,42	71.702.961,56	61.824.254,75	59.916.986,31	234.642,44	44.986,05	44.986,05

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Comodoro - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2024
	VALOR
Resultado Primário - Acima da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = (XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc))	8.903.678,66
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = (XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc))	3.485.303,78

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Primário	Meta Fixada na LDO
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Primário	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Juros Nominais	Até o Bimestre / 2024
	VALOR INCORRIDO
Juros Nominais	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	847.412,01
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2024
	VALOR
Resultado Nominal - Acima da Linha	-
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	4.332.715,79

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	Saldo	
	Em 31/12/2023 (a)	Até o Bimestre 2024 (b)
Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	267.644,46	
DEDUÇÕES (XL)	17.268.405,88	24.170.493,77
Disponibilidade de Caixa	17.268.405,88	24.170.493,77
Disponibilidade de Caixa Bruta	19.278.642,25	26.571.909,41
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	291.736,41	3.259,96
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.718.499,96	2.398.155,68
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-17.000.761,42	-24.170.493,77

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Abaixo da Linha	Até o Bimestre / 2024
	VALOR
Resultado Nominal - Abaixo da Linha	-
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	7.169.732,35

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Nominal	Meta Fixada na LDO
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Nominal	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Ajuste Metodológico	Até o Bimestre / 2024
	VALOR
Ajuste Metodológico	-
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	-288.476,45
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	
OUTROS AJUSTES (XLIX)	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = (XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLIX))	6.881.255,90

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Comodoro - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2024
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Abaixo da Linha	Até o Bimestre / 2024
	VALOR
Resultado Primário - Abaixo da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	6.033.843,89

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Informações Adicionais	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Informações Adicionais	-
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2024
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Comodoro - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão	Poder/Órgão											
	Poder/Órgão											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L = (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+ b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2023 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2023 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	54.734,01	237.002,40	234.642,44		57.093,97	5.211,61	84.675,60	75.271,40	75.271,40		14.615,81	71.709,78
PODER EXECUTIVO	54.734,01	237.002,40	234.642,44		57.093,97	5.211,61	84.675,60	75.271,40	75.271,40		14.615,81	71.709,78
PODER LEGISLATIVO												
Câmara Municipal												
Tribunal de Contas do Município												
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
TOTAL (III) = (I + II)	54.734,01	237.002,40	234.642,44		57.093,97	5.211,61	84.675,60	75.271,40	75.271,40		14.615,81	71.709,78

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão - Intra	Poder/Órgão - Intra											
	Poder/Órgão Intra											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L = (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2023 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2023 (g)					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
PODER EXECUTIVO												
PODER LEGISLATIVO												
Câmara Municipal												
Tribunal de Contas do Município												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Comodoro - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2024
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2024
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Impactos das Contratações de PPP	Especificação de PPP	
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL ATÉ O BIMESTRE
Impactos das Contratações de PPP	-	-
TOTAL DE ATIVOS		
Ativos Constituídos pela SPE		
TOTAL DE PASSIVOS		
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE		
Provisões de PPP		
Outros Passivos		
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Obrigações Contratuais		
Riscos não Provisionados		
Garantias Concedidas		
Outros Passivos Contingentes		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Comodoro - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2024
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1)

Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A Contratar (I.2)

Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A contratar (I.2)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes (II.1)

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes - Contratadas (II.1)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não Dependentes - A contratar (II.2)

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes - A Contratar (II.2)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DO ENTE FEDERADO (I) = (I.1 + I.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE = (I)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Comodoro - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2024
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Balanço Orçamentário	Valores
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	116.716.631,67
Previsão Atualizada	116.716.631,67
Receitas Realizadas	74.756.360,15
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	
DESPESAS	
Dotação Inicial	114.585.760,42
Dotação Atualizada	117.913.732,42
Despesas Empenhadas	76.527.919,23
Despesas Liquidadas	66.602.624,08
Despesas Pagas	64.695.355,64
Superávit Orçamentário	8.153.736,07

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas por Função/Subfunção	Valores
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	76.527.919,23
Despesas Liquidadas	66.602.624,08

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	141.599.350,05
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	141.599.350,05
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	139.647.470,05

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Valores
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	6.172.113,15
Despesas Previdenciárias Empenhadas	4.231.841,81
Despesas Previdenciárias Liquidadas	4.231.841,81
Despesas Previdenciárias Pagas	4.231.841,81
Resultado Previdenciário	1.940.271,34
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Empenhadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Despesas Previdenciárias Pagas	
Resultado Previdenciário	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Resultados Primário e Nominal	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Primário e Nominal	-	-	-
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha		3.485.303,78	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha		7.169.732,35	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Comodoro - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: 3º bimestre

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	291.736,41	0,00	234.642,44	57.093,97
Poder Executivo	291.736,41	0,00	234.642,44	57.093,97
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	89.887,21	0,00	75.271,40	14.615,81
Poder Executivo	89.887,21	0,00	75.271,40	14.615,81
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	381.623,62	0,00	309.913,84	71.709,78

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino			
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica			
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil			
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito		
Despesa de Capital Líquida		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receitas da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Comodoro - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2024
	Período de referência: 3º bimestre

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Notas Explicativas	Valores 30/06/2024
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 37/2024.

APOSTILAMENTO DE INCLUSÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIA AO CONTRATO **Nº 37/2024.**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Confresa-MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 - Centro, nesta cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, portador do RG 0875190-0 SSP/MT e CPF 535.561.191-53.

CONTRATADA: RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI - CNPJ: 12.313.826/0001-90

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LAVANDERIA HOSPITALAR E CESSÃO DE EQUIPAMENTO DOSADOR EM REGIME DE COMODATO COM AUTOMAÇÃO DE DRENO E ENTRADA DE ÁGUA E CPU COM CAIXA PARA 05 BOMBAS, DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DA LAVANDERIA DO HOSPITAL MUNICIPAL DE CONFRESA/MT.

OBJETO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento ao **Contrato nº 37/2024,** tem o objetivo de Inclusões de Dotações Orçamentária e remanejamento de valor, **Processo Licitatório nº 097/2022** na modalidade de **Pregão Eletrônico nº 026/2022.** Conforme Solicitação no **Oficio nº 2628/SMS/2024.**

REDUZIR DOTAÇÃO:

CÓDIGO REDUZIDO: 384

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA: 55 – HOSPITAL MUNICIPAL

AÇÃO: 2.061 – MANUTENÇÃO ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

ELEMENTO: 3390300000 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE RECURSO: 16210000603

VALOR R$ 118.935,86

INSERIR DOTAÇÃO:

CÓDIGO REDUZIDO: 383

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA: 55 – HOSPITAL MUNICIPAL

AÇÃO: 2.061 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

ELEMENTO DESPESA: 3390300000 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE RECURSO: 1.500.1002000

VALOR R$ 118.935,86

SIST.	DESCRIÇÃO	QTD	UND	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
16455	DETERGENTE LIQUIDO DE PRE LAVAGEM-PARA LAVANDEIRA PROFISISONAL	48	BOMBONA 50	EXIMIA	706,2753	33.900,21
16456	ATIVADOR ALCALINO BB50L ATIVADOR ALCALINO LIQUIDO, DE FORMULA	48	BOMBONA 50	EXIMIA	495,9622	23.806,19
16457	NEUTRALIZADOR DE CLORO RESIDUAL BB50L	06	BOMBONA 50	EXIMIA	462,4795	2.774,88
16458	ALVEJANTE PARA AREA HOSPITALAR – CATEGORIA BÁSICA	48	BOMBONA 50	EXIMIA	646,4848	31.031,27
16459	AMACIANTE PRINCIPIO ATIVO DE CLORETO DE CETIL TRIMETIL AM	48	BOMBONA 50	EXIMIA	571,2982	27.422,31
VALOR TOTAL:						**R$ 118.935,86**

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Municipal nº 961/2020, realiza-se o presente Apostilamento.

Para constar e surtir efeitos jurídicos, lavra-se o presente Termo de Apostilamento, com base no § 8º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo uma cópia juntada ao processo licitatório e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Confresa - MT, 12 de agosto de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Ronio Condão Barros Milhomem

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 143/2024, DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE EMPENHOS NÃO PROCESSADOS, QUE CONSTA EM RESTOS A PAGAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito do Município de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

Considerando que a nota de empenho constitui operação financeira de caráter contábil, visando à reserva de numerário para o pagamento de despesa comprometida dentro da dotação específica;

Considerando a solicitação de anulação/cancelamento das notas de Autorização de Despesa -NAD, por atraso no envio dos itens do ano de 2020, 2022 e 2023.

Considerando, por fim, que cabe a Administração Pública, face ao Princípio da Autotutela, revisar seus próprios atos e corrigi-los para o andamento regular contábil e financeiro;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica cancelado/anulado na dívida flutuante do Município o saldo de resto a pagar não processados que totaliza o valor de R$ 1.073.747,46 (UM MILHÃO E SETENTA E TRÊS MIL E SETECENTOS E QUARENTA E SETE REAIS E QUARENTA E SEIS CENTAVOS) conforme tabela em anexo.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário. **Publique-se, registre-se e cumpra-se.** Confresa-MT, em 14 de agosto de 2024. **RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM**

Prefeito Municipal

EXERCÍCIO: 2020 00000000385/2020	015.332.471-61	CLEONICE FELIX	6.908,00
		TOTAL:	**6.908,00**
EXERCÍCIO: 2022			
00000000435/2022	18.905.245/0001-23	JOSE NILTON DE FREITAS E CIA LTDA	13.362,00
00000002612/2022	11.291.278/0001-81	CADTEC 3D TREINAMENTOS PROJETOS E OBRAS LTDA	172.735,68
00000004114/2022	23.860.089/0001-61	PANIFICADORA ARTE SABOR LTDA	399,60
00000004170/2022	30.981.531/0001-73	HM CIRÚRGICA LTDA	18.147,81
00000005340/2022	18.009.871/0001-31	PANTANAL GESTAO E TECNOLOGIA LTDA	4.570,00
00000005371/2022	30.981.531/0001-73	HM CIRÚRGICA LTDA	911,37
00000006205/2022	30.981.531/0001-73	HM CIRÚRGICA LTDA	168,02

00000006277/2022	03.817.702/0001-50	VOLUS INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	8,36
00000006278/2022	03.817.702/0001-50	VOLUS INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	67.650,49
00000006279/2022	03.817.702/0001-50	VOLUS INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	12.156,75
00000006282/2022	03.817.702/0001-50	VOLUS INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	3,93
00000006284/2022	03.817.702/0001-50	VOLUS INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	1.144,28
00000006290/2022	03.817.702/0001-50	VOLUS INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	43.925,80
00000006348/2022	05.340.639/0001-30	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA	12.771,23
00000006361/2022	05.340.639/0001-30	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA	0,20
00000006419/2022	31.422.683/0001-07	PUBLIC SOLUCOES EM TECNOLOGIA E GESTAO LTDA	1.250,00
00000006421/2022	31.422.683/0001-07	PUBLIC SOLUCOES EM TECNOLOGIA E GESTAO LTDA	1.250,00
00000007109/2022	09.315.996/0001-07	COMERCIAL MARK ATACADISTA EIRELI	737,15
00000007112/2022	30.981.531/0001-73	HM CIRÚRGICA LTDA	4.226,03
00000007117/2022	05.443.348/0001-77	CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	9.504,00
00000007221/2022	12.313.826/0001-90	RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PROD	3.246,50
00000007738/2022	29.858.443/0001-08	TATIELLY DA SILVA A. FERRARI EIRELI	53,84
00000007817/2022	44.120.619/0001-05	COMERCIO E REPRESENTACOES VARDASCA LTDA	234,50
00000007872/2022	03.595.984/0001-99	JR LACERDA MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	7,12
00000007897/2022	09.315.996/0001-07	COMERCIAL MARK ATACADISTA EIRELI	108,10
00000007900/2022	30.981.531/0001-73	HM CIRÚRGICA LTDA	8.718,71
00000007905/2022	45.822.500/0001-47	ZOOM COMERCIAL SUDESTE LTDA	209,00
00000007906/2022	39.468.225/0001-02	DIA DE FESTA EMBALAGENS LTDA	420,00
00000007909/2022	37.200.096/0001-41	CF COMERCIO ATACADISTA E REPRESENTACAO DE SUPR	5.110,75
00000007914/2022	09.313.600/0001-84	ALTASMIDIAS COMERCIAL LTDA.	2.045,16
00000007988/2022	30.981.531/0001-73	HM CIRÚRGICA LTDA	2.520,00
00000008107/2022	00.545.222/0001-90	PROFARM COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL H	685,60
00000008108/2022	30.981.531/0001-73	HM CIRÚRGICA LTDA	892,40
00000008181/2022	30.981.531/0001-73	HM CIRÚRGICA LTDA	18,00
00000008191/2022	13.333.523/0001-00	ORIGINAL SOLUCOES LTDA	408,00
00000008195/2022	45.822.500/0001-47	ZOOM COMERCIAL SUDESTE LTDA	364,74
00000008204/2022	37.200.096/0001-41	CF COMERCIO ATACADISTA E REPRESENTACAO DE SUPR	18,00
00000008530/2022	44.120.619/0001-05	COMERCIO E REPRESENTACOES VARDASCA LTDA	52,30
00000008600/2022	37.970.604/0001-70	C R VIEIRA PRODUTOS HOSPITALARES	1.868,00
00000008601/2022	30.981.531/0001-73	HM CIRÚRGICA LTDA	4.902,00
00000008604/2022	03.250.803/0001-92	FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	864,60
00000008622/2022	03.652.030/0001-70	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES	850,00
00000008624/2022	05.159.591/0001-68	PRO-REMEDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMAC	1.625,00
00000008625/2022	30.981.531/0001-73	HM CIRÚRGICA LTDA	777,20
00000008647/2022	00.545.222/0001-90	PROFARM COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL H	2.900,00
00000008648/2022	30.981.531/0001-73	HM CIRÚRGICA LTDA	1.474,20
00000008668/2022	12.889.035/0001-02	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	1.696,00
00000008681/2022	35.282.553/0001-69	RM 5 SOLAS LTDA	5.904,00
00000008885/2022	32.477.610/0001-77	KARYANNE RAPOSO CAMPBELL	1.500,00
00000009166/2022	03.817.702/0001-50	VOLUS INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	4,06
00000009178/2022	28.211.554/0001-57	MED TRABALHO LTDA	2.663,33
00000009303/2022	28.211.554/0001-57	MED TRABALHO LTDA	2.663,33
00000009343/2022	32.138.304/0001-06	INOVACOES COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTO	63,70
00000009397/2022	30.981.531/0001-73	HM CIRÚRGICA LTDA	5.169,68

00000009400/2022	28.418.133/0001-00	MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LT	2.962,80
00000009401/2022	12.313.826/0001-90	RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PROD	9.480,00
00000009482/2022	03.857.510/0001-78	FUNERARIA REZENDE LTDA	2.000,00
00000009488/2022	26.780.122/0001-31	W J SILVA LTDA	187,50
00000009501/2022	23.829.339/0001-09	INFINITI CONFECCAO LTDA	1.245,60
00000009506/2022	12.313.826/0001-90	RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PROD	250,74
00000009522/2022	26.457.348/0001-04	C.A. HOSPITALAR LTDA	225,90
00000009525/2022	09.315.996/0001-07	COMERCIAL MARK ATACADISTA EIRELI	1,00
00000009527/2022	03.250.803/0001-92	FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	164,16
00000009528/2022	03.250.803/0001-92	FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	14,84
00000009530/2022	03.536.156/0002-60	GEFTANY CALISTO SILVA	465,00
00000009702/2022	29.858.443/0001-08	TATIELLY DA SILVA A. FERRARI EIRELI	285,26
00000009812/2022	18.009.871/0001-31	PANTANAL GESTAO E TECNOLOGIA LTDA	430,00
00000009814/2022	05.443.348/0001-77	CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	13.696,00
00000009820/2022	29.858.443/0001-08	TATIELLY DA SILVA A. FERRARI EIRELI	6.864,56
00000009823/2022	09.644.019/0001-45	TREVO DISTRIBUIDORA E INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA	2.392,00
00000009919/2022	03.536.156/0002-60	GEFTANY CALISTO SILVA	1.085,00
00000009926/2022	03.536.156/0002-60	GEFTANY CALISTO SILVA	930,00
00000009932/2022	03.536.156/0002-60	GEFTANY CALISTO SILVA	155,00
00000009958/2022	29.858.443/0001-08	TATIELLY DA SILVA A. FERRARI EIRELI	25,90
00000010594/2022	29.858.443/0001-08	TATIELLY DA SILVA A. FERRARI EIRELI	42,00
00000010595/2022	29.858.443/0001-08	TATIELLY DA SILVA A. FERRARI EIRELI	591,70
00000010601/2022	29.858.443/0001-08	TATIELLY DA SILVA A. FERRARI EIRELI	4.662,56
00000010616/2022	05.443.348/0001-77	CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	17.800,00
00000010719/2022	30.981.531/0001-73	HM CIRÚRGICA LTDA	9.302,50
00000010735/2022	13.333.523/0001-00	ORIGINAL SOLUCOES LTDA	348,00
00000010739/2022	12.313.826/0001-90	RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PROD	1.092,00
		TOTAL:	**501.660,54**
EXERCÍCIO: 2023			
00000000710/2023	03.817.702/0001-50	VOLUS INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	30.360,00
00000004072/2023	11.291.278/0001-81	CADTEC 3D TREINAMENTOS PROJETOS E OBRAS LTDA	358.549,55
00000004221/2023	03.817.702/0001-50	VOLUS INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	9.343,00
00000004223/2023	03.817.702/0001-50	VOLUS INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	8.626,21
00000006596/2023	26.780.122/0001-31	W J SILVA LTDA	9.540,77
00000007066/2023	03.817.702/0001-50	VOLUS INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	2.206,00
00000007076/2023	03.817.702/0001-50	VOLUS INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	15.000,00
00000007367/2023	12.889.035/0001-02	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	166,00
00000007479/2023	12.313.826/0001-90	RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PROD	202,80
00000007509/2023	25.344.776/0001-50	OLIVEIRA E SILVA LTDA	1.490,00
00000008593/2023	13.333.523/0001-00	ORIGINAL SOLUCOES LTDA	1.846,16
00000008595/2023	12.313.826/0001-90	RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PROD	644,00
00000008598/2023	33.105.231/0001-19	N CARRER EIRELI	2.000,00
00000008601/2023	37.200.096/0001-41	CF COMERCIO ATACADISTA E REPRESENTACAO DE SUPR	316,50
00000008602/2023	37.200.096/0001-41	CF COMERCIO ATACADISTA E REPRESENTACAO DE SUPR	1.079,60
00000008853/2023	42.689.754/0001-40	YETKI MED IMPORTACAO,EXPORTACAO E DISTRIBUICAO	2.650,00
00000008948/2023	12.313.826/0001-90	RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PROD	439,50
00000008964/2023	37.200.096/0001-41	CF COMERCIO ATACADISTA E REPRESENTACAO DE SUPR	416,80
00000008965/2023	33.105.231/0001-19	N CARRER EIRELI	1.200,00
00000008994/2023	37.200.096/0001-41	CF COMERCIO ATACADISTA E REPRESENTACAO DE SUPR	1.371,50
00000009096/2023	18.905.245/0001-23	JOSE NILTON DE FREITAS E CIA LTDA	1,40
00000009814/2023	41.723.224/0001-09	J. PEREIRA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALAR	271,30
00000009844/2023	25.279.552/0001-01	DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA	84,75
00000009845/2023	42.689.754/0001-40	YETKI MED IMPORTACAO,EXPORTACAO E DISTRIBUICAO	2.250,00
00000009856/2023	12.889.035/0001-02	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	146,40
00000009868/2023	30.981.531/0001-73	HM CIRÚRGICA LTDA	2.362,72
00000009991/2023	47.169.415/0001-57	RAHIA COMERCIO DE SUPRIMENTOS E INFORMATICA LT	88,54
00000010061/2023	00.545.222/0001-90	PROFARM COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL H	229,37
00000010063/2023	37.205.854/0001-14	M B DE ARAUJO XAVIER - MBX PRODUTOS MEDICOS HOS	512,00
00000010066/2023	00.802.002/0001-02	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	572,40
00000010104/2023	28.820.255/0001-10	SUPREMA DENTAL IMPORTACAO,EXPORTACAO E COMERC	775,90
00000010827/2023	05.340.639/0001-30	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA	37,40

00000010828/2023	05.340.639/0001-30	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA	176,98
00000010830/2023	05.340.639/0001-30	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA	169,47
00000010854/2023	03.817.702/0001-50	VOLUS INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	5,46
00000010863/2023	03.817.702/0001-50	VOLUS INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	416,67
00000010864/2023	03.817.702/0001-50	VOLUS INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	416,67
00000010869/2023	26.877.656/0001-80	SOMA COMERCIO E SERVICOS LTDA	2.000,00
00000010915/2023	41.919.867/0001-22	MAXXIMUS MANUTENCAO E INSTALACAO LTDA	603,80
00000010936/2023	44.876.008/0001-91	MULT HOSP SOLUCOES HOSPITALARES LTDA	178,00
00000011006/2023	12.889.035/0001-02	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	146,40
00000011274/2023	41.792.229/0001-93	FHI ATIVIDADES DE TELEVISAO LTDA	2.112,00
00000011306/2023	12.889.035/0001-02	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	252,40
00000011327/2023	00.802.002/0001-02	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	120,00
00000011331/2023	94.389.400/0001-84	MCW PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	253,70
00000011332/2023	12.889.035/0001-02	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	149,40
00000011421/2023	10.226.940/0001-57	MARIA JOSE DOS REIS NETO	748,33
00000012025/2023	16.868.674/0001-42	DIPAR FERRAGENS LTDA	9.560,00
00000012097/2023	05.774.463/0001-24	ORIGINAL COMERCIO E SERVICOS LTDA	2.370,00
00000012125/2023	42.689.754/0001-40	YETKI MED IMPORTACAO,EXPORTACAO E DISTRIBUICAO	3.110,40
00000012130/2023	41.919.867/0001-22	MAXXIMUS MANUTENCAO E INSTALACAO LTDA	4.830,40
00000012226/2023	00.802.002/0001-02	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	600,00
00000012227/2023	44.876.008/0001-91	MULT HOSP SOLUCOES HOSPITALARES LTDA	112,20
00000012353/2023	00.802.002/0001-02	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1.516,75
00000012463/2023	07.847.837/0001-10	CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA	74,00
00000012573/2023	48.739.214/0001-00	INOVA MED SERVICOS EM SAUDE LTDA	1.925,97
00000012591/2023	09.179.444/0001-00	CENTRO AMERICA COMERCIO, SERVICO, GESTAO TECNO	1.550,00
00000012602/2023	39.707.683/0001-57	GTMED DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTO	705,00
00000013049/2023	09.179.444/0001-00	CENTRO AMERICA COMERCIO, SERVICO, GESTAO TECNO	276,00
00000013128/2023	26.877.656/0001-80	SOMA COMERCIO E SERVICOS LTDA	525,00
00000013151/2023	09.179.444/0001-00	CENTRO AMERICA COMERCIO, SERVICO, GESTAO TECNO	276,00
00000013154/2023	12.889.035/0001-02	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	1.647,36
00000013388/2023	40.951.414/0001-10	NF FARMACEUTICA E LOGISTICA LTDA	4.759,50
00000013393/2023	12.889.035/0001-02	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	99,60
00000013415/2023	26.877.656/0001-80	SOMA COMERCIO E SERVICOS LTDA	460,00
00000013416/2023	30.981.531/0001-73	HM CIRÚRGICA LTDA	1.837,44
00000013425/2023	26.877.656/0001-80	SOMA COMERCIO E SERVICOS LTDA	5.333,91
00000013438/2023	94.389.400/0001-84	MCW PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	5.092,90
00000013461/2023	25.344.776/0001-50	OLIVEIRA E SILVA LTDA	460,00
00000013463/2023	49.105.589/0001-81	MOTTIVA COMERCIO DE MATERIAIS DE ESCRITORIO LTD	3.235,76
00000013464/2023	10.226.940/0001-57	MARIA JOSE DOS REIS NETO	309,00
00000013515/2023	34.223.536/0001-98	LICITE SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES	2.154,95
00000013537/2023	03.817.702/0001-50	VOLUS INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	40.492,67
00000013543/2023	03.817.702/0001-50	VOLUS INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	180,00
00000013560/2023	03.817.702/0001-50	VOLUS INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	317,80
00000013563/2023	26.877.656/0001-80	SOMA COMERCIO E SERVICOS LTDA	2.380,00
00000013607/2023	41.792.229/0001-93	FHI ATIVIDADES DE TELEVISAO LTDA	264,00
00000013677/2023	05.340.639/0001-30	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA	41,81
00000013781/2023	12.889.035/0001-02	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	10,00
00000013786/2023	08.774.906/0001-75	HOSPDROGAS COMERCIAL LTDA	252,15
00000013787/2023	05.159.591/0001-68	PRO-REMEDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMAC	1.724,00
00000013818/2023	26.457.348/0001-04	C.A. HOSPITALAR LTDA	2.449,44
00000013823/2023	00.802.002/0001-02	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	420,46
00000013829/2023	44.876.008/0001-91	MULT HOSP SOLUCOES HOSPITALARES LTDA	798,00
00000013884/2023	94.389.400/0001-84	MCW PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	496,60

TOTAL DE 565.178,92 TOTAL GERAL 1.073.747,46

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

PORTARIA/DECRETO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 33/2024 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2023

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D´Oeste/MT, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº 648/2024, **CONVOCA** o(a)s candidato(a)s abaixo relacionado(a)s, classificado(a)s no Processo Seletivo Simplificado desta Prefeitura, objeto do Edital de Processo Seletivo Simplificado 003/2023, devidamente homologado, para apresentar os documentos descritos no item 9.2 do referido Edital, exigidos para o processo de contratação:

FUNÇÃO: PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA – 27 HORAS

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
31ª	0000220	GEUZILAINE ALVES DE SOUZA

1. Nos termos do item 9.4 do Edital de Processo Seletivo Simplificado 003/2023, os candidatos acima relacionados têm o prazo de 15 (quinze) dias para a apresentação dos documentos necessários à formalização da contratação temporária.

1.1. Perderá automaticamente o direito à contratação, o candidato que não apresentar os documentos exigidos para a contratação no prazo previsto no item anterior.

2. O contratado assumirá o desempenho de suas funções a partir da assinatura do contrato.

Gabinete da Prefeita, Conquista D'Oeste - MT, 14 de agosto de 2024.

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

CONTRATOS
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 004/2024

EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 004/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. º 505/2022

PREGÃO PRESENCIAL N. º 002/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. º 004/2023

OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E ESCRITÓRIO PARA AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO.

OBJETO DO TERMO DE ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA, O vencimento do Termo de Contrato passa a ser em 30/09/2024.

BASE LEGAL: Artigo 57 da Lei n.º 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE/MT - CNPJ n.º 08.257.279/0001-03.

CONTRATADA: ORIGINAL SOLUCOES LTDA - CNPJ n.º 13.333.523/0001-00.

DATA DE ASSINATURA: 30 de julho de 2024.

ASSINAM: MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO – Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste e ANA LUCIA ANACLETO – Representante Legal Contratada.

CONTRATOS
EXTRATO DO 3° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 066/2023

EXTRATO DO 3° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 066/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. º 542/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. º 016/2022

PREGÃO PRESENCIAL N. º 017/2022

OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE TECIDOS E AVIAMENTOS.

OBJETO DO TERMO DE ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA, O vencimento do Termo de Contrato passa a ser em 28/10/2024.

BASE LEGAL: Artigo 57 da Lei n.º 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE/MT - CNPJ n.º 08.257.279/0001-03.

CONTRATADA: CAROLINE DISTRIB DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS LTDA - CNPJ n.º 19.496.182/0001-61.

DATA DE ASSINATURA: 30 de julho de 2024.

ASSINAM: MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO – PREFEITA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE e CAROLINE DISTRIB DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS LTDA, BARBARA CAROLINE MACIEL PROVENZANO, Responsável Legal da CONTRATADA.

CONTRATOS
EXTRATO DO 3° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 067/2023

EXTRATO DO 3° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 067/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 542/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 017/2022

PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2022

OBJETO DO TERMO DE ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA, O vencimento do Termo de Contrato passa a ser em 28/10/2024.

BASE LEGAL: Artigo 57 da Lei n.º 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE/MT - CNPJ n.º 08.257.279/0001-03.

CONTRATADA: MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRÔNICOS EIRELI - CNPJ n.º 26.148.070/0001-85.

DATA DE ASSINATURA: 30 de julho de 2024.

ASSINAM: MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO – PREFEITA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE e MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRÔNICOS EIRELI, DAVI ANTONIO NETO, Responsável Legal da CONTRATADA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2024 – PREVI COTRI

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA, PARA PERMANÊNCIA DO RECEBIMENTO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ.

LEOCÁDIA GOMES PADILHA, Diretora Executiva do PREVI-COTRI de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei 692/2011 e portaria 014/2023.

Considerando o art. 12, § I e art. 100 da lei 692/2011 que dispõe da Dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Cotriguaçu/MT e, dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar para realização de perícia médica, a segurada abaixo relacionada, com data e horário de agendamento:

Nome	Data	Horário
MARIA APARECIDA SOUZA SILVESTRE	16/09/2024	11:00 horas
CARLOS ROBERTO SOARES	19/09/2024	11:00 horas
LUCIVAN PEREIRA GOMES	23/03/2024	11:00 horas
GISLAINE GONÇALVES DA SILVA	26/09/2024	11:00 horas
EDMILSON SILVA NASCIMENTO	30/09/2024	11:00 horas
MARIA APARECIDA SILVA MORAES	03/10/2024	11:00 horas
LEONILCE BARBOSA FONSECA	07/10/2024	11:00 horas
MARCI MATILDE PRANTE	10/10/2024	11:00 horas

Art. 2º O atendimento será realizado por médico perito contratado pelo Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos de Cotriguaçu, no endereço av. 24 de setembro, Nº 223, Centro Médico SEGMED – Segurança e Medicina do Trabalho – Município de Juruena – MT. Telefone (66) 3555-10-40. O ou celular (66) 98419-2743.

Publique-se, notifique-se, cumpra-se.

Cotriguaçu - MT, 14 de agosto de 2024.

Leocádia Gomes Padilha

Diretora Executiva do PREVI-COTRI

Portaria 014/2023

PORTARIA N. º 242/2024.

Concede Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, VALDIVINO MENDES DOS SANTOS, **no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art.** 81, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º CONCEDER, a partir 14 de agosto de 2024, Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição, à Senhora, MARLICE MARIA RIPPLINGER, Efetiva no cargo de Professor, inscrita no CPF/MF sob o n.º ***.627.011-**, residente e domiciliada no Município de Cotriguaçu-MT, em conformidade com a Lei 692/2011 que Dispõe Sobre a Reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Cotriguaçu – MT.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 14 de agosto de 2024.

Publique-se.

Notifique-se.

Cumpra-se.

VALDIVINO MENDES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

COMUNICADO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, por meio do **Departamento Central de licitações e Contratos,** sediado(a) sito na Avenida 20 de Dezembro, n.º 725, Bairro Centro, no Município de Cotriguaçu-MT, a intenção de realizar licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **Eletrônica**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 1.600, de 27 de março de 2023 e demais legislações aplicáveis. Cujo objeto é: "AQUISIÇÃO DE KITS LABORATORIAIS E INSUMOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE"**. Os órgãos públicos poderão manifestar interesse**pelo e-mail **licitacaocotrimt@gmail.com** à **Partir do dia 15 de agosto de 2024, até o dia 26 de agosto de 2024.** O Edital de **intenção de registro de preços** completo poderá ser verificado no site da Prefeitura https://transparencia.agilicloud.com.br/prefcotriguacu-mt/licitacoes/licitacao. Cotriguaçu-MT, 14 de agosto de 2024.

Gislaine de Souza Silvestre Krieser

Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 159/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**PLENITUDE ATACADISTA E VAREJISTA LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 36.838.236/0001-49**.**

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 65.880,00 (sessenta e cinco oitocentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 158/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**I. L. MENDES JUNIOR EIRELI** inscrita no CNPJ sob o nº 17.184.211/0001-24**.**

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 143.440,21 (cento e quarenta e três mil quatrocentos e quarenta reais e vinte e um centavo).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 157/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**REPREMIG REPRESENTAÇÃO E COMERCIO DE MINAS GERAIS LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 65.149.197/0002-51**.**

VALOR TOTAL DA ATA: **R$ 220.481,00**(duzentos e vinte mil quatrocentos e oitenta e um reais).

VIGÊNCIA: **12 (doze) meses.**

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 156/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**GUAPUI COMERCIO DE MOVEIS EIRELI** inscrita no CNPJ sob o nº 24.321.932/0001-02**.**

VALOR TOTAL DA ATA: **R$ 378.818,50** (trezentos e setenta e oito reais oitocentos e dezoito reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA: **12 (doze) meses.**

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 155/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**OLMI INFORMATICA LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 00.789.321/0001-17**.**

VALOR TOTAL DA ATA: **R$ 935.423,0000** (novecentos e trinta e cinco mil quatrocentos e vinte e três reais).

VIGÊNCIA: **12 (doze) meses.**

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 154/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**LF COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E REPRESENTAÇÕES LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 22.328.534/0001-84**.**

VALOR TOTAL DA ATA: R$ R$ 58.283,48 (cinquenta e oito mil duzentos e oitenta e três reais e quarenta e oito centavos).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 153/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**OP QUIRINO DISTRIBUIDORA EIRELI - ME** inscrita no CNPJ sob o nº 22.228.679/0001-03

VALOR TOTAL DA ATA: **R$ 38.420,20**(trinta e oito mil quatrocentos e vinte reais e vinte centavos).

VIGÊNCIA: **12 (doze) meses.**

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 152/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**STUDIO COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 08.710.871/0001-00**.**

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 670.303,0000(seiscentos e setenta mil trezentos e três reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 151/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**MILANFLEX INDUSTRIA E COM.DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA**

inscrita no CNPJ sob o nº 86.729.324/0002-61**.**

VALOR TOTAL DA ATA: **R$ 430.650,0000**(quatrocentos e trinta seiscentos e ciquenta reais).

VIGÊNCIA: **12 (doze) meses.**

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 150/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**JVM COPIADORAS E INFORMÁTICA LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 06.128.710/0001-88**.**

VALOR TOTAL DA ATA: **R$ 27.900,00** (vinte e sete mil e novecentos reais).

VIGÊNCIA: **12 (doze) meses.**

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024

O Prefeito, MANOEL LOUREIRO NETO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Agente de Contratação e sua equipe de apoio, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação Nº: 080/2024

Modalidade Nº: 027/2024

Classificação: Pregão Eletrônico

Data da Adjudicação: 14/08/2024

Data da Homologação: 14/08/2024

Objeto da licitação: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO-MT.

6764 - JVM COPIADORAS E INFORMÁTICA LTDA EPP

CNPJ: 06.128.710/0001-88

Total Fornecedor: R$ 27.900,00

6926 - STUDIO COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA

CNPJ: 08.710.871/0001-00

Total Fornecedor: R$ 670.303,0000

7712 - MILANFLEX INDUSTRIA E COM.DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 86.729.324/0002-61

Total Fornecedor: R$ 430.650,0000

124196 - OP QUIRINO DISTRIBUIDORA EIRELI - ME

CNPJ: 22.228.679/0001-03

Total Fornecedor: R$ 38.420,2000

127628 - OLMI INFORMATICA LTDA

CNPJ: 00.789.321/0001-17

Total Fornecedor: R$ 935.423,0000

127711 - LF COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E REPRESENTAÇÕES LTDA

CNPJ: 22.328.534/0001-84

Total Fornecedor: R$ 58.283,4800

134996 - GUAPUI COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

CNPJ: 24.321.932/0001-02

Total Fornecedor: 3 R$ 78.818,5000

135007 - REPREMIG REPRESENTAÇÃO E COMERCIO DE MINAS GERAIS LTDA

CNPJ: 65.149.197/0002-51

Total Fornecedor: R$ 220.481,0000

135011 - I. L. MENDES JUNIOR EIRELI

CNPJ: 17.184.211/0001-24

Total Fornecedor: R$ 143.440,2100

139120 - PLENITUDE ATACADISTA E VAREJISTA LTDA

CNPJ: 36.838.236/0001-49

Total Fornecedor: R$ 65.880,0000

139628 - IMPÉRIO SOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS E PUBLICAS

CNPJ: 23.106.657/0001-33

Total Fornecedor: R$ 68.208,0000

145022 - META TECNOLOGIA SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA

CNPJ: 44.227.505/0001-69

Total Fornecedor: R$ 17.243,0000

146630 - SEVENTEC TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA

CNPJ: 08.784.976/0002-95

Total Fornecedor: R$ 7.428,1000

146632 - COMERCIAL TRES ACORDES EIRELI

CNPJ: 32.850.995/0001-76

Total Fornecedor: R$ 16.027,5000

149379 - URSA COMERCIAL LTDA

CNPJ: 26.628.908/0001-38

Total Fornecedor: R$ 56.755,0000

153264 - ROSANGELA IGNACIO DE OLIVEIRA LTDA

CNPJ: 40.080.144/0001-10

Total Fornecedor: R$ 46.750,0000

153270 - ANTONIA RAIMUNDA ALVES - ME

CNPJ: 12.560.585/0001-83

Total Fornecedor: R$ 778,0000

153278 - VIVA TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 23.172.296/0001-23

Total Fornecedor: R$ 8.138,0000

153734 - OLIMPIO EQUIPAMENTOS HOSPITALARES

CNPJ: 33.583.026/0001-69

Total Fornecedor: R$ 14.314,7600

156505 - ELBER INDUSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LTDA

CNPJ: 81.618.753/0001-67

Total Fornecedor: R$ 98.400,0000

156506 - E TUDO BARATO COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA

CNPJ: 37.165.739/0001-63

Total Fornecedor: R$ 11.774,0000

156507 - DK INFORMATICA LTDA

CNPJ: 48.373.392/0001-60

Total Fornecedor: R$ 14.830,0000

156508 - DIRCEU LONGO & CIA LTDA

CNPJ: 92.823.764/0001-03

Total Fornecedor: R$ 11.079,3500

156509 - DAVANTI MAQUINAS, MOVEIS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA

CNPJ: 44.259.236/0001-12

Total Fornecedor: R$ 11.180,0000

156510 - CREATECH COMERCIO E SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA

CNPJ: 25.406.063/0001-73

Total Fornecedor: R$ 45.300,0000

156512 - BT COMERCIO INTELIGENTE LTDA

CNPJ: 45.329.312/0001-81

Total Fornecedor: R$ 6.790,0000

156513 - BIDDEN COMERCIAL LTDA

CNPJ: 36.181.473/0001-80

Total Fornecedor: R$ 13.747,0000

156515 - BEL MICRO TECNOLOGIA S/A

CNPJ: 71.052.559/0001-03

Total Fornecedor: R$ 122.129,8000

156516 - AUTENTICA COMERCIO E DIST RIBUIDORA LTDA

CNPJ: 47.146.145/0001-69

Total Fornecedor: R$ 255.000,0000

156517 - ASCLEPIOS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 33.068.320/0001-32

Total Fornecedor: R$ 7.480,0000

156519 - AR LIMP LTDA

CNPJ: 31.314.488/0001-55

Total Fornecedor: R$ 5.650,0000

156520 - ANA PAULA SARTI PAULUS LTDA

CNPJ: 48.844.664/0001-63

Total Fornecedor: R$ 3.810,0000

156521 - AMPLIE ASSESSORIA EM LICITAÇOES LTDA

CNPJ: 25.095.248/0001-04

Total Fornecedor: R$ 5.380,0000

156523 - ALP COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA

CNPJ: 43.134.552/0001-03

Total Fornecedor: R$ 10.730,0000

156524 - AC EQUIPAMENTOS E ELETRODOMESTICOS LTDA

CNPJ: 46.221.464/0001-29

Total Fornecedor: R$ 24.449,0000

156525 - A S CAETANO LTDA

CNPJ: 14.484.069/0001-42

Total Fornecedor: R$ 30.240,0000

156526 - 4U DIGITAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 21.982.891/0002-80

Total Fornecedor: R$ 94.494,0000

156527 - 3S SECURITY TECNOLOGIA SEGURANÇA E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 19.140.331/0001-55

Total Fornecedor: R$ 10.990,0000

156528 - GUILHERME XAVIER PIVA LTDA

CNPJ: 18.136.904/0001-04

Total Fornecedor: R$ 3.798,0000

156529 - INOVART - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 12.308.936/0001-63

Total Fornecedor: R$ 15.180,0000

156530 - MA COMERCIO DE REFRIGERACAO LTDA

CNPJ: 37.673.034/0001-57

Total Fornecedor: R$ 174.126,0000

156531 - J W INDUSTRIAL E COMERCIO DE CORTINAS E PERSIANAS LTDA

CNPJ: 42.019.236/0001-10

Total Fornecedor: R$ 17.172,0000

156532 - KASA KOMPLETA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 04.932.770/0001-23

Total Fornecedor: R$ 61.308,7500

156534 - KNERD DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ: 41.621.094/0001-01

Total Fornecedor: R$ 15.873,0000

156535 - KSF ELETRONICOS LTDA

CNPJ: 48.816.633/0001-07

Total Fornecedor: R$36.630,0000

156536 - L F COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA

CNPJ: 52.585.078/0001-19

Total Fornecedor: R$ 178,0000

156537 - LANÇA PRODUTOS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 44.258.379/0001-00

Total Fornecedor: R$ 6.326,0000

156538 - LIFE COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA

CNPJ: 49.816.576/0001-10

Total Fornecedor: R$ 52.926,0800

156539 - M. K. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 31.499.939/0001-76

Total Fornecedor: R$ 5.960,0000

156540 - EMBRAGEO EQUIPAMENTOS TOPOGRAFICOS LTDA

CNPJ: 48.397.663/0001-18

Total Fornecedor: R$ 45.900,0000

156541 - META X INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CNPJ: 18.493.830/0001-63

Total Fornecedor: R$ 135.000,0000

156542 - MAB COMERCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 50.247.672/0001-74

Total Fornecedor: R$ 30.146,3200

156543 - MARTE CIENTIFICA E INSTRUMENTAÇÃO INDUSTRIAL LTDA

CNPJ: 60.431.715/0001-20

Total Fornecedor: R$ 2.730,0000

156544 - TECPAZ COMERCIAL ATACADISTA E VAREJISTA LTDA

CNPJ: 39.800.314/0001-04

Total Fornecedor: R$ 192.190,0000

156545 - MICROFORT INFORMATICA LTDA

CNPJ: 24.675.507/0001-03

Total Fornecedor: R$ 296.308,0000

156546 - MULTI QUADROS E VIDROS LTDA

CNPJ: 03.961.467/0001-96

Total Fornecedor: R$ 1.300,0000

156547 - SUPERAR COMERCIO DE MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA

CNPJ: 42.953.946/0001-12

Total Fornecedor: R$ 125.373,0000

156548 - PROSPER COMERCIO LTDA

CNPJ: 51.854.742/0001-15

Total Fornecedor: R$ 300,00

156549 - SANRE COMERCIO E IMPORTACAO EIRELI

CNPJ: 20.502.109/0001-34

Total Fornecedor: R$ 3.700,0000

156550 - R. P. DE OLIVEIRA PRODUTOS LTDA

CNPJ: 13.729.630/0001-43

Total Fornecedor: R$ 19.525,0000

156551 - VENTISOL DA AMAZONIA INDUSTRIA DE APARELHOS ELETRICOS LTDA

CNPJ: 17.417.928/0001-79

Total Fornecedor: R$ 320.800,0000

156552 - RE DA SILVA E SILVA LTDA

CNPJ: 29.765.537/0001-24

Total Fornecedor: R$ 43.565,0000

156553 - SENA E PRATES LTDA

CNPJ: 47.536.916/0001-24

Total Fornecedor: R$ 53.915,0000

156554 - SAO PAULO ARTIGOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 23.524.957/0001-32

Total Fornecedor: R$ 8.250,0000

156555 - SORELLE COMERCIO ELETRO E EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 36.045.363/0001-90

Total Fornecedor: R$ 8.024,1600

156556 - SISTERPEL SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA

CNPJ: 01.429.437/0001-08

Total Fornecedor: R$ 341.420,0000

156557 - SYSMA SOLUÇÕES LTDA

CNPJ: 46.192.487/0001-52

Total Fornecedor: R$ 23.824,0000

156561 - ELETRO DIGITAL COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA

CNPJ: 16.519.602/0003-51

Total Fornecedor: R$ 9.894,50

Total Geral: R$ 6.040.337,71

DIAMANTINO, Quarta-feira, 14 de agosto de 2024.

_____

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

PRIMEIRA NOTIFICAÇÃO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 55/2024

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REABILITAÇÃO DO AEROPORTO NO MUNICIPIO DE DIAMANTINO - MT

NOTIFICANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**, ESTADO DE MATO GROSSO, inscrita no CGC/MF sob o n. 03.648.540/0001-74, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, a SR. MANOEL LOUREIRO NETO, brasileiro, divorciado, Médico, portador da Cédula de identidade RG n.º 0289375-4 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.º 244.447.741-34, residente e domiciliado Av. Conceição nº 358, São Benedito, Diamantino-MT.

NOTIFICADA: **J.A TAVEIRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ n.º 34.299.045/0001-20, estabelecida na Rua Ariadne Feltrin Campos, nº 403, sala 10 no bairro Vila Aurora II, cidade de Rondonópolis/MT, CEP 78.740-114, neste ato representado pelo Sr. Sr. Julio Cesar Moreira Taveira, portador do CPF nº 016.641.956-70.

A notificada foi vencedora do certame na modalidade de Concorrência Pública nº 002/2024, que originou o Contrato Administrativo nº 55/2024, para execução de **Serviços de Reabilitação do Aeroporto no município de Diamantino - MT**.

Desta forma:

Considerando que a ordem de serviço foi emitida em 02 de julho de 2024, assim transcorridos até a data de hoje (06/08/2024) 35 (trinta e cinco) dias;

Considerando que o Fiscal da Obra desde a emissão da Ordem de Serviço vem mantendo contato com o responsável da empresa através de e-mail, whattsapp e ligações para estabelecer critérios mínimos de execução da obra;

Considerando que ocorreu uma visita técnica dos responsáveis pela empresa no local da obra no dia 15/07/2024 juntamente com o Fiscal da Obra;

Considerando que até a presente data não houve nenhuma movimentação da empresa no sentido de iniciar a obra;

Considerando que esse atraso no inicio vai afetar o cumprimento adequado do cronograma inicial que é de 120 (cento e vinte) dias;

Considerando que ainda não houve instalação da placa de obra;

Considerando que alguns questionamentos técnicos levantados pela empresa até o momento **NÃO** são impedimentos para a mobilização do canteiro de obras;

Considerando que a empresa assinou uma declaração de abstenção de vistoria, onde abriu mão da ***vistoria técnica***, ou seja, momento oportuno para questionamento sobre todas as peças técnicas;

Considerando que o Aeroporto Municipal já encontra-se fechado desde 22 de julho de 2024, conforme anuência nº 408/2024/GTEA/GCOP/SIA, contudo, em nosso entendimento isso não impediu de que a empresa já tivesse iniciado suas ações de execução;

Considerando todo o exposto até o momento:

NOTIFICO a empresa **J.A TAVEIRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA** na pessoa de seu representante legal, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir do recebimento dessa:

• Justifique detalhadamente os motivos para o não cumprimento do cronograma aprovado;

• Elenque as ações que serão tomadas para ajustar as etapas com objetivo de cumprir os prazos estabelecidos no cronograma;

• Apresente um novo cronograma com os ajustes necessários para conclusão da obra no prazo estipulado.

• Inicio da obra em 19/08/2024 impreterivelmente, sob pena de emissão de nova notificação e demais punições.

O não cumprimento da solicitação sujeitará a empresa a Sansões Administrativas previstas na Cláusula Décima Primeira contida no Contrato Administrativo nº 55/2024 que remete as sanções previstas no Edital.

A presente notificação será publicada na forma da Lei, assegurada a ampla defesa e o contraditório à empresa NOTIFICADA, o prazo é contado a partir da publicação da NOTIFICAÇÃO.

Diamantino, 14 de agosto de 2024.

Jorge Paulo Oribes Barbosa Márcio Roberto Soares

Gestor de Contratos Fiscal da Obra

Portaria nº 14/2024

RESOLUÇÃO Nº. 12 /2024 - DIAMANTINO, 01 DE AGOSTO DE 2024

Dispõe sobre Proposta de Aquisição de equipamento e material permanente para Unidade de Atenção Especializada em Saúde.

O Conselho Municipal de Saúde de Diamantino/MT, no exercício das suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n. 126/94 e alterado pelas leis 141/94, de 14 de março de 1994 e 619/06 de Agosto/2006**;** e

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino realizada no dia 01 de Agosto de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Proposta N.º 11939906000124002– Aquisição de equipamento e material permanente para Unidade de Atenção Especializada em Saúde, Emenda Parlamentar de Comissão no valor de R$ 299.671,00.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Diamantino, 01 de Agosto de 2024.

Jacildo de Siqueira Pinho

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução N.º 12 de 01de Agosto de 2024 do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino.

Itamar Martins Bonfim

Secretário Municipal de Saúde Diamantino

PORTARIA Nº 283/2024

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear para compor a Comissão Especial de Licitação da Prefeitura Municipal de Diamantino para o **Leilão nº 001/2024** os seguintes servidores:

Presidente: Nicholas da Costa Machado – CPF nº 041.489.821-43

Secretário (a): Sandra Berenice Wagner – CPF nº 724.887.430-20

Membro: Paulo Cesar Almeida de Oliveira – CPF nº 522.531.981-53

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino,14 de agosto de 2024.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 004- CMDCA 2024- APROVAÇÃO PPP LAR MARIA ODETES- ODETINHA

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - PPP DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO CASA LAR "MARIA ODETES DA SILVA GONÇALVES" MUNICÍPIO DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE DIAMANTINO - MT - CMDCA, no uso de suas atribuições, conforme preconiza a Lei Federal nº 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Municipal nº 796/2011, 886/2013 de 23/05/2011 e pelo Decreto nº 07/2023.

CONSIDERANDO a liberação da Plenária realizada no dia 26 de março de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Projeto Político Pedagógico – PPP do Serviço de Acolhimento Institucional da Casa Lar "MARIA ODETES DA SILVA GONÇALVES- ODETINHA".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Diamantino-MT, 14 de março de 2024.

Jessica Adriane de Souza - Presidente do CMDCA

Walteir Santos Nascimento- Secretário Executivo dos Conselhos

---

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 064/2024

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS ESPECIALIZADOS EM ENDODONTIA PARA ATENDER A DEMANDA DAS UNIDADES BÁSICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2024.

PRAZO DE VIGÊNCIA: **12 (DOZE) MESES.**

VALOR TOTAL ESTIMADO: **R$ 49.812,00 (Quarenta e nove mil oitocentos e doze reais).**

CONTRATADO: **SEST SERVIÇO SOCIAL DO TRANSPORTE, inscrita no CNPJ N° 73.471.989/0210-01.**

CONTRATANTE: **MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL**

DIAMANTINO/MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 196/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**LANÇA PRODUTOS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**inscrita no CNPJ sob o nº 44.258.379/0001-00**.**

VALOR TOTAL DA ATA: **R$ 6.326,0000**(seis mil trezentos e vinte e seis reais).

VIGÊNCIA: **12 (doze) meses.**

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 204/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**MICROFORT INFORMATICA LTDA**

inscrita no CNPJ sob o nº 24.675.507/0001-03**.**

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 296.308,00 (duzentos e noventa e seis mil trezentos e oito reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 205/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**MULTI QUADROS E VIDROS LTDA**

inscrita no CNPJ sob o nº 03.961.467/0001-96**.**

VALOR TOTAL DA ATA: **R$ 1.300,00** (um mil e trezentos reais).

VIGÊNCIA: **12 (doze) meses.**

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 206/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**SUPERAR COMERCIO DE MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA**

inscrita no CNPJ sob o nº 42.953.946/0001-12**.**

VALOR TOTAL DA ATA: **R$ 125.373,00** (cento e vinte e cinco mil trezentos e setenta e três reais).

VIGÊNCIA: **12 (doze) meses.**

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 207/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**PROSPER COMERCIO LTDA**

inscrita no CNPJ sob o nº 51.854.742/0001-15**.**

VALOR TOTAL DA ATA: **R$ 300,00** (trezentos reais).

VIGÊNCIA: **12 (doze) meses.**

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 196/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**LANÇA PRODUTOS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**inscrita no CNPJ sob o nº 44.258.379/0001-00**.**

VALOR TOTAL DA ATA: **R$ 6.326,0000**(seis mil trezentos e vinte e seis reais).

VIGÊNCIA: **12 (doze) meses.**

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 195/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**L F COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA**inscrita no CNPJ sob o nº 52.585.078/0001-19**.**

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 178,00(cento e setenta e oito reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 194/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**KSF ELETRONICOS LTDA**inscrita no CNPJ sob o nº 48.816.633/0001-07**.**

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 36.630,00(trinta e seis mil seiscentos e trinta reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 217/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**ELETRO DIGITAL COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 16.519.602/0003-51**.**

VALOR TOTAL DA ATA: **R$ 9.894,50** (nove mil oitocentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA: **12 (doze) meses.**

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 216/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**SYSMA SOLUÇÕES LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 46.192.487/0001-52**.**

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 23.824,00 (vinte e três mil oitocentos e vinte e quatro reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 215/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**SISTERPEL SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 01.429.437/0001-08**.**

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 341.420,00 (trezentos e quarenta e um mil quatrocentos e vinte reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 214/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**SORELLE COMERCIO ELETRO E EQUIPAMENTOS LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 36.045.363/0001-90**.**

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 8.024,16 (oito mil vinte e quatro reais e dezesseis centavos).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 213/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**SÃO PAULO ARTIGOS HOSPITALARES LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 23.524.957/0001-32**.**

VALOR TOTAL DA ATA: **R$ 8.250,00** (oito mil duzentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: **12 (doze) meses.**

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 212/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**SENA E PRATES LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 47.536.916/0001-24**.**

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 53.915,00 (cinquenta e três mil novecentos e quinze reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 211/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**RE DA SILVA E SILVA LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 29.765.537/0001-24**.**

VALOR TOTAL DA ATA: **R$ 43.565,00** (quarenta e três mil quinhentos e sessenta e cinco reais).

VIGÊNCIA: **12 (doze) meses.**

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 210/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**VENTISOL DA AMAZONIA INDUSTRIA DE APARELHOS ELETRICOS LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 17.417.928/0001-79**.**

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 320.800,00 (trezentos e vinte mil e oitocentos reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 209/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**R. P. DE OLIVEIRA PRODUTOS LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 13.729.630/0001-43**.**

VALOR TOTAL DA ATA: **R$ 19.525,00** (dezenove mil quinhentos e vinte e cinco reais).

VIGÊNCIA: **12 (doze) meses.**

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 208/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**SANRE COMERCIO E IMPORTACAO EIRELI**

inscrita no CNPJ sob o nº 20.502.109/0001-34**.**

VALOR TOTAL DA ATA: **R$ 3.700,00** (três mil e setecentos reais).

VIGÊNCIA: **12 (doze) meses.**

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 193/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**KNERD DISTRIBUIDORA LTDA**inscrita no CNPJ sob o nº 41.621.094/0001-01**.**

VALOR TOTAL DA ATA: **R$ 15.873,0000**(quinze mil oitocentos e setenta e três reais).

VIGÊNCIA: **12 (doze) meses.**

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 192/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**KASA KOMPLETA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**inscrita no CNPJ sob o nº 04.932.770/0001-23**.**

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 61.308,75(sessenta e um mil trezentos e oito reais e setenta e cinco centavos).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 191/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**J W INDUSTRIAL E COMERCIO DE CORTINAS E PERSIANAS LTDA**inscrita no CNPJ sob o nº 42.019.236/0001-10**.**

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 17.172,0000(dezessete mil cento e setenta e dois reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 190/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**MA COMERCIO DE REFRIGERACAO LTDA**inscrita no CNPJ sob o nº 37.673.034/0001-57**.**

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 174.126,0000(cento e setenta e quatro mil cento e vinte seis reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 189/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**INOVART - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 12.308.936/0001-63**.**

VALOR TOTAL DA ATA: **R$** 15.180,0000 (quinze mil cento oitenta reais).

VIGÊNCIA: **12 (doze) meses.**

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 188/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**GUILHERME XAVIER PIVA LTDA**inscrita no CNPJ sob o nº 18.136.904/0001-04**.**

VALOR TOTAL DA ATA: **R$ 3.798,0000**(três mil setecentos e noventa e oito reais).

VIGÊNCIA: **12 (doze) meses.**

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 187/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**3S SECURITY TECNOLOGIA SEGURANÇA E SERVIÇOS LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 19.140.331/0001-55**.**

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 10.990,0000(dez mil novecentos e noventa reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 186/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**4U DIGITAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 21.982.891/0002-80**.**

VALOR TOTAL DA ATA: **R$ 94.494,0000**(noventa e quatro mil quatrocentos e noventa e quatro reais).

VIGÊNCIA: **12 (doze) meses.**

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 185/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**A S CAETANO LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 14.484.069/0001-42**.**

VALOR TOTAL DA ATA: **R$ 30.240,0000** (trinta mil duzentos e quarenta reais).

VIGÊNCIA: **12 (doze) meses.**

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 184/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**AC EQUIPAMENTOS E ELETRODOMESTICOS LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 46.221.464/0001-29**.**

VALOR TOTAL DA ATA: **R$ 24.449,00** (vinte e quatro mil quatrocentos e quarenta e nove reais).

VIGÊNCIA: **12 (doze) meses.**

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 183/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**ALP COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA**inscrita no CNPJ sob o nº 43.134.552/0001-03**.**

VALOR TOTAL DA ATA: **R$ 10.730,0000**(dez mil setecentos e trinta reais).

VIGÊNCIA: **12 (doze) meses.**

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 182/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**AMPLIE ASSESSORIA EM LICITAÇOES LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 25.095.248/0001-04**.**

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 5.380,00 (cinco mil trezentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 181/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**ANA PAULA SARTI PAULUS LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº **48.844.664/0001-63.**

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 3.810,00(três mil oitocentos e dez reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 180/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**AR LIMP LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 31.314.488/0001-55**.**

VALOR TOTAL DA ATA: **R$ 5.650,0000**(cinco mil seiscentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: **12 (doze) meses.**

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 179/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**ASCLEPIOS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 33.068.320/0001-32**.**

VALOR TOTAL DA ATA: **R$** 7.480,0000 (sete mil quatrocentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA: **12 (doze) meses.**

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 178/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**AUTENTICA COMERCIO E DIST RIBUIDORA LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 47.146.145/0001-69**.**

VALOR TOTAL DA ATA: **R$ 255.000,0000**(duzentos e cinquenta e cinco mil reais).

VIGÊNCIA: **12 (doze) meses.**

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 177/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**BEL MICRO TECNOLOGIA S/A** inscrita no CNPJ sob o nº 71.052.559/0001-03**.**

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 122.129,80(Cento e vinte e dois mil cento e vinte e nove reais e oitenta centavos).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 176/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**BIDDEN COMERCIAL LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 36.181.473/0001-80**.**

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 13.747,0000(treze mil setecentos e quarenta e sete reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 175/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**BT COMERCIO INTELIGENTE LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 45.329.312/0001-81**.**

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 6.790,0000 (seis mil setecentos e noventa mil reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 174/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**CREATECH COMERCIO E SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 25.406.063/0001-73**.**

VALOR TOTAL DA ATA: **R$** 45.300,00(quarenta e cinco mil e trezentos reais).

VIGÊNCIA: **12 (doze) meses.**

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 173/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**DAVANTI MAQUINAS, MOVEIS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA**inscrita no CNPJ sob o nº 44.259.236/0001-12**.**

VALOR TOTAL DA ATA: **R$ 11.180,00**(onze mil cento e oitenta reais).

VIGÊNCIA: **12 (doze) meses.**

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 172/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**DIRCEU LONGO & CIA LTDA**inscrita no CNPJ sob o nº 92.823.764/0001-03**.**

VALOR TOTAL DA ATA: **R$ 11.079,35** (onze mil setenta e nove reais e trinta e cinco centavos).

VIGÊNCIA: **12 (doze) meses.**

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 171/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**DK INFORMATICA LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 48.373.392/0001-60**.**

VALOR TOTAL DA ATA: **R$ 14.830,00**(quatorze mil oitocentos e trinta reais).

VIGÊNCIA: **12 (doze) meses.**

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 170/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**E TUDO BARATO COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 37.165.739/0001-63**.**

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 11.774,0000(onze mil setecentos e setenta e quatro reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 169/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**ELBER INDUSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 81.618.753/0001-67**.**

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 98.400,0000 (noventa e oito mil e quatrocentos reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 168/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**OLIMPIO EQUIPAMENTOS HOSPITALARES**inscrita no CNPJ sob o nº 33.583.026/0001-69**.**

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 14.314,76 (quatorze mil trezentos e catorze reais e setenta e seis centavos).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 167/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**VIVA TECNOLOGIA LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 23.172.296/0001-23**.**

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 8.138,00(oito mil cento e trinta e oito reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 166/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**ANTONIA RAIMUNDA ALVES - ME** inscrita no CNPJ sob o nº 12.560.585/0001-83**.**

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 778,00 (setecentos e setenta e oito reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 165/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**ROSANGELA IGNACIO DE OLIVEIRA LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 40.080.144/0001-10**.**

VALOR TOTAL DA ATA: **R$ 46.750,0000**(quarenta e seis mil setecentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: **12 (doze) meses.**

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 164/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**URSA COMERCIAL LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 26.628.908/0001-38**.**

VALOR TOTAL DA ATA: **R$ 56.755,00** (cinquenta e seis mil setecentos e cinquenta e cinco reais).

VIGÊNCIA: **12 (doze) meses.**

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 163/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**COMERCIAL TRES ACORDES EIRELI** inscrita no CNPJ sob o nº 32.850.995/0001-76**.**

VALOR TOTAL DA ATA: **R$ 16.027,50** (dezesseis mil vinte reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA: **12 (doze) meses.**

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 162/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**SEVENTEC TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 08.784.976/0002-95**.**

VALOR TOTAL DA ATA: **R$ 7.428,10**(sete mil quatrocentos e vinte e oito reais e dez centavos).

VIGÊNCIA: **12 (doze) meses.**

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 161/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**META TECNOLOGIA SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 44.227.505/0001-69**.**

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 17.243,00(dezessete mil duzentos e quarenta e três reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 160/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**IMPÉRIO SOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS E PUBLICAS** inscrita no CNPJ sob o nº 23.106.657/0001-33**.**

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 68.208,00(sessenta e oito mil duzentos e oito reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
DISTRATO DE CONTRATO – 08/2024

DISTRATO AO CONTRATO DE PESSOAL Nº 036/2024

CONTRATADO(A): **NILZA LOPES DOS SANTOS RODRIGUES**

DATA:01/08/2024

DOM AQUINO – MT

VALDECIO LUIZ DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 029/2023

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 029/2023

CONTRATADA: EMAM – EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA – CNPJ: 04.420.916/0003-13

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto o aditivo de prazo de vigência do contrato de prestação de serviços por doze (12) meses, constante da Cláusula Sétima do Contrato de Prestação de Serviço , nº 029/2023, com fundamento nas diretrizes contidas na Lei 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 08/08/2024

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 231/2024

DATA: 08 DE AGOSTO DE 2024

JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder férias, ao Sr. **SERGIO LUIS LOPES DA SILVA,** ocupante do cargo efetivo de **MARCENEIRO - EXTINTO,** lotado junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, pelo período de **12/08/2024 a 10/09/2024**, referente ao período aquisitivo **2021/2022**

Artigo 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AO OITAVO DIA DO MÊS DE AGOSTO DE 2024.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 232/2024

DATA: 08 DE AGOSTO DE 2024

JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder férias, à Sr.ª **CRISLAINE SOARES DE OLIVEIRA,** servidora efetiva na função de **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,** lotada junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo período de **05/08/2024 a 24/08/2024**, referente ao período aquisitivo **2023/2024**

Parágrafo Único – A requerimento da servidora ficam convertidos os 10 (dez) dias finais das férias em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devido, em conformidade com o Art. 74 da Lei Complementar n° 003/2007.

Artigo 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 05 de agosto de 2024.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AO OITAVO DIA DO MÊS DE AGOSTO DE 2024.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 235/2024

DATA: 12 DE AGOSTO DE 2024

JOSE ANTONIO DUBIELLA, **PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, em especial o Art. 41 da Lei Complementar 088/2024,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, **LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE EM GOZO,** pelo período de 90 (noventa) dias, referente ao período aquisitivo **2019/2024**, ao servidor Sr. **PLINIO DE RAMOS ESPINDOLA**, matrícula n° 2318, ocupante do cargo efetivo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM**, devendo goza-las do dia **02/09/2024** a **30/11/2024** .

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2024.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL COMPLEMENTAR 003/2024 - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2024

O Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público nº 001/2024 da Prefeitura Municipal de Feliz Natal – MT, nomeada pela Portaria nº 158/2024, no uso de suas atribuições legais, juntamente com o Instituto de Desenvolvimento Humano, nos termos do item 10.9 do Edital nº 001/2024, tornam público o presente Edital Complementar 003/2024, que dispõe sobre o seguinte:

I – Retificar o Cronograma de Execução do Concurso Público nº 001/2024, que passa a vigorar conforme segue:

11.5.1. NOVO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2024 - Retificado	
EVENTO	**DATA PREVISTA**
Divulgação do Julgamento dos Recursos contra o Gabarito Preliminar e Divulgação do Gabarito Oficial	26/08/2024
Divulgação da Classificação da Prova Objetiva e Redação	29/08/2024
Período para Envio da Prova de Títulos dos Candidatos Aprovados	05/09/2024 e 06/09/2024
Período para Recursos contra a Classificação da Prova Objetiva e/ou Redação	12/09/2024
Julgamento dos Recursos contra a Classificação da Prova Objetiva e Redação	16/09/2024
Divulgação da Classificação Final da Prova Objetiva com Inclusão da Prova de Títulos	17/09/2024
Convocação dos Classificados para a Prova Prática	22/09/2024
Aplicação da Prova Prática	29/09/2024
Divulgação do Resultado da Prova Prática	03/10/2024
Período para Recursos contra o Resultado da Prova Prática	04/10/2024
Julgamento dos Recursos contra o Resultado da Prova Prática	07/10/2024
Divulgação da Classificação Geral Final (Sem possibilidade de Recursos)	10/10/2024
Divulgação da Listagem Geral dos Classificados para Homologação do Concurso Público	14/10/2024
Emissão do Relatório de Conclusão das Atividades do Concurso Público	14/10/2024

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 230/2024

DATA: 08 DE AGOSTO DE 2024

JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder férias, ao Sr. **CIPRIANO DA ROSA PAZETO,** ocupante do cargo comissionado de **SECRETÁIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE,** lotado junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, pelo período de **08/08/2024 a 27/08/2024**, referente ao período aquisitivo **2023/2024.**

Parágrafo Único – A requerimento do servidor ficam convertidos os 10 (dez) dias finais das férias em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devido, em conformidade com o Art. 74 da Lei Complementar n° 003/2007.

Artigo 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AO OITAVO DIA DO MÊS DE AGOSTO DE 2024.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D´OESTE

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Foi publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, nº 4.542 na página 205 Extrato do Contrato nº 064/2024 conforme segue:

Extrato do Contrato Nº 064/2024

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE - MT

Contratado: **Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso - CISOMT**

CNPJ: 01.870.663/0001-20

Objeto: Constitui objeto do presente Termo de Contrato compra de serviços de profissionais da área da Saúde, a fim de atender as necessidades temporárias do município para suprir a equipe mínima conforme é preconizado pelo Ministério da Saúde, demanda reprimida, conforme solicitação do Município de Figueirópolis D'Oeste - MT.

Onde se lê

De 01 de agosto de 2024 a 01 de fevereiro de 2025.

Passa a ler-se:

De 06 de agosto de 2024 a 06 de fevereiro de 2024

Valor Global: R$ 33.000,00 (Trinta e Três Mil reais)

Figueirópolis D'Oeste – MT, 14 de agosto de 2024.

Eduardo Flausino Vilela

Prefeito Municipal.

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Foi publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, nº 4.542 na página 205 Extrato do Contrato nº 064/2024 conforme segue:

Extrato do Contrato Nº 064/2024

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE - MT

Contratado: **Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso - CISOMT**

CNPJ: 01.870.663/0001-20

Objeto: Constitui objeto do presente Termo de Contrato compra de serviços de profissionais da área da Saúde, a fim de atender as necessidades temporárias do município para suprir a equipe mínima conforme é preconizado pelo Ministério da Saúde, demanda reprimida, conforme solicitação do Município de Figueirópolis D'Oeste - MT.

Onde se lê

De 01 de agosto de 2024 a 01 de fevereiro de 2025.

Passa a ler-se:

De 06 de agosto de 2024 a 06 de fevereiro de 2024

Valor Global: R$ 33.000,00 (Trinta e Três Mil reais)

Figueirópolis D'Oeste – MT, 14 de agosto de 2024.

Eduardo Flausino Vilela

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 048/2024

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2023

CONTRATO Nº 048/2024

FUNDAMENTO DA CONTRATAÇÃO: LEI 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GAUCHA DO NORTE

CONTRATADO: MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO FERRAMENTAS E EPI S LTDA - EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA O DEMAE - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA

DO PREÇO: R$: 174.936,01 (cento e setenta e quatro mil novecentos e trinta e seis reais e um centavos)

VIGENCIA: 12 meses

DATA ASSINATURA: 13/08/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 028/2024

EXTRATO DE ***CONTRATO ADMINISTRATIVO 028/2024***

ADESÃO 005/2024

PROCESSO DE LICITAÇÃO 045/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO – MT.

CONTRATADO: ARMAZEM GARAVELO DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA,

CNPJ **35.830.966/0001-30**

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MEDICO HOSPITALAR CONSTANTES NA TABELA CMED/ANVISA E REVISTA SIMPRO,CONFORME ESPECIFICADOS NO ANEXO I, TERMO DE REFERENCIA**

DATA: 14/08/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

MARCELO DE AQUINO

Prefeito Municipal

TERMO DE ADJUDICAÇAÕ E HOMOLOGAÇÃO DE ADESÃO Nº. 006/2024

TERMO DE ADJUDICAÇAÕ E HOMOLOGAÇÃO DE ADESÃO Nº. 006/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO 045/2024

OBJETO: Adesão a Ata de Registro de Preço: 017/2024 Pregão Presencial 013/2024 Prefeitura Municipal de ITAPIRAPUÃ-GO , para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MEDICO HOSPITALAR CONSTANTES NA TABELA CMED/ANVISA E REVISTA SIMPRO,CONFORME ESPECIFICADOS NO ANEXO I, TERMO DE REFERENCIA**

FAVORECIDO: **ARMAZEM GARAVELO DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA**,

CNPJ **35.830.966/0001-30**

VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

PERÍODO/PRAZO: Vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021.

J**USTIFICATIVA**: Anexa aos autos do processo de Adesão nº 006/2024.

Adjudicação e Homologação a Adesão de Licitação nº 006/2024 em consonância com a justificativa apresentada pela Agente de Contratação e Equipe de Apoio e Parecer Jurídico no Processo de Licitação nº 045/2024, nos termos da Lei nº 14.133/21 e suas regulamentações.

General Carneiro - MT, 14 Agosto de 2024

MARCELO DE AQUINO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

TERMO DE DESISTÊNCIA

Eu, **LUCIMAR RODRIGUES DOS SANTOS PEREIRA***, brasileira, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o* **CPF***n.º* **5.983.4**-15 *e RG nº* **794**-0 SSP/MT residente e domiciliada na Zona Rural, Estância Nossa Senhora Aparecida, Município de Glória D'Oeste - MT. Venho por meio deste, manifestar desistência da vaga de Professora Classe B – Pedagogia Educação Infantil convocada através da Portaria nº 140 de 12 de agosto de 2024.

GLÓRIA D´OESTE – MT, 13 DE AGOSTO DE 2024.

LUCIMAR RODRIGUES DOS SANTOS PEREIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE - MT - RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - RG - JUL/2023 A JUN/2024

CAMARA MUNICIPAL DE GLORIA D'OESTE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JUL/2023 A JUN/2024

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses) LIQUIDADAS												TOTAL (últimos 12 meses) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	JUL/2023	AGO/2023	SET/2023	OUT/2023	NOV/2023	DEZ/2023	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	44.383,82	41.283,58	31.197,71	46.432,38	32.275,34	50.998,74	33.857,39	40.347,16	37.846,11	41.907,67	34.988,97	45.983,06	481.501,93	0,00
Pessoal Ativo	44.383,82	41.283,58	31.197,71	46.432,38	32.275,34	50.998,74	33.857,39	40.347,16	37.846,11	41.907,67	34.988,97	45.983,06	481.501,93	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	30.735,87	34.492,60	31.197,71	33.337,57	32.275,34	37.710,93	30.735,87	35.869,73	34.378,95	34.357,16	34.357,16	41.600,84	411.049,73	0,00
Obrigações Patronais	13.647,95	6.790,98	0,00	13.094,81	0,00	13.287,81	3.121,52	4.477,43	3.467,16	7.550,51	631,81	4.382,22	70.452,20	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1º do art. 19 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	44.383,82	41.283,58	31.197,71	46.432,38	32.275,34	50.998,74	33.857,39	40.347,16	37.846,11	41.907,67	34.988,97	45.983,06	481.501,93	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	35.203.778,46	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	0,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)	0,00	
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	0,00	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	35.203.778,46	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	481.501,93	1,37
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.112.226,71	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.006.615,37	5,70
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.901.004,04	5,40

Conforme MDF 14ª Edição, de 12/03/2024

CAMARA MUNICIPAL DE GLORIA D'OESTE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JUL/2023 A JUN/2024

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL (art. 15 da LC 178/2021)	
PARÂMETROS PARA REDUÇÃO DO EXCEDENTE DE DTP (art. 15 da LC 178/2021)	Percentual
Limite Máximo (IX) (%) (LRF, art. 20)	0,00
DTP em 2021 (XII) (%)	0,00
Excedente em 2021 (XIII) = (XII - IX) (%)	0,00
Redutor anual (XIV) = (0,10 x XIII) (%)	0,00

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL (art. 15 da LC 178/	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP (art. 15 da LC 178/2021)											
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
% DTP (VIII/VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota:
1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64
2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Constituição Federal

Conforme MDF 14ª Edição, de 12/03/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA

LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 059-2024

PREGÃO ELETRONICO Nº 059/2024

Nos termos do Art. 71, inciso IV da Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação do Pregoeiro Oficial e da Assessoria Jurídica, levando em consideração a abertura e julgamento do presente Processo Licitatório, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em Lei, **ADJUDICA** e **HOMOLOGA o objeto da Licitação supracitada, cuja modalidade é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES NECESSÁRIOS PARA O PRONTO ATENDIMENTO E DA FARMÁCIA MUNICIPAL, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VISANDO GARANTIR O ATENDIMENTO CONTÍNUO E DE QUALIDADE À POPULAÇÃO.** Conforme anexo VI do termo de referência, e tem como vencedor os licitantes abaixo mencionados:

ITENS: 01; 02; 41; 42; 43; 45; 55; 57; 58; 67; 71; 77; 80; 86; 91; 92; 96; 98; 102; 104; 105; 107; 109; 110; 111; 116; 117; 125; 126; 137; 138; 143; 144; 146; 147; 152; 155; 157; 162; 163; 169; 185; 188; 194; 195; 196; 197; 198; 199; 200; 201; 208; 209; 217; 218; 220; 222; 230; 231; 232; 239; 250; 258; 260; 261; 267; 268; 269; 270; 277; 280; 287; 288; 289 – COMPANY HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 51.640.302/0001-65, com o valor total de **R$ 547.780,70 (Quinhentos e quarenta e sete mil e setecentos e oitenta reais e setenta centavos).**

ITENS: 03; 04; 16; 17; 18; 28; 33; 44; 53; 54; 66; 69; 70; 85; 108; 113; 120; 129; 141; 145; 171; 173; 204; 205; 219; 238; 248; 282 – DISTRIBUIDORA BRASIL COML DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.640.617/0001-10, com o valor total de **R$ 125.812,80 (Cento e vinte e cinco mil e oitocentos e doze reais e oitenta centavos).**

ITENS: 05; 06; 07; 09; 19; 20; 21; 22; 23; 50; 51; 56; 62; 63; 78; 81; 88; 99; 112; 115; 119; 193; 207; 210; 211; 212; 221; 254; 255; 264 – CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.652.030/0001-70, com o valor total de **R$ 102.355,00 (Cento e dois mil e trezentos e cinquenta e cinco reais).**

ITENS: 08; 12; 40; 83; 84; 134; 139; 140; 158; 191; 192; 206 – INOVAMED HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.889.035/0001-02, com o valor total de **R$ 24.274,65 (Vinte e quatro mil e duzentos e setenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos).**

ITENS: 10; 35; 52; 118; 148; 202; 273; 274 – SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.065.614/0001-38, com o valor total de **R$ 11.272,50 (Onze mil e duzentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos).**

ITENS: 11; 46; 64; 122; 128; 130; 159; 167; 177; 178; 181; 213; 244; 285; 286; 290 – NOVA MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 41.365.113/0001-78, com o valor total de **R$ 134.922,00 (Cento e trinta e quatro mil e novecentos e vinte e dois reais).**

ITENS: 13; 26; 30; 31; 59; 72; 76; 89; 121; 124; 127; 156; 165; 172; 180; 216; 236; 249 – 251; 257; 263; 279 – DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.520.829/0001-40, com o valor total de **R$ 102.801,00 (Cento e dois mil e oitocentos e um reais).**

ITENS: 15; 25; 27; 32; 87; 123; 224 – PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 81.706.251/0001-98, com o valor total de **R$ 93.825,70 (Noventa e três mil e oitocentos e vinte e cinco reais e setenta centavos).**

ITENS: 24; 38; 60; 82; 90; 93; 103; 133; 151; 175; 176; 214 – JT MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 51.892.897/0001-46, com o valor total de **R$ 373.181,00 (Trezentos e setenta e três mil e cento e oitenta e um reais).**

ITENS: 29; 226 – MEDSERV-MT - IMPORTACAO, EXPORTACAO, COMERCIO E SERVICOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 42.383.212/0001-45, com o valor total de **R$ 12.420,00 (Doze mil e quatrocentos e vinte reais).**

ITENS: 36;79; 95; 106; 135; 136; 153; 154; 182; 183; 184; 242; 243; 245; 252; 253; 265; 283 – COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 67.729.178/0004-91, com o valor total de **R$ 194.047,80 (Cento e noventa e quatro mil e quarenta e sete reais e oitenta centavos).**

ITENS: 37; 166 – ATIVA MEDICO CIRURGICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.182.725/0001-12, com o valor total de **R$ 27.678,10 (Vinte e sete mil e seiscentos e setenta e oito reais e dez centavos).**

ITEM: 39 – KIENTRO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 19.717. 870/0001-04, com o valor total de **R$ 318,00 (Trezentos e dezoito reais).**

ITENS: 61; 74 – TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 32.364.822/0001-48, com o valor total de **R$ 19.855,00 (Dezenove mil e oitocentos e cinquenta e cinco reais).**

ITENS: 68; 73; 189; 256; 271; 275 – GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 17.472.278/0001-64, com o valor total de **R$ 36.223,50 (Trinta e seis mil e duzentos e vinte e três reais e cinquenta centavos).**

ITENS: 75; 114; 161; 190 – HENRIVIX COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 41. 500.407/0001-65, com o valor total de **R$ 22.082,00 (Vinte e dois mil e oitenta e dois reais).**

ITENS: 94; 203; 229; 247; 281 – MAEVE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.034.672/0001-92, com o valor total de **R$ 34.360,00 (Trinta e quatro mil e trezentos e sessenta reais).**

ITENS: 101; 259 – L A DALLA PORTA JUNIOR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.145.401/0001-56, com o valor total de **R$ 5.430,00 (Cinco mil e quatrocentos e trinta reais).**

ITENS: 142; 149; 160; 225; 227; 266; 272 – DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 76.386.283/0001-13, com o valor total de **R$ 184.402,50 (Cento e oitenta e quatro mil e quatrocentos e dois reais e cinquenta centavos).**

ITEM: 179 – ONMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 34.707.920/0001-66, com o valor total de **R$ 48. 098,50 (Quarenta e oito mil e noventa e oito reais e cinquenta centavos).**

ITEM: 235 – KASMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOSLTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 51.685.649/0001-24, com o valor total de **R$ 345,00 (Trezentos e quarenta e cinco reais).**

ITENS: 240; 241– NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 14.595.725/0001-84, com o valor total de **R$ 5.444,00 (Cinco mil e quatrocentos e quarenta e quatro reais).**

VALOR TOTAL HOMOLOGADO R$ 2.106.929,75 (Dois milhões e cento e seis mil e novecentos e vinte e nove reais e setenta e cinco centavos).

ITENS FRACASSADOS E/OU DESERTOS: 14; 34; 47; 48; 49; 65; 97; 100; 131; 132; 150; 164; 168; 170; 174; 186; 187; 215; 223; 228; 233; 234; 237; 246; 262; 276; 278; 284.

Ciência aos interessados, observando as prescrições legais.

Guiratinga/MT, 14 de agosto de 2024.

WALDECI BARGA ROSA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PE 064-2024

PREGÃO ELETRONICO Nº 064/2024

Nos termos do Art. 71, inciso IV da Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação do Pregoeiro Oficial e da Assessoria Jurídica, levando em consideração a abertura e julgamento do presente Processo Licitatório, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em Lei, **ADJUDICA** e **HOMOLOGA o objeto da Licitação supracitada, cuja modalidade é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSINATURA DE SERVIÇO DE LINK SECUNDÁRIO DE INTERNET COM IP FIXO, SENDO INTERNET DE FIBRA ÓPTICA, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 300 MBPS, PARA SEREM DISTRIBUÍDOS EM DIVERSOS PONTOS PERTENCENTES A PREFEITURA MUNICIPAL E TAMBÉM PARA CONEXÃO DAS CÂMERAS DE SEGURANÇA DO PROGRAMA VIGIA MAIS MT, CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.** Conforme anexo VI do termo de referência**,** e tem como vencedor os licitantes abaixo mencionados:

ITEM: 01 – WELLINGTON PAIVA DAMASCENA & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 18.497.478/0001-34, com o valor total de **R$ 216. 000,00 (duzentos e dezesseis mil reais).**

VALOR TOTAL HOMOLOGADO R$ R$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais).

ITENS FRACASSADOS E/OU DESERTOS: 00.

Ciência aos interessados, observando as prescrições legais.

Guiratinga/MT, 14 de agosto de 2024.

WALDECI BARGA ROSA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - DISPENSA ELETRÔNICA 023/2024

O município de Guiratinga-MT, por meio do Diretor do Departamento de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que o **DISPENSA ELETRÔNICA N. º 023/2024**, tendo como objeto o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA DE UMA CONSERVADORA DE VACINAS (CÂMARA FRIA) DA MARCA ELBER, MODELO CSV510, 220V, NUMERO DE SÉRIE 202110181, CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** com abertura marcada para às 09:30 hrs (Horário de Brasília – DF) do dia 13/08/2024 não houve participantes interessados e por isso foi considerada **"DESERTA"**.

Guiratinga/MT, 14 de agosto de 2024.

Rodrigo Henrique de Oliveira

Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

RESULTADO HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO 008/2024

O Prefeito Municipal, o Sr. Sidnei Marques Lopes, tendo em vista do resultado apresentado pelos membros de contratação e Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação sob dispensa de licitação, fulcrada no art. 75, inciso I, da Lei n.º 14.133/21, e decreto municipal 02/2024. Homologo no presente termo que a empresa **INFOTEC SOLUÇÕES INTEGRADAS**

LTDA ME, inscrita no CNPJ: 55.517.659/0001-01, sagrou se vencedora do objeto: Contratação de empresa para Instalação de 7 (sete) pontos eletrônico, por meio de biometria, incluindo instalação de equipamento, treinamento, suporte técnico, fornecimento de licenças de software com suporte técnico para implantação presencial realizado por um profissional técnico representante da empresa contratada, com licença para até 300 cadastros, adjudico e ordeno sua publicação em cumprimento ao disposto do inciso I, contido no parágrafo único do art. 176 da lei 14.133/21.

Indiavaí – MT, 14 de agosto de 2024.

Sidnei Marques Lopes

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

DEP. DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
PORTARIA DLC N° 130/2024

DATA: 14 de agosto de 2024.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Jaciane Almeida Campinas, inscrita no CPF n° ***.854.729-**, para exercer a função de Fiscal Titular dos Contratos abaixo relacionados, tendo como objeto a **"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES MÉDICOS PRESENCIAIS E DE SOBREAVISO A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT**", celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e as empresas abaixo relacionadas, conforme segue:

Contrato n° 058/2024 tendo como contratada a empresa **RIQUELME ALVES DE CASTRO LTDA – ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 49.176.805/0001-80.

Contrato n° 059/2024 tendo como contratada a empresa **MED ARAÚJO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 50.566.381/0001-49.

Contrato n° 060/2024 tendo como contratada a empresa **J C ROMANOWSKI – ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.600.033/0001-75.

Contrato n° 061/2024 tendo como contratada a empresa **B. A. DA ROCHA LTDA – ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 46.466.615/0001-09.

Art. 2° - Fica designado para atuar como Fiscal Suplente, em caso de férias e/ou afastamento da titular, a servidora Suelen Cezario Diperro – CPF: ***.168.541-**.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis pelas responsabilidades atribuídas aos fiscais, referente a Secretaria Municipal de **Saúde**

Art. 4º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 5° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 6° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 7º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá – MT, 14 de agosto de 2024.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

BRUNO HENRIQUE ASCARI FELIX

Secretária Municipal de Saúde

Registre-se, publique-se e Afixe-se

DEP. DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO N° 059/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT.

CONTRATADA: MED ARAÚJO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA – ME – CNPJ: 50.566.381/0001-49

OBJETO: "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES MÉDICOS PRESENCIAIS E DE SOBREAVISO A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT".

VALOR: R$ $ 348.816,00 (trezentos e quarenta e oito mil oitocentos e dezesseis reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DATA DE ASSINATURA: 14/08/2024.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

DEP. DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO N° 060/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT.

CONTRATADA: B. A. DA ROCHA LTDA – ME – CNPJ: 46.466.615/0001-09

OBJETO: "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES MÉDICOS PRESENCIAIS E DE SOBREAVISO A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT".

VALOR: R$ $ 348.816,00 (trezentos e quarenta e oito mil oitocentos e dezesseis reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DATA DE ASSINATURA: 14/08/2024.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

DEP. DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO N° 058/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT.

CONTRATADA: RIQUELME ALVES DE CASTRO LTDA – ME – CNPJ: 49.176.805/0001-80

OBJETO: "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES MÉDICOS PRESENCIAIS E DE SOBREAVISO A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT".

VALOR: R$ $ 348.816,00 (trezentos e quarenta e oito mil oitocentos e dezesseis reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DATA DE ASSINATURA: 14/08/2024.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

DEP. DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO N° 061/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT.

CONTRATADA: J C ROMANOWSKI – ME – CNPJ: 17.600.033/0001-75

OBJETO: "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES MÉDICOS PRESENCIAIS E DE SOBREAVISO A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT".

VALOR: R$ $ 348.816,00 (trezentos e quarenta e oito mil oitocentos e dezesseis reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DATA DE ASSINATURA: 14/08/2024.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA

EXTRATO DE ATA

EXTRATO ATA SRP Nº 057/2024

Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Itaúba – MT.

Objeto: registro de preço para futura e eventual aquisição de concreto usinado para atender as demandas de diversas secretarias do município de Itaúba/MT

Data de Assinatura: 13/08/2024 até 13/08/2025

Detentora do Registro de Preços: CAON CONCRETOS LTDA

Valor: R$ 673.040,00 (seiscentos e setenta e três mil, e quarenta reais)

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2024 – SRP.

A Prefeitura Municipal de Itaúba - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO** em sua forma ***ELETRÔNICA*** sob o Nº 015/2024; **TIPO**: Menor Preço por Item; **OBJETO**: *Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Prestar Serviços de Lavagem da Frota de Veículos e Máquinas de Diversas Secretarias do Município de Itaúba/MT*; **ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES**: 29/08/2024 às 08h30min. (Horário de Brasília-DF); **REALIZAÇÃO**: Por meio do Site www.portaldecompraspublicas.com.br; **INTEGRA do EDITAL**: por meio do site: www.portaldecompraspublicas.com.br e no site da Prefeitura: www.itauba.mt.gov.br para informações (Ícone: Licitação).

Itaúba/MT, em 14 de Agosto de 2024.

SERGIO PEREIRA DOS SANTOS

Pregoeiro Oficial

Publique-se

EXTRATO DE PORTARIA

PORTARIA Nº 0282/2024

SÚMULA: "NOMEIA SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DO MUNICIPIO DE ITAÚBA-MT".

O EXMO. PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚBA, ESTADO DE MATO GROSSO SR. ANTONIO FERREIRA DE OLIVEIRA NETO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

RESOLVE:

ARTIGO 1º: Designar os servidores abaixo relacionados, como gestores e fiscais de Ata de Registro de Preços, para responderem pela gestão no acompanhamento, orientação, fiscalização e avaliação da execução do objeto da Ata de Registro de Preços em epígrafe.

GESTOR (A) DA ATA: EDUARDO RODRIGUES DE CASTRO	**MATRÍCULA:** 1300
FISCAL TITULAR: CLAUDIA APARECIDA DE SOUZA	**MATRÍCULA: 762**
FISCAL SUPLENTE: PATRICIA KELY JABLONSKI	**MATRÍCULA: 267**
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 013-2024	**UNIDADE GESTORA:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA/MT
OBJETO: Aquisição de bandeiras em tecido para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Itaúba/MT.	
ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº: 057/2024	
DATA DE ASSINATURA: 13/08/2024	**VIGÊNCIA:** 13/08/2025
CONTRATADO: CAON CONCRETOS LTDA	
VALOR: R$ 673.040,00 (seiscentos e setenta e três mil, e quarenta reais)	

ARTIGO 2º: A designação como gestores e fiscais da Ata de Registro de Preços dos servidores acima citados, os torna representantes da Administração Municipal perante a empresa DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria.

ARTIGO 3º: Caberá a(os) fiscal(is) da contratação, verificar se os itens, objeto da Ata de Registro de Preços ou Contrato atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como legitimar a liquidação dos pagamentos devidos ao contratado e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado, orientando as autoridades da necessidade de serem aplicadas sanções ou a rescisão contratual.

ARTIGO 4º: O fiscal da Ata/Contrato anotará todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

ARTIGO 5º: Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal da Ata/Contrato informará ao gestor, para que sejam adotadas as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

ARTIGO 6º: As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto da Ata/Contrato, serão registradas, pela PREFEITURA, no livro de ocorrências, constituindo tais registros, documentos legais.

Fiscalização Técnica

ARTIGO 7º: O fiscal técnico da ata/contrato será responsável por acompanhar a execução da ata/contrato. Ele deverá assegurar que todas as condições estabelecidas na ata/contrato sejam cumpridas, visando garantir os melhores resultados para a Administração.

ARTIGO 8º: Caberá ao fiscal técnico da ata/contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - prestar apoio técnico e operacional ao gestor da ata/contrato com informações pertinentes às suas competências;

II - anotar no histórico de gerenciamento da ata/contrato todas as ocorrências relacionadas à execução da ata/contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

III - emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

IV - informar ao gestor da ata/contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

V - comunicar imediatamente ao gestor da ata/contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução da ata/contrato nas datas estabelecidas;

VI - fiscalizar a execução da ata/contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de ata/contrato para ratificação;

VII - comunicar ao gestor da ata/contrato, em tempo hábil, o término da ata/contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

VIII - participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão da ata/contrato;

IX - auxiliar o gestor da ata/contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;

X - realizar o recebimento provisório do objeto da ata/contrato referido no art. 24 do decreto Municipal nº 012/2024, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

Gestor da Ata/Contrato

ARTIGO 9º: Caberá ao gestor da ata/contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica;

II - acompanhar os registros realizados pelos fiscais da ata/contrato das ocorrências relacionadas à execução da ata/contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

III - acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

IV - coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização da ata/contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações da ata/contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

V - coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de que trata o inciso I do caput do art. 19 do Decreto Municipal nº 012/2024;

VI - elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021**, com as informações obtidas durante a execução do contrato;**

VII - coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão da ata/contrato, com apoio dos fiscais técnico;

VIII - emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

IX - realizar o recebimento definitivo do objeto da ata/contrato referido no art. 24 do Decreto Municipal nº 012/2024, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

X - tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

ARTIGO 10º: Caberá ao fiscal e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto exercer as atribuições de que tratam suas designações, bem como, as atribuições incumbidas ao Gestor do Contrato, todas devidamente estabelecidas no Decreto Municipal nº 012/2024, em caso de ausência ou incompatibilidade de pessoal.

Gabinete do Prefeito de Itaúba/MT, 13 de AGOSTO de 2024.

ANTONIO FERREIRA DE OLIVEIRA NETO

Prefeito Municipal

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS CLAUDIA APARECIDA DE SOUZA

e **PATRICIA KELY JABLONSKI**,declaram estar cientes da designação ora atribuída e das funções que lhes são inerentes em razão da função.

CLAUDIA APARECIDA DE SOUZA **Fiscal Titular**	**PATRICIA KELY JABLONSKI** **Fiscal Suplente**

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

1. **PUBLICADA E AFIXADA NO MURAL DESTA PREFEITURA MUNICIPAL NO PERÍODO DE 13/08/2024 a 13/09/2024.**

RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024 – SRP.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Itaúba - MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Eletrônico nº 001/2024 cujo objeto é o registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, carnes e hortifrutigranjeiros para serem utilizados na composição do cardápio da Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Itaúba – MT. Sagraram-se vencedoras as seguintes empresas:

EMPRESA	ITENS	VLR. TOTAL
AC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA – CNPJ: 40.743.308/0001-41	34,35,36,37,38,39,40,41,42,43, 44,45,46,47,48,168	R$ 174.113,00
ALTO URUGUAI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 52.415.955/0001-03	131,132,133,134	R$ 12.240,00

COMERCIAL LUAR LTDA – EPP – CNPJ: 02.545.557/0001-33	**01,11,12,13,30,33,71,82,87,90,92,96,97,123,124, 125,126,129,130,149,151,178,191,192,213,214,221, 223,224,226,229,231,232,233,234,235,236,237,238, 239,240,241,242,243,244,245,246,247,248,249,250, 251,254,255,256,257,258,261, 264,267,268,274,275**	**R$ 344. 506,35**
DARLU INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA – CNPJ: 40.223.106/ 0001-79	**65**	**R$ 1. 712,00**
DJINFINIT COM DE PROD DE LIMPEZA, EMB, E E H LTDA - CNPJ: 37.053.085/ 0001-86	**100,101,187**	**R$ 29. 370,00**
INFINITI EMPREEN-DIMENTOS LTDA – CNPJ: 23.829.339/ 0001-09	**273**	**R$ 14. 388,00**
IVAN DIAS LINS – ME – CNPJ: 09.627. 008/0001-57	**02,03,05,06,10,15,16,17,18,19,20,21,23,24,25,26, 27,28,29,31,32,49,50,51,52,53,54,55,56,57,58,59, 60,61,62,63,66,67,68,69,70,72,73,74,75,76,77,78, 79,80,81,83,84,85,86,88,89,91,93,94,95,98,99,105, 106,107,108,110,111,112,113,114,115,116,117,118, 119,120,122,127,128,140,141,142,143,144,145,146, 148,150,152,153,154,155,156,157,158,159,161,163, 164,165,166,167,169,170,171,172,173,174,175,176, 177,179,180,181,182,183,184,185,186,188,189,190, 193,194,195,196,197,198,199,200,201,202,203,204, 205,206,208,212,215,216,217,218,219,220,222,227, 228,259,260,262,263,265,266,269,270, 271,272,276**	**R$ 486. 167,08**
LC COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA – CNPJ: 47.190.313/ 0001-13	**64,147,207,209,210,211,252, 253**	**R$ 22. 660,30**
MDX COMERCIO DE EPI LTDA – CNPJ: 50.401.485/0001-01	**22**	**R$ 2. 543,40**
SBORCHIA FABRICA DE PAPEIS LTDA – CNPJ: 10.199.538/ 0001-20	**102,103,104,135,136,137,138,139, 225**	**R$ 68. 541,00**

Itaúba/MT. 19 de julho de 2024.

OTAVIO LUIZ FIEL

Pregoeiro Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 034/2024

CREDENCIAMENTO Nº 001/2024

A Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, torna público para conhecimento dos interessados que no processo de **CREDENCIAMENTO**, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/21, objetivando o **CREDENCIAMENTO DE ARTISTAS E BANDAS LOCAIS E REGIONAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT**,obteve o seguinte resultado:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR (POR EVENTO)	EMPRESA CREDENCIADA
2	APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA – TIPO APRESENTAÇÃO EM DUPLA	R$ 1. 466,66	2º - 20.862.648 ADEMILSON SILVA RODRIGUES, CNPJ nº 20.862.648/0001-84

Itiquira/MT, em 14 de agosto de 2024.

ROSANGELA EVANGELISTA DOS SANTOS

Coordenadora de Compras Publicas

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ADITIVO Nº. 001/2024 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 016/2024

CONTRATANTE: Prefeitura Mun. de Jaciara-MT; **CONTRATADO: LE COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA;** OBJETO: **acréscimo de valor por inclusão dE iteM** fica acrescido o item nº124 no valor global de R$ 336,00 (trezentos e trinta e seis reais) á Ata de Registro de Preços nº 016/2024; Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº. 016/2024; **ASSINATURA**: 12/08/2024.

FABRICIO CARVALHO DE SOUSA FABIAN

Secretario Municipal de Saúde de Jaciara

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2024 - PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS RECEBIDOS E APLICADOS NO MUNICÍPIO DE JACIARA, REFERENTE AO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2024.

Aos sete dias do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro, as quatorze horas e dez minutos, no Plenário da Anfiteatro Jonas Pinheiro, sito a Rua Potiguaras. Em cumprimento as metas fiscais do Primeiro quadrimestre do exercício de 2024, nos termos do artigo 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, foram apresentados à população as atividades desenvolvidas do Quadrimestre por cada Secretaria. A Audiência Pública contou com a presença de representantes das Secretarias de Administração e Finanças, Planejamento, Secretaria de Assistência Saúde, Secretaria de Educação,Cultura Desporto e Lazer,Secretaria de Turismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. A Senhora Valdete Regina fez a abertura da Audiência desejando boa tarde e agradecendo o comparecimento de todos. Na seqüência passou a palavra ao senhor Nilton Dias Lima, representante da Secretaria de Administração e Finanças que explanou a base legal para realização da audiência e a importância da transparência na gestão fiscal, apresentou uma planilha detalhada com valores previstos e arrecadados no período sendo arrecadado o valor de**R$54.459. 319,61(cinquenta e quatro milhões, quatrocentos e cinqüenta e nove mil, trezentos e dezenove reais e sessenta e um centavos)**, em seguida apresentou os valores das despesas executadas no período sendo a despesa empenhada total no período de **R$71.870.511,55** e o valor da despesa executada (liquidada) foi de**R$61.203.802,14** e o valor pago de **R$56. 389.879,61**, em seguida apresentou o Resultado Orçamentário no período, considerando os valores liquidado, aonde apresentou um superávit de **-R$6.744.482,53**, ele ressaltou que este valor teve origem em despesas

com créditos de Superávit Financeiro no valor de **R$ 13.679.949,84**, que são valores que foram arrecadados em exercícios anteriores e a despesa executada neste ano e o resultado da execução orçamentária por cada Secretaria. Na continuidade explanou o que é resultado Primário e Nominal, sendo que até o período os valores respectivos foram de - **R$7.250. 120,90** e -**R$1.394.587,67**, ressaltou novamente que este valor foi devido a despesas com Superávit da qual foram pagos no valore de **R$ 12. 982.644,28**em seguida foi apresentado a despesas de Pessoal considerando os 12 últimos meses que totalizou o valor de **R$75.845.527,67**o que corresponde a **49,96% da Receita Corrente Liquida** do período de Maio/ 2023 a Abril de 2024,em seguida apresentou os gastos com Educação no valor de **R$7.493.333,74**o que corresponde **26,00%,**e com Saúde no valor de **R$7.611.220,21**, que corresponde a **26,40%** e apresentou o quando dos Limites da Dívida Fundada, que apresenta uma Dívida Consolidada de **R$9.275.149,28** e uma Dívida Liquida de**-R$42.138.840,44** e finalizou a apresentação com os Restos a Pagar que apresentou um saldo de**R$3. 855.942,02**considerandoos valores inscritos no exercício. Ressaltou a importância da participação da sociedade nas audiências públicas e abrindo para perguntas. A Secretaria de Planejamento, na pessoa da senhora Giovana dos Santos, apresentou as atividades realizadas pela Secretaria tais como: monitoramento de sistemas, participação em reuniões técnicas, visitas realizadas pelo setor de engenharia, fiscalizações, convênios firmados, elaboração de planilhas orçamentárias, emissão de alvarás, elaboração de projetos, prestação de contas, emissão de certidões dentre outros documentos feitos pela Secretaria. Na seqüência a senhora Nathieli Barotto representando a Secretária de Saúde, apresentou quantos e quais atendimentos foram realizados pela Secretaria de Saúde neste período: mostrou osatendimentos realizados pelo Hospital Municipal de Jaciara que atende não somente os munícipes Jaciarenses, mas também outros municípios (São Pedro da Cipa, Juscimeira e Dom Aquino além dos acidentados da BR 364) com internação hospitalar, consulta ambulatorial, parto normal, parto cesárea, raio-x, pequenas cirurgias, transporte de pacientes, e atendimento serviço social, com apresentação de planilhas detalhadas dos atendimentos que foram realizados no quadrimestre; quantidades de atendimento do CEM, CAPs, Assistência Farmacêutica, Exames Laboratórias,SAMU, Agência Transfusional de Jaciara, Centro de Reabilitação, Vigilância Epidemiológica, Vigilância Sanitária, Vigilância Ambiental, Central de Regulação, NASF/e-Multi, **Atenção Básica, e** também as evidencias dos trabalhos realizados na Atenção Básica em Saúde juntamente com a equipe, usuário se parceiros.Em seguida a senhora Ianária Tabosa Lopes, representando a Secretaria de Educação, Cultura Desporto e Lazer, apresentou os trabalhos realizados no quadrimestre tais como: Semana Pedagógica (acolhimento dos Profissionais da Educação com palestra sobre “Bem estar e saúde mental “ e entrega do Prêmio Educa Jaci, para as escolas professores com melhore resultados; entrega de notebooks aos professores, uma ação de Colaboração entre Estado e Município; Posse dos diretores); Programa Alfabetiza MT com publico alvo os gestores escolares, professores e estudantes na educação infantil e alfabetização (encontros formativos, acompanhamento e monitoramento das ações e práticas pedagógicas, assessoria técnico pedagógico, avaliações da fluência em leitura, utilização do material didático complementar); AVALIA MT**-**Participação dos estudantes do Ensino Fundamental nas avaliações diagnóstica, formativa e Somativa;Utilização de plataformas: Plataforma da Alfabetização em Regime de Colaboração – PARC e Plataforma Avaliação e Monitoramento para logística, aplicação e acesso aos resultados das avaliações; **Sistema Aprende Brasil** - Público alvo**:** Diretores, coordenadores e professores tendo cursos e formação continuada com especialistas, Utilização de apostilas da Educação infantil e Ensino Fundamental; Sistema de avaliação (Sondar, Hábile); Consultoria para equipe pedagógica da SME. Programa União Faz a Vida- Programa de Responsabilidade Social da Cooperativa Sicred Vale do Serrado; Formação do material Educacional Mais Infância com todos os profissionais das UMEIS /CMEI do município; Acompanhamento pedagógico com os professores da Educação infantil e Ensino fundamental em distrito de Celma; **Prevenção começa na Escola-Palestras e teatros sobre abuso sexual em parceria com Ministério Público**; Estudantes das Escolas Municipais e estaduais participaram do ciclo de palestras sobre prevenção do Bullying e Transtorno do Espectro Autista; Estudantes das Escolas Municipais participaram do ciclo de palestras sobre a Prevenção da Violência contra a Mulher, como tema transversal no currículo, atendendo a Lei 14.464/21;Reunião com auxiliares e professores da educação especial; Chá com Amor-Realização de um encontro com as mães de crianças Autistas; Implantação do Cantinho da leitura nas Escolas Municipais; Cursos de primeiros Socorros- o Curso noções práticas básicas de primeiros socorros foi ofertado entre fevereiro e abril, para todos os profissionais das escolas e unidades de educação infantil, em parceria com o 9 CIBM de Jaciara; Lançando do projeto S.O.S Melhor amigo-Pitstop da campanha Abril laranja; Reunião para alinhamento do Muxirum na Fazenda Girassol, e informes sobre o ano letivo 2024 no Assentamento São Francisco e Assentamento Gleba Mestre e Renascer. Diretoria de Cultura apresentações realizadas no Mirante de Vidro com Ballet e Teatro juntamente com as escolas e UMEIS e CMEIS. Ações realizadas pela diretoria de Esporte e Lazer: handebol feminino, Voleibol feminino, futsal feminino, Futsal masculino sub 9, Futsal masculino sub 11, Participação no Canfejinho, quadrangular de vôlei masculino em Rondonópolis-MT, Palestra sobre a inclusão com os deficientes visuais na Escola Modelo Santo Antônio, amistoso realizado em Rondonópolis, voleibol feminino, atividades realizada na Pestalozi.Logo após a Senhora Kizi Amorimapresentou os serviços oferecidos pela Secretaria de Turismo Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. Reunião Online com o Ministério do Turismo referente ao Mapa do Turismo, envolvendo tópicos importantes, como a atualização de dados turísticos, identificação de novas regiões turísticas, estratégias de promoção de destinos e políticas de apoio ao desenvolvimento do turismo;Reuniões mensais do COMTUR (Conselho Municipal de Turismo); Reunião Online IGR – tratativa de ações de gestão integrada e sustentável do turismo, colaborando com diferentes níveis de governo;Informações referente a: - articulação entre municípios de uma mesma região turística, buscando a integração de ações e projetos;- criação de roteiros turísticos que conectem diferentes municípios de uma região, destacando aspectos culturais, naturais e históricos, e promovendo a integração de serviços como hospedagem, alimentação e transporte;Promoção do destino turísticoJaciara MT **(**Veiculação em diferentes canais de mídia ,site, redes sociais, jornal, TV) ; Visita técnica nos empreendimentos turísticos para orientação e apoio; Reunião estratégia com representante do SEBRAE MT;2º Encontro de Motoclubes; Palestra como melhorar a presença digital dos negócios turísticos; Conferência virtual sobre regiões turísticas e trilhas de Longo curso; Reunião Online com municípiossobre a FIT PANTANAL com a SEDEC/MT ;Formulário de levantamento de ofertaturística do municipio de Jaciara- MT; Integração do Município de Jaciara no mapa do turismo Brasileiro ;Reconhecimento do COMTUR (Conselho Municipal de Turismo) no Sistema de Informações do Mapa do Turismo brasileiro;Apoio e parceria no Projeto River Live Music MT o qual tem o propósito de criar e publicar produções musicais através de imagens e conteúdos com os artistas do Estado, apresentando os locais com características de cartões postais do ESTADO DE MATO GROSSO. Local em Jaciara – Mirante de Vidro D. Regina Rosa dos Reis.Já no Meio Ambiente foram oferecidos Serviços conforme a Política Municipal de Proteção Ambiental: Termo de compromisso para uso adequado de som no perímetro urbano e rural;Auto inspeções; corte de árvore com vistoria técnica, fiscalizações, orientações e atendimento de denúncias,licenciamentos ambientais,dispensa de licenciamento ambiental; Central de Triagem- Cooperativa Cooperviva(coleta de 243 toneladas de lixosreciclável de janeiro a abril de 2024); CooperativaCapacitação Avançada da Descentralização da Gestão Ambiental em Lucas de Rio Verde;Audiência Pública em Defesa da causa animal com a equipe da Câmara Temática Setorial da AL/MT na Câmara Municipal de Jaciara/MT – 30 de Março. A Secretaria de Governo, Secretaria de Infraestrutura, Secretaria de Assistência Sociale a Secretaria de Agricultura não compareceram. Após a apresentação por parte das Secretarias presentes, encerra-se a LIVE da Audiência. E nada mais ha-

vendo a relatar, eu Valdete Regina de Jesus secretariei a presente Ata na qual assino na presença dos demais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

PORTARIA Nº. 041/2024/SME/JANGADA/MT.

Dispõe sobre a implantação e implementação do **Programa União Faz a Vida** na Rede Pública de Ensino de Jangada, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JANGADA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando a importância de garantir o quadro de profissionais , e fixar critérios para contagem de ponto dos profissionais interinos e do processo seletivo conforme o , PCCS da educação municipal lei n°609/2014.

Considerando a Parceria pela em Regime de Colaboração entre Cooperativa e Município de Jangada-MT.

Considerando o Termo de Cooperação entre Cooperativa Sicredi .

RESOLVE:

Art. 1º - Garantir que todos os profissionais da educação municipal participem das metodologias de projeto pedagógico na sua respectiva unidade escolar, para tanto e preciso;

1.Definir quais são as capacidades mínimas a serem atingidas em diferentes momentos do processo de alfabetização;

Art.2º O professor precisa estar atento as necessidades dos seus alunos e fortalecendo a aprendizagem dos mesmos através das vivencias nas atividades como protagonista de seu aprendizado.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Educação conceder 1.0 ponto para o profissional que tiver trabalhado projeto do programa união faz a Vida , desde de que o mesmo esteja inserido na plataforma PUFV.

Art. 4º - Estabelecer rotinas de trabalho mensais e semanais e utilizar material específico, que esteja em consonância com essa rotina;

1. É necessário organizar a escola em torno de um trabalho cooperativos, envolvendo pais ,professores e comunidade escolar e participação da comunidade de aprendizagem.

2. É necessário definir os meios para alcançar essas metas ou finalidades

3. Criar instrumentos compartilhados para diagnosticar e avaliar os alunos;

4. É necessário escolher instrumentos de registro, de preferência coletivos e que possam ser comparados;

5. Organizar e difundir todas as formas de intervenção que possam ser mobilizadas pela rede ou escola. Os alunos com dificuldades devem merecer um olhar especial, desde o começo do ano, com ações de reforço para evitar a reprovação

6. As vezes e útil que as escolas desenvolvam mecanismos para reagrupar, mesmo que provisoriamente, os alunos que não alcançam os conhecimentos e habilidades em cada etapa do processo, utilizando novos procedimentos metodológicos e diferentes materiais didáticos;

7. E necessário ainda avaliar o trabalho realizado pela escola. Avaliar a aprendizagem do aluno implica também a avaliação das práticas de ensino e das instituições responsáveis por esse ensino;

8. Organizar a formação em serviço dos professores alfabetizadores;

9.Ter altas expectativas em relação à aprendizagem dos estudantes. É preciso que toda comunidade escolar se conscientize de que as crianças das escolas públicas, em sua maior parte expostas a processos de exclusão social, são capazes de aprender

Art. 5º- Melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), no âmbito das escolas pertencentes a rede pública municipal de Jangada-MT.

Art. 6º Acompanhar os indicativos de aprendizagem dos estudantes do Ensino Infantil e Anos Iniciais do Município de Jangada-MT, durante este período de Pandemia da COVID 19 e suas variantes;

Art. 7º Avaliar externa e interna a aprendizagem dos estudantes;

Art. 8º Incentivar e acompanhar as escolas municipais e estaduais juntamente com as DREs/SEDUC - MT;

Art. 9º Formar professores e funcionário no ambiente de trabalho de forma continuada;

Art. 10º Acompanhar o aprendizado dos estudantes e os resultados no seu processo de ensino - aprendizado;

Art. 11º Formar gestores e realizar avaliação formação ao processo de formação conforme novo FUNDEB;

Art. 12º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRADA PUBLICADA

CUMPRA-SE

Jangada – MT, 14 de Agosto 2024.

_____

Villma Vera Mendes

Secretária Municipal de Educação de Jangada - MT

PORTARIA Nº 040/2024/SME JANGADA-MT.

Dispõe sobre a implantação e implementação do **Programa Compromisso Nacional Criança Alfabetizada** na Rede Publica de ensino de Jangada, Estado de Mato Grosso , e da outras providencias.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EUDCAÇÃO DE JANGADA – MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

Considerando o Decreto 11.556/2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Considerando a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular.

Considerando a Lei Nº 9.394, de 20 Dezembro de 1996, Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Considerando a importância do trabalho em Regime de colaboração entre, União, Estados e Munícipio.

RESOLVE:

Art. 1º Garantir que todos os profissionais da Educação participem direta e indiretamente da implantação da politica.

Paragrafo único- o compromisso abrange estratégias e metodologias para garantir a alfabetização na idade certa e apoio a educação infantil.

Art. 2º - O Compromisso tem com publico Alvo;

I-Estudantes da Educação infantil denominados criança

II-Professores da Educação Infantil,

III- Estudantes da Educação Infantil 1º e 2º ano Ensino Fundamental. III-Professores da Educação Infantil 1º e 2º ano do ensino fundamental.

Art. 3º- Fomentar a Oralidade a leitura e escrita.

1- A unidade escolar devera trabalhar em rotina pedagógica para garantia das necessidades dos alunos. 2- Os professores deverá participar das formações previstas pelo LEEI-MT. 3- Os gestores participara ativamente de todas atividades proposta a eles na politica. 4- E necessário definir meios e metas necessárias para alcance dos objetivos. 5- Os professores devem observar as necessidades previstas em consonância a BNCC, garantido as crianças o direito ao protagonismo.

Art. 4º- A Secretaria Municipal de Educação concederá aos Professores com participação de 75% nas formações municipais LEEI-MT, 0,5 ponto nas contagens de ponto.

Art. 5º -A politica tem como objetivo a garantia do direito da Alfabetização as crianças na idade certa.

1-Para tanto os prefessores deverá preconizar a proposta de trabalho proposta pelo estabelecimento de ensino.

2-Zelar pela aprendizagem dos alunos.

3-Garantir meios de intervenções necessárias para recuperação dos alunos com menor rendimento.

4-Colaborar com as atividades proposta pelo estabelecimento de ensino em articulação com as famílias.

6-Participar das formações para professores de 1º e 2º do Ensino Fundamental, em regime de colaboração com o estado de Mato Grosso.

Art.6º- A Secretaria Municipal de Educação conceder se á 0,5 ponto, na contagem de ponto para professores que tiverem 75% de participação na formação do Alfabetiza-MT.

REGISTADA PUBLICADA

CUMPRA - SE

_____

Villma Vera Mendes

Secretária Municipal de Educação de Jangada- MT.

Jangada – MT, 14 de Agosto de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 28, DE 14 DE AGOSTO DE 2024

PORTARIA Nº 28, DE 14 DE AGOSTO DE 2024

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE OUVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAURU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VILSON RAMOS DA SILVA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS:

RESOLVE:

Art. 1° Fica designado para exercer a função de Ouvidor da Câmara Municipal de Jauru a servidora efetiva **MARTA PEREIRA DE MATOS**, matrícula de nº 322-1.

Art. 2º Revoga-se expressamente a Portaria nº 003, de 06 de janeiro de 2021, bem como a Portaria n

º 13, de31 de março de 2023.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroagidos a 1º de agosto de 2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE:

Gabinete da Presidência em Jauru-MT, 14 de agosto de 2024.

VILSON RAMOS DA SILVA

Presidente do Legislativo

PORTARIA Nº 245/2024

PORTARIA Nº. 245, DE 14 DE AGOSTO DE 2024

"Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição a servidora ***Sra. Vera Lucia da Silva Frez****"*

O Prefeito do Município de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, considerando o §8º do art. 4º da Emenda Constitucional nº 103/2019, e o preenchimento dos pressupostos legais contidos no Art. 6º, incisos I, II, III e IV da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c o Art. 40 § 5º, da Constituição Federal, e art. 82, incisos I, II, III e IV e parágrafo único da Lei Complementar n.º 098 de 27 de novembro de 2013, que reestrutura o regime próprio de previdência social do Município de Jauru-MT; Lei Complementar nº 068 de 16/09/2010 que dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Cargos e Carreira e Remuneração dos profissionais da Educação Básica do Município de Jauru e Lei nº 1.042/2024 que dispõe sobre a concessão de revisão geral anual aos servidores públicos municipais e agentes políticos no âmbito desta municipalidade;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra. **VERA LUCIA DA SILVA FREZ,**brasileira, portadora do RG n.º 09xxx11-7 SESP/MT e inscrita no CPF n.º 622.xxx.xxx-91, servidora Efetiva, no cargo de Professora de Pedagogia, Classe C, Nível 09, com carga horária de 30 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, matrícula nº 0120**,** contando com **32 anos, 03 meses e 14 dias** de tempo de contribuição, sendo **25 anos, 01 mês e 08 dias na função de magistério**, com proventos Integrais, conforme processo administrativo do **PREVI-JAURU, nº. 2024.04.00010P**, a partir de 15/08/2024 até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal "José Perez", em Jauru/MT, 14 de agosto de 2024.

VALDECI JOSE DE SOUZA

Prefeito Municipal

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
BALANÇO PATRIMONIAL PREFEITURA - 2023

Prefeitura Municipal de Juara

Rua Niterói, nº 81 – Centro
CEP 78575-000
CNPJ – 15.072.663/0001-99

BALANÇO PATRIMONIAL

Não consolidado
Dezembro/2023

ATIVO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa		29.244.080,14	35.463.462,32
Créditos a Curto Prazo		33.254.684,40	22.406.767,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
Estoques		1.505.105,66	905.485,66
Ativo Não Circulante Mantido para Venda		0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente		0,00	0,00
Total do Ativo Circulante		64.003.870,20	58.775.714,98
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo		3.757.732,10	0,00
Créditos a Longo Prazo		3.757.732,10	0,00
Investimentos Temporários a Longo Prazo		0,00	0,00
Estoques		0,00	0,00
VPD pagas antecipadamente		0,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00
Imobilizado		93.016.361,89	61.870.116,99
Intangível		0,00	0,00
Diferido		0,00	0,00
Total do Ativo Não Circulante		96.774.093,99	61.870.116,99
TOTAL DO ATIVO		**160.777.964,19**	**120.645.831,87**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo		2.454.885,12	1.240.499,45
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		4.281.400,26	3.604.174,08
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		178.170,55	105.918,38
Transferências Fiscais a Curto Prazo		0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo		0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo		1.614.181,78	2.043.937,76
Total do Passivo Circulante		8.528.637,71	6.994.529,67
Passivo Não Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo		769.219,61	1.004.680,25
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		37.474.798,33	37.474.798,33
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		0,00	0,00
Transferências Fiscais a Longo Prazo		0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo		0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo		0,00	0,00
Resultado Diferido		0,00	0,00
Total do Passivo não circulante		38.244.017,94	38.479.478,58
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social e Capital Social		0,00	0,00
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital		0,00	0,00
Reservas de Capital		0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial		0,00	0,00

Prefeitura Municipal de Juara

Rua Niterói, nº 81 – Centro
CEP 78575-000
CNPJ – 15.072.663/0001-99

BALANÇO PATRIMONIAL

		Não consolidado Dezembro/2023
Reservas de Lucros	0,00	0,00
Demais Reservas	0,00	0,00
Resultados Acumulados	114.005.308,54	75.171.823,62
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
Total do Patrimônio Líquido	114.005.308,54	75.171.823,62
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**160.777.964,19**	**120.645.831,87**

Prefeitura Municipal de Juara

Rua Niterói, nº 81 – Centro
CEP 78575-000
CNPJ – 15.072.663/0001-99

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES
(LEI N.º 4.320/64)

Não consolidado
Dezembro/2023

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO (I)			
Ativo Financeiro		29.244.080,14	35.463.462,22
Ativo Permanente		131.533.884,05	85.182.369,65
Total do Ativo		160.777.964,19	120.645.831,87
PASSIVO (II)			
Passivo Financeiro		14.013.850,30	14.195.646,72
Passivo Permanente		38.165.038,64	38.479.478,58
Total do Passivo		52.178.888,94	52.675.125,30
Saldo Patrimonial (I-II)		**108.599.075,25**	**67.970.706,57**

Prefeitura Municipal de Juara

Rua Niterói, nº 81 – Centro
CEP 78575-000
CNPJ – 15.072.663/0001-99

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO
(LEI N.º 4.320/64)

Não consolidado
Dezembro/2023

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVOS			
Garantias e Contra garantias recebidas		0,00	0,00
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres		17.847.284,32	17.686.084,32
Direitos Contratuais		0,00	0,00
Demandas judiciais		0,00	0,00
Outros atos potenciais ativos		0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Ativos		17.847.284,32	17.686.084,32
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Garantias e Contra garantias concedidas		0,00	0,00
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres		0,00	0,00
Obrigações contratuais		71.393.458,62	46.526.305,48
Demandas judiciais		0,00	0,00
Outros atos potenciais passivos		0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Passivos		71.393.458,62	46.526.305,48

JUARA - MT, 12 de agosto de 2024

Prefeitura Municipal de Juara

Rua Niterói, nº 81 – Centro
CEP 78575-000
CNPJ – 15.072.663/0001-99

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
(LEI Nº 4.320/1964)

Não consolidado
Dezembro/2023

FONTES DE RECURSOS	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
500 Recursos não Vinculados de Impostos		-4.027.637,75	1.999.307,67
501 Outros Recursos não Vinculados		6.295,08	41.717,17
502 Recursos não vinculados da compensação de impostos		180.018,91	0,00
540 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		594.894,75	498.873,28
543 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR		335.689,14	0,00
550 Transferência do Salário-Educação		95.609,14	181.487,25
551 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na		13,90	340,88
552 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alime		611,60	62.684,41
553 Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoi		130.357,74	87.078,08
569 Outras Transferências de Recursos do FNDE		373.945,53	-56.576,15
571 Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vin		0,00	6.965,59
575 Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Ed		26.592,15	8.848,32
576 Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação		482.110,59	506.797,21
599 Outros Recursos Vinculados à Educação		17.375,67	114.197,56
600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Fe		4.429.447,13	2.599.354,96
601 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Fe		636.733,64	1.620.483,31
602 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Fe		202.075,50	215.478,26
604 Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos a		21.254,32	0,00
605 Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos		56.712,81	0,00
621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Es		4.142.313,61	5.214.281,40
622 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes dos Governos I		259.117,80	0,00
659 Outros Recursos Vinculados à Saúde		36.692,17	33.304,58
660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		840.810,07	593.777,73
661 Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social		194.211,63	96.970,93
669 Outros Recursos Vinculados à Assistência Social		171.446,32	171.446,32
700 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União		644.222,74	1.694.501,37
701 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados		1.981.719,84	2.959.800,59
708 Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Miner		0,00	25.039,20
709 Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídric		232.917,34	121.295,45
711 Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas		670.978,71	543.422,66
715 Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisu		63.383,58	0,00
716 Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais S		60.225,56	0,00
718 Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/		2.928,92	279.387,40
749 Outras vinculações de transferências		22.253,55	30.964,35
750 Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE		30.051,11	86.270,10
751 Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COS		1.653.008,59	1.150.446,68
759 Recursos Vinculados a Fundos		655.327,42	373.348,11
Total das fontes de recursos		15.223.708,81	21.261.294,67

Notas explicativas

NOTA:

Prefeitura Municipal de Juara
Rua Niterói, nº 81 – Centro
CEP 78575-000
CNPJ – 15.072.663/0001-99

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
(LEI Nº 4.320/1964)

Não consolidado
Dezembro/2023

JUARA - MT, 12 de agosto de 2024

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
DECRETO Nº 2.124/2024

Decreto nº 2.124, de 14 de agosto de 2024.

Dispõe sobre abertura de Crédito Suplementar no orçamento vigente, e dá outras providencias.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do exercício financeiro corrente um crédito suplementar, no valor de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), na dotação abaixo discriminada:

07	Secretaria Municipal de Administração
001	PREV Juara – Fundo de Previdência Própria
09	Previdência Social
0272	Previdência do Regime Estatutário
0021	Regime Próprio de Previdência
2266	Obrigações com RPPS – Recursos Taxa de Administração
31.90.14.00.00	Diárias Civil ..... R$ 3.500,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar aberto no artigo anterior das dotações especificadas, será utilizado em igual importância, por anulação parcial ou total das dotações abaixo mencionadas, na forma dos artigos 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

007	Secretaria Municipal de Administração
001	PREV Juara – Fundo de Previdência Própria
009	Previdência Social
0272	Previdência do Regime Estatutário
0021	Regime Próprio de Previdência
2266	Obrigações com RPPS – Recursos Taxa de Administração
33.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R$ 3.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 14 de agosto de 2024.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 088/2024 DE 14 DE AGOSTO DE 2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 088/2024 DE 14 DE AGOSTO DE 2024 REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº001/2024 CONFORME HOMOLOGAÇÃO DO DECRETO N°2.104/2024 DE 05 DE JULHO DE 2024, CONFORME PUBLICAÇÃO DO DIARIO OFICIAL N° 4.521 DO DIA 08/07/2024.

Art. 1° - O Governo Municipal de Juara-MT, convoca os candidatos que foram aprovados no Processo de Processo Seletivo Simplificado n°001/2024, conforme abaixo descrito, para comparecer no prazo de **15 (quinze)** dias, a partir da data da publicação deste Edital, na Secretaria Municipal de Administração, apresentando os documentos de habilitação, conforme determinado no Edital do Processo Seletivo Simplificado n° 001/2024, a fim de entrar em exercício da função também no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 2º - **CANDIDATOS CONVOCADOS ATRAVES DO PRESENTE EDITAL:**

TECNICO EM ENFERMAGEM

Item	Nome	Classificação
01	GABRIEL HENRIQUE MORIMA DE OLIVEIRA	01°
02	LUACIANE KORB	02°

Art. 3º - Será considerado desistente perdendo a respectiva vaga, o candidato aprovado e ou classificado que não se apresentar no prazo fixado por este edital, não comprovar requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo o Governo Municipal convocar o candidato classificado na colocação subsequente.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Juara-MT, 14 de Agosto de 2024

Marcia Regina Fernandes de Araújo

Secretaria Municipal de Administração

Portaria n°208/2023 de 03/04/2023

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 087/2024 DE 14 DE AGOSTO DE 2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 087/2024 DE 14 DE AGOSTO DE 2024 REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº004/2023 CONFORME HOMOLOGAÇÃO DO DECRETO N°1.970/2023 DE 15 DE SETEMBRO DE 2023, CONFORME PUBLICAÇÃO DO DIARIO OFICIAL N° 4.321 DO DIA 18/09/2023.

Art. 1° - O Governo Municipal de Juara-MT, convoca os candidatos que foram aprovados no Processo de Processo Seletivo Simplificado n°004/2023, conforme abaixo descrito, para comparecer no prazo de **10 (dez)** dias, a partir da data da publicação deste Edital, na Secretaria Municipal de Administração, apresentando os documentos de habilitação, conforme determinado no Edital do Processo Seletivo Simplificado n° 004/2023, a fim de ser contratado ao respectivo cargo no prazo acima estabelecido.

Art. 2º - **CANDIDATOS CONVOCADOS ATRAVES DO PRESENTE EDITAL:**

TECNICO EM ENFERMAGEM

Item	Nome	Classificação
01	AELTON MOURA COELHO	38°
02	INGRID MOTA DE ARAUJO	39°

Art. 3º - Será considerado desistente perdendo a respectiva vaga, o candidato aprovado e ou classificado que não se apresentar no prazo fixado por este edital, não comprovar requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo o Governo Municipal convocar o candidato classificado na colocação subsequente.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Juara-MT, 14 de Agosto de 2024

Marcia Regina Fernandes de Araújo

Secretaria Municipal de Administração

Portaria n°208/2023 de 03/04/2023

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 089/2024 DE 14 DE AGOSTO DE 2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 089/2024 DE 14 DE AGOSTO DE 2024 REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº004/2023 CONFORME HOMOLOGAÇÃO DO DECRETO N°1.970/2023 DE 15 DE SETEMBRO DE 2023, CONFORME PUBLICAÇÃO DO DIARIO OFICIAL N° 4.321 DO DIA 18/09/2023.

Art. 1° - O Governo Municipal de Juara-MT, convoca os candidatos que foram aprovados no Processo de Processo Seletivo Simplificado n°004/2023, conforme abaixo descrito, para comparecer no prazo de **10 (dez)** dias, a partir da data da publicação deste Edital, na Secretaria Municipal de Administração, apresentando os documentos de habilitação, conforme determinado no Edital do Processo Seletivo Simplificado n° 004/2023, a fim de ser contratado ao respectivo cargo no prazo acima estabelecido.

Art. 2º - **CANDIDATOS CONVOCADOS ATRAVES DO PRESENTE EDITAL:**

FISIOTERAPEUTA

Item	Nome	Classificação
01	LUDMILA BARALDI LEAL	06°

Art. 3º - Será considerado desistente perdendo a respectiva vaga, o candidato aprovado e ou classificado que não se apresentar no prazo fixado por este edital, não comprovar requisitos exigidos através da documenta-

ção necessária para o provimento do cargo, podendo o Governo Municipal convocar o candidato classificado na colocação subsequente.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Juara-MT, 14 de Agosto de 2024

Marcia Regina Fernandes de Araújo

Secretaria Municipal de Administração

Portaria n°208/2023 de 03/04/2023

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO A ADESÃO

AVISO DE RESULTADO A ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2023 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2022 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA/MT, ATRAVÉS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE ADESÃO N.º 010/2024/SECAD

A **PREFEITURA MUNICIPA**L, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° **15.072.663/0001-99**, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, na cidade de Juara-MT, torna público para conhecimento dos interessados, que **ADERIU** a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2023 PROVENIENTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2022, PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA/MT**, através do Processo Administrativo de Adesão n.º 010/2024/SECAD, cujo objeto é a **FUTURA AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSUMO (LUMINARIAS, BRAÇOS ORNAMENTAIS E POSTES METALICOS) EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADE/ DEPARTAMENTO DE URBANISMO**, conforme especificações e condições técnicas constantes em seus anexos, cujo fornecedor registrado é a empresa: **ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA**, inscrita com o CNPJ sob o n.º 15.984.883/0001-99, sendo vencedora com valor global de **R$ 2. 889.250,00 (dois milhões oitocentos e oitenta e nove mil e duzentos e cinquenta reais).**

Juara –MT 14 de agosto de 2024

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Oficial Prefeito do Município

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
DECRETO Nº 2.122/2024

Decreto nº 2.122, de 12 de agosto de 2024.

Dispõe sobre a homologação do Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a Sessão Plenária realizada em 10 de julho de 2024 que aprovou o Regimento Interno do Conselho.

Decreta:

Art. 1° Fica homologado na forma do anexo que integra este Decreto, o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, do município de Juara.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 12 de agosto de 2024.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

Regimento Interno

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO

Art. 1º O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, órgão consultivo, permanente, deliberativo, de apoio e assessoramento, composto por igual número de representantes dos órgãos e entidades públicas e de organizações representativas da sociedade civil ligadas à área, criado pela Lei Municipal nº 3.207, de 05 de julho de 2024, reger-se-á pelo presente Regimento Interno e por Resoluções de seu Conselho Pleno.

Art. 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI tem por finalidade congregar e conjugar esforços dos órgãos públicos, entidades privadas, grupos de pessoas idosas e a sociedade em geral e tem como atribuições zelar, acompanhar, fiscalizar e avaliar a política do idoso no Município, respeitada a legislação vigente.

Art. 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa tem por finalidade:

I - definir diretrizes para a formulação da Política Municipal da pessoa Idosa;

II - aprovar a Política Municipal da pessoa Idosa a ser proposta pelo executivo;

III - atuar na formulação de estratégias e controle da execução da Política Municipal da pessoa Idosa;

IV - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços prestados à população idosa pelos órgãos, entidades públicas e privadas no município;

V - fazer proposições objetivando aperfeiçoar a legislação municipal referente à política de atendimento a pessoa idosa;

VI – receber denúncias sobre violações dos direitos da pessoa idosa efetuando o encaminhamento destas aos Órgãos e Entidades responsáveis e propondo medidas para apuração e reparação dessas violações;

VII – participar na definição dos critérios de destinação dos recursos financeiros públicos às instituições que prestam serviços as pessoas idosas;

VIII – elaborar e aprovar seu Regimento Interno.

CAPITULO II

COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Art. 4º O Conselho Deliberativo, órgão de deliberação máxima do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa é constituído por representantes, titulares e suplentes, dos órgãos públicos e das entidades da sociedade civil, sendo:

I- três representantes do Município, a saber:

a) Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e da Juventude;

b) Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho;

c) Secretaria Municipal de Saúde

II- três Representantes da sociedade civil, indicados pelas seguintes entidades:

a) Associação de Proteção do Idoso Desamparado de Juara – Irmã Maria Lucianetti;

b) Clube dos Idosos Viva a Vida;

c) Lions Clube de Juara.

Parágrafo único. Para cada membro do conselho terá um suplente;

Art. 5º O mandato dos Conselheiros será de dois (02) anos, admitida recondução, por igual período

Art. 6º Os serviços prestados pelos membros Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa não serão remunerados.

Art. 7º A Diretoria, órgão com função deliberativa e administrativa do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, será composta por Presidente, Vice-Presidente e Secretário, eleitos dentre os membros Conselho Deliberativo para um mandato de 02 (dois) anos.

Parágrafo único. Havendo necessidade de substituição de um dos membros da diretoria será procedida eleição.

Art. 8º O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, poderá criar Comissões Técnicas ou Temáticas de Trabalho, permanentes ou temporárias, de acordo com a necessidade da comunidade, são órgãos com função de apoio técnico indicadas pela Diretoria Executiva e eleita pelo Colegiado, por Resolução do Conselho.

§ 1º As Comissões de Trabalho poderão contar ainda, por tempo determinado, com a participação de consultores, assessores, colaboradores ou convidados especiais.

§ 2º A Coordenação das Comissões será exercida por pessoa escolhida dentre os seus pares da Diretoria.

Art. 9º As entidades governamentais e não-governamentais poderão substituir seus representantes, comunicando o fato por escrito à presidência do CMDPI.

CAPÍTULO III

DO FUNCIONAMENTO

Art. 10. O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa se reunirá ordinariamente a cada dois meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente.

I – Os assuntos urgentes deste Conselho deverão ser comunicados pelo Presidente para uma reunião extraordinária.

II – As reuniões ordinárias e extraordinárias serão convocadas por escrito, telefonemas ou no curso de reunião ordinária, com antecedência de quarenta e oito (48) horas;

III – Para instalação da sessão é necessário *quórum* correspondente a maioria simples;

IV – Não havendo *quórum* até a hora estabelecida para início da sessão, lavrar-se-á o Termo de Presença ficando o expediente e a ordem do dia transferindo para a reunião imediata;

V – Será facultado ao Presidente o voto simples e de qualidade quando houver empate nas votações.

Art. 11. Sempre que julgar relevante o Presidente do CMDPI poderá convidar e dar direito a voz nas reuniões ordinárias e extraordinárias a profissionais de reconhecida competência, bem como entidades ou pessoas previamente agendadas.

Art. 12. No caso de faltas e impedimentos do Presidente assume o Vice-Presidente e na ausência de ambos, assumirá a Secretária Executiva.

Art. 13. O trabalho da Assembléia Geral terá a seguinte sequência:

I – verificação de *quórum* para instalação do colegiado;

II – leitura, votação, aprovação e assinatura da Ata da reunião anterior;

III – apresentação, discussão e votação das matérias;

IV – comunicação breve e franqueamento da palavra.

Art. 14. O Conselheiro Titular ou Suplente quando convocado, faltar sem justificativa, a três reuniões consecutivas ou cinco alternadas no período dos dois anos de vigência de sua representação, perderá o mandato, sendo o fato comunicado ao responsável da respectiva área ou à entidade que representa, conforme o caso, para a designação de outro representante.

I – a justificativa de ausência de conselheiros para ter validade, deverá ser apresentada à Secretaria Executiva do CMDPI com quatro dias úteis de antecedência, salvo motivo de força maior;

II – caso o conselheiro venha faltar na Assembléia por motivo de força maior, deverá comunicar à Secretaria Executiva do CMDPI até quatro dias úteis após a reunião;

III – na impossibilidade da participação do titular, deverá comparecer a reunião, o suplente designado oficialmente.

CAPÍTULO IV

DA COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÕES

Seção I

Da Assembleia Geral

Art. 15. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa:

I – Comparecer as reuniões sempre que convocada;

II – Eleger entre seus membros, o Presidente, Vice-Presidente e Secretária(o) Executiva(o), mediante votação;

III – Elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

IV – Formular, acompanhar e fiscalizar a política das pessoas idosas, a partir de estudos e pesquisas;

V – Propor medidas que assegurem o exercício dos direitos da pessoa idosa;

VI – Acompanhar a execução da Política Municipal da Pessoa Idosa;

VII – Oportunizar processos de conscientização da sociedade em geral, com vistas a valorização da pessoa idosa;

VIII – Promover a integração de entidades governamentais e não-governamentais que desenvolvem ações voltadas à pessoa idosa;

IX – Oferecer subsídios para a formulação de Leis, Decretos ou outros atos administrativos pertinentes ao interesse da pessoa idosa;

X – Participar das Comissões Técnicas e Temáticas e Grupos de Trabalho com direito a voto;

XI – Propor convocação de audiência ou reunião do Plenário do Conselho;

XII – Acompanhar as atividades da Secretaria Executiva do Conselho;

XIII – Aprovar e modificar o Regimento Interno do CMDPI, mediante aprovação da Plenária;

XIV – Apresentar as autoridades competentes, denúncias, relatórios, documentos e qualquer matéria referente à violação dos direitos da pessoa idosa para apuração de responsabilidade.

Seção II

Do Presidente e Vice-Presidente

Art. 16. O Presidente e Vice-Presidente do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI serão eleitos por todos os conselheiros em reunião para um período de dois (02) anos, por maioria absoluta.

I – O Secretário será escolhido e eleito dentre os membros titulares ou suplentes;

II – O Presidente será substituído em suas ausências ou impedimentos pelo Vice-Presidente, a quem cumprirá o exercício de suas funções e, na falta deste, pelo Conselheiro mais idoso.

Art. 17. Ao Presidente compete:

I - Convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias;

II - Ordenar o uso da palavra;

III - Aprovar as pautas das reuniões e estabelecer as prioridades das matérias a serem apreciadas;

IV - Submeter aos conselheiros as matérias para sua apreciação e deliberação;

V - Assinar Atas, Resoluções e/ou documentos relativos às deliberações do Conselho;

VI - Delegar competências;

VII - Decidir as questões de ordem

VIII - Representar o Conselho em todas as reuniões ordinárias e extraordinárias;

IX- Determinar à Secretaria Executiva no que couber, a execução das deliberações emanadas do Conselho;

X - Formalizar após aprovação do Conselho, os afastamentos dos seus membros;

XI - Determinar a inclusão na pauta de trabalhos dos assuntos a exame do Conselho;

XII - Instalar os Grupos de Trabalho constituídos pelo Conselho;

XIII - Designar relatórios.

Art. 18. Ao Vice-Presidente compete:

I – Substituir o Presidente em seu impedimento;

II – Acompanhar as atividades da Secretaria (o) Executiva (o);

III – Auxiliar o Presidente no cumprimento de suas atribuições;

IV – Exercer as atribuições que lhe sejam conferidas pelo Plenário.

Seção III

Da Secretaria Executiva

Art. 19. A Secretária Executiva compete:

I – Substituir o Vice-Presidente no seu impedimento;

II – Coordenar o apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Conselho e manter os conselheiros titulares e suplentes informados das reuniões e da pauta a ser discutida;

III – Expedir correspondência e arquivar documentos;

IV – Elaborar as atas e ser o relator oficial nas reuniões do Conselho;

V – Receber, previamente, relatórios e documentos a serem apresentados na reunião para fim de processamento e inclusão na pauta;

VI – Informar os compromissos agendados à Presidência;

VII – Prestar contas dos seus atos à Presidência, informando-a de todos os fatos que tenham ocorrido no Conselho;

VIII – Exercer outras funções correlatas que lhe sejam atribuídas pelo Presidente ou pelo Plenário.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20. Todos os conselheiros têm livre acesso aos documentos do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, mediante solicitação por escrito ao Presidente do Conselho, observando o sigilo legal das informações.

Art. 21. Nenhum membro poderá agir em nome do Conselho, sem prévia delegação.

Art. 22. Qualquer membro do Conselho poderá intervir em situações de flagrante desrespeito dos direitos e deveres dos idosos, salvo as de competência exclusivas do Presidente do Conselho.

Art. 23. Registrando-se dúvidas de interpretação ou constatando-se lacuna neste Regimento Interno, o Plenário deverá decidir a respeito.

Art. 24. O Plenário é o órgão máximo de decisão do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI.

Art. 25. O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI definirá suas estratégias de atuação junto aos órgãos municipais com objetivo de zelar pelo cumprimento das Políticas Públicas Integrada à Pessoa Idosa.

Art. 26. Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação.

Juara-MT, 10 de julho de 2024.

Rosa Luzia Zanquette Ropelli

CPF: 503.625.001-00

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JUINA
EXTRATO DO DÉCIMO TERCEIRO ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 148/2022

MUNICIPIO DE JUINA-MT

EXTRATO DO DÉCIMO TERCEIRO ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 148/2022 - PROCESSO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 41/2022; OBJETO: o repasse do valor de R$ 35.252,90 (trinta e cinco mil duzentos e cinquenta e dois reais e noventa centavos), valores recebidos através da Portaria GM/MS Nº. 3.113, de 22 de janeiro de 2024, do Ministério da Saúde, relacionados a transferência de recursos para a assistência financeira complementar da União destinada ao cumprimento dos pisos salariais nacionais de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras competência do mês de julho de 2024.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 7.498, de 25 de junho de 1986, a Portaria GM/MS Nº 3.113, de 22 de janeiro de 2024, e o artigo 65 da Lei nº 8.666/1993. DATA DA ASSINATURA: 09/08/2024;

Prefeito Municipal: PAULO AUGUSTO VERONESE.

Representante Legal da SOCIEDADE JUINENSE DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM E MEDICINA INTENSIVA LTDA: MARCELO BOSCOV OLIVEIRA DOS SANTOS.

Administrador de Licitações

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
DECISÃO PREGÃO ELETRÔNICO 039/2024

GABINETE DO PREFEITO

DECISÃO DO PREFEITO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 039/2024;

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 248/2024;

ASSUNTO: RECURSO ADMINISTRATIVO;

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES (DESKTOP AVANÇADO) EXCLUSIVOS PARA SEREM UTILIZADOS NOS ATENDIMENTOS MÉDICOS OFERTADOS ATRAVÉS DO PROGRAMA SAÚDE DIGITAL DO ESTADO DE MATO GROSSO, ATENDENDO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JUÍNA.

RECORRENTES: MARIA CRISTINA MATTEI LTDA EPP – CNPJ: 03.727.710/0001-06;

RECORRIDO: OLMI INFORMÁTICA LTDA – CNPJ: 00.789.321/0001-17.

Vistos etc...

Cuida-se de remessa da Agente de Contratação/Pregoeira designada que em análise ao Recurso Administrativo da empresa MARIA CRISTINA MATTEI LTDA EPP – CNPJ: 03.727.710/0001-06, manteve as deliberações proferidas na sessão de licitação, conforme decisão administrativa motivada e fundamentada constante das fls. 551/561 do processo eletrônico n.º 2358/2024.

Com efeito, não tendo sido reconsiderada a decisão anterior, em cumprimento ao art. 165, § 2.º, da Lei Federal n.º 14.133/2021, remeteu os autos, devidamente informados, ao Gabinete do Prefeito Municipal para julgamento em última instância recursal.

É o relatório.

Passo a analisar e decidir sobre o recurso administrativo apresentado.

No que tange as preliminares e requisitos de admissibilidade recursal, relativo à tempestividade e da inclusão de fundamentação do Recurso pela Recorrente, verifico dos autos, que a peça recursal somente será conhecida pela Administração Municipal desde que tempestiva e motivada, nos termos do art. 165, inciso I, alínea c e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Portanto, uma vez apresentado as Razões Recursais na forma estabelecida, o torna admissível e, portanto, o Recurso deve ser conhecido para todos os efeitos legais.

Assim, superada a fase de admissibilidade recursal, passaremos a análise do mérito dos recursos apresentados.

No que tange ao recurso administrativo apresentado pela empresa MARIA CRISTINA MATTEI LTDA EPP, verifico dos autos, que a decisão da Agente de Contratações/Pregoeira deverá ser mantida, pois em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

Considerando a Decisão bem motivada e fundamentada proferida pela Agente de Contratações/Pregoeira, encontrando-se em conformidade com as disposições legais e os princípios aplicados ao procedimento licitatório, nos seguintes termos:

O presente processo tem como objeto a AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES (DESKTOP AVANÇADO) EXCLUSIVOS PARA SEREM UTILIZADOS NOS ATENDIMENTOS MÉDICOS OFERTADOS ATRAVÉS DO PROGRAMA SAÚDE DIGITAL. Informo que a modalidade escolhida para a pretensa contratação foi o PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, modalidade de obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns de acordo com a Lei Federal n.º 14.133/2021.

O critério de julgamento “menor preço” objetiva que a Administração consiga adquirir um produto com menor custo e boa qualidade, de forma a satisfazer os direitos e garantias do cidadão, ao passo em que reduz prejuízos ao erário. Consequentemente, é evidente que outros elementos, tais como qualidade, durabilidade, garantias e aparência do produto ou serviço devem ser considerados na licitação, ainda que se trate de licitação do tipo menor preço.

Irresigna-se a Recorrente com a desclassificação de sua proposta por não atendimento das especificações do termo de referência, verificado após análise pela equipe técnica, que o produto ofertado por ela não atende, plenamente, os seguintes pontos: ofertou processador INTEL I7-12700F (sem gráfico integrado), diferente do solicitado em edital (INTEL I7-12700); A memória RAM ofertada é do tipo SODIMM, ou Small Outline DIMM, versão compacta de SIMM, projetada para dispositivos onde o espaço é uma preocupação, como laptops, notebooks e dispositivos compactos. Dessa forma, não sendo compatível com a placa mãe de Desktop padrão ATX ou Micro ATX.

Nesse sentido, fundamenta sua peça afirmando que, o edital não especificou expressamente que necessitaríamos de um equipamento com a presença de gráficos integrados. Dessa forma, por mais que o processador ofertado por ela (INTEL CORE I7- 12700F) não seja o mesmo que o solicitado em edital, este oferece o mesmo desempenho, portanto, atende os requisitos. Inicialmente informo que, no item 5.9 do instrumento convocatório dispõe que, a apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidade e qualidade adequada à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

Destaco que uma proposta de preços, para fins de licitação, trata-se de um documento formal apresentado por empresas interessadas em fornecer bens ou serviços para órgãos da Administração Pública. Essa proposta detalha os valores que a empresa cobrará para cada item ou serviço licitado, além de outras informações importantes para a avaliação da sua oferta.

Dentre os objetivos principais da proposta de preços, destaco que o documento tem por finalidade: · Atender às exigências do edital: A proposta de preços deve ser elaborada de acordo com as regras e critérios definidos no edital da licitação. Isso significa que a empresa precisa apresentar todas as informações solicitadas e seguir o formato especificado. · Demonstrar competitividade: O preço é um dos principais fatores considerados na avaliação das propostas, por isso, a empresa precisa apresentar valores competitivos que sejam compatíveis com o mercado e com a sua capacidade de entrega. · Destacar diferenciais: Além do preço, a empresa também pode destacar outros diferenciais da sua proposta, como a qualidade dos produtos ou serviços oferecidos, a experiência da empresa no mercado, a capacidade técnica para executar o objeto da licitação, etc. Nesse sentido, ressalto que, no ato de conferência dos documentos de habilitação da Recorrente verificou-se que estavam de acordo com as exigências do edital. Por outro lado, quanto à proposta de preços, por tratar-se de produto que demande conhecimento mais aprofundado, foi solicitado ao Departamento de TI que auxiliasse na análise dos componentes que ela especificou na proposta, para confrontar com aqueles que foram solicitados no Termo de Referência.

Após minuciosa conferência, verificou-se que, por mais que a Empresa tivesse proposto entregar um desktop com processador INTEL CORE I7, este não contemplava a integração de gráficos, apresentando uma versão mais simples do processador (Modelo 12700F e não 12700 – portanto em discordância com o solicitado em edital). Ressalta-se que, por mais que o processador seja da mesma marca, possuindo desempenho semelhante ao solicitado em edital, este não contempla o descritivo do item em sua plenitude. Ademais, a empresa alega inobservância da Pregoeira em relação ao princípio da vinculação ao edital, pontuando que o edital não exige explicitamente a necessidade de um sistema gráfico integrado e exige a apresentação de placa de vídeo separada, reforçando que a ausência de gráficos no processador não deveria ser motivo para desclassificação de sua proposta.

Dessa forma é necessário esclarecer que, o atual ordenamento jurídico reconhece que os princípios não são simples recomendações, orientações; são normas que obrigam aqueles que a elas estão sujeitos. A sua generalidade quanto aos destinatários e ao conteúdo não prejudica a sua força coercitiva e assegura maior potencial de durabilidade na regulação da vida em sociedade.

Todavia, o sistema não pode ser baseado somente em princípios, porque a sua aplicação a determinado caso concreto depende de atividade interpretativa do agente a ele submetido, o que pode comprometer sua segurança jurídica, daí porque se depende também da definição das regras. Sendo assim, somente de regras não seria possível a sua manutenção, considerando que o diploma legal teria que ser muito minucioso, exaustivo, completo, o que impediria a ponderação dos interesses públicos e a evolução ágil da norma compatível com as necessidades e conflitos sociais em dado momento histórico. Concluindo, temos que os princípios são mandamentos de otimização, normas que ordenam a melhor aplicação possível, dentro das possibilidades jurídicas e reais existentes, portanto, a sua incidência depende de ponderações a serem realizadas no momento de sua aplicação. Existindo para o caso concreto mais de um princípio aplicável, esses não se excluem.

Nesta oportunidade, pontuo que o princípio da vinculação ao edital de licitação é um dos pilares da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/21), e estabelece que tanto a Administração Pública quanto os licitantes ficam obrigados a seguir rigorosamente as regras e condições previstas no edital, desde a sua publicação até a fase de execução do contrato.

Dentre as principais finalidades desse princípio, podemos destacar as seguintes: · Garantir a isonomia e a competitividade: todos os licitantes competem em iguais condições, evitando favorecimentos ou privilégios a qualquer um. · Assegurar a transparência: as regras do certame estão claras e acessíveis a todos, desde o início do processo. · Promover a segurança jurídica: tanto a Administração quanto os licitantes têm a certeza de que seus direitos e deveres serão respeitados. · Evitar arbitrariedades: a Administração não pode alterar as regras do edital de forma unilateral, o que garante a imparcialidade do processo.

Destarte, o princípio da vinculação ao edital abrange todos os aspectos da licitação, desde a fase de preparação do edital até a fase de execução do contrato. Isso significa que o edital deve conter todas as informações necessárias para que os licitantes possam apresentar suas propostas de forma justa e competitiva. À vista disso, torna-se um ponto fundamental para garantir a lisura e a transparência dos processos licitatórios na Administração Pública. Ao seguir as regras do edital, tanto a Administração quanto os licitantes contribuem para a boa aplicação dos recursos públicos e para a construção de um Estado mais justo e eficiente.

Portanto, quando a Recorrente alega inobservância da aplicação do referido princípio no certame do Pregão Eletrônico n.º 039/2024, esta pressupõe que a Pregoeira desclassificou sua proposta de modo autoritário e sem considerar que a licitante, como bem diz, ofertou a proposta mais vantajosa.

Entretanto, verifica-se que, no âmbito de contratações públicas, a proposta mais vantajosa não necessariamente é a de menor preço e sim aquela que oferece a melhor relação custo-benefício para a Administração. Isso significa que a proposta vencedora não deve ser necessariamente a de menor preço, mas sim aquela que atende às necessidades do Órgão licitante da forma mais eficiente e eficaz, levando em consideração diversos fatores, tais como:

· Preço: o valor proposto para a execução do objeto da licitação; · Qualidade: os materiais, a mão de obra e os serviços utilizados na execução do objeto da licitação; · Prazo: o tempo necessário para executar o objeto da licitação; · Experiência da empresa: a capacidade técnica e a experiência da empresa licitante na execução de objetos semelhantes; · Garantias: as garantias oferecidas pela empresa licitante para o objeto da licitação; · Sustentabilidade: os aspectos socioambientais relacionados à execução do objeto da licitação.

De mais a mais, em que pesa a Recorrente ter ofertado o menor valor na sessão, o item apresentado por ela, após analise do catálogo, não atendia plenamente o descritivo do Termo de Referência (podendo ser um dos motivos pelos quais o valor ofertado por ela tornou-se bem menor que o valor ofertado pelas demais licitantes).

Portanto, a alegação de inobservância do princípio da vinculação ao edital, bem como que o processador por ela ofertado atende o edital não merece prosperar. Outrossim, seguindo a análise da peça formulada pela Recorrente, esta alega que a empresa OLMI INFORMÁTICA LTDA deixou de apresentar a declaração de enquadramento como ME/EPP, pois, sendo o processo exclusivo para participação dessas empresas, a Recorrida, deixou de comprovar tal condição, motivo pelo qual deveria ter sido inabilitada.

Em sede de contrarrazões, a licitante pontua que anexou a declaração, bem como a comprovação, através do Balanço patrimonial e Certidão Simplificada, de que atende os requisitos para se beneficiar do tratamento aplicado às MEEPPs, demonstrando que está apta a participar de certames destinados às MEEPPs. Em análise ao mencionado nas razões recursais, verifico que não assiste razão à Recorrente, visto que a empresa OLMI INFORMÁTICA, de fato, anexou a referida Declaração juntamente com as demais declarações solicitadas no edital. Além disso, comprovou sua situação através do envio do Balanço Patrimonial e Certidão Simplificada. Deste modo, o pedido de inabilitação por ausência de condição habilitatória não merece prosperar, visto que não há, no julgamento dos documentos de habilitação, quaisquer empecilhos que comprometam a comprovação da habilitação da empresa OLMI INFORMÁTICA LTDA.

Quanto à alegação de que o produto da Recorrida não atende as especificações do Termo de Referência, pontuo que, em análise à proposta e catálogo da empresa, o Departamento de TI identificou que se trata de um desktop da marca/modelo DELL INSPIRON SMALL juntamente com o monitor DELL do modelo P2422H. A Recorrida anexou junto à proposta de preços, o catálogo do produto que será ofertado a este Município, enfatizando as configurações em destaque no descritivo do item da proposta, conforme vemos abaixo:

Conclui-se, portanto, que a Recorrente deixou de observar o descritivo da proposta apresentada pela concorrente, ao passo que alega que o item por ela ofertado não apresenta as configurações mínimas exigidas no TR, justificando, assim, um dos motivos de suas fundamentações recursais. Entretanto, mais uma vez, não assiste razão à Recorrente, visto que, por mais que o catálogo não apresente as descrições tal como solicitadas no edital, nada obsta que a empresa vencedora do certame consiga entregar o equipamento nos moldes do solicitado. Estando ciente de que, em caso de qualquer vício ou irregularidade verificada no equipamento, este não será aceito pelo Município.

Sendo assim, evidencio que o princípio da supremacia do interesse público, aduzido tanto na Constituição Federal, quanto na Lei de Licitações e Contratos, um dos pilares fundamentais do Direito Administrativo, tanto no Brasil quanto em diversos outros países, estabelece que, em caso de conflito entre o interesse público e o interesse privado, o interesse público deve prevalecer.

Sendo assim, esse princípio é importante por diversas razões, dentre elas destaco, a garantia do bem-estar da coletividade, a promoção do desenvolvimento social e a garantia da igualdade, impedindo que os interesses privados de poucos prevaleçam sobre os interesses da maioria Logo, não aduz razão à Recorrente, quando solicita a inabilitação da empresa Recorrida por ausência de declaração de ME/EPP e por informar que o produto apresentado não condiz com as especificações contidas no termo de referência, ao passo que esta permanece apta a seguir classificada no pregão 039/2024, para o fornecimento do item em que se sagrou vencedora.

Por fim, é importante ressaltar que as decisões tomadas no contexto deste processo licitatório estão em perfeita consonância com a legislação vigente, tendo sido observada a submissão aos princípios que norteiam a Administração Pública, em especial aos princípios da isonomia e da vinculação ao edital do certame, sob as quais a Lei 14.133/2021 dispõe:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) (negritei).

De mais a mais, ressalto que, observar as regras do edital, o qual faz lei entre as partes, é princípio mor do certame, sendo condição sine qua non para manutenção DA LEGALIDADE, DA ISONOMIA, DA IGUALDADE e DA IMPESSOALIDADE, princípios os quais estão vinculados, tanto a Administração quanto as Licitantes.

No mais, cumpre destacar que esta Administração não deixará de cumprir seu dever fiscalizador, e em caso de descumprimento contratual, será aplicado as devidas penalidades. Portanto, caso a empresa vencedora do certame não consiga cumprir com o compromisso, estará sujeita às devidas sanções legais e administrativas.

Desta feita, depois de realizada as devidas pontuações, concluo que melhor razão não assiste à Recorrente eis que resguardados os princípios norteadores dos processos licitatórios, não havendo, portanto, qualquer indício de ilegalidade no pregão em comento.

VII – DA DECISÃO

ANTE O EXPOSTO, e com base nos fundamentos de fato e de direito registrados nas linhas acima e mais no que consta nos autos do Pregão Eletrônico n.º 039/2024, CONHEÇO o recurso administrativo interposto pela empresa, MARIA CRISTINA MATTEI LTDA EPP, para no mérito decidir

pelo seu IMPROVIMENTO. Com efeito, não tendo sido reconsiderada a decisão anterior, em cumprimento ao art. 165, §2.º, da Lei Federal n.º 14. 133/2021, faço remessa destes autos, devidamente informados, ao Excelentíssimo Prefeito Municipal para julgamento em última instância recursal.

Considerando que o art. 50, § 1º da Lei Federal nº 9.784/1999 dispõe que a motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

Considerando que a jurisprudência tem admitido a chamada fundamentação per relationem, mas desde que o julgado faça referência concreta às peças que pretende encampar, transcrevendo delas partes que julgar interessantes para legitimar o raciocínio lógico que embasa a conclusão a que se quer chegar.

Por conseguinte, diante do exposto, acolho os fundamentos da decisão da Agente de Contratações/Pregoeira para efeito de motivação de decisão e, consequentemente, entendo que não assiste razão o argumento apresentado pela Recorrente, devendo ser mantida a decisão proferida em sessão de licitação.

ANTE O EXPOSTO, com base nos fundamentos de fato e de direito registrados nas linhas acima, notadamente, fulcrados na Decisão Administrativa da Agente de Contratação/Pregoeira Oficial per relationem nos termos do art. 50, § 1º da Lei Federal nº 9.784/1999, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pela empresa, MARIA CRISTINA MATTEI LTDA EPP, uma vez que entendo como preenchidas as condições formais de admissibilidade recursal e, no MÉRITO, pelo seu DESPROVIMENTO e, consequentemente, mantenho inalterada as deliberações da Agente de Contratação/Pregoeira, pois em conformidade com as disposições legais.

DETERMINO a Agente de Contratações/Pregoeira designada, para que sejam tomadas as providências posteriores, na forma da legislação vigente, em especial, a publicação do extrato resumido da presente Decisão no Diário Oficial de Contas do TCE-MT e/ou no Diário Oficial da AMM Diário Oficial; a notificação dos licitantes nos autos do Processo Administrativo, com cópia do inteiro teor da presente Decisão.

Juína-MT, 02 de agosto de 2024.

Publique-se.

Registre-se.

Notifique-se.

Cumpra-se.

PAULO AUGUSTO VERONESE

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
DECISÃO PREGÃO ELETRÔNICO 042/2024

GABINETE DO PREFEITO

DECISÃO DO PREFEITO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 257/2024;

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 042/2024;

ASSUNTO: RECURSO ADMINISTRATIVO;

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR DO TIPO AMBULÂNCIA PICKUP 4X4, ZERO QUILOMETRO, CABINE SIMPLES COM BAÚ EM FIBRA DE VIDRO SIMPLES REMOÇÃO TIPO A, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JUÍNA/MT; RECORRENTE: BELLAN VEÍCULOS ESPECIAIS LTDA– CNPJ: 18.093.163/0001-21;

RECORRIDO: LIZARD SERVIÇOS LTDA – CNPJ: 30.536.715/0001-24.

Vistos etc...

Cuida-se de remessa da Agente de Contratação/Pregoeira designada que em análise ao Recurso Administrativo da empresa BELLAN VEÍCULOS ESPECIAIS LTDA– CNPJ: 18.093.163/0001-21, manteve as deliberações proferidas na sessão de licitação, conforme decisão administrativa motivada e fundamentada constante das fls. 1637/1645 do processo eletrônico n. º 2590/2024.

Com efeito, não tendo sido reconsiderada a decisão anterior, em cumprimento ao art. 165, § 2.º, da Lei Federal n.º 14.133/2021, remeteu os autos, devidamente informados, ao Gabinete do Prefeito Municipal para julgamento em última instância recursal.

É o relatório.

Passo a analisar e decidir sobre o recurso administrativo apresentado.

No que tange as preliminares e requisitos de admissibilidade recursal, relativo à tempestividade e da inclusão de fundamentação do Recurso pela Recorrente, verifico dos autos, que a peça recursal somente será conhecida pela Administração Municipal desde que tempestiva e motivada, nos termos do art. 165, inciso I, alínea c e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021. Portanto, uma vez apresentado as Razões Recursais na forma estabelecida, o torna admissível e, portanto, o Recurso deve ser conhecido para todos os efeitos legais.

Assim, superada a fase de admissibilidade recursal, passaremos a análise do mérito dos recursos apresentados.

No que tange ao recurso administrativo apresentado pela empresa BELLAN VEÍCULOS ESPECIAIS LTDA, verifico dos autos, que a decisão da Agente de Contratações/Pregoeira deverá ser mantida, pois em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

Considerando a Decisão bem motivada e fundamentada proferida pela Agente de Contratações/Pregoeira, encontrando-se em conformidade com as disposições legais e os princípios aplicados ao procedimento licitatório, nos seguintes termos:

Antes de aprofundar a análise dos recursos interpostos cabe ressaltar os ensinamentos do Marçal Justen Filho que leciona que “o procedimento licitatório é disciplinado por Lei, mas também por atos administrativos normativos. O ato convocatório da licitação define o objeto, estabelece os pressupostos de participação e regras de julgamento.” (2006, p. 317).

O edital é a Lei interna da licitação e antecipa o objeto que será contratado, os requisitos para habilitação dos licitantes, os prazos, o tipo de licitação, a modalidade a ser seguida e inclusive a forma de análise e apresentação das amostras. Uma vez definidas as condições no instrumento convocatório, “fica a Administração Pública estritamente vinculada aos seus termos, não podendo estabelecer exigências ou condições nele não previstas, nem tão pouco praticar atos não amparados pelo edital ou pela carta convite.” (GUIMARÃES, 2002, p. 53).

O egrégio Tribunal de Contas da União, (BRASIL, 2006. p. 17) expõe acerca do princípio da vinculação ao instrumento convocatório:

“Obriga a Administração e o licitante a observarem as normas e condições estabelecidas no ato convocatório. Nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no ato convocatório”.

A administração e os licitantes devem respeitar os princípios básicos norteadores dos processos licitatórios. Cabe ressaltar os princípios da Vinculação ao Instrumento Convocatório e o do Julgamento Objetivo, conforme ensinamentos da doutrina do TCU (Tribunal de Contas da União): “Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório Obriga a Administração e o licitante a observarem as normas e condições estabelecidas no ato convocatório. Nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no instrumento de convocação Princípio do Julgamento Objetivo Esse princípio significa que o administrador deve observar critérios objetivos definidos no ato convocatório para julgamento da documentação e das propostas.

Afasta a possibilidade de o julgador utilizar-se de fatores subjetivos ou de critérios não previstos no instrumento de convocação, ainda que em benefício da própria Administração."

Desta feita, a licitação tem como objeto a AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR DO TIPO AMBULÂNCIA PICKUP 4X4, ZERO QUILOMETRO, CABINE SIMPLES COM BAÚ EM FIBRA DE VIDRO SIMPLES REMOÇÃO TIPO A. Informo que a modalidade escolhida para a pretensa contratação foi o PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, modalidade obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns de acordo com a Lei Federal n.º 14.133/2021.

Nesse sentido, no presente processo, a Recorrente pleiteia a inabilitação da empresa LIZARD SERVIÇOS LTDA em decorrência de a proposta apresentada constar apresentar, como anexo, imagens ilustrativas de modelo de baú adaptado para ambulância. Solicita que esta Pregoeira reveja a decisão proferida na sessão do certame em epígrafe, de modo que inabilite a empresa Recorrida. Inicialmente informo que, no item 5.9 do instrumento convocatório dispõe que, a apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

Destaco que uma proposta de preços para fins de licitação, trata-se um documento formal apresentado por empresas interessadas em fornecer bens ou serviços para órgãos da Administração Pública. Essa proposta detalha os valores que a empresa cobrará para cada item ou serviço licitado, além de outras informações importantes para a avaliação da sua oferta.

Dentre os objetivos principais da proposta de preços, destaco que o documento tem por finalidade: · Atender às exigências do edital: A proposta de preços deve ser elaborada de acordo com as regras e critérios definidos no edital da licitação. Isso significa que a empresa precisa apresentar todas as informações solicitadas e seguir o formato especificado. · Demonstrar competitividade: O preço é um dos principais fatores considerados na avaliação das propostas, por isso, a empresa precisa apresentar valores competitivos que sejam compatíveis com o mercado e com a sua capacidade de entrega. · Destacar diferenciais: Além do preço, a empresa também pode destacar outros diferenciais da sua proposta, como a qualidade dos produtos ou serviços oferecidos, a experiência da empresa no mercado, a capacidade técnica para executar o objeto da licitação, etc.

Nesse sentido, ressalto que, no ato de conferência dos documentos de habilitação da Recorrida verificou-se que estavam de acordo com as exigências do edital. Ademais, conforme demonstra-se do relatório de classificação, a Recorrida apresentou o menor valor dentre as demais licitantes, portando, manteve-se na 1ª colocação.

Em análise à proposta apresentada pela Recorrida, verifico que esta anexou o catálogo do veículo solicitado, de mesmo modelo e ano e, além disso, anexou testes de ensaio e representações do modelo adaptado para ambulância, para auxílio na análise e julgamento das propostas.

Nessa linha, ressalto que, por mais que as imagens anexadas não sejam de um item idêntico ao especificado no TR, trata-se de imagens ilustrativas, sendo uma expressão comum usada em contextos comerciais e publicitários para indicar que a imagem apresentada serve apenas como uma representação visual do produto ou serviço anunciado, e não necessariamente corresponde exatamente ao item real que está sendo oferecido.

Dessa forma, sob uma perspectiva mais flexível. Independentemente das razões do particular para anexar o item idêntico ao licitado, a análise relacionada à viabilidade ou não de prosseguir com a aceitação da proposta estaria muito mais voltada a dois aspectos, sendo eles: (1) que o veículo atenda a todas as condições do edital, de modo que poderia ter sido aceito desde o início; e (2) que a apresentação de imagens ilustrativas, cujo cunho principal seja o de demonstrar como o veículo fica adaptado ao modelo ambulância, não implicará em qualquer ônus direto ou indireto para a Administração, comprometendo-se, a licitante, em entregar o veículo transformado como exigido no termo de referência, estando preservado o melhor preço a ser pactuado.

Nessa linha, o Tribunal de Contas da União já se pronunciou quanto à desclassificação de propostas em homenagem ao princípio do formalismo moderado, vejamos:

Não se desclassifica propostas de licitante pelo descumprimento de exigências pouco relevantes, em respeito ao princípio do formalismo moderado e da obtenção da proposta mais vantajosa à Administração. Acórdão 11907/2011-Segunda Câmara | Relator: AUGUSTO SHERMAN ÁREA: Licitação | TEMA: Proposta | SUBTEMA: Desclassificação Outros indexadores: Exigência, Princípio do formalismo moderado, Irrelevância, Descumprimento, Princípio da seleção da proposta mais vantajosa.

Seguindo a mesma linha de julgamento, em julgado proferido através do acórdão 357 de 2015, o TCU orienta que falhas que possam ser sanada durante a licitação, não podem ensejar a desclassificação do licitante, visto que podemos comprometer o alcance da proposta mais vantajosa obtida no certame, conforme segue:

Falhas formais, sanáveis durante o processo licitatório, não devem levar à desclassificação da licitante. No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados. Acórdão 357/2015-Plenário | Relator: BRUNO DANTAS ÁREA: Licitação | TEMA: Proposta | SUBTEMA: Desclassificação Outros indexadores: Princípio do formalismo moderado.

Em julgado recente, a respeitável Corte de Contas alerta que, no âmbito de licitações, devemos evitar a aplicação do formalismo excessivo na condução dos processos, efetivando diligências, se necessário, visando sanar erros e falhas que não comprometam o conteúdo da proposta e dos documentos já apresentados, devendo, além de observar o regramento contido no instrumento convocatório, materializar a aplicação dos princípios que norteiam as contratações públicas.

É irregular a desclassificação de proposta por erros formais ou por vícios sanáveis mediante diligência, em face dos princípios do formalismo moderado e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. Acórdão 1204/2024-Plenário | Relator: VITAL DO RÊGO ÁREA: Licitação | TEMA: Proposta | SUBTEMA: Desclassificação Outros indexadores: Diligência, Erro formal. Publicado: Boletim de Jurisprudência nº 499 de 08/07/2024.

Desta feita, informo que, diante da possibilidade de aquisição do item nos moldes das exigências contidas no Termo de Referência bem como a proposição do melhor valor, em relação às demais propostas, que apresentaram, inclusive a transformação do mesmo veículo (TOYOTA HILLUX) em ambulância Classe A (simples remoção), por um valor mais elevado, a proposta da Recorrida foi aceita e, estando com os documentos conforme exigência do edital, não há nenhum empecilho que possa macular a decisão tomada no momento da sessão pública.

Ademais, em sede de contrarrazões a empresa Recorrida reafirma o compromisso na entrega do bem conforme com as mesmas características do item licitado. Entretanto, apenas a afirmação não afasta o compromisso da Administração em vistoriar o produto no momento do recebimento, para confrontar com as especificações do TR. Neste momento, se identificada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituir os veículos estando sujeita às sanções previstas no Edital e na ARP.

Por fim, enfatizo que a ação tomada é medida que se faz necessária à proteção do interesse público. À vista disso, sempre que uma simples di-

ligência for capaz de esclarecer uma dúvida ou sanar defeito no processo licitatório esta deverá ser realizada.

Nessa linha, evidencio que o princípio da supremacia do interesse público, aduzido tanto na Constituição Federal, quanto na Lei de Licitações e Contratos, um dos pilares fundamentais do Direito Administrativo, tanto no Brasil quanto em diversos outros países, estabelece que, em caso de conflito entre o interesse público e o interesse privado, o interesse público deve prevalecer. Sendo assim, esse princípio é importante por diversas razões, dentre elas destaco, a garantia do bemestar da coletividade, a promoção do desenvolvimento social e a garantia da igualdade, impedindo que os interesses privados de poucos prevaleçam sobre os interesses da maioria.

Dessa forma, de modo a evitar o atraso e a morosidade, ocasionados pela aplicação de formalismo excessivo, caracterizado pela especificação de requisitos formais em detrimento do mérito e da finalidade das normas, representando um obstáculo significativo à eficiência da Administração Pública e à concretização da justiça, depois de verificado, que a empresa LIZARD SERVIÇOS LTDA ofertará o produto adequado às especificações constantes no Termo de Referência, e que confirmada a situação regular, habilitei a licitante por não pesar contra ela, quaisquer fatos que pudessem comprometer sua habilitação jurídica, fiscal, trabalhista ou econômicofinanceira.

Sendo assim, não aduz razão à Recorrente, quando solicita a inabilitação da empresa Recorrida por apresentar imagens meramente ilustrativas de como o veículo fica após a transformação em ambulância, de modo que esta permanece apta a seguir classificada no pregão 042/2024, para o fornecimento dos itens em que se sagrou vencedora.

Por fim, é importante ressaltar que as decisões tomadas no contexto deste processo licitatório estão em perfeita consonância com a legislação vigente, tendo sido observada a submissão aos princípios que norteiam a Administração Pública, em especial aos princípios da isonomia e da vinculação ao edital do certame, sob as quais a Lei 14.133/2021 dispõe:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) (negritei).

De mais a mais, ressalto que, observar as regras do edital, o qual faz lei entre as partes, é princípio mor do certame, sendo condição sine qua non para manutenção DA LEGALIDADE, DA ISONOMIA, DA IGUALDADE e DA IMPESSOALIDADE, princípios os quais estão vinculados, tanto a Administração quanto as Licitantes.

No mais, cumpre destacar que esta Administração não deixará de cumprir seu dever fiscalizador, e em caso de descumprimento contratual, será aplicado as devidas penalidades. Portanto, caso a empresa vencedora do certame não consiga cumprir com o compromisso, estará sujeita às devidas sanções legais e administrativas. Desta feita, depois de realizada as devidas pontuações, concluo que melhor razão não assiste à Recorrente eis que resguardados os princípios norteadores dos processos licitatórios, não havendo, portanto, qualquer indício de ilegalidade no pregão em comento.

VI – DA DECISÃO

ANTE O EXPOSTO, e com base nos fundamentos de fato e de direito registrados nas linhas acima e mais no que consta nos autos do Pregão Eletrônico n.º 042/2024, CONHEÇO o recurso administrativo interposto pela empresa, BELLAN VEÍCULOS ESPECIAIS LTDA, para no mérito decidir pelo seu IMPROVIMENTO. Com efeito, não tendo sido reconsiderada a decisão anterior, em cumprimento ao art. 165, §2.º, da Lei Federal n.º 14.133/2021, faço remessa destes autos, devidamente informados, ao Excelentíssimo Prefeito Municipal para julgamento em última instância recursal.

Considerando que o art. 50, § 1º da Lei Federal nº 9.784/1999 dispõe que a motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

Considerando que a jurisprudência tem admitido a chamada fundamentação per relationem, mas desde que o julgado faça referência concreta às peças que pretende encampar, transcrevendo delas partes que julgar interessantes para legitimar o raciocínio lógico que embasa a conclusão a que se quer chegar.

Por conseguinte, diante do exposto, acolho os fundamentos da decisão da Agente de Contratações/Pregoeira para efeito de motivação de decisão e, consequentemente, entendo que não assiste razão o argumento apresentado pela Recorrente, devendo ser mantida a decisão proferida em sessão de licitação.

ANTE O EXPOSTO, com base nos fundamentos de fato e de direito registrados nas linhas acima, notadamente, fulcrados na Decisão Administrativa da Agente de Contratação/Pregoeira Oficial per relationem nos termos do art. 50, § 1º da Lei Federal nº 9.784/1999, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pela empresa, BELLAN VEÍCULOS ESPECIAIS LTDA, uma vez que entendo como preenchidas as condições formais de admissibilidade recursal e, no MÉRITO, pelo seu DESPROVIMENTO e, consequentemente, mantenho inalterada as deliberações da Agente de Contratação/Pregoeira, pois em conformidade com as disposições legais.

DETERMINO a Agente de Contratações/Pregoeira designada, para que sejam tomadas as providências posteriores, na forma da legislação vigente, em especial, a publicação do extrato resumido da presente Decisão no Diário Oficial de Contas do TCE-MT e/ou no Diário Oficial da AMM Diário Oficial; a notificação dos licitantes nos autos do Processo Administrativo, com cópia do inteiro teor da presente Decisão.

Juína-MT, 07 de agosto de 2024.

Publique-se.

Registre-se.

Notifique-se.

Cumpra-se.

PAULO AUGUSTO VERONESE

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

PORTARIA N.º 11/2024.

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Incapacidade Permanente para o Trabalho a servidora ***Srª. Viviane da Silva Lima*.**"

A Secretária Municipal de Administração e Finanças do Município de Juruena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela EC nº. 103/2019 c/c art. 1º, da Lei nº. 10.887/2004 c/c art. 12, inciso I e art. 13 da Lei nº. 906/2011, com redação alterada pela Lei Complementar nº. 1272/2020, que rege a previdência do Município c/c Lei n°. 679/2006, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras e Vencimento c/c Lei nº. 1615/2024, que dispõe sobre o Reajuste Anual.

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de **Aposentadoria por Incapacidade Permanente para o Trabalho**, a servidora, **Srª**. **Viviane da Silva Lima**, brasileira, portadora da cédula de identidade nº. 1XXXXXX-7 SSP/MT e inscrita no CPF sob nº. 0XX.XXX.7XX.-X0, servidora efetiva, no cargo **AGEN-**

TE DE ENT. END. EPIDEOMOLOGIA, Classe D, Padrão 01, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, devidamente matriculada sob o nº. 712, contando com 17 (dezessete) anos, 04 (quatro) meses e 07 (sete) dias de tempo de contribuição, com proventos integrais, com base na integralidade da média aritmética, conforme processo administrativo do **PREVI-JURUENA**, **nº. 2024.03.00005P,** com efeitos legais a partir de **15/07/2024,** data do Laudo Médico Periciale financeiros a partir de **01/08/2024**, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação**,** retroagindo os seus efeitos a data de **15 de julho de 2024**, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Juruena/MT, 14 de agosto de 2024.

TATIANA TELES BARRETO BRITO NENEVE

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Homologo:

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 133 DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Juruena, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município combinada com a Lei Municipal n.º Lei n° 679 de 07/12/2006.

R E S O L V E:

ART. 1º. – **EXONERAR** em virtude de **Aposentadoria Incapacidade Permanente para o Trabalho** a Sra. **VIVIANE DA SILVA LIMA**, portadora do CPF n.º 0xx.x4x.xxx.x0, do cargo de AGENTE DE ENT. END. EPIDEOMOLOGIA, com carga horária de 40 horas semanais**,** nomeada através do Portaria n.º 055/2007, de 02 de abril de 2007.

ART. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01 de agosto de 2024, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Juruena/MT, 14 de agosto de 2024.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

LEI MUNICIPAL Nº 1.555/2024, DE 13 DE AGOSTO DE 2024

"**DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA-MT, PARA O EXERCÍCIO DE 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

MOISÉS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conforme disposto no inciso IV do artigo 58º. da Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito Especial no Orçamento vigente até o montante de R$ 80.424,03 (oitenta mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e três centavos), criando as seguintes dotações orçamentárias.

11.000 - SECRETARIA DA FAMILIA E BEM ESTAR

11.002 – GERÊNCIA DE CULTURA E LAZER

13.392.0010.10154 – Construção de Brinquedoteca Municipal

4.0.00.00.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS

4.4.90.00.00.00 – Aplicação Direta R$ 80.424,03

Fonte: 1.719.0000000–Transferência da Política Nacional Aldir Blanc de fomento a Cultura – Lei No. 14.399/2022.

Art. 2º. Os Créditos abertos na forma do artigo anterior serão cobertos com recursos provenientes do Excesso de Arrecadação da Politica Nacional Aldir Blanc de fomento a Cultura, conforme disposto no inciso III, do artigo 43º. da Lei Federal 4.320/64.

Art. 3º. O Poder Executivo fica autorizado a proceder à readequação dos anexos da Lei 1323/2021– Plano Plurianual (PPA) e da lei nº 1468/2023 – Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), alterando, incluindo ou excluindo, programas e ações para o exercício de 2024.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Juscimeira – MT, 13 de Agosto de 2024.

Dê ciência, publique-se e cumpra-se.

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº. 1.554, DE 13 DE AGOSTO DE 2.024.

"Altera o artigo 1º, da Lei nº. 714, de 14 de junho de 2007"

Moisés dos Santos, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conforme disposto no inciso III do artigo 58 da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica alterado o Art. 1º, da Lei nº. 714, de 14 de junho de 2007, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a extinguir a Rua "A", localizada no Bairro Cajus, no trecho compreendido entre as Ruas João Quirino da Silva com a Rua "O" Ronaldo Fidelis Pereira, conforme mapa e memorial anexo."

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 13 de Agosto de 2.024.

Moisés dos Santos

Prefeito Municipal

EXTRATO 3º ADITIVO CONTRATO 061/2022

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA – CNPJ: 15.023.955/0001-31 e CENTRO AMÉRICA COMERCIO, SERVIÇO, GESTÃO TECNOLOGICA LTDA – EPP – CNPJ: 09.179.444/0001-00

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA CAPACITADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, INTERMEDIAÇÃO, GERENCIAMENTO E CONTROLE DE FROTA COM IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO, VIA INTERNET, COM TECNOLOGIA PARA PAGAMENTO POR MEIO DE CARTÃO MAGNÉTICO OU MICRO PROCESSADO (CHIP), NAS REDES DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS PELA CONTRATADA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL E ADITIVOS, SERVIÇOS DE RASTREAMENTO VEICULAR "GPRS" OU "SATELITAL", MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO, ACESSÓRIOS, SOCORRO MECÂNICO E TRANSPORTE POR GUINCHO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, QUE COMPÕEM A FROTA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA/MT."

VALOR: R$ 362.809,41

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

EXTRATO DE CONTRATO 024/2024

EXTRATO DE CONTRATO 024/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO 015/2024 | DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2024

ÓRGÃO CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA-MT

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS HOSPITALARES VISANDO SUPRIR AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LUCIARA JUNTO À UNIDADE BASICA DE SAÚDE.**

PROPONENTE: SANCRISTO - COLETA DE RESIDUOS LTDA

CNPJ: 14.147.098/0004-61

VALOR: **R$ 16.100,00 (Dezesseis mil e cem reais).**

PRAZO: 6 (seis) meses

VIGÊNCIA: 14/08/2024 a 14/02/2025

DATA DA ASSINATURA: 14 de agosto de 2024.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 72, 75 Inciso II, da Lei 14.133/21 e suas alterações

LUCIARA-MT 18 de agosto de 2024

_____

PARASSU DE SOUZA FREITAS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2024

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que realizou o DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACORDO COM A REVISÃO PREVENTIVA DOS 40.000 KM RODADOS COM A FINALIDADE DE MANTER A GARANTIA DE FÁBRICA DA VAN SPRINTER PLACA SDN9E61 DA SECRETARIA DE SAÚDE, onde contratou-se a Empresa RODOBENS VEÍCULOS COMERCIAIS CIRASA S.Acom um valor total de R$ 5.240,20. O processo tem Fundamento Legal no Art. 75, inciso IV a), da Lei Federal nº 14.133/2021. Maiores Informações junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, Fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 14 de agosto de 2024. SUELEN CRISTINE JAROSESKI - Agente de Contratação -

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE LNTERESSE SOCIAL - PLHIS 2024

Ministério das Cidades

Secretaria Nacional de Habitação

Plano **Local deHabitação**de **InteresseSocial**- PLHIS 2024

Protocoio: 0003711.13.08/2011-23

MT

Data de Habilitação: 13/08/2024 **Data de Cadastro:** os/08/2024 **Município:** Matupá

Responsável pela elaboração do PLHIS: ROSA MARIA SURUBI DA SILVA

Telefone: (66) 9915-1407

Endereço da Prefeitura Municipal: Av. Herminio Ometto n° 101 - ZE-022, CEP: 78525-000

Email: prefeitura@matupa.mt.gov.br

Censo demográfico 2000	8786	2503	11289
Censo demog ráfIco 2010	10929	3243	""14172

Área territorial (km*): 5151.85

Taxa **de crescimento** (2000 - 2010): 2.3004554100

O **municípioé integrantede territorioda cidadania†**Sim - PORTAL DA AMAZONIA O **município** é **integrante de aglomerado urbano?** Não

O município está em área de influência de empreendimentos com significativo impacto ambiental de ámbito regional ou nacional†

Não

Existe estudo de ìmpacto?

O **municípioé integrantedeAssociaçãodeMunicípiosouConsórcioPúblico?**Sim - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÂVEL PORTAL DA AMAZONIA/ CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

Especificidade do município:

localizado em *região de interesse turístico outros - ENTRONCAMNETO DE RODOVIAS*

2.1.1 - Qúa1 é o. órgão responsável pela habitaçâo no município?

Secretaria de Assistência Social

2.1.2 - **Descrever/retratar a situação institucional/administrativa da área responsável pela habltaÇão: A** Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) é o órgão gestor da política. de assistência social no município de Matupá, em consonância com a atual Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e Lei n° 1.450 de 25 de abńl de 2024, que Instituì a Política Munìcìpal de Assistência Social, dispõe sobre as normas operacionais e.gerenciais do Sistema Único de Assistência Social no Município de Matupá — MT, e dá outras providências. Os serviços socioassistenciais do Sistema Único de Assistència Social no âmbito do Município de Matupá/ MT são organizados segundo as seguintes funções: Vigiîância Socioassistencial, Proteção Social, Defesa Social e Institucional. A política de assistência social do município de Matupź organiza-se pelos seguintes tipos de proteçâo: proteção social básica e. proteção social especial (serviços de média complexidade e serviços de alta complexidade). A Proteção Social Básica é ofertada na unidade publica Centro de Referência de Assistência Social — CRAS, Proteção Social Especial (serviços de média complexidade) na unidade publica Centro de Referência Especializado de Assistência Social — CREAS e Proteção Social Especial (serviços de alta complexidade) na unidade publica Casa Lar-Acolhimento de Criança e Adolescente. 2.1.3 - Citar as atribuiçoes do órgão municipal responsável **pela** açoes **de habitação:** Compete ao Município de Matupá, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social:destinar recursos financeiros para custeio dos benefícios eventuais de que trata o Art. 22, da Lei Federal n° 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e Lei Municipal n° 1.053, de 21 de maio de 2.018, com alterações através da Lei Municipal n° 1272, de 23 de fevereiro de 2022 e resolução n°07/2022 do CMAS mediante critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social;II - garantir a concessão de benefícios eventuais para a população usuárïa;III - executar os projetos de

enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;IV - atender às ações socioassistenciais de caráter de emergência;prestar os serviços socioassistenciais de que trata o Art. 23, da Lei Federal n° 8742, de 7 de Dezembro de 1993, e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;VI - implantar:a) coordenar a formulação e a implementação da Política Municipal de Assistência Social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social e com a Política Estadual de Assistência Social, observando as deliberações das Conferências Nacional, Estadual e Municipal de Assisténcia Social e as deliberações de competênclà do Conselho Municipal de Assisténcia Social;b) os benefícios eventuais em consonância com as deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social.VIII - cofinanciar:a) o aprimoramento da gestao e dos serviços, programas e projetos de assistência social, em âmbito local;b) em conjunto com a esfera federal e estadual, a Política Nacional de Educação Permanente, com base nos princípios da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS, coordenando-a e executando-a em seu âmbito.IX - realizar:a) o monitoramento e a avaliação da Política de Assistência Social em seu âmbito;b) a gestao local do Beneùcio de Prestação Continuada - BPC, garantindo aos seus beneficiários e famílias o acesso aos serviços, programas e projetos da rede socioassistencial;c) em conjunto com o Conselho Municipal de Assistência Social, as conferências de Assistência Social.X - gerir:a) de forma integrada, os serviç , fícios e programas de transferência de renda de sua competência;b) o Fundo MuniBi?a8bdelAsślgłZŁîčłBl S@fi8/ Old -23

âmbito municipal, o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e o Programa Bolsa Família, nos termos da Lei n° 14.601, de 19 de junho de 2023.XI- organizar:a) a oferta de serviços de forma territorializada, em áreas de maior vulnerabilidade e risco, de acordo com o diagnóstico socioterritorial; b) monitorar a rede de serviços da proteção social básica e especial, articulando as ofertas;c) coordenar o SUAS em seu âmbito, observando as deliberações e pactuações de suas respectivas instâncias, normatizando e regulando a Política de Assistência Social em seu âmbito em consonância com as normas gerais da Uniäo. XII - elaborar:a) proposta orçamentária da Assistência Social no Município, assegurando recursos do tesouro municipal;b) submeter ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, anualmente, a proposta orçamentária dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;c) cumprír o Piano de Providências, no caso de pendências e irregularidades do Município junto ao SUAS, aprovado pelo CMAS e pactuado na CIB;d) executar o Pacto de Aprimoramento do SUAS, implementando em âmbito municipal;e) executar a política de recursos humanos, de acordo com a NOB/RH - SUAS;f) o Piano Municipal de Assistência Social, a partir das responsabilidades, no aprimoramento da gestão do SUAS e.na qualificação dos serviços, conforme patamares e diretrizes pactuadas nas instâncias de negociação do SUAS;g) expedir os atos normativos necessários à gestão do FMAS, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Assistênciä Social; aprimorar os equipamentos e serviços socioassistenciais, observando os indicadores de monitoramento e avaliação pactuados; XIV - **alimentar** e manter atualizado: a) o Censo SUAS; b) o Sistema de Cadastro Nacional de Entidade de Assisténcia Social - CNEAS de que trata o inciso XI do Art. 19 da Lei Federal n° 8.742, de 7 de Dezembro de 1993;c) conjunto de aplicativos do Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social - Rede SUAS. XV - garantir:a) a infraestrutura necessária ao funcionamento do respectivo Conselho Municipal de Assistência Social garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens, translado e diźrias de conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições; b) a elaboração da peça orçamentária esteja de acordo com o Piano Plurianual, o Piano Municipal de Assistência Social e dos compromissos assumidos no Pacto de Aprimoramento do SUAS; c) a integralidade da .proteção socioassistencial à população, primando pela qualificaçâo dos serviços do SUAS, exercendo essa responsabîlidade de forma compartilhada entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios; d) a capacitação para gestores, trabalhadores, dirigentes de entidades e organizações, usuários e Conselheiros Municipais de Assistência Social, além de desenvolver, participar e apoiar a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos relacionados à Política de Assistência Social, em especial para fundamentar a análise de situações de vulnerabilidade e risco dos territórios e o equacionamento da oferta de serviços em conformidade com a Tipificação Nasional; e) o comando único das ações do SUAS pelo ôrgão gestor da Política Municipal de Assistência Social, conforme preconiza a Lei Federal n° 8.742, de 7 de Dezembro de 1993. XVI - definir: a) os fluxos de .referência e contrarreferência do atendimento nos serviços socioassistenciais, com respeito às diversidades em todas as suas forma's; b) os indicadores necessários ao processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação, observado a suas competências. XVII - implementar: a} os protocolos pactuados na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e Comissão Intergestore Bipartite - CIB; b) a gestão do trabalho e a educação permanente. promover: a) a integração da Política Municipal de Assistência Social com outros sistemas públicos que fazem interface com o SUAS; b) articulação intersetorial do SUAS com as demais políticas pública e Sistema de Garantia de Direitos e Sistema de Justiça; c) a participação da sociedade, especialmente dos usuários, na elaboração da Política de Assistência Social.XIX - assumir as atribuições, no que lhe couber, no processo de municipalização dos serviços de proteção social; XX - participar dos mecanismos formais de cooperação intergovernamental que vìabilizem tëcnìca e financeiramente os serviços de referência regional, definindo as competências na gestão e no cofinanciamento, a serem pactuadas na CIB; XXI - prestar informações que subsidies o acompanhamento estadual e federal da gestão municipal; XXII - zelar pela execução direta ou indireta dos recursos transferidos pela União e pelos estados ao Município, inclusive no que tange, a prestação de contas;XXlll - assessorar as entidades de Assistência Social visando à adequação dos seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais às normas do SUAS, viabilizando estratégias e mecanismos de organizaçäo para aferir o pertencimento à rede socioassistencial, em âmbito local, de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ofertados pelas entidades de Assistência Social de acordo com as normativas federais; XXIV - acompanhar a execução de parcerias firmadas entre os municípios e as entidades de assistência social e promover a avaliação das prestações de contas; XXV - normatizar, em âmbito local, o financiamento integral dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, ofertados pelas entidades vinculadas ao SUAS, conforme Parágrafo Terceiro do Art. 6º B da Lei Federal n° 8.742, de 7 de Dezembro de 1993, e sua regulamentação em âmbito federal; XXVI - aferir os padrões de qualidade de atendimento, a partir dos indicadores de acompanhamento.definidos pelo respec(ivo Conselho Municipal de Assistência Social para a qualificação dos serviços e benefícios em consonância com as normas gerais;XXVII - encaminhar para apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social os relatórios mensais de atividades e semestrais de execução físico-financeira a título de prestação de contas;compor as instâncias de pactuação e negociação do SUAS;XXIX - estimular a mobilização e organização dos usuários e trabalhadores do SUAS para a participação nas instâncias de controle social da Política de Assistência Social;XXX - instituir o planejamento continuo e participativo no âmbito da Política de Assistência Social; XXXI - dar publicidade ao dispéndio dos recursos públicos destinados à Assistência Social.

2.2.1 - **Conselho da Cidade ou similar** - Não Criado 2.2.2 - **Conselho Municipal de Habitação** - Criado *Nome:* coNSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO *Lei:* 415

Publicada em: 02/09/2003

2.2.3 - Outro Conselho na área de Desenvolvimento Urbano ou políticas setoriais ou similares - Não Criado 2.2.4 - **Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social'** - Criado

Nome: Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de

Lei: 647

Publicada em: 12/12/2008

2.2.5 - Fundo Municipal de Habitaşão de Interesse Social - Criado

Nome: Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Lei: s47

Publicada em: 12/12/2008

2.2.6

- O **município realiza Conferência Municipal da Cidade†** Não 2.3.1 - **Movimento Popular / Associação Comunitária** NÃO HÂ 2.3.2 - **Organização Não-Governamental (ONG)** NAO HÁ 2.3.3 • **Sindicato de Trabalhadores** NÃO HÁ **2.3.4 - Entidades Profissionais, de Classe e/ou AcadêłTłÌCãS NÄO HÂ** 2.3.5 - OUt7QS NÃO HÁ **2.3.6** - **Citar,casoexistam, asparcerias existentes entre a prefeituras municipal** e **asentidades acima mencionadas. 2.4**

Instrumentos urbanisticos: **2.4.1 - Piano Diretor Participativo Não**

Protocolo: 0003711.13.08/2011-23

2.4.2 - Lei de Zoneamento (Uso e Ocupaşão do Solo) Sim

N° da lei: 129

*Datadeaprovação:*30/06/2017

É aplicado? sim

2.4.3 - Lei do Perímetro Urbano Sim

N° da lei: 035

*Data de aprovação:*20/03/1990

È aplicado? sim

2.4.4 - Lei de Parcelamento do Solo sim

N° da lei: 128

Data de aprovação: 30/06/2017

É aplicado? siæ

2.4.5 - **LeimunicipaldeAssistência**Técnica Não **2.4.6 - Código de Obras sim**

N° da lei: 026

Data de aprovação: 11/10/2005

Ê aplicado? sim

2.4.7 - Normas Municipais de Proteção Ambiental Sim

N° da lei: 029

*Datadeaprovação:*07/12/2005

É aplicado? sim

2.4.8 - Imposto **Territorial** Urbano sim

*N° da lei.'*030

Data de øprovação: 13/12/2005

É aplicado? sim

2.4.9 - Imposto Territorial Urbano **Progressivo** Não **2.4.10 Zonas Especiais de Interesse Social (Áreas Ocupadas)**

*0instrumentoestáprevisto?*Não está previsto

Jáfoi iniciada a aplicação das ZEIS em áreas ocupadas? Não

As ZEłS estão *delimitadas no território?'* Não

*Todosos*assenfamenfos *precários consolidáveis estão delimitados como ZEIS?* Não

2.4.11 Zonas **Especiais** de **Interesse** Social (Âreas Vazias)

*0instrumentoestáprevisto?*Nào está previsto

Já foi iniciada a aplicação das ZEIS em áreas vazias? Não

*Existem*áreas *vaziasdelimitadascomo.ZEIS'?*Não

2.4.12

- Outros: 2.5.1 - A **prefeitura** possui cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais† six

*N°defamílias cadastradas:*1086

*Datadaúltima atualizaçãodocadaStfO'*05/08/2024

Existe no cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais a identificação de: (admite múltipla marcação)

Idosos

Pessoas de etnia negra ou indígena Mulheres chefes de família

Pessoas com deficlência Renda per capita da família

Número de dependentes por família Pessoas residentes em áreas de risco

Em situação de risco de despejo ou remoção

2.5.2 - A prefeitura possui cadastro de beneficiários dos programas habitacionais† sim

N° de familiar cadastradas: 454

Datadaúltimaatualização do cadastro: 28/06/2024

Tipos de assentamentos precários *3.1.1 -Favela,mocambo,palafita,ocupações,comunidade,vila,núcleo,etc.*:Não 3.1.2 *-LoteamentosIrregulares:*Não **3.1.3 - Cortiços: Não**

Protocolo: 0003711.13.08/2011-23

3.1.4 -Conjunłoshabitacionaisirregularese/oudegradados:Não *3.1.5 - Outros (especificar):* Não *3.1.6 - TOTAL* **Total do n° de núcleos/áreas: 0 Total do n° de domicílios: 0 Total da população: 0**

Nome da Área: ÁREA VERDE E ZPs

Inadequaşão habitacional:

Carência *deInfraestrutura:*Não

Irregularidade fundiária? sim

A propriedade de terra é: Pública

Número de unidades habitacionais: *Com adensamento excessivo: Sem unidade* sanifária:

Com cobedura inadequada:

pertence a: Municipal

Em áreas de risco ou de preservação ambiental: 08

Outros (especificar) - :

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL

3.3 Dados sobre a área rural

O município possui assentamento da Reforma Agrária promovido pelo INCRA? slm

Qual é o número *de famílias assentadas?* 2005 Existem ocupaçóes informais na ãrea rural? sim

*Indicar o tipo de área:*Pública

Informaçóes adicionais sobre as áreas rurais do

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL

3.4 Componentes do Déficit Habitacional (n° de unidades habitacionais)

3.4.1 - Habitação **precária:** *Em área urbana:* 5 *Em ărea rural:* 2 *Total:* 7
3.4.1.1 - Domicílios improvisados:
Em área urbana: s Em ărea rural: 2 *Total:* 7
3.4.1.2 - DOMicílios **rúStİCOS:** : Dado não disponível
3.4.2 - Coabitação involuntárla: : Dado não disponÎvel
3.4.3 - Ônus excessivo com aluguel:
Em área urbana: 846 *Em área rural:* 0 *Total:* 846
3.4.4 - Adensamento excessivo em domicílios alugadOSî : Dado não disponível
3.4.5 - TOTAL
Em ărea urbana: 851 *Em ărea rural:* 2 *Total:* 853
Fonte; sECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL/CADASTRO ÚNICO

4.2 - **Disponibilidade de solo** urbanizado (vazios urbanos)

O **município possui** lote ou gleba vazias em área de urbanizaçâo consolidada† Sim

Propriedade: são de propriedade pública

*EstãodelimitadascomoZEIS?*Não

5.1 - Programas e aşoes realizados entre 2005 e 2010

t- Programas e ações entre 2005 e 2'010 - —---- - — -—— « - -«—

5.1.1 - Produção de Unidades **Habitacionais:**

*Esferagovernamentalresponsável(estadual,municipaloufederal):*Mais de uma esfera

*N°deintervenções/empreendimentos:*3

N°deunidadesPrevistas(ou famílias a serem atendidas): 100

*N°deunidadesProduzidas(oufamíliasatendidas):*30

5.1.2 - Produção de Lotes Urbanizados: Dado não Disponível 5.1.3 - Melhorias Habitacionais e **Material**de Construção: Dado não Disponível t 5.1.4 - Urbanização de Assentamentos **Precários:** Dado não Disponível

l 5.1.5 - Regularização Fundiária:

*Esferagovernamental*responsâv'e/ *(estadual,municipaloufederal):*Municipal

*N°deintervenções/empreendimentos:*720

*N°deunidadesPrevistas(oufamíliasa*serem *atendidas)*:0

*N°deunidadesProduzidas(oufamíliasatendidas):*720

5.1.6 - Aluguel Social: Dado não Disponível

O **município participa do** Programa Minha Casa Minha Vida? sim

*Quantasunidadesserãoproduzidas?*70

0 Estado se comprometeu com contrapartida para viabilizar as moradias? Qual(is)? NÃO

0 município se *comprometeu* com *contrapartida para viabilizar as moradias?* sim *Quais?* FINANCEIRO/LOTES

Das áreas identificadas no item 4.2 há alguma que possa ser *aportada como contrapartida? (Conferir com levantamento realizado no item 4.2)* sim *Qual(is) ?* QUAISQUER DA EXPANSÃO DE DOMINIO PUBLICO

5.3 - Recursos OrscŁ=entários do Município Aplicados em Habitação

2013

2014

2015

Total do orçamento executado: RJ 31.910.812,30

Valor aplicado em habitaçÕOí R$ 118.000,00

Total do orçamento executado: R$ 32.409.752,86

*ValoraplicadoemhabitaÇÕO:*R$ 63.882,15

Total do orçamento executado: R$ 38.529.032,22

Valor aplicado em habitação: R$ 0,00

Total do orçamento executado: R$ 39.283.936,63

Valor aplicado em habitação: R$ 0,00

Fonte: PREFEITURA MUNICPAL

n te d R e u ÇÇ » w „/ w “ *** * w+ vvv wnwww /mvv- w .// •— — °°°° °° " ‘— ““‘ ‘

FEDERAL:

Programa: MCMV FNHIS SUB 50 ***Instituição:*** **M.CIDADES** *Montante:* R$ 1,0o

FEDERAL:

Programa: MCMV RURAL *Institu1ção:* M.CIDADES *Montante:* RJ 1,00

ESTADUAL/MUNICIPAL:

Programa: PROGRAMA SER FAMILIA HABITAÇÃO

Instituição: SEC.ESTDUAL DE HABITAÇÃO/PREFEITURA

Montante: RJ 1,00

MUNICIPAL:

Programa: PROGRAMA SONHO MEU

InstituiçãOí PREFEITURA MUNICPAL

Montante: R$ 1,00

Dos Princípios: I. O reconhecimento do direito à moradia; II. Moradia digna; III. A moradia como construção e exercício da cidadania; IV. O acesso à habitação e ao meio ambiente equilibrado, como garantia da qualidade de vida; V. Função social da propriedade; VI. A participação da sociedade na definição da política habitacional e sua gestão; VII. O acesso à moradia enquanto política social. VIII. A integração com as demais políticas públicas; IX. Articulação das ações de habitação à política urbana; X. Questão habitacional como uma política de Estado. Das Diretrizes: I.

Promover o acesso a terra e à moradia digna, com a melhoria das condições de habitabilidade, de preservação ambiental e de qualificação dos espaços urbanos, avançando na construção da cidadania, priorizando as famílias de baixa renda; II. Assegurar políticas fundiárias que garantam o cumprimento da função social da terra; III. Promover processos democráticos na formulação, implementação e controle dos recursos da política habitacional, estabelecendo canais permanentes de participação das comunidades e da sociedade civil organizada; IV. Assegurar a vinculação da política habitacional com as demais políticas públicas, com ênfase às sociais, de geração de renda, de educação ambiental e de desenvolvimento urbano; V. Estimular a participação da iniciativa privada na promoção e execução de projetos compatíveis com as diretrizes e objetivos da Política Municipal de Habitação de Interesse Social. VI. Regularização Fundiária com a incorporação da cidade informal através da legalização e gradativa integração ao conjunto dos serviços urbanos e comunitários; VII. A democratização do acesso a terra e à habitação através da ampliação e diversificação da produção da Habitação de Interesse Social (HIS); VIII. A capacitação do poder público para a implementação da Política Habitacional e para a produção regular da HIS; IX. Desenvolvimento Institucional; X. Mobilização de recursos, identificação da demanda e gestão de subsídio; XI. Integração da política habitacional ã política de desenvolvimento urbano.

6.3.3 Meta/Indicadores: CONSTRUÇÃO DE 50 UNIDADES HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL 6.3.4 **Horizonte temporal:** 03 ANOS 6.3.5 **Recursos:** R$ 6.500.000,00 **6.3.6 Fonte de financiamento: FNHIS**

6.3.2 Órgão responsável: GOVERNO FEDERAL/GOVERNO MUNICIPAL

6.3.3 Meta/Indicadores: coNSTRUÇ4O DE 20 UNIDADES HABITACIONAIS NA AREA RURAL **6.3.4 Horizonte temporal:** o3 ANOS 6.3.5 **Recursos:** R$ 1.500.oo0,00

6.3.6

Fonte de financiamento: ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

6.3.5 **Recursos:** R$ 3.287.124,00

6.3.1 Programa: PROGRAMA SONHO MEU" CASA DO TRABALHADOR“

6.3.2 Õrgão responsável: GOVERNO MUNICIPAL 6.3.3 **Meta/Indicadores:** CONSTRUÇÃO DE 30 UNIDADES HABITACIONAIS POPULARES **6.3.4 Horizonte temporal:** 02 ANOS

6.3.5 Recursos: R$ 2.000.000,00

6.3.6 Fonte **de financiamento:** RECURSO MUNICIPAL-PRÓPRIO

6.3.1 Programa: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

6.3.2 Órgão responsável: cOVERNO MUNICIPAL

6.3.3 Meta/Indicadores: REGULARIZAÇÃO DE TERRENOS E LOTES 6.3.4 **Horizonte temporal:** 02 ANOS 6.3.5 **Recursos:** R$ 1.000.oo0,o0 6.3.6 Fonte de financiamento: RECURSO MUNICIPAL-PRÓPRIO

2016

2017

2018

2019

*OrçamentoprevistO:*R$ 46.520.000,00

% Orçamento previsto do Município para habitaÇÕO! 0,06

Orçamento previsto: R$ 65.854.508,00

% Orçamento previsto do Município para habitaÇÕO: 0,06

Orçamento previsto: R$ 58.500.000,00

% *Orçamento previsto do* Município *para habitação:* o,o7

Protocolo: 0003711.13.08/2011-23s

Orçamento previsto. R$ 76.690.000,00

% *Orçamento previsto do Município para habitação.”* 0,06

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL

a) no setor institucional-administrativo?

*L*imites: os limites do setor institucional-administrativo são apenas financeiros

Potencialidades: A estrutura administrativa municipal detém todos os recursos administrativos necessários para empreender esforços no enfrentamento das necessidades habitacionais do municipio.

b) na capacidade de financiar as açóes necessárias?

Limites. A definição dos recursos necessários ao cumprimento de cada meta e a origem deste recurso (fontes de financiamento) é etapa fundamental para que os objetivos traçados para o PLHIS sejam cumpridos. A definição dos recursos necessários para o cumprimento de cada meta deve estar conforme a capacidade de investimento local projetada seja através dos recursos orçamentários, financiamentos externos, recursos advindos de fundos, e demais fontes que venham a ser identificadas ao longo do processo de elaboração do PLHIS. Contudo, captar tais recursos é uma das maiores dificuldades.

Potencialidades: Esforço da administração publica municipal para captação de recursos.

c) no setor legal (leis e instrumentos urbanísticos)?

Limites: Ainda existem muitas ãreas verdes (APP) para serem regularizadas no município.

Potencialidades: Esforços administração publica municipal para resolução da problemática, considerando não apenas a questão ambiental mas também a certeza de bem estar e qualidade de vida das famílias e principalmente as LEIS municipais que amparam no setor legal da Habitação.

As estratégias de ação do PLHIS de Matupá têm como referência básica a Politica Nacional de Habitação; o Plano Urban ístico do município, a Lei Municipal de Habitação de Interesse Social, e o diagnóstico elaborado como parte integrante deste PLHIS. A partir destas referências, constituem-se os princípios que regem as estratégias de ação do PLHIS de Matupã.

10,00 anos, conforme deliberação do conselho local.

Protocolo: 0003711.13.08/2011-23

3726

Matupá, de

de 20a.

Fechar [X]

Protocolo: 00037 11.13.08/2011-23

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO - Nº. 024/2024

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe da pregoeira, comunica a todos os interessados que realizou por meio do site www.bllcompras.org.br o **PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MOTOCULTIVADORES EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETÁRIA DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ**, aonde consagrou-se vencedor o Licitante: LANCA PRODUTOS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA INSCRITA NO CNPJ: 44.258.379/0001-00 com valor total de R$ 116.145,60. Matupá/MT, 14 de agosto 2024.ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA N.º 653 DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO FISCAL TITULAR E SUPLENTE DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 088/2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol d’Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, e;

Considerando a imperatividade de observância das disposições estabelecidas no artigo 117 da Lei 14.133/2021, no Decreto Municipal 4.623/2023 e na Instrução Normativa 050/2014;

Considerando a Comunicação Interna de número 29218 /2024, proveniente da Seção de Contratos por meio do Sistema **FLOWDOCS**, a qual solicita a nomeação do fiscal titular e suplente do Contrato Administrativo 088/2024,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **FÁBIO HENRIQUE DA SILVA** CPF n.º XXX.XXX.471-73, matrícula n.º 28440, como **Fiscal Titular** para acompanhar e fiscalizar a execução do **Contrato Administrativo n.º 088/2024**, firmado entre o **MUNICÍPIO DE MIRASSOL d'OESTE/MT,** e o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO – CISOMT**, inscrito no CNPJ sob o n.º 01.870.663/0001-20, o qual tem como objeto: 12º Termo de Transferência de Recursos Financeiros da Assistência Financeira Complementar advindas da União destinadas ao cumprimento do piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, instituído pela lei n.º 14.434/2022.

Art. 2º Fica designado como **fiscal suplente** nos impedimentos do titular, a servidora **ADRIANA MARCADELLA, CPF n.º** XXX.XXX.021-90, matrícula n.º 29017.

Art. 3º Compete o fiscal ora designado as atribuições especificadas no Art. 117 da Lei 14.133/2021, no Decreto Municipal 4.623/2023 e na Instrução Normativa 050/2014, no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revoga-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 14 de agosto de 2024.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 52/2024. Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE - NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**. Empresas vencedoras: **1. CYAN PAPELARIA E MATERIAS INFORMATICA -** item 6, com o valor de R$ 295,80 (duzentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos); o item 7, com o valor de R$ 197,00 (cento e noventa e sete reais); o item 8, com o valor de R$ 59,50 (cinquenta e nove reais e cinquenta centavos); o item 9, com o valor de R$ 388,40 (trezentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos); o item 10, com o valor de R$ 574,80 (quinhentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos); o item 11, com o valor de R$ 116,00 (cento e dezesseis reais); o item 12, com o valor de R$ 97,00 (noventa e sete reais); o item 13, com o valor de R$ 294,00 (duzentos e noventa e quatro reais); o item 14, com o valor de R$ 13.000,00 (treze mil reais); o item 17, com o valor de R$ 205,50 (duzentos e cinco reais e cinquenta centavos); o item 18, com o valor de R$ 205,50 (duzentos e cinco reais e cinquenta centavos); o item 19, com o valor de R$ 5.363,82 (cinco mil, trezentos e sessenta e três reais e oitenta e dois centavos); o item 20, com o valor de R$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais); o item 22, com o valor de R$ 10.529,40 (dez mil, quinhentos e vinte e nove reais e quarenta centavos); o item 23, com o valor de R$ 1.498,76 (um mil, quatrocentos e noventa e oito reais e setenta e seis centavos); o item 25, com o valor de R$ 17.102,00 (dezessete mil, cento e dois reais); o item 26, com o valor de R$ 3.424,00 (três mil, quatrocentos e vinte e quatro reais); o item 27, com o valor de R$ 20.969,40 (vinte mil, novecentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos); o item 28, com o valor de R$ 1.321,00 (um mil, trezentos e vinte e um reais); o item 29, com o valor de R$ 6.498,00 (seis mil, quatrocentos e noventa e oito reais); o item 30, com o valor de R$ 6.073,21 (seis mil e setenta e três reais e vinte e um centavos); o item 31, com o valor de R$ 8.639,68 (oito mil, seiscentos e trinta e nove reais e sessenta e oito centavos); o item 32, com o valor de R$ 639,60 (seiscentos e trinta e nove reais e sessenta centavos); o item 33, com o valor de R$ 1.548,74 (um mil, quinhentos e quarenta e oito reais e setenta e quatro centavos); o item 34, com o valor de R$ 299,00 (duzentos e noventa e nove reais); o item 36, com o valor de R$ 640,00 (seiscentos e quarenta reais); o item 37, com o valor de R$ 4.473,00 (quatro mil, quatrocentos e setenta e três reais); o item 38, com o valor de R$ 5.467,00 (cinco mil, quatrocentos e sessenta e sete reais); o item 40, com o valor de R$ 104,94 (cento e quatro reais e noventa e quatro centavos); o item 41, com o valor de R$ 605,00 (seiscentos e cinco reais); o item 44, com o valor de R$ 35.688,00 (trinta e cinco mil, seiscentos e oitenta e oito reais); o item 45, com o valor de R$ 5.011,00 (cinco mil e onze reais); o item 46, com o valor de R$ 8.286,00 (oito mil, duzentos e oitenta e seis reais); o item 47, com o valor de R$ 6.342,00 (seis mil, trezentos e quarenta e dois reais); o item 48, com o valor de R$ 6.192,00 (seis mil, cento e noventa e dois reais); o item 49, com o valor de R$ 10.146,00 (dez mil, cento e quarenta e seis reais); o item 50, com o valor de R$ 16.452,90 (dezesseis mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e noventa centavos); o item 51, com o valor de R$ 13.335,00 (treze mil, trezentos e trinta e cinco reais); o item 52, com o valor de R$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais); o item 53, com o valor de R$ 8.976,00 (oito mil, novecentos e setenta e seis reais); o item 54, com o valor de R$ 57.894,00 (cinquenta e sete mil, oitocentos e noventa e quatro reais); o item 55, com o valor de R$ 11.100,00 (onze mil e cem reais); o item 56, com o valor de R$ 1.758,00 (um mil, setecentos e cinquenta e oito reais); o item 57, com o valor de R$ 42.055,20 (quarenta e dois mil e cinquenta e cinco reais e vinte centavos); o item 58, com o valor de R$ 9.262,08 (nove mil, duzentos e sessenta e dois reais e oito centavos); o item 59, com o valor de R$ 1.765,00 (um mil, setecentos e sessenta e cinco reais); o item 61, com o valor de R$ 625,00 (seiscentos e vinte e cinco reais); o item 63, com o valor de R$ 3.342,25 (três mil, trezentos e quarenta e dois reais e vinte e cinco centavos); o item 64, com o valor de R$ 7.411,60 (sete mil, quatrocentos e onze reais e sessenta centavos); o item 65, com o valor de R$ 985,00 (novecentos e oitenta e cinco reais); o item 66, com o valor de R$ 1.038,70 (um mil e trinta e oito reais e setenta centavos); o item 67, com o valor de R$ 3.912,08 (três mil, novecentos e doze reais e oito centavos); o item 68, com o valor de R$ 4.517,74 (quatro mil, quinhentos e dezessete reais e setenta e quatro centavos); o item 70, com o valor de R$ 6.900,91 (seis mil e novecentos reais e noventa e um centavos); o item 71, com o valor de R$ 878,00 (oitocentos e setenta e oito reais); o item 72, com o valor de R$ 6.165,00 (seis mil, cento e sessenta e cinco reais); o item 73, com o valor de R$ 1.530,00 (um mil, quinhentos e trinta reais); o item 74, com o valor de R$ 1.530,00 (um mil, quinhentos e trinta reais); o item 75, com o valor de R$ 1.530,00 (um mil, quinhentos e trinta reais); o item 76, com o valor de R$ 510,00 (quinhentos e dez reais); o item 77, com o valor de R$ 6.719,60 (seis mil, setecentos e dezenove reais e sessenta centavos); o item 78, com o valor de R$ 515,00 (quinhentos e quinze reais); o item 79, com o valor de R$ 7.847,00 (sete mil, oitocentos e quarenta e sete reais); o item 80, com o valor de R$ 6.618,08 (seis mil, seiscentos e dezoito reais e oito centavos); o item 81, com o valor de R$ 1.593,15 (um mil, quinhentos e noventa e três reais e quinze centavos); o item 82, com o valor de R$ 2.795,00 (dois mil, setecentos e noventa e cinco reais); o item 83, com o valor de R$ 4.871,79 (quatro mil, oitocentos e setenta e um reais e setenta e nove centavos); o item 84, com o valor de R$ 807,60 (oitocentos e sete reais e sessenta centavos); o item 86, com o valor de R$ 13.780,00 (treze mil, setecentos e oitenta reais); o item 87, com o valor de R$ 810,00 (oitocentos e dez reais); o item 88, com o valor de R$ 810,00 (oitocentos e dez reais); o item 89, com o valor de R$ 810,00 (oitocentos e dez reais); o item 90, com o valor de R$ 2.150,40 (dois mil, cento e cinquenta reais e quarenta centavos); o item 91, com o valor de R$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais); o item 92, com o valor de R$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais); o item 93, com o valor de R$ 700,00 (setecentos reais); o item 94, com o valor de R$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais); o item 95, com o valor de R$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais); o item 96, com o valor de R$ 2.000,00 (dois mil re-

ais); o item 97, com o valor de R$ 965,00 (novecentos e sessenta e cinco reais); o item 98, com o valor de R$ 561,60 (quinhentos e sessenta e um reais e sessenta centavos); o item 99, com o valor de R$ 1.235,25 (um mil, duzentos e trinta e cinco reais e vinte e cinco centavos); o item 100, com o valor de R$ 1.518,63 (um mil, quinhentos e dezoito reais e sessenta e três centavos); o item 101, com o valor de R$ 465,56 (quatrocentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos); o item 102, com o valor de R$ 940,00 (novecentos e quarenta reais); o item 103, com o valor de R$ 2. 231,00 (dois mil, duzentos e trinta e um reais); o item 104, com o valor de R$ 158,00 (cento e cinquenta e oito reais); o item 105, com o valor de R$ 3.960,00 (três mil, novecentos e sessenta reais); o item 107, com o valor de R$ 940,00 (novecentos e quarenta reais); o item 108, com o valor de R$ 1.185,00 (um mil, cento e oitenta e cinco reais); o item 109, com o valor de R$ 4.878,72 (quatro mil, oitocentos e setenta e oito reais e setenta e dois centavos); o item 110, com o valor de R$ 9.100,00 (nove mil e cem reais); o item 112, com o valor de R$ 8.272,00 (oito mil, duzentos e setenta e dois reais); o item 113, com o valor de R$ 7.048,00 (sete mil e quarenta e oito reais); o item 114, com o valor de R$ 17.630,64 (dezessete mil, seiscentos e trinta reais e sessenta e quatro centavos); o item 115, com o valor de R$ 2.640,00 (dois mil, seiscentos e quarenta reais); o item 116, com o valor de R$ 1.549,00 (um mil, quinhentos e quarenta e nove reais); o item 117, com o valor de R$ 4.170,00 (quatro mil, cento e setenta reais); o item 118, com o valor de R$ 12.635,10 (doze mil, seiscentos e trinta e cinco reais e dez centavos); o item 119, com o valor de R$ 2.626,80 (dois mil, seiscentos e vinte e seis reais e oitenta centavos); o item 120, com o valor de R$ 1.510,00 (um mil, quinhentos e dez reais); o item 121, com o valor de R$ 5. 031,25 (cinco mil e trinta e um reais e vinte e cinco centavos); o item 124, com o valor de R$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais); o item 125, com o valor de R$ 14.000,00 (quatorze mil reais); o item 126, com o valor de R$ 1. 566,40 (um mil, quinhentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos); o item 127, com o valor de R$ 1.452,48 (um mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e oito centavos); o item 129, com o valor de R$ 1. 020,00 (um mil e vinte reais); o item 130, com o valor de R$ 3.750,00 (três mil, setecentos e cinquenta reais); o item 131, com o valor de R$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais); o item 132, com o valor de R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais); o item 134, com o valor de R$ 7.638,00 (sete mil, seiscentos e trinta e oito reais); o item 135, com o valor de R$ 5. 957,60 (cinco mil, novecentos e cinquenta e sete reais e sessenta centavos); o item 139, com o valor de R$ 686,25 (seiscentos e oitenta e seis reais e vinte e cinco centavos); o item 141, com o valor de R$ 2.833,38 (dois mil, oitocentos e trinta e três reais e trinta e oito centavos); o item 142, com o valor de R$ 1.830,00 (um mil, oitocentos e trinta reais); o item 143, com o valor de R$ 68.175,78 (sessenta e oito mil, cento e setenta e cinco reais e setenta e oito centavos); o item 144, com o valor de R$ 5.881,90 (cinco mil, oitocentos e oitenta e um reais e noventa centavos); o item 145, com o valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais); o item 146, com o valor de R$ 42.060,00 (quarenta e dois mil e sessenta reais); o item 148, com o valor de R$ 1.155,00 (um mil, cento e cinquenta e cinco reais); o item 151, com o valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais); o item 152, com o valor de R$ 123,00 (cento e vinte e três reais); o item 153, com o valor de R$ 214,72 (duzentos e quatorze reais e setenta e dois centavos); o item 154, com o valor de R$ 2.769,00 (dois mil, setecentos e sessenta e nove reais); o item 155, com o valor de R$ 4.399,60 (quatro mil, trezentos e noventa e nove reais e sessenta centavos); o item 156, com o valor de R$ 2.842,02 (dois mil, oitocentos e quarenta e dois reais e dois centavos); o item 157, com o valor de R$ 9.780,00 (nove mil, setecentos e oitenta reais); o item 159, com o valor de R$ 4.237,85 (quatro mil, duzentos e trinta e sete reais e oitenta e cinco centavos); o item 160, com o valor de R$ 16.950,00 (dezesseis mil, novecentos e cinquenta reais); o item 161, com o valor de R$ 16.950,00 (dezesseis mil, novecentos e cinquenta reais); o item 164, com o valor de R$ 434,00 (quatrocentos e trinta e quatro reais); o item 169, com o valor de R$ 360,00 (trezentos e sessenta reais); o item 170, com o valor de R$ 497,00 (quatrocentos e noventa e sete reais); o item 171, com o valor de R$ 43.453,95 (quarenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e noventa e cinco centavos); o item 174, com o valor de R$ 430,00 (quatrocentos e trinta reais); o item 175, com o valor de R$ 1.990,00 (um mil, novecentos e noventa reais); o item 177, com o valor de R$ 4.063,48 (quatro mil e sessenta e três reais e quarenta e oito centavos); o item 178, com o valor de R$ 3.052,80 (três mil e cinquenta e dois reais e oitenta centavos); o item 179, com o valor de R$ 3.085,79 (três mil e oitenta e cinco reais e setenta e nove centavos); o item 181, com o valor de R$ 2.088,00 (dois mil e oitenta e oito reais); o item 182, com o valor de R$ 1.227,50 (um mil, duzentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos); o item 183, com o valor de R$ 1.118,00 (um mil, cento e dezoito reais); o item 184, com o valor de R$ 3.872,00 (três mil, oitocentos e setenta e dois reais); o item 185, com o valor de R$ 2.224,80 (dois mil, duzentos e vinte e quatro reais e oitenta centavos); o item 186, com o valor de R$ 2.482,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos); o item 187, com o valor de R$ 1.607,00 (um mil, seiscentos e sete reais); o item 188, com o valor de R$ 553,28 (quinhentos e cinquenta e três reais e vinte e oito centavos); o item 191, com o valor de R$ 1.179,00 (um mil, cento e setenta e nove reais); o item 192, com o valor de R$ 1.659,00 (um mil, seiscentos e cinquenta e nove reais); o item 193, com o valor de R$ 11. 805,00 (onze mil, oitocentos e cinco reais); o item 194, com o valor de R$ 2.541,60 (dois mil, quinhentos e quarenta e um reais e sessenta centavos); o item 195, com o valor de R$ 6.957,60 (seis mil, novecentos e cinquenta e sete reais e sessenta centavos); o item 196, com o valor de R$ 66,00 (sessenta e seis reais); o item 197, com o valor de R$ 17.682,00 (dezessete mil, seiscentos e oitenta e dois reais); o item 198, com o valor de R$ 24. 006,00 (vinte e quatro mil e seis reais); o item 200, com o valor de R$ 55. 261,14 (cinquenta e cinco mil, duzentos e sessenta e um reais e quatorze centavos); o item 203, com o valor de R$ 25.800,00 (vinte e cinco mil e oitocentos reais); o item 204, com o valor de R$ 13.194,00 (treze mil, cento e noventa e quatro reais); o item 206, com o valor de R$ 6.510,00 (seis mil, quinhentos e dez reais); o item 207, com o valor de R$ 35.993,40 (trinta e cinco mil, novecentos e noventa e três reais e quarenta centavos); o item 208, com o valor de R$ 32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais); o item 209, com o valor de R$ 22.350,00 (vinte e dois mil, trezentos e cinquenta reais); o item 210, com o valor de R$ 42.914,85 (quarenta e dois mil, novecentos e quatorze reais e oitenta e cinco centavos); o item 211, com o valor de R$ 42.690,00 (quarenta e dois mil, seiscentos e noventa reais); o item 212, com o valor de R$ 14.512,50 (quatorze mil, quinhentos e doze reais e cinquenta centavos); o item 213, com o valor de R$ 910,00 (novecentos e dez reais); o item 214, com o valor de R$ 35.040,00 (trinta e cinco mil e quarenta reais); o item 216, com o valor de R$ 1.832,10 (um mil, oitocentos e trinta e dois reais e dez centavos); o item 217, com o valor de R$ 457,00 (quatrocentos e cinquenta e sete reais); o item 218, com o valor de R$ 1.582,37 (um mil, quinhentos e oitenta e dois reais e trinta e sete centavos); o item 219, com o valor de R$ 2.123,18 (dois mil, cento e vinte e três reais e dezoito centavos); o item 220, com o valor de R$ 842,50 (oitocentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos); o item 221, com o valor de R$ 1.659,80 (um mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos); o item 222, com o valor de R$ 1.233,70 (um mil, duzentos e trinta e três reais e setenta centavos); o item 223, com o valor de R$ 7.811,90 (sete mil, oitocentos e onze reais e noventa centavos); o item 224, com o valor de R$ 171,90 (cento e setenta e um reais e noventa centavos); o item 225, com o valor de R$ 13.950,00 (treze mil, novecentos e cinquenta reais); o item 226, com o valor de R$ 18.268,89 (dezoito mil, duzentos e sessenta e oito reais e oitenta e nove centavos); o item 227, com o valor de R$ 17.901,06 (dezessete mil, novecentos e um reais e seis centavos); o item 228, com o valor de R$ 39.549,65 (trinta e nove mil, quinhentos e quarenta e nove reais e sessenta e cinco centavos); o item 229, com o valor de R$ 8.797,50 (oito mil, setecentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos); o item 230, com o valor de R$ 4.996,00 (quatro mil, novecentos e noventa e seis reais); o item 231, com o valor de R$ 31. 820,00 (trinta e um mil, oitocentos e vinte reais); o item 232, com o valor de R$ 5.676,60 (cinco mil, seiscentos e setenta e seis reais e sessenta centavos); o item 234, com o valor de R$ 39.264,00 (trinta e nove mil, duzentos

e sessenta e quatro reais); o item 235, com o valor de R$ 22.962,00 (vinte e dois mil, novecentos e sessenta e dois reais); o item 236, com o valor de R$ 48.390,00 (quarenta e oito mil, trezentos e noventa reais); o item 237, com o valor de R$ 28.580,00 (vinte e oito mil, quinhentos e oitenta reais); o item 238, com o valor de R$ 9.657,00 (nove mil, seiscentos e cinquenta e sete reais); o item 239, com o valor de R$ 19.568,00 (dezenove mil, quinhentos e sessenta e oito reais); o item 240, com o valor de R$ 37.830,00 (trinta e sete mil, oitocentos e trinta reais); o item 241, com o valor de R$ 1.840,00 (um mil, oitocentos e quarenta reais); o item 244, com o valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais); o item 245, com o valor de R$ 6.100,00 (seis mil e cem reais); o item 246, com o valor de R$ 18.250,00 (dezoito mil, duzentos e cinquenta reais); o item 247, com o valor de R$ 16.250,00 (dezesseis mil, duzentos e cinquenta reais); o item 248, com o valor de R$ 32.550,00 (trinta e dois mil, quinhentos e cinquenta reais); o item 249, com o valor de R$ 20.300,00 (vinte mil e trezentos reais); o item 250, com o valor de R$ 6.150,00 (seis mil, cento e cinquenta reais); o item 251, com o valor de R$ 3.337,50 (três mil, trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos); o item 252, com o valor de R$ 4.450,00 (quatro mil, quatrocentos e cinquenta reais); o item 253, com o valor de R$ 4.433,50 (quatro mil, quatrocentos e trinta e três reais e cinquenta centavos); o item 254, com o valor de R$ 6.450,50 (seis mil, quatrocentos e cinquenta reais e cinquenta centavos); o item 255, com o valor de R$ 5.469,50 (cinco mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos); o item 256, com o valor de R$ 4.435,50 (quatro mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos); o item 257, com o valor de R$ 5.287,50 (cinco mil, duzentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos); o item 259, com o valor de R$ 7.350,00 (sete mil, trezentos e cinquenta reais); o item 260, com o valor de R$ 6.550,00 (seis mil, quinhentos e cinquenta reais); o item 261, com o valor de R$ 2.904,00 (dois mil, novecentos e quatro reais); o item 262, com o valor de R$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais); o item 263, com o valor de R$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais); o item 264, com o valor de R$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais); o item 265, com o valor de R$ 302,50 (trezentos e dois reais e cinquenta centavos); o item 266, com o valor de R$ 810,00 (oitocentos e dez reais); o item 267, com o valor de R$ 4.770,00 (quatro mil, setecentos e setenta reais); o item 268, com o valor de R$ 60,00 (sessenta reais); o item 269, com o valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais); o item 270, com o valor de R$ 137,30 (cento e trinta e sete reais e trinta centavos); o item 271, com o valor de R$ 152,25 (cento e cinquenta e dois reais e vinte e cinco centavos); o item 273, com o valor de R$ 2.194,00 (dois mil, cento e noventa e quatro reais); o item 274, com o valor de R$ 2.870,00 (dois mil, oitocentos e setenta reais); o item 275, com o valor de R$ 1.823,00 (um mil, oitocentos e vinte e três reais); o item 276, com o valor de R$ 1.475,00 (um mil, quatrocentos e setenta e cinco reais); o item 277, com o valor de R$ 1.770,00 (um mil, setecentos e setenta reais); o item 278, com o valor de R$ 139,00 (cento e trinta e nove reais); o item 279, com o valor de R$ 139,00 (cento e trinta e nove reais); o item 280, com o valor de R$ 164,00 (cento e sessenta e quatro reais); o item 281, com o valor de R$ 144,00 (cento e quarenta e quatro reais); o item 282, com o valor de R$ 143,00 (cento e quarenta e três reais); o item 283, com o valor de R$ 151,00 (cento e cinquenta e um reais); o item 284, com o valor de R$ 138,00 (cento e trinta e oito reais); o item 285, com o valor de R$ 161,00 (cento e sessenta e um reais); o item 286, com o valor de R$ 155,00 (cento e cinquenta e cinco reais); o item 287, com o valor de R$ 166,00 (cento e sessenta e seis reais); o item 288, com o valor de R$ 1.275,00 (um mil, duzentos e setenta e cinco reais); o item 289, com o valor de R$ 11.147,00 (onze mil, cento e quarenta e sete reais); o item 290, com o valor de R$ 1.770,00 (um mil, setecentos e setenta reais); o item 291, com o valor de R$ 1.150,00 (um mil, cento e cinquenta reais); o item 292, com o valor de R$ 1.150,00 (um mil, cento e cinquenta reais); o item 293, com o valor de R$ 1.150,00 (um mil, cento e cinquenta reais); o item 294, com o valor de R$ 1.190,00 (um mil, cento e noventa reais); o item 295, com o valor de R$ 1.170,00 (um mil, cento e setenta reais); o item 296, com o valor de R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais); o item 298, com o valor de R$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais); o item 299, com o valor de R$ 3.210,00 (três mil, duzentos e dez reais); o item 300, com o valor de R$ 4.840,00 (quatro mil, oitocentos e quarenta reais); o item 301, com o valor de R$ 1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais); o item 302, com o valor de R$ 31,00 (trinta e um reais); o item 303, com o valor de R$ 314,00 (trezentos e quatorze reais); o item 304, com o valor de R$ 1.263,00 (um mil, duzentos e sessenta e três reais); o item 305, com o valor de R$ 627,00 (seiscentos e vinte e sete reais); o item 306, com o valor de R$ 2.490,00 (dois mil, quatrocentos e noventa reais); o item 307, com o valor de R$ 2.190,00 (dois mil, cento e noventa reais); o item 308, com o valor de R$ 2.540,00 (dois mil, quinhentos e quarenta reais); o item 309, com o valor de R$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais); o item 310, com o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais); o item 311, com o valor de R$ 1.950,00 (um mil, novecentos e cinquenta reais); o item 312, com o valor de R$ 1.470,00 (um mil, quatrocentos e setenta reais); o item 313, com o valor de R$ 2.350,00 (dois mil, trezentos e cinquenta reais); o item 315, com o valor de R$ 10.270,00 (dez mil, duzentos e setenta reais); o item 316, com o valor de R$ 7.024,00 (sete mil e vinte e quatro reais); o item 317, com o valor de R$ 13.738,80 (treze mil, setecentos e trinta e oito reais e oitenta centavos); o item 318, com o valor de R$ 2.412,50 (dois mil, quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos); o item 319, com o valor de R$ 7.770,00 (sete mil, setecentos e setenta reais); o item 320, com o valor de R$ 237,00 (duzentos e trinta e sete reais); o item 321, com o valor de R$ 38.713,50 (trinta e oito mil, setecentos e treze reais e cinquenta centavos); o item 322, com o valor de R$ 3.321,00 (três mil, trezentos e vinte e um reais); o item 323, com o valor de R$ 2.852,85 (dois mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e oitenta e cinco centavos); o item 324, com o valor de R$ 24.743,00 (vinte e quatro mil, setecentos e quarenta e três reais); o item 325, com o valor de R$ 2.706,56 (dois mil, setecentos e seis reais e cinquenta e seis centavos); o item 326, com o valor de R$ 1.635,92 (um mil, seiscentos e trinta e cinco reais e noventa e dois centavos); o item 327, com o valor de R$ 8.640,00 (oito mil, seiscentos e quarenta reais); o item 328, com o valor de R$ 3.788,00 (três mil, setecentos e oitenta e oito reais); o item 329, com o valor de R$ 9.210,60 (nove mil, duzentos e dez reais e sessenta centavos); o item 330, com o valor de R$ 7.576,20 (sete mil, quinhentos e setenta e seis reais e vinte centavos); o item 331, com o valor de R$ 8.380,00 (oito mil, trezentos e oitenta reais); o item 333, com o valor de R$ 5.303,08 (cinco mil, trezentos e três reais e oito centavos); o item 334, com o valor de R$ 4.096,00 (quatro mil e noventa e seis reais); o item 342, com o valor de R$ 3.666,22 (três mil, seiscentos e sessenta e seis reais e vinte e dois centavos); o item 343, com o valor de R$ 1.530,00 (um mil, quinhentos e trinta reais); o item 344, com o valor de R$ 1.994,70 (um mil, novecentos e noventa e quatro reais e setenta centavos); o item 345, com o valor de R$ 1.775,52 (um mil, setecentos e setenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos); o item 346, com o valor de R$ 885,00 (oitocentos e oitenta e cinco reais); o item 347, com o valor de R$ 1.040,00 (um mil e quarenta reais); o item 348, com o valor de R$ 357,00 (trezentos e cinquenta e sete reais); o item 349, com o valor de R$ 2.061,00 (dois mil e sessenta e um reais); o item 350, com o valor de R$ 2.190,00 (dois mil, cento e noventa reais); o item 351, com o valor de R$ 5.880,00 (cinco mil, oitocentos e oitenta reais); o item 352, com o valor de R$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais); o item 353, com o valor de R$ 13.540,00 (treze mil, quinhentos e quarenta reais); o item 354, com o valor de R$ 9.425,92 (nove mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e noventa e dois centavos); o item 357, com o valor de R$ 3.058,20 (três mil e cinquenta e oito reais e vinte centavos); o item 358, com o valor de R$ 679,00 (seiscentos e setenta e nove reais); o item 359, com o valor de R$ 301,50 (trezentos e um reais e cinquenta centavos); o item 360, com o valor de R$ 8.543,95 (oito mil, quinhentos e quarenta e três reais e noventa e cinco centavos); o item 361, com o valor de R$ 1.706,80 (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos); o item 362, com o valor de R$ 4.151,40 (quatro mil, cento e cinquenta e um reais e quarenta centavos); o item 363, com o valor de R$ 2.994,00 (dois mil, novecentos e noventa e quatro reais); o item 364, com o valor de R$ 2.895,60 (dois mil, oitocentos e noventa e cinco reais e sessenta centavos); o item 366, com o valor de R$ 2.499,00 (dois mil, quatrocentos e noventa e

nove reais); o item 367, com o valor de R$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais); o item 368, com o valor de R$ 5.197,50 (cinco mil, cento e noventa e sete reais e cinquenta centavos); o item 369, com o valor de R$ 30.047,74 (trinta mil e quarenta e sete reais e setenta e quatro centavos); o item 370, com o valor de R$ 56.720,70 (cinquenta e seis mil, setecentos e vinte reais e setenta centavos); o item 374, com o valor de R$ 22.659,00 (vinte e dois mil, seiscentos e cinquenta e nove reais); o item 375, com o valor de R$ 6.384,00 (seis mil, trezentos e oitenta e quatro reais); o item 376, com o valor de R$ 45.390,00 (quarenta e cinco mil, trezentos e noventa reais); o item 377, com o valor de R$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais); o item 378, com o valor de R$ 4.103,50 (quatro mil, cento e três reais e cinquenta centavos); o item 379, com o valor de R$ 7.610,00 (sete mil, seiscentos e dez reais); o item 380, com o valor de R$ 5.466,50 (cinco mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos); o item 383, com o valor de R$ 1.431,00 (um mil, quatrocentos e trinta e um reais); o item 385, com o valor de R$ 4.930,00 (quatro mil, novecentos e trinta reais); o item 386, com o valor de R$ 45,90 (quarenta e cinco reais e noventa centavos); o item 387, com o valor de R$ 4.857,50 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos); o item 388, com o valor de R$ 4.669,00 (quatro mil, seiscentos e sessenta e nove reais); o item 389, com o valor de R$ 4.886,50 (quatro mil, oitocentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos); o item 390, com o valor de R$ 4.857,50 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos); o item 391, com o valor de R$ 4.205,00 (quatro mil, duzentos e cinco reais); o item 392, com o valor de R$ 5.580,00 (cinco mil, quinhentos e oitenta reais); o item 393, com o valor de R$ 7.189,20 (sete mil, cento e oitenta e nove reais e vinte centavos); o item 394, com o valor de R$ 1.437,00 (um mil, quatrocentos e trinta e sete reais); o item 395, com o valor de R$ 19.450,00 (dezenove mil, quatrocentos e cinquenta reais); o item 396, com o valor de R$ 17.390,00 (dezessete mil, trezentos e noventa reais); o item 397, com o valor de R$ 53.730,00 (cinquenta e três mil, setecentos e trinta reais); o item 398, com o valor de R$ 88.347,30 (oitenta e oito mil, trezentos e quarenta e sete reais e trinta centavos); o item 399, com o valor de R$ 14.899,50 (quatorze mil, oitocentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos); o item 400, com o valor de R$ 12.675,00 (doze mil, seiscentos e setenta e cinco reais); o item 402, com o valor de R$ 3.410,00 (três mil, quatrocentos e dez reais); o item 403, com o valor de R$ 15.568,00 (quinze mil, quinhentos e sessenta e oito reais); o item 404, com o valor de R$ 55.200,00 (cinquenta e cinco mil e duzentos reais); o item 405, com o valor de R$ 39.450,00 (trinta e nove mil, quatrocentos e cinquenta reais); o item 406, com o valor de R$ 538,00 (quinhentos e trinta e oito reais); o item 407, com o valor de R$ 438,40 (quatrocentos e trinta e oito reais e quarenta centavos); o item 408, com o valor de R$ 720,72 (setecentos e vinte reais e setenta e dois centavos); o item 409, com o valor de R$ 590,00 (quinhentos e noventa reais); o item 410, com o valor de R$ 590,00 (quinhentos e noventa reais); o item 411, com o valor de R$ 657,00 (seiscentos e cinquenta e sete reais); o item 412, com o valor de R$ 308,00 (trezentos e oito reais); o item 413, com o valor de R$ 1.095,00 (um mil e noventa e cinco reais); o item 414, com o valor de R$ 581,40 (quinhentos e oitenta e um reais e quarenta centavos); o item 415, com o valor de R$ 89,00 (oitenta e nove reais); o item 418, com o valor de R$ 1.282,50 (um mil, duzentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos); o item 419, com o valor de R$ 21.180,60 (vinte e um mil, cento e oitenta reais e sessenta centavos); o item 420, com o valor de R$ 5.508,30 (cinco mil, quinhentos e oito reais e trinta centavos); o item 421, com o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais); o item 422, com o valor de R$ 9.030,00 (nove mil e trinta reais); o item 423, com o valor de R$ 43.675,00 (quarenta e três mil, seiscentos e setenta e cinco reais); o item 426, com o valor de R$ 14.670,00 (quatorze mil, seiscentos e setenta reais); o item 427, com o valor de R$ 25.592,52 (vinte e cinco mil, quinhentos e noventa e dois reais e cinquenta e dois centavos); o item 428, com o valor de R$ 21.925,00 (vinte e um mil, novecentos e vinte e cinco reais). Perfazendo o valor total de R$ 2.855.660,95 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e sessenta reais e noventa e cinco centavos); **2. V. VIEIRA AMARO COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO** - item 1, com o valor de R$ 227,00 (duzentos e vinte e sete reais); o item 2, com o valor de R$ 1.038,00 (um mil e trinta e oito reais); o item 3, com o valor de R$ 3.550,00 (três mil, quinhentos e cinquenta reais); o item 4, com o valor de R$ 1.186,50 (um mil, cento e oitenta e seis reais e cinquenta centavos); o item 5, com o valor de R$ 175,20 (cento e setenta e cinco reais e vinte centavos); o item 16, com o valor de R$ 617,40 (seiscentos e dezessete reais e quarenta centavos); o item 35, com o valor de R$ 12.598,80 (doze mil, quinhentos e noventa e oito reais e oitenta centavos); o item 39, com o valor de R$ 56,00 (cinquenta e seis reais); o item 158, com o valor de R$ 28.607,92 (vinte e oito mil, seiscentos e sete reais e noventa e dois centavos); o item 162, com o valor de R$ 1.064,80 (um mil e sessenta e quatro reais e oitenta centavos); o item 165, com o valor de R$ 7.230,00 (sete mil, duzentos e trinta reais); o item 173, com o valor de R$ 258,50 (duzentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos); o item 176, com o valor de R$ 2.680,00 (dois mil, seiscentos e oitenta reais); o item 201, com o valor de R$ 390,00 (trezentos e noventa reais); o item 202, com o valor de R$ 458,40 (quatrocentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos); o item 205, com o valor de R$ 734,10 (setecentos e trinta e quatro reais e dez centavos); o item 215, com o valor de R$ 678,30 (seiscentos e setenta e oito reais e trinta centavos); o item 340, com o valor de R$ 3.993,60 (três mil, novecentos e noventa e três reais e sessenta centavos); o item 341, com o valor de R$ 2.255,00 (dois mil, duzentos e cinquenta e cinco reais); o item 355, com o valor de R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais); o item 356, com o valor de R$ 977,60 (novecentos e setenta e sete reais e sessenta centavos); o item 365, com o valor de R$ 1.042,00 (um mil e quarenta e dois reais); o item 373, com o valor de R$ 23.458,40 (vinte e três mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos); o item 381, com o valor de R$ 21.860,00 (vinte e um mil, oitocentos e sessenta reais); o item 384, com o valor de R$ 44.132,00 (quarenta e quatro mil, cento e trinta e dois reais). Perfazendo o valor total de R$ 213.269,52 (duzentos e treze mil, duzentos e sessenta e nove reais e cinquenta e dois centavos); **3. APPOLARI INFORMATICA LTDA -** item 15, com o valor de R$ 6.320,00 (seis mil, trezentos e vinte reais); o item 24, com o valor de R$ 2.026,00 (dois mil e vinte e seis reais); o item 43, com o valor de R$ 299,55 (duzentos e noventa e nove reais e cinquenta e cinco centavos); o item 60, com o valor de R$ 7.908,56 (sete mil, novecentos e oito reais e cinquenta e seis centavos); o item 62, com o valor de R$ 7.912,24 (sete mil, novecentos e doze reais e vinte e quatro centavos); o item 106, com o valor de R$ 980,84 (novecentos e oitenta reais e oitenta e quatro centavos); o item 111, com o valor de R$ 4.194,00 (quatro mil, cento e noventa e quatro reais); o item 128, com o valor de R$ 3.477,30 (três mil, quatrocentos e setenta e sete reais e trinta centavos); o item 133, com o valor de R$ 51.752,00 (cinquenta e um mil, setecentos e cinquenta e dois reais); o item 138, com o valor de R$ 580,80 (quinhentos e oitenta reais e oitenta centavos); o item 140, com o valor de R$ 1.339,50 (um mil, trezentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos); o item 147, com o valor de R$ 1.876,09 (um mil, oitocentos e setenta e seis reais e nove centavos); o item 190, com o valor de R$ 2.798,00 (dois mil, setecentos e noventa e oito reais); o item 199, com o valor de R$ 370,74 (trezentos e setenta reais e setenta e quatro centavos); o item 233, com o valor de R$ 9.295,20 (nove mil, duzentos e noventa e cinco reais e vinte centavos); o item 258, com o valor de R$ 3.839,00 (três mil, oitocentos e trinta e nove reais); o item 272, com o valor de R$ 106,40 (cento e seis reais e quarenta centavos); o item 297, com o valor de R$ 7.081,20 (sete mil e oitenta e um reais e vinte centavos); o item 336, com o valor de R$ 267,80 (duzentos e sessenta e sete reais e oitenta centavos); o item 338, com o valor de R$ 5.313,00 (cinco mil, trezentos e treze reais); o item 339, com o valor de R$ 2.629,50 (dois mil, seiscentos e vinte e nove reais e cinquenta centavos); o item 371, com o valor de R$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais); o item 372, com o valor de R$ 505,05 (quinhentos e cinco reais e cinco centavos); o item 382, com o valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais); o item 401, com o valor de R$ 56.700,00 (cinquenta e seis mil e setecentos reais); o item 416, com o valor de R$ 7.299,60 (sete mil, duzentos e noventa e nove reais e sessenta centavos); o item 417, com o valor de R$ 5.500,11 (cinco

mil e quinhentos reais e onze centavos); o item 425, com o valor de R$ 14.992,50 (quatorze mil, novecentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos). Perfazendo o valor total de R$ 240.864,98 (duzentos e quarenta mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e noventa e oito centavos); **4. EMPORIO DAS LICITACOES COMERCIO LTDA** - item 314, com o valor de R$ 49.091,50 (quarenta e nove mil e noventa e um reais e cinquenta centavos); o item 424, com o valor de R$ 16.606,56 (dezesseis mil, seiscentos e seis reais e cinquenta e seis centavos). Perfazendo o valor total de R$ 65.698,06 (sessenta e cinco mil, seiscentos e noventa e oito reais e seis centavos). M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA o item 21, com o valor de R$ 1.509,60 (um mil, quinhentos e nove reais e sessenta centavos); o item 42, com o valor de R$ 332,88 (trezentos e trinta e dois reais e oitenta e oito centavos); o item 69, com o valor de R$ 2.400,24 (dois mil e quatrocentos reais e vinte e quatro centavos); o item 85, com o valor de R$ 634,76 (seiscentos e trinta e quatro reais e setenta e seis centavos); o item 122, com o valor de R$ 6.983,20 (seis mil, novecentos e oitenta e três reais e vinte centavos); o item 123, com o valor de R$ 12.047,20 (doze mil e quarenta e sete reais e vinte centavos); o item 136, com o valor de R$ 407,33 (quatrocentos e sete reais e trinta e três centavos); o item 137, com o valor de R$ 745,00 (setecentos e quarenta e cinco reais); o item 149, com o valor de R$ 370,00 (trezentos e setenta reais); o item 150, com o valor de R$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais); o item 163, com o valor de R$ 1.890,00 (um mil, oitocentos e noventa reais); o item 166, com o valor de R$ 1.992,80 (um mil, novecentos e noventa e dois reais e oitenta centavos); o item 167, com o valor de R$ 2.550,00 (dois mil, quinhentos e cinquenta reais); o item 168, com o valor de R$ 258,00 (duzentos e cinquenta e oito reais); o item 172, com o valor de R$ 16.875,00 (dezesseis mil, oitocentos e setenta e cinco reais); o item 180, com o valor de R$ 2. 636,93 (dois mil, seiscentos e trinta e seis reais e noventa e três centavos); o item 189, com o valor de R$ 556,26 (quinhentos e cinquenta e seis reais e vinte e seis centavos); o item 337, com o valor de R$ 1.727,18 (um mil, setecentos e vinte e sete reais e dezoito centavos). Perfazendo o valor total de R$ 54.376,38 (cinquenta e quatro mil, trezentos e setenta e seis reais e trinta e oito centavos); **5. LICITA SHOP COMERCIO E SERVICOS LTDA** - item 242, com o valor de R$ 2.373,56 (dois mil, trezentos e setenta e três reais e cinquenta e seis centavos); o item 243, com o valor de R$ 2. 681,00 (dois mil, seiscentos e oitenta e um reais); o item 332, com o valor de R$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais); o item 335, com o valor de R$ 3.464,00 (três mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais). Perfazendo o valor total de R$ 12.418,56 (doze mil, quatrocentos e dezoito reais e cinquenta e seis centavos). Perfazendo esta licitação o valor global de R$ 3. 442.288,45 (três milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, duzentos e oitenta e oito reais e quarenta e cinco centavos). O processo foi **ADJUDICADO** em 09/08/2024 e **HOMOLOGADO** em 13/08/2024**.** Wellington Rocha Dias - Pregoeiro. Mirassol d'Oeste, 15/08/2024.

COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ABERTURA DE LICITAÇÃO

ABERTURA DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N. º 58/2024. Objeto: AQUISIÇÃO DE SEGURO PARA 2 VEÍCULOS CAMIONETE - NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO. Prazos para recebimento e julgamento das propostas: VIDE EDITAL. Início da sessão de disputa de preços: **27/08/2024** às **09h (Horário de Brasília).** Local/Sistema eletrônico: www.licitanet.com.br. Obtenção do Edital pelos sites: www.mirassoldoeste.mt.gov.br e www.licitanet.com.br. Informações: Telefones (65) 3241-1012/5152/99953-0883. Wellington Rocha Dias - Pregoeiro. Mirassol d'Oeste, 15/08/2024.

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 655/2024

PORTARIA Nº 655 DE 14 DE AGOSTO DE 2024. RETIFICA PORTARIA Nº 442/2024 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Secretario de Administração e Planejamento Do Município De Mirassol D'oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições,

RESOLVE

Artigo 1° – Retificar o Artigo 1º **da Portaria nº 442 de 2024, passando a vigorar com a seguinte redação:** "**Artigo 1º** -Lotar a partir desta data o servidor **ITALO PATRICK DE SOUZA CRUZ**, no cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO**, da Secretaria de Administração e Planejamento para a Secretaria de Desenvolvimento Social desempenhando suas funções no Creas.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Secretário de Administração e Planejamento do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 14 de agosto de 2024.

ISAQUE BATISTA DE FARIAS

Secretário de Administração

IBF/vl

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/DESENVOLVIMENTO SOCIAL
ATA N.º 009/2024 REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - CMDCA

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - CMDCA

ATA N.º 009/2024

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte quatro, na sede da Secretaria Municipal Desenvolvimento Social, às oito horas, a Presidente do CMDCA, Eliane Barbosa Alves deu início a reunião com um momento de oração e em seguida as deliberações das pautas do dia: **1ª Pauta**: Repasse do recurso do FMDCA (Projetos aprovados das entidades) conforme o Edital Complementar 001/2024; **2ª Pauta:** Indicação de conselheiros para o PROGRAMA MUNICIPAL DE PRÁTICAS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ NAS ESCOLAS–Na sequência**, a primeira Pauta** a Presidente informou sobre os projetos que foram aprovados pela Comissão em maio de 2024 que são os seguintes: 1. Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais – Projeto voltado a Ações de Média Complexidade para Crianças e Adolescentes – R$50.000,00. 2. Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais – Projeto voltado a ações de Atenção à Criança e ao Adolescente – R$50.000,00. 3. Associação Sociedade Espírita Allan Kardec –Projeto voltado a ações de Atenção à Criança e ao Adolescente – R$45.000,00. 4. Associação Beneficente Mercedária Santo Antônio – Projeto voltado a ações de Atenção à Criança e ao Adolescente – R$30. 000,00. 5. Associação Beneficente Mercedária Santo Antônio - Projeto voltado a ações de Atenção à Criança e ao Adolescente – R$30.000,00. 6. Associação da Casa de Acolhimento à Criança Renascer, Projeto voltado a ações de Atenção à Criança e ao Adolescente – R$20.000,00. 7. Associação da Casa de Acolhimento à Criança Renascer - Projeto voltado a ações de Atenção à Criança e ao Adolescente – R$30.000,00. 8. Grêmio Recreativo da Policia Militar "Anjos da Fronteira", Projeto voltado a ações de Atenção à Criança e ao Adolescente – R$42.988,16. Ressaltando que foram depositados nas contas das entidades nos meados de julho. Nessa data o Conselho recebeu ofício da Entidade Centro Social João Paulo II solicitando a correção da data de execução dos Projetos, uma vez que foram digitados equivocadamente para o ano de 2025, sendo que os mesmos serão executados no ano corrente. O Conselho aprovou por unanimidade a solicitação da alteração do ano pela Entidade. Na oportunidade a Conselheira Irmã Patrícia convidou o Conselho para uma missa em comemoração aos 15 anos da Entidade, será no dia 17 de agosto as 10h30 no Centro Social João Paulo II. A Conselheira Roberjani convidou os Conselheiros para a programação da Semana Nacional da Pessoa com Defici-

ência Intelectual e Múltipla na Apae com início no dia 21 a 28 de agosto. **A segunda pauta***, a Presidente fez a leitura da* LEI de Nº 1.892 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023 DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE PRÁTICAS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ NAS ESCOLAS e que a mesma solicita a indicação de um representante do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA. O Conselheiro Horácio foi escolhido para representar o CMDCA no comitê. Nada mais a relatar foi encerrada as 8h56m e Eu, Márcia de Freitas Sippel Souza, Secretária Executiva do CMDCA, lavrei a presente Ata que após ser lida e aprovada, será assinada por mim e pelos presentes.

MÁRCIA DE FREITAS SIPPEL SOUZA

ELIANE BARBOSA ALVES

PAULA MAGALHÃES SOUSA PÁDUA

HORACIO CARDOSO TERRA

IRMÃ PATRICIA DOS SANTOS

ROBERJANI MEIRE ROSA

ROSANGELA LEMES MARTINS

DANIELA MARIA DE JESUS MOREIRA

MARIA ARACELLY MACHADO

ZULEIDE TEIXEIRA DA ROCHA

TACIANA BEATRIZ KERULICH BEZERRA

MORGANIA RODRIGUES OLIVEIRA

RH
EDITAL Nº 138/2024

EDITAL Nº 138/2024

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2023 CONFORME DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 4.730 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2024.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso gozo de suas legais atribuições, considerando o interesse público, a necessidade de contratação, e, conforme Edital de Homologação, **convoca**, osaprovados no *Processo Seletivo Simplificado Edital 001/2023*.

Os Candidatos ora convocados na forma deste Edital e conforme seu anexo Único, deveram comparecerem à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, na sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Antonio Tavares, nº 3310 , considerando o caráter de urgência da contratação temporária, ou em até 15 (quinze) dias a contar da publicação deste ato, para apresentar documentos e habilitação exigidos, para procedimentos de conferência de documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a contratação e designação dos respectivos locais de trabalho.

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos classificados convocados, podendo a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste/MT convocar o (s) imediatamente posterior (es), obedecendo a ordem de classificação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", 14 de Agosto de 2024.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2023 CONFORME DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 4.730 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2024.

ANEXO ÚNICO EDITAL

PROFESSOR DA ÁREA DE PEDAGOGIA	
NOME	**RESULTADO**
ANGELA MARIA CASTILHO DE LIMA	142 COLOCADO (A)

Mirassol D'Oeste/MT, 14 de Agosto de 2024.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 654/2024

PORTARIA Nº 654 DE 14 DE AGOSTO DE 2024. **CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS. O Secretario de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições; RESOLVE Artigo 1º - Conceder 30 (trinta) dias de FÉRIAS para o servidor RAFFAEL PHELIPE CAMPAGNUCCI, lotado na Secretaria de Infra-Estrutura, no cargo de *MOTORISTA, referente ao período aquisitivo de 01/09/2022 a 31/08/2023, para gozo a partir de 02/09/2024, conforme requerimento protocolo n° 21748/2024.***

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE. **Gabinete do Secretario de Administração e Planejamento de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho" em 14 de agosto de 2024. ISAQUE BATISTA DE FARIAS**

Secretário de Administração e Planejamento

IBF/vl

COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 54/2024. Objeto: **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DO TIPO PICK-UP GABINE DUPLA E MOTOCICLETAS DE ITENS FRACASSADOS NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO**. Empresas vencedoras: **1. ASCIA COMERCIO DE VEICULOS LTDA** inscrita no CNPJ 28.258.221/0001-83,o item 01 com o valor total de R$ 738.000,00 (setecentos e trinta e oito mil reais); **2. L P EMPREENDIMENTOS LTDA** inscrita no CNPJ 35.470.233/0001-32, o item 02 com valor total de R$ 27.800,00 (vinte e sete mil e oitocentos reais). Perfazendo esta licitação o valor global de R$ 765.800,00 (setecentos e sessenta e cinco mil e oitocentos reais). O item 03 foi FRACASSADO. O processo foi **ADJUDICADO** em 12/08/2024 e **HOMOLOGADO** em 13/08/2024**.** Matheus Guerreiro Faria - Pregoeiro. Mirassol d'Oeste, 15/08/2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

LICITAÇÃO
AVISO DE RETOMADA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

AVISO DE RETOMADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024

A Comissão permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, nomeada pela portaria 378/2024, através da Agente de Contratação Sra. Hemily Natalye Alves Pereira, torna público para amplo conhecimento o aviso de retomada do certame **PREGÃO ELETRÔNICO N° 027/2024**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE NOBRES/MT.** Local: **Bolsa Nacional de Compras: https://bnc.org.br/.** Considerando as alterações e retificações realizadas no edital, marcamos a retomada para o dia 27/08/2024 às 09:00h, horário

de Brasília/DF. Maiores informações pelo telefone: 65 – 9 9251 – 9403 ou via e-mail: comissão. contratacao@nobres.mt.gov.br e licitacao@nobres.mt.gov.br.

Nobres/MT, 14 de agosto de 2024.

Hemily Natalye Alves Pereira

Agente de Contratação

CÂMARA MUNICIPAL DE NOBRES/MT
EXTRATO DE CONTRATO 10/2024

CONTRATO N° 10/2024 – Celebrado Entre A Câmara Municipal De Nobres e a Empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, inscrita noCNPJ N° 61.198.164/0001-60. **Objeto:** *Contratação De Seguro Veicular Da Caminhonete Oficial Da Câmara De Nobres/MT.*Valor: **R$ 5.135,58** (cinco mil, cento e trinta e cinco reais com cinquenta e oito centavos)**. Data Assinatura:** 09/08/2024. **Assinam** – Sra. Zilmai Ferreira de Jesus – Presidente Câmara Municipal De Nobres e **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS** - contratado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO ESPECIAL/FISICA N.º 012/2024

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO ESPECIAL/FISICA N.º 012/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 11599/2024

Pelo presente instrumento, com base na Lei n.º 14.133/2021, adjudico e homologo a Contratação direta através de Dispensa de Licitação n.º 012/2024, tendo como objeto A presente Contratação de licenciamento de softwares de antivírus corporativo, incluindo atualizações, manutenções, garantias e suporte técnico por um período de 12 meses, para 200 equipamentos da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. Em favor da empresa: WDJ CONSULTORIA EM TECNOLOGIA LTDA CNPJ: 28.XXX.XXX/0001-06.

Empresa WDJ CONSULTORIA EM TECNOLOGIA LTDA CNPJ: 28.XXX.XXX/0001-06

Especificação/Descrição	Unid. De Medida	Quant	Valor Unit.	Valor Total
Licença Para Uso De Software - Tipo: Antivírus, Corporativo, Plataforma: Windows E Linux, Instalação, Suporte Tecnológico E Manutenção.	Und (cód.: 1)	200	R$ 173,28	R$ 34.655,52

E ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 72, VIII Parágrafo único da Lei 14.133/21, Decreto Municipal 003/2024, no valor total de R$ 34.655,52 (trinta e quatro mil seiscentos e cinqüenta e cinco reais e cinqüenta e dois centavos)

A ata referente às Propostas e Habilitação apresentadas pelas empresas estão disponível Site Oficial do Município.

https://www.nossasenhoradolivramento.mt.gov.br/Lic... de Licitaçãoespecial

A homologação da presente Dispensa de Licitação é feita nos termos do artigo 71, inciso IV da Lei n.º 14.133/2021, tendo em vista a manifestação da Comissão de Contratação que, em análise aos documentos apresentados pela empresa vencedora, constatou o atendimento de todas as condições previstas na lei.

A empresa fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no contrato que será celebrado entre as partes, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados.

Por fim, autorizo a publicação deste Termo de Adjudicação e Homologação no Diário Oficial, para fins de publicidade e transparência, nos termos do artigo 54 da Lei n.º 14.133/2021.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 14 de Agosto de 2024

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

DECRETO N. 103/2024

DECRETO N. 103/2024

“Cancela débitos tributários inscritos em dívida ativa já prescritos e dá outras providências.”

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica, com base no que dispõe o art. 250 e 203 do Código Tributário Municipal e:

Considerando que no parecer jurídico proferido no Processo Administrativo n. 14582/2024, foi reconhecida a prescrição dos débitos inscritos em dívida ativa.

Considerando que no referido parecer consta que nos termos do Art. 250 e 203 do Código Tributário Municipal os débitos prescritos devem ser cancelados por atos do Prefeito Municipal,

D E C R E T A

Art.1º. Atendendo ao disposto no Art. 250 e 203 do Código Tributário Municipal e no respectivo parecer, ficam cancelados os débitos inscritos em dívida conforme relacionado a seguir:

Nome do Contribuinte	N° do processo	N° do parecer
Nailzo José da Silva	14582/2024	241/2024

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Nossa Senhora do Livramento, 14 de Agosto de 2024.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18.2024

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18.2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 11960/2024

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, nomeada nas Portarias n 44/2024 dia 15 de Janeiro de 2024 e 84/2024 do'' dia 18 de Março de 2024, TORNA PÚBLICO que se encontra autorizada a realização de licitação para registro de preços na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sobre o Nº 18/2024, do tipo de disputa ABERTO E FECHADO - MENOR PREÇO POR KM RODADO, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção de proposta mais vantajosa, conforme descrito neste Edital e seus anexos, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023, Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, Decreto Municipal 004/2024 aplicando-se, e as exigências estabelecidas neste Edital.

OBJETO: Registro de preço para futuras e eventuais Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de 01 caminhão ¹/4 furgão com capacidade de 4.000 kg, que será por quilometro rodado, com motorista devidamente habilitado na categoria D, para o atendimento das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Educação e Esporte, para transporte da alimentação escolar, tanto na zona urbana quan-

to na zona rural do município, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela no ANEXO I – TR neste edital, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir do dia 16 de agosto de 2024, às 10:00 horas- (horário de Brasília - DF);

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: dia 02 de setembro de 2024, às 09:00 horas- (horário de Brasília - DF);

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 02 de setembro de 2024, às 09:30 horas. (horário de Brasília - DF);

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 02 de setembro de 2024, às 10:30 horas. (horário de Brasília - DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: O Pregão Eletrônico será realizado no endereço eletrônico www.bll.org.br, através da Pregoeira e Equipe de Apoio.

EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico mencionado e site http://www.nossasenhoradolivramento.mt.gov.br/ e Plataforma BLL COMPRAS www.bll.org.br.

Nossa Senhora do Livramento-MT., 13 de agosto de 2024.

Leonildes F. S. Benevides

Pregoeira nº. 044/2024

PORTARIA Nº 311/2024

PORTARIA Nº 311/2024

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Servidor da Secretaria Municipal de Saúde, **JONAS DE CAMPOS CURADO NETO,** residente em Nossa Senhora de Livramento/MT, o servidor da Secretaria Municipal de Administração, **PAULO LEITE DE ARAUJO**, residente em Nossa Senhora do Livramento/MT, o servidor da secretaria Municipal de Finanças, **PAULO LEITE DE ARAUJO,** residente em Nossa Senhora do Livramento/MT**,** a servidora da secretaria Municipal de Assistência Social, **LORENNA MIRANDA SARAT SILVA,** residente em Nossa Senhora do Livramento/MT**,** o servidor da secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, **ELSON JOSÉ PRADO DE ALENCAR,** residente em Nossa Senhora do Livramento/MT**,** o servidor da secretaria Municipal de Educação, **ESTEVINO PAULO DA SILVA,** residente em Nossa Senhora do Livramento/MT, o servidor da secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, **DANIEL NUNES,** residente em Nossa Senhora do Livramento/MT como **fiscal** contrato n° **023/2024** – ADESÃO À ATA DE REGISTRO Nº 045/2024, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2023, PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA CAPACITADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO E CONTROLE DE FROTA COM IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO, VIA INTERNET, COM TECNOLOGIA PARA PAGAMENTO POR MEIO DE CARTÃO MAGNÉTICO OU MICRO PROCESSADO (CHIP), NAS REDES DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS PELA CONTRATADA PARA MANUTENÇÃO OPERACIONAL PREVENTIVA E CORRETIVA, INCLUÍDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO, ACESSÓRIOS, SOCORRO MECÂNICO E TRANSPORTE POR GUINCHO DOS VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA DA PREFEITURA DE VÁRZEA GRANDE/MTQUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA: VALOR GESTÃO E SERVIÇOS TECNOLOGICOS LTDA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11081/2024 ADESÃO 003/2024, EMPRESA: VALOR GESTÃO E SERVIÇOS TECNOLOGICOS LTDA; a partir de 07/06/2024. Revogam-se todas as disposições em contrário. Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 14 de agosto de 2024.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 054/ 2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 054/ 2024

CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE CAMINHÃO COMPACTADOR DE LIXO, TOCO, CAPACIDADE MÍNIMA DA CAIXA COMPACTADORA 12M³ OU 13M³, NOS TERMOS DA TABELA ABAIXO, PARA ATENDER DA DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT. QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA VIDA TRANSPORTE E LOCAÇÕES LTDA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10 /2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 11870/2024.

objeto:

Contratação Emergencial de Pessoa Jurídica especializada em Locação de Caminhão Compactador de lixo, toco, capacidade mínima da caixa compactadora 12M³ ou 13M³, nos termos da tabela abaixo, para atender da demanda da Secretaria Municipal de Obras e Infra-Estrutura de Nossa Senhora do Livramento/MT, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUAT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Caminhão Compactador de lixo, toco, capacidade mínima da caixa compactadora 12M³ ou 13M³, ano de fabricação inerior a 2010, Sem motorista, sem combustíve, manutenção preventiva e corretiva por conta da cotratada.	MÊS	3	R$ 19. 970,00	R$ 59. 970,00
R$ 59.970,00 (Cinquenta e Nove Mil, Novecentos e Setenta Reais)					

PRAZO

O prazo de vigência da contratação é de 03 (três) Meses, contados do a partir da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 Lei n° 14.133, de 2021.

Nossa Senhora do Livramento, 14 de Agosto de 2024.

CONTRATANTE

SILMAR GONÇALVES SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

Empresa: VIDA TRANSPORTE E LOCAÇÕES LTDA

RESOLUÇÃO Nº 14/CMS/2024

Resolução Nº 14/CMS/2024

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT no uso das atribuições que lhe conferem o § 1º do art. 17 da Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012, o art. 14-A da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 4º do Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, e Considerando a deliberação em Reunião Ordinária do CMS, realizada no dia 30 de julho de 2024 sob o Registro da Ata Nº 006/CMS/2024;

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar o Cofinanciamento Estadual Excepcional para custeio da Saúde no valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinqüenta mil reais).

Art. 2º- Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Registra-se, Publique- se e Cumpra-se!

Nossa Senhora do Livramento, 30 de Julho de 2024.

Luiz Henrique Queiroz Rodrigues

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

De Nossa Senhora do Livramento - MT

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº02/2024

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº02/2024

Pelo presente instrumento, com base na Lei n.º 14.133/2021, adjudico e homologo a Contratação através de Inexigibilidade de Licitação n.º 002/2024, no uso de suas atribuições legais, e, conforme parecer jurídico n. 510/2024, e Lei 14.133/2021 Art.74 e decreto 11.878 de 09 de janeiro de 2024. ADJUDICO A INEXIGIBILIDADE nº 02/2024 que tem por objeto - O objeto da presente contratação trata da locação de imóvel urbano situado na Rua Vicente Pereira Leite, lote 02, Bairro Centro, Município de Nossa Senhora do Livramento, visando abrigar a sede do Setor de Endemias da Secretaria Municipal de Saúde, no valor de R$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).

ITEM	COD. APLIC	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	00028594	Serviço de locação de imóvel para órgão público – para setor de combate às endemias da secretaria municipal de saúde de nossa senhora do livramento.	MÊS (cód: 1092)	12	R$ 1.200,00	R$ 14.400,00

Resolve HOMOLOGAR o presente processo a favor da Pessoa Física: Danilson Aurelio do Nascimento – CPF: 011.XXX.XXX-86, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 74, da Lei 14.133/21.

A empresa fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no contrato que será celebrado entre as partes, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados.

Por fim, autorizo a publicação deste Termo de Adjudicação e Homologação no Diário Oficial, para fins de publicidade e transparência, nos termos da Lei n.º 14.133/2021.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 14 de Agosto de 2024.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 073/2024

"O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS ADVINDOS DO PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº 069/2024, PREGÃO PRESENCIAL: N° 046/2024, com VIGÊNCIA de 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de sua publicação no sítio eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT, e dá outras providências"

ÒRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES

Pelo presente instrumento, **O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** inscrita no CNPJ/MF n.º 33.683.822/0001-73, com sede administrativa na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro, Município de Nova Bandeirantes/MT – CEP 78.565-000, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Cesar Augusto Perigo, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Nova Bandeirantes/MT, portador da Cédula de Identidade nº. .001.064-6 SSP/PR e CPF nº. 037.458.769-89, em face da classificação da proposta apresentada no PREGÃO PRESENCIAL Nº. 046/2024, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa **SERGIO CORREA DE SOUZA 80528163191**, inscrita no CNPJ 41.211.480/0001-17, estabelecida a Rua Dona Marivone, Bairro Distrito de Japuranã, cidade de Nova Bandeirantes/NT, e-mail: sergiojiujitissu@hotmail.com Telefone; (041) 99108-9314 representada neste ato pelo seu representante, Sr. Sergio Correa de Souza, portador do RG nº 86489724 SESP/OR e CPF nº 805.281.631-91, residente na Rua Dona Marivone, cidade de Nova Bandeirantes/MT de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes no edital e seus anexos, além de obediência aos dispositivos da Lei Federal nº. 14.133/21, Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e a Lei Municipal nº. 458/2016 (Reconhece o Sítio Eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT e o Diário Oficial AMM), como veículos oficiais de publicações dos Atos dos Processos Licitatórios Municipais), e demais normas vigentes que regem a aquisição e contratação pela Administração Pública, bem como em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 O objeto da presente licitação o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM OFICINAS CULTURAIS, PARA OS USUÁRIOS DOS PROGRAMAS SCFV (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULO), PAIF (PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA) DO MUNICÍPIO, COM IDADE DE 07 À 17 ANOS, E IDOSOS ACIMA DE 60 ANOS, CONFORME SOLICITAÇÕES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESPORTO E LAZER CULTURA E JUVENTUDE, DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, conforme especificações contidas no (Anexo I).

1.1.1. Este instrumento não obriga o MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do (s) objetos (s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições; **1.2.** O Objeto, preço, quantidade, e a especificação dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo: **1.3. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	PERÍODO	VALOR HORA AULA	VALOR TOTAL
07	FACILITADOR PARA OFICINA DE ARTES MARCIAIS (KARATE, JUJITSU) HABILITAÇÃO PARA APLICAR AULAS DE ARTES MARCIAIS (KARATE, JUJITSU) DE FORMA LÚDICA, DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA CORPORAL E CAPACIDADES MOTORAS, FACILITANDO O CRESCIMENTO COGNITIVO E AFETIVO, PSICOMOTRICIDADE, LATERALIDADE, SITUAR-SE NO ESPAÇO, DOMINAR O TEMPO, ADQUIRIR COORDENAÇÃO DE SEUS MOVIMENTOS.	HORAS/AULA	1.200 HORAS	12 MESES	R$ 28,00	R$ 33.600,00
VALOR TOTAL DA SECRETARIA R$ 33.600,00 (TRINTA E TRES MIL E SEISCENTOS REAIS).						

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E LAZER, CULTURA E JUVENTUDE

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	PERÍODO	VALOR HORA AULA	VALOR TOTAL
07	FACILITADOR PARA OFICINA DE ARTES MARCIAIS (KARATE, JUJITSU) HABILITAÇÃO PARA APLICAR AULAS DE ARTES MARCIAIS (KARATE, JUJITSU) DE FORMA LÚDICA, DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA CORPORAL E CAPACIDADES MOTORAS, FACILITANDO O CRESCIMENTO COGNITIVO E AFETIVO, PSICOMOTRICIDADE, LATERALIDADE, SITUAR-SE NO ESPAÇO, DOMINAR O TEMPO, ADQUIRIR COORDENAÇÃO DE SEUS MOVIMENTOS.	HORAS/AULA	1.200 HORAS	12 MESES	R$ 28,00	R$ 33.600,00
VALOR TOTAL DA SECRETARIA R$ 33.600,00 (TRINTA E TRES MIL E SEISCENTOS REAIS).						

Valor tota R$ 67.200,00 (sessenta e sete mil e duzentos reais). 2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão a cargo da (s) Secretaria (s) Municipal solicitante (s) e serão efetuadas nos termos da dotação (ões) orçamentária (s) a serem apresentadas pela secretaria solicitante e ratificadas pelo setor de contabilidade para o Departamento de Licitação, que faz parte integrante do presente termo; **2.2.** As despesas serão suportadas por dotações orçamentárias específicas do orçamento vigente;

ÓRGÃO:12 - SECRETARIA DE DESPORTO
UNIDADE: 002 – ADM. DO DEPARTAMENTO DE CULTURA E JUVENTUDE
FUNÇÃO: 13 - CULTURA
SUBFUNÇÃO: 392 – DIFUSÃO CULTURAL
PROGRAMA: 0010 – INCENTIVO A CULTURA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 020 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA CULTURA
674 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – P. JURÍDICA
FONTE 1.500.00000
ÓRGÃO:12 - SECRETARIA DE DESPORTO
UNIDADE: 002 – ADM. DO DEPARTAMENTO DE CULTURA E JUVENTUDE
FUNÇÃO: 13 - CULTURA
SUBFUNÇÃO: 392 – DIFUSÃO CULTURAL
PROGRAMA: 0010 – INCENTIVO A CULTURA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 093 – MANUTENÇÃO DA FANFARRA, BANDAS E CORAIS
681 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – P. JURÍDICA
FONTE 1.500.00000
ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE: 001 – FMAS – GESTÃO SUAS
FUNÇÃO: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
SUB - FUNÇÃO: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
PROGRAMA: 0011 – COMPROMISSO SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2 009 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
521 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – P. JURÍDICA
FONTE 1.500.00000
ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE: 002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
FUNÇÃO: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
SUB - FUNÇÃO: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
PROGRAMA: 0011 – COMPROMISSO SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2 140 – CUSTEIO DAS AÇÕES DO CRAS
548 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – P. JURÍDICA
FONTE 1.500.00000
FONTE 1.660.00000
FONTE 1.661.00000

2.3. O (s) Programa (s) de Trabalho e Elemento (s) de Despesa (s) constará (ao) nas respectivas Notas de Empenho ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no instrumento convocatório; **3. DA VIGÊNCIA 3.1.** A Ata de Registro de Preços terá sua vigência por 1 (um) ano tendo validade e eficácia legal após a publicação no sítio eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT, podendo ser prorrogada por igual período,

desde que comprovada sua vantajosidade, com fulcro no Art. 84 da Lei nº. 14.133/2021. **3.2.** Durante a vigência da Ata de Registro de Preço, poderá ser celebrado e advir contrato administrativo, no qual reger-se-á pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados nos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº. 14.133/2021. **3.3.** A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas; **4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

4.1 CONTRATADA deverá fornecer os serviços e/ou material com qualidade e em boas condições;

4.2 Prestar os esclarecimentos necessários quando solicitados pelos servidores deste Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

4.3 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

4.4 A falta do item cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos itens objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

4.5 Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Município de Nova Bandeirantes/MT e de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

4.6 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

4.7 Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercida por este Município;

4.8 Indenizar terceiros e/ou o próprio Município mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

4.9 Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a regularidade habilitatórias do certame, em especial a fiscal;

4.10 Apresentar a nota fiscal, mediante a entrega dos itens, no prazo estabelecido neste instrumento e Edital, contado do recebimento da solicitação de fornecimento, com as seguintes certidões de regularidade fiscal:

1 - Certidão Negativa de Débitos e Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

2 - Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante, para fins de participação em licitações públicas;

3 - Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;

4 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;

5 - Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

4.11 Se a Adjudicatária vencedora não cumprir o prazo estabelecido neste edital ou recusar-se em fornecer os itens solicitados pelo contratante, sem justificativa formalmente aceita pelo Senhor Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes/MT, Ordenador de Despesas do Órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades dispostas no item 24 do Edital e disposto no item 11 e 12 deste instrumento.

4.12 Todas as despesas que incidirem sobre os serviços tais como: transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e outras despesas que diretamente ou indiretamente incidirem nos serviços, correrá por conta da CONTRATADA;

4.13 A CONTRATADA deverá realizar a prestação dos serviços ou entrega do material de acordo com as solicitações feitas pelas Secretarias adquirentes, imediatamente após a solicitação do setor competente e nos termos abaixo descrito:

4.14 As autorizações de fornecimento deverão ser enviadas ou encaminhadas por cada órgão participante diretamente ao fornecedor.

4.15 Fica consignado a entrega total da referida autorização de fornecimento para fins de pagamento, sendo que não será autorizada entrega menor ou maior de qualquer pedido, independentemente da quantidade solicitada, obrigando-se a vencedora a entregar o produto diretamente ao Município de Nova Bandeirantes/MT, sendo vedado o recebimento de qualquer produto diversos daquele especificado na Autorização compreendendo marcar, modelo, dosagem, peso, quantidade, ou qualquer outro.

4.16 Excepcionalmente, poderá o fornecedor ser autorizado pelo Órgão Gerenciador a fornecer produtos de marca diferente da licitada, quando devidamente comprovado a falta da matéria prima da marca inicialmente contratado ou quando os preços da nova marca forem mais vantajosos para a administração, desde que o produto atenda as exigências do descritivo, conforme Termo de Referência.

4.17 A empresa contratada deverá fornecer garantia formal para o objeto, contra qualquer irregularidade de fabricação e vício de utilização, inclusive com sua substituição quando necessário, sem ônus para a contratante, cabendo-lhe a responsabilidade de solicitar a substituição, quando verificar qualquer defeito de fabricação.

4.18 Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão Participante (município consorciado) correrão por conta do FORNECEDOR;

DO FORNECIMENTO/EXECUÇÃO e OUTROS:

4.19 –Os serviços deverão ser prestados em conforme solicitação das Secretarias Municipais, e através do Departamento de Compras, solicitarão autorização de fornecimento OF, do serviço a ser executado e sua respectiva data de acordo com a programação estabelecida

Para a adequada solução das necessidades administrativas pontuadas preliminarmente, a contratação pretendida deverá atender os seguintes requisitos mínimos:

- Ser maior de 18 (dezoito anos);

- Ser brasileiro (nato ou naturalizado);

- O instrutor profissional deverá ter conhecimento técnico avançado, como de técnicas compartilhadas da modalidade;

- Habilidade educacional para ministrar aulas para crianças e adolescentes dos 06 aos 17 anos, e idosos acima de 60 anos, em turmas 06 até 20 alunos;

- Possuir experiência equivalente ao item pretendido;

- A empresa deverá disponibilizar profissional com todos os equipamentos de uso pessoal às suas custas, entre outros equipamentos que se fizerem necessários.

- A empresa deverá manter íntimo contato com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Desporto e Lazer, Cultura e Juventude de Nova Bandeirantes, a fim de organizar o cronograma de aulas, bem como prestar informações aos responsáveis.

- A empresa deverá disponibilizar canal de atendimento para contato com dos pais e alunos e o professor responsável por ministrar as aulas.

- Ausência: Os prestadores de serviço que não se fazer presente no horário de trabalho acordado pelas secretarias, será descontado do seu pagamento mensal a falta;

- Não possuir antecedentes criminais, mediante a apresentação de Certidão Negativa de interdição (órfãos e sucessões) e do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídios, roubo, estupro e corrupção de menores daquele que efetivamente prestar os serviços.

Para facilitador (a) de oficinas:

Certificado, atestado ou declaração em cursos capacitações;

Atestado de Capacidade Técnica;

Atestado ou comprovantes (Contrato, carteira de trabalho, MEI) de experiência profissional;

A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos serviços que serão prestados;

Serão consideradas apenas as horas trabalhadas nos locais das oficinas, desde o início até o final, não sendo considerados os deslocamentos até os locais;

As oficinas serão disponibilizadas e ofertadas conforme Calendário elaborado pelas Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria de Municipal Esporte e Lazer, Cultura e Juventude;

- A Administração Municipal poderá no decorrer do ano letivo conforme o Calendário suspender o Contrato e consequentemente o pagamento, em razão das férias escolares.

O desenvolvimento das oficinas dar-se-ão conforme programação das Secretarias e CRAS, definição de carga horária diária a ser cumprida.

a) A CONTRATADA deverá considerar no valor da proposta, todas as despesas pertinentes supracitadas, inclusive impostos, encargos, taxas, deslocamentos, hospedagem, alimentação, combustível, impressão, papel, e demais custos, ficando sob seu ônus as referidas despesas b) Fica sob responsabilidade da CONTRATADA, todo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus colaboradores, prepostos e/ou contratados, bem como se obriga por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do presente objeto. c) Os serviços deverá obedecer rigorosamente a descrição e quantidades deste Termo de Referência; d) A CONTRATADA deverá obedecer a todas as normas regulamentadoras vigente, inclusive a legislação trabalhista, Consolidação das Leis do Trabalho CLT, normas de Segurança do Trabalho, entre outras; devendo arcar com todos os encargos trabalhistas e previdenciários de seus funcionários; e) Assumir ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços; f) A CONTRATANTE deterá o direito de propriedade intelectual dos serviços desenvolvidos, assim como, de toda a documentação produzida na execução do contrato, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa desta Autarquia; g) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação e afins; h) Trabalhar segundo as normas técnicas, com qualidade, com produtividade, com higiene e preservação ambiental; i) Responsabilizar- se pela fiel execução do objeto dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência; j) Acatar as ordens da CONTRATANTE efetuando os serviços nos locais indicados na ordem de serviço; k) Responder Civil e Criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa venha ocorrer no cumprimento deste Termo de Referência, direto ou indiretamente, provocar, a administração ou a terceiros; l) Prestar esclarecimentos a CONTRATANTE em qualquer momento que seja solicitado. m) Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissão ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento das despesas para o CONTRATANTE; n) Além das condições especificadas nos itens anteriores aplicam-se às condições e às garantias as disposições do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor; o) Além das especificações nos itens anteriores aplicam-se as Normas do: Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor e a Lei nº. 14.133/21 e suas alterações; **5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE** 5.1 O Município de Nova Bandeirantes/MT se obriga, nos termos previstos deste Edital a: 5.2 Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento;

5.3 Receber os itens adjudicados no certame, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Edital;

5.4 Promover o recebimento dos itens mediante apresentação de Nota Fiscal e certidões de regularidade fiscal; 5.5 Recusar ou devolver o objeto de contratação nas seguintes hipóteses: 5.6 Se forem entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste edital; 5.7 **DAR RECEBIMENTO PROVISÓRIO** dos itens adjudicados, o que não implica sua aceitação definitiva; 5.8 **DAR RECEBIMENTO DEFINITIVO** pelo Setor Competente, após a verificação do cumprimento das especificações dos itens, nos termos deste Edital e seus anexos e da proposta adjudicatária firmada; 5.9 Efetuar o pagamento, após o recebimento definitivo dos itens, por meio da Tesouraria, com a Fatura/Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor Competente deste Município de Nova Bandeirantes/MT; 5.10 Fornecer à empresa vencedora todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital; 5.11 Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos no Edital; 5.12

Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos itens; 5.13 Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do contrato, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. 5.14 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado. 5.15 Todos os encaminhamentos e o controle dos serviços objeto deste será de responsabilidade das Secretarias Municipais solicitantes. 5.16 Supervisionar o recebimento dos objetos através de um funcionário credenciado pela **CONTRATANTE**, com faculdade de inspeção e controle, podendo ditar medidas que achar necessárias ao bom andamento e qualidade dos objetos. 5.17 Os itens deverão ser recusados pela contratante nas seguintes hipóteses:

a) Se forem fornecidos em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios constantes neste contrato;

5.18 O recebimento dos itens far-se-á sempre que solicitado pela Secretaria mediante apresentação de Nota Fiscal. 5.18.1 O recebimento provisório do (s) item (s) não implica sua aceitação definitiva. 5.18.2 O recebimento definitivo dar-se-á pelo Setor Competente, após a verificação do cumprimento das especificações e qualidade dos serviços. **6. DO PAGAMENTO**

6.1. O pagamento corresponderá aos itens efetivamente entregues ou serviços prestados, observados os valores unitários apresentados pela proponente na ocasião da licitação, devendo ser pago conforme disponibilidade financeira das referidas Secretarias solicitantes, e apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo responsável; 6.1.1. Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no edital. **6.2.** Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas; 6.2.1. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento; **6.3.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado; **6.4.** O PAGAMENTO SERÁ LIBERADO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE NOTA FISCAL E DESDE QUE ACOMPANHADAS DAS CERTIDÕES ABAIXO RELACIONADAS: a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União; b) Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante; c) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante; d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao; e) Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS; **6.5.** A impressão das certidões é de responsabilidade da CONTRATADA/ADJUDICATARIA. **6.6.** Os pagamentos serão creditados em favor da CONTRATADA/ADJUDICATARIA por meio de depósito bancário em conta corrente indicada na proposta contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito; **6.7.** Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de tributos e contribuições, nos termos legislação fiscal pertinente e vigente; **6.8.** A CONTRATADA/ADJUDICATARIA deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame, e consequentemente, lançado na ata de registro de preço; **6.9.** O prazo para pagamento não será superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela; **6.10.** A nota fiscal deve se fazer acompanhar, quando indispensável a comprovação do serviço, relatório de acompanhamento para pagamento e deverá estar devidamente atestado pelo Servidor designado para acompanhamento dos trabalhos e pelo fiscal do Contrato; 6.10.1. O relatório deverá conter riquezas de detalhes, com fotos, descrição do serviço com indicação do quantitativo do serviço realizado, quando for o caso; 6.10.2. Para fins de Imposto de Renda Retido na Fonte de que trata o art. 158, inciso I, da Constituição da República, o Município, em todas as suas contratações, com pessoas jurídicas observará o disposto no art. 64, da Lei Federal Nº 9.430/1996, no art. 15 da Lei Nº 9.249/1995, a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil Nº 1.234/2012, e, também Instrução Normativa RFB Nº 1663, de 07 de outubro de 2016, e por fim Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023, com a consequente retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil. 6.10.3. Para fins de Imposto de Renda Retido na Fonte de que trata o art. 158, inciso I, da Constituição da República, o Município, em todas as suas contratações, com pessoas jurídicas observará o disposto no art. 64, da Lei Federal Nº 9.430/1996, no art. 15 da Lei Nº 9.249/1995, a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil Nº 1.234/2012, e, também Instrução Normativa RFB Nº 1663, de 07 de outubro de 2016, e por fim Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023, com a consequente retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil. **6.11.** Não haverá pagamento parcial da nota. **6.12.** Dados bancários da (s) empresa (s) detentora dos preços registrados:

6.12.1. Banco: Sicoob, Agência: 3271, conta corrente: 98225-3;
7. DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no Art. 124 da Lei nº. 14.133/2021. **7.2.** Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado. 7.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade. 7.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original. **7.3.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá: 7.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e 7.3.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação. 7.3.2.1. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa. **8. DO REAJUSTE DE PREÇO**

8.1. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de vigência da Ata de Registro de Preços: **8.1.1.** Os valores poderão ser reajustados sempre em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata de Registro de Preços e do Contrato tal como pactuado, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços e do Contrato. **8.2.** Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro; **8.3.** Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá- lo ao praticado no mercado; **8.4.** Fracassada a negociação com o primeiro colocado o MUNICÍPIO poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais

empresas com preços registrados, cabendo extinção desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação; **8.5.** Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços; **8.6.** Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pelo MUNICÍPIO, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado em Imprensa Oficial. **8.7.** Para fins de REAJUSTE de preços, não serão admitidos nenhum encargo financeiro, tais como juros, despesas bancárias e quaisquer outros ônus semelhantes. **8.8.** A revisão de preços poderá ser feita a qualquer tempo, desde que ocorram fatos supervenientes ou de difícil previsão, devidamente demonstrados e que tenham ocorridos após apresentação da proposta, com objetivo de restabelecer equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, desde que devidamente comprovados, mediante apuração por procedimento administrativo específico instaurado pela Administração, nos termos do Art. 124 da Lei nº. 14.133 e dispostos neste instrumento. **9. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. O ADJUDICATÁRIO terá o seu registro de preço cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam sanadas até o prazo estipulado em notificação expressa pelo órgão competente, salvo se: **9.1.1.** Comprovar a CONTRATADA/ADJUDICATÁRIA, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de insumos, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos itens que compõem o custo das aquisições dos itens; **9.1.2.** Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução da entrega dos itens, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados; **9.2.** Por iniciativa do Município de Nova Bandeirantes/MT, o registro será cancelado quando o proponente: **9.2.1.** Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; **9.2.2.** Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório; **9.2.3.** Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços; **9.2.4.** Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de entrega/requisição decorrente da Ata de Registro de Preços; **9.4.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas do Art. 155 da Lei nº. 14.133/2021, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa; **9.5.** O Município de Nova Bandeirantes/MT poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado; **10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS 10.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº. 14.133, de 2021, o contratado que: **a)** der causa à inexecução parcial do contrato; **b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; **c)** der causa à inexecução total do contrato; **d)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado; **e)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato; **f)** praticar ato fraudulento na execução do contrato; **g)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; **h)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013. **10.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções: **a) Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº. 14.133, de 2021); **b) Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº. 14.133, de 2021); **c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156,

§ 5º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

d) Multa: 1- moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias; **2-** O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº. 14.133 de 2021. **3-** compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato ou Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto; **10.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato ou Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº. 14.133, de 2021). **10.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº. 14.133, de 2021). **10.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº. 14.133, de 2021) **10.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº. 14.133, de 2021). **10.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente. **10.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº. 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar. **10.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº. 14.133, de 2021): **a)** a natureza e a gravidade da infração cometida; **b)** as peculiaridades do caso concreto; **c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes; **d)** os danos que dela provierem para o Contratante; **e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle. **10.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159). **10.8.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº. 14.133, de 2021). **10.9.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº. 14.133, de 2021). **10.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº. 14.133/21. **10.11.**

Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 26, de 13 de abril de 2022. **11 - DO CADASTRO DE RESERVA**

11.1. Em caso de extinção/cancelamento da ata de registro de preços/contrato será chamada a próxima classificada respeitando sempre a ordem de classificação. **11.2.** As empresas convocadas no sistema de cadastro reserva terá que apresentar sua documentação de habilitação conforme as disposições do Edital. Em caso de empresa não encaminhar os documentos de habilitação, poderá sofrer as sanções culminadas no Edital. **12 - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

12.1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e a (o) CONTRATADA (O) se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que: a) o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 º e/ou 14 º da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular; b) o tratamento seja limitado às atividades necessárias para o alcance das finalidades do serviço contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD; c) durante a execução do objeto deste contrato, em caso de necessidade de coleta e tratamento de dados pessoais de pessoas naturais/titulares mediante consentimento, a coleta do mesmo será realizada após prévia aprovação da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, responsabilizando-se a (o) CONTRATADA (O) pelo informe de necessidade ao titular, obtenção e gestão do consentimento do mesmo, nos termos da legislação. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para finalidades distintas, sob pena de responsabilização do CONTRATADO (A) pelo ato; d) eventualmente, podem as partes convencionar que a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES será responsável por obter o consentimento dos titulares, formalizando a questão em aditivo contratual; **12.2.** As partes declaram que os sistemas informatizados, dispositivos e similares que servirão de base para coleta, armazenamento e tratamento dos dados pessoais coletados, seguem um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, estando alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de proteção de dados; **12.3.** Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com adequado controle baseado em função e com transparente identificação do perfil dos operadores, sendo vedado o compartilhamento desses dados com terceiros estranhos ao objeto do contrato; a) a realização do tratamento dos dados pessoais, ainda que necessária transferência internacional, continuará a ser feita de acordo com as disposições da legislação brasileira sobre proteção de dados, nos termos do Art. 3º. da Lei 13709/18; b) o CONTRATADO (A) oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnicas e organizativas, e as especificará formalmente ao contratante, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros; c) serão adotadas pelo CONTRATADO (A) as medidas de segurança adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito ou incidente. As medidas asseguram um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação. **12.4.** A (O) CONTRATADA (O) dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas acerca da proteção de dados de titulares/pessoas naturais, bem como à Política de Privacidade da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES. **12.5.** As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor, bem como no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e demais órgãos de controle administrativo; **12.6.** Uma parte deverá formalizar à outra sempre que receber uma solicitação de um titular/pessoa natural, a respeito do exercício de direitos relacionados aos seus dados (Art. 18 da Lei 13.709/18) e ao objeto deste contrato, tomando providências imediatas para retorno ao solicitante nos termos da legislação, visando possibilitar o exercício de direito do terceiro; **12.7.** A critério do Encarregado de Dados da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, a (o) CONTRATADA (O) poderá ser provocada (o) a colaborar na informação de dados para a elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais. **12.8.** Encerrada a vigência deste contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a PREFEITURA DE NOVA BANDEIRANTES interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD. **12.9.** Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD. **13 - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS**

13.1. O presente instrumento firmado será regido em obediência ao instrumento convocatório, através do edital de **Pregão Presencial nº. 046/2024** e seus anexos, além de obediência aos dispositivos da Lei Federal nº. 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº. 123/2006, Lei 13.709/2018 e demais normas vigentes que regem a contratação pela Administração Pública.

14. DA FISCALIZAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 14.1. Nos termos do Art. 117 Lei nº. 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento/execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados, através do servidor designado pela Administração conforme portaria nº 257/2024, servidora **ANDRESSA GISIELLE GRIGGIO DA SILVA**. **14.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seu Pregoeira e prepostos, em conformidade com o Art. 120 da Lei nº. 14.133/2021 **14.3.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos preços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. **14.4.** Para este instrumento será designado fiscal por portaria específica colacionada nos autos. **15. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS 15.1.** As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições: **I.** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo/apostilamento à presente ata de Registro de Preços; **II.** Vinculam-se a este Contrato ou Ata de Registro de Preços, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o instrumento convocatório, seus anexos e as propostas das classificadas. **III.** É vedado caucionar ou utilizar o Contrato ou Ata de Registro de Preços decorrente do presente registro para qualquer operação financeira; **15.2.** A critério exclusivo do Município de NOVA BANDEIRANTES/

MT, ora CONTRATANTE e mediante prévia e expressa autorização da autoridade superior, a CONTRATADA poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte da obra ou serviço, até o limite estabelecido de 30% (trinta por cento), desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas, nos termos do Art. 122 da Lei nº. 14.133/2021. **16. DO FORO 16.1.** As partes contratantes elegem o foro da Comarca Nova Monte Verde/MT para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de preços, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. **16.2.** E por estarem de acordo o Município de NOVA BANDEIRANTES/MT registra os preços e condições acima disposta, firmando o presente instrumento para que produza seus efeitos legais, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 91 da Lei nº. 14.133/2021.

Nova Bandeirantes/MT 13 de agosto de 2024.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

SERGIO CORREA DE SOUZA 80528163191

CNPJ: 41.211.480/0001-17

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Aline Groff Pit

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 060.335.46 -05

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008/2024

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2024

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, através do Sr. Prefeito Municipal César Augusto Périgo, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, tendo em vista o**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2024;** convoca os candidatos aprovado-classificados**,** para preenchimento de vaga existente.

Art. 1º. O candidato convocado por este Edital terá o **prazo máximo** de **05 (cinco) dias** para apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos munido dos seguintes documentos;

Documentos pessoais (CPF, RG, e, Titulo de Eleitor); Fotos 3x4 (recentes); Certidão de nascimento se não for casado; Certidão de casamento e RG e CPF do cônjuge; Certidão de nascimento e CPF do(s) filho(s) menor de 14 anos; Atestado de vacinação dos filhos; Carteira de trabalho, onde tem a foto e o verso; PIS ou PASEP se houver cadastro, Carteira de Habilitação/Profissional, exigida para o cargo; Certificado de Escolaridade, para cargos de nível fundamental e médio; Diploma e Histórico Escolar; Diploma de conclusão do curso relativo ao cargo concorrido, devidamente registrado na forma da lei, Atestado médico admissional, indicando se o (a) candidato (a) está **fisicamente** apto (a) para o exercício das atribuições do cargo. Atestado este que deverá ser fornecido por profissional habilitado pelo Conselho Regional de Medicina – CRM. CNH (Carteira Nacional Habilitação), exigida para o cargo; Comprovante de que está em dia com as obrigações eleitorais; Certificado militar;

Declaração de residência;

CONTA BANCO BRADESCO agencia local (01380);

Declaração com Número de telefone e Email / gmail

Art. 2º. Considera-se convocado pelo presente edital o candidato constante da lista objeto do **anexo I.** Anexo este que será parte integrante e indissociável deste Edital de Convocação;

Art. 3º. O Candidato que, no prazo legal, não atender o quanto estabelecido no artigo 1º. Será considerado eliminado do **processo seletivo simplificado nº 001/2024;**

Art. 4º. Este Edital entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO

	AGENTE SERVIÇOS PUBLICOS (VIGIA)
4º Classificado	GABRIEL GOMES FERREIRA DA COSTA

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

	AGENTE ADMINISTRATIVO
6º Classificada	CLARICE DE FATIMA VIEIRA
7º Classificada	THAIS RODRIGUES DE SOUZA

SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO E TECNOLOGIA

	AGENTE DE CONSERVAÇÃO
1º Classificada	SUZANA PEREIRA DE OLIVEIRA MELLO

Nova Bandeirantes MT, 14 de agosto de 2024.

CESAR AUGUSTO PERIGO:03745876989 Assinado de forma digital por

CESAR AUGUSTO PERIGO: 03745876989

Dados: 2024.08.14 16:44:00 -04'00'

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 014/2024

PORTARIA Nº 014/2024

Dispõe sobre a retificação de Portarias da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, Valdir Pinheiro de Sousa, no uso de suas atribuições legais e,

RESOLVE:

Art. 1º Retificar a Portaria de nº 11/2024, publicada em 02 de julho de 2024, no Jornal Oficial dos Municípios de Mato Grosso.

Art. 2º Onde se lê: “Portaria nº 11/2024”

I – Leia-se: “Portaria nº 12/2024”.

Art. 3º Retificar a Portaria de nº 12/2024, publicada em 23 de julho de 2024, no Jornal Oficial dos Municípios de Mato Grosso.

Art. 2º Onde se lê: “Portaria nº 12/2024”

I – Leia-se: “Portaria nº 13/2024”.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes-MT, 31 de julho de 2024.

Valdir Pinheiro de Sousa

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 015/2024

PORTARIA Nº 015/2024

SÚMULA: DISPOE SOBRE DE SERVIDOR

OCUPANTE DO CARGO DE CARGO AGENTE ADMINISTRATIVO DA CÂMARA DE NOVA BANDEIRANTES-MT”.

O Senhor Valdir Pinheiro de Sousa, Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por lei, e

Considerando, o requerimento apresentado pelo servidor ocupando do cargo de concurso Agente Administrativo desta Câmara Municipal, considerando as Leis Municipais 111/97, 850/24 e 851/24 que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público Municipal e a reestruturação do Plano de Cargos e Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes - MT;

Considerando, benefício da aposentadoria do Servidor Público Joaquim Shomoller adquirido a partir de agosto de 2024.

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar o Servidor Joaquim Schmoeller**,** do Cargo de Agente administrativo Classe B,, Nivel XI, da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes – MT.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Bandeirantes - MT, 05 de agosto de 2024.

Valdir Pinheiro de Sousa

Presidente

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
PORTARIA DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO PORTARIA MUNICIPAL Nº 260/2024

EMENTA: “DESIGNA FISCAL PARA A ATA DE REGISTRO DE PREÇO CELEBRADO PELO MUNÍCIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR CESAR AUGUSTO PÉRIGO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MÁTERIA:

RESOLVE

Art. 1º Designar como **Fiscal de Ata de Registro de Preço** os servidores:

ANDRESSA GISIELLE GRIGGIO DA SILVA, Chefe Dpto de Cultura e Juventude, portador do CPF 036.637.371-44, matricula 5306.

De acordo com preceitua na **Lei de Licitações Nº 8.666/93, nos Art. 67, e Art. 68,** para acompanhar e fiscalizar a execução das atas de registro de preços **Nº 070/2024, 071/2024, 072/2024, 073/2024 e 074/2024,** firmado entre a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes e as empresas: **CICERO AVORAVE DA SILVA 5688344790, 26.180.304 JOSE TAVEIRA PEREIRA, LUCIMAR DA SILVA RONDON 00163377197, SERGIO CORREA DE SOUZA 80528163191 e 55.952.926 THAISA GABRIELA BAUMGARTNER,** tendo como objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM OFICINAS CULTURAIS, PARA OS USUÁRIOS DOS PROGRAMAS SCFV (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULO), PAIF (PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA) DO MUNICÍPIO, COM IDADE DE 07 À 17 ANOS, E IDOSOS ACIMA DE 60 ANOS,CONFORME SOLICITAÇÕES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESPORTO E LAZER CULTURA E JUVENTUDE, DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, conforme especificações contidas no (Anexo I).Com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais, e atendendo a Instrução Normativa nº 003/2022.

Art. 2º Fica designado como **Suplente** do referido contrato os servidores:

JOSIANE APARECIDA DE SOUZA RODRIGUES, Orientador Social, portador do CPF nº 067.765.391-38, matricula 5873.

Art. 3º Fica os servidores acima, igualmente ciente de que:

a) suas atribuições estão descritas no Manual para Fiscais de Contratos Administrativos dispostos na Instrução Normativa nº 003/2022;

b) a falta ou deficiência no cumprimento de suas atividades de fiscalização estão sujeitas a responsabilização na esfera civil, administrativa e criminal, inclusive com eventual propositura de ação indenizatória e de improbidade administrativa;

c) a partir deste momento o Fiscal do Contrato deve ter conhecimento do andamento da licitação e que, tão logo, seja celebrado o contrato, deve iniciar as atividades de fiscalização, independentemente de qualquer outra comunicação;

d) tão logo publicado no diário oficial do município o extrato do contrato deve buscar junto ao departamento de compra e contratos ou órgão equivalente da administração indireta uma cópia do mesmo e, se necessário, dos anexos, a fim de iniciar a atividade de fiscalização;

e) deve manter arquivada em seu local de trabalho, onde tenha fácil acesso a essa documentação, uma cópia do contrato, seguido de cópia do Termo de Fiscal de Contrato e dos originais dos Termos de Fiscalização, pela ordem cronológica, os quais estarão sempre preparados e organizados para consulta pelas autoridades, inclusive o Ministério Público e a população.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, 13 de agosto de 2024.

CESAR AUGUSTO PÉRIGO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2024

Apostilamento para transferência de recurso entre Dotações Orçamentárias da Ata de Registro de Preços nº. 004/2024.

CONTRATANTE: O **Município de Nova Bandeirantes**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 33.683.822/0001-73.

CONTRATADAS: As empresas: **BEL MICRO TECNOLOGIA S/A**, inscrita no CNPJ 71.052.559/0001-03, **CASTRO EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ 42.753.718/0001-07, **CB ELETRO E INFORMATICA LTDA**, inscrita no CNPJ 49.673.898/0001-58, **COUTINHO E FERNANDES PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA,** inscrita no CNPJ 37.531.583/0001-97, **EMILIANAS COMERCIAL LTDA**, inscrita no CNPJ 48.873.648/0001-07, **ERICA DE FATIMA GENTIL IORIS LTDA**, inscrita no CNPJ 36.656.877/0001-82, **EXEBR INFORMATICA LTDA**, inscrita no CNPJ 29.520.946/0001-60, **I C DE SOUSA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ 40.359.757/0001-90, **IMPÉRIO SOLUÇÕES PÚBLICAS LTDA**, inscrita no CNPJ 23.106.657/0001-33, **INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LACHI LTDA**, inscrita no CNPJ 75.395.665/0001-40, **KSF ELETRONICOS LTDA**, inscrita no CNPJ 48.816.633/0001-07, **L F COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E REPRESENTACOES**, inscrita no CNPJ 22.328.534/0001-84, **LUCAS GUILHERME DA SILVA**, inscrita no CNPJ 32.825.080/0001-00, **M R DA GRACA SOUZA – COMERCIO E REPRESENTACOES**, inscrita no CNPJ 43.195.850/0001-03, **MAXXIMUS MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ 41.919.867/0001-22, **MICROTECNICA INFORMATICA LTDA**, inscrita no CNPJ 01.590.728/0009-30, **PREMIUM TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ 53.059.181/0001-98, **R.P. DE OLIVEIRA PRODUTOS LTDA**, inscrita no CNPJ 13.729.630/0001-43, **REPREMIG REPRESENTAÇÃO E COMERCIO DE MINAS GEERAIS LTDA**, inscrita no CNPJ 65.149.197/0002-21, **RS COMERCIO E SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ 44.062.140/0001-60, **SENA E PRATES LTDA**, inscrita no CNPJ 47.536.916/0001-24, **SUPERAR COMERCIO DE MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA**, inscrita no CNPJ 42.953.946/0001-12 E **SUPERAR LTDA**, inscrita no CNPJ 13.482.516/0001-61.

INSTRUMENTO VINCULANTE: Processo Licitatório nº. 001/2024, Pregão Eletrônico nº. 001/2024.

OBJETO: ***REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL*** **AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, ELETRÔNICOS E MOVEIS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas no (**ANEXO I**), Termo de Referência.

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 § 8º da Lei Federal nº. 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento, cujo objetivo é a alteração do Disposto na CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS, prevista no instrumento inicial, transferindo valores entre dotações orçamentárias, conforme o orçamento fiscal vigente:

DOTAÇÃO APOSTILAMENTO

Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Unidade: 001- GABINETE DA SECRETARIA
Função:12 – EDUCACAO
Sub - Função: 361- ENSINO FUNDAMENTAL
Programa:0006 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 191– OUTROS PROGRAMAS FNDE
144 – Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
Fonte de Recursos: 1.569.0000000
Fonte de Recusros: 2.569.0000000

Nova Bandeirantes – MT, 14 de agosto de 2024.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 074/2024

"O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS ADVINDOS DO PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº 069/2024, PREGÃO PRESENCIAL: N° 046/2024, com VIGÊNCIA de 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de sua publicação no sítio eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT, e dá outras providências"

ÒRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES

Pelo presente instrumento, **O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** inscrita no CNPJ/MF n.º 33.683.822/0001-73, com sede administrativa na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro, Município de Nova Bandeirantes/MT – CEP 78.565-000, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Cesar Augusto Perigo, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Nova Bandeirantes/MT, portador da Cédula de Identidade nº. . 001.064-6 SSP/PR e CPF nº. 037.458.769-89, em face da classificação da proposta apresentada no PREGÃO PRESENCIAL Nº. 046/2024, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa **55.952.926 THAISA GABRIELA BAUMGARTNER**, inscrita no CNPJ 55.952.926/0001-79, estabelecida a Rua Lazaro Moreira dos Santos, Bairro Centro, nº s/n, cidade Nova Bandeirantes/MT, e-mail: baumgartnerthaisagabriela@gmail.com Telefone; (066) 98477-6166 representada neste ato pelo sua representante, Sra. Thaisa Gabriela Baumartner Rosa de Lima, portadora do RG nº 3024290-8 SESP/MT e CPF nº 061.203.331-77, residente na rua Lazaro Moreira dos Santos, cidade de Nova Bandeirantes/MT de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes no edital e seus anexos, além de obediência aos dispositivos da Lei Federal nº. 14.133/21, Lei Complementar Federal nº. 123/

2006 e a Lei Municipal nº. 458/2016 (Reconhece o Sítio Eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT e o Diário Oficial AMM), como veículos oficiais de publicações dos Atos dos Processos Licitatórios Municipais), e demais normas vigentes que regem a aquisição e contratação pela Administração Pública, bem como em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 O objeto da presente licitação o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM OFICINAS CULTURAIS, PARA OS USUÁRIOS DOS PROGRAMAS SCFV (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULO), PAIF (PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA) DO MUNICÍPIO, COM IDADE DE 07 À 17 ANOS, E IDOSOS ACIMA DE 60 ANOS, CONFORME SOLICITAÇÕES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESPORTO E LAZER CULTURA E JUVENTUDE, DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, conforme especificações contidas no (Anexo I).

1.1.1. Este instrumento não obriga o MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do (s) objetos (s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições; **1.2.** O Objeto, preço, quantidade, e a especificação dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo: **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	PERÍODO	VALOR HORA AULA	VALOR TOTAL
01	FACILITADOR PARA EXECUÇÃO OFICINA DE EXPRESSÃO CORPORAL, COM INTUITO DE ESTIMULAR OS SEGUINTES ASPECTOS: MOTOR; COGNITIVO E SOCIAL.	HORAS/AULA	1.200 HORAS	12 MESES	R$ 28,00	R$ 33.600,00
VALOR TOTAL DA SECRETARIA R$ 330.400,00 (TREZENTOS E TRINTA MIL E QUATROCENTOS REAIS).						

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E LAZER, CULTURA E JUVENTUDE

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	PERÍODO	VALOR HORA AULA	VALOR TOTAL
01	FACILITADOR PARA EXECUÇÃO OFICINA DE EXPRESSÃO CORPORAL, COM INTUITO DE ESTIMULAR OS SEGUINTES ASPECTOS: MOTOR; COGNITIVO E SOCIAL.	HORAS/AULA	1.200 HORAS	12 MESES	R$ 28,00	R$ 33.600,00

Valor total R$ 67.200,00 (sessenta e sete mil e duzentos reais).

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão a cargo da (s) Secretaria (s) Municipal solicitante (s) e serão efetuadas nos termos da dotação (ões) orçamentária (s) a serem apresentadas pela secretaria solicitante e ratificadas pelo setor de contabilidade para o Departamento de Licitação, que faz parte integrante do presente termo; **2.2.** As despesas serão suportadas por dotações orçamentárias específicas do orçamento vigente;

ÓRGÃO:12 - SECRETARIA DE DESPORTO
UNIDADE: 002 – ADM. DO DEPARTAMENTO DE CULTURA E JUVENTUDE
FUNÇÃO: 13 - CULTURA
SUBFUNÇÃO: 392 – DIFUSÃO CULTURAL
PROGRAMA: 0010 – INCENTIVO A CULTURA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 020 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA CULTURA
674 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – P. JURÍDICA
FONTE 1.500.00000
ÓRGÃO:12 - SECRETARIA DE DESPORTO
UNIDADE: 002 – ADM. DO DEPARTAMENTO DE CULTURA E JUVENTUDE
FUNÇÃO: 13 - CULTURA
SUBFUNÇÃO: 392 – DIFUSÃO CULTURAL
PROGRAMA: 0010 – INCENTIVO A CULTURA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 093 – MANUTENÇÃO DA FANFARRA, BANDAS E CORAIS
681 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – P. JURÍDICA
FONTE 1.500.00000
ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE: 001 – FMAS – GESTÃO SUAS
FUNÇÃO: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
SUB - FUNÇÃO: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
PROGRAMA: 0011 – COMPROMISSO SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2 009 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
521 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – P. JURÍDICA
FONTE 1.500.00000
ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE: 002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
FUNÇÃO: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
SUB - FUNÇÃO: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
PROGRAMA: 0011 – COMPROMISSO SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2 140 – CUSTEIO DAS AÇÕES DO CRAS
548 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – P. JURÍDICA
FONTE 1.500.00000
FONTE 1.660.00000
FONTE 1.661.00000

2.3. O (s) Programa (s) de Trabalho e Elemento (s) de Despesa (s) constará (ao) nas respectivas Notas de Empenho ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no instrumento convocatório; **3. DA VIGÊNCIA 3.1.** A Ata de Registro de Preços terá sua vigência por 1 (um) ano tendo validade e eficácia legal após a publicação no sítio eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada sua vantajosidade, com fulcro no Art. 84 da Lei nº. 14.133/2021. **3.2.** Durante a vigência da Ata de Registro de Preço, poderá ser celebrado e advir contrato administrativo, no qual reger-se-á pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados nos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº. 14.133/2021. **3.3.** A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas; **4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

4.1 CONTRATADA deverá fornecer os serviços e/ou material com qualidade e em boas condições;

4.2 Prestar os esclarecimentos necessários quando solicitados pelos servidores deste Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

4.3 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

4.4 A falta do item cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos itens objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

4.5 Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Município de Nova Bandeirantes/MT e de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

4.6 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

4.7 Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercida por este Município;

4.8 Indenizar terceiros e/ou o próprio Município mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

4.9 Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a regularidade habilitatórias do certame, em especial a fiscal;

4.10 Apresentar a nota fiscal, mediante a entrega dos itens, no prazo estabelecido neste instrumento e Edital, contado do recebimento da solicitação de fornecimento, com as seguintes certidões de regularidade fiscal:

1 - Certidão Negativa de Débitos e Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

2 - Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante, para fins de participação em licitações públicas;

3 - Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;

4 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;

5 - Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

4.11 Se a Adjudicatária vencedora não cumprir o prazo estabelecido neste edital ou recusar-se em fornecer os itens solicitados pelo contratante, sem justificativa formalmente aceita pelo Senhor Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes/MT, Ordenador de Despesas do Órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades dispostas no item 24 do Edital e disposto no item 11 e 12 deste instrumento.

4.12 Todas as despesas que incidirem sobre os serviços tais como: transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e outras despesas que diretamente ou indiretamente incidirem nos serviços, correrá por conta da CONTRATADA;

4.13 A CONTRATADA deverá realizar a prestação dos serviços ou entrega do material de acordo com as solicitações feitas pelas Secretarias adquirentes, imediatamente após a solicitação do setor competente e nos termos abaixo descrito:

4.14 As autorizações de fornecimento deverão ser enviadas ou encaminhadas por cada órgão participante diretamente ao fornecedor.

4.15 Fica consignado a entrega total da referida autorização de fornecimento para fins de pagamento, sendo que não será autorizada entrega menor ou maior de qualquer pedido, independentemente da quantidade solicitada, obrigando-se a vencedora a entregar o produto diretamente ao Município de Nova Bandeirantes/MT, sendo vedado o recebimento de qualquer produto diversos daquele especificado na Autorização compreendendo marcar, modelo, dosagem, peso, quantidade, ou qualquer outro.

4.16 Excepcionalmente, poderá o fornecedor ser autorizado pelo Órgão Gerenciador a fornecer produtos de marca diferente da licitada, quando devidamente comprovado a falta da matéria prima da marca inicialmente contratado ou quando os preços da nova marca forem mais vantajosos para a administração, desde que o produto atenda as exigências do descritivo, conforme Termo de Referência.

4.17 A empresa contratada deverá fornecer garantia formal para o objeto, contra qualquer irregularidade de fabricação e vício de utilização, inclusive com sua substituição quando necessário, sem ônus para a contratante, cabendo-lhe a responsabilidade de solicitar a substituição, quando verificar qualquer defeito de fabricação.

4.18 Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão Participante (município consorciado) correrão por conta do FORNECEDOR;

DO FORNECIMENTO/EXECUÇÃO e OUTROS:

4.19 –Os serviços deverão ser prestados em conforme solicitação das Secretarias Municipais, e através do Departamento de Compras, solicitarão autorização de fornecimento OF, do serviço a ser executado e sua respectiva data de acordo com a programação estabelecida

Para a adequada solução das necessidades administrativas pontuadas preliminarmente, a contratação pretendida deverá atender os seguintes requisitos mínimos:

- Ser maior de 18 (dezoito anos);

- Ser brasileiro (nato ou naturalizado);

- O instrutor profissional deverá ter conhecimento técnico avançado, como de técnicas compartilhadas da modalidade;

- Habilidade educacional para ministrar aulas para crianças e adolescentes dos 06 aos 17 anos, e idosos acima de 60 anos, em turmas 06 até 20 alunos;

- Possuir experiência equivalente ao item pretendido;

- A empresa deverá disponibilizar profissional com todos os equipamentos de uso pessoal às suas custas, entre outros equipamentos que se fizerem necessários.

- A empresa deverá manter íntimo contato com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Desporto e Lazer, Cultura e Juventude de Nova Bandeirantes, a fim de organizar o cronograma de aulas, bem como prestar informações aos responsáveis.

- A empresa deverá disponibilizar canal de atendimento para contato com dos pais e alunos e o professor responsável por ministrar as aulas.

- Ausência: Os prestadores de serviço que não se fazer presente no horário de trabalho acordado pelas secretarias, será descontado do seu pagamento mensal a falta;

- Não possuir antecedentes criminais, mediante a apresentação de Certidão Negativa de interdição (órfãos e sucessões) e do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídios, roubo, estupro e corrupção de menores daquele que efetivamente prestar os serviços.

Para facilitador (a) de oficinas:

Certificado, atestado ou declaração em cursos capacitações;

Atestado de Capacidade Técnica;

Atestado ou comprovantes (Contrato, carteira de trabalho, MEI) de experiência profissional;

A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos serviços que serão prestados;

Serão consideradas apenas as horas trabalhadas nos locais das oficinas, desde o início até o final, não sendo considerados os deslocamentos até os locais;

As oficinas serão disponibilizadas e ofertadas conforme Calendário elaborado pelas Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria de Municipal Esporte e Lazer, Cultura e Juventude;

- A Administração Municipal poderá no decorrer do ano letivo conforme o Calendário suspender o Contrato e consequentemente o pagamento, em razão das férias escolares.

O desenvolvimento das oficinas dar-se-ão conforme programação das Secretarias e CRAS, definição de carga horária diária a ser cumprida.

a) A CONTRATADA deverá considerar no valor da proposta, todas as despesas pertinentes supracitadas, inclusive impostos, encargos, taxas, deslocamentos, hospedagem, alimentação, combustível, impressão, papel, e demais custos, ficando sob seu ônus as referidas despesas b) Fica sob responsabilidade da CONTRATADA, todo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus colaboradores, prepostos e/ou contratados, bem como se obriga por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do presente objeto. c) Os serviços deverá obedecer rigorosamente a descrição e quantidades deste Termo de Referência; d) A CONTRATADA deverá obedecer a todas as normas regulamentadoras vigente, inclusive a legislação trabalhista, Consolidação das Leis do Trabalho CLT, normas de Segurança do Trabalho, entre outras; devendo arcar com todos os encargos trabalhistas e previdenciários de seus funcionários; e) Assumir ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços; f) A CONTRATANTE deterá o direito de propriedade intelectual dos serviços desenvolvidos, assim como, de toda a documentação produzida na execução do contrato, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa desta Autarquia; g) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação e afins; h) Trabalhar segundo as normas técnicas, com qualidade, com produtividade, com higiene e preservação ambiental; i) Responsabilizar- se pela fiel execução do objeto dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência; j) Acatar as ordens da CONTRATANTE efetuando os serviços nos locais indicados na ordem de serviço; k) Responder Civil e Criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa venha ocorrer no cumprimento deste Termo de Referência, direto ou indiretamente, provocar, a administração ou a terceiros; l) Prestar esclarecimentos a CONTRATANTE em qualquer momento que seja solicitado. m) Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissão ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento das despesas para o CONTRATANTE; n) Além das condições especificadas nos itens anteriores aplicam-se às condições e às garantias as disposições do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor; o) Além das especificações nos itens anteriores aplicam-se as Normas do: Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor e a Lei nº. 14.133/21 e suas alterações; **5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE** 5.1 O Município de Nova Bandeirantes/MT se obriga, nos termos previstos deste Edital a: 5.2 Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento;

5.3 Receber os itens adjudicados no certame, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Edital;

5.4 Promover o recebimento dos itens mediante apresentação de Nota Fiscal e certidões de regularidade fiscal; 5.5 Recusar ou devolver o objeto de contratação nas seguintes hipóteses: 5.6 Se forem entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste edital; 5.7 **DAR RECEBIMENTO PROVISÓRIO** dos itens adjudicados, o que não implica sua aceitação definitiva; 5.8 **DAR RECEBIMENTO DEFINITIVO** pelo Setor Competente, após a verificação do cumprimento das especificações dos itens, nos termos deste Edital e seus anexos e da proposta adjudicatária firmada; 5.9 Efetuar o pagamento, após o recebimento definitivo dos itens, por meio da Tesouraria, com a Fatura/Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor

Competente deste Município de Nova Bandeirantes/MT; 5.10 Fornecer à empresa vencedora todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital; 5.11 Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos no Edital; 5.12 Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos itens; 5.13 Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do contrato, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. 5.14 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado. 5.15 Todos os encaminhamentos e o controle dos serviços objeto deste será de responsabilidade das Secretarias Municipais solicitantes. 5.16 Supervisionar o recebimento dos objetos através de um funcionário credenciado pela **CONTRATANTE**, com faculdade de inspeção e controle, podendo ditar medidas que achar necessárias ao bom andamento e qualidade dos objetos. 5.17 Os itens deverão ser recusados pela contratante nas seguintes hipóteses:

a) Se forem fornecidos em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios constantes neste contrato;

5.18 O recebimento dos itens far-se-á sempre que solicitado pela Secretaria mediante apresentação de Nota Fiscal. 5.18.1 O recebimento provisório do (s) item (s) não implica sua aceitação definitiva. 5.18.2 O recebimento definitivo dar-se-á pelo Setor Competente, após a verificação do cumprimento das especificações e qualidade dos serviços. **6. DO PAGAMENTO**

6.1. O pagamento corresponderá aos itens efetivamente entregues ou serviços prestados, observados os valores unitários apresentados pela proponente na ocasião da licitação, devendo ser pago conforme disponibilidade financeira das referidas Secretarias solicitantes, e apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo responsável; 6.1.1. Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no edital. **6.2.** Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas; 6.2.1. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento; **6.3.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado; **6.4.** O PAGAMENTO SERÁ LIBERADO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE NOTA FISCAL E DESDE QUE ACOMPANHADAS DAS CERTIDÕES ABAIXO RELACIONADAS: a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União; b) Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante; c) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante; d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao; e) Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS; **6.5.** A impressão das certidões é de responsabilidade da CONTRATADA/ADJUDICATARIA. **6.6.** Os pagamentos serão creditados em favor da CONTRATADA/ADJUDICATARIA por meio de depósito bancário em conta corrente indicada na proposta contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito; **6.7.** Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de tributos e contribuições, nos termos legislação fiscal pertinente e vigente; **6.8.** A CONTRATADA/ADJUDICATARIA deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame, e consequentemente, lançado na ata de registro de preço; **6.9.** O prazo para pagamento não será superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela; **6.10.** A nota fiscal deve se fazer acompanhar, quando indispensável a comprovação do serviço, relatório de acompanhamento para pagamento e deverá estar devidamente atestado pelo Servidor designado para acompanhamento dos trabalhos e pelo fiscal do Contrato; 6.10.1. O relatório deverá conter riquezas de detalhes, com fotos, descrição do serviço com indicação do quantitativo do serviço realizado, quando for o caso; 6.10.2. Para fins de Imposto de Renda Retido na Fonte de que trata o art. 158, inciso I, da Constituição da República, o Município, em todas as suas contratações, com pessoas jurídicas observará o disposto no art. 64, da Lei Federal Nº 9.430/1996, no art. 15 da Lei Nº 9.249/1995, a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil Nº 1.234/2012, e, também Instrução Normativa RFB Nº 1663, de 07 de outubro de 2016, e por fim Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023, com a consequente retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil. 6.10.3. Para fins de Imposto de Renda Retido na Fonte de que trata o art. 158, inciso I, da Constituição da República, o Município, em todas as suas contratações, com pessoas jurídicas observará o disposto no art. 64, da Lei Federal Nº 9.430/1996, no art. 15 da Lei Nº 9.249/1995, a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil Nº 1.234/2012, e, também Instrução Normativa RFB Nº 1663, de 07 de outubro de 2016, e por fim Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023, com a consequente retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil. **6.11.** Não haverá pagamento parcial da nota. **6.12.** Dados bancários da (s) empresa (s) detentora dos preços registrados:

6.12.1. Banco: ....., Agência: ....., conta corrente;
7. DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no Art. 124 da Lei nº. 14.133/2021. **7.2.** Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado. 7.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade. 7.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original. **7.3.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá: 7.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e 7.3.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação. 7.3.2.1. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa. **8. DO REAJUSTE DE PREÇO**

8.1. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de vigência da Ata de Registro de Preços: **8.1.1.** Os valores poderão ser reajustados sempre em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata de Registro de Preços e do Contrato tal como pactuado, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços e do Contrato. **8.2.** Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro; **8.3.** Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor/consignatária,

mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá- lo ao praticado no mercado; **8.4.** Fracassada a negociação com o primeiro colocado o MUNICÍPIO poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo extinção desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação; **8.5.** Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços; **8.6.** Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pelo MUNICÍPIO, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado em Imprensa Oficial. **8.7.** Para fins de REAJUSTE de preços, não serão admitidos nenhum encargo financeiro, tais como juros, despesas bancárias e quaisquer outros ônus semelhantes. **8.8.** A revisão de preços poderá ser feita a qualquer tempo, desde que ocorram fatos supervenientes ou de difícil previsão, devidamente demonstrados e que tenham ocorridos após apresentação da proposta, com objetivo de restabelecer equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, desde que devidamente comprovados, mediante apuração por procedimento administrativo específico instaurado pela Administração, nos termos do Art. 124 da Lei nº. 14.133 e dispostos neste instrumento. **9. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. O ADJUDICATÁRIO terá o seu registro de preço cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam sanadas até o prazo estipulado em notificação expressa pelo órgão competente, salvo se: **9.1.1.** Comprovar a CONTRATADA/ADJUDICATÁRIA, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de insumos, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos itens que compõem o custo das aquisições dos itens; **9.1.2.** Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução da entrega dos itens, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados; **9.2.** Por iniciativa do Município de Nova Bandeirantes/MT, o registro será cancelado quando o proponente: **9.2.1.** Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; **9.2.2.** Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório; **9.2.3.** Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços; **9.2.4.** Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de entrega/requisição decorrente da Ata de Registro de Preços; **9.4.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas do Art. 155 da Lei nº. 14.133/2021, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa; **9.5.** O Município de Nova Bandeirantes/MT poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado; **10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS 10.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº. 14.133, de 2021, o contratado que: **a)** der causa à inexecução parcial do contrato; **b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; **c)** der causa à inexecução total do contrato; **d)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado; **e)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato; **f)** praticar ato fraudulento na execução do contrato; **g)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; **h)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013. **10.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções: **a) Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº. 14.133, de 2021); **b) Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº. 14.133, de 2021); **c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156,

§ 5º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

d) Multa: 1- moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias; **2-** O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº. 14.133 de 2021. **3-** compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato ou Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto; **10.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato ou Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº. 14.133, de 2021). **10.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº. 14.133, de 2021). **10.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº. 14.133, de 2021) **10.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº. 14.133, de 2021). **10.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente. **10.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº. 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar. **10.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº. 14.133, de 2021): **a)** a natureza e a gravidade da infração cometida; **b)** as peculiaridades do caso concreto; **c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes; **d)** os danos que dela provierem para o Contratante; **e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle. **10.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159). **10.8.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº. 14.133, de 2021). **10.9.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de

Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº. 14.133, de 2021). **10.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº. 14.133/21. **10.11.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 26, de 13 de abril de 2022. **11 - DO CADASTRO DE RESERVA**

11.1. Em caso de extinção/cancelamento da ata de registro de preços/contrato será chamada a próxima classificada respeitando sempre a ordem de classificação. **11.2.** As empresas convocadas no sistema de cadastro reserva terá que apresentar sua documentação de habilitação conforme as disposições do Edital. Em caso de empresa não encaminhar os documentos de habilitação, poderá sofrer as sanções culminadas no Edital. **12 - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

12.1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e a (o) CONTRATADA (O) se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que: a) o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 º e/ou 14 º da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular; b) o tratamento seja limitado às atividades necessárias para o alcance das finalidades do serviço contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD; c) durante a execução do objeto deste contrato, em caso de necessidade de coleta e tratamento de dados pessoais de pessoas naturais/titulares mediante consentimento, a coleta do mesmo será realizada após prévia aprovação da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, responsabilizando-se a (o) CONTRATADA (O) pelo informe de necessidade ao titular, obtenção e gestão do consentimento do mesmo, nos termos da legislação. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para finalidades distintas, sob pena de responsabilização do CONTRATADO (A) pelo ato; d) eventualmente, podem as partes convencionar que a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES será responsável por obter o consentimento dos titulares, formalizando a questão em aditivo contratual; **12.2.** As partes declaram que os sistemas informatizados, dispositivos e similares que servirão de base para coleta, armazenamento e tratamento dos dados pessoais coletados, seguem um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, estando alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de proteção de dados; **12.3.** Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com adequado controle baseado em função e com transparente identificação do perfil dos operadores, sendo vedado o compartilhamento desses dados com terceiros estranhos ao objeto do contrato; a) a realização do tratamento dos dados pessoais, ainda que necessária transferência internacional, continuará a ser feita de acordo com as disposições da legislação brasileira sobre proteção de dados, nos termos do Art. 3º. da Lei 13709/18; b) o CONTRATADO (A) oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnicas e organizativas, e as especificará formalmente ao contratante, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros; c) serão adotadas pelo CONTRATADO (A) as medidas de segurança adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito ou incidente. As medidas asseguram um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação. **12.4.** A (O) CONTRATADA (O) dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas acerca da proteção de dados de titulares/pessoas naturais, bem como à Política de Privacidade da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES. **12.5.** As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor, bem como no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e demais órgãos de controle administrativo; **12.6.** Uma parte deverá formalizar à outra sempre que receber uma solicitação de um titular/pessoa natural, a respeito do exercício de direitos relacionados aos seus dados (Art. 18 da Lei 13.709/18) e ao objeto deste contrato, tomando providências imediatas para retorno ao solicitante nos termos da legislação, visando possibilitar o exercício de direito do terceiro; **12.7.** A critério do Encarregado de Dados da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, a (o) CONTRATADA (O) poderá ser provocada (o) a colaborar na informação de dados para a elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais. **12.8.** Encerrada a vigência deste contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a PREFEITURA DE NOVA BANDEIRANTES interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD. **12.9.** Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD. **13 - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS**

13.1. O presente instrumento firmado será regido em obediência ao instrumento convocatório, através do edital de **Pregão Presencial nº. 046/2024** e seus anexos, além de obediência aos dispositivos da Lei Federal nº. 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº. 123/2006, Lei 13.709/2018 e demais normas vigentes que regem a contratação pela Administração Pública.

14. DA FISCALIZAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 14.1. Nos termos do Art. 117 Lei nº. 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento/execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados, através do servidor designado pela Administração conforme portaria nº 257/2024, servidora **ANDRESSA GISIELLE GRIGGIO DA SILVA**. **14.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seu Pregoeira e prepostos, em conformidade com o Art. 120 da Lei nº. 14.133/2021 **14.3.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos preços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. **14.4.** Para este instrumento será designado fiscal por portaria específica colacionada nos autos. **15. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS 15.1.** As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições: **I.** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo/apostilamento à presente ata de Registro de Preços; **II.** Vinculam-se a este Contrato ou Ata de Registro de Preços, para fins de análise técnica, jurídica e

decisão superior o instrumento convocatório, seus anexos e as propostas das classificadas. **III.** É vedado caucionar ou utilizar o Contrato ou Ata de Registro de Preços decorrente do presente registro para qualquer operação financeira; **15.2.** A critério exclusivo do Município de NOVA BANDEIRANTES/MT, ora CONTRATANTE e mediante prévia e expressa autorização da autoridade superior, a CONTRATADA poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte da obra ou serviço, até o limite estabelecido de 30% (trinta por cento), desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas, nos termos do Art. 122 da Lei nº. 14.133/2021. **16. DO FORO 16.1.** As partes contratantes elegem o foro da Comarca Nova Monte Verde/MT para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de preços, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. **16.2.** E por estarem de acordo o Município de NOVA BANDEIRANTES/MT registra os preços e condições acima disposta, firmando o presente instrumento para que produza seus efeitos legais, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 91 da Lei nº. 14.133/2021.

Nova Bandeirantes/MT 13 de agosto de 2024.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

55.952.926 THAISA GABRIELA BAUMGARTNER

CNPJ: 55.952.926/0001-79

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Aline Groff Pit

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 060.335.46 -05

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 072/2024

"O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS ADVINDOS DO PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº 069/2024, PREGÃO PRESENCIAL: N° 046/2024, com VIGÊNCIA de 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de sua publicação no sítio eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT, e dá outras providências"

ÒRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES

Pelo presente instrumento, **O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** inscrita no CNPJ/MF n.º 33.683.822/0001-73, com sede administrativa na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro, Município de Nova Bandeirantes/MT – CEP 78.565-000, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Cesar Augusto Perigo, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Nova Bandeirantes/MT, portador da Cédula de Identidade nº. .001. 064-6 SSP/PR e CPF nº. 037.458.769-89, em face da classificação da proposta apresentada no PREGÃO PRESENCIAL Nº. 046/2024, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa **LUCIMAR DA SILVA RONDON 00163377197**, inscrita no CNPJ 40.888.284/0001-19, estabelecida a Rua Maria Nilza Ribeiro, Bairro Setor Luiza, nº 50, cidade de Nova bandeirantes, e-mail: lucimarrondon4@gmail.com Telefone; (066) 98412-4090 representada neste ato pelo sua representante, Sra. Lucimar da Silva Rondon, portadora do RG nº 1688447-7 SESP/MT e CPF nº 001.633.771-97, residente na rua Maria Silva Ribeiro, cidade de Nova Bandeirantes/MT de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes no edital e seus anexos, além de obediência aos dispositivos da Lei Federal nº. 14.133/21, Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e a Lei Municipal nº. 458/2016 (Reconhece o Sítio Eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT e o Diário Oficial AMM), como veículos oficiais de publicações dos Atos dos Processos Licitatórios Municipais), e demais normas vigentes que regem a aquisição e contratação pela Administração Pública, bem como em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 O objeto da presente licitação o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM OFICINAS CULTURAIS, PARA OS USUÁRIOS DOS PROGRAMAS SCFV (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULO), PAIF (PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA) DO MUNICÍPIO, COM IDADE DE 07 À 17 ANOS, E IDOSOS ACIMA DE 60 ANOS, CONFORME SOLICITAÇÕES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESPORTO E LAZER CULTURA E JUVENTUDE, DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, conforme especificações contidas no (Anexo I).

1.1.1. Este instrumento não obriga o MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do (s) objetos (s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições; **1.2.** O Objeto, preço, quantidade, e a especificação dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo: **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	PERÍODO	VALOR HORA AULA	VALOR TOTAL
02	FACILITADOR PARA OFICINA DE ARTESANATO, COSTURA, PINTURA COM PREDOMINÂNCIA NA ÁREA DE PINTURA EM TECIDO, PAINÉIS, PEÇAS DECORATIVAS E LÚDICAS.	HORAS/AULA	2.000 HORAS	12 MESES	R$ 28,00	R$ 56.000,00

VALOR TOTAL DA SECRETARIA R$ 56.000,000 (CINQUENTA E SEIS MIL REAIS).

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E LAZER, CULTURA E JUVENTUDE

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	PERÍODO	VALOR HORA AULA	VALOR TOTAL
02	FACILITADOR PARA OFICINA DE ARTESANATO, COSTURA, PINTURA COM PREDOMINÂNCIA NA ÁREA DE PINTURA EM TECIDO, PAINÉIS, PEÇAS DECORATIVAS E LÚDICAS.	HORAS/AULA	2.000 HORAS	12 MESES	R$ 28,00	R$ 56.000,00
VALOR TOTAL DA SECRETARIA R$ 56.000,000 (CINQUENTA E SEIS MIL REAIS).						

Valor total R$ 112.000,00 (cento e doze mil reais).

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão a cargo da (s) Secretaria (s) Municipal solicitante (s) e serão efetuadas nos termos da dotação (ões) orçamentária (s) a serem apresentadas pela secretaria solicitante e ratificadas pelo setor de contabilidade para o Departamento de Licitação, que faz parte integrante do presente termo; **2.2.** As despesas serão suportadas por dotações orçamentárias específicas do orçamento vigente;

ÓRGÃO:12 - SECRETARIA DE DESPORTO
UNIDADE: 002 – ADM. DO DEPARTAMENTO DE CULTURA E JUVENTUDE
FUNÇÃO: 13 - CULTURA
SUBFUNÇÃO: 392 – DIFUSÃO CULTURAL
PROGRAMA: 0010 – INCENTIVO A CULTURA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 020 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA CULTURA
674 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – P. JURÍDICA
FONTE 1.500.00000
ÓRGÃO:12 - SECRETARIA DE DESPORTO
UNIDADE: 002 – ADM. DO DEPARTAMENTO DE CULTURA E JUVENTUDE
FUNÇÃO: 13 - CULTURA
SUBFUNÇÃO: 392 – DIFUSÃO CULTURAL
PROGRAMA: 0010 – INCENTIVO A CULTURA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 093 – MANUTENÇÃO DA FANFARRA, BANDAS E CORAIS
681 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – P. JURÍDICA
FONTE 1.500.00000
ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE: 001 – FMAS – GESTÃO SUAS
FUNÇÃO: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
SUB - FUNÇÃO: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
PROGRAMA: 0011 – COMPROMISSO SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2 009 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
521 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – P. JURÍDICA
FONTE 1.500.00000
ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE: 002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
FUNÇÃO: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
SUB - FUNÇÃO: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
PROGRAMA: 0011 – COMPROMISSO SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2 140 – CUSTEIO DAS AÇÕES DO CRAS
548 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – P. JURÍDICA
FONTE 1.500.00000
FONTE 1.660.00000
FONTE 1.661.00000

2.3. O (s) Programa (s) de Trabalho e Elemento (s) de Despesa (s) constará (ao) nas respectivas Notas de Empenho ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no instrumento convocatório; **3. DA VIGÊNCIA 3.1.** A Ata de Registro de Preços terá sua vigência por 1 (um) ano tendo validade e eficácia legal após a publicação no sítio eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada sua vantajosidade, com fulcro no Art. 84 da Lei nº. 14.133/2021. **3.2.** Durante a vigência da Ata de Registro de Preço, poderá ser celebrado e advir contrato administrativo, no qual reger-se-á pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados nos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº. 14.133/2021. **3.3.** A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas; **4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

4.1 CONTRATADA deverá fornecer os serviços e/ou material com qualidade e em boas condições;

4.2 Prestar os esclarecimentos necessários quando solicitados pelos servidores deste Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

4.3 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

4.4 A falta do item cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos itens objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

4.5 Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Município de Nova Bandeirantes/MT e de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

4.6 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

4.7 Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercida por este Município;

4.8 Indenizar terceiros e/ou o próprio Município mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

4.9 Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a regularidade habilitatórias do certame, em especial a fiscal;

4.10 Apresentar a nota fiscal, mediante a entrega dos itens, no prazo estabelecido neste instrumento e Edital, contado do recebimento da solicitação de fornecimento, com as seguintes certidões de regularidade fiscal:

1 - Certidão Negativa de Débitos e Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

2 - Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante, para fins de participação em licitações públicas;

3 - Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;

4 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;

5 - Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

4.11 Se a Adjudicatária vencedora não cumprir o prazo estabelecido neste edital ou recusar-se em fornecer os itens solicitados pelo contratante, sem justificativa formalmente aceita pelo Senhor Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes/MT, Ordenador de Despesas do Órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades dispostas no item 24 do Edital e disposto no item 11 e 12 deste instrumento.

4.12 Todas as despesas que incidirem sobre os serviços tais como: transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e outras despesas que diretamente ou indiretamente incidirem nos serviços, correrá por conta da CONTRATADA;

4.13 A CONTRATADA deverá realizar a prestação dos serviços ou entrega do material de acordo com as solicitações feitas pelas Secretarias adquirentes, imediatamente após a solicitação do setor competente e nos termos abaixo descrito:

4.14 As autorizações de fornecimento deverão ser enviadas ou encaminhadas por cada órgão participante diretamente ao fornecedor.

4.15 Fica consignado a entrega total da referida autorização de fornecimento para fins de pagamento, sendo que não será autorizada entrega menor ou maior de qualquer pedido, independentemente da quantidade solicitada, obrigando-se a vencedora a entregar o produto diretamente ao Município de Nova Bandeirantes/MT, sendo vedado o recebimento de qualquer produto diversos daquele especificado na Autorização compreendendo marcar, modelo, dosagem, peso, quantidade, ou qualquer outro.

4.16 Excepcionalmente, poderá o fornecedor ser autorizado pelo Órgão Gerenciador a fornecer produtos de marca diferente da licitada, quando devidamente comprovado a falta da matéria prima da marca inicialmente contratado ou quando os preços da nova marca forem mais vantajosos para a administração, desde que o produto atenda as exigências do descritivo, conforme Termo de Referência.

4.17 A empresa contratada deverá fornecer garantia formal para o objeto, contra qualquer irregularidade de fabricação e vício de utilização, inclusive com sua substituição quando necessário, sem ônus para a contratante, cabendo-lhe a responsabilidade de solicitar a substituição, quando verificar qualquer defeito de fabricação.

4.18 Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão Participante (município consorciado) correrão por conta do FORNECEDOR;

DO FORNECIMENTO/EXECUÇÃO e OUTROS:

4.19 –Os serviços deverão ser prestados em conforme solicitação das Secretarias Municipais, e através do Departamento de Compras, solicitarão autorização de fornecimento OF, do serviço a ser executado e sua respectiva data de acordo com a programação estabelecida

Para a adequada solução das necessidades administrativas pontuadas preliminarmente, a contratação pretendida deverá atender os seguintes requisitos mínimos:

- Ser maior de 18 (dezoito anos);

- Ser brasileiro (nato ou naturalizado);

- O instrutor profissional deverá ter conhecimento técnico avançado, como de técnicas compartilhadas da modalidade;

- Habilidade educacional para ministrar aulas para crianças e adolescentes dos 06 aos 17 anos, e idosos acima de 60 anos, em turmas 06 até 20 alunos;

- Possuir experiência equivalente ao item pretendido;

- A empresa deverá disponibilizar profissional com todos os equipamentos de uso pessoal às suas custas, entre outros equipamentos que se fizerem necessários.

- A empresa deverá manter íntimo contato com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Desporto e Lazer, Cultura e Juventude de Nova Bandeirantes, a fim de organizar o cronograma de aulas, bem como prestar informações aos responsáveis.

- A empresa deverá disponibilizar canal de atendimento para contato com dos pais e alunos e o professor responsável por ministrar as aulas.

- Ausência: Os prestadores de serviço que não se fazer presente no horário de trabalho acordado pelas secretarias, será descontado do seu pagamento mensal a falta;

- Não possuir antecedentes criminais, mediante a apresentação de Certidão Negativa de interdição (órfãos e sucessões) e do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídios, roubo, estupro e corrupção de menores daquele que efetivamente prestar os serviços.

Para facilitador (a) de oficinas:

Certificado, atestado ou declaração em cursos capacitações;

Atestado de Capacidade Técnica;

Atestado ou comprovantes (Contrato, carteira de trabalho, MEI) de experiência profissional;

A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos serviços que serão prestados;

Serão consideradas apenas as horas trabalhadas nos locais das oficinas, desde o início até o final, não sendo considerados os deslocamentos até os locais;

As oficinas serão disponibilizadas e ofertadas conforme Calendário elaborado pelas Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria de Municipal Esporte e Lazer, Cultura e Juventude;

- A Administração Municipal poderá no decorrer do ano letivo conforme o Calendário suspender o Contrato e consequentemente o pagamento, em razão das férias escolares.

O desenvolvimento das oficinas dar-se-ão conforme programação das Secretarias e CRAS, definição de carga horária diária a ser cumprida.

a) A CONTRATADA deverá considerar no valor da proposta, todas as despesas pertinentes supracitadas, inclusive impostos, encargos, taxas, deslocamentos, hospedagem, alimentação, combustível, impressão, papel, e demais custos, ficando sob seu ônus as referidas despesas b) Fica sob responsabilidade da CONTRATADA, todo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus colaboradores, prepostos e/ou contratados, bem como se obriga por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do presente objeto. c) Os serviços deverá obedecer rigorosamente a descrição e quantidades deste Termo de Referência; d) A CONTRATADA deverá obedecer a todas as normas regulamentadoras vigente, inclusive a legislação trabalhista, Consolidação das Leis do Trabalho CLT, normas de Segurança do Trabalho, entre outras; devendo arcar com todos os encargos trabalhistas e previdenciários de seus funcionários; e) Assumir ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços; f) A CONTRATANTE deterá o direito de propriedade intelectual dos serviços desenvolvidos, assim como, de toda a documentação produzida na execução do contrato, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa desta Autarquia; g) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação e afins; h) Trabalhar segundo as normas técnicas, com qualidade, com produtividade, com higiene e preservação ambiental; i) Responsabilizar- se pela fiel execução do objeto dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência; j) Acatar as ordens da CONTRATANTE efetuando os serviços nos locais indicados na ordem de serviço; k) Responder Civil e Criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa venha ocorrer no cumprimento deste Termo de Referência, direto ou indiretamente, provocar, a administração ou a terceiros; l) Prestar esclarecimentos a CONTRATANTE em qualquer momento que seja solicitado. m) Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissão ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento das despesas para o CONTRATANTE; n) Além das condições especificadas nos itens anteriores aplicam-se às condições e às garantias as disposições do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor; o) Além das especificações nos itens anteriores aplicam-se as Normas do: Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor e a Lei nº. 14.133/21 e suas alterações; **5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE** 5.1 O Município de Nova Bandeirantes/MT se obriga, nos termos previstos deste Edital a: 5.2 Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento;

5.3 Receber os itens adjudicados no certame, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Edital;

5.4 Promover o recebimento dos itens mediante apresentação de Nota Fiscal e certidões de regularidade fiscal; 5.5 Recusar ou devolver o objeto de contratação nas seguintes hipóteses: 5.6 Se forem entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste edital; 5.7 **DAR RECEBIMENTO PROVISÓRIO** dos itens adjudicados, o que não implica sua aceitação definitiva; 5.8 **DAR RECEBIMENTO DEFINITIVO** pelo Setor Competente, após a verificação do cumprimento das especificações dos itens, nos termos deste Edital e seus anexos e da proposta adjudicatária firmada; 5.9 Efetuar o pagamento, após o recebimento definitivo dos itens, por meio da Tesouraria, com a Fatura/Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor Competente deste Município de Nova Bandeirantes/MT; 5.10 Fornecer à empresa vencedora todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital; 5.11 Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos no Edital; 5.12 Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos itens; 5.13 Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do contrato, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. 5.14 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado. 5.15 Todos os encaminhamentos e o controle dos serviços objeto deste será de responsabilidade das Secretarias Municipais solicitantes. 5.16 Supervisionar o recebimento dos objetos através de um funcionário credenciado pela **CONTRATANTE**, com faculdade de inspeção e controle, podendo ditar medidas que achar necessárias ao bom andamento e qualidade dos objetos. 5.17 Os itens deverão ser recusados pela contratante nas seguintes hipóteses:

a) Se forem fornecidos em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios constantes neste contrato;

5.18 O recebimento dos itens far-se-á sempre que solicitado pela Secretaria mediante apresentação de Nota Fiscal. 5.18.1 O recebimento provisório do (s) item (s) não implica sua aceitação definitiva. 5.18.2 O recebimento definitivo dar-se-á pelo Setor Competente, após a verificação do cumprimento das especificações e qualidade dos serviços. **6. DO PAGAMENTO**

6.1. O pagamento corresponderá aos itens efetivamente entregues ou serviços prestados, observados os valores unitários apresentados pela proponente na ocasião da licitação, devendo ser pago conforme disponibilidade financeira das referidas Secretarias solicitantes, e apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo responsável; 6.1.1. Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no edital. **6.2.** Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações

que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas; 6.2.1. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento; **6.3.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado; **6.4.** O PAGAMENTO SERÁ LIBERADO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE NOTA FISCAL E DESDE QUE ACOMPANHADAS DAS CERTIDÕES ABAIXO RELACIONADAS: a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União; b) Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante; c) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante; d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao; e) Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS; **6.5.** A impressão das certidões é de responsabilidade da CONTRATADA/ADJUDICATARIA. **6.6.** Os pagamentos serão creditados em favor da CONTRATADA/ADJUDICATARIA por meio de depósito bancário em conta corrente indicada na proposta contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito; **6.7.** Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de tributos e contribuições, nos termos legislação fiscal pertinente e vigente; **6.8.** A CONTRATADA/ADJUDICATARIA deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame, e consequentemente, lançado na ata de registro de preço; **6.9.** O prazo para pagamento não será superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela; **6.10.** A nota fiscal deve se fazer acompanhar, quando indispensável a comprovação do serviço, relatório de acompanhamento para pagamento e deverá estar devidamente atestado pelo Servidor designado para acompanhamento dos trabalhos e pelo fiscal do Contrato; 6.10.1. O relatório deverá conter riquezas de detalhes, com fotos, descrição do serviço com indicação do quantitativo do serviço realizado, quando for o caso; 6.10.2. Para fins de Imposto de Renda Retido na Fonte de que trata o art. 158, inciso I, da Constituição da República, o Município, em todas as suas contratações, com pessoas jurídicas observará o disposto no art. 64, da Lei Federal Nº 9.430/1996, no art. 15 da Lei Nº 9.249/1995, a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil Nº 1.234/2012, e, também Instrução Normativa RFB Nº 1663, de 07 de outubro de 2016, e por fim Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023, com a consequente retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil. 6.10.3. Para fins de Imposto de Renda Retido na Fonte de que trata o art. 158, inciso I, da Constituição da República, o Município, em todas as suas contratações, com pessoas jurídicas observará o disposto no art. 64, da Lei Federal Nº 9.430/1996, no art. 15 da Lei Nº 9.249/1995, a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil Nº 1.234/2012, e, também Instrução Normativa RFB Nº 1663, de 07 de outubro de 2016, e por fim Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023, com a consequente retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil. **6.11.** Não haverá pagamento parcial da nota. **6.12.** Dados bancários da (s) empresa (s) detentora dos preços registrados:

6.12.1. Banco: Bradesco, Agência: 1380, conta corrente: 38998-6;
7. DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no Art. 124 da Lei nº. 14.133/2021. **7.2.** Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado. 7.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade. 7.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original. **7.3.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá: 7.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e 7.3.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação. 7.3.2.1. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa. **8. DO REAJUSTE DE PREÇO**

8.1. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de vigência da Ata de Registro de Preços: **8.1.1.** Os valores poderão ser reajustados sempre em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata de Registro de Preços e do Contrato tal como pactuado, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços e do Contrato. **8.2.** Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro; **8.3.** Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá- lo ao praticado no mercado; **8.4.** Fracassada a negociação com o primeiro colocado o MUNICÍPIO poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo extinção desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação; **8.5.** Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços; **8.6.** Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pelo MUNICÍPIO, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado em Imprensa Oficial. **8.7.** Para fins de REAJUSTE de preços, não serão admitidos nenhum encargo financeiro, tais como juros, despesas bancárias e quaisquer outros ônus semelhantes. **8.8.** A revisão de preços poderá ser feita a qualquer tempo, desde que ocorram fatos supervenientes ou de difícil previsão, devidamente demonstrados e que tenham ocorridos após apresentação da proposta, com objetivo de restabelecer equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, desde que devidamente comprovados, mediante apuração por procedimento administrativo específico instaurado pela Administração, nos termos do Art. 124 da Lei nº. 14.133 e dispostos neste instrumento. **9. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. O ADJUDICATÁRIO terá o seu registro de preço cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam sanadas até o prazo estipulado em notificação expressa pelo órgão competente, salvo se: **9.1.1.** Comprovar a CONTRATADA/ADJUDICATÁRIA, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de insumos, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da

elevação dos preços de mercado dos itens que compõem o custo das aquisições dos itens; **9.1.2.** Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução da entrega dos itens, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados; **9.2.** Por iniciativa do Município de Nova Bandeirantes/MT, o registro será cancelado quando o proponente: **9.2.1.** Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; **9.2.2.** Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório; **9.2.3.** Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços; **9.2.4.** Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de entrega/requisição decorrente da Ata de Registro de Preços; **9.4.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas do Art. 155 da Lei nº. 14.133/ 2021, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa; **9.5.** O Município de Nova Bandeirantes/MT poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado; **10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS 10.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº. 14.133, de 2021, o contratado que: **a)** der causa à inexecução parcial do contrato; **b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; **c)** der causa à inexecução total do contrato; **d)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado; **e)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato; **f)** praticar ato fraudulento na execução do contrato; **g)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; **h)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013. **10.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções: **a) Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº. 14.133, de 2021); **b) Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº. 14.133, de 2021); **c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156,

§ 5º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

d) Multa: 1- moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias; **2-** O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº. 14.133 de 2021. **3-** compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato ou Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto; **10.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato ou Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº. 14.133, de 2021). **10.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº. 14.133, de 2021). **10.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº. 14.133, de 2021) **10.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº. 14.133, de 2021). **10.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente. **10.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº. 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar. **10.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº. 14.133, de 2021): **a)** a natureza e a gravidade da infração cometida; **b)** as peculiaridades do caso concreto; **c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes; **d)** os danos que dela provierem para o Contratante; **e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle. **10.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159). **10.8.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº. 14.133, de 2021). **10.9.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº. 14.133, de 2021). **10.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº. 14.133/21. **10.11.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 26, de 13 de abril de 2022. **11 - DO CADASTRO DE RESERVA**

11.1. Em caso de extinção/cancelamento da ata de registro de preços/contrato será chamada a próxima classificada respeitando sempre a ordem de classificação. **11.2.** As empresas convocadas no sistema de cadastro reserva terá que apresentar sua documentação de habilitação conforme as disposições do Edital. Em caso de empresa não encaminhar os documentos de habilitação, poderá sofrer as sanções culminadas no Edital. **12 - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

12.1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e a (o) CONTRATADA (O) se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que: a) o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 º e/ou 14 º da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular; b) o tratamento seja limitado às atividades necessárias para o alcance das finalidades do serviço contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD; c) durante a execução do objeto deste contrato, em

caso de necessidade de coleta e tratamento de dados pessoais de pessoas naturais/titulares mediante consentimento, a coleta do mesmo será realizada após prévia aprovação da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, responsabilizando-se a (o) CONTRATADA (O) pelo informe de necessidade ao titular, obtenção e gestão do consentimento do mesmo, nos termos da legislação. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para finalidades distintas, sob pena de responsabilização do CONTRATADO (A) pelo ato; d) eventualmente, podem as partes convencionar que a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES será responsável por obter o consentimento dos titulares, formalizando a questão em aditivo contratual; **12.2.** As partes declaram que os sistemas informatizados, dispositivos e similares que servirão de base para coleta, armazenamento e tratamento dos dados pessoais coletados, seguem um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, estando alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de proteção de dados; **12.3.** Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com adequado controle baseado em função e com transparente identificação do perfil dos operadores, sendo vedado o compartilhamento desses dados com terceiros estranhos ao objeto do contrato; a) a realização do tratamento dos dados pessoais, ainda que necessária transferência internacional, continuará a ser feita de acordo com as disposições da legislação brasileira sobre proteção de dados, nos termos do Art. 3º. da Lei 13709/18; b) o CONTRATADO (A) oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnicas e organizativas, e as especificará formalmente ao contratante, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros; c) serão adotadas pelo CONTRATADO (A) as medidas de segurança adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito ou incidente. As medidas asseguram um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação. **12.4.** A (O) CONTRATADA (O) dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas acerca da proteção de dados de titulares/pessoas naturais, bem como à Política de Privacidade da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES. **12.5.** As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor, bem como no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e demais órgãos de controle administrativo; **12.6.** Uma parte deverá formalizar à outra sempre que receber uma solicitação de um titular/pessoa natural, a respeito do exercício de direitos relacionados aos seus dados (Art. 18 da Lei 13.709/18) e ao objeto deste contrato, tomando providências imediatas para retorno ao solicitante nos termos da legislação, visando possibilitar o exercício de direito do terceiro; **12.7.** A critério do Encarregado de Dados da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, a (o) CONTRATADA (O) poderá ser provocada (o) a colaborar na informação de dados para a elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais. **12.8.** Encerrada a vigência deste contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a PREFEITURA DE NOVA BANDEIRANTES interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD. **12.9.** Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD. **13 - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS**

13.1. O presente instrumento firmado será regido em obediência ao instrumento convocatório, através do edital de **Pregão Presencial nº. 046/2024** e seus anexos, além de obediência aos dispositivos da Lei Federal nº. 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº. 123/2006, Lei 13.709/2018 e demais normas vigentes que regem a contratação pela Administração Pública.

14. DA FISCALIZAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 14.1. Nos termos do Art. 117 Lei nº. 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento/execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados, através do servidor designado pela Administração conforme portaria nº 257/2024, servidora **ANDRESSA GISIELLE GRIGGIO DA SILVA**. **14.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seu Pregoeira e prepostos, em conformidade com o Art. 120 da Lei nº. 14.133/2021 **14.3.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos preços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. **14.4.** Para este instrumento será designado fiscal por portaria específica colacionada nos autos. **15. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS 15.1.** As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições: **I.** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo/apostilamento à presente ata de Registro de Preços; **II.** Vinculam-se a este Contrato ou Ata de Registro de Preços, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o instrumento convocatório, seus anexos e as propostas das classificadas. **III.** É vedado caucionar ou utilizar o Contrato ou Ata de Registro de Preços decorrente do presente registro para qualquer operação financeira; **15.2.** A critério exclusivo do Município de NOVA BANDEIRANTES/MT, ora CONTRATANTE e mediante prévia e expressa autorização da autoridade superior, a CONTRATADA poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte da obra ou serviço, até o limite estabelecido de 30% (trinta por cento), desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas, nos termos do Art. 122 da Lei nº. 14.133/2021. **16. DO FORO 16.1.** As partes contratantes elegem o foro da Comarca Nova Monte Verde/MT para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de preços, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. **16.2.** E por estarem de acordo o Município de NOVA BANDEIRANTES/MT registra os preços e condições acima disposta, firmando o presente instrumento para que produza seus efeitos legais, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 91 da Lei nº. 14.133/2021.

Nova Bandeirantes/MT 13 de agosto de 2024.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

LUCIMAR DA SILVA RONDON 00163377197

CNPJ: 40.888.284/0001-19

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Aline Groff Pit

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 060.335.46 -05

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 071/2024

"O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS ADVINDOS DO PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº 069/2024, PREGÃO PRESENCIAL: N° 046/2024, com VIGÊNCIA de 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de sua publicação no sítio eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT, e dá outras providências"

ÒRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES

Pelo presente instrumento, **O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** inscrita no CNPJ/MF n.º 33.683.822/0001-73, com sede administrativa na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro, Município de Nova Bandeirantes/MT – CEP 78.565-000, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Cesar Augusto Perigo, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Nova Bandeirantes/MT, portador da Cédula de Identidade nº. .001. 064-6 SSP/PR e CPF nº. 037.458.769-89, em face da classificação da proposta apresentada no PREGÃO PRESENCIAL Nº. 046/2024, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa **26.180.304 JOSE TAVEIRA PEREIRA**, inscrita no CNPJ 26.180.304/0001-71, estabelecida a Rua Jesse Rodrigues Baracho, Bairro Centro, nº 37, cidade de Nova Monte Verde/MT, e-mail: josetaveirapereira9@gmail.com Telefone; (066) 98470-1336 representada neste ato pelo seu representante, Sr. José Taveira Pereira, portador do RG nº 0851157-8 e CPF nº 014.435.621-06, residente na Rua Jesse Rodrigues Baracho, cidade de Nova Monte Verde/MT de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes no edital e seus anexos, além de obediência aos dispositivos da Lei Federal nº. 14.133/21, Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e a Lei Municipal nº. 458/2016 (Reconhece o Sítio Eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT e o Diário Oficial AMM), como veículos oficiais de publicações dos Atos dos Processos Licitatórios Municipais), e demais normas vigentes que regem a aquisição e contratação pela Administração Pública, bem como em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 O objeto da presente licitação o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM OFICINAS CULTURAIS, PARA OS USUÁRIOS DOS PROGRAMAS SCFV (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULO), PAIF (PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA) DO MUNICÍPIO, COM IDADE DE 07 À 17 ANOS, E IDOSOS ACIMA DE 60 ANOS, CONFORME SOLICITAÇÕES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESPORTO E LAZER CULTURA E JUVENTUDE, DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, conforme especificações contidas no (Anexo I).

1.1.1. Este instrumento não obriga o MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do (s) objetos (s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições; **1.2.** O Objeto, preço, quantidade, e a especificação dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E LAZER, CULTURA E JUVENTUDE

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	PERÍODO	VALOR HORA AULA	VALOR TOTAL
04	FACILITADOR PARA OFICINA DE CAPOEIRA HABILITAÇÃO PARA APLICAR AULAS DE CAPOEIRA DE FORMA LUDICA, DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA CORPORAL E CAPACIDADES MOTORAS, FACILITANDO O CRESCIMENTO COGNITIVO E AFETIVO, PSICOMOTRICIDADE, LATERALIDADE, SITUAR-SE NO ESPAÇO, DOMINAR O TEMPO, ADQUIRIR COORDENAÇÃO DE SEUS MOVIMENTOS.	HORAS/AULA	2.000 HORAS	12 MESES	R$ 28,00	R$ 56.000,00
VALOR TOTAL DA SECRETARIA R$ 56.000,00 (CINQUENTA E SEIS MIL REAIS).						

Valor total R$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais). 2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão a cargo da (s) Secretaria (s) Municipal solicitante (s) e serão efetuadas nos termos da dotação (ões) orçamentária (s) a serem apresentadas pela secretaria solicitante e ratificadas pelo setor de contabilidade para o Departamento de Licitação, que faz parte integrante do presente termo; **2.2.** As despesas serão suportadas por dotações orçamentárias específicas do orçamento vigente;

ÓRGÃO:12 - SECRETARIA DE DESPORTO
UNIDADE: 002 – ADM. DO DEPARTAMENTO DE CULTURA E JUVENTUDE
FUNÇÃO: 13 - CULTURA
SUBFUNÇÃO: 392 – DIFUSÃO CULTURAL
PROGRAMA: 0010 – INCENTIVO A CULTURA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 020 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA CULTURA
674 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – P. JURÍDICA
FONTE 1.500.00000
ÓRGÃO:12 - SECRETARIA DE DESPORTO

UNIDADE: 002 – ADM. DO DEPARTAMENTO DE CULTURA E JUVENTUDE
FUNÇÃO: 13 - CULTURA
SUBFUNÇÃO: 392 – DIFUSÃO CULTURAL
PROGRAMA: 0010 – INCENTIVO A CULTURA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 093 – MANUTENÇÃO DA FANFARRA, BANDAS E CORAIS
681 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – P. JURÍDICA
FONTE 1.500.00000
ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE: 001 – FMAS – GESTÃO SUAS
FUNÇÃO: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
SUB - FUNÇÃO: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
PROGRAMA: 0011 – COMPROMISSO SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2 009 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
521 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – P. JURÍDICA
FONTE 1.500.00000
ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE: 002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
FUNÇÃO: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
SUB - FUNÇÃO: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
PROGRAMA: 0011 – COMPROMISSO SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2 140 – CUSTEIO DAS AÇÕES DO CRAS
548 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – P. JURÍDICA
FONTE 1.500.00000
FONTE 1.660.00000
FONTE 1.661.00000

2.3. O (s) Programa (s) de Trabalho e Elemento (s) de Despesa (s) constará (ao) nas respectivas Notas de Empenho ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no instrumento convocatório; **3. DA VIGÊNCIA 3.1.** A Ata de Registro de Preços terá sua vigência por 1 (um) ano tendo validade e eficácia legal após a publicação no sítio eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada sua vantajosidade, com fulcro no Art. 84 da Lei nº. 14.133/2021. **3.2.** Durante a vigência da Ata de Registro de Preço, poderá ser celebrado e advir contrato administrativo, no qual reger-se-á pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados nos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº. 14.133/2021. **3.3.** A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas; **4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

4.1 CONTRATADA deverá fornecer os serviços e/ou material com qualidade e em boas condições;

4.2 Prestar os esclarecimentos necessários quando solicitados pelos servidores deste Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

4.3 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

4.4 A falta do item cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos itens objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

4.5 Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Município de Nova Bandeirantes/MT e de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

4.6 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

4.7 Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercida por este Município;

4.8 Indenizar terceiros e/ou o próprio Município mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

4.9 Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a regularidade habilitatórias do certame, em especial a fiscal;

4.10 Apresentar a nota fiscal, mediante a entrega dos itens, no prazo estabelecido neste instrumento e Edital, contado do recebimento da solicitação de fornecimento, com as seguintes certidões de regularidade fiscal:

1 - Certidão Negativa de Débitos e Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

2 - Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante, para fins de participação em licitações públicas;

3 - Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;

4 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;

5 - Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

4.11 Se a Adjudicatária vencedora não cumprir o prazo estabelecido neste edital ou recusar-se em fornecer os itens solicitados pelo contratante, sem justificativa formalmente aceita pelo Senhor Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes/MT, Ordenador de Despesas do Órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades dispostas no item 24 do Edital e disposto no item 11 e 12 deste instrumento.

4.12 Todas as despesas que incidirem sobre os serviços tais como: transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e outras despesas que diretamente ou indiretamente incidirem nos serviços, correrá por conta da CONTRATADA;

4.13 A CONTRATADA deverá realizar a prestação dos serviços ou entrega do material de acordo com as solicitações feitas pelas Secretarias adquirentes, imediatamente após a solicitação do setor competente e nos termos abaixo descrito:

4.14 As autorizações de fornecimento deverão ser enviadas ou encaminhadas por cada órgão participante diretamente ao fornecedor.

4.15 Fica consignado a entrega total da referida autorização de fornecimento para fins de pagamento, sendo que não será autorizada entrega menor ou maior de qualquer pedido, independentemente da quantidade solicitada, obrigando-se a vencedora a entregar o produto diretamente ao Município de Nova Bandeirantes/MT, sendo vedado o recebimento de qualquer produto diversos daquele especificado na Autorização compreendendo marcar, modelo, dosagem, peso, quantidade, ou qualquer outro.

4.16 Excepcionalmente, poderá o fornecedor ser autorizado pelo Órgão Gerenciador a fornecer produtos de marca diferente da licitada, quando devidamente comprovado a falta da matéria prima da marca inicialmente contratado ou quando os preços da nova marca forem mais vantajosos para a administração, desde que o produto atenda as exigências do descritivo, conforme Termo de Referência.

4.17 A empresa contratada deverá fornecer garantia formal para o objeto, contra qualquer irregularidade de fabricação e vício de utilização, inclusive com sua substituição quando necessário, sem ônus para a contratante, cabendo-lhe a responsabilidade de solicitar a substituição, quando verificar qualquer defeito de fabricação.

4.18 Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão Participante (município consorciado) correrão por conta do FORNECEDOR;

DO FORNECIMENTO/EXECUÇÃO e OUTROS:

4.19 –Os serviços deverão ser prestados em conforme solicitação das Secretarias Municipais, e através do Departamento de Compras, solicitarão autorização de fornecimento OF, do serviço a ser executado e sua respectiva data de acordo com a programação estabelecida

Para a adequada solução das necessidades administrativas pontuadas preliminarmente, a contratação pretendida deverá atender os seguintes requisitos mínimos:

- Ser maior de 18 (dezoito anos);

- Ser brasileiro (nato ou naturalizado);

- O instrutor profissional deverá ter conhecimento técnico avançado, como de técnicas compartilhadas da modalidade;

- Habilidade educacional para ministrar aulas para crianças e adolescentes dos 06 aos 17 anos, e idosos acima de 60 anos, em turmas 06 até 20 alunos;

- Possuir experiência equivalente ao item pretendido;

- A empresa deverá disponibilizar profissional com todos os equipamentos de uso pessoal às suas custas, entre outros equipamentos que se fizerem necessários.

- A empresa deverá manter íntimo contato com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Desporto e Lazer, Cultura e Juventude de Nova Bandeirantes, a fim de organizar o cronograma de aulas, bem como prestar informações aos responsáveis.

- A empresa deverá disponibilizar canal de atendimento para contato com dos pais e alunos e o professor responsável por ministrar as aulas.

- Ausência: Os prestadores de serviço que não se fazer presente no horário de trabalho acordado pelas secretarias, será descontado do seu pagamento mensal a falta;

- Não possuir antecedentes criminais, mediante a apresentação de Certidão Negativa de interdição (órfãos e sucessões) e do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídios, roubo, estupro e corrupção de menores daquele que efetivamente prestar os serviços.

Para facilitador (a) de oficinas:

Certificado, atestado ou declaração em cursos capacitações;

Atestado de Capacidade Técnica;

Atestado ou comprovantes (Contrato, carteira de trabalho, MEI) de experiência profissional;

A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos serviços que serão prestados;

Serão consideradas apenas as horas trabalhadas nos locais das oficinas, desde o início até o final, não sendo considerados os deslocamentos até os locais;

As oficinas serão disponibilizadas e ofertadas conforme Calendário elaborado pelas Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria de Municipal Esporte e Lazer, Cultura e Juventude;

- A Administração Municipal poderá no decorrer do ano letivo conforme o Calendário suspender o Contrato e consequentemente o pagamento, em razão das férias escolares.

O desenvolvimento das oficinas dar-se-ão conforme programação das Secretarias e CRAS, definição de carga horária diária a ser cumprida.

a) A CONTRATADA deverá considerar no valor da proposta, todas as despesas pertinentes supracitadas, inclusive impostos, encargos, taxas, deslocamentos, hospedagem, alimentação, combustível, impressão, papel, e demais custos, ficando sob seu ônus as referidas despesas b) Fica sob responsabilidade da CONTRATADA, todo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus colaboradores, prepostos e/ou contratados, bem como se obriga por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do presente objeto. c) Os serviços deverá obedecer rigorosamente a descrição e quantidades deste Termo de Referência; d) A CONTRATADA deverá obedecer a todas as normas regulamentadoras vigente, inclusive a

legislação trabalhista, Consolidação das Leis do Trabalho CLT, normas de Segurança do Trabalho, entre outras; devendo arcar com todos os encargos trabalhistas e previdenciários de seus funcionários; e) Assumir ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços; f) A CONTRATANTE deterá o direito de propriedade intelectual dos serviços desenvolvidos, assim como, de toda a documentação produzida na execução do contrato, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa desta Autarquia; g) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação e afins; h) Trabalhar segundo as normas técnicas, com qualidade, com produtividade, com higiene e preservação ambiental; i) Responsabilizar- se pela fiel execução do objeto dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência; j) Acatar as ordens da CONTRATANTE efetuando os serviços nos locais indicados na ordem de serviço; k) Responder Civil e Criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa venha ocorrer no cumprimento deste Termo de Referência, direto ou indiretamente, provocar, a administração ou a terceiros; l) Prestar esclarecimentos a CONTRATANTE em qualquer momento que seja solicitado. m) Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissão ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento das despesas para o CONTRATANTE; n) Além das condições especificadas nos itens anteriores aplicam-se às condições e às garantias as disposições do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor; o) Além das especificações nos itens anteriores aplicam-se as Normas do: Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor e a Lei nº. 14.133/21 e suas alterações; **5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE** 5.1 O Município de Nova Bandeirantes/MT se obriga, nos termos previstos deste Edital a: 5.2 Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento;

5.3 Receber os itens adjudicados no certame, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Edital;

5.4 Promover o recebimento dos itens mediante apresentação de Nota Fiscal e certidões de regularidade fiscal; 5.5 Recusar ou devolver o objeto de contratação nas seguintes hipóteses: 5.6 Se forem entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste edital; 5.7 **DAR RECEBIMENTO PROVISÓRIO** dos itens adjudicados, o que não implica sua aceitação definitiva; 5.8 **DAR RECEBIMENTO DEFINITIVO** pelo Setor Competente, após a verificação do cumprimento das especificações dos itens, nos termos deste Edital e seus anexos e da proposta adjudicatária firmada; 5.9 Efetuar o pagamento, após o recebimento definitivo dos itens, por meio da Tesouraria, com a Fatura/Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor Competente deste Município de Nova Bandeirantes/MT; 5.10 Fornecer à empresa vencedora todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital; 5.11 Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos no Edital; 5.12 Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos itens; 5.13 Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do contrato, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. 5.14 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado. 5.15 Todos os encaminhamentos e o controle dos serviços objeto deste será de responsabilidade das Secretarias Municipais solicitantes. 5.16 Supervisionar o recebimento dos objetos através de um funcionário credenciado pela **CONTRATANTE**, com faculdade de inspeção e controle, podendo ditar medidas que achar necessárias ao bom andamento e qualidade dos objetos. 5.17 Os itens deverão ser recusados pela contratante nas seguintes hipóteses:

a) Se forem fornecidos em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios constantes neste contrato;

5.18 O recebimento dos itens far-se-á sempre que solicitado pela Secretaria mediante apresentação de Nota Fiscal. 5.18.1 O recebimento provisório do (s) item (s) não implica sua aceitação definitiva. 5.18.2 O recebimento definitivo dar-se-á pelo Setor Competente, após a verificação do cumprimento das especificações e qualidade dos serviços. **6. DO PAGAMENTO**

6.1. O pagamento corresponderá aos itens efetivamente entregues ou serviços prestados, observados os valores unitários apresentados pela proponente na ocasião da licitação, devendo ser pago conforme disponibilidade financeira das referidas Secretarias solicitantes, e apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo responsável; 6.1.1. Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no edital. **6.2.** Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas; 6.2.1. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento; **6.3.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado; **6.4.** O PAGAMENTO SERÁ LIBERADO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE NOTA FISCAL E DESDE QUE ACOMPANHADAS DAS CERTIDÕES ABAIXO RELACIONADAS: a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União; b) Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante; c) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante; d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao; e) Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS; **6.5.** A impressão das certidões é de responsabilidade da CONTRATADA/ADJUDICATARIA. **6.6.** Os pagamentos serão creditados em favor da CONTRATADA/ADJUDICATARIA por meio de depósito bancário em conta corrente indicada na proposta contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito; **6.7.** Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de tributos e contribuições, nos termos legislação fiscal pertinente e vigente; **6.8.** A CONTRATADA/ADJUDICATARIA deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame, e consequentemente, lançado na ata de registro de preço; **6.9.** O prazo para pagamento não será superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela; **6.10.** A nota fiscal deve se fazer acompanhar, quando indispensável a comprovação do serviço, relatório de acompanhamento para pagamento e deverá estar devidamente atestado pelo Servidor designado para acompanhamento dos trabalhos e pelo fiscal do Contrato; 6.10.1. O relatório deverá conter riquezas de detalhes, com fotos, descrição do serviço com indicação do quantitativo do serviço realizado, quando for o caso; 6.10.2. Para fins de Imposto de Renda Retido na Fonte de que trata o art. 158, inciso I, da Constituição da República, o Município, em todas as suas contratações, com pessoas jurídicas observará o disposto no art. 64, da Lei Federal Nº 9.430/1996, no art. 15 da Lei Nº 9.249/1995, a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil Nº 1.234/2012, e, também Instrução Normativa RFB Nº 1663, de 07 de outubro de 2016, e por fim Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023, com a consequente retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil. 6.10.3. Para fins de Imposto de Renda Retido na Fonte de que trata o art. 158, inciso I, da Constituição da República, o Município, em todas as suas contratações, com pessoas jurídicas observará o disposto no art. 64, da Lei Federal Nº 9.430/1996, no art. 15 da Lei Nº 9.249/1995, a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil Nº 1.234/2012, e, também Instrução Normativa RFB Nº 1663, de 07 de outubro de 2016, e por fim Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023, com a consequente retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre

os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil. **6.11.** Não haverá pagamento parcial da nota. **6.12.** Dados bancários da (s) empresa (s) detentora dos preços registrados:

6.12.1. Banco: Bradesco, Agência: 1380, conta corrente: 0039019-4;
7. DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no Art. 124 da Lei nº. 14.133/2021. **7.2.** Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado. 7.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade. 7.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original. **7.3.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá: 7.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e 7.3.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação. 7.3.2.1. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa. **8. DO REAJUSTE DE PREÇO**

8.1. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de vigência da Ata de Registro de Preços: **8.1.1.** Os valores poderão ser reajustados sempre em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata de Registro de Preços e do Contrato tal como pactuado, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços e do Contrato. **8.2.** Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro; **8.3.** Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá- lo ao praticado no mercado; **8.4.** Fracassada a negociação com o primeiro colocado o MUNICÍPIO poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo extinção desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação; **8.5.** Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços; **8.6.** Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pelo MUNICÍPIO, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado em Imprensa Oficial. **8.7.** Para fins de REAJUSTE de preços, não serão admitidos nenhum encargo financeiro, tais como juros, despesas bancárias e quaisquer outros ônus semelhantes. **8.8.** A revisão de preços poderá ser feita a qualquer tempo, desde que ocorram fatos supervenientes ou de difícil previsão, devidamente demonstrados e que tenham ocorridos após apresentação da proposta, com objetivo de restabelecer equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, desde que devidamente comprovados, mediante apuração por procedimento administrativo específico instaurado pela Administração, nos termos do Art. 124 da Lei nº. 14.133 e dispostos neste instrumento. **9. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. O ADJUDICATÁRIO terá o seu registro de preço cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam sanadas até o prazo estipulado em notificação expressa pelo órgão competente, salvo se: **9.1.1.** Comprovar a CONTRATADA/ADJUDICATÁRIA, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de insumos, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos itens que compõem o custo das aquisições dos itens; **9.1.2.** Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução da entrega dos itens, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados; **9.2.** Por iniciativa do Município de Nova Bandeirantes/MT, o registro será cancelado quando o proponente: **9.2.1.** Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; **9.2.2.** Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório; **9.2.3.** Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços; **9.2.4.** Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de entrega/requisição decorrente da Ata de Registro de Preços; **9.4.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas do Art. 155 da Lei nº. 14.133/2021, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa; **9.5.** O Município de Nova Bandeirantes/MT poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado; **10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS 10.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº. 14.133, de 2021, o contratado que: **a)** der causa à inexecução parcial do contrato; **b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; **c)** der causa à inexecução total do contrato; **d)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado; **e)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato; **f)** praticar ato fraudulento na execução do contrato; **g)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; **h)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013. **10.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções: **a) Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº. 14.133, de 2021); **b) Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº. 14.133, de 2021); **c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156,

§ 5º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

d) Multa: 1- moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias; **2-** O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas,

conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº. 14.133 de 2021. **3-** compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato ou Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto; **10.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato ou Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº. 14.133, de 2021). **10.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº. 14.133, de 2021). **10.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº. 14.133, de 2021) **10.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº. 14.133, de 2021). **10.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente. **10.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº. 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar. **10.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº. 14.133, de 2021): **a)** a natureza e a gravidade da infração cometida; **b)** as peculiaridades do caso concreto; **c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes; **d)** os danos que dela provierem para o Contratante; **e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle. **10.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159). **10.8.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº. 14.133, de 2021). **10.9.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº. 14.133, de 2021). **10.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº. 14.133/21. **10.11.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 26, de 13 de abril de 2022. **11 - DO CADASTRO DE RESERVA**

11.1. Em caso de extinção/cancelamento da ata de registro de preços/contrato será chamada a próxima classificada respeitando sempre a ordem de classificação. **11.2.** As empresas convocadas no sistema de cadastro reserva terá que apresentar sua documentação de habilitação conforme as disposições do Edital. Em caso de empresa não encaminhar os documentos de habilitação, poderá sofrer as sanções culminadas no Edital. **12 - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

12.1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e a (o) CONTRATADA (O) se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que: a) o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 º e/ou 14 º da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular; b) o tratamento seja limitado às atividades necessárias para o alcance das finalidades do serviço contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD; c) durante a execução do objeto deste contrato, em caso de necessidade de coleta e tratamento de dados pessoais de pessoas naturais/titulares mediante consentimento, a coleta do mesmo será realizada após prévia aprovação da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, responsabilizando-se a (o) CONTRATADA (O) pelo informe de necessidade ao titular, obtenção e gestão do consentimento do mesmo, nos termos da legislação. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para finalidades distintas, sob pena de responsabilização do CONTRATADO (A) pelo ato; d) eventualmente, podem as partes convencionar que a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES será responsável por obter o consentimento dos titulares, formalizando a questão em aditivo contratual; **12.2.** As partes declaram que os sistemas informatizados, dispositivos e similares que servirão de base para coleta, armazenamento e tratamento dos dados pessoais coletados, seguem um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, estando alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de proteção de dados; **12.3.** Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com adequado controle baseado em função e com transparente identificação do perfil dos operadores, sendo vedado o compartilhamento desses dados com terceiros estranhos ao objeto do contrato; a) a realização do tratamento dos dados pessoais, ainda que necessária transferência internacional, continuará a ser feita de acordo com as disposições da legislação brasileira sobre proteção de dados, nos termos do Art. 3º. da Lei 13709/18; b) o CONTRATADO (A) oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnicas e organizativas, e as especificará formalmente ao contratante, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros; c) serão adotadas pelo CONTRATADO (A) as medidas de segurança adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito ou incidente. As medidas asseguram um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação. **12.4.** A (O) CONTRATADA (O) dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas acerca da proteção de dados de titulares/pessoas naturais, bem como à Política de Privacidade da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES. **12.5.** As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor, bem como no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e demais órgãos de controle administrativo; **12.6.** Uma parte deverá formalizar à outra sempre que receber uma solicitação de um titular/pessoa natural, a respeito do exercício de direitos relacionados aos seus dados (Art. 18 da Lei 13.709/18) e ao objeto deste contrato, tomando providências imediatas para retorno ao solicitante nos termos da legislação, visando possibilitar o exercício de direito do terceiro; **12.7.** A critério do Encarregado de Dados da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA

BANDEIRANTES, a (o) CONTRATADA (O) poderá ser provocada (o) a colaborar na informação de dados para a elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais. **12.8.** Encerrada a vigência deste contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a PREFEITURA DE NOVA BANDEIRANTES interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD. **12.9.** Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD. **13 - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS**

13.1. O presente instrumento firmado será regido em obediência ao instrumento convocatório, através do edital de **Pregão Presencial nº. 046/2024** e seus anexos, além de obediência aos dispositivos da Lei Federal nº. 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº. 123/2006, Lei 13.709/2018 e demais normas vigentes que regem a contratação pela Administração Pública.

14. DA FISCALIZAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 14.1. Nos termos do Art. 117 Lei nº. 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento/execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados, através do servidor designado pela Administração conforme portaria nº 257/2024, servidora **ANDRESSA GISIELLE GRIGGIO DA SILVA**. **14.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seu Pregoeira e prepostos, em conformidade com o Art. 120 da Lei nº. 14.133/2021 **14.3.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos preços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. **14.4.** Para este instrumento será designado fiscal por portaria específica colacionada nos autos. **15. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS 15.1.** As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições: **I.** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo/apostilamento à presente ata de Registro de Preços; **II.** Vinculam-se a este Contrato ou Ata de Registro de Preços, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o instrumento convocatório, seus anexos e as propostas das classificadas. **III.** É vedado caucionar ou utilizar o Contrato ou Ata de Registro de Preços decorrente do presente registro para qualquer operação financeira; **15.2.** A critério exclusivo do Município de NOVA BANDEIRANTES/MT, ora CONTRATANTE e mediante prévia e expressa autorização da autoridade superior, a CONTRATADA poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte da obra ou serviço, até o limite estabelecido de 30% (trinta por cento), desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas, nos termos do Art. 122 da Lei nº. 14.133/2021. **16. DO FORO 16.1.** As partes contratantes elegem o foro da Comarca Nova Monte Verde/MT para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de preços, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. **16.2.** E por estarem de acordo o Município de NOVA BANDEIRANTES/MT registra os preços e condições acima disposta, firmando o presente instrumento para que produza seus efeitos legais, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 91 da Lei nº. 14.133/2021.

Nova Bandeirantes/MT 13 de agosto de 2024.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

26.180.304 JOSE TAVEIRA PEREIRA

CNPJ: 26.180.304/0001-71

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Aline Groff Pit

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 060.335.46 -05

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 070/2024

"O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS ADVINDOS DO PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº 069/2024, PREGÃO PRESENCIAL: N° 046/2024, com VIGÊNCIA de 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de sua publicação no sítio eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT, e dá outras providências"

ÒRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES

Pelo presente instrumento, **O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** inscrita no CNPJ/MF n.º 33.683.822/0001-73, com sede administrativa na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro, Município de Nova Bandeirantes/MT – CEP 78.565-000, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Cesar Augusto Perigo, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Nova Bandeirantes/MT, portador da Cédula de Identidade nº. .001. 064-6 SSP/PR e CPF nº. 037.458.769-89, em face da classificação da proposta apresentada no PREGÃO PRESENCIAL Nº. 046/2024, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa **CICERO AVORAVE DA SILVA 5688344790**, inscrita no CNPJ 17.873.678/0001-81, estabelecida a Rua Piauí, Bairro Centro, nº s/n, cidade de Nova Bandeirantes/MT, e-mail: rafaela.alvoravels@gmail.com Telefone; (066) 98421-3081 representada neste ato pelo

seu representante, Sr. Cícero Avorave da Silva, portador do RG nº 20013814-5 SSP/SP e CPF nº 568.834.479-20, residente na rua Piauí, cidade de Nova Bandeirantes/MT, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes no edital e seus anexos, além de obediência aos dispositivos da Lei Federal nº. 14.133/21, Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e a Lei Municipal nº. 458/2016 (Reconhece o Sítio Eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT e o Diário Oficial AMM), como veículos oficiais de publicações dos Atos dos Processos Licitatórios Municipais), e demais normas vigentes que regem a aquisição e contratação pela Administração Pública, bem como em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 O objeto da presente licitação o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM OFICINAS CULTURAIS, PARA OS USUÁRIOS DOS PROGRAMAS SCFV (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULO), PAIF (PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA) DO MUNICÍPIO, COM IDADE DE 07 À 17 ANOS, E IDOSOS ACIMA DE 60 ANOS, CONFORME SOLICITAÇÕES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESPORTO E LAZER CULTURA E JUVENTUDE, DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, conforme especificações contidas no (Anexo I).

1.1.1. Este instrumento não obriga o MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do (s) objetos (s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições; **1.2.** O Objeto, preço, quantidade, e a especificação dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	PERÍODO	VALOR HORA AULA	VALOR TOTAL
03	FACILITADOR PARA OFICINA DE VIOLÃO, QUE IRÁ DESENVOLVER AS ÀS HABILIDADES DE LINGUAGEM, MEMÓRIA E CONDUTA, CONSCIÊNCIA ESPACIAL, LATERALIDADE, COORDENAÇÃO MOTORA, RITMO E MELODIA.	HORAS/AULA	2.000 HORAS	12 MESES	R$ 28,00	R$ 56.000,00
05	FACILITADOR PARA OFICINA DE FLAUTA, QUE IRÁ DESENVOLVER AS ÀS HABILIDADES DE LINGUAGEM, MEMÓRIA E CONDUTA, CONSCIÊNCIA ESPACIAL, LATERALIDADE, COORDENAÇÃO MOTORA, RITMO E MELODIA.	HORAS/AULA	1.000 HORAS	12 MESES	R$ 28,00	R$ 28.000,00
06	FACILITADOR PARA OFICINA DE CANTO ONDE DEVERÁ EXPLORAR O UNIVERSO SONORO PERCEBENDO A RIQUEZA DE SONS, CONHECENDO OS ELEMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS DA LINGUAGEM MUSICAL.	HORAS/AULA	1.200 HORAS	12 MESES	R$ 28,00	R$ 33.600,00
VALOR TOTAL DA SECRETARIA R$ 117.600,00 (CENTO E DEZESSETE MIL E SEISCENTOS REAIS).						

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E LAZER, CULTURA E JUVENTUDE

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	PERÍODO	VALOR HORA AULA	VALOR TOTAL
03	FACILITADOR PARA OFICINA DE VIOLÃO, QUE IRÁ DESENVOLVER AS ÀS HABILIDADES DE LINGUAGEM, MEMÓRIA E CONDUTA, CONSCIÊNCIA ESPACIAL, LATERALIDADE, COORDENAÇÃO MOTORA, RITMO E MELODIA.	HORAS/AULA	2.000 HORAS	12 MESES	R$ 28,00	R$ 56.000,00
05	FACILITADOR PARA OFICINA DE FLAUTA, QUE IRÁ DESENVOLVER AS ÀS HABILIDADES DE LINGUAGEM, MEMÓRIA E CONDUTA, CONSCIÊNCIA ESPACIAL, LATERALIDADE, COORDENAÇÃO MOTORA, RITMO E MELODIA.	HORAS/AULA	1.000 HORAS	12 MESES	R$ 28,00	R$ 28.000,00
06	FACILITADOR PARA OFICINA DE CANTO ONDE DEVERÁ EXPLORAR O UNIVERSO SONORO PERCEBENDO A RIQUEZA DE SONS, CONHECENDO OS ELEMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS DA LINGUAGEM MUSICAL.	HORAS/AULA	1.200 HORAS	12 MESES	R$ 28,00	R$ 33.600,00
VALOR TOTAL DA SECRETARIA R$ 117.600,00 (CENTO E DEZESSETE MIL E SEISCENTOS REAIS).						

Valor total R$ 235.200,00 (duzentos e trinta e cinco mil e duzentos reais).

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão a cargo da (s) Secretaria (s) Municipal solicitante (s) e serão efetuadas nos termos da dotação (ões) orçamentária (s) a serem apresentadas pela secretaria solicitante e ratificadas pelo setor de contabilidade para o Departamento de Licitação, que faz parte integrante do presente termo; **2.2.** As despesas serão suportadas por dotações orçamentárias específicas do orçamento vigente;

ÓRGÃO:12 - SECRETARIA DE DESPORTO
UNIDADE: 002 – ADM. DO DEPARTAMENTO DE CULTURA E JUVENTUDE
FUNÇÃO: 13 - CULTURA
SUBFUNÇÃO: 392 – DIFUSÃO CULTURAL
PROGRAMA: 0010 – INCENTIVO A CULTURA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 020 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA CULTURA
674 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – P. JURÍDICA
FONTE 1.500.00000
ÓRGÃO:12 - SECRETARIA DE DESPORTO
UNIDADE: 002 – ADM. DO DEPARTAMENTO DE CULTURA E JUVENTUDE
FUNÇÃO: 13 - CULTURA
SUBFUNÇÃO: 392 – DIFUSÃO CULTURAL
PROGRAMA: 0010 – INCENTIVO A CULTURA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 093 – MANUTENÇÃO DA FANFARRA, BANDAS E CORAIS
681 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – P. JURÍDICA
FONTE 1.500.00000
ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE: 001 – FMAS – GESTÃO SUAS

FUNÇÃO: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
SUB - FUNÇÃO: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
PROGRAMA: 0011 – COMPROMISSO SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2 009 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
521 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – P. JURÍDICA
FONTE 1.500.00000
ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE: 002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
FUNÇÃO: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
SUB - FUNÇÃO: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
PROGRAMA: 0011 – COMPROMISSO SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2 140 – CUSTEIO DAS AÇÕES DO CRAS
548 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – P. JURÍDICA
FONTE 1.500.00000
FONTE 1.660.00000
FONTE 1.661.00000

2.3. O (s) Programa (s) de Trabalho e Elemento (s) de Despesa (s) constará (ao) nas respectivas Notas de Empenho ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no instrumento convocatório; **3. DA VIGÊNCIA 3.1.** A Ata de Registro de Preços terá sua vigência por 1 (um) ano tendo validade e eficácia legal após a publicação no sítio eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada sua vantajosidade, com fulcro no Art. 84 da Lei nº. 14.133/2021. **3.2.** Durante a vigência da Ata de Registro de Preço, poderá ser celebrado e advir contrato administrativo, no qual reger-se-á pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados nos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº. 14.133/2021. **3.3.** A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas; **4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

4.1 CONTRATADA deverá fornecer os serviços e/ou material com qualidade e em boas condições;

4.2 Prestar os esclarecimentos necessários quando solicitados pelos servidores deste Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

4.3 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

4.4 A falta do item cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos itens objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

4.5 Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Município de Nova Bandeirantes/MT e de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

4.6 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

4.7 Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercida por este Município;

4.8 Indenizar terceiros e/ou o próprio Município mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

4.9 Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a regularidade habilitatórias do certame, em especial a fiscal;

4.10 Apresentar a nota fiscal, mediante a entrega dos itens, no prazo estabelecido neste instrumento e Edital, contado do recebimento da solicitação de fornecimento, com as seguintes certidões de regularidade fiscal:

1 - Certidão Negativa de Débitos e Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

2 - Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante, para fins de participação em licitações públicas;

3 - Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;

4 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;

5 - Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

4.11 Se a Adjudicatária vencedora não cumprir o prazo estabelecido neste edital ou recusar-se em fornecer os itens solicitados pelo contratante, sem justificativa formalmente aceita pelo Senhor Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes/MT, Ordenador de Despesas do Órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades dispostas no item 24 do Edital e disposto no item 11 e 12 deste instrumento.

4.12 Todas as despesas que incidirem sobre os serviços tais como: transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e outras despesas que diretamente ou indiretamente incidirem nos serviços, correrá por conta da CONTRATADA;

4.13 A CONTRATADA deverá realizar a prestação dos serviços ou entrega do material de acordo com as solicitações feitas pelas Secretarias adquirentes, imediatamente após a solicitação do setor competente e nos termos abaixo descrito:

4.14 As autorizações de fornecimento deverão ser enviadas ou encaminhadas por cada órgão participante diretamente ao fornecedor.

4.15 Fica consignado a entrega total da referida autorização de fornecimento para fins de pagamento, sendo que não será autorizada entrega menor ou maior de qualquer pedido, independentemente da quantidade solicitada, obrigando-se a vencedora a entregar o produto diretamente ao Município de Nova Bandeirantes/MT, sendo vedado o recebimento de qualquer produto diversos daquele especificado na Autorização compreendendo marcar, modelo, dosagem, peso, quantidade, ou qualquer outro.

4.16 Excepcionalmente, poderá o fornecedor ser autorizado pelo Órgão Gerenciador a fornecer produtos de marca diferente da licitada, quando devidamente comprovado a falta da matéria prima da marca inicialmente contratado ou quando os preços da nova marca forem mais vantajosos para a administração, desde que o produto atenda as exigências do descritivo, conforme Termo de Referência.

4.17 A empresa contratada deverá fornecer garantia formal para o objeto, contra qualquer irregularidade de fabricação e vício de utilização, inclusive com sua substituição quando necessário, sem ônus para a contratante, cabendo-lhe a responsabilidade de solicitar a substituição, quando verificar qualquer defeito de fabricação.

4.18 Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão Participante (município consorciado) correrão por conta do FORNECEDOR;

DO FORNECIMENTO/EXECUÇÃO e OUTROS:

4.19 –Os serviços deverão ser prestados em conforme solicitação das Secretarias Municipais, e através do Departamento de Compras, solicitarão autorização de fornecimento OF, do serviço a ser executado e sua respectiva data de acordo com a programação estabelecida

Para a adequada solução das necessidades administrativas pontuadas preliminarmente, a contratação pretendida deverá atender os seguintes requisitos mínimos:

- Ser maior de 18 (dezoito anos);

- Ser brasileiro (nato ou naturalizado);

- O instrutor profissional deverá ter conhecimento técnico avançado, como de técnicas compartilhadas da modalidade;

- Habilidade educacional para ministrar aulas para crianças e adolescentes dos 06 aos 17 anos, e idosos acima de 60 anos, em turmas 06 até 20 alunos;

- Possuir experiência equivalente ao item pretendido;

- A empresa deverá disponibilizar profissional com todos os equipamentos de uso pessoal às suas custas, entre outros equipamentos que se fizerem necessários.

- A empresa deverá manter íntimo contato com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Desporto e Lazer, Cultura e Juventude de Nova Bandeirantes, a fim de organizar o cronograma de aulas, bem como prestar informações aos responsáveis.

- A empresa deverá disponibilizar canal de atendimento para contato com dos pais e alunos e o professor responsável por ministrar as aulas.

- Ausência: Os prestadores de serviço que não se fazer presente no horário de trabalho acordado pelas secretarias, será descontado do seu pagamento mensal a falta;

- Não possuir antecedentes criminais, mediante a apresentação de Certidão Negativa de interdição (órfãos e sucessões) e do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídios, roubo, estupro e corrupção de menores daquele que efetivamente prestar os serviços.

Para facilitador (a) de oficinas:

Certificado, atestado ou declaração em cursos capacitações;

Atestado de Capacidade Técnica;

Atestado ou comprovantes (Contrato, carteira de trabalho, MEI) de experiência profissional;

A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos serviços que serão prestados;

Serão consideradas apenas as horas trabalhadas nos locais das oficinas, desde o início até o final, não sendo considerados os deslocamentos até os locais;

As oficinas serão disponibilizadas e ofertadas conforme Calendário elaborado pelas Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria de Municipal Esporte e Lazer, Cultura e Juventude;

- A Administração Municipal poderá no decorrer do ano letivo conforme o Calendário suspender o Contrato e consequentemente o pagamento, em razão das férias escolares.

O desenvolvimento das oficinas dar-se-ão conforme programação das Secretarias e CRAS, definição de carga horária diária a ser cumprida.

a) A CONTRATADA deverá considerar no valor da proposta, todas as despesas pertinentes supracitadas, inclusive impostos, encargos, taxas, deslocamentos, hospedagem, alimentação, combustível, impressão, papel, e demais custos, ficando sob seu ônus as referidas despesas b) Fica sob responsabilidade da CONTRATADA, todo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus colaboradores, prepostos e/ou contratados, bem como se obriga por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do presente objeto. c) Os serviços deverá obedecer rigorosamente a descrição e quantidades deste Termo de Referência; d) A CONTRATADA deverá obedecer a todas as normas regulamentadoras vigente, inclusive a legislação trabalhista, Consolidação das Leis do Trabalho CLT, normas de Segurança do Trabalho, entre outras; devendo arcar com todos os encargos trabalhistas e previdenciários de seus funcionários; e) Assumir ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços; f) A CONTRATANTE deterá o direito de propriedade intelectual dos serviços desenvolvidos, assim como, de toda a documentação produzida na execução do contrato, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa desta Autarquia; g) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação e afins; h) Trabalhar segundo as normas técnicas, com qualidade, com produtividade, com

higiene e preservação ambiental; i) Responsabilizar- se pela fiel execução do objeto dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência; j) Acatar as ordens da CONTRATANTE efetuando os serviços nos locais indicados na ordem de serviço; k) Responder Civil e Criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa venha ocorrer no cumprimento deste Termo de Referência, direto ou indiretamente, provocar, a administração ou a terceiros; l) Prestar esclarecimentos a CONTRATANTE em qualquer momento que seja solicitado. m) Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissão ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento das despesas para o CONTRATANTE; n) Além das condições especificadas nos itens anteriores aplicam-se às condições e às garantias as disposições do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor; o) Além das especificações nos itens anteriores aplicam-se as Normas do: Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor e a Lei nº. 14.133/21 e suas alterações; **5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE** 5.1 O Município de Nova Bandeirantes/MT se obriga, nos termos previstos deste Edital a: 5.2 Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento;

5.3 Receber os itens adjudicados no certame, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Edital;

5.4 Promover o recebimento dos itens mediante apresentação de Nota Fiscal e certidões de regularidade fiscal; 5.5 Recusar ou devolver o objeto de contratação nas seguintes hipóteses: 5.6 Se forem entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste edital; 5.7 **DAR RECEBIMENTO PROVISÓRIO** dos itens adjudicados, o que não implica sua aceitação definitiva; 5.8 **DAR RECEBIMENTO DEFINITIVO** pelo Setor Competente, após a verificação do cumprimento das especificações dos itens, nos termos deste Edital e seus anexos e da proposta adjudicatária firmada; 5.9 Efetuar o pagamento, após o recebimento definitivo dos itens, por meio da Tesouraria, com a Fatura/Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor Competente deste Município de Nova Bandeirantes/MT; 5.10 Fornecer à empresa vencedora todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital; 5.11 Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos no Edital; 5.12 Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos itens; 5.13 Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do contrato, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. 5.14 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado. 5.15 Todos os encaminhamentos e o controle dos serviços objeto deste será de responsabilidade das Secretarias Municipais solicitantes. 5.16 Supervisionar o recebimento dos objetos através de um funcionário credenciado pela **CONTRATANTE**, com faculdade de inspeção e controle, podendo ditar medidas que achar necessárias ao bom andamento e qualidade dos objetos. 5.17 Os itens deverão ser recusados pela contratante nas seguintes hipóteses:

a) Se forem fornecidos em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios constantes neste contrato;

5.18 O recebimento dos itens far-se-á sempre que solicitado pela Secretaria mediante apresentação de Nota Fiscal. 5.18.1 O recebimento provisório do (s) item (s) não implica sua aceitação definitiva. 5.18.2 O recebimento definitivo dar-se-á pelo Setor Competente, após a verificação do cumprimento das especificações e qualidade dos serviços. **6. DO PAGAMENTO**

6.1. O pagamento corresponderá aos itens efetivamente entregues ou serviços prestados, observados os valores unitários apresentados pela proponente na ocasião da licitação, devendo ser pago conforme disponibilidade financeira das referidas Secretarias solicitantes, e apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo responsável; 6.1.1. Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no edital. **6.2.** Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas; 6.2.1. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento; **6.3.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado; **6.4.** O PAGAMENTO SERÁ LIBERADO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE NOTA FISCAL E DESDE QUE ACOMPANHADAS DAS CERTIDÕES ABAIXO RELACIONADAS: a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União; b) Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante; c) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante; d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao; e) Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS; **6.5.** A impressão das certidões é de responsabilidade da CONTRATADA/ADJUDICATARIA. **6.6.** Os pagamentos serão creditados em favor da CONTRATADA/ADJUDICATARIA por meio de depósito bancário em conta corrente indicada na proposta contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito; **6.7.** Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de tributos e contribuições, nos termos legislação fiscal pertinente e vigente; **6.8.** A CONTRATADA/ADJUDICATARIA deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame, e consequentemente, lançado na ata de registro de preço; **6.9.** O prazo para pagamento não será superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela; **6.10.** A nota fiscal deve se fazer acompanhar, quando indispensável a comprovação do serviço, relatório de acompanhamento para pagamento e deverá estar devidamente atestado pelo Servidor designado para acompanhamento dos trabalhos e pelo fiscal do Contrato; 6.10.1. O relatório deverá conter riquezas de detalhes, com fotos, descrição do serviço com indicação do quantitativo do serviço realizado, quando for o caso; 6.10.2. Para fins de Imposto de Renda Retido na Fonte de que trata o art. 158, inciso I, da Constituição da República, o Município, em todas as suas contratações, com pessoas jurídicas observará o disposto no art. 64, da Lei Federal Nº 9.430/1996, no art. 15 da Lei Nº 9.249/1995, a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil Nº 1.234/2012, e, também Instrução Normativa RFB Nº 1663, de 07 de outubro de 2016, e por fim Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023, com a consequente retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil. 6.10.3. Para fins de Imposto de Renda Retido na Fonte de que trata o art. 158, inciso I, da Constituição da República, o Município, em todas as suas contratações, com pessoas jurídicas observará o disposto no art. 64, da Lei Federal Nº 9.430/1996, no art. 15 da Lei Nº 9.249/1995, a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil Nº 1.234/2012, e, também Instrução Normativa RFB Nº 1663, de 07 de outubro de 2016, e por fim Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023, com a consequente retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil. **6.11.** Não haverá pagamento parcial da nota. **6.12.** Dados bancários da (s) empresa (s) detentora dos preços registrados:

6.12.1. Banco: Bradesco, Agência: 1380-3, conta corrente: 409534-0;
7. DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas

no Art. 124 da Lei nº. 14.133/2021. **7.2.** Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado. 7.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade. 7.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original. **7.3.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá: 7.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e 7.3.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação. 7.3.2.1. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa. **8. DO REAJUSTE DE PREÇO**

8.1. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de vigência da Ata de Registro de Preços: **8.1.1.** Os valores poderão ser reajustados sempre em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata de Registro de Preços e do Contrato tal como pactuado, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços e do Contrato. **8.2.** Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro; **8.3.** Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá- lo ao praticado no mercado; **8.4.** Fracassada a negociação com o primeiro colocado o MUNICÍPIO poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo extinção desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação; **8.5.** Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços; **8.6.** Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pelo MUNICÍPIO, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado em Imprensa Oficial. **8.7.** Para fins de REAJUSTE de preços, não serão admitidos nenhum encargo financeiro, tais como juros, despesas bancárias e quaisquer outros ônus semelhantes. **8.8.** A revisão de preços poderá ser feita a qualquer tempo, desde que ocorram fatos supervenientes ou de difícil previsão, devidamente demonstrados e que tenham ocorridos após apresentação da proposta, com objetivo de restabelecer equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, desde que devidamente comprovados, mediante apuração por procedimento administrativo específico instaurado pela Administração, nos termos do Art. 124 da Lei nº. 14.133 e dispostos neste instrumento. **9. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. O ADJUDICATÁRIO terá o seu registro de preço cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam sanadas até o prazo estipulado em notificação expressa pelo órgão competente, salvo se: **9.1.1.** Comprovar a CONTRATADA/ADJUDICATÁRIA, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de insumos, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos itens que compõem o custo das aquisições dos itens; **9.1.2.** Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução da entrega dos itens, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados; **9.2.** Por iniciativa do Município de Nova Bandeirantes/MT, o registro será cancelado quando o proponente: **9.2.1.** Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; **9.2.2.** Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório; **9.2.3.** Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços; **9.2.4.** Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de entrega/requisição decorrente da Ata de Registro de Preços; **9.4.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas do Art. 155 da Lei nº. 14.133/2021, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa; **9.5.** O Município de Nova Bandeirantes/MT poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado; **10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS 10.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº. 14.133, de 2021, o contratado que: **a)** der causa à inexecução parcial do contrato; **b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; **c)** der causa à inexecução total do contrato; **d)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado; **e)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato; **f)** praticar ato fraudulento na execução do contrato; **g)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; **h)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013. **10.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções: **a) Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº. 14.133, de 2021); **b) Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº. 14.133, de 2021); **c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156,

§ 5º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

d) Multa: 1- moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias; **2-** O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº. 14.133 de 2021. **3-** compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato ou Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto; **10.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato ou Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº. 14.133, de 2021). **10.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº. 14.133, de 2021). **10.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº. 14.133, de 2021) **10.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº.

14.133, de 2021). **10.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente. **10.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº. 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar. **10.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº. 14.133, de 2021): **a)** a natureza e a gravidade da infração cometida; **b)** as peculiaridades do caso concreto; **c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes; **d)** os danos que dela provierem para o Contratante; **e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle. **10.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159). **10.8.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº. 14.133, de 2021). **10.9.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº. 14.133, de 2021). **10.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº. 14.133/21. **10.11.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 26, de 13 de abril de 2022. **11 - DO CADASTRO DE RESERVA**

11.1. Em caso de extinção/cancelamento da ata de registro de preços/contrato será chamada a próxima classificada respeitando sempre a ordem de classificação. **11.2.** As empresas convocadas no sistema de cadastro reserva terá que apresentar sua documentação de habilitação conforme as disposições do Edital. Em caso de empresa não encaminhar os documentos de habilitação, poderá sofrer as sanções culminadas no Edital. **12 - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

12.1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e a (o) CONTRATADA (O) se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que: a) o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 º e/ou 14 º da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular; b) o tratamento seja limitado às atividades necessárias para o alcance das finalidades do serviço contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD; c) durante a execução do objeto deste contrato, em caso de necessidade de coleta e tratamento de dados pessoais de pessoas naturais/titulares mediante consentimento, a coleta do mesmo será realizada após prévia aprovação da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, responsabilizando-se a (o) CONTRATADA (O) pelo informe de necessidade ao titular, obtenção e gestão do consentimento do mesmo, nos termos da legislação. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para finalidades distintas, sob pena de responsabilização do CONTRATADO (A) pelo ato; d) eventualmente, podem as partes convencionar que a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES será responsável por obter o consentimento dos titulares, formalizando a questão em aditivo contratual; **12.2.** As partes declaram que os sistemas informatizados, dispositivos e similares que servirão de base para coleta, armazenamento e tratamento dos dados pessoais coletados, seguem um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, estando alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de proteção de dados; **12.3.** Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com adequado controle baseado em função e com transparente identificação do perfil dos operadores, sendo vedado o compartilhamento desses dados com terceiros estranhos ao objeto do contrato; a) a realização do tratamento dos dados pessoais, ainda que necessária transferência internacional, continuará a ser feita de acordo com as disposições da legislação brasileira sobre proteção de dados, nos termos do Art. 3º. da Lei 13709/18; b) o CONTRATADO (A) oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnicas e organizativas, e as especificará formalmente ao contratante, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros; c) serão adotadas pelo CONTRATADO (A) as medidas de segurança adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito ou incidente. As medidas asseguram um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação. **12.4.** A (O) CONTRATADA (O) dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas acerca da proteção de dados de titulares/pessoas naturais, bem como à Política de Privacidade da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES. **12.5.** As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor, bem como no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e demais órgãos de controle administrativo; **12.6.** Uma parte deverá formalizar à outra sempre que receber uma solicitação de um titular/pessoa natural, a respeito do exercício de direitos relacionados aos seus dados (Art. 18 da Lei 13.709/18) e ao objeto deste contrato, tomando providências imediatas para retorno ao solicitante nos termos da legislação, visando possibilitar o exercício de direito do terceiro; **12.7.** A critério do Encarregado de Dados da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, a (o) CONTRATADA (O) poderá ser provocada (o) a colaborar na informação de dados para a elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais. **12.8.** Encerrada a vigência deste contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a PREFEITURA DE NOVA BANDEIRANTES interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD. **12.9.** Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD. **13 - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS**

13.1. O presente instrumento firmado será regido em obediência ao instrumento convocatório, através do edital de **Pregão Presencial nº. 046/2024** e seus anexos, além de obediência aos dispositivos da Lei Federal nº. 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº. 123/2006, Lei 13.709/2018 e demais normas vigentes que regem a contratação pela Administração Pública.

14. DA FISCALIZAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 14.1. Nos termos do Art. 117 Lei nº. 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento/execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados, através do servidor designado pela Administração conforme portaria nº 257/2024, servidora **ANDRESSA GISIELLE GRIGGIO DA SILVA**. **14.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seu Pregoeira e prepostos, em conformidade com o Art. 120 da Lei nº. 14.133/2021 **14.3.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos preços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. **14.4.** Para este instrumento será designado fiscal por portaria específica colacionada nos autos. **15. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS 15.1.** As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições: **I.** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo/apostilamento à presente ata de Registro de Preços; **II.** Vinculam-se a este Contrato ou Ata de Registro de Preços, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o instrumento convocatório, seus anexos e as propostas das classificadas. **III.** É vedado caucionar ou utilizar o Contrato ou Ata de Registro de Preços decorrente do presente registro para qualquer operação financeira; **15.2.** A critério exclusivo do Município de NOVA BANDEIRANTES/MT, ora CONTRATANTE e mediante prévia e expressa autorização da autoridade superior, a CONTRATADA poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte da obra ou serviço, até o limite estabelecido de 30% (trinta por cento), desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas, nos termos do Art. 122 da Lei nº. 14.133/2021. **16. DO FORO 16.1.** As partes contratantes elegem o foro da Comarca Nova Monte Verde/MT para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de preços, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. **16.2.** E por estarem de acordo o Município de NOVA BANDEIRANTES/MT registra os preços e condições acima disposta, firmando o presente instrumento para que produza seus efeitos legais, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 91 da Lei nº. 14.133/2021.

Nova Bandeirantes/MT 13 de agosto de 2024.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

CICERO AVORAVE DA SILVA 5688344790

CNPJ: 17.873.678/0001-81

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Aline Groff Pit

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 060.335.46 -05

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 043/2024

O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através da Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do procedimento licitatório de Pregão Presencial n.º **043/2024**, Processo Licitatório n° **066/2024**, tendo como objetoo**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, ADITIVOS E GRAXAS, PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** conforme especificações em anexo I – Termo de Referência.

SAGRARAM-SE vencedoras da presente licitação as empresas:

EMPRESA: DELREY NOVA BANDEIRANTES LTDA

CNPJ: N° 06.063.181/0001-81

VALOR TOTAL R$ 4.320,00 (Quatro mil trezentos e vinte reais);

EMPRESA: DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS DOIS IRMAOS LTDA

CNPJ: N° 03.084.415/0001-89

VALOR TOTAL R$ 254.639,50 (Duzentos e cinquenta e quatro mil seiscentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos);

EMPRESA: GASKAM COMERCIO E CONSTRUCAO CIVIL LTDA

CNPJ: N° 35.519.346/0001-97

VALOR TOTAL R$ 108.490,00 (Cento e oito mil quatrocentos e noventa reais);

EMPRESA: LV COMERCIO E SERVICOS LTDA

CNPJ: N° 47.052.143/0001-00

VALOR TOTAL R$ 324.273,00 (Trezentos e vinte e quatro mil duzentos e setenta e três reais);

EMPRESA: SO PESADOS COMERCIO DE PECAS LTDA

CNPJ: N° 24.717.067/0001-00

VALOR TOTAL R$ 21.275,00 (Vinte e um mil duzentos e setenta e cinco reais);

EMPRESA: TNOVE COMERCIO DE PECAS LTDA

CNPJ: N° 30.369.251/0001-09

VALOR TOTAL R$ 218.790,00 (Duzentos e dezoito mil setecentos e noventa reais);

EMPRESA: TRATOMAQ AUTO PECAS LTDA

CNPJ: N° 10.574.100/0001-85

VALOR TOTAL R$ 760,00 (Setecentos e sessenta reais);

EMPRESA: TRICATE COMERCIO DE PECAS PARA TRATORES LTDA

CNPJ: N° 70.430.558/0001-92

VALOR TOTAL R$ 403.840,00 (Quatrocentos e três mil oitocentos e quarenta reais).

A Pregoeira informa ainda, que os autos do Processo se encontram com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

Nova Bandeirantes – MT, 14 de agosto de 2024.

_____

CESAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 043/2024

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através do Prefeito Municipal **Sr CESAR AUGUSTO PÉRIGO**, torna público para conhecimento dos interessados, que **HOMOLOGA** a Licitação resultante do procedimento Licitatório na modalidade de Pregão Presencial n.º 043/2024, Processo Licitatório n° 066/2024, cujo objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, ADITIVOS E GRAXAS, PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** conforme especificações em anexo I – Termo de Referência.

EMPRESA: DELREY NOVA BANDEIRANTES LTDA

CNPJ: N° 06.063.181/0001-81

VALOR TOTAL R$ 4.320,00 (Quatro mil trezentos e vinte reais);

EMPRESA: DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS DOIS IRMAOS LTDA

CNPJ: N° 03.084.415/0001-89

VALOR TOTAL R$ 254.639,50 (Duzentos e cinquenta e quatro mil seiscentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos);

EMPRESA: GASKAM COMERCIO E CONSTRUCAO CIVIL LTDA

CNPJ: N° 35.519.346/0001-97

VALOR TOTAL R$ 108.490,00 (Cento e oito mil quatrocentos e noventa reais);

EMPRESA: LV COMERCIO E SERVICOS LTDA

CNPJ: N° 47.052.143/0001-00

VALOR TOTAL R$ 324.273,00 (Trezentos e vinte e quatro mil duzentos e setenta e três reais);

EMPRESA: SO PESADOS COMERCIO DE PECAS LTDA

CNPJ: N° 24.717.067/0001-00

VALOR TOTAL R$ 21.275,00 (Vinte e um mil duzentos e setenta e cinco reais);

EMPRESA: TNOVE COMERCIO DE PECAS LTDA

CNPJ: N° 30.369.251/0001-09

VALOR TOTAL R$ 218.790,00 (Duzentos e dezoito mil setecentos e noventa reais);

EMPRESA: TRATOMAQ AUTO PECAS LTDA

CNPJ: N° 10.574.100/0001-85

VALOR TOTAL R$ 760,00 (Setecentos e sessenta reais);

EMPRESA: TRICATE COMERCIO DE PECAS PARA TRATORES LTDA

CNPJ: N° 70.430.558/0001-92

VALOR TOTAL R$ 403.840,00 (Quatrocentos e três mil oitocentos e quarenta reais).

A Pregoeira informa ainda, que os autos do Processo se encontram com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Bandeirantes – MT, 14 de agosto de 2024.

_____

CESAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 098/2022

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 098/2022

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA**: JV SERVIÇO E COMÉRCIO PAPELARIA LTDA.**

CNPJ**: 13.498.158/0001-85.**

OBJETO**: Prorrogação do prazo** de duração do Contrato Original por mais 06 (seis) meses**,** vigorando a partir de 02 de julho de 2024 a 31 de dezembro de 2024.

ASSINATURA: **01 de julho de 2024.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 091/2023

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 091/2023.

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA**: JV SERVIÇO E COMERCIO PAPELARIA LTDA.**

CNPJ n° **13.498.158/0001-85.**

OBJETO: **Prorrogação do prazo de execução** do Contrato Original por mais 6 (seis) meses**,** vigorando a partir de 08 de agosto de 2024 a 08 de fevereiro de 2025.

ASSINATURA: **07 de agosto de 2024.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

LEI N.º 949/2024

LEI N.º 949/2024

SÚMULA: “Altera a redação da Lei Municipal n. 512, de 30 de julho de 2013, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Nova Brasilândia/MT e, dá outras providências”.

Mauriza Augusta de Oliveira, Prefeita de Nova Brasilândia, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º O inciso IV do art. 48 da Lei Municipal n. 512, de 30 de julho de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 48......

IV - Das contribuições mensais do Município, incluídas suas autarquias e fundações, definida na reavaliação atuarial igual a 33,79% (trinta e três inteiros e setenta e nove centésimos por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos, compreendendo:

a) 15,27% (quinze inteiros e vinte e sete centésimos por cento) relativo ao custo normal, neste incluso o custeio da taxa de administração de 3,60% (três inteiros e sessenta centésimos por cento), e; b) 18,52% (dezoito inteiros e cinquenta e dois centésimos por cento) relativo ao custo especial escalonado nos termos do anexo I.

Art. 2º Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em JUNHO/2024.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor no primeiro dia do mês subsequente aos 90 (noventa) dias da data de publicação desta Lei, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeita do Município de Nova Brasilândia/MT, 14 agosto de 2024.

Mauriza Augusta de Oliveira

Prefeita Municipal

ANEXO I

Ano de amortização	Alíquota
2024	18,52%
2025	19,50%
2026	20,50%
2027	21,51%
2028	22,52%
2029	23,53%
2030	24,53%
2031	25,54%
2032	26,55%
2033	27,55%
2034	28,56%
2035	29,57%
2036	30,58%
2037	31,58%
2038	32,59%
2039	33,60%
2040	34,60%
2041	35,61%
2042	36,62%
2043	37,63%
2044	38,63%

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 098/2022

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 098/2022

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA**: JV SERVIÇO E COMÉRCIO PAPELARIA LTDA.**

CNPJ**: 13.498.158/0001-85.**

OBJETO**: Prorrogação do prazo** de duração do Contrato Original por mais 06 (seis) meses**,** vigorando a partir de 02 de julho de 2024 a 31 de dezembro de 2024.

ASSINATURA: **01 de julho de 2024.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 061/2023.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 061/2023.

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **ZITA BEZERRA GUIMARÃES – ME.**

CNPJ: **13.187.5680/0001-05.**

OBJETO: **Prorrogação do prazo** de duração do Contrato Original por mais **06 (seis) meses,** vigorando a partir 15 de agosto de 2024 a 14 de fevereiro de 2025. O Valor Total a ser pago a contratada será de **R$ 153. 900,00 (Cento e Cinquenta e Três Mil e Novecentos Reais).**

ASSINATURA: **14 de agosto de 2024.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

PREVBRAS
PORTARIA DE NOMEAÇÃO FISCAL DE OBRAS

PORTARIA N° 336/2024, DE 12 DE AGOSTO DE 2024.

"Nomeia Fiscal de Obras".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere a Lei,

RESOLVE

Art.1° Nomear o Servidor Efetivo Sr. **SAULO NAKAMURA –** Engenheiro Civil**,** para **Fiscal de Obras**, responsável pela condução dos procedimentos no âmbito desta Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia, Autoriza a empresa **HEFESTO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA inscrita no CNPJ nº 33.299.733-0001-28 , localizada na Rua das Rosas nº 50, Bair-**

ro Jardim Cuiaba do Município de Cuiaba-mt , CEP 78.043.128 através do Contrato nº 053/2024, de acordo com a Licitação na Modalidade Concorrência Presencial nº 004/2024.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 12 de agosto de 2024.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei

WIGNY CESAR DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 237/2023

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 028/2024

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 028/2024.

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA:**VIGA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.**

CNPJ n° **36.969.897/0001-03.**

OBJETO:O Valor total do aditivo do para os serviços relacionados no desenvolvimento será de **R$ 8.001,87 (Oito Mil, Um Real e Oitenta e Sete Centavos),** equivalente à 24,48 % do valor contratual.

ASSINATURA: **13 de agosto de 2024.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 091/2023.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 091/2023.

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA**: JV SERVIÇO E COMERCIO PAPELARIA LTDA.**

CNPJ n° **13.498.158/0001-85.**

OBJETO: **Prorrogação do prazo de execução** do Contrato Original por mais 6 (seis) meses**,** vigorando a partir de 08 de agosto de 2024 a 08 de fevereiro de 2025.

ASSINATURA: **07 de agosto de 2024.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISTRATO Nº 017/2024

Termo de Rescisão Nº 023/2024

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Guarita - MT

Contratado: Bianca da Veiga Ferreira

Rescisão de Contrato: Fica rescindido a pedido o contrato de prestação de serviços nº 020/2024/SMAF/PMNG, a partir de 21/05/2025, cujo o contrato expiraria em 17/10/2024 rescisão esta, motivada por interesses particulares e inadiáveis que a impedem de dar continuidade ao desempenho da função.

Data: 14/08/2024.

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo: 895/2024

Classificação: Aquisição de veículo

Modalidade: Adesão a Ata de Registro de Preços

ORGÃO GERENCIADOR: Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região dos Campos de Cima da Serra (CONDESUS)

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024

A Prefeitura Municipal de Nova Guarita- MT, através de seu prefeito municipal, senhor José Lair Zamoner, torna público que através do processo n° 895/2024 aderiu como “carona” a Ata de Registro de Preço n° 35/2024, decorrente do Pregão Eletrônico n° 04/2024, realizado pelo **Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região dos Campos de Cima da Serra (CONDESUS**).

Tal adesão ocorre considerando a anuência das partes interessadas devidamente formalizada e demais documentos comprobatórios constantes no processo supracitado, além de obedecer aos princípios da legislação em vigor, sendo que o fornecimento obedecerá às mesmas condições e exigências contidas no Edital do Órgão Gerenciador.

CONTRATADA: MOBILE AUTOMÓVEIS E SERVIÇOS LTDA

CNPJ sob nº. 32.951.008/0001-20

Objeto: Aquisição de um veículo automotivo, novo, zero KM, capacidade para 07 passageiros em atendimento a Resolução CMS nº 06/2024 – Que aprova o uso das **sobras** da Emenda Parlamentar do Termo de Compromisso nº 017/2023 SES/MT.

As características pertinentes ao objeto desta adesão serão discriminadas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
01	VEÍCULO NOVO 0KM - ANO, MODELO MÍNIMO 2024/2025, NA COR BRANCA; MOTOR 1.8; CAPACIDADE 07 LUGARES; MOTOR FLEX (ETANOL/GASOLINA); MOTOR COM POTÊNCIA MÍNIMA 106 CV; CÂMBIO DE 6 MARCHAS À FRENTE E 1 À RÉ (AUTOMÁTICO); DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA; AR CONDICIONADO; TRAVA ELÉTRICA NAS PORTAS; TAPETE BORRACHA; VIDROS ELÉTRICOS; ALARME; AIRBAG DUPLO; RODAS DE AÇO/LIGA LEVE DE NO MÍNIMO ARO 16', COM PNEUS NO-	UNIDADE	01	C3 AIR-CROSS FEEL TURBO 200 AT 24/24	**R$ 122. 900,00**

	VOS COMPATÍVEIS E PNEU ESTEPE; CINTO DE SEGURANÇA CONFORME NORMAS CNT PARA TODOS OS OCUPANTES; SISTEMA DE ÁUDIO MULTIMÍDIA COM ENTRADA USB, RÁDIO AM/FM; COMPUTADOR DE BORDO; ESPELHOS RETROVISORES ELÉTRICO; TANQUE COM COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA 50 LITROS; SISTEMA DE FREIO ABS COM EBD, HODÔMETRO PARCIAL; LIMPADOR COM TEMPORIZADOR E LAVADOR ELÉTRICO DO PARA BRISA E VIDRO TRASEIRO; FARÓIS E LANTERNA DE NEBLINA; PROTETOR DE CÁRTER; BANCO DO MOTORISTA COM REGULAGEM LONGITUDINAL, DE ALTURA E DE INCLINAÇÃO DO ENCOSTO E DO ASSENTO, POLTRONA DOS PASSAGEIROS REVESTIDAS EM MATERIAL AUTOMOTIVO DE FÁCIL LIMPEZA, APOIO DE CABECEIRAS EM TODOS OS BANCOS; POSSUIR TODOS OS EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIO OBRIGATÓRIOS PELO CBT E DEMAIS LEGISLAÇÕES DE TRÂNSITO. GARANTIA MÍNIMA DE 36 MESES SEM LIMITES DE QUILOMETRAGEM CONTADOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO VEÍCULO; VEÍCULO EMPLACADO E LICENCIADO.				

R$122.900,00 (cento e vinte e dois mil e novecentos reais).

Nova Guarita - MT, 14 de Agosto de 2024.

Jose Lair Zamoner

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 364/2024

PORTARIA Nº 364/2024

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Complementar 042/2009 de 18 de agosto de 2009, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º **Nomear a partir de 02/08/2024**, a Senhora **LIZIANE COSTA AEDO,** portadora do CPF. n.º 025.XXX.XXX-03, para responder pelo cargo de provimento comissionado de **SECRETÁRIA ADJUNTA DE ASSISTENCIA SOCIAL.**

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 02 dias do mês de Agosto de 2024.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 363/2024

PORTARIA Nº 363/2024

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Complementar 042/2009 de 18 de agosto de 2009, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º -**Exonerar a partir de 01/08/2024, o servidor MARCOS JOSÉ SILVA,** matricula 2709, do cargo em comissão de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER .**

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria de Nomeação 159/2021 de 05/07/2021.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 01 de Agosto de 2024.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 030/2024

CONTRATANTE:A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA**

CONTRATADA: **TRIANGULO COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LTDA**

O presente termo aditivo tem como objeto A PRORROGAÇÃO DO PRAZO VIGENCIA CONTRATUAL, do contrato 029/2024 **FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA-MT, no Município de Cáceres/MT**.

O período de vigência se estenderá de **01/08/2024 até 01/10/2024**, conforme art. 57, II, Lei 8.666/1993.

Nova Lacerda, em 01 de agosto de 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 06/2024

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 06/2024

PROCESSO LICITATÓRIO N° 03/2024

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 03/2024

A **CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA**, Estado de Mato Grosso, órgão integrante do Poder Legislativo inscrito no CNPJ sob o n° 01.617.459/0001-00, sito a Av. Dioguinho, nº 669 – Bairro São José - Nova Lacerda-MT, neste ato representada por seu presidente Sr.**AMILTON RODRIGUES DE FREITAS**, brasileiro, casado, produtor rural, residente no Sítio Vitória, P. A. São Judas, Zona Rural, município de Nova Lacerda-MT, portador da Cédula de Identidade RG sob o número M-6.629.661 SSP/MG e inscrito no cadastro de pessoa física sob o número 531.....-04, doravante denomina de **CONTRATANTE**, e da outra parte a **EMPRESA C L SUPERMERCADO LTDA**, CNPJ: 10.695.537/0001-77, com sede Rua Uirapuru, nº 610, Centro, Nova Lacerda MT, CEP: 78.243-000, neste ato representada por **CESAR AUGUSTO VENANCIO FERREIRA**, inscrito no CPF 975.....-91 e RG1250533-1 SSP/MT, na qualidade de **CONTRATADA**, decorrente do Processo Licitatório n° 03/2024, Modalidade: Dispensa de Licitação 03/2024, ajustam o presente **PRIMEIRO TERMO ADITIVO**, ao Contrato n° 06/2024, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Pelo presente Termo Aditivo, as partes acima identificadas, por necessidade devidamente justificada da CONTRANTE, resolvem ADITIVAR em 25% (vinte e cinco por cento), ou seja, 54 (cinquenta e quatro unidades), o item 5, produto água mineral sem gás 497 ml, marca puríssima, com amparo na Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA: O presente Termo Aditivo passa a ser parte integrante do contrato original, permanecendo inalteradas e ratificadas as demais cláusulas.

E, por acharem justas e contratadas, mutuamente assinam o presente instrumento em 02 (duas) de igual teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes

Câmara Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, 07 de agosto de 2024.

_____

AMILTON RODRIGUES DE FREITAS

Representante legal da CONTRATANTE

_____

CESAR AUGUSTO VENANCIO FERREIRA

Representante legal da CONTRATADA

_____

Daniela Aranda Nonato

Fiscal de Contratos

_____

Joyce Lucio Cavalcante

Procuradoria Jurídica - CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

1-Nome: 2-Nome:

CPF: CPF:

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 11/2024

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 11/2024

PROCESSO LICITATÓRIO N° 07/2024

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 06/2024

A **CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA**, Estado de Mato Grosso, órgão integrante do Poder Legislativo inscrito no CNPJ sob o n° 01.617. 459/0001-00, sito a Av. Dioguinho, nº 669 – Bairro São José - Nova Lacerda-MT, neste ato representada por seu presidente Sr.**AMILTON RODRIGUES DE FREITAS**, brasileiro, casado, produtor rural, residente no Sítio Vitória, P. A. São Judas, Zona Rural, município de Nova Lacerda-MT, portador da Cédula de Identidade RG sob o número M-6.629.661 SSP/MG e inscrito no cadastro de pessoa física sob o número 531.....-04, doravante denomina de **CONTRATANTE**, e da outra parte a empresa **LIMA & LIMA SERVIÇOS DE INFORMÁICA LTDA,** inscrita no CNPJ n°. 18.578. 613/0001-76, sediada na Avenida Presidente Nasser, N°. 496, Bairro Jardim América, Vilhena –RO, CEP 76980-720, neste ato representado pelo sócio **DIOGO COLOMBO DE LIMA**, inscrito no CPF n°. 979.....-87, RG 1036553 SESDEC RO, doravante dominada **CONTRATADA**, decorrente do Processo Licitatório n° 07/2024, Modalidade: Dispensa de Licitação 06/ 2024, ajustam o presente **PRIMEIRO TERMO ADITIVO**, ao Contrato n° 11/2024, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Pelo presente Termo Aditivo, haja vista a alteração no Contrato Social da Empresa LTDA, CONTRATADA, especialmente alteração do nome social, acordam-se a presente **retificação:**

ONDE SE LÊ: LIMA & LIMA SERVIÇOS DE INFORMÁICA LTDA, inscrita no CNPJ n°. 18.578.613/0001-76, sediada na Avenida Presidente Nasser, N°. 496, Bairro Jardim América, Vilhena –RO, CEP 76980-720, neste ato representado pelo sócio **DIOGO COLOMBO DE LIMA**, inscrito no CPF n°. 979.....-87, RG 1036553 SESDEC RO, doravante dominada **CONTRATADA.**

PASSA SER LIDO: CONNECT TELECON LTDA, inscrita no CNPJ n°. 18. 578.613/0002-57, situada na Rua Nova Lacerda, N°. 252, Sala B, Bairro Centro, Nova Lacerda-MT, CEP 78243-000, neste ato representado pelo sócio **DIOGO COLOMBO DE LIMA**, inscrito no CPF n°. 979.....-87, RG 1036553 SESDEC RO, doravante dominada **CONTRATADA.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O presente Termo Aditivo passa a ser parte integrante do contrato original, permanecendo inalteradas e ratificadas as demais cláusulas.

E, por acharem justas e contratadas, mutuamente assinam o presente instrumento em 02 (duas) de igual teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Câmara Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, 05 de agosto de 2024.

_____

AMILTON RODRIGUES DE FREITAS

Representante legal da CONTRATANTE

_____

DIOGO COLOMBO DE LIMA

Representante legal da CONTRATADA

_____

Daniela Aranda Nonato

Fiscal de Contratos

_____

Joyce Lucio Cavalcante

Procuradoria Jurídica - CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

1-Nome: 2-Nome:

CPF: CPF:

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 23/2024

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 23/2024

À Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, torna público que fará realizar Pregão Presencial 23/2024.

ABERTURA: 27 de agosto de 2024 ás 08:00 horas;

CREDENCIAMENTO: das 07:40 ás 08:00 horas;

OBJETO: Registro de preço na aquisição de material para imprimação e emulsão asfáltica para implantação de asfalto atendendo a Secretaria de Obras de Nova Lacerda conforme descriminada abaixo:

LOCAL: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sala de licitações, sito na Rua 16 de Julho, 815, Centro, Nova Lacerda- MT.

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações no site: www.novalacerda.mt.gov.br.

Nova Lacerda-MT 14 de agosto de 2024.

JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO

AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO

PROCURADORIA JURÍDICA
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 030/2024

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA**

CONTRATADA: A empresa **TRIANGULO COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LTDA**

O presente Termo Aditivo tem por objeto o seguinte: Alteração de valor em razão de reajuste de reequilíbrio de valor, contrato nº 30/2024 referente ao **FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA-MT, no Município de Cáceres/MT** devido a alteração de preços dos combustíveis, conforme solicitação da

contratada, em anexo, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente.

ITEM	VALOR LICITADO	PORC. AUMENTO	VALOR AUMENTO	VALOR ATUAL
GASOLINA	R$ 5,50	13,000 %	R$ 0,72	**R$ 6,22**

Conforme cálculos apresentados, o valor a ser aditivado da Gasolina Comum é de R$ 0,72 (setenta e dois centavos)**, sendo assim, o valor atual é de R$ 6,22 (seis reais e vinte e dois centavos) o litro** cumprindo assim o reequilíbrio financeiro do contrato, conforme art. 65, inciso II, “d”, da Lei n.º 8.666/93.

Nova Lacerda, em 13 de agosto de 2024

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS Nº 02/2024

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS Nº 02/2024

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE NOVA LACERDA – NOVA-PREV, devidamente inscrito no CNPJ n.º 17.487.897/0001-22.

CONTRATADO: CONSÓRCIO GESTOR RPPS, consórcio de empresas devidamente inscrito no CNPJ n.º 28.073.206/0001-60.

Objeto: Execução de serviços técnicos, por empreitada global, necessários à operacionalização do passivo previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social.

Modalidade de Licitação: Adesão a Ata de Registro de Preço n.º 001/2024 - CONSPREV.

Vigência: O presente contrato vigerá a partir de 28 de junho de 2024 até 27 de junho de 2039.

Valor Global: R$166.584,00 (Cento e sessenta e seis mil quinhentos e oitenta e quatro reais)

Data de Assinatura: 28 de junho de 2024

Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica e 3.3.90.40.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

Gestor: Sr. Sandro Aparecido Cristianini

Foro: Comodoro/MT

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 370/2024

PORTARIA Nº 370/2024

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 de 15 de dezembro de 2005 e 873/2020 de 30 de abril de 2020, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - Conceder o benefício Auxílio-doença, a servidora MARCIA DOS SANTOS MORAES, matricula nº 2116, efetiva no cargo de MONITORA DE CRECHE na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO E CULTURA, no período de 05/07/2024 e termino em 30/11/2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario, tendo seus efeitos retroagidos a 05/07/2024.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 8 dia do mês de agosto de 2024.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 369/2024

PORTARIA Nº 369/2024

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 de 15 de dezembro de 2005 e 873/2020 de 30 de abril de 2020, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - Conceder o benefício Auxílio-doença, a servidora LUCY MEIRE VALDERRAMAS DA SILVA, matricula nº 345, efetiva no cargo de TECNICO EM ENFERMAGEM, lotado na Secretaria Municipal de SAUDE, no período de 20/07/2024 e termino em 17/10/2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario, tendo seus efeitos retroagidos a 20/07/2024.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 8 dia do mês de agosto de 2024.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 029/2024

CONTRATANTE:A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA**

CONTRATADA: A empresa **AUTO POSTO FIUZA LTDA**

O presente termo aditivo tem como objeto A PRORROGAÇÃO DO PRAZO VIGENCIA CONTRATUAL, do contrato 029/2024 **FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA-MT**

O período de vigência se estenderá de **01/08/2024 até 01/10/2024**, conforme art. 57, II, Lei 8.666/1993.

Nova Lacerda, em 01 de agosto de 2024.

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 368/2024

PORTARIA Nº 368/2024

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 de 15 de dezembro de 2005 e 873/2020 de 30 de abril de 2020, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - Conceder o benefício Auxílio-doença, ao servidor JOSE ALVES FERREIRA, matricula nº 2176, efetivo no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS BRAÇAIS ,lotado na Secretaria Municipal de OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS, no período de 10/07/2024 e termino em 10/07/2025.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario, tendo seus efeitos retroagidos a 10/07/2024.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 8 dia do mês de agosto de 2024.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 362/2024

PORTARIA Nº 362/2024

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Complementar 042/2009 de 18 de agosto de 2009, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º -**Exonerar a partir de 01/08/2024, a servidora LIZIANE COSTA AEDO,** matricula 3043, do cargo em comissão de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE TESOURARIA E CONTABILIDADE.**

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria de Nomeação 149/2024 de 09/05/2024.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 01 de Agosto de 2024.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 367/2024

PORTARIA Nº 367/2024

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 de 15 de dezembro de 2005 e 873/2020 de 30 de abril de 2020, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - Conceder o benefício Auxílio-doença, a servidora ROSIMEIRE LINO FIUZA BINAS, matricula nº 37, efetiva no cargo de PROFESSORA DE MATEMATICA,lotada na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO E CULTURA, no período de 25/07/2024 e termino em 20/01/2025.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario, tendo seus efeitos retroagidos a 25/07/2024.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 8 dia do mês de agosto de 2024.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 365/2024

PORTARIA Nº 365/2024

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Complementar 042/2009 de 18 de agosto de 2009, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º **Nomear a partir de 02/08/2024**, a Senhor **MARCOS JOSÉ SILVA,** portador do CPF. n.º 010.071.631-86, para responder pelo cargo de provimento comissionado de **SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESPORTE E LAZER.**

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 02 dias do mês de Agosto de 2024.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO 2 º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 003/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUCAO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA NA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENÁGEM DE ÁGUA PLUVIAL NA AVENIDA MATO GROSSO NO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA - MT**.**

CONTRATADA: RODRIGO MATHEUS GUIMARÃES- EPP **CNPJ** 15.805.679/0001-63

ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE VIGENCIA E EXECUÇÃO

Assinatura: 13/08/2024

Data da Prorrogação: 12/11/2024

Nova Marilândia-MT, 14 de Agosto de 2024

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 070/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

OBJETOCONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ANÁLISES DE POTABILIDADE DE ÁGUA PARA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT.

CONTRATADA: BIOLAB ANALISE QUIMICA **CNPJ** 24.282.834/0001-03

ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA.

Assinatura: 29/07/2024

Data da Prorrogação: 28/02/2025

Nova Marilândia-MT, 14 de agosto de 2024

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO 1 º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 071/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA NA AMPLIAÇÃO DA GARAGEM NO PRONTO ATENDIMENTO DE NOVA MARILÂNDIA - MT.

CONTRATADA: RODRIGO MATHEUS GUIMARÃES- EPP **CNPJ** 15.805.679/0001-63

ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE VIGENCIA E EXECUÇÃO

Assinatura: 26/07/2024

Data da Prorrogação: 28/08/2024

Nova Marilândia-MT, 14 de Agosto de 2024

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

CAMARA MUNICIPAL
LEI Nº 1.310/2024

SÚMULA: ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVO À LEI MUNICIPAL Nº 263/2005, NO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE-MT.

MANOEL ZUFINO DA SILVA, Vereador Presidente da Câmara Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal manteve e promulga nos termos da Lei Orgânica do Município, a seguinte Lei:

Art. 1° - O art. 1º da Lei Municipal nº 263/2005 passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 1º. Fica mudado o nome da Vicinal 3 da MT – 417, passando a chamar-se HÉLIO NELCIDO PILGER., com base nas seguintes coordenadas geográficas:

a) Inicial**:** 10º8'53,319"S e 57º29'48,146"W

b) Final: 10º10'07,898"S e 57º29'37,994"W **"**

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Monte Verde/MT, 14 de Agosto de 2024.

MANOEL ZUFINO DA SILVA

VEREADOR PRESIDENTE

LICITACAO
MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT – EXTRATO PLANO DE AÇÃO DO PLANO DE TRABALHO Nº 001/2024 EXERCÍCIO 2024

MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT – Extrato Plano de Ação do Plano de Trabalho nº 001/2024 Exercício 2024

Termo de Parceria Nº 004/2022 - DATA 26/09/2022 - VIGÊNCIA 26/09/2027

Nome do Plano de Trabalho: "Permanecer para Crescer"

Custo Mensal do Plano de Ação R$ 494.000,00 (quatrocentos e noventa e quatro mil).

Nome da OSCIP: INSTITUTO DE PROMOÇÃO HUMANA E AMBIENTAL PAIAGUÁS – INSTITUTO PAIAGUÁS. Endereço: Rua Carrara, nº 28, Bairro Jardim Itália. Cidade: Cuiabá. UF: MT. CEP:78.060-745, E-mail: contato@institutopaiaguas.org.br. Tel.: (65) 3644-1685. Nome do responsável pelo projeto: ZILMARA RODRIGUES DA COSTA, RG nº 1762301-4 SSP/MT e CPF nº 028.371.691-61, Cargo/Função: Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

CAMARA
DECRETO Nº 67 DE 14 DE AGOSTO DE 2024

"Dispõe sobre intermissão referente ao feriado do dia da Assunção de Nossa Senhora de Nazaré".

LUÍS FELIPE ALVES DE CARVALHO, Presidente da Câmara Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais e,

Considerando o feriado da Assunção de Nossa Senhora de Nazaré, inserido na Lei n° 677 de 14 de julho de 2022.

DECRETA:

Art 1º - O Poder Legislativo terá seu funcionamento interrompido no dia 15 de agosto (quinta-feira).

Art 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Nova Nazaré/MT, 14 de agosto de 2024.

LUÍS FELIPE ALVES DE CARVALHO

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇAO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 002/2024/PMNO

CREDENCIAMENTO Nº. 001/2024/PMNO

PRAZOS: I- Entrega de envelopes na prefeitura: a partir do dia **09/02/2024 até 30 (trinta) dias uteis ates do termino da vigência do edital de credenciamento.**

II-Validade do edital de credenciamento 09/02/2025

III-Analise de documentos e divulgação do resultado: 10 (dez) dias uteis a partir do protocolo de entrega do envelope.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS/PROCEDIMENTOS DIAGNÓSTICOS COMPLEMENTARES. ESPECIFICAMENTE, SERÃO CONTEMPLADOS OS SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM, COMO RESSONÂNCIA MAGNÉTICA E TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO DE NOVA OLÍMPIA-MT, CONFORME ESTABELECIDO NO TERMO DE COMPROMISSO Nº 039/2023/SPCA

INFORMAÇÕES: PREFEITURA MUNICIPAL- 65-3332-1130

EDITAL DISPONIVEL EM: https://wwww.novaolimpia.mt.gov.br

UNIDADE GESTORA- 1114420- PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA/MT.

MOTIVO- ALTERAÇAO NO ITEM 4.2 RELATIVO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA **INFORMAÇOES:** 65-3332-1130/ licitacao@novaolimpía.mt.gov.br

INFORMAÇOES: 65-3332-1130/ licitacao@novaolimpía.mt.gov.br

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 048/2024/ PMNO PREGÃO ELETRONICO Nº. 020/2024/PMNO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇAO DE EMPRESA PARA PRESTAÇAO DE SERVIÇOS DE VIDRAÇARIA E GESSO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, DESTINADOS AOS ORGAOS PUBLICOS DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT

CRITÉRIO DE JULGAMENTO- MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA-ABERTO

BENEFICIO PARA ME/EPP/EQUIPARADAS- SIM

DATA -03/09/2024

HORA-09:00 horas –horário de Brasília

PREGOEIRO - Port. Municipal nº 208/2024

PLATAFORMA ELETRÔNICA PARA REALIZAÇÃO DO CERTAME-BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL – **BLL**

UNIDADE GESTORA- 1114420- PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA/MT

EDITAL DISPONIVEL EM: https://bll.org.br/ https://www.novaolimpia.mt.gov.br/Atos-Oficiais/Li...

INFORMAÇOES: 65-3332-1130/ licitacao@novaolimpía.mt.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL – PREGÃO ELETRONICO Nº 024/2024 - SRP

ÓRGÃO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA – ESTADO DE MATO GROSO.

OBJETO:

Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Uniformes Escolares, Tênis e Mochila Escolar para Serem Distribuídos aos Alunos da Rede Pública Municipal de Nova Santa Helena/MT.

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

BASE LEGAL:

Esse Pregão Presencial será regido pela Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS:

27 de agosto de 2024, as 08h30min (horário de Brasília/DF).

DATA DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS:

27 de agosto de 2024, após julgamento das propostas.

DISPOSIÇÕES:

A Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO ELETRONICO - SRP, com data de abertura prevista para o dia 27 de agosto de 2024, ás 08:30 horas/minutos (Horário de Brasília), na sala de licitações da Prefeitura Municipal, tendo como objeto o Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Uniformes Escolares, Tênis e Mochila Escolar para Serem Distribuídos aos Alunos da Rede Pública Municipal de Nova Santa Helena/MT. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, nos seguintes endereços eletrônicos: https://transparencia.agilicloud.com.br/prefnovasantahelenamt/publicacoes/14, www.novasantahelena.mt.gov.br (Ícone: Portal Transparência – Publicações – Pregão), e/ou www.portaldecompraspublicas.com.br.

Nova Santa Helena/MT, em 14 de agosto de 2024.

EDINALVA NUNES

Pregoeira Oficial

Publique-se

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 049/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA/MT.

PARTE CONTRATADA: MILHEIRO TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.770.853/0001-14

OBJETO: Contratação de empresa especializada em locação de jogos de mesas com cadeiras para suprir as necessidades nas realizações dos eventos culturais de Nova Helena/MT.

VALOR: R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)

VIGÊNCIA: 13/08/2024 ATÉ 31/12/2024

DATA DE ASSINATURA: 13/08/2024

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – CONCORRENCIA ELETRÔNICO Nº 002/2024

RESULTADO DE LICITAÇÃO – CONCORRENCIA ELETRÔNICO Nº 002/2024

A Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT, através de sua Autoridade Competente, o Sr. Prefeito Municipal, torna público o RESULTADO do julgamento referente a Concorrência Eletrônico nº 002/2024, cujo objeto é a Contratação de empresa para execução de Serviço de Capa Asfáltica em Tratamento Duplo (TSD) em Diversas Ruas no Município de Nova Santa Helena/MT, onde sagrou-se vencedora a seguinte empresa:

EMPRESA:

UNS-CONSTRUÇÕES REFORMAS E ALVENARIAS LTDA – CNPJ: 11.215.382/0001-97.

VALOR TOTAL DE R$ 538.354,70(Quinhentos e Trinta e Oito Mil, Trezentos e Cinquenta e Quatro Reais e Setenta Centavos).

Nova Santa Helena/MT, 14 de agosto de 2024.

PAULINHO BORTOLINI

Prefeito Municipal

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

DECRETO MUNICIPAL Nº 050/2024.

DECRETO MUNICIPAL Nº 050/2024.

DATA: 13 DE AGOSTO DE 2024.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona o seguinte Decreto**:**

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, nos termos do Artigo 41, inc. I da Lei Federal nº 4.320/64, para Reforço de dotações no Orçamento vigente do exercício de 2024 na seguinte dotação:

ÓRGÃO: 01 – CAMARA MUNICIPAL

Unidade: 001 - Câmara Municipal

Função: 01 – Legislativo

Subfunção: 031 – Ação Legislativa

Programa: 0001 – Processo Legislativo

Projeto/Atividade: 2001 – Manutenção do Legislativo Municipal

Natureza de Despesa:

Elemento Despesa	Descrição Elemento	Fonte	Valor
3.1.90.11.00	Vencimentos e vantagens Fixas	1.500.0000000	R$ 100.000,00
Total do Projeto/Atividade			**R$ 100.000,00**

Projeto/Atividade: 1027 – Constr.Reform./Ampl./Equip. do Prédio da Câmara

Natureza de Despesa:

Elemento Despesa	Descrição Elemento	Fonte	Valor
4.4.90.51.00	Obras e Instalações	1.500.0000000	R$ 550.000,00
4.4.90.52.00	Equipamentos Mat. permanente	1.500.0000000	R$ 350.000,00
Total do Projeto/Atividade			**R$ 900.000,00**

TOTAL .....R$ 1.000.000,00

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1º, serão utilizados os recursos provenientes de Anulação Total ou Parcial de Dotações em conformidade do artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei 4.320/64.

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade:.001 - Departamento de Ação e Promoção Social

Função: 08 - Assistência social

Subfunção: 122 - Administração geral

Programa: 0002 - Apoio A Gestão Governamental

Projeto/Atividade: 2005 - Manutenção de Ativ. da Secretaria de Assist. Social

Natureza de Despesa:

Red.	Elemento Despesa	Descrição Elemento	Fonte	Valor
092	3.3.90.37.00	Locação de Mão-de-obra	1.502.0000000	R$ 50.000,00
	Total do Projeto/Atividade			**R$ 50.000,00**

Função: 08 - Assistência social

Subfunção: 243 - Assistência à criança e ao adolescente

Programa: 0005 - Nova Ubiratã Mais Social

Projeto/Atividade: 2058 - Manutenção De Atividades Da Casa Lar

Natureza de Despesa:

Red.	Elemento Despesa	Descrição Elemento	Fonte	Valor
103	3.1.90.11.00	Vencimentos e vantagens Fixas	1.500.0000000	R$ 250.000,00
106	3.1.91.96.00	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	1.500.0000000	R$ 100.000,00
	Total do Projeto/Atividade			**R$ 350.000,00**

Unidade:.002 - Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 08 - Assistência social

Subfunção: 244 - Assistência comunitária

Programa: 0005 - Nova Ubiratã Mais Social

Projeto/Atividade: 2053 - Manut. Progr. Bolsa Família e do Cadastro Único

Natureza de Despesa:

Red.	Elemento Despesa	Descrição Elemento	Fonte	Valor
141	3.1.90.11.00	Vencimentos e vantagens Fixas	1.500.0000000	R$ 50.000,00
	Total do Projeto/Atividade			**R$ 50.000,00**

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade:.002 - Departamento De Administração Pedagógica

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino fundamental

Programa: 0006 - Nova Ubiratã Mais Educação

Projeto/Atividade: 2068 - Manutenção De Ativ. Do Qse - Quota Salário Educação

Natureza de Despesa:

Red.	Elemento Despesa	Descrição Elemento	Fonte	Valor
216	4.4.90.51.00	Obras e Instalações	1.550.0000000	R$ 122.484,08
	Total do Projeto/Atividade			**R$** 122.484,08

ÓRGÃO: 06 – SEC. OBRAS, TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS

Unidade:.001 - Departamento De Obras

Função: 04 - Administração

Subfunção: 122 - Administração geral

Programa: 0008 - Nova Ubiratã Moderna e Revitalizada

Projeto/Atividade: 1013 - Aquis. Veículos/Equip./Maq./Mat. Perm. Sec. Obras

Natureza de Despesa:

Red.	Elemento Despesa	Descrição Elemento	Fonte	Valor
285	4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	1.500.0000000	R$ 50.000,00
	Total do Projeto/Atividade			**R$** 50.000,00

Unidade: 003 - Departamento Rodoviário

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 782 - Transporte rodoviário

Programa: 0008 - Nova Ubiratã Moderna e Revitalizada

Projeto/Atividade: 2055 - Manutenção De Estradas Com Recursos Do FETHAB

Natureza de Despesa:

Red.	Elemento Despesa	Descrição Elemento	Fonte	Valor
329	3.3.90.30.00	Material de Consumo	1.759.0000700	R$ 300.000,00
	Total do Projeto/Atividade			**R$ 30**0.000,00

ÓRGÃO: 07 – SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 002 - Departamento De Gestão Plena Do Sistema De Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção básica

Programa: 0017 - Atenção Básica Em Saúde

Projeto/Atividade: 2084 - Manutenção de Atividades do Prog. Saúde da Família

Natureza de Despesa:

Red.	Elemento Despesa	Descrição Elemento	Fonte	Valor
437	3.3.90.08.00	Outros Benefícios Assistenciais do Servidor ou do Militar	1.500.1002000	R$ 77.515,92
	Total do Projeto/Atividade			R$ 77.515,92

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 13 DE AGOSTO DE 2024.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI Prefeito Municipal

Certifico que este decreto foi registrada e publicada por afixação no mural da Prefeitura Municipal na data de 13/08/2024.
FRANCINE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Administração
Decreto n° 001/2021

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 899/2024

PORTARIA Nº 899/2024

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de férias a **Belchior Cristino de Souza**, Fiscal Sanitário, matrícula funcional 27, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 10/3/2022 a 9/3/2023.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 16/9/2024 a 30/9/2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 13 de agosto de 2024.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 2.748, DE 14 DE AGOSTO DE 2024

LEI MUNICIPAL Nº 2.748, DE 14 DE AGOSTO DE 2024

***PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 010 DE 06 DE AGOSTO DE 2024.**

Denomina Bem Público Municipal e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a Ponte sobre o Córrego Voadeira na estrada MT 448 que liga o centro de Nova Xavantina ao Projeto de Assentamento Ilha do Coco com a seguinte denominação:

PONTE BENEDITO BRITO SANTANA – BENEDITO FERREIRA

Art. 2º - A Administração Municipal terá o prazo de 30 dias contados da sanção da presente Lei, para fixar placa denominativa no local.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de agosto de 2024.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

*** Projeto de autoria e redação do Legislativo Municipal.**

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 5.970, DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA
C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73
Município: NOVA XAVANTINA

Decreto Nº 5970, de 14 de agosto de 2024.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de NOVA XAVANTINA e autorização contida na Lei Municipal nº 2628/2023, de 12 de dezembro de 2023.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 1.200.000,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADE
12.001 - CIDADE
12.001.4.451.43.1035-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES R$1.200.000,00
2.701.0000000 (SF) - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS 1.200.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R$1.200.000,00
2.701.0000000 (SF) - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS 1.200.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO, 14 de agosto de 2024.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA Nº 05/CMAS/2024

ATA Nº 05/CMAS/2024
Ao primeiro dia do mês de agosto de 2024 reuniram na sala de reuniões virtual do google meet de Nova Xavantina as 16:30 os conselheiros nomeados pela portaria nº 653/2024 e portaria nº 866.2024 que altera a composição do conselho municipal de Assistência Social, em reunião extraordinária com a seguinte pauta: 1- Eleição de presidente, vice-presidente e posse do secretário executivo. A convocação para reunião foi enviada aos conselheiros no grupo de trabalho específico a este fim. Iniciando a reunião, a secretária executiva dos conselhos – Sra. Núbia Alencar Vilella – desejou a todos boas vindas e agradeceu pela disponibilidade em participar deste espaço, estando presentes: Manuella Napolis Monteiro; Wanderson Ferreira Clemente, Terezinha de Jesus de Andrades, Luciana Filizardo Galvão, Marcilene Leite de Queiroz e Cádia Angela Berti. Após apresentações Núbia trouxe informações da ordem do dia, que neste momento será apresentado os candidatos a presidente e vice e passou a palavra aos candidatos. Com uma explanação objetiva a secretaria executiva fez apresentação da candidata a presidente a Sra. Luciana Filizardo Galvão e como vice presidente a Sra. Marcilene Leite Queiroz , passando a palavra aos candidatos, momento em que a Sra. Luciana agradeceu o convite para ser parte deste conselho e coloca o seu nome a disposição para assumir o cargo, agradecendo a indicação e confiança deste conselho municipal de assistência social. Sra. Marcilene também colocou-se a disposição para colaborar e passamos a discussão, com a Sra. Terezinha parabenizando Luciana pela iniciativa e afirmando confiar em seu trabalho se coloca a disposição para colaborar, Wanderson, Cádia e Manuella também fizeram falas agradecendo e parabenizando Luciana pela candidatura e iniciativa de colaborar. Luciana e Marcilene, foram eleitas como presidente e vice (respectivamente) com unanimidade entre os conselheiros presentes. Após eleição passamos para a posse da conselheira executiva, a presidente eleita informou que deseja que esta secretaria permaneça no cargo desenvolvendo as atividades pertinentes ao cargo e assim, deu posse a secretaria executiva Nubia S. de Alencar Vilella. Finalizando a pauta do dia, a presidente Luciana agradeceu a todos pela confiança em seu trabalho e declarou contar com a colaboração dos conselheiros para realizar um trabalho significativo em prol da secretaria municipal de assistência social e os moradores de Nova Xavantina. Nada mais foi dito, encerro a presente ata com assinatura de todos os presentes e desta secretaria executiva que lavrou este documento.
Luciana Filizardo Galvão
Presidente do CMAS
Marcilene Leite de Queiroz
Vice Presidente do CMAS
Manuella Napolis Monteiro
Conselheira- Representante da SMAS
Cádia Angela Berti
Conselheira - Rep. Trabalhadores da SMAS
Terezinha de Jesus de Andrades
Conselheira - Representante das entidades - CEFEM
Wanderson Ferreira Clemente
Conselheiro - Rep.da Sec. Municipal de Educação
Núbia Silva de Alencar Vilella
Secretária Executiva dos Conselhos

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 5.967, DE 13 DE AGOSTO DE 2024.

DECRETO Nº 5.967, DE 13 DE AGOSTO DE 2024.

Dispõe sobre a incorporação do Adicional de Qualificação ao vencimento, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe legais que confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores; de acordo com o Decreto n.º 4.495, de 14 de fevereiro de 2022, que *regulamente Lista de Cursos para fins de pagamento do Adicional de Qualificação* e alterações posteriores; e demais legislação que trata da matéria; considerando que foi realizada o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro (artigo 16 da Lei Complementar 101/2000) – nº 55/2024*** e a ***Estimativa do Impacto Orçamentário/Financeiro para Gasto com Pessoal – nº 55/2024***; **Decreta**:

Art. 1º Fica incorporado, definitivamente, à remuneração do(a) servidor(a) público(a) municipal**Sebastião Felipe de Oliveira**, Técnico em Contabilidade, matrícula funcional 21, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Administração, a importância equivalente a 20% (vinte por cento) do salário base do cargo, referente ao Adicional de Qualificação ao seu vencimento (2º Adicional de Qualificação – Pós Graduação), para todos os efeitos legais, período 17/5/2021 a 16/5/2024.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 13 de agosto de 2024.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 5.966, DE 13 DE AGOSTO DE 2024.

DECRETO Nº 5.966, DE 13 DE AGOSTO DE 2024.

Dispõe sobre a concessão de Promoção de Classe, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto art. 19 da Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de janeiro de 2021, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores; de acordo com a Lei Municipal n.º 2.470, de 14 de dezembro de 2022, que *Dispõe sobre o Plano de Cargo, Carreira e Subsídios da Administração Direta do Poder Executivo de Nova Xavantina e dá outras providências* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; amparado pela Lei Municipal nº 2.661, de 6 de fevereiro de 2024*Altera dispositivos constantes na Lei Municipal nº 2.470/2022 que dispõe sobre o Plano de Cargo, Carreira e Subsídios da Administração Direta do Poder Executivo de Nova Xavantina e dá outras providências;* considerando que foi realizado a ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro (artigo 16 da Lei Complementar 101/2000) – nº 55/2024*** e a ***Estimativa do Impacto Orçamentário/Financeiro para Gasto com Pessoal – nº 55/2024***; **Decreta**:

Art. 1º Concede **Promoção de Classe** ao servidor público municipal, abaixo relacionado:

Matrícula	Nome/Cargo/Secretaria	Classe/Nível
1691	Noemi Vedovatto Bonfanti Agente Administrativo Secretaria Municipal de Saúde	A-8 para B-5

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 13 de agosto de 2024.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 5.965, DE 13 DE AGOSTO DE 2024.

DECRETO Nº 5.965, DE 13 DE AGOSTO DE 2024.

Dispõe sobre a concessão de Promoção de Classe, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de janeiro de 2021, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores; de acordo com a Lei Municipal n.º 2.470, de 14 de dezembro de 2022, que *Dispõe sobre o Plano de Cargo, Carreira e Subsídios da Administração Direta do Poder Executivo de Nova Xavantina e dá outras providências* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; considerando que foi re-

alizado a ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro (artigo 16 da Lei Complementar 101/2000) – nº 55/2024*** e a ***Estimativa do Impacto Orçamentário/Financeiro para Gasto com Pessoal – nº 55/2024***; **Decreta**:

Art. 1º Concede **Promoção de Classe** aos servidores públicos municipais, abaixo relacionados:

Matrícula	Nome/Cargo/Secretaria	Classe/ Nível	Período aquisitivo	Retroativo
4512	**Osmar Souza Farias Junior** Assistente Social Secretaria Municipal de Saúde	A-2 para B-2	1ª Promoção de classe	6/2024
4263	**Marcelo Gomes Ferreira** Assistente Administrativo Contabilidade Geral	B-3 para C-3	14/7/2021 a 13/7/ 2024	7/2024
4515	**Dhyessica Lidia Thome** Técnico de Laboratório Secretaria Municipal de Saúde	A-2 para B-2	1ª Promoção de classe	7/2024
4257	**Marina Angélica Marca** Assistente Administrativo Secretaria Municipal de Administração	B-3 para C-3	16/7/2021 a 15/7/ 2024	7/2024

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 13 de agosto de 2024.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 5.964, DE 13 DE AGOSTO DE 2024.

DECRETO Nº 5.964, DE 13 DE AGOSTO DE 2024.

Dispõe sobre a concessão de Promoção de Classe, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de janeiro de 2021, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores, de acordo com a Lei Municipal n.º 2.337, de 21 de dezembro de 2021, que ***Institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências*** e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; considerando que foi realizado a ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro (artigo 16 da Lei Complementar 101/2000) – nº 55/2024*** e a ***Estimativa do Impacto Orçamentário/Financeiro para Gasto com Pessoal – nº 55/2024***; **Decreta**:

Art. 1º Concede **Promoção de Classe** a(o) servidor(a) pública(a) municipal **Letícia Lorrine Dutra Ramalho Neves**, Técnico Administrativo Educacional - TAE, matrícula funcional 4299, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação, da(o) Classe/Nível B-3 para a(o) Classe/Nível C-3, período aquisitivo 4/6/2021 a 3/6/2024, retroativo a 6/2024.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 13 de agosto de 2024.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 5.963, DE 13 DE AGOSTO DE 2024.

DECRETO Nº 5.963, DE 13 DE AGOSTO DE 2024.

Dispõe sobre a concessão de Promoção de Classe, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de janeiro de 2021, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores; de acordo com a Lei Municipal n.º 2.470, de 14 de dezembro de 2022, que *Dispõe sobre o Plano de Cargo, Carreira e Subsídios da Administração Direta do Poder Executivo de Nova Xavantina e dá outras providências* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; considerando que foi realizado a ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro (artigo 16 da Lei Complementar 101/2000) – nº 55/2024*** e a ***Estimativa do Impacto Orçamentário/Financeiro para Gasto com Pessoal – nº 55/2024***; **Decreta**:

Art. 1º Concede **Promoção de Classe** aos servidores públicos municipais, abaixo relacionados:

Matrícula	Nome/Cargo/Secretaria	Nível	Período Aquisitivo	Retroativo
1967	**Maria Aparecida Alves de Souza** Agente Comunitário de Saúde Secretaria Municipal de Saúde	A-5 para A-6	5/9/2020 a 4/9/ 2023	9/2023
4540	**Sirlene Dias Soares** Assistente Administrativo Contabilidade Geral	A-1 para A-2	10/8/ 2021 a 9/ 8/2024	
4541	**Luciana Filizardo Galvão** Assistente Administrativo Secretaria Municipal de Assistência Social	A-1 para A-2	17/8/ 2021 a 16/8/ 2024	
4542	**Narriman Bueno de Melo** Assistente Administrativo Secretaria Municipal de Saúde	A-1 para A-2	17/8/ 2021 a 16/8/ 2024	
965	**Nilton Martins de Carvalho** Pedreiro Secretaria Municipal de Infraestrutura	B-6 para B-7	22/8/ 2021 a 21/8/ 2024	
4543	**Ana Maria Rodrigues Duarte** Assistente Administrativo Secretaria Municipal de Turismo e Cultura	A-1 para A-2	20/8/ 2021 a 19/8/ 2024	

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 13 de agosto de 2024.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 5.962, DE 13 DE AGOSTO DE 2024.

DECRETO Nº 5.962, DE 13 DE AGOSTO DE 2024.

Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei Municipal n.º 2.337, de 21 de dezembro de 2021, que *Institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de janeiro de 2021, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e*

das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT, e suas alterações posteriores, considerando que foi realizada o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro (artigo 16 da Lei Complementar 101/2000) – nº 55/2024*** e a ***Estimativa do Impacto Orçamentário/Financeiro para Gasto com Pessoal – nº 55/2024***; **Decreta**:

Art. 1º Concede **Progressão Funcional** a servidores públicos municipais lotados junto a Secretaria Municipal de Educação, conforme discriminados abaixo:

Matrícula	Nome/Cargo/Secretaria	Nível/ Classe	Período Aquisitivo	Retroativo
4306	**Flavia Souza Santos Martins** Apoio Administrativo Educacional - Manutenção Infraestrutura	B-2 para B-3	02/07/2021 a 01/07/2024	7/2024
3669	**Maria Aparecida Pereira dos Santos** Apoio Administrativo Educacional -Manutenção Infraestrutura	B-4 para B-5	03/07/2021 a 02/07/2024	7/2024
4316	**Weyla Rosicler da Silva Dendena** Professora	B-2 para B-3	09/08/2021 a 08/08/2024	

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 13 de agosto de 2024.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 5.961, DE 13 DE AGOSTO DE 2024.

DECRETO Nº 5.961, DE 13 DE AGOSTO DE 2024.

Dispõe sobre reenquadramento - mudança de tabela, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de janeiro de 2021, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores, de acordo com a Lei Municipal n.º 2.337, de 21 de dezembro de 2021, que ***Institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências*** e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; considerando que foi realizada o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro (artigo 16 da Lei Complementar 101/2000) – nº 55/2024*** e a ***Estimativa do Impacto Orçamentário/Financeiro para Gasto com Pessoal – nº 55/2024***; **Decreta**:

Art. 1º Reenquadrar – mudar de tabela os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Educação:

Matrícula	Nome/Cargo/Secretaria	Tabela	Classe/ Nível	Retroativo
4309	Cleibiana Rodrigues de Sousa Apoio Administrativo Educacional - Manutenção Infraestrutura	Tabela não profissionalizado para profissionalizado	B-3	5/2024
4052	Jania Maria Filizardo Galvão Alves Técnico Educacional em Desenvolvimento Infantil	Tabela não profissionalizado para profissionalizado	B-3	abril a junho/2024

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 13 de agosto de 2024.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 903/2024

PORTARIA Nº 903/2024

Dispõe sobre a nomeação de fiscais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e demais legislação que trata da matéria; e,

Considerando o Contrato de nº **058/2024** firmado entre o **Município de Nova Xavantina** e a empresa **Associação Atame Educacional e Concursos,** que tem por objeto *contratação de empresa para prestação de serviços especializados de planejamento, organização e realização de concurso público de provas e títulos para seleção de candidatos para provimento de vagas em cargos de nível superior e de nível médio da Prefeitura Municipal de Nova Xavantina-MT, com o fornecimento de recursos materiais e humanos e a execução de todas as atividades envolvidas e correlatas, em especial com a elaboração, impressão, aplicação e correção das provas, assim com toda e qualquer logística necessária a execução dos serviços* – **Dispensa 006/2024***;* **resolve:**

Art. 1º Nomear o servidor público municipal, abaixo relacionado, para atuar(em) como fiscal(is) do Contrato de nº **058/2024**, **em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:**

I – Rhudyeris Avelino Gonçalves, Técnico em Edificações, matrícula funcional 4914;

II – Thiago de Souza Poubel, Analista Administrativo, matrícula funcional 5177;

III – Dorival Barros de Carvalho, Técnico Administrativo Educacional – Profissionalizado, matrícula funcional 3696..

Art. 2º *Delegar atribuições e competências constantes* do Contrato de nº **058/2024** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 13 de Agosto de 2024.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 902/2024

PORTARIA Nº 902/2024

Dispõe sobre a nomeação de fiscais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e demais legislação que trata da matéria; e,

Considerando as **Atas nºs 028/2024, 029/2024, 030/2024, 031/2024, 032/2024, 033/2024, 034/2024, 035/2024, 036/2024, 037/2024, 038/2024, 039/2024, 040/2024, 041/2024, 042/2024, 043/2024, 044/2024, 045/2024, 046/2024, 047/2024, 048/2024, 049/2024, 050/2024, 051/2024, 052/2024, 053/2024, 054/2024, 055/2024/, 056/2024/ 057/2024, 058/2024, 059/2024, 060/2024** e **061/2024** firmadas entre o **Município de Nova Xavantina** e as empresas **C. A Distribuidora de Produtos Hospitalares Eirelli – ME,**

Comercial Mark Atacadista Ltda, Conquista Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Eirelli, Distribuidora de Medicamentos Backes Ltda, Supermedica Distribuidora Hospitalar Eirelli, Maeve Produtos Hospitalares Ltda, JM de Paula Produtos Farmacêuticos Ltda, Inovações Comércio de Medicamentos e Produtos para Saúde Ltda, Inovamed Hospitalar Ltda, Distribuidora Brasil CML de Produtos Médicos Hospitalares Ltda, Nova Medicamentos Ltda, Ativa Médico Cirúrgica Eirelli, Med Center Comercial Ltda, Novasul Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, Distrimix Distribuidora de Medicamentos Ltda, CMH – Central de Medicamentos – Eirelli, Multihosp Comercial de Produtos Hospitalares Ltda, Dimaster Comércio Produtos Hospitalares Ltda, Santisa Laboratório Farmacêutico S.A., Onmed Distribuidora de Medicamentos Ltda, Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, Medicamentos de AZ Eirelli, Promefarma Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda, Kasmedi Distribuidora de Medicamentos Ltda, Fia Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, Dimeva Distribuidora e Importadora Ltda, Nova Oeste Distribuidora de Medicamentos Ltda, Distribuidora de Medicamentos Intramed Ltda, Metta Farmacêutica Ltda, JT Medicamentos Ltda, Royal Med Hospitalar Ltda – ME, GoldenPlus – Comércio de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda, Anjomedi Distribuidora de Medicamentos Ltda e **Vasconcelos Indústria Farmacêutica e Comércio Ltda** que tem por objeto *registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender a Farmácia Básica e Hospital Municipal* –**Pregão Eletrônico 008/2024***;* **resolve:**

Art. 1º Nomear os servidores públicos municipais, abaixo relacionado, para atuar(em) como fiscal(is) das **Atas nºs 028/2024, 029/2024, 030/2024, 031/2024, 032/2024, 033/2024, 034/2024, 035/2024, 036/2024, 037/2024, 038/2024, 039/2024, 040/2024, 041/2024, 042/2024, 043/2024, 044/2024, 045/2024, 046/2024, 047/2024, 048/2024, 049/2024, 050/2024, 051/2024, 052/2024, 053/2024, 054/2024, 055/2024/, 056/2024/ 057/2024, 058/2024, 059/2024, 060/2024 e 061/2024**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:

I – Afannazio Jazadji Ferreira Berto, Diretor da Atenção Primária à Saúde, matrícula funcional 4124;

II – Anita Juliana Machado Coelho, Farmacêutica, matrícula funcional 594;

III – Danuza Prisyla de Sousa, Biomédica, matrícula funcional 3522;

IV – Dhyessica Lidia Thome. Técnica de Laboratório, matrícula funcional 4515;

V – Genecy Queiroz Schossler, Atendente, matrícula funcional 34;

VI – Katia Regina Batista, Assistente Administrativo, matrícula funcional 3616;

VII – Marcos Paulo Martins Barros, Assistente Social, matrícula funcional 4628;

VIII – Marta Vicentini, Farmacêutica, matrícula funcional 4891.

Art. 2º *Delegar atribuições e competências constantes* das **Atas nºs 028/2024, 029/2024, 030/2024, 031/2024, 032/2024, 033/2024, 034/2024, 035/2024, 036/2024, 037/2024, 038/2024, 039/2024, 040/2024, 041/2024, 042/2024, 043/2024, 044/2024, 045/2024, 046/2024, 047/2024, 048/2024, 049/2024, 050/2024, 051/2024, 052/2024, 053/2024, 054/2024, 055/2024/, 056/2024/ 057/2024, 058/2024, 059/2024, 060/2024** e **061/2024**, e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 13 de Agosto de 2024.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 901/2024

PORTARIA Nº 901/2024

Dispõe sobre a concessão de Licença Médica, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT* e alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º De acordo com o *Laudo de Inspeção de Saúde*, lavrado em 6 de agosto de 2024, pelo médico Leandro Daniel Dionezio, **deferir licença médica** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Keila Pereira Umbelino**, Técnico Educacional em Desenvolvimento Infantil - TEDI, matrícula funcional 4055, Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 5/8/2024 a 11/8/2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 13 de agosto de 2024.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 900/2024

PORTARIA Nº 900/2024

Dispõe sobre a concessão de ***licença maternidade*** *e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Civis do Município* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 180 (cento e oitenta) dias de *licença maternidade* a servidora pública municipal **Marta Vicentini**, Farmacêutica, matrícula funcional 4891, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde**.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 5/8/2024.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 13 de agosto de 2024.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 898/2024

PORTARIA Nº 898/2024

Dispõe sobre a nomeação de ***Tagores Junior Silva de Oliveira*** *e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; de acordo com o resultado final do **Concurso Público Municipal nº 001/2024**, em conformidade com a Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021, que *dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis*

do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências e suas alterações posteriores; **de acordo com** Lei Municipal nº 2.470/2022 que *dispõe sobre o Plano de Cargo, Carreira e Subsídios da Administração Direta do Poder Executivo de Nova Xavantina e dá outras providências* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria;

Considerando que o(a) candidato(a) foi aprovado(a) em Concurso Público Municipal, ficando **classificado(a) em 1º lugar** para o cargo de **Motorista**;

Por fim, considerando a viabilidade do pleito conforme o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro (artigo 16 da Lei Complementar 101/2000) – nº 54/2024***; **resolve**:

Art. 1º Nomear ***Tagores Junior Silva de Oliveira*** para exercer em estágio probatório as funções do cargo de **Motorista**, fazendo jus ao vencimento inicial da função.

Parágrafo único. No termos do § 1º do art. 18 da Lei Municipal n.º 2.340/2021 e suas alterações posteriores, o(a) candidato(a) de que trata o *caput* deste artigo, terá 30 (trinta) dias para tomar posse, contados da publicação do ato de nomeação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 13 de agosto de 2024.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 897/2024

PORTARIA Nº 897/2024

Dispõe sobre a conversão de licença prêmio por assiduidade de servidores públicos municipais em abono pecuniário, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2022 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; de acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro (artigo 16 da Lei Complementar 101/2000) – nº 55/2024*** e a ***Estimativa do Impacto Orçamentário/Financeiro para Gasto com Pessoal – nº 55/2024***; **resolve:**

Art. 1º Converter licença prêmio por assiduidade em abono pecuniário dos servidores públicos municipais, abaixo relacionados:

Matrícula	Nome/Cargo/Secretaria	Quantidade de dias	Período Aquisitivo
3889	Lilian da Rocha Enfermeira Secretaria Municipal de Saúde	30	15/4/2019 a 14/4/2024
1	Adão Carvalho Costa Agente Administrativo Secretaria de Gabinete do Prefeito	30	12/4/2019 a 11/4/2024
4270	Fabio Junior Lopes de Almeida Apoio Administrativo Educacional – Transporte Escolar Secretaria Municipal de Educação	90	4/6/2018 a 3/6/2023
1685	Adelino Moreira Martins Apoio Administrativo Educacional – Vigilância Secretaria Municipal de Educação	90	26/9/2017 a 25/9/2022

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 13 de agosto de 2024.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 896/2024

PORTARIA Nº 896/2024

Dispõe sobre a conversão de férias de servidores públicos municipais em abono pecuniário, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2022 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; de acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro (artigo 16 da Lei Complementar 101/2000) – nº 55/2024*** e a ***Estimativa do Impacto Orçamentário/Financeiro para Gasto com Pessoal – nº 55/2024***; **resolve:**

Art. 1º Converter férias em abono pecuniário dos servidores públicos municipais, abaixo relacionados:

Matricula	Nome/Cargo/Secretaria	Quantidade de dias	Período Aquisitivo	
4329	**Josimar Pires da Silva** Contador Contabilidade Geral	20	3/11/2021 até 29/11/2022	pgto em 2 parcelas, sendo: 8/24 e 9/24
4102	**Ingrid Sandy Martins Gomes** Assistente Administrativo/Gerente de Gestão de Pessoas Secretaria Municipal de Administração	20	1/6/2023 até 31/5/2024	
5127	**Eldys Silva Valadão** Analista Administrativo Secretaria Municipal de Finanças	20	26/5/2023 até 25/5/2024	
4931	**Arinos Oliveira Serpa** Fiscal de Tributos/Chefe de Direção de Projetos e Licenciamento Ambiental Secretaria Municipal de Ambiente e Desenvolvimento	20	20/9/2022 até 19/9/2023	
4237	**Aline França da Silva Oliveira** Técnico de Enfermagem - 40h Secretaria Municipal de Saúde	15	18/5/2022 até 17/5/2023	
4261	**Samara Maria dos Reis Dantas** Assistente Administrativo Secretaria Municipal de Saúde	20	4/6/2023 até 3/6/2024	
212	**Vanderluiz Dias Matos** Auxiliar de Serviços Gerais Secretaria Municipal da Cidade	20	22/3/2023 até 21/3/2024	
5141	**Carlos Antonio Cunha Resenha** Secretário Municipal de Infraestrutura Secretaria Municipal de Infraestrutura	20	31/5/2023 até 30/5/2024	
4915	**Cesar Barbosa de Almeida** Direção de Estradas Vicinais Secretaria Municipal de Infraestrutura	20	18/8/2022 até 17/8/2023	
3675	**Irislane da Silva Lima** Gari Secretaria Municipal da Cidade	20	3/7/2023 até 2/7/2024	
353	**Wilmar Teixeira de Lima** Auxiliar de Serviços Gerais Secretaria Municipal da Cidade	20	17/7/2023 até 16/7/2024	
1105	**Zildene Ferreira de Miranda** Atendente Secretaria Municipal de Administração	20	5/5/2023 até 4/5/2024	
102	**Jane Katia Ribeiro** Atendente Secretaria Municipal da Cidade	20	5/5/2023 até 4/5/2024	
784	**Solange Cavalcante Barros** Auxiliar de Serviços Gerais Secretaria Municipal da Cidade	20	7/4/2023 até 6/4/2024	
53	**Valteri Araújo da Silva** Agente de Vigilância Secretaria Municipal da Cidade	20	10/3/2022 a 9/3/2023	

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 13 de agosto de 2024.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO PORTARIA N°281/2024

PORTARIA N°281/2024

Concede Férias à servidora lotada na área da Secretaria Municipal de Saúde.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado do Mato Grosso, **Sr. Silvano Pereira Neves,** no uso de suas atribuições que, Confere-lhe o Art.45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora **Rita Aparecida Vieira,** brasileira, maior, portadora da matrícula nº90, lotada na **Secretaria Municipal de Saúde,** no cargo de Zeladora**,** referente ao período aquisitivo de 2023/2024, a partir do dia 14/08/2024 à 12/09/2024, com retorno aos trabalhos no dia 13/09/2024.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrários.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 14 de agosto de 2024.

SILVANO PEREIRA NEVES

PrefeitoMunicipal

LETICIA JAMARIQUELI CASTILHO

Secretária Municipal de Administração e Planejamento

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ERRATA 1º TERMO DE REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 144/2023

Nas publicações do dia 14 de agosto de 2024 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios AMM, ano XIX, nº 4.548, página: 356.

Página 356 Onde lê:

PREGÃO ELETRONICO: 012/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATORIO: 015/2023

Página 356 Lê se:

PREGÃO ELETRONICO: 022/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATORIO: 030/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2024 - AUDIOVISUAL E OUTRAS ÁREAS DA CULTURA. EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2024 - AUDIOVISUAL E OUTRAS ÁREAS DA CULTURA.

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO)

EDITAL Nº 01/2024 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER

Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados por meio da Lei Complementar nº 195/2022 - Lei Paulo Gustavo.

A Lei Paulo Gustavo viabiliza o maior investimento direto no setor cultural da história do Brasil e simboliza o processo de resistência da classe artística durante a pandemia de Covid-19, que limitou severamente as atividades do setor cultural.

É, ainda, uma homenagem a Paulo Gustavo, artista símbolo da categoria, vitimado pela doença.

As condições para a execução da Lei Paulo Gustavo foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do município de **Novo Mundo - MT.**

Deste modo, a Prefeitura Municipal de Novo Mundo através Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer torna público o presente edital elaborado com base na Lei Complementar 195/2022, no Decreto 11.525/2023 e no Decreto 11.453/2023.

Na realização deste edital estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas, fundamentado na previsão do Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023 (Decreto de Regulamentação da Lei Paulo Gustavo), em seus artigos 14, 15 e 16.

1. OBJETO

1.1 - O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais referentes a Lei Paulo Gustavo, Audiovisual e Demais áreas culturais, para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no item 19, por meio da celebração de Termo de Execução Cultural, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do município de Novo Mundo - MT, a serem executados no prazo de 4 meses (**set. out. nov. dez.**).

2. VALORES

2.1 O valor total disponibilizado para este Edital é de R$ 48.250,42 (quarenta e oito mil duzentos e cinquenta e quarenta e dois centavos) para apoio a ações de audiovisual e R$ R$ 42.822,48 (quarenta e dois mil oitocentos e vinte e dois e quarenta e oito centavos) para apoio à outras ações nas demais áreas da cultura.

2.2 A despesa correrá à conta no seguinte órgão:

Órgão	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer.
Função	Cultura
Atividade	Seleção de Projetos Culturais para Produções Audiovisuais art. 6º, I, II E III– Lei Paulo Gustavo e demais demandas da cultura - Artigo 8º

2.3 - Este edital poderá ser suplementado, caso haja interesse público e disponibilidade orçamentária suficiente.

3. QUEM PODE SE INSCREVER

3.1 - Pode se inscrever no edital qualquer agente cultural que comprovadamente seja residente e atue artisticamente no município de Novo Mundo no mínimo há (01) um ano;

3.2 O artista proponente deve residir e desenvolver atividades no município no mínimo (01) um ano.

3.3 As pessoas jurídicas com e sem fins lucrativos devem ser sediadas e possuir domicílio fiscal obrigatoriamente em Novo Mundo;

3.4 - Em regra, o agente cultural pode ser:

I - Pessoa física;

II Microempreendedor Individual (MEI)

III - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte etc.)

IV - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa etc.)

V - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.

3.5 O proponente é o agente cultural responsável por planejar, executar e prestar contas sobre as atividades culturais.

3.6 Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo II.

3.7 O proponente poderá ser remunerado desde que desempenhe funções e integre a equipe diretamente envolvida no projeto, devendo exercer necessariamente a função de criação, direção, produção, coordenação, gestão artística ou outra função de destaque e capacidade de decisão no projeto.

3.8 Será aceito somente um projeto por proponente, não sendo possível a inscrição e seleção de mais de uma proposta, mesmo que em categorias diferentes.

4. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER

4.1 Pessoas físicas ou jurídicas inadimplentes e/ou em débito nas esferas municipais, estaduais e federais;

4.2 Ações cujo objeto principal não seja exclusiva e estritamente de finalidade cultural;

4.3 Produtores culturais não residentes e domiciliados em Novo Mundo, ou que não atuem a pelo menos um ano no município;

4.4 Ações culturais que tenham por finalidade divulgar as atribuições de outras Secretarias do Município;

4.5 Ações culturais que tenham por objetivo promover o mesmo evento ou as atividades paralelas, correlatas e periféricas a este;

4.6 Propostas que expressem quaisquer formas de preconceitos ou que promovam o desrespeito aos direitos humanos;

4.7 Proponentes em atraso na entrega da prestação de contas de projetos de outros editais;

4.8 Proponente Pessoa Física menor de 18 (dezoito) anos;

4.14 Membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).

5. COTAS

5.1 - Ficam garantidas cotas étnico-raciais em todas as categorias do edital, nas seguintes proporções:

a) no mínimo 20% para pessoas pretas e/ou pardas; e

b) no mínimo 10% para pessoas indígenas e quilombolas.

c) no mínimo 10% para pessoa com deficiência (PCD).

5.2 - Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas pretas e/ou pardas, indígenas e PCDs ou concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja, concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.

5.3 Os agentes culturais pretos e/ou pardos, indígenas e PCDs optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

5.4 - Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

5.5 - No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.

5.6 - Caso não haja outra categoria de cotas de que trata o item 5.1, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

5.7 - Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão auto declarar-se no ato da inscrição usando a autodeclaração étnico-racial de que trata o ANEXO IV.

5.8 - As pessoas jurídicas e coletivos sem constituição jurídica podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:

I – Pessoas jurídicas que possuem quadro societário majoritariamente composto por pessoas pretas e/ou pardas, indígenas e PCDs;

II – Pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem constituição jurídica que possuam pessoas pretas e/ou pardas, indígenas e PCDs em posições de liderança no projeto cultural;

III – Pessoas jurídicas ou coletivos sem constituição jurídica que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas pretas e/ou pardas, indígenas e PCDs;

IV – Outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas pretas e/ou pardas, indígenas e PCDs na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.

5.9 - As pessoas físicas que compõem a equipe da pessoa jurídica e o grupo ou coletivo sem constituição jurídica devem se submeter aos regramentos descritos nos itens acima.

6. PRAZO PARA SE INSCREVER

6.1 - Para se inscrever no Edital, o proponente deve encaminhar toda documentação obrigatória relatada no item 7, entre os dias **15/08/24 a 05/09/24.**

7. DA INSCRIÇÃO

7.1 - As inscrições poderão ser realizadas por pessoas físicas e jurídicas por meio de formulário de inscrição (ANEXO I), preenchimento dos demais anexos e documentos descritos neste edital, que deverão ser protocolados na sede da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer ou em formato PDF pelo e-mail (sec.educacao@novomundo.mt.gov.br) usando o título INSCRIÇÃO NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2024, no período das 07h do dia 15/08/2024 até às 17h do dia 05/09/2024.**(NECESSARIO TRAZER TODA A DOCUMENTAÇÃO IMPRESSA, CASO A INSCRIÇÃO FOR FEITA PRESENCIAL, A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER NÃO SE RESPPONSABILIZA POR TIRAR CÓPIAS, OU REALIZAR A IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS).**

7.2 - Cada proponente poderá apresentar apenas uma inscrição/proposta para este edital;

7.3 - Os direitos conexos dos repertórios declarados como autorais são de inteira responsabilidade do proponente.

7.4 - Todas as necessidades técnicas, assim como o local para a realização da atividade proposta são de inteira responsabilidade do proponente;

7.5 - Todas as autorizações de exibições cinematográficas, ou quaisquer obras não autorais, são de inteira responsabilidade do proponente.

7.6 - O proponente deverá anexar a seguinte documentação para formalizar sua inscrição:

a) **Em caso de pessoa Jurídica**: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades, bem como ata de eleição e posse da atual diretoria ou Certificado do MEI- CCMEI, se for o caso (necessário ser domiciliado em Novo Mundo, MT);

b) **Em caso de pessoa física e jurídica**: do representante legal, artista e proponente, documento com registro Geral único, ou carteira de Identidade expedida por Secretaria de Segurança Pública de qualquer estado (UF), ou por Comando Militar, por Ex-Ministério Militar, pelo Corpo de Bombeiros, pela Polícia Militar, ou por órgão fiscalizador do exercício de profissão regulamentada por lei; Carteira Nacional de Habilitação — CNH, expedida pelo DETRAN; Passaporte brasileiro, emitido pela Polícia Federal ou pelo Ministério das Relações Exteriores; Carteira de identidade do indígena; Declaração da FUNAI que ateste a veracidade dos dados pessoais de indígena não integrado, DESDE QUE reconhecido por Lei Federal como válido em todo território nacional;

c) Comprovante de endereço atual da pessoa jurídica e comprovante de endereço atual, nos últimos 6 meses (A comprovação poderá ser através de fatura de energia elétrica, água, telecomunicação fixa ou móvel, correspondência expedida por órgãos oficiais das esferas Federal, Estadual ou Municipal, no próprio documento, correspondência expedida por instituições bancárias, públicas ou privadas; Caso não possua comprovante de endereço no próprio nome ou do(a) proponente, poderá ser enviado no nome de outra pessoa que compartilhe residência, neste caso, deverá ser incluído o ANEXO V (DECLARAC?ÃO DE ENDEREC?O EM NOVO MUNDO ASSINADA PELO TITULAR DA CONTA DA RESIDÊNCIA), do artista e ou representante do grupo/banda que executará a atividade artística da proposta;

A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais.

I - Pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;

II - Pertencentes à população nômade ou itinerante; ou

III - Que se encontrem em situação de rua.

d) Comprovante de situação cadastral junto a Receita Federal (CNPJ ou CPF);

e) Declaração de ciência e concordância com as normativas do edital - ANEXO III;

f) Declaração de representação, em casos de artistas ou coletivos que precisem definir representante, seja pessoa física ou jurídica, para ser o proponente do projeto - ANEXO II;

g) Declaração de não vínculo - ANEXO VI

h) Termo de declaração de cotas raciais e ou PCD, caso o proponente intencione concorrer às vagas para as categorias descritas no item 5 -ANEXO IV;

i) Breve apresentação do proponente e dos integrantes do grupo em único arquivo, porém descrito em tópicos e de maneira individual;

j) Currículo do proponente e dos integrantes do grupo em único arquivo, porém descrito em tópicos e de maneira individual, contendo informação de formação e atividades profissionais, voltados para a área que a proposta pretende realizar;

k) Ficha técnica da atividade/espetáculo com nomes, papeis e funções de todos os integrantes da equipe;

l) Caso possua: Portfólio (críticas, material de imprensa, cartazes, cartas e/ou depoimentos de artistas/teóricos de reconhecido mérito e outros documentos que informem sobre as atividades do artista ou grupo);

m) Documento com planilha orçamentária contendo cronograma, quantidade de pessoas que serão atendidas, descrição de metas de sucesso a serem alcançadas, local de abrangência da atividade - ANEXO VIII;

7.6 - Além da documentação constante no item 7, deverá ser apresentado a documentação de acordo com os incisos e segmentos.

7.6.1 – **Quando se tratar do INCISO I** detalhado no item 19 - Apoio a produções audiovisuais (Produção de curta-metragem e produção de videoclipe). Deverá ser apresentada as documentações abaixo:

a) Pré roteiro ou roteiro, argumento, currículo do diretor, roteirista, locações, elenco, plano de divulgação, currículo da equipe envolvida, registro do roteiro, sinopse, público alvo e demais informações que auxiliem na análise da proposta;

b) Quando se tratar de videoclipe, a produção deve ser caráter autoral e inédita, não podendo ter sido gravada em forma de videoclipe anteriormente;

c) Currículo/Portfólio – A empresa/artista proponente deve ter foco em atividades ao segmento audiovisual;

d) Informar a classificação indicativa de idade.

7.6.2 **Quando se tratar do INCISO II** detalhado no item 19 – Apoio cinema de rua, deverá ser apresentado as seguintes documentações:

a) Programação dos filmes a serem exibidos, classificação indicativa, locais que serão realizadas as exibições, duração da proposta, público alvo a ser atendido, currículo da equipe envolvida, carta de anuência do local de exibição e demais documentos que auxiliem na análise e na compreensão da robustez da proposta; b) A programação deverá obrigatoriamente ser composta por 50% de filmes produzidos no estado do Mato Grosso e ou/ filmes Nacionais;

c) Currículo/Portfólio - empresa proponente - com foco em atividades ao segmento audiovisual.

d) Deverá ser apresentada autorização para exibição dos filmes constantes na programação, inclusive com previsão de pagamento de direitos autorais ou cessão gratuita do mesmo pelo detentor dos direitos de exibição.

7.6.3 **Quando se tratar do INCISO II**I detalhado no item 19 – Capacitação, formação e apoio a festivais e mostras de produções audiovisuais, deverá ser apresentado as seguintes documentações:

a) Proposta de formação: relacionar as oficinas que serão ofertadas, local onde serão realizadas, conteúdo, carga horária, público-alvo, metodologia, modalidade de ensino, informar se haverá aula prática - formato ex.: a produção de um produto audiovisual como resultado da formação, relação de professores (se houver) ou perfil do profissional a ser contratado, e demais documentos que auxiliem na análise e na compreensão da robustez da proposta;

b) Caso possua: Currículo/Portfólio - Empresa proponente deve ter foco em atividades relacionadas à formação e no segmento audiovisual;

7.6.4 - **Quando se tratar do artigo 8º** detalhado no item 19 - Demanda livre das demais áreas de Cultura o proponente deverá apresentar a documentação listada no item 7.6 e projeto a ser inscrito;

7.6.5 - O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, do conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto;

7.6.6 - Poderá concorrer neste edital com, no máximo um projeto por proponente;

7.6.7 - Os projetos apresentados deverão conter previsão de execução e prestação de contas no período de 16 de outubro a 09 de dezembro até as 17h, conforme quadro de etapas e cronograma no item 9.

7.6.8 - Não haverá prorrogação do prazo de execução, devido a vigência da Lei Paulo Gustavo. Caso haja prorrogação, a mesma será estendida aos projetos selecionados;

7.6.9 - O proponente deve se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações/publicações pertinentes ao edital e seus prazos no Diário Oficial.

7.6.10 - As inscrições deste edital são gratuitas;

7.6.11 - Não serão permitidas retificações de autorias, alterações, acréscimos e revisões do conteúdo do projeto depois de encerrado o período de inscrição;

7.6.12 - As propostas que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa;

8. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS

8.1 - O proponente deverá preencher a planilha orçamentária presente no ANEXO VIII, informando como será utilizado o recurso financeiro recebido;

8.2 A estimativa de custos do projeto será por item de despesa, vedando a inserção de despesas genéricas;

8.3 A compatibilidade entre a estimativa de custos, o valor total do projeto e os preços praticados no mercado será avaliada pelos membros da comissão de seleção;

8.4 A estimativa de custos do projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais;

8.5 Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado;

8.6 - A planilha orçamentária deverá prever o valor integral previsto para cada categoria. Em caso de valor superior ou inferior ao valor destinado, o proponente selecionado será notificado a realizar o ajuste da planilha orçamentária do projeto no ato de formalização;

9. ACESSIBILIDADE

9.1 Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:

I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;

II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e

III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.

9.2 Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:

I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;

II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;

III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;

IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou

V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

9.3 Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.

9.4 A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 9.3 pode ser excepcionalmente dispensada quando:

I - for inaplicável em razão das características do objeto cultural, a exemplo de projetos cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual; ou

II - quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.

9.5 Para projetos cujo objeto seja a produção audiovisual, consideram-se integralmente cumpridas as medidas de acessibilidade de que trata o subitem II do item

9.4 quando a produção contemplar legendagem, legendagem descritiva, audiodescrição e LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais.

9.6 O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

10. CRONOGRAMA/ ETAPAS DO EDITAL

ETAPAS	Descrição	Data Inicial	Data Final
01	Inscrições	15/08/2024	05/09/2024
02	Conferência da documentação/Avaliação	06/09/2024	13/09/2024
03	Publicação do resultado preliminar	16/09/2024	
04	Entrega de documentação (certidões) de formalização	16/09/2024	23/09/2024
05	Interposição de recursos	24/09/2024	26/09/2024
06	Análise dos Recursos	27/09/2024	30/09/2024
07	Análise e seleção das propostas e documentação	01/10/2024	04/10/2024
08	Publicação do Resultado Final	07/10/2024	
09	Habilitação dos proponentes contemplados no resultado final para o processo de formalização contratual	08/10/2024	09/10/2024
10	Assinatura do contrato de execução Cultural	10/10/2024	11/10/2024
11	Recebimento do recurso financeiro	Até dia 15/10/2024	
12	Execução do projeto	16/10/2024	09/12/2024
13	Entrega do Relatório Final de Execução do Objeto/ Prestação de contas	09/12/2024	10/12/2024

10.1 A seleção dos projetos submetidos a este Edital será composta das etapas abaixo:

11. ANÁLISE DOCUMENTAL, AVALIAÇÃO E ANÁLISE DO MÉRITO CULTURAL DO PROJETO

11.1 Análise se a documentação que foi enviada juntamente com a proposta está completa;

11.2 A não apresentação da documentação implicará na desclassificação da proposta.

11.3 - Entende-se por “Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste edital;

11.4 Por análise comparativa compreende-se a análise não apenas dos itens individuais de cada projeto, mas de suas propostas, impactos e relevância em relação aos outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação;

11.5 - A análise dos projetos culturais será realizada por comissão de seleção instituída por portaria.

11.6 - A Comissão de Seleção será coordenada pelo coordenador de cultura da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer;

11.7 - Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação de projetos e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:

I - Tenham interesse direto na matéria;

II - Tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau;

III - Estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente ou com respectivo cônjuge ou companheiro.

11.8 - O membro da comissão que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar;

11.9 - Para esta seleção serão considerados os critérios de pontuação estabelecidos no item 16;

11.10 - Para efeito de habilitação e formalização das propostas inscritas, os documentos entregues serão analisados pela Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Lazer.

12. RESULTADO PRELIMINAR

12.1 – O proponente poderá solicitar a ficha de análise das etapas de análise documental e do mérito;

12.2 O proponente do projeto contemplado deverá, no prazo de 3 dias úteis após resultado, apresentar o recurso e a comprovação de que cumpriu todos os requisitos;

12.3 Não será admitida a juntada de documentos no ato do recurso de nenhuma das etapas;

13. DOS RESULTADOS, RECURSO E IMPUGNAÇÃO

13.1 - O resultado do recurso e a lista final de propostas credenciadas serão divulgados em matéria a ser publicada em diário oficial do município, sendo de total responsabilidade do(a) proponente acompanhar a atualização dessas informações;

13.2 - A gestão do chamamento, bem como a convocação dos (as) artistas individuais, grupos artísticos e todos aqueles que constam no item “1” que forem selecionados, dar-se-á de acordo com as necessidades, metas e a disponibilidade financeira e orçamentária conforme o quadro das distribuições de apoio no item 19 deste edital;

13.3 - É vedada a cessão, ou transferência total ou parcial, bem como a subcontratação parcial do objeto, assim como a alteração de natureza jurídica do proponente;

13.4 - Serão contratados os interessados que:

a) se encontrem em situação regular fiscal, constatada com a apresentação da documentação exigida;

b) atendam a todas as exigências deste chamamento

13.5 - Contra a decisão do resultado preliminar, caberá recurso fundamentado e específico destinado à comissão de seleção;

13.6 Os recursos de trata o item 13.1 deverão ser apresentados no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação, não cabendo recurso administrativo da decisão após esta fase;

13.7 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados;

13.8 Os recursos devem ser protocolados no protocolo da Secretaria Municipal de Novo Mundo;

13.9 - Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados;

13.10 - Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise será divulgado no diário oficial;

13.11 - Este edital poderá ser impugnado até 2 (dois) dias úteis após a publicação do mesmo.

14. DA FORMALIZAÇÃO - PESSOA FÍSICA (PRAZO NO CRONOGRAMA)

ETAPA HALITAÇÃO

14.1 Finalizada a etapa de análise de mérito cultural, o proponente do projeto contemplado deverá, no prazo de 10/10/24 até 11/10/24, apresentar os seguintes documentos, conforme sua natureza jurídica:

14.1.1 PESSOA FÍSICA

I - Extrato de conta bancária para recebimento do recurso (a conta precisar estar zerada e no nome do proponente);

14.1.2 PESSOA JURÍDICA

I- Extrato de conta bancária aberta especialmente para recebimento do recurso (a conta precisa estar zerada e no nome do proponente);

II- inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;

III- atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;

15. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS

15.1 - Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme cronograma deste Edital, de forma presencial na Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Lazer;

15.2 - O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pela Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Lazer contendo as obrigações dos assinantes do Termo;

15.3 - Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recursos deste Edital.

15.4 - A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente;

15.5 O agente cultural deve assinar o Termo de Execução Cultural imediatamente quando convocado pela concedente sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

16. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

16.1 - Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura;

16.2 - O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados;

16.3 - O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;

16.4 - Os projetos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão o Brasão do município de Novo Mundo e da Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Lazer.

17. REMANEJAMENTO DOS RECURSOS

17.1 - Caso algum segmento não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente deste segmento poderão ser remanejados para outro segmento, conforme as seguintes regras:

I - Os recursos não utilizados de um segmento serão destinados aos projetos com maior pontuação para outro segmento que obtiver maior número de inscrito (de busca), conforme o item 17;

II – Caso não seja utilizado o valor de um inciso por ausência de proponente, poderá ser remanejado para outro inciso do audiovisual, conforme o item 17;

17.2 - Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital de audiovisual.

18. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

18.1 - Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto;

18.2 - O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, conforme documento constante no ANEXO IX. Conforme o cronograma estabelecido.

19. DAS DISTRIBUIÇÕES

CATEGORIAS	QUANTIDADE TOTAL DE VAGAS	VALOR MÁXIMO POR PROJETO	VALOR TOTAL DA CATEGORIA
Inciso I | LPG - Apoio a produção de obra audiovisual de curta-metragem ou videoclipe	3	R$ 16.083,47	R$ 48.250,42
Inciso II | Apoio à realização de ação de Cinema Itinerante ou Cinema de Rua	1	R$ 11.028,93	R$ 11.028,93
Inciso III | Ação de Formação Audiovisual	2	R$ 2.768,61	R$ 5.537,23
Inciso III | Apoio de projetos e prêmios para diversos seguimentos culturais.	3	R$ 8.752,10	R$ 26.256,32

20. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

20.1 DISTRIBUIÇÃO DE CRITÉRIO E PONTUAÇÃO

	Descrição do Critério	Pontuação
A	**Qualidade e Originalidade do Projeto** - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto - A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	**0 a 20**
	Relevância da ação proposta para o cenário cultural do município – A análise deverá considerar, para fins de 0 a 30 avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura da região. Se prioriza como público alvo da ação moradores residentes em territórios, zona rural, comunidades e bairros situados nas bordas da cidade. Assim como se envolve os moradores no desenho do projeto, desenvolvendo o protagonismo desses agentes culturais. Observar se a proposta com capacidade de impactar a cena cultural apresenta estratégias de sustentabilidade em todos os seus pilares e de agregar parcerias. As ações contribuem para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.	**0 a 30**

C	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução às metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto** - A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também devera ser considerada para fins de avaliação a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	**0 a 15**
D	**Coerência do Plano de Divulgação ao Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto** - A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público-alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los.	**0 a 15**
F	**Compatibilidade da ficha técnica, currículo da equipe e proponente com as atividades desenvolvidas** - A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica) e a Trajetória artística e cultural do proponente com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta.	**0 a 15**
G	**Ações afirmativas** - Proponentes mulheres (Cis e trans) e proponente residente em área rural.	**0 a 5**
	PONTUAÇÃO TOTAL	**100**

20.2 - O projeto que obtiver pontuação menor que 10% da pontuação total será desclassificado;

20.3 - Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos que tiverem a maior nota no critério Efeito Multiplicador;

20.4 - Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate, será adotado o critério para a proposta cujo proponentes tenha maior tempo de atividades artísticas em Novo Mundo;

21. DAS PENALIDADES

21.1 - O não cumprimento do objeto do projeto conforme apresentado ou a não entrega da prestação de contas, o proponente deverá fazer a devolutiva do recurso em valor integral e ficará inabilitado de participar em quaisquer outros editais do município por 01 (um) ano consecutivo;

22. DA CONTRAPARTIDA

22.1 - Os beneficiários dos recursos devem assegurar a realização de contrapartida social incluída obrigatoriamente a realização de exibições gratuitas dos conteúdos selecionados, assegurados a acessibilidade de grupos com restrições e o direcionamento à rede de ensino da localidade;

22.2 - A realização de atividades deverão ser destinadas, prioritariamente, aos alunos e professores de escolas públicas e a pessoas integrantes de grupos e coletivos culturais e de associações comunitárias, comunidades rurais ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita;

23. DAS OBRIGAÇÕES, EXECUÇÕES E PRESTAÇÕES DE CONTAS

23.1 - São obrigações dos selecionados a respeito da execução e prestações de contas:

a) Executar o projeto conforme proposta aprovada;

b) Os direitos, autorais e de imagem e licenciamento produzido no âmbito das propostas serão de responsabilidade dos autores envolvidos e a comissão julgadora fica isenta de responsabilidade sobre fatos decorrentes de uso indevido ou sem autorização de imagens e ou obras de terceiros, respondendo por isso, exclusivamente o proponente, nos termos da legislação vigente específica.

c) Prestar contas no prazo de 7 (sete) dias após o encerramento do prazo de execução, conforme relatório previsto no ANEXO IX de prestação de contas, anexando a ele, as cópias dos documentos fiscais, referente à execução dos recursos.

e) Seguir todas as obrigações previstas no Manual de Comunicação para Projetos financiados pela Lei Paulo Gustavo, previsto em ANEXO X - Manual de comunicação - Guia de uso da Marca Paulo Gustavo.

PARÁGRAFO ÚNICO: A documentação original relativa à execução de objeto e financeira, que compõe a prestação de contas, deverá ser mantida pelo agente cultural pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado a partir do primeiro dia subsequente ao da prestação de contas.

24. DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1 - O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos proponentes. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no diário oficial dos municípios.

24.2 O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto;

24.3 A Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Lazer não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida devido a quaisquer motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, procedimento indevido do candidato, bem como, por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados, sendo a inscrição de responsabilidade exclusiva do candidato.

24.4 - O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site https://diariomunicipal.org/mt/amm/

24.5 - Demais informações podem ser obtidas através do e-mail: sec.educacao@novomundo.mt.gov.br

24.6 - Os casos omissos porventura existentes ficarão a cargo da Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Lazer.

24.7 - Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicará na desclassificação do proponente;

24.8 - O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando a Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Lazer de qualquer responsabilidade civil ou penal;

24.09 - O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais;

24.10 - A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento);

24.11 - O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 10/12/2024;

24.12 - Compõem este Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Formulário de Inscrição

Anexo II - Declaração de representatividade

Anexo III - Declaração de ciência e concordância

Anexo IV - Declaração étnico racial

Anexo V - Declaração de endereço

Anexo VI - Declaração de não vínculo

Anexo VII - Modelo de recurso

Anexo VIII - Planilha orçamentária/cronograma de execução e metas

Anexo IX - Relatório final de prestação de contas - execução e financeira

Anexo X - Manual de comunicação - Guia de uso da Marca Paulo Gustavo

Jaqueline Deniz dos Santos

Coordenadora da Cultura

Portaria 007/2023

ANEXO I

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

1. DADOS DO PROPONENTE

Proponente é pessoa física ou pessoa jurídica?

( ) Pessoa Física

( ) Pessoa Jurídica

PARA PESSOA FÍSICA:

Nome Completo:

Nome artístico ou nome social (se houver):

CPF:

RG:

Data de nascimento:

E-mail:

Telefone:

Endereço completo:

CEP:

Cidade:

Estado:

Você reside em quais dessas áreas?

( ) Zona urbana central

( ) Zona urbana periférica

( ) Zona rural

( ) Área de vulnerabilidade social

( ) Unidades habitacionais

( ) Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação)

( ) Comunidades quilombolas (terra titulada ou em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares)

( ) Áreas atingidas por barragem

( ) Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).

Pertence a alguma comunidade tradicional?

( ) Não pertenço a comunidade tradicional

( ) Comunidades Extrativistas

( ) Comunidades Ribeirinhas

( ) Comunidades Rurais

( ) Indígenas

( ) Povos Ciganos

( ) Pescadores(as) Artesanais

( ) Povos de Terreiro

( ) Quilombolas

( ) Outra comunidade tradicional

Gênero:

( ) Mulher cisgênero

( ) Homem cisgênero

( ) Mulher Transgênero

( ) Homem Transgênero

( ) Pessoa Não Binária

( ) Não informar

Raça, cor ou etnia:

( ) Branca

( ) Preta

( ) Parda

( ) Indígena

( ) Amarela

Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?

( ) Sim

( ) Não

Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?

( ) Auditiva

( ) Física

( ) Intelectual

( ) Múltipla

( ) Visual

Qual o seu grau de escolaridade?

( ) Não tenho Educação Formal

( ) Ensino Fundamental Incompleto

( ) Ensino Fundamental Completo

( ) Ensino Médio Incompleto

( ) Ensino Médio Completo

( ) Curso Técnico Completo

( ) Ensino Superior Incompleto

( ) Ensino Superior Completo

( ) Pós Graduação Completo

Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?

(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2023, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.320,00.)

( ) Nenhuma renda.

( ) Até 1 salário mínimo

( ) De 1 a 3 salários mínimos

( ) De 3 a 5 salários mínimos

( ) De 5 a 8 salários mínimos

( ) De 8 a 10 salários mínimos

( ) Acima de 10 salários mínimos

Você é beneficiário de algum programa social?

( ) Não

( ) Bolsa família

( ) Benefício de Prestação Continuada

( ) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

( ) Garantia-Safra

( ) Seguro-Defeso

( ) Outro

Vai concorrer às cotas?

( ) Sim ( ) Não

Se sim. Qual?

( ) Pessoa negra

( ) Pessoa indígena

Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?

( ) Artista, Artesão(a), Brincante, Criador(a) e afins.

( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.

( ) Curador(a), Programador(a) e afins.

( ) Produtor(a)

( ) Gestor(a)

( ) Técnico(a)

( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.

( )Outro(a)s: _____

Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?

( ) Não

( ) Sim

Caso tenha respondido "sim":

Nome do coletivo:

Ano de Criação:

Quantas pessoas fazem parte do coletivo?

Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:

PARA PESSOA JURÍDICA:

Razão Social

Nome fantasia

CNPJ

Endereço da sede:

Cidade:

Estado:

Número de representantes legais

Nome do representante legal

CPF do representante legal

E-mail do representante legal

Telefone do representante legal

Gênero do representante legal

( ) Mulher cisgênero

( ) Homem cisgênero

( ) Mulher Transgênero

( ) Homem Transgênero

( ) Não Binária Binárie

( ) Não informar

Raça/cor/etnia do representante legal

( ) Branca

( ) Preta

( ) Parda

( ) Amarela

( ) Indígena

Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?

( ) Sim

( ) Não

Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?

( ) Auditiva

( ) Física

( ) Intelectual

( ) Múltipla

( ) Visual

Escolaridade do representante legal

( ) Não tenho Educação Formal

( ) Ensino Fundamental Incompleto

( ) Ensino Fundamental Completo

( ) Ensino Médio Incompleto

( ) Ensino Médio Completo

( ) Curso Técnico completo

( ) Ensino Superior Incompleto

( ) Ensino Superior Completo

( ) Pós Graduação completo

2. DADOS DO PROJETO

Nome do Projeto:

Escolha a categoria a que vai concorrer:

Descrição do projeto

(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Porque ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.) **Objetivos do projeto**

(Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três a cinco objetivos.)

Metas

(Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)

Perfil do público a ser atingido pelo projeto

(Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?) **Qual o perfil do público do seu projeto?** (Ex.: crianças, idosos, jovens, pessoas com deficiência, etc)

Medidas de acessibilidade empregadas no projeto

(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de pessoas com deficiência)

Acessibilidade arquitetônica:

( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;

( ) piso tátil;

( ) rampas;

( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;

( ) corrimãos e guarda-corpos;

( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;

( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;

( ) assentos para pessoas obesas;

( ) iluminação adequada;

( ) Outra _____

Acessibilidade comunicacional:

( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;

( ) o sistema Braille;

( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;

( ) a audiodescrição;

( ) as legendas;

( ) a linguagem simples;

( ) textos adaptados para leitores de tela; e

( ) Outra _____

Acessibilidade atitudinal:

( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;

( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;

( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e

( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

Local onde o projeto será executado

Informe os espaços culturais e outros ambientes onde a sua proposta será realizada. É importante informar também os municípios e Estados onde ela será realizada.

Previsão do período de execução do projeto

Data de início:

Data final:

Equipe

Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa índigena?	Pessoa com deficiência?
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não

Cronograma de Execução

Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade Geral	Etapa	Descrição	Início	Fim
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa		

Estratégia de divulgação

Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

Contrapartida

Neste campo, descreva qual contrapartida será realizada, quando será realizada, e onde será realizada.

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?

(Informe se o projeto prevê apoios financeiro tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?

(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.

Deve haver a indicação do parâmetro de preço utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo abaixo (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc).

Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	Salicnet – Oficina/workshop/seminário Audiovisual – Brasília – Fotografia Artística – Serviço

4. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS

Encaminhe junto a esse formulário os seguintes documentos:

RG e CPF do proponente

Currículo do proponente

Mini currículo dos integrantes do projeto

ANEXO iI

DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO

OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

GRUPO ARTÍSTICO:

NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO:

DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]

Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único e representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	DADOS PESSOAIS	ASSINATURAS

[NOVO MUNDO- MT]

[DATA]

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA COM EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR CONTRATO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL E OUTRAS ÁREAS DA CULTURA.

_____ (Nome do Proponente ou Razão Social do Representante), neste ato, REPRESENTANDO A SI MESMO E/OU O GRUPO ARTÍSTICO-CULTURAL _____, juntamente com os seus integrantes, DECLARO(AMOS) para os devidos fins e sob penas da lei, QUE ESTOU(AMOS) CIENTES E CONCORDO(AMOS) COM TODOS OS TERMOS E DISPOSIÇÕES DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024 –, reconhecendo a COMISSÃO DE SELEÇÃO, instituída no âmbito da Prefeitura Municipal de Novo Mundo.

Novo Mundo (MT), _____ de _____ de _____

_____

ASSINATURA DO PROPONENTE E/OU REPRESENTANTE

ANEXO IV

DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nº 001/2024) que sou _____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME

ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO V

DECLARAÇÃO PARA COMPROVAÇÃO DE ENDEREÇO - EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR CONTRATO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL E OUTRAS ÁREAS DA CULTURA.

(Nome)_____, portador do RG _____ Órgão Expedidor _____ data de Expedição _____ e do CPF _____, como TITULAR DO COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA APRESENTADO/ENVIADO PARA REALIZAÇÃO DA INSCRIÇÃO NOS TERMOS DO CHAMAMENTO Nº 001/2024 E SEU CONTRATO, DECLARO para devidos fins e efeitos que (NOME DO TITULAR DA INSCRIÇÃO)_____ atualmente é morador / domiciliado no endereço _____, nº _____ Complemento _____ Bairro _____ CEP: _____, conforme comprovante atual e de 12 meses atrás, que segue em anexo .

Novo Mundo (MT), _____ / _____ / _____

_____

ASSINATURA DO DECLARANTE

(*TITULAR DO COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA*)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE NÃO VÍNCULO AO EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR CONTRATO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL E OUTRAS ÁREAS DA CULTURA.

Eu, , residente na Rua/Av.

nº , portador do RG: e CPF: , venho por meio desta, declarar que NÃO SOU cônjuge, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público e ou membro do Conselho Municipal de Políticas Públicas Culturais e não atuei em nenhuma etapa de elaboração deste edital, análise, proposta ou julgamento de recurso, bem como não tenho vínculo com a Secretaria de Educação Cultura Esportes e Lazer que é a gestora dos recursos e nem mesmo eu e ou a equipe do projeto participou do Conselho Municipal de Políticas Públicas durante o ano de 2024.

Além destes, não sou sócio, diretor e ou administrador de nenhuma pessoa Jurídica que se enquadre, em alguma das situações acima.

Novo Mundo-MT_____, de ___de_____

Assinatura do(a) Representante Legal

ANEXO VII

MODELO DE RECURSO - EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR CONTRATO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL E OUTRAS ÁREAS DA CULTURA.

Eu [nome do(a) representante legal], responsável legal da [nome do(a)artista/grupo], apresento recurso junto à esta Comissão do Processo Seletivo do Edital de Edital Público para Credenciamento de artistas e profissionais de Arte, Cultura em todas as suas manifestações e linguagens.

A decisão objeto de contestação é:

⊞

(explicitar a decisão que está contestando).

Os argumentos com os quais contesto a referida decisão são:

Para fundamentar essa contestação, encaminho anexos os seguintes documentos:

(listar os documentos anexados, se necessário).

Novo Mundo ____, de_____ de_____

Assinatura do(a) representante legal

ANEXO VIII

ANEXO VIII - **EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR CONTRATO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL E OUTRAS ÁREAS DA CULTURA.**

Nome da proposta:

Nome do artista ou grupo proponente:

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA | CRONOGRAMA | METAS | INDICADORES DE SUCESSO

CATEGORIA	DESCRIÇÃO	ITENS	QUANTIDADE	CUSTO ESTIMADO
Ex: alimentacão	Ex: Supermercado	Ex: Bolacha	Ex: 3 pct	R$30,00
Ex: combustível				
Ex: Figurino				
Ex: Cachê				
Ex: Som				
Ex: Luz				
Total				

CRONOGRAMA DE EXECUCÃO

ATIVIDADE	SET	OUT	NOV

METAS DE ATIVIDADES PARA REALIZAÇÃO DO PROJETO PROPOSTO

META	RESPONSÁVEL	DATA INICIAL	DATA FINAL
Ex: Elaboração do roteiro			
Ex: Locacão de equipamento			
Ex: Definição de local da filmagem			
Ex: Contratação de profissionais, elenco			
Ex: Filmagem			
Ex: Divulgação			
EX: Apresentação ao público			

INDICADORES DE SUCESSO A SEREM DEFINIDOS NA PROPOSTA E RELATADAS NO RELATÓRIO FINAL

INDICADOR	MEDIÇÃO
Ex: Local de apresentação acessível a vários públicos atendendo a critérios de descentralização	A Exibição ou apresentação da proposta pretende acessar quais públicos e em que locais?
Ex: Equipe diversa	A equipe é composta por negros, indígenas, PCD ou pessoas LGBTQIA+?
Ex: Número de pessoas que acessaram/assistiram	Qual o número de pessoas a atividade espera alcançar?

Ex: engajamento nas redes sociais	Número de comentários, visualizações e curtidas
Ex: Críticas positivas na imprensa	Matérias trazendo informações positivas publicadas na imprensa local e regional
Ex: Impacto social do projeto	Depoimentos Contando como a atividade proposta pode trazer melhorias e contribuir para uma sociedade melhor publicado nas redes sociais

ANEXO IX

RELATÓRIO DAS MODALIDADES DE PRESTAÇÃO DE CONTAS - EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR CONTRATO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL E OUTRAS ÁREAS DA CULTURA.

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE	
Nome Proponente: Artista e ou pessoa jurídica	Digite aqui
CPF ou CNPJ	Digite aqui
Endereço	Digite aqui
E-mail	Digite aqui
Telefone	(XX) XXXX-XXXX
IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	
Nº do Termo	Digite aqui
Vigência do Termo	Digite aqui
Nº do Processo	Digite aqui
Objeto (Título)	Digite aqui
Valor	R$ 0,00
Edital de Seleção	EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA Nº 04/2023/SECEL-MT
RESUMO DA EXECUÇÃO	
Ações Executadas	Digite aqui
Contrapartida Obrigatória	Digite aqui
Principais Obstáculos	Digite aqui
Impacto social do projeto	Digite aqui
Público Previsto	Digite aqui
Público Alcançado	Digite aqui
Local de apresentação acessível a vários públicos atendendo a critérios de descentralização	Digite aqui
Equipe diversa	Digite aqui
Críticas positivas na imprensa	Digite aqui
Engajamento nas redes sociais	Digite aqui

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO			
ETAPA 1			
	Descrição da Atividade	**Data início**	**Data fim**
1.	Nome da ação executada Executado pelo(a) prestadora de serviço	XX/XX/XXXX	XX/XX/XXXX
2.	Nome da ação executada Executado pelo(a) fornecedor(a) de materiais de consumo	XX/XX/XXXX	XX/XX/XXXX

Foto 01 –. IDENTIFICAÇÃO DO NUMERO DE PESSOAS PRESENTES.

Foto 02 – IDENTIFICAÇÃO DA ESTRUTURA OFERECIDA

FOTO 03 – IDENTIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES OFERECIDAS.

FOTO 04 – Livre

Modelo de Relatório de Execução financeira

EXECUÇÃO FINANCEIRA
Valor do termo
Rendimento da aplicação financeira
Saldo

ATIVIDADE	VALOR PREVISTO	VALOR GASTO	CPF/CNPJ	SERVIÇO	DATA DE PAGTO	DOC. FISCAL	N° DOC FISCAL	DATA DE EMISSÃO	VALOR
TOTAL									

Novo Mundo/MT, _____ de _____ de 20____.

_____

Assinatura do(a) Proponente*

ANEXO X

Guia de uso da logo Paulo Gustavo (https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/lei-paulo-gustavo/imagens/guiarapido_logolpg_.pdf)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

AVISO DE DISPENSA FÍSICA Nº 020/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 082/2024

AVISO DE DISPENSA COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14. 133/2021 e DECRETO MUNICIPAL N.º 43/2022.

O **Município de Novo Santo Antônio-MT**, em conformidade com Art. 75, inciso II – da Lei Federal n.º 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 43/2022,

torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS PARA O DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO (DAE) EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT**. Podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços no **prazo de 3 (cinco) dias úteis**, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa, **(menor preço global).**

Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 16/08/2024 A 20/08/2024 às 17h00minh.

A proposta de Preços deverá ser entregue no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT, no Endereço, Av. 29 de Setembro, nº 244 – Centro - Novo Santo Antônio – MT, no horário de 08:00 às 17:00, em dias úteis ou pelo **E-mail: licitacao@novosantoantonio.mt.gov.br**até a data limite. O Edital/Termo de Referência da Dispensa estará disponível no Site Oficial do Município www.novosantoantonio.mt.gov.br (aba: licitações). Outras informações poderão ser obtidas na Sala da licitação, no Endereço, Av. 29 de Setembro, nº 244 – Centro - Novo Santo Antônio – MT, no horário das 08h:00 às 17h:00 de segunda a sexta feira.

Novo Santo Antônio – MT, 15 de Agosto de 2024.

HENRIQUE DE SOUSA CARDOSO

AGENTE PUBLICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 09/2024

ADESÃO A ATA DE REGISTRO 11/2024 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2024

ADERENTE (CONTRATANTE): PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

CONTRATADA: CASA DE AMPARO A FAMILIA, IDOSO, CRIANCA E ADOLESCENTE - CAFICA

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto firmar a ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2024 ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL 05/2024 REALIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO/MT, VISANDO A CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTACAO DE SERVICOS DE CASA DE APOIO NA CIDADE DE CUIABA/MT, PARA ATENDER PACIENTES EM TRATAMENTO DE SAUDE FORA DO MUNICIPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM-MT, CONFORME DEMANDA ENCAMINHADA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

VALOR TOTAL R$ 122.450,00 (cento e vinte e dois mil e quatrocentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: 12 meses.

Novo São Joaquim – MT, 13 de agosto de 2.024.

LEONARDO FARIA ZAMPA - Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2024 PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL GRÁFICO PARA ADMINISTRAÇÃO E USO NO EVENTO DO 17º FESTIVAL DE PESCA QUE SERÁ REALIZADO DE 05 À 07/09/2024 NO DISTRITO DE CACHOEIRA DA FUMAÇA NO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM.

Pelo presente instrumento de Registro de Preços **a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM**, reuniram-se na sala de LICITAÇÃO, situada à RUA CACHOEIRA DA FUMAÇA, nº 77, BAIRRO JARDIM DAS PALMEIRAS, NOVO SÃO JOAQUIM/MT, CEP: 78625-000, Fone: (66) 34479-1158, o Prefeito Municipal Sr. **LEONARDO FARIAS ZAMPA**, portador da Cédula de Identidade nº 105*****/SSP-MT e do CPF nº 709.***.***-** representando neste ato a Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim –MT inscrita no CNPJ 03.238.581/0001-92 situada no endereço acima citado, e a empresa **GRAFICA MULTICOR LTDA,** cadastrada no CNPJ nº 14.931.018/0001-11, Inscrição estadual nº 13.111.494-8,sito a Rua Bandeirantes, nº 263, Bairro Campinas, CEP: 78600-152, na cidade de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, representada neste ato por seu representante legal o Sr. **RODRIGO GEHM**, brasileiro, empresário, portador da RG nº ..743../DGPC-GO e CPF nº 000.248.001-.., residente e domiciliado(a) na cidade de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, doravante denominada CONTRATADA, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021 , Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006 e as exigências estabelecidas no edital e anexos e em face do resultado obtido na DISPENSA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2024, resolvem registrar os preços constantes na presente Ata, objetivando futuro fornecimento dos itens abaixo especificados, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL GRÁFICO PARA ADMINISTRAÇÃO E USO NO EVENTO DO 17º FESTIVAL DE PESCA QUE SERÁ REALIZADO DE 05 À 07/09/2024 NO DISTRITO DE CACHOEIRA DA FUMAÇA NO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM**,** conforme especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I do edital de Dispensa nº 25/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.2. Dos preços, especificações e quantitativos:

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	**SERVICO DE CONFECCAO DE IMPRESSOS - CAPA DE PROCESSO**, COM LOGOMARCA, COM DADOS DO ORGAO, EM CARTOLINA 180G/M2, EM 1/0 COR, MEDINDO 32,5 X 23,50CM	3.000,00	UND	R$ 1,10	R$ 3.300,00
02	**SERVICO DE CONFECCAO DE IMPRESSOS - PAPEL OFICIO TIMBRADO**, 4X0 CORES, PAPEL SULFITE 90G, FORMATO A4(210X297MM)	5.000,00	UND	R$ 0,39	R$ 1.950,00
03	**SERVICO DE CONFECCAO DE IMPRESSOS - CARTILHA DE ORIENTACAO DE REGULAMENTO DE TORNEIO DE PESCA**: CONFECCIONADA EM FOLHA DE PAPEL A4 (21 CM X 29,7 CM), SENDO A CARTILHA COM IMPRESSAO DE FRENTE E VERSO.	70,00	UND	R$ 24,00	R$ 1.680,00
04	**SERVICO DE CONFECCAO DE IMPRESSOS - ADESIVO, VINIL, MEDINDO 20,00 X 20,00 CM**, COM IMPRESSAO DIGITAL, COM NUMERAÇÃO DE 01 À 50.	50,00	UND	R$ 8,00	R$ 400,00

05	**SERVICO DE CONFECCAO DE IMPRESSOS - ADESIVO, VINIL, MEDINDO 20,00 X 20,00 CM**, COM IMPRESSAO DIGITAL, DE CREDENCIAL.	50,00	UND	R$ 8,00	R$ 400,00
06	**SERVIÇOS DE CONFECÇÃO EM IMPRESSO - REGUA - EM ACRILICO RETA 100 CM.** TAMANHO APROXIMADO: 101,0 X 15,0 CM. COM ESCALA OU MARCACAO, ESPESSURA APROXIMADA: 3,0 MM. COR: CRISTAL/TRANSPARENTE	2,00	UND	R$ 180,00	R$ 360,00
07	**SERVICO DE CONFECCAO EM GERAL - DO TIPO TROFEU, EM ACRILICO**COM LOGOMARCA E RESINA,4/0 CORES, PARA CAMPEONATO DE PESCA, MEDINDO 50,00 X 24,50CM	1,00	UND	R$ 440,00	R$ 440,00
08	**SERVICO DE CONFECCAO EM GERAL - DO TIPO TROFEU, EM ACRILICO**COM LOGOMARCA E RESINA,4/0 CORES, PARA CAMPEONATO DE PESCA, MEDINDO 45,00 X 22,00 CM	1,00	UND	R$ 220,00	R$ 220,00
09	**SERVICO DE CONFECCAO EM GERAL - DO TIPO TROFEU, EM ACRILICO**COM LOGOMARCA E RESINA,4/0 CORES, PARA CAMPEONATO DE PESCA, MEDINDO 40,00X19,50CM)	1,00	UND	R$ 180,00	R$ 180,00
10	**IMPRESSO PADRONIZADO - SERVIÇOS DE IMPRESSÃO DE FOLHA DE CHEQUE ILUSTRATIVA,** COM VALOR DE PREMIAÇÃO IMPRESSO, 04 CORES, MEDIDAS DE 96,00 X 46,00 CM; CONFECCIONADA EM PLACA POLIONDA ADESIVADA.	3,00	UND	R$ 130,00	R$ 390,00
11	**SERVICO DE CONFECCAO DE PLACAS E PLAQUETAS - DO TIPO SERVICO DE IMPRESSAO EM PLACA DE ACRILICO,** DO TIPO SAÍDA DE EMERGÊNCIA TAMANHO: 2,40 X 0,60M CONFORMES ABAIXO	1,00	UND	R$ 420,00	R$ 420,00
12	**SERVICO DE CONFECCAO DE PLACAS E PLAQUETAS - DO TIPO SERVICO DE IMPRESSAO EM PLACA DE ACRILICO** EM MODELOS E TAMANHOS VARIADOS ENTRE 22,00 A 30 CM X 32,00 X 16,00 CM	20,00	UND	R$ 25,00	R$ 500,00
13	**SERVICO DE CONFECCAO DE IMPRESSOS - DO TIPO ADESIVO EM BOPP, EM PAPEL DE 180G/M2,** EM CORES 4X4, NO TAMANHO DE 2,00 LARGURA X 1,00 ALTURA METROS	2,00	UND	R$ 360,00	R$ 720,00
14	**SERVICO DE CONFECCAO DE IMPRESSOS - DE BANNERS: 4,80 LARGURA X 2,00 ALTURA MT,** 4X4 CORES EM LONA 280 GRS COM COLOCAÇÃO DE CORDAO, BASTAO E PONTEIRA.	2,00	UND	R$ 860,00	R$ 1.720,00
TOTAL				**R$ 12.680,00**	

DA VIGÊNCIA DA ARP

3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade do preço, comparado ao preço praticado pelo mercado, o que será atestado mediante pesquisa de preços atualizada, na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. O contrato que decorrer de ata de registro de preços possuirá vigência de acordo com as disposições nela contidas e em observância aos artigos. 105 a 114 da Lei Federal nº 14.133/2021, consoante disposto na minuta anexa ao correspondente edital.

Novo São Joaquim-MT, em 14, de agosto de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LEONARDO FARIAS ZAMPA - Prefeito Municipal

GRAFICA MULTICOR LTDA - CONTRATADA

RODRIGO GEHM - Responsável

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
ADESÃO A ARP N° 09/2024

Adesão a Ata de Registro de Preços N°. 5/2023, correspondente ao **Pregão Eletrônico Nº 06/2023.**

A Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 15.023.971/00001-24, através do pregoeiro Devenilson da Silva, nomeado pela portaria nº 045/2024, torna público, para conhecimento dos interessados, que formalizou o processo de **Adesão a Ata de Registro de Preços N°. 5/2023**, correspondente ao **Pregão Eletrônico Nº 06/2023, realizado pelo órgão, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, Registro de Preços para a eventual Aquisição de Ônibus Rural Escolar, do Tipo (ORE 1)** pelo Município de Paranatinga/MT, para o transporte escolar diário de estudantes das redes públicas de ensino, no âmbito do Programa Caminho da Escola, **conforme solicitação nº 98427/SIGARP – CATMAT Nº 610414 - com recursos oriundos do TERMO DE COMPROMISSO DE EMENDAS Nº 202101083-4 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE**, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga/MT", conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, constantes no presente Termo de Referência.

FORNECEDOR: VOLKSWAGEN TRUCK & BUS INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA - CNPJ: 06.020.318/0001-10.

Valor Total do Fornecedor: R$ 412.000,00 (quatrocentos e doze mil reais).

Paranatinga - MT, em 14 de agosto de 2024.

Devenilson da Silva.

Pregoeiro.

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 307 DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

PORTARIA N° 307 DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

"NOMEIA COMISSÃO EXAMINADORA DO CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, SR. JOSIMAR MARQUES BARBOSA, NO USO E GOZO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E;

Considerando as determinações constitucionais, da Lei Orgânica e do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, e a necessidade de Comissão para a organização, acompanhamento e fiscalização do Concurso Público Municipal de nº 001/2024, visando atender o principio de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados, para comporem a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Concurso Público Municipal, destinado ao provimento de Cargos Efetivos do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT.

I- PRESIDENTE: VICÊNCIA PAULA FERREIRA DA SILVA, brasileira, Servidora Pública Municipal, inscrita na matricula 1907, residente e domiciliada nesta cidade de Paranatinga-MT. **II- MEMBRO: FERNANDA CRISTINA DE MELO**, brasileira, servidora pública municipal, inscrita na matricula n. 1735, residente e domiciliada nesta cidade de Paranatinga-MT. **III- MEMBRO: LUCIANA ANDRADE ROSA DOS SANTOS**, brasileira, Servidora Pública Municipal, inscrita na matricula n. 84, residente e domiciliada nesta cidade de Paranatinga-MT. **IV- MEMBRO: DENI MARTINS BORGES**, brasileir, Servidor Público Municipal, inscrito na matricula n. 1796, residente e domiciliada nesta cidade de Paranatinga-MT.

Art. 2º- A Comissão, ora nomeada, deverá organizar, acompanhar e fiscalizar os trabalhos referentes ao Concurso Público de nº 001/2024, podendo solicitar a contratação de empresa habilitada para a realização de todas as etapas do concurso nos termos da legislação pertinente.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Comissão Examinadora terá a responsabilidade de cumprir as determinações da Lei Orgânica Municipal e o respectivo Edital do Concurso.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria n. 306 de 12 de agosto de 2024 e as disposições em contrário.

Art. 4º- Registra-se, Publica e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 14 de agosto de 2024.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 040/2024

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
CONTRATADO:RAHIA COMERCIO DE SUPRIMENTOS E INFORMÁTICA LTDA. CNPJ Nº 47.169.415/0001-57.	
MODALIDADE: ***PREGÃO PRESENCIAL ATRP Nº 015/2023***	**DATA:** 14/08/2024
OBJETO: Constitui o termo de Apostilamento contratual a alteração de dotação orçamentária para o empenho das despesas da **Secretária Municipal de Assistência Social**, relativas ao Contrato N° 039/2024, tendo como objetivo O presente contrato tem por objeto a Aquisição de Materiais de limpeza e utensílios domésticos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no edital e seus anexos.	
FICHA: 604 – Material de Consumo.	

TERMO DE RETIFICAÇÃO

TERMO DE RETIFICAÇÃO DO:TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 114/2022- CONSTRUTORA AMIL LTDA, CNPJ sob nº. 20.119.762/0001-19. MODALIDADE *CONCORRÊNCIA Nº 001/2022* OBJETO Constitui o termo de Apostilamento contratual a alteração de dotação orçamentária para o empenho das despesas da Secretária Municipal de Viação e Obras Públicas, relativas ao Contrato N° 114/2022, tendo como objetoa O contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA A EXECUÇÃO DO SEGUINTE SERVIÇO: Prestação de serviços de pavimentação asfáltica e drenagem urbana, na Av Roberto Carneiro Assunção na Vila Garça Branca. Referente à publicação do dia 14 de agosto de 2024 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

Onde se lê:

1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 114/2022, data 14/09/2022**.**

Leia-se:

3º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 114/2022, data 14/09/2022**.**

Pedra Preta - MT, 14 de Agosto de 2024.

_____

NILMA GUIMARÃES BARBOSA

(Portaria nº 422/2023)

Gestora de Contratos.

PORTARIA Nº 403, DE 2024 - CONCEDER FÉRIAS REGULARES AO SERVIDOR AGNOR SOARES.

DE 14 DE AGOSTO DE 2024

Conceder férias regulares ao servidor Agnor Soares.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de férias regulares protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a referida, adquirida no período de **6/9/2021 à 6/9/2022.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulares ao servidor **Agnor Soares,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Motorista, a serem usufruídas no período de **2/9/2024 à 30/9/2024.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 14 de agosto de 2024.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial da AMM.

PORTARIA Nº 404, DE 2024 - CONCEDER FÉRIAS REGULARES AO SERVIDOR REINALDO ALVES DE OLIVEIRA.

DE 14 DE AGOSTO DE 2024

Conceder férias regulares ao servidor Reinaldo Alves de Oliveira.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de férias regulares protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a referida, adquirida no período de **17/1/2024 à 17/7/2024.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulares ao servidor **Reinaldo Alves de Oliveira,** lotado no Hospital Luciana Martins Amorim, ocupante do cargo de Técnico em Radiologia, a serem usufruídas no período de **15/8/2024 à 3/9/2024.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 14 de agosto de 2024.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial da AMM.

PORTARIA Nº 405, DE 2024 - CONCEDER FÉRIAS REGULARES AO SERVIDOR GILMAR FREITAS MATOS.

DE 14 DE AGOSTO DE 2024

Conceder férias regulares ao servidor Gilmar Freitas Matos.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de férias regulares protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a referida, adquirida no período de **11/1/2022 à 10/1/2023.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulares ao servidor **Gilmar Freitas Matos,** lotado no Gabinete da Prefeita, ocupante do cargo de Assessor de Gabinete, a serem usufruídas no período de **2/9/2024 à 14/9/2024 e 23/9/2024 à 8/10/2024.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 14 de agosto de 2024.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial da AMM.

PORTARIA Nº 406, DE 2024 - DISPÕE SOBRE DESLIGAMENTO DA SENHORA IVANI LOPES DA SILVA COMO MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

DE 14 DE AGOSTO DE 2024

Dispõe sobre desligamento da senhora Ivani Lopes da Silva como membro do Conselho Municipal de Saúde.

CONSIDERANDO orequerimento da servidora, datado de 14/8/2024.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o desligamento da Senhora **Ivani Lopes da Silva** de suas atividades junto ao Conselho Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 14 de agosto de 2024.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial da AMM.

PORTARIA Nº 407, DE 2024 - CONCEDER FÉRIAS REGULARES AO SERVIDOR RICARDO RAMIL DE OLIVEIRA.

DE 14 DE AGOSTO DE 2024

Conceder férias regulares ao servidor Ricardo Ramil de Oliveira.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de férias regulares protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a referida, adquirida no período de **12/1/2021 à 11/1/2022.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulares ao servidor **Ricardo Ramil de Oliveira,** lotado na Secretaria Geral de Coord. Administrativa, ocupante do cargo de Chefe Cerimonial do Município, a serem usufruídas no período de **2/9/2024 à 1/10/2024.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 14 de agosto de 2024.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial da AMM.

2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 039/2024

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
CONTRATADO:MILLENIUM PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMÁTICA LTDA – CNPJ Nº 07.787.944/0001-08.	
MODALIDADE: ***PREGÃO PRESENCIAL ATRP Nº 015/2023***	**DATA:** 14/08/2024
OBJETO: Constitui o termo de Apostilamento contratual a alteração de dotação orçamentária para o empenho das despesas da **Secretária Municipal de Assistência Social**, relativas ao Contrato N° 039/2024, tendo como objetivo O presente contrato tem por objeto a Aquisição de Materiais de limpeza e utensílios domésticos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no edital e seus anexos.	
FICHA: 604 – Material de Consumo.	

1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 041/2024

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
CONTRATADO:ORIGINAL SOLUÇÕES LTDA – CNPJ Nº 13.333.523/0001-00.	
MODALIDADE: ***PREGÃO PRESENCIAL ATRP Nº 015/2023***	**DATA:** 14/08/2024
OBJETO: Constitui o termo de Apostilamento contratual a alteração de dotação orçamentária para o empenho das despesas da **Secretária Municipal de Assistência Social**, relativas ao Contrato N° 039/2024, tendo como objetivo O presente contrato tem por objeto a Aquisição de Materiais de limpeza e utensílios domésticos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no edital e seus anexos.	
FICHA: 604 – Material de Consumo.	

4º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2023

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
CONTRATADO:UNS CONSTRUÇOES REFORMAS E ALVENARIAS EIRELI - CNPJ Nº 11.215.382/0001-97	
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO nº. 12/2022.	**DATA:** 31/07/2024
DO OBJETO: Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Pavimentação Asfáltica e Drenagem Urbana, no **Bairro São Pedro Apóstolo**, referenté ao Termo de Convênio nº 0069-2022/SINFRA. **DA ALTERAÇÃO:** **2.1 - O presente termo aditivo tem por objetivo Prorrogação para mais 90 (noventa) dias do Prazo de Execução da Obra, estendendo-se o prazo de execução até o dia 14/10/2024 e prorrogar o prazo de vigência até o dia 03/01/2025.** **DA CONVALIDAÇÃO:** **Ficam convalidados os atos eventualmente praticados a partir de 17/07/2024 até a assinatura do presente aditivo.**	
DA JUSTIFICATIVAS: **O presente termo aditivo encontra embasamento legal no art. 57, §1º e art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.** **A prorrogação promovida por este Termo se deve aos seguintes fatores:** **A Administração Municipal se sentiu na obrigação de promover a prorrogação do prazo de execução das obras, de acordo com a justificativa do Departamento de Engenharia e Ofício nº 132/2024 Secretaria de Viação e Obras Públicas.**	

1º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 056/2024

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
CONTRATADO:MARCIONE ALVES PERROT EPP– CNPJ Nº 17.891.635/0001-29	
MODALIDADE: CONCORRÊNCIA nº. 003/2024.	**DATA:** 05/08/2024
DO OBJETO: Constitui o objeto do presente contrato, **Contratação de empresa para prestação de serviços de fechamento, com gradil de aço carbono, do terminal rodoviário João Messias da Silva**. **DA ALTERAÇÃO:** **O presente termo aditivo tem por objetivo Prorrogação para mais 30 (Trinta) dias do Prazo de Execução da Obra, estendendo-se o prazo de execução até o dia 30/08/2024 e prorrogar o prazo de vigência até o dia 22/11/2024.**	
DA JUSTIFICATIVAS: **O presente termo aditivo encontra embasamento legal no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.** **A prorrogação promovida por este Termo se deve aos seguintes fatores:** **A Administração Municipal se sentiu na obrigação de promover a prorrogação do prazo de execução das obras, de acordo com a justificativa do Departamento de Engenharia e Ofício nº 129/2024 Secretaria de Viação e Obras Públicas, considerando a necessidade de adicionar prazo à obra. A empresa já fabricou todo o material, necessitando prazo apenas para instalação. Diante do exposto em comum acordo com a empresa contratada a Administração resolve prorrogar o prazo de execução da obra e a vigência do contrato.**	

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 312, DE 2024 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2023

Dispõe sobre convocação de aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 006, de 2023.

CONSIDERANDO o oficio nº 720/2024/SMSPP.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO a homologação do Resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 006/2023 realizada por meio do Decreto nº 05/2024, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital, ficando **CONVOCADOS** os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, situada na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, cidade de Pedra Preta, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, conforme estabelecido no **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2023,** sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga, podendo à Prefeitura convocar o candidato imediatamente posterior.

CANDIDATO CONVOCADO:

ENFERMEIRO - LOCALIDADE SEDE

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
00011490	EVELYN MARTINS RIBEIRO	8º

Justificativa: 1 vaga para atender demanda da Atenção Básica PSF Cohab, para atuar no período diurno e atender as demais atendimentos da Secretaria Municipal de Saúde, em virtude da última convocada Elis Regina Trindade de Lima Guimarães já se encontra lotada no Hospital Municipal e permanecerá.

Pedra Preta, 14 de agosto de 2024.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 313, DE 2024 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2023

Dispõe sobre convocação de aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 006, de 2023.

CONSIDERANDO oficio nº 141-2024-Secretaria de Viação e Obras.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO a homologação do Resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 006/2023 realizada por meio do Decreto nº 09/2024, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital, ficando **CONVOCADOS** os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, situada na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, cidade de Pedra Preta, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, conforme estabelecido no **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2023,** sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga, podendo à Prefeitura convocar o candidato imediatamente posterior.

CANDIDATO CONVOCADO:

AGENTE DE VIGILÂNCIA – ADMINISTRAÇÃO GERAL

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0009980	MICHAEL DOUGLAS ALVES DE SOUSA	33º

Justificativa: 01 vaga de agente de vigilância para desenvolver suas funções junto a Secretaria Municipal de Viação e Obras Publicas, em virtude do término do contrato de servidor. Considerando que o candidato convocado pelo Edital de convocação 307/2024 está lotado na Secretaria de Educação (conforme oficio nº 557/2024/SME) e permanecerá.

Pedra Preta, 14 de agosto de 2024.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 314, DE 2024 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2023

Dispõe sobre convocação de aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 006, de 2023.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO a homologação do Resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 006/2023 realizada por meio do Decreto nº 05/2024, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital, ficando **CONVOCADOS** os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, situada na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, cidade de Pedra Preta, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, conforme estabelecido no **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2023,** sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga, podendo à Prefeitura convocar o candidato imediatamente posterior.

CANDIDATO CONVOCADO:

AGENTE DE VIGILÂNCIA – ADMINISTRAÇÃO GERAL

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0005640	HEMMILY APARECIDA ROBIS PEREIRA	34º

Justificativa: 01 vaga de agente de vigilância para serviços de vigilância do paço municipal, nos finais de semana, feriados e pontos facultativos. Considerando que a função de vigilância decorre da necessidade de assegurar a integridade dos bens patrimoniais, não permitindo a sua depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que redundem em dano ao patrimônio e, em especial, objetivando preservar as instalações. A convocação torna-se necessária, devido o pedido de exoneração do servidor Carlos Luciano Rodrigues. Considerando assim desistência do convocado pelo Edital de convocação nº 306/2024 desistiu da vaga.

Pedra Preta, 14 de agosto de 2024.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

I - TERMO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2024.

A Prefeita Municipal de Pedra Preta - MT, no uso de suas atribuições legais, regimentais e com fundamento na Lei 14.133/21 e suas alterações posteriores, juntamente com sua equipe técnica e Comissão de Contratação a vista do Termo de Retificação DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2024, para retificação do objeto.

Portanto a Administração podendo exercer o controle da legalidade de seus atos, decide RETIFICAR e PUBLICAR EDITAL RETIFICADO do CREDENCIAMENTO que tem como objeto: **Futura e eventual contratação de profissionais especializados em Fonoaudiologia; Terapia Ocupacional; Fisioterapia Neurológica; Terapia ABA; Psicomotricidade; Psicopedagoga; Neuropsicologia; para atender a demanda dos pacientes usuários do sistema de saúde pública do Munícipio de Pedra Preta –MT.**

Pedra Preta, 14 de agosto de 2024.

RITHYENE GOMES DA SILVA (Portaria 186/2023) Agente de Contratação

PORTARIA Nº 400, DE 2024 - CONCEDER FÉRIAS REGULARES AO SERVIDOR DIOGO MARTINS GARCIA.

DE 14 DE AGOSTO DE 2024

Conceder férias regulares ao servidor Diogo Martins Garcia.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de férias regulares protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a referida, adquirida no período de **5/11/2022 à 5/11/2023.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulares ao servidor **Diogo Martins Garcia,** lotado na Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Lazer, ocupante do cargo de Agente de Vigilância, a serem usufruídas no período de **15/8/2024 à 13/9/2024.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 14 de agosto de 2024.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial da AMM.

PORTARIA Nº 401, DE 2024 - CONCEDER FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA ERICA VICENTE CORREA CAMPOS.

DE 14 DE AGOSTO DE 2024

Conceder férias regulares a servidora Erica Vicente Correa Campos.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de férias regulares protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de **16/3/2022 à 15/3/2023.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulares aservidora **Erica Vicente Correa Campos,** lotada na Secretaria Municipal de Finanças, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a serem usufruídas no período de **31/8/2024 à 29/9/2024.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 14 de agosto de 2024.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial da AMM.

PORTARIA Nº 402, DE 2024 - CONCEDER FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA APARECIDA PEIXOTO DA FONSECA LACERDA.

DE 14 DE AGOSTO DE 2024

Conceder férias regulares a servidora Aparecida Peixoto da Fonseca Lacerda.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de férias regulares protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de **1/7/2023 à 1/7/2024.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulares aservidora **Aparecida Peixoto da Fonseca Lacerda,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, a serem usufruídas no período de **9/9/2024 à 23/9/2024 e 2/12/2024 à 16/12/2024.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 14 de agosto de 2024.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial da AMM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PORTARIA Nº 036, DE 31 DE JUNHO DE 2024.

PORTARIA Nº 036, DE 31 DE JUNHO DE 2024.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHORA **SULAMITA ORTEGA BIANCHI,** NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1° - Interromper, por necessidade do serviço, nos dias 04 a 12/06/2024 e 18 a 24/06/2024, as férias anuais da servidora **Débora Gonçalves Lopes**, matrícula funcional n° 5690, do período aquisitivo 2022/2023, concedidas no mês de Junho de 2024, nos termos do artigo 1º, III, do Decreto nº 046, de 13 de Junho de 2024.

Art.2° - Em decorrência do disposto no artigo anterior, as horas trabalhadas nas férias serão convertidas em folgas compensatórias e usufruídas no prazo máximo de cento e oitenta dias, a contar da data da aquisição de direito, nos termos dos artigos 2º, §1º, 3º, III e 4º, todos do Decreto nº 046/2024.

Art.3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de junho de 2024.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo-MT., em 31/07/2024.

_____

Sulamita Ortega Bianchi

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Decreto nº. 001 de 02/01/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO CARONA DE PREGÃO N° 08/2024

A Comissão de Agente de contratação, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria N°011/2024, torna público, para conhecimento dos interessados, foi feita a ***ADESÃO DA ATA DE REGISTROS DE PREÇO 002/2024 ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL 057/2023 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAUCHA DO NORTE, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL SAUDE DE POCONÉ,*** com a empresa:

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI

CNPJ: 03.250.803/0001-92

Poconé, 14 de agosto de 2024.

ERASMO PAULO DE LIMA

Agente de Contratação

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO VIGÉSSIMO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 08/2020

VIGÉSSIMO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 08/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

CONTRATADO: DOIS PONTOS SOLUÇÕES EM MARKETING LTDA - ME

CLAUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

1.1. Fica estabelecida a prorrogação deste contrato pelo período de 14 de agosto de 2024 a 14 de outubro de 2024.

Poconé/MT, 12 de agosto de 2024.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 54/2024

Ata de Registro de preço n° 54/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2024

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado**:** I E DE OLIVEIRA CONSTRUÇÕES LTDA

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE REFORMA DA QUADRA DE ESPORTE DA ESCOLA ANTONIO MARIA NA COMUNIDADE SÃO BENEDITO CONFORME PLANILHA E PROJETO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE POCONÉ/MT, conforme especificações e condições constantes nesta Ata de Registro de preços.

DOTAÇÃO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

70 -06.002.+12.365.0008.1029.4.4.90.2.706.00000

Valor Registrado: R$ 151.600,00 (cento e cinquenta e um mil e seiscentos reais)

Período: 12 meses

Poconé/MT, 14 de agosto de 2024.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2024

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria Nº 011/2024, de 10/01/2024, torna público para conhecimento dos interessados, que os vencedores da presente licitação destinada para A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA NECESSITA EXECUTAR A SELEÇÃO DE PROJETOS DE PESSOAS FISICAS OU JURIDICAS DE NATUREZA CULTURA, APTAS A DESENVOLVEREM ATIVIDADES DE TODOS OS SEGMENTOS CULTURAIS DO MUNICIPIO DE POCONÉ-MT. são:

Vencedores:

Licitante	CNPJ/CPF
JEFFERSON CRISTIANO AMORIM DA SILVA	704.128.591-06
HINGLETHY KELY SILVA OLIVEIRA	024.643.831-20
MATHEUS DIOGO SOUZA SANTOS	071.622.131-46
IVANEIDE MEDEIROS DA SILVA	601.428.394-34
GENILSON ODIL DE ARRUDA	039.583.181-42
CECILIO DOS SANTOS	352.632.611-87
PATRICK CUNHA LEITE	057.983.191-48
JOSE LUCAS DOS SANTOS	052.812.441-24
ADRIANO CASSIO PEREIRA DOS SANTOS	020.651.761-05
GIULLIETE ARRUDA E SILVA	017.666.951-59
FABIANA DA SILVA COSTA SAAD VITAL	987.023.271-04
CARLOS ANGELO LEMES DA CRUZ	570.999.871-00
ARLETE DA SILVA MODESTO	503.206.291-04
DALVA LUCIA DE OLIVEIRA SILVA	772.487.321-68
OZELIA MARIA CORREA DA COSTA MENDES	006.421.561-07
EDMARA MATTOS DE ANDRADE	044.732.041-62
ALCIONE RUTE DE ARRUDA	017.466.861-97
ANILOZIA MARIA DA CUNHA	870.759.541-72
DANIEL FRANCO	026.714.651-57
JOSENIRA CASSIA DE SOUZA R FERNANDES E VALDIR	593.495.221-87
ERNESTO LIDIO DA SILVA	352.634.661-53
ROSALINO MARCELO BENEDITO DE ARRUDA	904.970.741-68
JEDERSON DA SILVA GUIMARAES	032.909.761-06
TIAGO ABEL MARTINS LEAO	967.059.221-68
BENEDITO JORGE PINHO DA SILVA	011.409.421-74
MANOEL BENEDITO PEREIRA DA LUZ	006.678.731-98
MARIZETE DULCE DA CUNHA	023.908.321-05

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria Nº 011/2024, de 10/01/2024, torna público para conhecimento dos interessados, que os vencedores da presente licitação destinada para A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA NECESSITA EXECUTAR A SELEÇÃO DE PROJETOS DE PESSOAS FISICAS OU JURIDICAS DE NATUREZA CULTURA, APTAS A DESENVOLVEREM ATIVIDADES DE TODOS OS SEGMENTOS CULTURAIS DO MUNICIPIO DE POCONÉ-MT. são:

Vencedores:

Licitante	CNPJ/CPF
JURACI ANDRADE OLIVEIRA PRADO	020.572.001-32
LUCIELI RODRIGUES DE PAULA	704.124.591-83
AURELIO RENATO DA COSTA	172.500.721-53
BENEDITO DE JESUS CORREA DE ALMEIDA	869.428.671-87
ALESSANDRA CRISTIINA SILVA FIGUEREDO	059.366.781-64
BENEDITO CAMPOS DE ASSIS	204.419.401-53
CLARIZA SOUZA DE FREITAS	616.876.691-04
CLEUNESIO ANTONIO PROLO	602.994.529-72
JORGE MIGUEL SILVA MARTINS	048.776.571-00
JULIETE DOS SANTOS CORREA	062.731.931-93
MALAQUIIAS INOCENCIO DE JESUS	209.519.061-00
ROSA MARIA CINTRA XAVIER DOS SANTOS	013.136.871-03
WELLITON SOUZA RONDON	038.633.201-07
DANIELLY MARIA DA SILVA	075.470.811-00
LUCINEIA MARIA DE AMORIM	015.890.301-33
ROSIMEIRE RODRIGUES DA SILVA	889.309.471-15
MICHEL SANTOS PROLO	054.938.011-67

POCONÉ, 9 de Julho de 2024

Erasmo Paulo de Lima
Agente de Contratação

PORTARIA Nº 284/2024

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - NOMEAR a Senhora**DAIANE MARIA MORAES SILVA**, portadora do RG n. 2471093-8*, e inscrita no CPF n.* 049.556.891-08, para exercer o cargo de ASSESSORA TÉCNICA da Secretaria Municipal de Infraestrutura desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º -Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 05/08/2024.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Poconé-MT; 14 de agosto de 2024.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

DECRETO Nº 106 DE 14 DE AGOSTO DE 2024

COMPÕE O CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAC?ÃO E INTERESSE SOCIAL - FMHIS - DO MUNICÍPIO DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO da Lei Municipal nº, 1.458/2007, de 20 de dezembro de 2.017, que instituiu o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;

DECRETA:

Art. 1º. O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, será constituído por membros indicados pelos órgãos e entidades a seguir discriminados:

REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE MUNICIPAL DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO E GESTÃO:

Titular: Giordano Paolo Proença Campos

Suplente: Kamiele Benedita da Silva

REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO:

Titular: José Sergio da Silva Martins

Suplente: Fabio Oliveira

REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS - SISMUP:

Titular: Silvia Fátima da Silva

Suplente: Lucimeire de Fátima Silva Bastos Souza

REPRESENTANTES DA CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS - CDL:

Titular: Leonel Souza Volpato

Suplente: Laiane Ribeiro

REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS:

Titular: Joenil Heleno

Suplente: Antonio Rafael

REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS:

Titular: Cynthia Aparecida Eubank de Arruda Volpato

Suplente: Marília Joana da Silva

REPRESENTANTES DA PASTORAL DA CRIANÇA:

Titular: Dilma Merce de Almeida Nunes

Suplente: Fermina Oleria Gonçalves e Silva

Artigo 2º. O mandato dos membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS será para o Biênio de 2024/2025.

Artigo. 3º. A posse dos Conselheiros será dada pelo Prefeito do Município de Pedra Preta em reunião especialmente convocada, para a instalação do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação Social - FMHIS.

Art. 4º. A presidência do Conselho Gestor será exercida pela Secretária Municipal de Promoção Social.

Art. 5º. Compete a Secretaria de Promoção Social, proporcionar os meios necessários ao funcionamento do Conselho Gestor do FMHIS.

Art. 6º. Revoga-se as disposições do Decreto nº. 019/2016, de 13 de abril de 2.016.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 095/2024.

Prefeitura Municipal de Poconé - MT, 14 de agosto de 2024.

_____

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO Nº 016/2024

Tipo: Menor Preço Item

A Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia-MT, torna-se público aos interessados que **no PREGÃO ELETRONICO n° 016/2024**, tendo como objetoContratação de empresas especializadas para aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde da secretaria municipal de Saúde de Pontal do Araguaia-MT, cuja a abertura ocorreu as oito horas (horário de Brasília), do dia 31 de julho de 2024.

Sagrou-se vencedora da presente licitação as seguintes Empresas:

1 – M CARREGA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o Nº 32.593.430/0001-50, estabelecida à AV Henrique Mansano, Nº 1595, Bairro Alpes, na cidade de Londrina - PR, com valor total de R$ 5.434,78 (cinco mil quatrocentos e trinta e quatro reais setenta e oito centavos).

2 – BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o Nº 34.680.592/0001-51, estabelecida à RUA Graça Aranha, Nº 875, Bairro Vargem Grande, na cidade de Pinhais - PR, com valor total de R$ 4.580,00 (quatro mil quinhentos e oitenta reais).

3 – OP QUIRINO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES, inscrita no CNPJ sob o Nº 22.228.679/0001-03, estabelecida à AV Mangueiras, S/N QD. 51 LT. 16 SALA 01, Bairro Vila Alzira, na cidade de Aparecida de Goiânia - GO, com valor total de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

4 – GWC INDUSTRIA, IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRONICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o Nº 49.329.140/0001-05, estabelecida à AV Liberdade, Nº 3230 GalpãoG3 D Anexo A, Bairro Sesi, na cidade de Bayeux - PB, com valor total de R$ 2.247,02 (dois mil duzentos e quarenta sete reais dois centavos).

5 – LICITAFISIO COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o Nº 43.235.370/0001-10, estabelecida à Rua Professora Viero, Nº 1340 SALA 7, Bairro Madureira, na cidade de Caxias do Sul - RS, com valor total de R$ 2.931,97 (dois nove mil novecentos trinta e um reais e noventa e sete centavos).

6 – L FORASTIERI MACHADO LTDA, inscrita no CNPJ sob o Nº 47.123.165/0001-14, estabelecida à Rua Olívio Kohl, Nº 685, Bairro Jardim Aeroporto, na cidade de Coxim - MS, com valor total de R$ 2.939,94 (dois mil novecentos e trinta e nove reais noventa e quatro centavos).

7 – C V DA SILVA CUNHA & CIA, inscrita no CNPJ sob o Nº 34.254.618/0001-08, estabelecida à AV Universitária, Nº 133, Bairro João rocha, na cidade de Pontal do Araguaia - MT, com valor total de R$ 15.440,00 (quinze mil quatrocentos e quarenta reais).

8 – M.K.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o Nº 31.499.939/0001-76, estabelecida à Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, Nº 88 SALA B, Bairro Parque Ind ustrial, na cidade de Araçatuba - SP, com valor total de R$ 1.690,00 (um mil seiscentos e noventa reais).

9 – LEGACY DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA E ELETROELETRONICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o Nº 52.504.817/0001-09, estabelecida à AV Liberdade, Nº 3230 GalpãoG3 Anexo E, Bairro Centro, na cidade

de Bayeux - PB, com valor total de R$ 1.369,00 (um mil trezentos e sessenta e nove reais).

Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia-MT, 14 de agosto de 2024.

CLAYCSON MOREIRA QUEIROZ

PREGOEIRO MUNICIPAL

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2024

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP N.º 019/2024

A Prefeitura de Pontal do Araguaia estabelecida na Rua. Finlândia, s/n, Bairro Maria Joaquina I, na Cidade de Pontal do Araguaia-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 subsidiariamente pelo Decreto Municipal nº 2629/2024 e suas alterações posteriores estará realizando licitação na modalidade Pregão CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO BANCÁRIOS DE GERENCIAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO DO SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS, ALÉM DE EVENTUAIS ESTAGIÁRIOS, BEM COMO DOS SERVIDORES PÚBLICOS QUE EVENTUALMENTE ATUAM NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS, VINCULADOS À ADMINISTRAÇÃO DIRETA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA-MT **conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do Edital.**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir do dia 15 de AGOSTO de 2024.

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema até abertura da sessão pública.

INICIO DA SESSÂO DE DISPUTA DE PREÇOS: Dia 28 de AGOSTO de 2024, às 09:00 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://bll.org.br

LOCAL: O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, através do Pregoeiro (a) e equipe de apoio. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pelo Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio no Departamento de Licitações, situado à Rua Finlândia, s/nº , Maria Joaquina – Pontal do Araguaia-MT, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 13:00, pelo Telefone/Fax: (066) 3401- 7450/8541 ou e-mail: licitacaopontaldoaraguaia@gmail.com .

Pontal do Araguaia-MT, 14 de AGOSTO de 2024.

CLAYCSON MOREIRA QUEIROZ

PREGOEIRO MUNICIPAL

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 194/GP/2024

PORTARIA Nº 194/GP/2024 De 14 de Agosto de 2024.

“Dispõe sobre designação de Fiscal Substituto para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 098/2024 e dá outras providências”.

ADELCINO FRANCISCO LOPO, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar o Sr. Nilmar Hoser, como responsável substituto para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 098/2024.

Art. 2º - O representante designado no artigo primeiro desta Portaria, deverá realizar análise dos contratos, relatando seus andamentos com um relatório individual.

Art. 3º - *Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de assinatura dos contratos,* revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 14 de Agosto de 2024.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI MUNICIPAL N.º 1250/2024

LEI MUNICIPAL N.º 1250/2024 DE 14 DE AGOSTO DE 2024

“Autoriza o Poder Executivo Municipal abrir Crédito Adicional por Excesso de Arrecadação e dá outras providências. ”

ADELCINO FRANCISCO LOPO, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação, no orçamento vigente para o exercício de 2024, no valor de **R$ 74.248,00** (**setenta e quatro mil duzentos e quarenta e oito reais)** para criar as seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO:	06 – Secretaria Mun. De Saúde		
Unidade:	02 – Fundo Mun. De Saúde		
Função:	10 – Saúde		
SUBFUNÇÃO:	302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
PROGRAMA:	5007 – *Saúde* Integral ao Alcance de Todos		
PROJ/ATIVIDADE: 1093 – Aquisição e Equip. Média e Alta - MAC			
DOTAÇÃO	4.4.90.52	Equipamento e Material Permanente	R$ 74.248,00
TOTAL DA ATIVIDADE			**R$ 74.248,00**

Art. 2º - Será utilizado como fonte de recursos para abertura das dotações no valor de **R$ 74.248,00** (**setenta e quatro mil duzentos e quarenta e oito reais)** do Excesso de Arrecadação**.**

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a fazer as alterações necessárias e proceder á inclusão das despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei Complementar Federal n° 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), entre eles, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, na Lei Orçamentária Anual – LOA e no Plano Plurianual – PPA, para os exercícios de 2022 à 2025.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pontal do Araguaia – MT, 14 de Agosto de 2024.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI MUNICIPAL N.º 1251/2024

LEI MUNICIPAL N.º 1251/2024 DE 14 DE AGOSTO DE 2024

“Autoriza o Poder Executivo Municipal abrir Crédito Adicional por Excesso de Arrecadação e dá outras providências. ”

ADELCINO FRANCISCO LOPO, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação, no orçamento vigente para o exercício de 2024, no valor de **R$ 300.000,00** (**trezentos mil reais)** para criar as seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO:	06 – Secretaria Mun. De Saúde		
Unidade:	02 – Fundo Mun. De Saúde		
Função:	10 – Saúde		
SUBFUNÇÃO:	302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
PROGRAMA:	5007 – Saúde Integral ao Alcance de Todos		
PROJ/ATIVIDADE: 1163 – Aquisição e Equip. Média e Alta - MAC			
DOTAÇÃO	4.4.90.52	Equipamento e Material Permanente	R$ 300.000,00
TOTAL DA ATIVIDADE			**R$ 300.000,00**

Art. 2º - Será utilizado como fonte de recursos para abertura das dotações no valor de **R$ 300.000,00** (**trezentos mil reais)** do Excesso de Arrecadação**.**

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a fazer as alterações necessárias e proceder á inclusão das despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei Complementar Federal n° 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), entre eles, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, na Lei Orçamentária Anual – LOA e no Plano Plurianual – PPA, para os exercícios de 2022 à 2025.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pontal do Araguaia – MT, 14 de Agosto de 2024.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 013/2024

Objeto: Inclusão de dotação orçamentaria

Contratante: Município de Ponte Branca – MT

Contratada: **LABORATÓRIO DE PROTESE DENTARIA SOLUÇÃO LTDA.**

CNPJ: 36.271.505/0001-38

Período: 02/06/2024 à 31/12/2024

Data do Aditivo: 02/06/2024

Amparo Legal Lei nº 14.133 de 2021.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO II TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 26/2023

EXTRATO DO II TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 26/2023

Objeto: Prorrogação de Prazo

Contratante: Município de Ponte Branca – MT

Contratada: **SEBASTIÃO GUSTAVO PRIMO PARREIRA – SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**

CNPJ: **30.129.858/0001-11**

Período: 23/07/2024 à 22/12/2024

Data do Aditivo: 19/07/2024

Amparo Legal Lei nº 8.666 de 21.06.93. inciso II, art.57.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA CONCEDE RETORNO DE LICENÇA CONCORRER CARGO ELETIVO

PORTARIA Nº 053/RH/24

Concede *de Retorno da licença para concorrer cargo eletivo ao servidor público e estabelece outras providências.*

O Senhor **Clenei Parreira da Silva**, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

Considerando o requerimento de RENUNCIA a disputa do pleito eleitoral cargo eletivo de vereadora nas Eleições de 2024.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder retorno da licença para concorrer cargo eletivo, a servidora pública municipal **LEIA JOSINA NOGUEIRA SIVA**, FARMACEUTICA/BIOQUIMICA, a partir do dia 15/08/2024.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se, registre – se, Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca – MT, 14 de agosto de 2024.

CLENEI PARREIRA DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA 002/2024 ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE MONITORAMENTO DO TRANSPORTE ESCOLAR - FALTOU QUÓRUM

ATA 002/2024

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE MONITORAMENTO DO TRANSPORTE ESCOLAR - FALTOU QUÓRUM

Aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, nas dependências da Secretaria de Educação, situada na Avenida Sebastião Pereira, esquina com a Rua Santa Inês, neste Município de Porto Alegre do Norte-MT, foi marcada uma reunião com os membros da Comissão Municipal de Monitoramento do Transporte Escolar, para averiguação da Prestação de Contas do repasse do 1º Semestre de 2024. Esteve presente somente a conselheira Edvanessa Cristina dos Reis Silva e Grasiele David da Silva. Com justificativas de alguns membros ausentes, o motivo do não comparecimento, e foi constatado às 09h33min, ausência de quórum regimental necessário à instalação da Reunião Extraordinária. Então foi dispensando as Conselheiras presentes. Nada mais havendo ser tratado, eu, Maria Jose Leandro de Almeida Oliveira Técnica Administrativa da Secretaria de Educação redigi e lavrei a presente ata e segue assinados pelos presentes:

_____
_____

_____
_____

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE DISPENSA Nº 32/2024

EDITAL DE DISPENSA Nº 32/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2024.

DISPENSA DE VALOR COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14. 133/2021

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte/MT, torna público para conhecimento dos interessados a realização **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, cujo objeto: **"**Contratação de empresa especializada em prestação de Serviços de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP), para fornecimento de tráfego de voz Ilimitado com Chips e Aparelhos em comodato, conforme quantitativo e especificações constantes deste Termo de Referência**"**

Com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL,** nos termos do Art. nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021, e de acordo com as condições, critérios e procedimentos estabelecidos no edital e seus anexos, objetivando obter a melhor proposta, podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa.

Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 20/08/2024.

A proposta de Preços deverá ser entregue no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte, sito a Rua Tocantins, 1173 – bairro três irmão, – CEP – 78.655-000, no horário de 07:h30min às 11h300-min, e de 13:h30min às 17h300min, em dias úteis ou pelo email: licitacao@portoalegredonorte.mt.gov.br, até a data limite.

O Edital/Termo de Referência da Dispensa estará disponível no Site Oficial do Município https://www.portoalegredonorte.mt.gov.br/transparencia/licitacao-e-contrato/DISPENSA-LEI-14133- 2021/, ou através do email: licitacao@portoalegredonorte.mt.gov.br. Outras informações poderão ser obtidas na Sala da CPL, sito a Rua Tocantins, 1173 – bairro três irmão Porto Alegre do Norte-MT – CEP – 78.655- 000, 07:h30min às 11h300min, e de 13:h30min às 17h300min de segunda a sexta feira.

Porto Alegre do Norte, 14 de Agosto de 2024.

Daniel Rosa do Lago

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2024 COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO I DA LEI 14.133/2021 E DECRETO MUNICIPAL Nº 1545/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 135/2024

RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2024 COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO I da Lei 14.133/2021 E DECRETO MUNICIPAL Nº 1545/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 135/2024

O Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte Estado de Mato Grosso senhor Daniel Rosa do Lago no uso de suas **atribuições com BASE NO ART. Nº 75, INCISO II DA LEI Nº 14.133/2021 e DECRETO MUNICIPAL Nº 1545/2023** - **HOMOLOGA** o procedimento licitatório na modalidade **Dispensa de Licitação** 028/2024 que tem por objeto a**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE AR CONDICIONADO, PARA SALA DOS PROFESSORES E BIBLIOTECA DA ESCOLA MUNICIPAL DE NOVA FLORESTA, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER.",**onde vencedora foi a Empresa Vencedora: CENTER MOVEIS E ELETRODOMESTICO LTDA ME **CNPJ:** 04.330.173/0001-29 R$ 7.740,00 (Sete Mil Setecentos e Quarenta Reais) .

Porto Alegre do Norte-MT, 15 de Agosto 2024

Daniel Rosa do Lago

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA 003/2024 ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE MONITORAMENTO DO TRANSPORTE ESCOLAR

ATA 003/2024

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE MONITORAMENTO DO TRANSPORTE ESCOLAR

Aos quartoze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, nas dependências da Secretaria de Educação situada na Avenida Sebastião Pereira, esquina com a Rua Santa Inês, neste Município de Porto Alegre do Norte-MT, reuniram-se os membros da Comissão Municipal de Monitoramento do Transporte Escolar, para averiguação da Prestação de Contas do repasse do 1º Semestre de 2024, com a Presença dos Consenheiros: Edvanessa Cristina dos Reis Silva, Graciele David da Silva, Luzia Pereira Salgado, Karina Leite da Cruz Amorim e Valdirene Nunes de Almeida Castro, e também esteve presente a Técnica Administrativa Maria Jose Leandro de Almeida Oliveira para lavrar a ata de reunião. Iniciou-se a reunião extraordinária com a Vice Presidente do Conselho Edvanessa Cristina dos Reis Silva, agradecendo a presença de todos presentes e informou que a prefeitura encaminhou o relatório demonstrativo da prestação de contas do Transporte Escolar inserida no sistema GPO, que consta informação de Saldo reprogramado do ano anterior de 2023 no valor de R$ 1.475.211,26 (um milhão e quatrozentos e setenta e cinco mil e duzentos e onze reais e vinte e seis centavos), e teve um repasse do 1º semestre de 2024 no valor de R$ 596.180,78 (quinhentos e noventa e seis mil e cento e oitenta reais e setenta e oito centavos), e um saldo de rendimento no valor de R$ 55.510,66 (cinquenta e cinco mil e quinhentos e dez reais e sessenta e seis centavos), e um total de despesas realizadas no valor de R$ 490.135,11 (quatrocentos e noventa mil e cento e trinta e cinco reais e onze centavos), e um saldo na conta a reprogramar para o próximo semestre no valor de R$ 1.686.393,81 (um milhão e seiscentos e oitenta e seis mil e trezentos e noventa e tres reais e oitenta e um centavos), e apresentou também os demonstrativos impressos contendo: empenhos, notas fiscais, comprovantes de pagamentos, extratos bancários da prestação de contas, entre outros documentos, para que os membros da Comissão averiguassem e dar um parecer conclusivo. E continuando a reunião depois da averiguação da prestação de contas do 1º semestre de 2024, todos aprovaram a prestação de contas por unanimidade e deu o parecer favorável. E não havendo mais nada a relatar encerra-se esta reunião, lavrada por mim Maria Jose Leandro de Almeida Oliveira e segue assinada por todos os presentes:

_____
_____
_____
_____

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE DISPENSA Nº 39/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 139/2024.

EDITAL DE DISPENSA Nº 39/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 139/2024.

DISPENSA DE VALOR COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14. 133/2021

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte/MT, torna público para conhecimento dos interessados a realização **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, cujo objeto: "Contratação de entidade ou fundação para a prestação de serviços técnicos especializados de planejamento, organização e realização de Concurso Público de provas (escrita, prática), objetivando o provimento de cargos públicos, de Nível Fundamental, Nível Médio e Nível Superior e Cadastro de Reserva, com o fornecimento completo de recursos materiais e humanos, a execução de todas as atividades envolvidas e correlatas, em especial com a elaboração, impressão, aplicação e correção das provas, bem como toda e qualquer logística necessária para a execução dos serviços".

Com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL,** nos termos do Art. nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021, e de acordo com as condições, critérios

e procedimentos estabelecidos no edital e seus anexos, objetivando obter a melhor proposta, podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa.

Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 20/08/2024.

A proposta de Preços deverá ser entregue no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte, sito a Rua Tocantins, 1173 – bairro três irmão, – CEP – 78.655-000, no horário de 07:h30min às 11h300-min, e de 13:h30min às 17h300min, em dias úteis ou pelo email: licitacao@portoalegredonorte.mt.gov.br, até a data limite.

O Edital/Termo de Referência da Dispensa estará disponível no Site Oficial do Município https://www.portoalegredonorte.mt.gov.br/transparencia/licitacao-e-contrato/DISPENSA-LEI-14133- 2021/, ou através do email: licitacao@portoalegredonorte.mt.gov.br. Outras informações poderão ser obtidas na Sala da CPL, sito a Rua Tocantins, 1173 – bairro três irmão Porto Alegre do Norte-MT – CEP – 78.655- 000, 07:h30min às 11h300min, e de 13:h30min às 17h300min de segunda a sexta feira.

Porto Alegre do Norte, 14 de Agosto de 2024.

Daniel Rosa do Lago

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 12/2024

PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 12/2024

A prefeitura de Porto Esperidião torna público a **HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE12/2024**. DO OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DA DUPLA "HUMBERTO E RONALDO" PARA O 24º FCP - FESTIVAL DE PESCA E PRAIA DE PORTO ESPERIDIÃO – MT.** Em favor da empresa: **MAA PRODUÇÕES ARTISTICAS EIRELI– CNPJ – 22.316.617/0001-53.**
Valor total de: R$ R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais).

Porto Esperidião-MT, 14 de agosto de 2024- MARTINS DIAS DE OLIVEIRA- PREFEITO.

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 13/2024

PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 13/2024

A prefeitura de Porto Esperidião torna público a **HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE13/2024**. DO OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DO CANTOR "MATHEUZINHO SUCESSINHO" PARA O 24º FCP - FESTIVAL DE PESCA E PRAIA DE PORTO ESPERIDIÃO – MT.** Em favor da empresa: **SUCESSINHO PRODUÇÕES LTDA – CNPJ – 44.193.065/0001-76.**
Valor total de: R$ R$ 67.000,00 (sessenta e sete mil reais).

Porto Esperidião-MT, 14 de agosto de 2024- MARTINS DIAS DE OLIVEIRA- PREFEITO.

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 14/2024

PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 14/2024

A prefeitura de Porto Esperidião torna público a **HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE14/2024**. DO OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DA BANDA "NOVO SOM" PARA O 24º FCP - FESTIVAL DE PESCA E PRAIA DE PORTO ESPERIDIÃO – MT.** Em favor da empresa: **E.P. EVENTOS LTDA – CNPJ – 46.558.892/0001-41.**
Valor total de: R$ R$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Porto Esperidião-MT, 14 de agosto de 2024- MARTINS DIAS DE OLIVEIRA- PREFEITO.

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 15/2024

PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 15/2024

A prefeitura de Porto Esperidião torna público a **HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE15/2024**. DO OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DO CANTOR "HUGO DE LUCCA" PARA O 24º FCP - FESTIVAL DE PESCA E PRAIA DE PORTO ESPERIDIÃO – MT.** Em favor da empresa: **REVANILDO DIVINO SOUZA SILVA – CNPJ – 24.775.513/0001-32.**
Valor total de: R$ R$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais).

Porto Esperidião-MT, 14 de agosto de 2024- MARTINS DIAS DE OLIVEIRA- PREFEITO.

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 17/2024

PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 17/2024

A prefeitura de Porto Esperidião torna público a **HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE17/2024**. DO OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DA DUPLA "JADS E JADSON" PARA O 24º FCP - FESTIVAL DE PESCA E PRAIA DE PORTO ESPERIDIÃO – MT.** Em favor da empresa: **JADS E JADSON PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA – CNPJ – 15.641.222/0001-60.**
Valor total de: R$ R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Porto Esperidião-MT, 14 de agosto de 2024- MARTINS DIAS DE OLIVEIRA- PREFEITO.

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 16/2024

PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 16/2024

A prefeitura de Porto Esperidião torna público a **HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE16/2024**. DO OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DA BANDA "INOVAÇÃO" PARA O 24º FCP - FESTIVAL DE PESCA E PRAIA DE PORTO ESPERIDIÃO – MT.** Em favor da empresa: **PEDRO BATISTA CORREIA LIMITADA – CNPJ – 07.367.271/0001-29.**
Valor total de: R$ R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Porto Esperidião-MT, 14 de agosto de 2024- MARTINS DIAS DE OLIVEIRA- PREFEITO.

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 10/2024

PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 10/2024

A prefeitura de Porto Esperidião torna público a **HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE10/2024**. DO OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DA BANDA "ERRE SOM" PARA O 24º FCP - FESTIVAL DE PESCA E PRAIA DE PORTO ESPERIDIÃO – MT.** Em favor da empresa: **RONALDO SOARES DOS SANTOS – CNPJ – 30.372.904/0001-09.**
Valor total de: R$ R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Porto Esperidião-MT, 14 de agosto de 2024- MARTINS DIAS DE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/CONTABILIDADE
RGF 1º SEMESTRE 2024 - ANEXOS 1, 2, 3, 4, 5 E 6 (DEMOSTRATIVO SIMPLIFICADO)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JUL/2023 A JUN/2024

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses) LIQUIDADAS												TOTAL (últimos 12 meses)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	JUL/2023	AGO/2023	SET/2023	OUT/2023	NOV/2023	DEZ/2023	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	1.211.519,94	1.310.618,56	1.254.973,92	1.172.637,14	1.230.029,80	1.446.413,13	1.239.586,36	1.295.364,51	1.354.384,93	1.441.673,40	1.333.200,88	1.225.558,23	15.515.960,80	294,07
Pessoal Ativo	1.211.519,94	1.310.618,56	1.254.973,92	1.172.637,14	1.230.029,80	1.372.164,67	1.239.586,36	1.295.364,51	1.354.384,93	1.434.473,40	1.333.200,88	1.225.558,23	15.434.512,34	294,07
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.051.597,79	1.122.143,29	1.093.216,95	992.398,58	1.058.553,00	1.153.117,35	1.070.512,95	1.122.744,01	1.176.783,37	1.222.279,33	1.152.260,44	1.063.870,76	13.279.477,82	0,00
Obrigações Patronais	159.922,15	188.475,27	161.756,97	180.238,56	171.476,80	219.047,32	169.073,41	172.620,50	177.601,56	212.194,07	180.940,44	161.687,47	2.155.034,52	294,07
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.248,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.248,46	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.248,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.248,46	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.200,00	0,00	0,00	7.200,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1º do art. 19 da LRF)	89.474,99	101.415,54	112.126,17	63.775,89	133.476,96	275.089,78	81.975,31	62.413,26	111.860,96	61.688,81	74.328,42	78.440,33	1.246.066,42	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	89.474,99	101.415,54	112.126,17	63.775,89	133.476,96	200.841,32	31.837,31	11.243,43	59.603,45	8.118,79	19.405,02	20.709,03	852.027,90	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.248,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.248,46	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.926,32	46.958,15	48.045,83	50.060,29	51.858,76	54.666,66	297.516,01	0,00
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.211,68	4.211,68	4.211,68	3.509,73	3.064,64	3.064,64	22.274,05	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	1.122.044,95	1.209.203,02	1.142.847,75	1.108.861,25	1.096.552,84	1.171.323,35	1.157.611,05	1.232.951,25	1.242.523,97	1.379.984,59	1.258.872,46	1.147.117,90	14.269.894,38	294,07

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	35.036.439,72	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	0,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)	0,00	
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	577.626,92	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	34.458.812,80	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	14.270.188,45	41,41
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	18.607.758,91	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	17.677.370,96	51,30
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	16.746.983,02	48,60

Conforme MDF 14ª Edição, de 12/03/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JUL/2023 A JUN/2024

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL (art. 15 da LC 178/2021)	
PARÂMETROS PARA REDUÇÃO DO EXCEDENTE DE DTP (art. 15 da LC 178/2021)	Percentual
Limite Máximo (VII) (%) (LRF, art. 20)	0,00
DTP em 2021 (X) (%)	0,00
Excedente em 2021 (XI) = (X - VII) (%)	0,00
Redutor anual (XII) = (0,10 x XI) (%)	0,00

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL (art. 15 da LC 178/2	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP (art. 15 da LC 178/2021)											
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
% DTP (VI/V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota:

1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64

2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Constituição Federal

Conforme MDF 14ª Edição, de 12/03/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2024 A JUNHO/2024

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024		
		1º Semestre	2º Semestre	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	17.700,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	0,00	17.700,00	0,00	
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	
Internos	0,00	0,00	0,00	
Externos	0,00	0,00	0,00	
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	
Financiamentos	0,00	17.700,00	0,00	
Internos	0,00	17.700,00	0,00	
Externos	0,00	0,00	0,00	
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	0,00	0,00	
De Tributos	0,00	0,00	0,00	
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00	
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	
DEDUÇÕES (II)	0,00	0,00	0,00	
Disponibilidade de Caixa	0,00	0,00	0,00	
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	
(-) Restos a Pagar Processados	525.700,26	83.409,35	0,00	
(-) Depósitos Restituíves e Valores Vinculados	417.524,53	215.216,35	0,00	
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA² (DCL) (III) = (I - II)	0,00	17.700,00	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	31.143.290,70	35.036.439,72	0,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	0,00	0,00	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	31.143.290,70	35.036.439,72	0,00	
% da DC sobre a RCL (I/VI)	0,00	0,05	0,00	
% da DCL sobre a RCL (III/VI)	0,00	0,05	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <120%>	37.371.948,84	42.043.727,66	0,00	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <108%>	33.634.753,96	37.839.354,90	0,00	

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024		
		1º Semestre	2º Semestre	-
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DCL)	0,00	0,00	0,00	
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	
RP NÃO-PROCESSADOS	627.404,68	148.496,23	0,00	
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00	0,00	
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2024 A JUNHO/2024

RGF – ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R$ 1

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024		
		1º Semestre	2º Semestre	-
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	31.143.290,70	35.036.439,72	0,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	0,00	0,00	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	31.143.290,70	35.036.439,72	0,00	
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0,00	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <22%>	6.851.523,95	7.708.016,74	0,00	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <19,8%>	6.166.371,56	6.937.215,06	0,00	

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024		
		1º Semestre	2º Semestre	-
DOS ESTADOS (IX)	0,00	0,00	0,00	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	
DOS MUNICÍPIOS (X)	0,00	0,00	0,00	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	0,00	0,00	0,00	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)	0,00	0,00	0,00	
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	0,00	0,00	0,00	

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.29.1192], PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2024 A JUNHO/2024

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação 1 (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação 1 (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	35.036.439,72	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	35.036.439,72	0,00
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	5.605.830,36	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <14.4%>	5.045.247,32	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.452.550,78	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Semestre; de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.29.1192], PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2024 A JUNHO/2024

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RS 1

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)=(a-(b+c+d+e)-f)	(h)		(i) = (g - h)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	2.618.385,23	72.660,24	1.290.786,78	136.184,79	59.825,51	0,00	1.058.927,91	1.765.567,40	0,00	-706.639,49
Recursos Não Vinculados de Impostos	2.296.173,01	72.660,24	1.290.076,28	136.184,79	59.825,51	0,00	737.426,19	1.595.037,40	0,00	-857.611,21
Outros Recursos não Vinculados	322.212,22	0,00	710,50	0,00	0,00	0,00	321.501,72	170.530,00	0,00	150.971,72
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)	4.671.504,53	10.749,11	557.927,90	12.311,44	151.236,26	0,00	3.939.279,82	841.237,20	0,00	3.098.042,62
Recursos Vinculados à Educação	568.698,30	226,15	347.347,30	490,95	8.585,98	0,00	212.047,92	97.759,56	0,00	114.288,36
Transferências do FUNDEB	133.348,74	226,15	342.409,06	0,02	5.750,28	0,00	-215.036,77	45.745,00	0,00	-260.781,77
Outros Recursos Vinculados à Educação	435.349,56	0,00	4.938,24	490,93	2.835,70	0,00	427.084,69	52.014,56	0,00	375.070,13
Recursos Vinculados à Saúde	2.158.647,65	0,00	197.660,52	11.212,65	150,00	0,00	1.949.624,48	140.001,66	0,00	1.809.622,82
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	2.082.749,05	0,00	197.660,52	11.212,65	150,00	0,00	1.873.725,88	140.001,66	0,00	1.733.724,22
Outros Recursos Vinculados à Saúde	75.898,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.898,60	0,00	0,00	75.898,60
Recursos Vinculados à Assistência Social	53.850,97	10.478,00	5.575,25	0,00	4.592,23	0,00	33.205,49	1.412,00	0,00	31.793,49
Recursos Vinculados à Previdência Social (EXCETO RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	1.034.278,06	0,00	2.394,83	0,00	6.829,71	0,00	1.025.053,52	400.000,00	0,00	625.053,52
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Edu	60.613,83	0,00	0,00	0,00	6.829,71	0,00	53.784,12	0,00	0,00	53.784,12
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências	973.664,23	0,00	2.394,83	0,00	0,00	0,00	971.269,40	400.000,00	0,00	571.269,40
Demais Vinculações Legais	525.698,55	44,96	4.950,00	607,84	14.011,88	0,00	506.083,87	202.063,98	0,00	304.019,89
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência	427.811,00	44,96	0,00	607,84	14.011,88	0,00	413.146,32	202.063,98	0,00	211.082,34
Outras Vinculações Legais	97.887,55	0,00	4.950,00	0,00	0,00	0,00	92.937,55	0,00	0,00	92.937,55
Recursos Extraorçamentários	330.331,00	0,00	0,00	0,00	117.066,46	0,00	213.264,54	0,00	0,00	213.264,54
Outras Vinculações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)	-148.156,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-148.156,39	0,00	0,00	-148.156,39
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previd	-148.361,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-148.361,66	0,00	0,00	-148.361,66
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	205,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	205,27	0,00	0,00	205,27
TOTAL (IV) = (I + II + III)	7.141.733,37	83.409,35	1.848.714,68	148.496,23	211.061,77	0,00	4.850.051,34	2.606.804,60	0,00	2.243.246,74

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.29.1192], PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2024 A JUNHO/2024

LRF, art. 48 – Anexo 6 R$ 1

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR
Receita Corrente líquida	35.036.439,72
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	35.036.439,72
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	34.458.812,80

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	14.270.188,45	41,41
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	18.607.758,91	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	17.677.370,96	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	16.746.983,02	48,60

DÍVIDA CONSOLÍDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	17.700,00	0,05
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	42.043.727,66	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	7.708.016,74	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	5.605.830,36	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.452.550,78	7,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.29.1192], PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2024.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 011/2024.

A Prefeitura Municipal de Porto Estrela - MT, através de seu pregoeiro oficial, com a autorização do Prefeito Municipal, faz saber a todos os interessados que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de preços visando a contratação de empresa para realização de serviços

de borracharia para manutenção dos pneus da Frota da Prefeitura Municipal de Porto Estrela/MT, e que o presente certame **acontecerá no dia 28 de agosto de 2024, às 09:30h (horário de Brasília) na plataforma do Compras BR (**www.comprasbr.com.br**)**, o edital completo, suas alterações e demais informações poderão ser obtido por meio do endereço eletrônico: www.portoestrela.mt.gov.br, www.comprasbr.com.br ou através do Departamento de Licitações desta prefeitura, no horário de expediente.

Porto Estrela – MT, 14 de agosto de 2024.

Hiago Carlos da Silva

Pregoeiro Oficial

Portaria Nº 118/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/CONTABILIDADE
RREO 3º BIMESTRE 2024 ANEXOS 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13 E 14 (DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2024/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A JUN	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	38.347.251,00	38.461.251,00	6.622.346,49	17,22	17.815.708,42	46,32	20.645.542,58
RECEITAS CORRENTES	34.433.962,00	34.547.962,00	6.622.346,49	19,17	17.815.708,42	51,57	16.732.253,58
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.723.908,00	1.723.908,00	218.325,02	12,66	696.692,34	40,41	1.027.215,66
Impostos	1.697.715,00	1.697.715,00	203.935,32	12,01	650.038,86	38,29	1.047.676,14
Taxas	26.193,00	26.193,00	14.389,70	54,94	46.653,48	178,11	-20.460,48
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	1.487.515,00	1.487.515,00	62.980,54	4,23	156.516,76	10,52	1.330.998,24
Contribuições Sociais	1.146.100,00	1.146.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.146.100,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	341.415,00	341.415,00	62.980,54	18,45	156.516,76	45,84	184.898,24
RECEITA PATRIMONIAL	1.055.280,00	1.055.280,00	75.370,40	7,14	297.510,32	28,19	757.769,68
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	1.055.280,00	1.055.280,00	75.370,40	7,14	297.510,32	28,19	757.769,68
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	76.281,00	76.281,00	20.700,00	27,14	74.940,00	98,24	1.341,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	76.281,00	76.281,00	20.700,00	27,14	74.940,00	98,24	1.341,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	30.039.083,00	30.153.083,00	5.962.933,76	19,78	16.296.060,60	54,04	13.857.022,40
Transferências da União e de suas Entidades	14.855.898,00	14.969.898,00	2.961.747,60	19,78	7.797.099,75	52,09	7.172.798,25
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	12.181.315,00	12.181.315,00	2.398.855,78	19,69	6.794.971,83	55,78	5.386.343,17
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	3.001.870,00	3.001.870,00	602.330,38	20,07	1.703.989,02	56,76	1.297.880,98
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	51.895,00	51.895,00	282.036,77	543,48	293.988,40	566,51	-242.093,40
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	19.678,00	19.678,00	1.237,79	6,29	10.630,88	54,02	9.047,12
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	32.217,00	32.217,00	280.798,98	871,59	283.357,52	879,53	-251.140,52
RECEITAS DE CAPITAL	3.913.289,00	3.913.289,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.913.289,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.913.289,00	3.913.289,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.913.289,00
Transferências da União e de suas Entidades	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	3.713.289,00	3.713.289,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.713.289,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Tranferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.046.100,00	2.046.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.046.100,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	40.393.351,00	40.507.351,00	6.622.346,49	16,35	17.815.708,42	43,98	22.691.642,58
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2024/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A JUN	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	40.393.351,00	40.507.351,00	6.622.346,49	16,35	17.815.708,42	43,98	22.691.642,58
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	40.393.351,00	40.507.351,00	6.622.346,49	16,35	17.815.708,42	43,98	22.691.642,58
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	842.115,04			842.115,04		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais (CC 5.2.2.1.3.01.00)		842.115,04			842.115,04		

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2024/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

DESPESAS	DOTACAO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[2]
			BIMESTRE	JAN A JUN		BIMESTRE	JAN A JUN			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	39.129.027,40	39.913.355,90	6.022.467,58	19.202.291,63	20.711.064,27	6.112.739,21	16.494.341,95	23.419.013,95	14.844.171,41	0,00
DESPESAS CORRENTES	31.204.892,95	31.393.936,03	5.702.529,32	17.937.897,06	13.456.038,97	5.663.107,40	15.886.347,03	15.507.589,00	14.284.569,49	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.099.116,34	14.631.088,58	2.443.507,25	7.419.149,80	7.211.938,78	2.358.579,61	7.333.971,46	7.297.117,12	6.311.353,10	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.105.776,61	16.762.847,45	3.259.022,07	10.518.747,26	6.244.100,19	3.304.527,79	8.552.375,57	8.210.471,88	7.973.216,39	0,00
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	16.105.776,61	16.762.847,45	3.259.022,07	10.518.747,26	6.244.100,19	3.304.527,79	8.552.375,57	8.210.471,88	7.973.216,39	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	6.064.234,45	6.659.519,87	319.938,26	1.264.394,57	5.395.125,30	449.631,81	607.994,92	6.051.524,95	559.601,92	0,00
INVESTIMENTOS	6.064.234,45	6.659.519,87	319.938,26	1.264.394,57	5.395.125,30	449.631,81	607.994,92	6.051.524,95	559.601,92	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.859.900,00	1.859.900,00	0,00	0,00	1.859.900,00	0,00	0,00	1.859.900,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.264.323,60	1.468.673,60	327.053,22	989.949,53	478.724,07	327.053,22	989.949,51	478.724,09	832.485,82	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	40.393.351,00	41.382.029,50	6.349.520,80	20.192.241,16	21.189.788,34	6.439.792,43	17.484.291,46	23.897.738,04	15.676.657,23	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	40.393.351,00	41.382.029,50	6.349.520,80	20.192.241,16	21.189.788,34	6.439.792,43	17.484.291,46	23.897.738,04	15.676.657,23	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				0,00			331.416,96		2.139.051,19	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	40.393.351,00	41.382.029,50	6.349.520,80	20.192.241,16		6.439.792,43	17.815.708,42		17.815.708,42	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00			0,00			0,00		

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2024/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A JUN	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.046.100,00	2.046.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.046.100,00
RECEITAS CORRENTES	2.046.100,00	2.046.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.046.100,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	2.046.100,00	2.046.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.046.100,00
Contribuições Sociais	2.046.100,00	2.046.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.046.100,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Tranferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Tranferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2024/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1°)

R$ Milhares

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS²
			BIMESTRE	JAN A JUN		BIMESTRE	JAN A JUN			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.264.323,60	1.468.673,60	327.053,22	989.949,53	478.724,07	327.053,22	989.949,51	478.724,09	832.485,82	0,00
DESPESAS CORRENTES	1.264.323,60	1.468.673,60	327.053,22	989.949,53	478.724,07	327.053,22	989.949,51	478.724,09	832.485,82	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.253.923,60	1.458.273,60	327.053,22	989.949,53	468.324,07	327.053,22	989.949,51	468.324,09	832.485,82	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	10.400,00	10.400,00	0,00	0,00	10.400,00	0,00	0,00	10.400,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2024/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	JAN A JUN	%		BIMESTRE	JAN A JUN	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	39.129.027,40	39.913.355,90	6.022.467,58	19.202.291,63	95,10	20.711.064,27	6.112.739,21	16.494.341,95	94,34	23.419.013,95	0,00
Legislativa	1.590.496,80	1.590.496,80	278.559,65	811.146,63	4,02	779.350,17	251.029,24	744.438,86	4,26	846.057,94	0,00
Ação Legislativa	1.590.496,80	1.590.496,80	278.559,65	811.146,63	4,02	779.350,17	251.029,24	744.438,86	4,26	846.057,94	0,00
Administração	9.640.674,14	9.087.039,15	1.514.916,31	5.045.025,31	24,98	4.042.013,84	1.615.725,20	4.468.844,84	25,56	4.618.194,31	0,00
Administração Financeira	494.354,89	994.354,89	274.091,24	756.538,84	3,75	237.816,05	269.091,24	751.538,84	4,30	242.816,05	0,00
Controle Interno	225.027,20	225.027,20	27.966,78	89.635,94	0,44	135.391,26	25.885,50	87.554,66	0,50	137.472,54	0,00
Formação de Recursos Humanos	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
Administração Geral	8.901.292,05	7.847.657,06	1.212.858,29	4.198.850,53	20,79	3.648.806,53	1.320.748,46	3.629.751,34	20,76	4.217.905,72	0,00
Assistência Social	2.630.623,83	2.473.497,39	426.621,34	1.285.260,28	6,37	1.188.237,11	432.999,35	1.144.440,62	6,55	1.329.056,77	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	394.640,16	401.584,16	53.467,11	197.126,74	0,98	204.457,42	59.901,11	178.830,74	1,02	222.753,42	0,00
Assistência Comunitária	1.020.066,32	963.122,32	188.548,51	510.246,03	2,53	452.876,29	181.096,23	475.899,53	2,72	487.222,79	0,00
Administração Geral	1.215.917,35	1.108.790,91	184.605,72	577.887,51	2,86	530.903,40	192.002,01	489.710,35	2,80	619.080,56	0,00
Previdência Social	1.212.600,00	1.212.600,00	0,00	0,00	0,00	1.212.600,00	0,00	0,00	0,00	1.212.600,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	1.212.600,00	1.212.600,00	0,00	0,00	0,00	1.212.600,00	0,00	0,00	0,00	1.212.600,00	0,00
Saúde	7.381.707,28	7.972.298,76	1.600.786,88	4.566.631,30	22,62	3.405.667,46	1.494.455,09	4.098.001,80	23,44	3.874.296,96	0,00
Atenção Básica	3.005.626,42	3.453.752,42	622.836,42	1.600.957,99	7,93	1.852.794,43	545.854,72	1.454.054,36	8,32	1.999.698,06	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.997.860,00	2.066.336,68	574.540,99	1.596.573,01	7,91	469.763,67	582.426,95	1.470.584,26	8,41	595.752,42	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	529.780,32	539.780,32	103.213,71	290.264,23	1,44	249.516,09	107.869,71	269.608,84	1,54	270.171,48	0,00
Vigilância Sanitária	148.937,27	173.937,27	30.702,54	89.948,78	0,45	83.988,49	29.481,04	81.961,60	0,47	91.975,67	0,00
Vigilância Epidemiológica	126.478,60	111.478,60	20.123,18	51.306,09	0,25	60.172,51	20.123,18	48.381,09	0,28	63.097,51	0,00
Administração Geral	1.573.024,67	1.627.013,47	249.370,04	937.581,20	4,64	689.432,27	208.699,49	773.411,65	4,42	853.601,82	0,00
Educação	6.125.948,56	6.133.512,02	1.385.284,25	3.824.483,21	18,94	2.309.028,81	1.256.255,63	3.381.620,52	19,34	2.751.891,50	0,00
Ensino Fundamental	4.024.370,01	3.621.370,01	727.714,70	2.095.212,42	10,38	1.526.157,59	715.259,14	2.003.024,17	11,46	1.618.345,84	0,00
Educação Infantil	370.619,35	803.182,81	192.841,23	534.200,84	2,65	268.981,97	176.050,20	491.921,33	2,81	311.261,48	0,00
Educação Especial	14.210,56	14.210,56	0,00	0,00	0,00	14.210,56	0,00	0,00	0,00	14.210,56	0,00
Administração Geral	319.000,00	297.000,00	67.111,08	178.803,44	0,89	118.196,56	64.373,60	164.195,73	0,94	132.804,27	0,00
Demais Subfunções	1.397.748,64	1.397.748,64	397.617,24	1.016.266,51	5,03	381.482,13	300.572,69	722.479,29	4,13	675.269,35	0,00
Cultura	78.960,00	78.960,00	0,00	2.160,00	0,01	76.800,00	0,00	2.160,00	0,01	76.800,00	0,00
Difusão Cultural	78.960,00	78.960,00	0,00	2.160,00	0,01	76.800,00	0,00	2.160,00	0,01	76.800,00	0,00
Urbanismo	3.225.254,40	4.001.529,39	135.775,86	917.771,15	4,55	3.083.758,24	325.245,86	347.241,15	1,99	3.654.288,24	0,00
Infra-Estrutura Urbana	2.883.839,40	3.660.114,39	100.000,00	860.114,39	4,26	2.800.000,00	289.470,00	289.584,39	1,66	3.370.530,00	0,00
Serviços Urbanos	341.415,00	341.415,00	35.775,86	57.656,76	0,29	283.758,24	35.775,86	57.656,76	0,33	283.758,24	0,00
Saneamento	1.495.387,34	1.374.711,58	155.534,53	409.438,41	2,03	965.273,17	167.134,53	377.238,41	2,16	997.473,17	0,00
Saneamento Básico Urbano	1.203.203,10	1.203.203,10	155.534,53	409.438,41	2,03	793.764,69	167.134,53	377.238,41	2,16	825.964,69	0,00
Demais Subfunções	292.184,24	171.508,48	0,00	0,00	0,00	171.508,48	0,00	0,00	0,00	171.508,48	0,00
Gestão Ambiental	24.000,00	24.000,00	0,00	0,00	0,00	24.000,00	0,00	0,00	0,00	24.000,00	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas	24.000,00	24.000,00	0,00	0,00	0,00	24.000,00	0,00	0,00	0,00	24.000,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.29.1192], PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2024/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	JAN A JUN	%		BIMESTRE	JAN A JUN	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
Agricultura	877.363,17	728.363,17	142.824,97	406.806,27	2,01	321.556,90	132.877,53	339.942,78	1,94	388.420,39	0,00
Abastecimento	73.937,60	44.937,60	0,00	0,00	0,00	44.937,60	0,00	0,00	0,00	44.937,60	0,00
Extensão Rural	60.000,00	60.000,00	13.335,02	27.431,41	0,14	32.568,59	12.178,95	22.549,70	0,13	37.450,30	0,00
Administração Geral	573.425,57	503.425,57	97.013,35	270.601,41	1,34	232.824,16	64.970,89	221.321,74	1,27	282.103,83	0,00
Demais Subfunções	170.000,00	120.000,00	32.476,60	108.773,45	0,54	11.226,55	55.727,69	96.071,34	0,55	23.928,66	0,00
Comércio e Serviços	819.904,88	809.904,88	32.623,61	231.882,02	1,15	578.022,86	43.745,80	200.888,92	1,15	609.015,96	0,00
Turismo	819.904,88	809.904,88	32.623,61	231.882,02	1,15	578.022,86	43.745,80	200.888,92	1,15	609.015,96	0,00
Transporte	1.506.607,00	1.506.607,00	20.211,04	836.809,73	4,14	669.797,27	171.854,84	686.329,03	3,93	820.277,97	0,00
Transporte Rodoviário	1.479.567,00	1.479.567,00	1.404,04	818.002,73	4,05	661.564,27	153.047,84	667.522,03	3,82	812.044,97	0,00
Demais Subfunções	27.040,00	27.040,00	18.807,00	18.807,00	0,09	8.233,00	18.807,00	18.807,00	0,11	8.233,00	0,00
Desporto e Lazer	540.000,00	940.335,76	329.329,14	864.877,32	4,28	75.458,44	221.416,14	703.195,02	4,02	237.140,74	0,00
Desporto Comunitário	340.000,00	202.982,16	29.329,14	131.001,43	0,65	71.980,73	38.086,14	129.426,43	0,74	73.555,73	0,00
Lazer	200.000,00	737.353,60	300.000,00	733.875,89	3,63	3.477,71	183.330,00	573.768,59	3,28	163.585,01	0,00
Encargos Especiais	119.600,00	119.600,00	0,00	0,00	0,00	119.600,00	0,00	0,00	0,00	119.600,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	119.600,00	119.600,00	0,00	0,00	0,00	119.600,00	0,00	0,00	0,00	119.600,00	0,00
Reserva de Contingência	1.859.900,00	1.859.900,00	0,00	0,00	0,00	1.859.900,00	0,00	0,00	0,00	1.859.900,00	0,00
Demais Subfunções	1.859.900,00	1.859.900,00	0,00	0,00	0,00	1.859.900,00	0,00	0,00	0,00	1.859.900,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.264.323,60	1.468.673,60	327.053,22	989.949,53	4,90	478.724,07	327.053,22	989.949,51	5,66	478.724,09	0,00
Legislativa	67.600,00	67.600,00	11.677,68	36.969,06	0,18	30.630,94	11.677,68	36.969,06	0,21	30.630,94	0,00
Ação Legislativa	67.600,00	67.600,00	11.677,68	36.969,06	0,18	30.630,94	11.677,68	36.969,06	0,21	30.630,94	0,00
Administração	294.537,90	459.537,90	112.373,37	329.543,81	1,63	129.994,09	112.373,37	329.543,81	1,88	129.994,09	0,00
Administração Financeira	3.645,11	103.645,11	25.784,84	69.935,47	0,35	33.709,64	25.784,84	69.935,47	0,40	33.709,64	0,00
Controle Interno	24.972,80	24.972,80	4.406,68	15.422,31	0,08	9.550,49	4.406,68	15.422,31	0,09	9.550,49	0,00
Administração Geral	265.919,99	330.919,99	82.181,85	244.186,03	1,21	86.733,96	82.181,85	244.186,03	1,40	86.733,96	0,00
Assistência Social	47.667,53	47.667,53	7.215,92	27.181,82	0,13	20.485,71	7.215,92	27.181,82	0,16	20.485,71	0,00
Assistência Comunitária	32.360,88	32.360,88	5.256,61	21.654,65	0,11	10.706,23	5.256,61	21.654,65	0,12	10.706,23	0,00
Administração Geral	15.306,65	15.306,65	1.959,31	5.527,17	0,03	9.779,48	1.959,31	5.527,17	0,03	9.779,48	0,00
Saúde	418.164,72	422.514,72	88.755,53	260.772,02	1,29	161.742,70	88.755,53	260.772,02	1,49	161.742,70	0,00
Atenção Básica	198.385,70	198.385,70	49.425,42	143.642,19	0,71	54.743,51	49.425,42	143.642,19	0,82	54.743,51	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	35.200,28	42.670,28	9.100,47	25.394,23	0,13	17.276,05	9.100,47	25.394,23	0,15	17.276,05	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	20.219,68	20.219,68	3.908,12	12.793,92	0,06	7.425,76	3.908,12	12.793,92	0,07	7.425,76	0,00
Vigilância Sanitária	11.623,25	11.623,25	3.351,23	7.884,78	0,04	3.738,47	3.351,23	7.884,78	0,05	3.738,47	0,00
Vigilância Epidemiológica	13.521,40	13.521,40	3.840,71	9.628,99	0,05	3.892,41	3.840,71	9.628,99	0,06	3.892,41	0,00
Administração Geral	139.214,41	136.094,41	19.129,58	61.427,91	0,30	74.666,50	19.129,58	61.427,91	0,35	74.666,50	0,00
Educação	379.010,44	404.010,44	99.334,02	305.234,39	1,51	98.776,05	99.334,02	305.234,39	1,75	98.776,05	0,00
Ensino Fundamental	343.073,79	343.073,79	82.357,67	248.759,59	1,23	94.314,20	82.357,67	248.759,59	1,42	94.314,20	0,00
Educação Infantil	34.896,65	59.896,65	16.976,35	56.474,80	0,28	3.421,85	16.976,35	56.474,80	0,32	3.421,85	0,00
Educação Especial	1.040,00	1.040,00	0,00	0,00	0,00	1.040,00	0,00	0,00	0,00	1.040,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.29.1192], PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2024/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	JAN A JUN	%		BIMESTRE	JAN A JUN	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
Cultura	1.040,00	1.040,00	0,00	0,00	0,00	1.040,00	0,00	0,00	0,00	1.040,00	0,00
Difusão Cultural	1.040,00	1.040,00	0,00	0,00	0,00	1.040,00	0,00	0,00	0,00	1.040,00	0,00
Saneamento	27.060,66	27.060,66	1.974,30	9.918,77	0,05	17.141,89	1.974,30	9.918,77	0,06	17.141,89	0,00
Saneamento Básico Urbano	19.244,90	19.244,90	1.974,30	6.827,05	0,03	12.417,85	1.974,30	6.827,05	0,04	12.417,85	0,00
Demais Subfunções	7.815,76	7.815,76	0,00	3.091,72	0,02	4.724,04	0,00	3.091,72	0,02	4.724,04	0,00
Agricultura	16.574,43	16.574,43	3.609,42	11.135,65	0,06	5.438,78	3.609,42	11.135,65	0,06	5.438,78	0,00
Administração Geral	16.574,43	16.574,43	3.609,42	11.135,65	0,06	5.438,78	3.609,42	11.135,65	0,06	5.438,78	0,00
Comércio e Serviços	2.267,92	12.267,92	2.112,98	9.194,01	0,05	3.073,91	2.112,98	9.193,99	0,05	3.073,93	0,00
Turismo	2.267,92	12.267,92	2.112,98	9.194,01	0,05	3.073,91	2.112,98	9.193,99	0,05	3.073,93	0,00
Encargos Especiais	10.400,00	10.400,00	0,00	0,00	0,00	10.400,00	0,00	0,00	0,00	10.400,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	10.400,00	10.400,00	0,00	0,00	0,00	10.400,00	0,00	0,00	0,00	10.400,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	40.393.351,00	41.382.029,50	6.349.520,80	20.192.241,16	100,00	21.189.788,34	6.439.792,43	17.484.291,46	100,00	23.897.738,04	0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.29.1192], PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JUL/2023 A JUN/2024

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) — R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	JUL/2023	AGO/2023	SET/2023	OUT/2023	NOV/2023	DEZ/2023	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024		
RECEITAS CORRENTES (I)	2.900.779,69	2.749.659,86	2.644.048,87	3.711.961,50	3.182.060,04	5.666.918,13	3.297.459,17	3.495.063,48	3.117.267,23	3.198.213,89	3.402.053,60	4.205.745,34	41.571.230,80	39.463.828,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	66.790,28	10.549,98	10.356,87	170.310,46	50.100,86	698.463,28	124.703,41	48.966,94	89.939,90	214.757,07	133.044,00	85.281,02	1.703.264,07	1.723.908,00
IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87.140,38	8.943,61	1.549,31	1.200,77	565,15	1.517,63	2.683,56	103.600,41	21.264,00
ISS	16.530,30	10.549,98	4.030,27	2.908,53	3.175,17	119.012,46	14.006,27	21.303,94	27.262,92	20.695,25	12.409,76	10.292,56	262.177,41	784.511,00
ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	133.767,33	40.118,80	1.136,14	0,00	98.000,00	3.200,00	0,00	276.222,27	165.577,00
IRRF	50.259,98	0,00	6.326,60	167.401,93	46.925,69	241.029,76	53.301,90	15.128,25	54.938,07	87.953,16	107.841,19	65.990,62	897.097,15	702.914,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	117.513,35	8.332,83	9.849,30	6.538,14	7.543,51	8.075,42	6.314,28	164.166,83	49.642,00
Contribuições	19.395,45	9.943,13	24.381,12	26.057,67	12.480,46	1.126.109,54	21.318,32	28.696,02	26.594,08	16.927,80	36.420,90	26.559,64	1.374.884,13	1.487.515,00
Receita Patrimonial	50.347,08	54.340,26	49.037,07	45.351,00	38.855,12	246.625,55	47.300,06	83.905,50	45.950,19	44.984,17	39.198,34	36.172,06	782.066,40	1.055.280,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	50.347,08	54.340,26	49.037,07	45.351,00	38.855,12	246.625,55	47.300,06	83.905,50	45.950,19	44.984,17	39.198,34	36.172,06	782.066,40	1.055.280,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	466,20	300,00	885,00	1.260,01	105,00	7.590,00	30.000,00	7.860,00	8.790,00	8.055,00	12.645,00	77.956,21	76.281,00
Transferências Correntes	2.708.230,16	2.602.325,19	2.495.064,00	3.368.092,23	3.003.133,43	3.992.223,05	3.090.506,10	3.300.415,49	2.946.293,50	2.910.553,59	3.184.624,90	3.763.761,31	37.365.222,95	35.068.949,00
Cota-Parte do FPM	1.201.625,88	814.296,15	830.092,42	770.958,77	1.000.291,58	1.588.533,21	1.098.712,70	1.493.975,66	931.411,88	976.914,86	1.136.515,90	1.220.428,60	13.063.757,61	13.303.661,00
Cota-Parte do ICMS	884.836,88	988.861,22	992.158,22	1.002.502,63	980.258,67	949.199,85	1.268.156,01	1.200.486,80	1.178.879,03	1.178.786,17	1.147.891,67	1.237.366,51	13.009.383,66	11.164.648,00
Cota-Parte do IPVA	32.348,06	25.721,60	12.204,53	17.351,94	4.704,10	5.212,93	12.705,77	22.658,62	13.019,64	22.838,84	73.038,48	74.339,74	316.144,25	259.390,00
Cota-Parte do ITR	6.411,35	8.256,07	27.025,39	542.726,37	68.723,55	49.011,26	88.569,63	5.968,43	56.451,83	36.474,36	31.553,14	6.129,73	927.301,11	935.152,00
Transferências da LC 61/1989	14.315,70	14.463,64	15.500,91	15.649,31	16.026,64	67.691,03	9.021,59	7.517,66	6.983,48	10.059,47	13.285,64	4.018,15	194.533,22	143.182,00
Transferencias do FUNDEB	231.990,61	256.562,59	250.076,11	278.092,97	263.519,04	327.487,65	283.048,78	292.107,37	258.640,18	267.862,31	288.240,70	314.089,68	3.311.717,99	3.001.870,00
Outras Transferências Correntes	336.701,68	494.163,92	368.006,42	740.810,24	669.609,85	1.005.087,12	330.291,62	277.700,95	500.907,46	417.617,58	494.099,37	907.388,90	6.542.385,11	6.261.046,00
Outras Receitas Correntes	56.016,72	72.035,10	64.909,81	101.265,14	76.230,16	-396.608,29	6.041,28	3.079,53	629,56	2.201,26	710,46	281.326,31	267.837,04	51.895,00
DEDUÇÕES (II)	327.168,10	367.426,85	348.069,75	466.707,80	410.759,13	1.714.565,16	493.628,65	544.617,78	433.392,73	443.002,68	477.799,71	507.652,74	6.534.791,08	6.115.066,00
Contribuição do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.090.591,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.090.591,81	1.146.100,00
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.100,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	203.171,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	203.171,95	50.000,00
Dedução de Receita para Formação do Fundeb	327.168,10	367.426,85	348.069,75	466.707,80	410.759,13	420.801,40	493.628,65	544.617,78	433.392,73	443.002,68	477.799,71	507.652,74	5.241.027,32	4.915.866,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.573.611,59	2.382.233,01	2.295.979,12	3.245.253,70	2.771.300,91	3.952.352,97	2.803.830,52	2.950.445,70	2.683.874,50	2.755.211,21	2.924.253,89	3.698.092,60	35.036.439,72	33.348.762,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	2.573.611,59	2.382.233,01	2.295.979,12	3.245.253,70	2.771.300,91	3.952.352,97	2.803.830,52	2.950.445,70	2.683.874,50	2.755.211,21	2.924.253,89	3.698.092,60	35.036.439,72	33.348.762,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, § 11) (VII)	42.240,00	50.965,87	44.357,05	42.240,00	42.240,00	79.464,00	50.200,00	45.184,00	45.184,00	45.184,00	45.184,00	45.184,00	577.626,92	473.676,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	2.531.371,59	2.331.267,14	2.251.622,07	3.203.013,70	2.729.060,91	3.872.888,97	2.753.630,52	2.905.261,70	2.638.690,50	2.710.027,21	2.879.069,89	3.652.908,60	34.458.812,80	32.875.086,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2024/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) — R$ 1

PODER / ORGÃO		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total
		Inscritos					Inscritos						
		Exercicios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2023 (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Exercicios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2023 (g)	Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	L = (e + k)
	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	60.708,65	297.487,00	274.786,32	0,00	83.409,33	0,00	627.404,61	478.908,45	478.908,45	0,00	148.496,16	231.905,49
01	PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	178.740,00	178.740,00	178.740,00	0,00	0,00	0,00
0101	PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	178.740,00	178.740,00	178.740,00	0,00	0,00	0,00
02	PODER EXECUTIVO	60.708,65	297.487,00	274.786,32	0,00	83.409,33	0,00	448.664,61	300.168,45	300.168,45	0,00	148.496,16	231.905,49
0202	GABINETE DO PREFEITO E DEPENDENCIAS	0,00	11.832,67	11.832,67	0,00	0,00	0,00	12.714,00	11.819,36	11.819,36	0,00	894,64	894,64
0203	SECR. MUNICIPAL DE ADM, FINANÇAS E PLANEJAMENTO	692,76	100.567,53	91.967,58	0,00	9.292,71	0,00	58.766,10	19.253,99	19.253,99	0,00	39.512,11	48.804,82
0204	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	4.467,27	56.550,58	56.324,42	0,00	4.693,43	0,00	16.484,36	15.993,42	15.993,42	0,00	490,94	5.184,37
0205	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	19.361,57	42.375,50	42.375,50	0,00	19.361,57	0,00	209.990,10	115.162,35	115.162,35	0,00	94.827,75	114.189,32
0206	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	1.874,80	49.409,43	38.657,32	0,00	12.626,91	0,00	33.645,51	29.915,51	29.915,51	0,00	3.730,00	16.356,91
0208	SECR. MUN. DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔM	288,75	11.730,29	11.730,29	0,00	288,75	0,00	8.432,78	0,00	0,00	0,00	8.432,78	8.721,53
0209	SECR. MUN. DE OBRAS, INFRA - ESTRUTURA E SERVIÇOS	33,50	20.118,71	16.996,25	0,00	3.155,96	0,00	90.231,67	89.623,73	89.623,73	0,00	607,94	3.763,90
0210	SECR. MUN. DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	33.990,00	4.902,29	4.902,29	0,00	33.990,00	0,00	18.400,09	18.400,09	18.400,09	0,00	0,00	33.990,00
	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,02	167.504,59	167.504,59	0,00	0,02	0,00	0,07	0,00	0,00	0,00	0,07	0,09
01	PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02	PODER EXECUTIVO	0,02	167.504,59	167.504,59	0,00	0,02	0,00	0,07	0,00	0,00	0,00	0,07	0,09
	TOTAL (III) = (I + II)	60.708,67	464.991,59	442.290,91	0,00	83.409,35	0,00	627.404,68	478.908,45	478.908,45	0,00	148.496,23	231.905,58

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.29.1192], PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2024/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A JUN (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A JUN (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	6.659.519,87	1.264.394,57	5.395.125,30
Investimentos	6.659.519,87	1.264.394,57	5.395.125,30
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	6.659.519,87	1.264.394,57	5.395.125,30
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	6.659.519,87 <(d - a)>	1.264.394,57 <(e - b)>	5.395.125,30 <(f - c)>

Notas:
1 < Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>
2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.29.1192], PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2024/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1

PODER / ORGÃO		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total
		Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	
		Exercicios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2023 (b)	(c)	(d)	= (a+b) - (c+d)	Exercicios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2023 (g)	(h)	(i)	(j)	k = (f+g) - (i+j)	L = (e + k)
	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	60.708,65	297.487,00	274.786,32	0,00	83.409,33	0,00	627.404,61	478.908,45	478.908,45	0,00	148.496,16	231.905,49
01	PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	178.740,00	178.740,00	178.740,00	0,00	0,00	0,00
0101	PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	178.740,00	178.740,00	178.740,00	0,00	0,00	0,00
02	PODER EXECUTIVO	60.708,65	297.487,00	274.786,32	0,00	83.409,33	0,00	448.664,61	300.168,45	300.168,45	0,00	148.496,16	231.905,49
0202	GABINETE DO PREFEITO E DEPENDENCIAS	0,00	11.832,67	11.832,67	0,00	0,00	0,00	12.714,00	11.819,36	11.819,36	0,00	894,64	894,64
0203	SECR. MUNICIPAL DE ADM, FINANÇAS E PLANEJAMENTO	692,76	100.567,53	91.967,58	0,00	9.292,71	0,00	58.766,10	19.253,99	19.253,99	0,00	39.512,11	48.804,82
0204	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	4.467,27	56.550,58	56.324,42	0,00	4.693,43	0,00	16.484,36	15.993,42	15.993,42	0,00	490,94	5.184,37
0205	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	19.361,57	42.375,50	42.375,50	0,00	19.361,57	0,00	209.990,10	115.162,35	115.162,35	0,00	94.827,75	114.189,32
0206	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	1.874,80	49.409,43	38.657,32	0,00	12.626,91	0,00	33.645,51	29.915,51	29.915,51	0,00	3.730,00	16.356,91
0208	SECR. MUN. DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔM	288,75	11.730,29	11.730,29	0,00	288,75	0,00	8.432,78	0,00	0,00	0,00	8.432,78	8.721,53
0209	SECR. MUN. DE OBRAS, INFRA - ESTRUTURA E SERVIÇOS	33,50	20.118,71	16.996,25	0,00	3.155,96	0,00	90.231,67	89.623,73	89.623,73	0,00	607,94	3.763,90
0210	SECR. MUN. DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	33.990,00	4.902,29	4.902,29	0,00	33.990,00	0,00	18.400,09	18.400,09	18.400,09	0,00	0,00	33.990,00
	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,02	167.504,59	167.504,59	0,00	0,02	0,00	0,07	0,00	0,00	0,00	0,07	0,09
01	PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02	PODER EXECUTIVO	0,02	167.504,59	167.504,59	0,00	0,02	0,00	0,07	0,00	0,00	0,00	0,07	0,09
	TOTAL (III) = (I + II)	60.708,67	464.991,59	442.290,91	0,00	83.409,35	0,00	627.404,68	478.908,45	478.908,45	0,00	148.496,23	231.905,58

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.29.1192], PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2024/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS (Art. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A JUN
1- RECEITA DE IMPOSTOS	1.674.266,00	650.038,86
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	21.264,00	16.460,03
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	165.577,00	142.454,94
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	784.511,00	105.970,70
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	702.914,00	385.153,19
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	25.806.033,00	14.564.159,99
2.1- Cota-Parte FPM	13.303.661,00	6.857.959,60
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea B	12.220.139,00	6.857.959,60
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea D e E	1.083.522,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	11.164.648,00	7.211.566,19
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	143.182,00	50.885,99
2.4- Cota-Parte ITR	935.152,00	225.147,12
2.5- Cota-Parte IPVA	259.390,00	218.601,09
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	27.480.299,00	15.214.198,85
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))1	4.915.866,00	2.900.094,29
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	1.925.572,55	890.717,71

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A JUN
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	3.040.516,00	1.717.791,35
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.040.516,00	1.717.791,35
6.1.1- Principal	3.001.870,00	1.703.989,02
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	38.646,00	13.802,33
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1- Principal	0,00	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1- Principal	0,00	0,00
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
6.4.1- Principal	0,00	0,00
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)	-1.913.996,00	-1.196.105,27

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2024/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	236.369,68
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	7.362,46
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	229.007,22
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	1.954.161,03

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A JUN (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A JUN (e)	DESPESAS PAGAS JAN A JUN (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	3.098.079,46	2.213.512,46	2.167.767,46	1.825.358,40	0,00
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2.553.361,00	2.114.108,95	2.114.108,95	1.771.832,49	0,00
10.1.1- Educação Infantil	705.116,00	476.263,57	476.263,57	398.349,27	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	1.848.245,00	1.637.845,38	1.637.845,38	1.373.483,22	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	544.718,46	99.403,51	53.658,51	53.525,91	0,00
10.2.1- Educação Infantil	42.963,46	32.621,60	574,60	442,00	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	501.755,00	66.781,91	53.083,91	53.083,91	0,00
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS JAN A JUN (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A JUN (e)	DESPESAS PAGAS JAN A JUN (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (sem disponibilidade de caixa) (h)	DESPESAS LIQUIDADAS/EMPENHADAS EM VALOR SUP. AO TOTAL DAS RECEITAS RECEB. NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	2.213.512,46	2.167.767,46	1.825.358,40	0,00	0,00	449.976,11
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	2.181.465,46	2.167.767,46	1.825.358,40	0,00	0,00	449.976,11
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	32.047,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2.114.108,95	2.114.108,95	1.771.832,49	0,00	0,00	0,00
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal2	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO10 (m)
15- Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	1.202.453,95	2.114.108,95	2.114.108,95	123,07
16- Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (INDICADOR IEI)	0,00	0,00	0,00	0,00
17- Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máx. de 10% de Superávit)3	VALOR MÁX. PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCED. AO MÁX. PERMIT.(q)	% NÃO APLICADO (r)
18- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	171.779,14	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2024/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72)

R$ 1

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)3	Valor de Superávit Permitido no Exercício Anterior (s)	Valor não Aplicado No Exercício Anterior (t)	Valor de Superávit Aplicado até o 1º Quadrimestre (u)	Valor Aplicado Após o 1º Quadrimestre (v)	Valor Total de Sup. Não Aplicado Até o Final do Exercício (w)	Valor de Superávit Permitido no Ex. Ant. não Aplicado no Exercício Atual (x)
19- Total das Despesas Custeadas com Superávit do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A JUN (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A JUN (e)	DESPESAS PAGAS JAN A JUN (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	2.513.725,00	1.296.563,18	1.046.810,41	994.681,51	0,00
20.1- Educação Infantil	115.000,00	81.790,47	71.557,96	71.557,56	0,00
20.2- Ensino Fundamental	1.222.595,80	412.536,32	372.671,07	328.759,14	0,00
20.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4- Educação Especial	15.250,56	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5- Administração Geral	296.464,00	178.803,44	164.195,73	156.193,66	0,00
20.6- Transporte (Escolar)	864.414,64	623.432,95	438.385,65	438.171,15	0,00
20.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A JUN (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A JUN (e)	DESPESAS PAGAS JAN A JUN (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	4.747.389,82	2.886.642,69	2.776.192,22	2.381.868,76	0,00
21.1- Educação Infantil	863.079,46	590.675,64	548.396,13	470.348,83	0,00
21.1.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2- Pré-Escola	863.079,46	590.675,64	548.396,13	470.348,83	0,00
21.2- Ensino Fundamental	3.884.310,36	2.295.967,05	2.227.796,09	1.911.519,93	0,00

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	1.046.810,41
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	2.900.094,29
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	0,00
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19.1(x)	0,00
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	3.946.904,70

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2024/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	3.803.549,71	3.946.904,70	25,94

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	118.213,36	118.213,33	117.987,17	0,00	226,19
30.1- Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	52.525,95	52.525,94	52.525,93	0,00	0,02
30.2- Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	65.687,41	65.687,39	65.461,24	0,00	226,17
30.3- Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	496.410,00	462.060,92
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	217.740,00	164.953,03
31.1.1- Salário-Educação	137.975,00	97.400,19
31.1.2- PDDE	0,00	0,00
31.1.3- PNAE	37.000,00	30.618,00
31.1.4- PNATE	18.700,00	24.966,36
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	24.065,00	11.968,48
31.2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	278.670,00	297.107,89
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A JUN (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A JUN (e)	DESPESAS PAGAS JAN A JUN (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	925.718,00	619.641,96	472.277,04	431.985,75	0,00
32.1- Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.2- Ensino Fundamental	391.848,00	226.808,40	188.183,40	185.064,64	0,00
32.3- Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5- Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8- Outras	533.870,00	392.833,56	284.093,64	246.921,11	0,00

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A JUN (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A JUN (e)	DESPESAS PAGAS JAN A JUN (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	6.537.522,46	4.129.717,60	3.686.854,91	3.252.025,66	0,00
33.1- Despesas Correntes	2.998.800,08	1.856.714,85	1.477.746,16	1.381.889,57	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2024/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

33.1.1- Pessoal Ativo	404.010,44	305.234,39	305.234,39	257.886,06	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	2.544.789,64	1.551.480,46	1.172.511,77	1.124.003,51	0,00
33.2- Despesas de Capital	337.608,46	160.277,75	96.383,75	96.383,75	0,00
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	337.608,46	160.277,75	96.383,75	96.383,75	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (aj)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	302.057,09	3.490,03
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	1.717.791,35	97.400,19
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	1.890.819,64	143.025,14
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	129.028,80	-42.134,92
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	129.028,80	-42.134,92

1) Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.
2) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
3) 3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional." utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
4) Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5) Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
6) As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.
7) Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.
8) Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.
9) Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).
10) Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna (i), os percentuais devem ser ajustados para 100%.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2024/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A JUN (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A JUN (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	6.659.519,87	1.264.394,57	5.395.125,30
Investimentos	6.659.519,87	1.264.394,57	5.395.125,30
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	6.659.519,87	1.264.394,57	5.395.125,30
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	6.659.519,87 <(d - a)>	1.264.394,57 <(e - b)>	5.395.125,30 <(f - c)>

Notas:
1 < Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>
2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.29.1192], PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

PERIODO: Janeiro a Junho

RREO – ANEXO 11(LRF, art. 53, § 1º, inciso III) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h) = (d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO APLICAR	2023 (i)	2024 (j) = (Ib – (IIf+ IIg))	SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.29.1192], PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2024/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	1.674.266,00	1.674.266,00	650.038,86	38,83
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	21.264,00	21.264,00	16.460,03	77,41
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	165.577,00	165.577,00	142.454,94	86,04
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	784.511,00	784.511,00	105.970,70	13,51
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	702.914,00	702.914,00	385.153,19	54,79
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	24.722.511,00	24.722.511,00	14.564.159,99	58,91
Cota-Parte FPM	12.220.139,00	12.220.139,00	6.857.959,60	56,12
Cota-Parte ITR	935.152,00	935.152,00	225.147,12	24,08
Cota-Parte IPVA	259.390,00	259.390,00	218.601,09	84,28
Cota-Parte ICMS	11.164.648,00	11.164.648,00	7.211.566,19	64,59
Cota-Parte IPI-Exportação	143.182,00	143.182,00	50.885,99	35,54
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	26.396.777,00	26.396.777,00	15.214.198,85	57,64

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	824.846,94	780.366,94	527.744,91	67,63	516.352,80	66,17	469.852,53	60,21	0,00
Despesas Correntes	758.366,94	763.366,94	526.844,91	69,02	515.452,80	67,52	468.952,53	61,43	0,00
Despesas de Capital	66.480,00	17.000,00	900,00	5,29	900,00	5,29	900,00	5,29	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	1.751.783,94	1.844.069,42	1.484.920,19	80,52	1.358.931,44	73,69	1.283.365,31	69,59	0,00
Despesas Correntes	1.715.979,68	1.823.265,16	1.473.800,74	80,83	1.347.811,99	73,92	1.272.245,86	69,78	0,00
Despesas de Capital	35.804,26	20.804,26	11.119,45	53,45	11.119,45	53,45	11.119,45	53,45	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	504.295,00	504.295,00	265.898,33	52,73	249.733,08	49,52	181.044,44	35,90	0,00
Despesas Correntes	504.295,00	504.295,00	265.898,33	52,73	249.733,08	49,52	181.044,44	35,90	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	101.769,96	126.769,96	97.833,56	77,17	89.846,38	70,87	66.895,51	52,77	0,00
Despesas Correntes	91.009,44	116.009,44	91.730,91	79,07	85.507,38	73,71	66.745,51	57,53	0,00
Despesas de Capital	10.760,52	10.760,52	6.102,65	56,71	4.339,00	40,32	150,00	1,39	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	50.978,08	35.978,08	14.653,99	40,73	11.728,99	32,60	8.048,03	22,37	0,00
Despesas Correntes	50.978,08	35.978,08	14.653,99	40,73	11.728,99	32,60	8.048,03	22,37	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	1.398.956,08	1.449.824,88	996.009,11	68,70	831.839,56	57,38	784.029,89	54,08	0,00
Despesas Correntes	1.338.356,08	1.392.224,88	982.233,91	70,55	818.064,36	58,76	772.743,69	55,50	0,00
Despesas de Capital	60.600,00	57.600,00	13.775,20	23,92	13.775,20	23,92	11.286,20	19,59	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	4.632.630,00	4.741.304,28	3.387.060,09	71,44	3.058.432,25	64,51	2.793.235,71	58,91	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2024/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	Despesas Empenhadas (d)	Despesas Liquidadas (e)	Despesas Pagas (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	3.387.060,09	3.058.432,25	2.793.235,71
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	3.387.060,09	3.058.432,25	2.793.235,71
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	0,00	2.282.129,83	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	0,00	776.302,42	0,00
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	22,26	20,10	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFOME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no Exercicio atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2024 (saldo inicial = XIXd)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2023 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIVd)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2020 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2024/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**				
	Saldo Inicial (no Exercicio atual) (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	3.007.242,00	3.121.242,00	1.616.504,97	51,79
Proveniente da União	1.635.753,00	1.749.753,00	1.489.131,19	85,11
Proveniente dos Estados	1.371.489,00	1.371.489,00	127.373,78	9,29
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	3.007.242,00	3.121.242,00	1.616.504,97	51,79

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2024/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	2.379.165,18	2.829.041,90	1.216.855,27	43,01	1.081.343,75	38,22	927.275,45	32,78	0,00
Despesas Correntes	2.373.125,18	2.558.731,18	1.182.886,18	46,23	1.047.374,66	40,93	906.886,36	35,44	0,00
Despesas de Capital	6.040,00	270.310,72	33.969,09	12,57	33.969,09	12,57	20.389,09	7,54	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	94.413,00	78.074,20	44.210,39	56,63	44.210,39	56,63	29.948,80	38,36	0,00
Despesas Correntes	94.413,00	78.074,20	44.210,39	56,63	44.210,39	56,63	29.948,80	38,36	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	45.705,00	55.705,00	37.159,82	66,71	32.669,68	58,65	21.364,18	38,35	0,00
Despesas Correntes	45.705,00	55.705,00	37.159,82	66,71	32.669,68	58,65	21.364,18	38,35	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	58.790,56	58.790,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	58.790,56	58.790,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	89.021,92	89.021,92	46.281,09	51,99	46.281,09	51,99	38.764,21	43,54	0,00
Despesas Correntes	89.021,92	89.021,92	46.281,09	51,99	46.281,09	51,99	38.764,21	43,54	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	313.283,00	313.283,00	3.000,00	0,96	3.000,00	0,96	3.000,00	0,96	0,00
Despesas Correntes	309.031,48	309.031,48	3.000,00	0,97	3.000,00	0,97	3.000,00	0,97	0,00
Despesas de Capital	4.251,52	4.251,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	2.980.378,66	3.423.916,58	1.347.506,57	39,36	1.207.504,91	35,27	1.020.352,64	29,80	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2024/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	3.204.012,12	3.609.408,84	1.744.600,18	48,33	1.597.696,55	44,26	1.397.127,98	38,71	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	1.846.196,94	1.922.143,62	1.529.130,58	79,55	1.403.141,83	73,00	1.313.314,11	68,33	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	550.000,00	560.000,00	303.058,15	54,12	282.402,76	50,43	202.408,62	36,14	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	160.560,52	185.560,52	97.833,56	52,72	89.846,38	48,42	66.895,51	36,05	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	140.000,00	125.000,00	60.935,08	48,75	58.010,08	46,41	46.812,24	37,45	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	1.712.239,08	1.763.107,88	999.009,11	56,66	834.839,56	47,35	787.029,89	44,64	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	7.613.008,66	8.165.220,86	4.734.566,66	57,98	4.265.937,16	52,25	3.813.588,35	46,71	0,00

1) Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4) Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
5) Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
6) No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15 x IIIb)/100].
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2024/BIMESTRE Maio - Junho

LRF, Art. 48 – Anexo 14 R$ 1

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	40.393.351,00
Previsão Atualizada	40.507.351,00
Receitas Realizadas	17.815.708,42
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	842.115,04

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	Até o Bimestre
DESPESAS	
Dotação Inicial	40.393.351,00
Créditos Adicionais	988.678,50
Dotação Atualizada	41.382.029,50
Despesas Empenhadas	20.192.241,16
Despesas Liquidadas	17.484.291,46
Despesas Pagas	15.676.657,23
Superávit Orçamentário	331.416,96

DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	20.192.241,16
Despesas Liquidadas	17.484.291,46

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	35.036.439,72
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	35.036.439,72
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	34.458.812,80

RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha	35.591.254,16	920.341,51	2,59
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	4.987.271,76	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2 de 2

PERIODO: Janeiro a Junho 2024/BIMESTRE Maio - Junho

LRF, Art. 48 – Anexo 14 R$ 1

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	525.700,26	0,00	442.290,91	83.409,35
Poder Executivo	525.700,26	0,00	442.290,91	83.409,35
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	627.404,68	0,00	478.908,45	148.496,23
Poder Executivo	448.664,68	0,00	300.168,45	148.496,23
Poder Legislativo	178.740,00	0,00	178.740,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.153.104,94	0,00	921.199,36	231.905,58

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	3.946.904,70	25,00	25,94
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	2.114.108,95	70,00	123,07
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50,00	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	1.264.394,57	5.395.125,30

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	15,00	0,00

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

ADJUDICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2024

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 058/2024

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2024

Objeto: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA REALIZAÇÃO ATESTADOS DE SAÚDE OCUPACIONAIS E EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS E COMPLEMENTARES, GESTÃO DE E-SOCIAL COM SOFTWARE ESPECIALIZADO EM SST QUE ATENDA O E-SOCIAL.**

Repartição interessada:---------- SECRETARIA MUNCIPAL DE ADMINISTRAÇÃO;

Modalidade de licitação:..... PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:..... MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:---------- LEI FEDERAL N°. 14.133/2021, e no artigo 2, inciso II da Lei Municipal nº. 538/14 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Forma de execução:..... INDIRETA;

Em conformidade com a LEI FEDERAL N°. 14.133/2021, e no artigo 2, inciso II da Lei Municipal nº. 538/14, o município de Porto dos Gaúchos/MT, através de seu Prefeito Municipal, senhor **Vanderlei Antônio de Abreu**, **ADJUDICA** o objeto deste certame à VENCEDORA, conforme segue:

Empresa vencedora:

LEITE SCHOLER SERVICOS MEDICOS LTDA - EPP

CNPJ Sob n° **08.561.355/0001-61**

Valor Lotes: **R$ 231.100,00 (DUZENTOS E TRINTA E UM MIL E CEM REAIS)**

Registrado e Publicado por afixação, no lugar público de costume desta, na data abaixo.

Porto dos Gaúchos – MT, 14 de agosto de 2024.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 058/2024

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2024

Objeto: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA REALIZAÇÃO ATESTADOS DE SAÚDE OCUPACIONAIS E EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS E COMPLEMENTARES, GESTÃO DE E-SOCIAL COM SOFTWARE ESPECIALIZADO EM SST QUE ATENDA O E-SOCIAL.**

Repartição interessada:---------- SECRETARIA MUNCIPAL DE ADMINISTRAÇÃO;

Modalidade de licitação:..... PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:..... MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:..... LEI FEDERAL N°. 14.133/2021, e no artigo 2, inciso ll da Lei Municipal nº. 538/14 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Forma de execução:..... INDIRETA;

O município de Porto dos Gaúchos/MT, através de seu Prefeito Municipal, senhor Vanderlei Antonio de Abreu, em atendimento ao disposto na LEI FEDERAL N°. 14.133/2021, **HOMOLOGA** o resultado final do Processo Licitatório supracitado, proferido pela Comissão Municipal de Licitação, instituída pela portaria 055/2024 de 23/01/2024.

Empresa vencedora:

LEITE SCHOLER SERVICOS MEDICOS LTDA - EPP

CNPJ Sob n° **08.561.355/0001-61**

Valor Lotes: **R$ 231.100,00 (DUZENTOS E TRINTA E UM MIL E CEM REAIS)**

Homologo o resultado proferido pelo pregoeiro e sua equipe de apoio.

Porto dos Gaúchos – MT, 14 de agosto de 2024.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 017/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 017/2024

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2024.

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

O **MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º **03.204.187/0001-33**, com sede administrativa na Praça Leopoldina Wilke, n° 19, Centro, na cidade de Porto dos Gaúchos-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, o senhor **VANDERLEI ANTÔNIO DE ABREU**, portador do RG nº. **1173531-7 SSP/MT** e CPF n.º **893.514.361-87**, **residente e domiciliado na Rua Minervino C. dos Santos, Quadra 103, lote 06, bairro da creche, município de Porto dos Gaúchos – MT**, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa **LEITE SCHOLER SERVICOS MEDICOS LTDA - EPP,** inscrita no **CNPJ** sob o nº **08.561.355/0001-61**, com sede a **Rua Niterói, nº 120 W, – Bairro Centro – CEP. 78.575-000, no Município de Juara – MT**, neste ato, representada pelo **Sr.(a) Rozalvo Heitor Ferreira**, portador do **RG nº. 19408439 SESP/MT e CPF nº. 023.470.611-27**, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem na forma da pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 (NOVA LEI DE LICITAÇÃO E CONTRATOS), Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar Federal n° 147/2014 e Decreto Municipal nº 126/2023, (regulamenta a aplicação da nova lei de licitação no âmbito municipal e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie). LEI MUNICIPAL Nº 646/2017 DE 08 DE AGOSTO DE 2017 (LEI DE TRATAMENTO DIFERENCIADO ÁS MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE LOCAIS E REGIONAIS), e alterações posteriores, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Porto dos Gaúchos, que emitiu seu parecer mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

Objeto: A presente Ata tem por objetivo REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS do tipo REGISTRO DE PREÇO para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA REALIZAÇÃO ATESTADOS DE SAÚDE OCUPACIONAIS E EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS E COMPLEMENTARES, GESTÃO DE E-SOCIAL COM SOFTWARE ESPECIALIZADO EM SST QUE ATENDA O E-SOCIAL.**

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1 Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do **PREGÃO PRESENCIAL N° 018/2024** para **Registro de Preços** e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO E PAGAMENTO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.portodosgauchos.mt.gov.br.

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.

4.2.1 Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvado a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Órgão Gerenciador à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

4.5. É concedido um prazo de 03 (três) dias, contados da data da protocolização da Nota Fiscal/Fatura perante este Município de Porto dos Gaúchos/MT, para conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital.

4.6. Após o prazo de conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital e comprovada a manutenção das exigências da habilitação, as notas fiscais de fatura serão encaminhadas à contabilidade/tesouraria para o efetivo pagamento, que ocorrerá entre os dias **20 e 30** do mês subsequente ao recebimento definitivo dos produtos.

4.6.1. Os pagamentos serão creditados em favor da contratada, por meio de depósito Bancário/Transferência em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DOS PREÇOS REGISTRADOS POR ITEM:

LOTE 1					
ITEM	**ESPECIFICAÇÕES**	**UN**	**QTD.**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
01	**ELABORAÇÃO E GESTÃO DO PROGRAMA DE CONTROLE MEDICO DE SAUDE OCUPACIONAL (PCMSO)**	**ANUAL**	**01**	**R$ 8.400,00**	**R$ 8.400,00**
02	**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA REALIZAÇÃO EXAMES ATESTADOS DE SAUDE OCUPACIONAL "ASO" EM TODOS OS SUES TIPOS (Admissionais, Demissionais, Periódicos, Retorno ao Trabalho, Mudança de Função). CONFORME PRESCRITO NO PCMSO, NSO TERMOS DA NORMA REGULAMENTADORA N07, NR APROVADO PELA PORTARIA DO MINISTERIO DO TRABALHO Nº3214, DE 06/06/78 E REDAÇÃO DADA PELA PORTARIA DA SSP N°24 DE 29/12/94.**	**UN**	**1000**	**R$ 80,00**	**R$ 80.000,00**
03	**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOES MEDICOS PARA REALIZAÇÃO EXAMES: ACUIDADES SIMPLES**	**UN**	**1000**	**R$ 32,00**	**R$ 32.000,00**
04	**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOES MEDICOS PARA REALIZAÇÃO EXAMES: ESPIROMETRIA**	**UN**	**500**	**R$ 50,00**	**R$ 25.000,00**
05	**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOES MEDICOS PARA REALIZAÇÃO EXAMES: AUDIOMETRIA**	**UN**	**500**	**R$ 57,00**	**R$ 28.500,00**
06	**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOES MEDICOS PARA REALIZAÇÃO EXAMES: EEG OCUPACIONAL COM LAUDO**	**UN**	**200**	**R$ 166,00**	**R$ 33.200,00**
07	**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOES MEDICOS PARA REALIZAÇÃO EXAMES: ECG OCUPACIONAL COM LAUDO**	**UN**	**200**	**R$ 100,00**	**R$ 20.000,00**
08	**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESOCIAL: S-2220**	**UN**	**1000**	**R$ 4,00**	**R$ 4.000,00**
VALOR GERAL:					**R$ 231.100,00**
DUZENTOS E TRINTA E UM MIL E CEM REAIS					

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será divulgada no portal da internet www.portodosgauchos.mt.gov.br.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do órgão gerenciador:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços:

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor Registrado pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. **Não subcontratar o objeto da presente licitação**, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Confirmar recebimento das Ordens de Compras (OC) referentes ao objeto do presente Pregão enviados seja por E-mail ou fax Pelo departamento de compras do no Município de Porto dos Gaúchos/MT.

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados na Lei Federal nº 14.133/21;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Porto dos Gaúchos /MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às Ordens de Compra (OC);

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Ordem de Compra.

9.1.16. Entregar em até **20 (Vinte)** dias após a emissão e recebimento da Ordem de Compras, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na Ordem de Compra (OC).

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer (em) à especificação exigida sera (ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Porto dos Gaúchos /MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às Ordens de Compra;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

10 – PRAZO DE ENTREGA

10.1 - Os exames Admissionais, Demissionais, Periódicos, Retorno ao Trabalho, Mudança de Função dos funcionários de Porto dos Gaúchos/MT, deverão ser realizados de acordo com o cronograma apresentado pela Administração Municipal;

10.2 - Os exames deverão ser realizados em Clinica habilitada com distância máxima de 50km (cinquenta quilometro) da sede do Município de Porto dos Gaúchos/MT;

10.3 - Caso haja um número igual ou superior a 100 (Cem) funcionários para realizar os exames em uma mesma data, os exames deverão ser realizados na sede do Município, mediante agendamento prévio;

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 1% (Hum por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 1% (Hum por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar o máximo de 10%;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos -MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 10º (Décimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro Lei Federal 14.133/21, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10%(dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal 14.133/21, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal 14.133/21, e alterações, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte:

Dotações Orçamentárias constantes do exercício corrente.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Porto dos Gaúchos/MT, em 14 de agosto de 2024.

Município de Porto dos Gaúchos/MT VANDERLEI ANTÔNIO DE ABREU Prefeito Municipal	**LEITE SCHOLER SERVICOS MEDICOS LTDA - EPP. CNPJ Sob o n° 08.561.355/0001-61.** Rozalvo Heitor Ferreira.
Nattasha Victoria dos Santos **CPF 703.956.801-23** **Testemunha**	**Eder Enio Tusset** CPF 042.580.911-03 Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO - PE 30-2024

2º Termo de aditivo docontrato nº.51/2024, objetivando a SOLICITAMOS ABERTURA DE LICITAÇÃO PARA DA CONTINUIDADE NOS SERVIÇOS DE TAPA BURACO, PAVIMENTAÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS VISANDO MAIS VISIBILIDADE, ACESSO E URBANIZAÇÃO Á POPULAÇÃO. Decorrente de Pregão Eletrônico n° 30/2024, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU e a DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO LTDA. inscrita no CNPJ sob nº. 26.917.005/0009-24. aditivam o contrato na importância de R$ 113.853,10 (cento e treze mil, oitocentos e cinquenta e três reais e dez centavos) nos termos da Lei de licitações n.º 14.133/2021. Poxoréu/MT, 13 de agosto de 2024.

NELSON ANTÔNIO PAIM

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO SUSPENSA- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2024

PROCESSO LICITATÓRIO N° 74/2024

REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2024

A Prefeitura de Poxoréu através de sua Agente de Contratação, Ângela Cristina Gomes Rabelo, designada pela portaria Nº 455, de 16 de abril de 2024, torna público, para conhecimento de todos os interessados**,** que Pregão Eletrônico, que tem por objetivo **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA REIMPLANTAR A BIBLIOTECA MUNICIPAL,** que estava **SUSPENSA**, terá sua **REABERTURA** programada para o dia 05/09/2024 às 9h (horário de Brasília). De acordo com as Leis em vigência, a Retificação do Edital de Abertura e seus anexos estarão disponíveis no site www.poxoreu.mt.gov.br.

v **LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: LICITANET - www.licitanet.com.br**.

Poxoréu-MT, 14 de agosto de 2024.

ANGELA CRISTINA GOMES RABELO

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

AVISO DE RETIFICAÇÃO - P.E. 46/2024

RETIFICAÇÃO E REMARCAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 74/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2024

REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2024

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA REIMPLANTAR A BIBLIOTECA MUNICIPAL.

Onde se lê:

1. Preâmbulo: O Município de Poxoréu, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.408.911/0001-40, com sede à Avenida Brasília, n.º 809, bairro Jardim das Américas, em Poxoréu/MT,CEP: 78.800-000,por intermédio da Secretaria Municipal De Administração, através de sua Agente de Contratação, Ângela Cristina Gomes Rabelo, designada pela portaria Nº 562, de 17 de outubro de 2023, torna público, para conhecimento de todos os interessados a RETIFICAÇÃO do EDITAL e NOVA DATA PARA O CERTAME, conforme descrita abaixo:

Leia-se:

1. Preâmbulo: O Município de Poxoréu, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.408.911/0001-40, com sede à Avenida Brasília, n.º 809, bairro Jardim das Américas, em Poxoréu/MT,CEP: 78.800-000,por intermédio da Secretaria Municipal De Administração, através de sua Agente de Contratação, Ângela Cristina Gomes Rabelo, designada pela portaria Nº 455, de 16 de abril de 2024, torna público, para conhecimento de todos os interessados a RETIFICAÇÃO do EDITAL e NOVA DATA PARA O CERTAME, conforme descrita abaixo: **Onde se lê:**

Valor Total Estimado Da Contratação: R$ 91.394,61 (Noventa e um mil e trezentos e noventa e quatro e reais e sessenta e um centavos).

Leia-se:

Valor Total Estimado Da Contratação: R$ 97.242,34 (Noventa e sete mil e duzentos e quarenta e dois reais e trinta e quatro centavos).

Onde se lê:

Do Objeto:

3.1. Constitui objeto do presente edital a **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA REIMPLANTAR A BIBLIOTECA MUNICIPAL.**

3.2. Este Pregão está na modalidade **EXCLUSIVO** para **ME/EPP/MEI**, **visto que os itens não** ultrapassam o limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), consoante previsão da Lei Complementar n.º 123/2006 e apontado no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

Leia-se:

Do Objeto:

3.1. Constitui objeto do presente edital a **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA REIMPLANTAR A BIBLIOTECA MUNICIPAL.**

3.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, Anexo I deste edital e indicados no subitem 1.2, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

3.3. Este Pregão está na modalidade **EXCLUSIVO** para **ME/EPP/MEI**, **visto que os itens não** ultrapassam o limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), consoante previsão da Lei Complementar n.º 123/2006 e apontado no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

Onde se lê:

15. DO RECEBIMENTO E DO PAGAMENTO

15.1. O recebimento, provisório e definitivo, do objeto e o respectivo pagamento serão realizados de acordo com as condições e prazos estabelecidos no Termo de Referência.

Leia-se:

15. DO RECEBIMENTO E DO PAGAMENTO

15.1. Os objetos desta aquisição deverão ser entregues e recebidos provisoriamente e definitivamente na secretaria solicitante, sendo a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, ou em local indicado pela mesma, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

15.1.1. Essa contratação deverá ser diretamente fiscalizada pelo fiscal de contratos da Secretaria de cultura e turismo, representado pela servidora pormenorizado no Documento de Formalização de Demanda, Mayana Christina Cursino Souza, Matrícula 4899.

15.2. O pagamento será efetuado 20 (vinte) dias contados a partir da data da entrega efetiva dos bens, sendo que a mesma deverá ser sempre acompanhada da respectiva Nota Fiscal, e com o aceite do Setor Competente deste Município de Poxoréu - MT, através de seu titular.

15.3. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

15.4. Ocorrendo umas das hipóteses previstas na alínea “d” do inciso II do artigo 124 da Lei nº 14.133/2021, poderá haver a repactuação, reajuste, revisão ou realinhamento, onde deverão ser precedidos de demonstração analítica do aumento dos custos, bem como análise Técnico Contábil do Setor Financeiro e Jurídica da Assessoria Jurídica deste MUNICÍPIO;

2. No Termo de Referência, nos itens conforme descritos abaixo:

Onde se lê:

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

ORDEM -DESCRIÇÃO	QTD	MEDIÇÃO	VALOR MEDIO UNITARIO	VALOR MEDIO TOTAL
1 - PLATAFORMA SIMPLES LIGHT PÉ TRAVE 1000X600X740MM 440X515X795MM (LXPXA) Tampo confeccionado em chapa de MDP (Médium Density Particleboard), com partículas selecionadas de madeira de reflorestamento, aglutinadas e consolidadas com resina sintética e termo estabilizadas sob pressão, com 25mm de espes-	8	UND	*	*

sura, revestido, em ambas as faces, com filme termo prensado melamínico, com espessura mínima de 0,2mm. O contorno do tampo é encabeçado com borda PVC (Polyvinyl chloride) 2mm, colada a quente pelo sistema hotmelt CQ-645PUR que é elaborado a base de poliuretano reativo (PUR) que em contato com a umidade relativa do ar e/ ou dos substratos inicia a sua reticulação, tornando-se um adesivo termo fixo de alta flexibilidade e na cor branco, sendo a mesma com raio de 2 mm. Longarinas de sustentação horizontal (01 peça) constituída por tubos de aço fina frio SAE1008 de secção retangular, em tubo 20 x 40 x 0,9mm, com corte a laser, dispensando o uso de solda e encaixada aos pedestais trave com travamento por parafuso M6. Pedestal trave de sustentação lateral (02 peças) confeccionado em aço laminado fina frio SAE 1008, tubo secção quadrada 40 x 40 x 1,2 mm, mesmo sendo processado no corte laser, sendo 45° para o modelo trave e 30° para o modelo cavalete os mesmos são conformados e soldados pelo processo MIG, com suportes em formatos "L" em chapa de aço fina frio SAE1008 (1.9mm) soldadas ao tubo, permitindo assim o perfeito travamento entre pedestais e longarinas em tubo. Todas as partes metálicas recebem um pré-tratamento por um processo de banho contendo desengraxante a base de soda para a retirada num total dos óleos do aço, logo passa por um enxague e refinador e um banho de fosfato de zinco, assim sendo enxaguado em duas imersões e secado para a pintura eletrostática a pó com camada de 120 micras, e curada em estufa a 200ºC. Sistema de fixação (montagem) é feita através de bucha metálica em zamac com rosca milimétrica M6 com acabamento zincado amarela a mesma sendo totalmente impregnada nas peças, nas partes metálicas são feitas através de rebite em aço com rosca milimétrica M6 e os mesmos fixados com parafuso em zamac com rosca milimétrica M6 com acabamento zincado branco, sendo assim formando um conjunto para uma montagem e desmontagem da mesma sem danificar o produto. Nas extremidades dos pedestais contem sapatas niveladoras em PVC rígido com diâmetro de 50mm e parafuso central com rosca 5/16", cuja função será contornar eventuais desníveis de piso.			1. 031,3333	8. 250,67
2 - ESTANTE DE AÇO EXPOSITORA W-TECA 1000 X 440 X 2000 MM 440X515X795MM (LXPXA) Estante de Aço Expositora. Todos os componentes da estante confeccionados em chapas de aço SAE 1008 a 1012, tratadas e com acabamento superficial com características antimicrobianas, sendo colunas tipo painel, prateleiras, base, tampo e painel de acabamento. Duas colunas tipo painel internos de sustentação em chapa #20 (0,90mm), acabamento texturizado, cada lateral com nove linhas de estampas triplos, para régulagem de prateleiras e oito estampas retangulares simples, característica estética, totalizando trinca e cinco estampas por painel. Quatro (04) prateleiras, com um reforço ômega centralizado, cor cinza e acabamento texturizado, com dimensões de 920 mm de comprimento e 270 mm de profundidade com duas dobras nas laterais que possibilitam união das mesmas às laterais pelo sistema de encaixe (sem parafusos) através de suportes. Suportes do tipo "berço" em formato J com espessura de 0,90mm e comprimento de 220 mm. Cinco prateleiras expositoras em chapa #22 (0,75mm), acabamento texturizado, que possibilitam o encaixe inclinado das mesmas às laterais pelo sistema de encaixe com parafusos, a dobra frontal deve proporcionar apoio ao material que será exposto, a dobra traseira deve ser invertida com a funcionalidade de anteparo. Base retangular fechada em chapa #20 (0,90mm), acabamento texturizado, com altura de 175mm e tampo superior retangular em chapa #22 (0,75mm), acabamento texturizado, com altura de 70mm. Dois anteparos laterais soldados à base e ao tampo que serão fixadas as colunas, tipo painéis internos, de sustentação da estante através de 4 parafusos de 1/4" em cada lado do tampo e da base. Tampo e base com venezianas que auxiliem a visualização da porção interna. São utilizados fixadores de tampo e de base, os fixadores inferiores devem proporcionar a fixação de porcas rebites com flanges para acoplamento por rosca de sapatas niveladoras. O painel de acabamento é unido apenas nas extremidades da composição da estante em seus painéis internos de sustentação, fixados a estes painéis através de 8 parafusos 1/4", sendo 2 parafusos na extremidade superior, 2 parafusos na extremidade inferior, e 4 parafusos distribuídos entre o alinhamento do parafuso superior e inferior (2 de cada lado) unidos à lateral de sustentação por porca rebite. Cada painel de acabamento contem em sua seção transversal 2 dobras de 45 graus voltadas para face externa do painel, com a finalidade de reduzir cantos vivos e acidentes. Sistema de tratamento antiferruginoso por meio de túneis a spray, recebendo camada de proteção fosfática, linha spray com desengraxe e fosfatização em fosfato de ferro quente, enxágue em temperatura ambiente e posterior aplicação de passivador inorgânico o que lhe garante camadas de fosfato distribuídas de maneira uniforme sobre o aço e maior resistência à intempéries. O processo de pintura, no sistema eletrostático a pó, deve ocorrer em equipamentos que garantam a homogeneidade da pintura e camada média de 50 mícrons. Atinta utilizada do tipo híbrida (Epóxi-poliéster), cor a ser definida e acabamento texturizado, a polimerização ocorre em estufas com a peça alcançando mínimo de 200º C por um período de10 minutos ou mais, garantindo assim a polimerização total do filme e maior aderência e resistência ao desgaste.	8	UND	* 4. 147,2833	* 33. 178,27
3- MESA REUNIÃO CIRCULAR COM BASE DISCO Tampo confeccionado em chapa de MDP (Médium Density Particleboard), com partículas selecionadas de madeira de reflorestamento, aglutinadas e consolidadas com resina sintética e termo estabilizadas sob pressão, com 25mm de espessura, revestido, em ambas as faces, com filme termo prensado melamínico, com espessura mínima de 0,2mm. O contorno do tampo é encabeçado com borda PVC (Polyvinyl chloride) 2mm, colada a quente pelo sistema hotmelt CQ-645PUR que é elaborado a base de poliuretano reativo (PUR) que em contato com a umidade relativa do ar e/ ou dos substratos inicia a sua reticulação, tornando-se um adesivo termo fixo de alta flexibilidade e na cor branco, sendo a mesma com raio de 2 mm. Estrutura metálica composta por base disco com diâmetro de 580mm, em chapa de aço ¼ de espessura, na parte inferior terá tubos 15x15mm com rebites ¼ soldados para colocar sapatas, fixada na coluna através de parafuso milimétrico M6. Coluna em aço de 2 1/2"x1.2mm com chapa de aço ¼ de espessura soldada na parte superior e travessa superior para fixar ao tampo em tubo 20x40x0.9mm. Todos os aços são fina frio SAE1008. Pintura eletrostática em epóxi, recebem um pré-tratamento por um processo de banho contendo desengraxante a base de soda para a retirada num total dos óleos do aço, logo passa por um enxague e refinador e um banho de fosfato de zinco, assim sendo enxaguado em duas imersões e secado para a pintura eletrostática a pó com camada de 120 micras, e curada em estufa a 200ºC. Sapata niveladora em polipropileno injetado e haste metálica com regulagem através de rosca 1/4.	2	UND	* 1. 805,3333	* 3. 610,67
4- CADEIRA FIXA APROXIMAÇÃO - COR VERDE OLIVA 440X515X795MM (LXPXA) Cadeira Aproximação Empilhável com encosto e assento fixos com empilhamento máximo de 8 unidades. ASSENTO E ENCOSTO- Estrutura em concha plástica única injetada em polipropileno copolímero de alta resistência com bordas arredondadas. - Presilhas de fixação da estrutura metálica no assento/encosto injetado em poliamida 6.0 de alta resistência. - A união das presilhas de fixação da estrutura metálica no assento/encosto é feita por parafusos Philips cabeça panela para plástico. - Separadores para proteção do assento no empilhamento em silicone adesivadas nas presilhas de fixação do assento. Nota: Verificar cores disponíveis para as peças plásticas na cartela de cores da linha. ESTRUTURA- Estrutura única em formato palito confeccionada em tubo de aço industrial redondo SAE 1010/1020 com 19,05 mm de diâmetro (3/4") e 1,20 mm de espessura de parede, curvada a frio, executado e calibrado por máquina CNC.- Elemento de união lateral da estrutura fabricado em tubo de aço industrial redondo SAE 1010/1020 com 19,05 mm de diâmetro (3/4") e 1,20 mm de espessura de parede.- Elemento de união central da estrutura fabricado em barra de aço trefilado SAE 1020 redondo com 6,35 mm de diâmetro.- A união do elemento de união lateral e central na estrutura da cadeira é feita por processo de solda do tipo MIG em célula robotizada formando uma estrutura única para posterior montagem da concha.- Sapatas em polipropileno copolímero injetado na cor grafite. ACABAMENTO- Os componentes metálicos pintados possuem tratamento de superfície através de banho nano cerâmico bimetálico por spray, executado em linha continua automática, sem uso de produtos clorados para desengraxe, e com posterior tratamento de efluentes, de acordo com as normas ambientais vigentes, proporcionando melhor proteção contra corrosão e excelente ancoragem da tinta.- A tinta utilizada para a pintura é em pó, do tipo híbrida (poliéster - epóxi), garantindo resistência a radiação e resistência química, W-eco, atendendo norma Europeia RoHS, isenta de metais pesados, nas cores disponíveis para linha, com camada média de 60 mícrons de espessura. Todas as peças são curadas em estufa com esteira de movimentação contínua à temperatura de 200° C.	18	UND	* 1. 531,0000	* 27. 558,00
5- CADEIRA EIFFEL INFANTIL EM POLIPROPILENO, BASE EM MADEIRA E AÇO PINTADA A PÓ, SEM BRAÇO 310 X 350 X 560MM 440X515X795MM (LXPXA) (COR BRANCA)	8	UND	* 516,1667	* 4. 129,33
6- MESA EIFFEL INFANTIL EM MDF BASE EM MADEIRA E AÇO PINTADOS A PÓ 600 X600 X 500MM 440X515X795MM (LXPXA) (COR BRANCA)	2	UND	*	*

			1. 209,5000	2. 419,00
7- BALCÃO DE ATENDIMENTO EM 1 PEÇA BALCÃO ALTO ANGULAR 1205X610X1100MM 2 PEÇAS BALCÃO ALTO RETANGULAR 1 2 0 0 X 6 1 0 X 1 1 0 0 MM 440X515X795MM (LXPXA) Balcão de Atendimento Angular: Tampo confeccionado em chapa de MDP (Médium Density Particleboard), com partículas selecionadas de madeira de reflorestamento, aglutinadas e consolidadas com resina sintética e termo estabilizadas sob pressão, com 25mm de espessura, revestido, em ambas as faces, com filme termo prensado melamínico, com espessura mínima de 0,2mm. O contorno do tampo é encabeçado com borda PVC (Polyvinyl chloride) 2mm, colada a quente pelo sistema hotmelt CQ-645PUR que é elaborado a base de poliuretano reativo (PUR) que em contato com a umidade relativa do ar e/ ou dos substratos inicia a sua reticulação, tornando-se um adesivo termo fixo de alta flexibilidade e na cor branco, sendo a mesma com raio de 2mm. Painel Frontal em MDP (Médium Density Particleboard) 15 mm, encabeçamento nos topos aparentes com fita borda 0,45mm, colada a quente pelo sistema hotmelt, todos revestidos com laminado melamínico de baixa pressão (BP) em ambas as faces. Painel frontal é dividido em duas partes o superior e inferior, na parte inferior o mesmo é dividido em três partes iguais para facilitar a combinação de cores do mesmo. Tampo inferior dotado de passa cabo em polipropileno injetado com diâmetro central Ø60mm com tampa externa superior em formato quadrado personalizado e tampa interna para acabamento. A coluna de canto superior e inferior é acabamento. A coluna de canto superior e inferior é produzida em chapa de aço fino frio 1.2mm de espessura SAE1008, sendo em seu comprimento dobrada de forma sextavada, com abertura interna para passagem de cabeamento, assim será usada uma tampa plástica para fechamento em PVC rígido extrusado. Pintura eletrostática em epóxi, espessura mínima de 40 mícrons. Sistema de fixação (montagem) é feita através de bucha/rebite metálico e parafuso com rosca milimétrica, facilitando a montagem e desmontagem da mesma sem danificar o produto. Conjunto de bucha e sapata niveladora em polipropileno injetado e haste metálica com regulagem através de rosca 5/16. Balcão de Atendimento Retangular: Tampo confeccionado em chapa de MDP (Médium Density Particleboard), com partículas selecionadas de madeira de reflorestamento, aglutinadas e consolidadas com resina sintética e termo estabilizadas sob pressão, com 25mm de espessura, revestido, em ambas as faces, com filme termo prensado melamínico, com espessura mínima de 0,2mm. O contorno do tampo é encabeçado com borda PVC (Polyvinyl chloride) 2mm, colada a quente pelo sistema hotmelt CQ-645PUR que é elaborado a base de poliuretano reativo (PUR) que em contato com a umidade relativa do ar e/ ou dos substratos inicia a sua reticulação, tornando-se um adesivo termo fixo de alta flexibilidade e na cor branco, sendo a mesma com raio de 2mm. Painel Lateral em MDP (Médium Density Particleboard) com 25 mm com fita borda 0,45mm, colada a quente pelo sistema hotmelt, em todas as extremidades. Painel Frontal em MDP 15 mm, encabeçamento nos topos aparentes com fita borda 0,45mm, colada a quente pelo sistema hotmelt, todos revestidos com laminado melamínico de baixa pressão (BP) em ambas as faces. Painel frontal é dividido em duas partes o superior e inferior, na parte inferior o mesmo é dividido em três partes iguais para facilitar a combinação de cores do mesmo. Sistema de fixação (montagem) é feita através de bucha metálica e parafuso com rosca milimétrica, facilitando a montagem e desmontagem da mesma sem danificar o produto. Conjunto de bucha e sapata niveladora em polipropileno injetado e haste metálica com regulagem através de rosca 5/16.6. 198,00R	1	UND	* 7. 707,3333	* 7. 707,33
8 - NICHO PLANEJADO EM MDF 15MM FUNDO COLORIDO 280X330MM	7	UND	* 410,6667	* 2. 874,67
9 - EXPOSITOR DE LIVROS INFANTIL EXPOSITOR PLANEJADO EM MDF 15MM 800X400X840MM	2	UND	* 833,3333	* 1. 666,67

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Os objetos desta aquisição deverão ser entregues na secretaria solicitante em seus devidos locais, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento:

5.2. Essa contratação deverá ser diretamente fiscalizada pelo fiscal de contratos da Secretaria de cultura e turismo, representado pela servidora pormenorizado no Documento de Formalização de Demanda, Mayana Christina Cursino Souza, Matrícula 4899.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. **R$ 91.394,61.**

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTARIA

Órgão: 09- Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Unidade: 001- Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Projeto/Atividade: 1109 – Equipar e Mobiliar a Biblioteca Municipal

Natureza da Despesa: 4.490.52.00.00

Reduzido: 1134

Valor: R$ 91.394,61

Leia-se:

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA - RETIFICADO

ORDEM -DESCRIÇÃO	QTD	MEDIÇÃO	VALOR MEDIO UNITARIO	VALOR MEDIO TOTAL
1 - PLATAFORMA SIMPLES LIGHT PÉ TRAVE 1000X600X740MM TAMPO CONFECCIONADO EM CHAPA DE MDP (MÉDIUM DENSITY PARTICLEBOARD), COM PARTÍCULAS SELEÇIONADAS DE MADEIRA DE REFLORESTAMENTO, AGLUTINADAS E CONSOLIDADAS COM RESINA SINTÉTICA E TERMO ESTABILIZADAS SOB PRESSÃO, COM 25MM DE ESPESSURA, REVESTIDO, EM AMBAS AS FACES, COM FILME TERMO PRENSADO MELAMÍNICO, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,2MM. O CONTORNO DO TAMPO É ENCABEÇADO COM BORDA PVC (POLYVINYL CHLORIDE) 2MM, COLADA A QUENTE PELO SISTEMA HOTMELT CQ-645PUR QUE É ELABORADO A BASE DE POLIURETANO REATIVO (PUR) QUE EM CONTATO COM A UMIDADE RELATIVA DO AR E/ OU DOS SUBSTRATOS INICIA A SUA RETICULAÇÃO, TORNANDO-SE UM ADESIVO TERMO FIXO DE ALTA FLEXIBILIDADE E NA COR BRANCO, SENDO A MESMA COM RAIO DE 2 MM. LONGARINAS DE SUSTENTAÇÃO HORIZONTAL (01 PEÇA) CONSTITUÍDA POR TUBOS DE AÇO FINA	8	UND	* 1. 031,3333	* 8. 250,67

FRIO SAE1008 DE SECÇÃO RETANGULAR, EM TUBO 20 X 40 X 0,9MM, COM CORTE A LASER, DISPENSANDO O USO DE SOLDA E ENCAIXADA AOS PEDESTAIS TRAVE COM TRAVAMENTO POR PARAFUSO M6. PEDESTAL TRAVE DE SUSTENTAÇÃO LATERAL (02 PEÇAS) CONFECCIONADO EM AÇO LAMINADO FINA FRIO SAE 1008, TUBO SECÇÃO QUADRADA 40 X 40 X 1,2 MM, MESMO SENDO PROCESSADO NO CORTE LASER, SENDO 45° PARA O MODELO TRAVE E 30° PARA O MODELO CAVALETE OS MESMOS SÃO CONFORMADOS E SOLDADOS PELO PROCESSO MIG, COM SUPORTES EM FORMATOS “L” EM CHAPA DE AÇO FINA FRIO SAE1008 (1.9MM) SOLDADAS AO TUBO, PERMITINDO ASSIM O PERFEITO TRAVAMENTO ENTRE PEDESTAIS E LONGARINAS EM TUBO. TODAS AS PARTES METÁLICAS RECEBEM UM PRÉ-TRATAMENTO POR UM PROCESSO DE BANHO CONTENDO DESENGRAXANTE A BASE DE SODA PARA A RETIRADA NUM TOTAL DOS ÓLEOS DO AÇO, LOGO PASSA POR UM ENXAGUE E REFINADOR E UM BANHO DE FOSFATO DE ZINCO, ASSIM SENDO ENXAGUADO EM DUAS IMERSÕES E SECADO PARA A PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ COM CAMADA DE 120 MICRAS, E CURADA EM ESTUFA A 200ºC. SISTEMA DE FIXAÇÃO (MONTAGEM) É FEITA ATRAVÉS DE BUCHA METÁLICA EM ZAMAC COM ROSCA MILIMÉTRICA M6 COM ACABAMENTO ZINCADO AMARELA A MESMA SENDO TOTALMENTE IMPREGNADA NAS PEÇAS, NAS PARTES METÁLICAS SÃO FEITAS ATRAVÉS DE REBITE EM AÇO COM ROSCA MILIMÉTRICA M6 E OS MESMOS FIXADOS COM PARAFUSO EM ZAMAC COM ROSCA MILIMÉTRICA M6 COM ACABAMENTO ZINCADO BRANCO, SENDO ASSIM FORMANDO UM CONJUNTO PARA UMA MONTAGEM E DESMONTAGEM DA MESMA SEM DANIFICAR O PRODUTO. NAS EXTREMIDADES DOS PEDESTAIS CONTEM SAPATAS NIVELADORAS EM PVC RÍGIDO COM DIÂMETRO DE 50MM E PARAFUSO CENTRAL COM ROSCA 5/16”, CUJA FUNÇÃO SERÁ CONTORNAR EVENTUAIS DESNÍVEIS DE PISO.				
2 - MESA REUNIÃO CIRCULAR COM BASE DISCO TAMPO CONFECCIONADO EM CHAPA DE MDP (MÉDIUM DENSITY PARTICLEBOARD), COM PARTÍCULAS SELECIONADAS DE MADEIRA DE REFLORESTAMENTO, AGLUTINADAS E CONSOLIDADAS COM RESINA SINTÉTICA E TERMO ESTABILIZADAS SOB PRESSÃO, COM 25MM DE ESPESSURA, REVESTIDO, EM AMBAS AS FACES, COM FILME TERMO PRENSADO MELAMÍNICO, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,2MM. O CONTORNO DO TAMPO É ENCABEÇADO COM BORDA PVC (POLYVINYL CHLORIDE) 2MM, COLADA A QUENTE PELO SISTEMA HOTMELT CQ-645PUR QUE É ELABORADO A BASE DE POLIURETANO REATIVO (PUR) QUE EM CONTATO COM A UMIDADE RELATIVA DO AR E/ OU DOS SUBSTRATOS INICIA A SUA RETICULAÇÃO, TORNANDO-SE UM ADESIVO TERMO FIXO DE ALTA FLEXIBILIDADE E NA COR BRANCO, SENDO A MESMA COM RAIO DE 2 MM. ESTRUTURA METÁLICA COMPOSTA POR BASE DISCO COM DIÂMETRO DE 580MM, EM CHAPA DE AÇO ¼ DE ESPESSURA, NA PARTE INFERIOR TERÁ TUBOS 15X15MM COM REBITES ¼ SOLDADOS PARA COLOCAR SAPATAS, FIXADA NA COLUNA ATRAVÉS DE PARAFUSO MILIMÉTRICO M6. COLUNA EM AÇO DE 2 1/2”X1.2MM COM CHAPA DE AÇO ¼ DE ESPESSURA SOLDADA NA PARTE SUPERIOR E TRAVESSA SUPERIOR PARA FIXAR AO TAMPO EM TUBO 20X40X0.9MM. TODOS OS AÇOS SÃO FINA FRIO SAE1008. PINTURA ELETROSTÁTICA EM EPÓXI, RECEBEM UM PRÉ-TRATAMENTO POR UM PROCESSO DE BANHO CONTENDO DESENGRAXANTE A BASE DE SODA PARA A RETIRADA NUM TOTAL DOS ÓLEOS DO AÇO, LOGO PASSA POR UM ENXAGUE E REFINADOR E UM BANHO DE FOSFATO DE ZINCO, ASSIM SENDO ENXAGUADO EM DUAS IMERSÕES E SECADO PARA A PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ COM CAMADA DE 120 MICRAS, E CURADA EM ESTUFA A 200ºC. SAPATA NIVELADORA EM POLIPROPILENO INJETADO E HASTE METÁLICA COM REGULAGEM ATRAVÉS DE ROSCA 1/4.	2	UND	* 1.805,3333	* 3.610,67
3 - CADEIRA FIXA APROXIMAÇÃO - COR VERDE OLIVA. EMPILHÁVEL COM ENCOSTO E ASSENTO FIXOS COM EMPILHAMENTO MÁXIMO DE 8 UNIDADES. ASSENTO E ENCOSTO- ESTRUTURA EM CONCHA PLÁSTICA ÚNICA INJETADA EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO DE ALTA RESISTÊNCIA COM BORDAS ARREDONDADAS. - PRESILHAS DE FIXAÇÃO DA ESTRUTURA METÁLICA NO ASSENTO/ENCOSTO INJETADO EM POLIAMIDA 6.0 DE ALTA RESISTÊNCIA. - A UNIÃO DAS PRESILHAS DE FIXAÇÃO DA ESTRUTURA METÁLICA NO ASSENTO/ENCOSTO É FEITA POR PARAFUSOS PHILIPS CABEÇA PANELA PARA PLÁSTICO. - SEPARADORES PARA PROTEÇÃO DO ASSENTO NO EMPILHAMENTO EM SILICONE ADESIVADAS NAS PRESILHAS DE FIXAÇÃO DO ASSENTO. NOTA: VERIFICAR CORES DISPONÍVEIS PARA AS PEÇAS PLÁSTICAS NA CARTELA DE CORES DA LINHA. ESTRUTURA- ESTRUTURA ÚNICA EM FORMATO PALITO CONFECCIONADA EM TUBO DE AÇO INDUSTRIAL REDONDO SAE 1010/1020 COM 19,05 MM DE DIÂMETRO (3/4”) E 1,20 MM DE ESPESSURA DE PAREDE, CURVADA A FRIO, EXECUTADO E CALIBRADO POR MÁQUINA CNC.- ELEMENTO DE UNIÃO LATERAL DA ESTRUTURA FABRICADO EM TUBO DE AÇO INDUSTRIAL REDONDO SAE 1010/1020 COM 19,05 MM DE DIÂMETRO (3/4”) E 1,20 MM DE ESPESSURA DE PAREDE.- ELEMENTO DE UNIÃO CENTRAL DA ESTRUTURA FABRICADO EM BARRA DE AÇO TREFILADO SAE 1020 REDONDO COM 6,35 MM DE DIÂMETRO.- A UNIÃO DO ELEMENTO DE UNIÃO LATERAL E CENTRAL NA ESTRUTURA DA CADEIRA É FEITA POR PROCESSO DE SOLDA DO TIPO MIG EM CÉLULA ROBOTIZADA FORMANDO UMA ESTRUTURA ÚNICA PARA POSTERIOR MONTAGEM DA CONCHA.- SAPATAS EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO INJETADO NA COR GRAFITE. ACABAMENTO- OS COMPONENTES METÁLICOS PINTADOS POSSUEM TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE ATRAVÉS DE BANHO NANO CERÂMICO BIMETÁLICO POR SPRAY, EXECUTADO EM LINHA CONTÍNUA AUTOMÁTICA, SEM USO DE PRODUTOS CLORADOS PARA DESENGRAXE, E COM POSTERIOR TRATAMENTO DE EFLUENTES, DE ACORDO COM AS NORMAS AMBIENTAIS VIGENTES, PROPORCIONANDO MELHOR PROTEÇÃO CONTRA CORROSÃO E EXCELENTE ANCORAGEM DA TINTA.- A TINTA UTILIZADA PARA A PINTURA É EM PÓ, DO TIPO HÍBRIDA (POLIÉSTER - EPÓXI), GARANTINDO RESISTÊNCIA A RADIAÇÃO E RESISTÊNCIA QUÍMICA, W-ECO, ATENDENDO NORMA EUROPEIA ROHS, ISENTA DE METAIS PESADOS, NAS CORES DISPONÍVEIS PARA LINHA, COM CAMADA MÉDIA DE 60 MÍCRONS DE ESPESSURA. TODAS AS PEÇAS SÃO CURADAS EM ESTUFA COM ESTEIRA DE MOVIMENTAÇÃO CONTÍNUA À TEMPERATURA DE 200°C	18	UND	* 1.531,0000	* 27.558,00
4- CADEIRA EIFFEL INFANTIL EM POLIPROPILENO BASE EM MADEIRA E AÇO PINTADA A PÓ SEM BRAÇO 310 X 350 X 560MM (LXPXA) (COR BRANCA).	8	UND	* 516,1667	* 4.129,33
5 - MESA EIFFEL INFANTIL EM MDF BASE EM MADEIRA E AÇO PINTADOS A PÓ 600X600X500MM (LXPXA) (COR BRANCA)	2	UND	* 1.209,5000	* 2.419,00
6 - BALCÃO DE ATENDIMENTO EM L **1 PEÇA BALCÃO ALTO ANGULAR 1205X610X1100MM** **2 PEÇAS BALCÃO ALTO RETANGULAR 1200X610X1100MM** **BALCÃO DE ATENDIMENTO ANGULAR:** TAMPO CONFECCIONADO EM CHAPA DE MDP (MÉDIUM DENSITY PARTICLEBOARD), COM PARTÍCULAS SELECIONADAS DE MADEIRA DE REFLORESTAMENTO, AGLUTINADAS E CONSOLIDADAS COM RESINA SINTÉTICA E TERMO ESTABILIZADAS SOB PRESSÃO, COM 25MM DE ESPESSURA, REVESTIDO, EM AMBAS AS FACES, COM FILME TERMO PRENSADO MELAMÍNICO, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,2MM. O CONTORNO DO TAMPO É ENCABEÇADO COM BORDA PVC (POLYVINYL CHLORIDE) 2MM, COLADA A QUENTE PELO SISTEMA HOTMELT CQ-645PUR QUE É ELABORADO A BASE DE POLIURETANO REATIVO (PUR) QUE EM CONTATO COM A UMIDADE RELATIVA DO AR E/ OU DOS SUBSTRATOS INICIA A SUA RETICULAÇÃO, TORNANDO-SE UM ADESIVO TERMO FIXO DE ALTA FLEXIBILIDADE E NA COR BRANCO, SENDO A MESMA COM RAIO DE 2MM. PAINEL FRONTAL EM MDP (MÉDIUM DENSITY PARTICLEBOARD) 15 MM, ENCABEÇAMENTO NOS TOPOS APARENTES COM FITA BORDA 0,45MM, COLADA A QUENTE PELO SISTEMA HOTMELT, TODOS REVESTIDOS COM LAMINADO MELAMÍNICO DE BAIXA PRESSÃO (BP) EM AMBAS AS FACES. PAINEL FRONTAL É DIVIDIDO EM DUAS PARTES O SUPERIOR E INFERIOR, NA PARTE INFERIOR O MESMO É DIVIDIDO EM TRÊS PARTES IGUAIS PARA FACILITAR A COMBINAÇÃO DE CORES DO MESMO. TAMPO INFERIOR DOTADO DE PASSA CABO EM POLIPROPILENO INJETADO COM DIÂMETRO CENTRAL ®60MM COM TAMPAEXTEMA SUPERIOR EM FORMATO QUADRADO PERSONALIZADO E TAMPA INTERNA PARA ACABAMENTO. A COLUNA DE CANTO SUPERIOR E INFERIOR É PRODUZIDA EM CHAPA DE AÇO FINO FRIO 1.2MM DE ESPESSURA SAE1008, SENDO EM SEU COMPRIMENTO DOBRADA DE FORMA SEXTAVADA, COM ABERTURA INTERNA PARA PASSAGEM DE CABEAMENTO, ASSIM SERÁ USADA UMA TAMPA PLÁSTICA PARA FECHAMENTO EM PVC RÍGIDO EXTRUSADO. PINTURA ELETROSTÁTICA EM EPÓXI, ESPESSURA MÍNIMA DE 40 MÍCRONS. SISTEMA DE FIXAÇÃO (MONTAGEM) É FEITA ATRAVÉS DE BUCHA/REBITE METÁLICO E PARAFUSO COM	1	UND	* 7.707,3333	* 7.707,33

ROSCA MILIMÉTRICA, FACILITANDO A MONTAGEM E DESMONTAGEM DA MESMA SEM DANIFICAR O PRODUTO. CONJUNTO DE BUCHA E SAPATA NIVELADORA EM POLIPROPILENO INJETADO E HASTE METÁLICA COM REGULAGEM ATRAVÉS DE ROSCA 5/16. **BALCÃO DE ATENDIMENTO RETANGULAR:** TAMPO CONFECCIONADO EM CHAPA DE MDP (MÉDIUM DENSITY PARTICLEBOARD), COM PARTÍCULAS SELECIONADAS DE MADEIRA DE REFLORESTAMENTO, AGLUTINADAS E CONSOLIDADAS COM RESINA SINTÉTICA E TERMO ESTABILIZADAS SOB PRESSÃO, COM 25MM DE ESPESSURA, REVESTIDO, EM AMBAS AS FACES, COM FILME TERMO PRENSADO MELAMÍNICO, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,2MM. O CONTORNO DO TAMPO É ENCABEÇADO COM BORDA PVC (POLYVINYL CHLORIDE) 2MM, COLADA A QUENTE PELO SISTEMA HOTMELT CO-645PUR QUE É ELABORADO A BASE DE POLIURETANO REATIVO (PUR) QUE EM CONTATO COM A UMIDADE RELATIVA DO AR E/ OU DOS SUBSTRATOS INICIA A SUA RETICULAÇÃO, TORNANDO-SE UM ADESIVO TERMO FIXO DE ALTA FLEXIBILIDADE E NA COR BRANCO, SENDO A MESMA COM RAIO DE 2MM. PAINEL LATERAL EM MDP (MEDIUM DENSITY PARTICLEBOARD) COM 25 MM COM FITA BORDA 0,45MM, COLADA A QUENTE PELO SISTEMA HOTMELT, EM TODAS AS EXTREMIDADES. PAINEL FRONTAL EM MDP 15 MM, ENCABEÇAMENTO NOS TOPOS APARENTES COM FITA BORDA 0,45MM, COLADA A QUENTE PELO SISTEMA HOTMELT, TODOS REVESTIDOS COM LAMINADO MELAMÍNICO DE BAIXA PRESSÃO (BP) EM AMBAS AS FACES. PAINEL FRONTAL É DIVIDIDO EM DUAS PARTES O SUPERIOR E INFERIOR, NA PARTE INFERIOR O MESMO É DIVIDIDO EM TRÊS PARTES IGUAIS PARA FACILITAR A COMBINAÇÃO DE CORES DO MESMO. SISTEMA DE FIXAÇÃO (MONTAGEM) É FEITA ATRAVÉS DE BUCHA METÁLICA E PARAFUSO COM ROSCA MILIMÉTRICA, FACILITANDO A MONTAGEM E DESMONTAGEM DA MESMA SEM DANIFICAR O PRODUTO. CONJUNTO DE BUCHA E SAPATA NIVELADORA EM POLIPROPILENO INJETADO E HASTE METÁLICA COM REGULAGEM ATRAVÉS DE ROSCA 5/16				
7-NICHO HEXAGONAL- PLANEJADO EM MDF 15MM FUNDO COLORIDO 280X330MM	7	UND	* 410,6667	* 2.874,67
8 - ESTANTE PARA LIVROS FACE DUPLA, CONFECCIONADA EM AÇO COM BAIXO TEOR DE CARBONO, COMPOSTA POR: 08 PRATELEIRAS PLANAS, 01 BASE RETANGULAR FECHADA, 01 TRAVESSA SUPERIOR E 02 LATERAIS - 08 PRATELEIRAS COM DIMENSÕES DE 99,8 CM DE COMPRIMENTO E 23,5 CM DE PROFUNDIDADE, CONFECCIONADAS EM CHAPA DE AÇO COM ESPESSURA DE 0,90MM, COM DOBRAS NAS LATERAIS QUE PERMITEM AS MESMAS A UNIÃO AS LATERAIS PELO SISTEMA DE ENCAIXE (SEM PARAFUSOS).- 01 BASE RETANGULAR FECHADA ÚTIL CONFECCIONADA EM CHAPA DE AÇO 0,90MM, COM ALTURA DE 17,5 CM, 01 REFORÇO INTERNO EM "ÔMEGA" SOLDADO A BASE, CONFECCIONADO EM CHAPA 0,90MM, 02 ANTEPAROS LATERAIS SOLDADOS A BASE E FIXADO NAS LATERAIS DA ESTANTE ATRAVÉS DE 04 PARAFUSOS "M8" DE CADA LADO - 01 TRAVESSA SUPERIOR HORIZONTAL (CHAPÉU), CONFECCIONADO EM CHAPA DE AÇO 0,90MM E DOBRADO EM "U" COM ALTURA DE 7 CM, 02 ANTEPAROS LATERAIS EM CHAPA 1,50MM SOLDADOS A TRAVESSA E FIXADO NAS LATERAIS DA ESTANTE ATRAVÉS DE 04 PARAFUSOS "M8" DE CADA LADO - 02 LATERAIS QUE UNEM EM UMA ÚNICA PEÇA TANTO A FUNÇÃO DE SUSTENTAÇÃO COMO A DE FECHAMENTO, CUJO DESIGN DISPENSA O USO DE PAINÉIS EXTRAS, CONTÉM REFORÇOS RETANGULARES SOLDADOS AS EXTREMIDADES, RESPONSÁVEIS TAMBÉM PELO REMATE DA PEÇA QUE IMPEDE O DEPÓSITO DE OBJETOS, PROLIFERAÇÃO DE FUNGOS, INSETOS E ACÚMULO DE SUJEIRA AO LONGO DO TEMPO, POSSUI FURAÇÃO COM REBITE SEXTAVADO DE ROSCA EMBUTIDA, O QUE PERMITE A FIXAÇÃO DA BASE E CHAPÉU SEM UTILIZAÇÃO DE PORCAS QUE AFROUXAM COM O TEMPO; AMBOS CONFECCIONADOS EM CHAPA DE AÇO 1,50MM, SENDO O SUPERIOR COM 7 CM DE ALTURA PARA RECEBER O CHAPÉU E O INFERIOR COM 17,5 CM DE ALTURA PARA RECEBER A BASE, AS LATERAIS SÃO CONFECCIONADAS EM CHAPA DE AÇO 1,20MM, ALTURA DE 200 CM E LARGURA DE 58 CM, COM DOBRAS ARREDONDADAS EVITANDO REBARBAS E ARESTAS CORTANTES E ACABAMENTO INTERNO EM PVC RÍGIDO, COM ANGULAÇÃO DE 45°, FIXADO ATRAVÉS DE ENCAIXE. CADA LATERAL CONTÉM 36 RASGOS COM REPUXOS DE 2,8 CM DE ALTURA POR 10,5 CM DE LARGURA OS QUAIS ENRIJECEM A LATERAL, GARANTEM ESTABILIDADE DA ESTANTE E PERMITEM O ENCAIXE DAS BANDEJAS EM PASSOS DE 17,5 CM. BASE DAS LATERAIS COM SISTEMA DE NIVELADORES SEXTAVADOS EM NYLON QUE PERMITAM REGULAGEM DE ALTURA, FIXADOS ATRAVÉS DE REBITES COM ROSCA EMBUTIDA. TODAS AS PEÇAS QUE POSSUEM UNIÃO POR SOLDA SÃO REALIZADAS PELO PROCESSO MIG. POSSUI LAUDO EMITIDO POR LABORATÓRIO DEVIDAMENTE ACREDITADO PELO INMETRO, QUE ATESTA: ESTABILIDADE, RESISTÊNCIA E CARGA MÁXIMA SUPORTADA DO MÓVEL, SEGURANÇA OFERECIDA AO USUÁRIO E AOS OBJETOS DEPOSITADOS, NO QUE DIZ RESPEITO A COMPONENTES PERFURO-CORTANTES, NOS TERMOS DA NBR 13961:2010; GRAU DE CORROSÃO POR EXPOSIÇÃO A ATMOSFERA ÚMIDA SATURADA, NOS TERMOS DA NBR 8095/2015, MEDIANTE ENSAIO COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 800 HORAS; NBR 8094/1983 RELATÓRIO DE ENSAIO DE CORROSÃO POR EXPOSIÇÃO À NÉVOA SALINA NOS TERMOS DA NBR ISO 4628-3: RIO E NBR 5841: D0/T0, DE PELO MENOS 800 HORAS.; GRAU DE CORROSÃO E ENVELHECIMENTO POR EXPOSIÇÃO AO DIÓXIDO DE ENXOFRE, MEDIANTE ENSAIO DE PELO MENOS 120 HORAS, NOS TERMOS DA ABNT NBR 8096/83; CERTIFICADO DE REGULARIDADE EM ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS, CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA N° 31 DE 3/12/2009. PINTURA APLICADA ATRAVÉS DO SISTEMA ELETROSTÁTICO A PÓ, APLICAÇÃO COM CAMADA MÍNIMA DE TINTA COM 90 MICRAS UNIFORMEMENTE DISTRIBUÍDA E TRATAMENTO ANTERIOR COM BANHO QUÍMICO, ANTIFERRUGINOSO E FOSFATIZANTE. DIMENSÕES GERAIS: LARGURA 100 CM ALTURA: 200 CM | PROFUNDIDADE: 58 CM. (CINZA OU BRANCO)	8	UND	* 4.533,0000	* 36.264,00
9 - ESTANTE INFANTIL FACE SIMPLES PARA LIVROS, CONFECCIONADA EM AÇO COM BAIXO TEOR DE CARBONO. COMPOSTA POR: 03 PRATELEIRAS PLANAS, 01 BASE RETANGULAR FECHADA, 01 TRAVESSA SUPERIOR E 02 LATERAIS. - 03 PRATELEIRAS COM DIMENSÕES DE 99,8 CM DE COMPRIMENTO E 23,5 CM DE PROFUNDIDADE, CONFECCIONADAS EM CHAPA DE AÇO COM ESPESSURA DE 0,90MM, COM DOBRAS NAS LATERAIS QUE PERMITEM AS MESMAS A UNIÃO AS LATERAIS PELO SISTEMA DE ENCAIXE (SEM PARAFUSOS). - 01 TRAVESSA SUPERIOR HORIZONTAL (CHAPÉU), CONFECCIONADO EM CHAPA 0,90MM E DOBRADO EM "U" COM ALTURA DE 07 CM, 02 ANTEPAROS LATERAIS EM CHAPA 1,50MM SOLDADOS A TRAVESSA E FIXADO NAS LATERAIS DA ESTANTE ATRAVÉS DE 04 PARAFUSOS "M8" DE CADA LADO - 01 BASE RETANGULAR FECHADA ÚTIL CONFECCIONADA EM CHAPA DE AÇO COM ESPESSURA 0,90MM, COM ALTURA DE 17,5 CM; 02 ANTEPAROS LATERAIS SOLDADOS A BASE E FIXADO NAS LATERAIS DA ESTANTE ATRAVÉS DE 04 PARAFUSOS "M8" DE CADA LADO - 02 LATERAIS QUE UNEM EM UMA ÚNICA PEÇA TANTO A FUNÇÃO DE SUSTENTAÇÃO COMO A DE FECHAMENTO, CUJO DESIGN DISPENSA O USO DE PAINÉIS EXTRAS, CONTÉM REFORÇOS RETANGULARES SOLDADOS AS EXTREMIDADES, RESPONSÁVEIS TAMBÉM PELO REMATE DA PEÇA QUE IMPEDE O DEPÓSITO DE OBJETOS, PROLIFERAÇÃO DE FUNGOS, INSETOS E ACÚMULO DE SUJEIRA AO LONGO DO TEMPO, POSSUI FURAÇÃO COM REBITE SEXTAVADO DE ROSCA EMBUTIDA, O QUE PERMITE A FIXAÇÃO DA BASE E CHAPÉU SEM UTILIZAÇÃO DE PORCAS QUE AFROUXAM COM O TEMPO; AMBOS CONFECCIONADOS EM CHAPA DE AÇO 1,50MM, SENDO O SUPERIOR COM 7 CM DE ALTURA PARA RECEBER O CHAPÉU E O INFERIOR COM 17,5 CM DE ALTURA PARA RECEBER A BASE, AS LATERAIS SÃO CONFECCIONADAS EM CHAPA DE AÇO 1,20MM, ALTURA DE 148 CM E LARGURA DE 32CM COM DOBRAS ARREDONDADAS ARESTAS CORTANTES E ACABAMENTO INTERNO EM PVC RÍGIDO, COM ANGULAÇÃO DE 45°, FIXADO ATRAVÉS DE ENCAIXE. CADA LATERAL CONTÉM 12 RASGOS COM REPUXOS DE 2,8 CM DE ALTURA POR 10,5 CM DE LARGURA OS QUAIS ENRIJECEM A LATERAL, GARANTEM ESTABILIDADE DA ESTANTE E PERMITEM O ENCAIXE DAS BANDEJAS EM PASSOS DE 17,5 CM. BASE DAS LATERAIS COM SISTEMA DE NIVELADORES SEXTAVADOS EM NYLON QUE PERMITAM REGULAGEM DE ALTURA, FIXADOS ATRAVÉS DE REBITES COM ROSCA EMBUTIDA. TODAS AS PEÇAS QUE POSSUEM UNIÃO POR SOLDA SÃO REALIZADAS PELO PROCESSO MIG. POSSUI LAUDO EMITIDO POR LABORATÓRIO DEVIDAMENTE ACREDITADO PELO INMETRO, QUE ATESTA: GRAU DE CORROSÃO POR EXPOSIÇÃO A ATMOSFERA ÚMIDA SATURADA, NOS TERMOS DA NBR 8095/2015, MEDIANTE ENSAIO COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 800 HORAS; NBR 8094/1983 RELATÓRIO DE ENSAIO DE CORROSÃO POR EXPOSIÇÃO À NÉVOA SALINA NOS TERMOS DA NBR ISO 4628-3: RIO E NBR 5841: D0/T0, DE PELO MENOS 800 HORAS.: GRAU DE CORROSÃO E ENVELHECIMENTO POR EXPOSIÇÃO AO DIÓXIDO DE ENCONTRE, MEDIANTE ENSAIO DE PELO MENOS 120 HORAS, NOS TERMOS DA ABNT NBR 8096/83: CERTIFICADO DE REGULARIDADE	2	UND	* 2.214,3333	* 4.428,67

EM ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS, CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA N° 31 DE 3/12/2009. PINTURA APLICADA ATRAVÉS DO SISTEMA ELETROSTÁTICO A PÓ, APLICAÇÃO COM CAMADA MÍNIMA DE TINTA COM 90 MICRAS UNIFORMEMENTE DISTRIBUÍDA E TRATAMENTO ANTERIOR COM BANHO QUÍMICO, ANTIFERRUGENS E FOSFATIZANTE. DIMENSÕES GERAIS: LARGURA 100 CM | ALTURA 150 CM |PROFUNDIDADE 32 CM. (CINZA OU BRANCO)				

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Os objetos desta aquisição deverão ser entregues na secretaria solicitante em seus devidos locais, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento:

5.2. Essa contratação deverá ser diretamente fiscalizada pelo fiscal de contratos da Secretaria de cultura e turismo, representado pela servidora pormenorizado no Documento de Formalização de Demanda, Mayana Christina Cursino Souza, Matrícula 4899.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1.R$ 97.242,34**.**

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTARIA

Órgão: 09- Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Unidade: 001- Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Projeto/Atividade: 1109 – Equipar e Mobiliar a Biblioteca Municipal

Natureza da Despesa: 4.490.52.00.00

Reduzido: 1134

Valor: R$ 97.242,34.

O Edital passa a ser o consolidado que acompanha esta retificação.

A nova data de abertura para dia 05/09/2024 as 09:00 horas (Horário de Brasília).

Poxoréu - MT, 14 de agosto de 2024.

Ângela Cristina Gomes Rabelo

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA
EXTRAÇÃO DE CASCALHO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA-MT, CNPJ: 37.465.002/0001-66, torna público que **requereu** junto ao **Consórcio Intermunicipal De Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental "Médio Araguaia" – CODEMA,** a *Licença Prévia - LP, Licença de Instalação - LI e Licença de Operação LO,* para Extração de Cascalho em uma área de 03 hectares. Localizada no imóvel rural FAZENDA DOIS MENINOS, referido pelas coordenadas 12°22'25.51"S 52°39'18.41"O, do Município de Querência – MT para as atividades de Extração de cascalho.

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA
PORTARIA N° 631/2024 DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

NOMEIA AGENTE DE CONTRATAÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO.

FERNANDO GORGEN, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

R E S O L V E :

Art. 1° - Nomear a partir de 14 de agosto de 2024, a servidora **EDINEIA ALVES DANTAS** como AGENTE DE CONTRATAÇÃO do Município de Querência-MT, em Substituição à servidora Kamilla Vicente do Nascimento, nomeada pela Portaria nº 666/2023, que se encontra de Férias no Período de 14/08/2024 a 30/08/2024.

Art. 2° - As despesas decorrentes da presente Portaria correm por conta da dotação Orçamentária específica.

Art. 3° - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 14 de agosto de 2024.

Fernando Gorgen

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 630/2024 DE 12 DE AGOSTO DE 2024.

"Dispõe sobre a concessão do benefício de pensão por morte em favor do Sr. Junior Francisco Gama (companheiro) da servidora Sra. Laissa Cristina Hetzel"

Presidente do FEMPAS, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 7º, inciso II da Constituição Federal, com redação determinada pela emenda constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, art. 7º, inciso I, art. 28, inciso II e art. 29, inciso I, art. 30, §1º, inciso V, alínea c, item 4, da Lei Municipal n.º 355/2005, de 25 de agosto de 2005, com redação determinada pela Lei Municipal n.º 1. 504/2023.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de pensão por morte em favor do Sr. Junior Francisco Gama (companheiro), portador do RG. n.º 11693565-9 SSP/MT, inscrito no CPF/MF n.º 012.670.121-02, em decorrência do falecimento da servidora Sra. Laissa Cristina Hetzel, portadora do RG n.º 10945334 – SSP/MT, inscrita no CPF n.º 015.437.541-12, efetiva no cargo de Professora de Educação Física, Nível "05", Classe "C", lotada na Secretaria Municipal de Educação, **com 100% (cem por cento) dos proventos de forma integral, durante o período de 15 (quinze) anos**, conforme o processo do FEMPAS n.º 2024.6.06.0004.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, com efeitos retroativos a partir de 20 de julho de 2023, data do Óbito, revoga-se neste ato a portaria n.º 498/2024.

Registre, publique e cumpra-se.

Querência - MT, 12 de agosto de 2024.

Natan Basso Trucolo

Presidente

HOMOLOGO**:**

Fernando Gorgen

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA N°627/2024 DE 12 DE AGOSTO DE 2024.

NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL.

FERNANDO GORGEN, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

R E S O L V E :

Art. 1° - Nomear a partir de 12 de agosto de 2024, **Rodrigo Fenner**, portador da Cédula de Identidade n° 11499427 SJ/MT, e inscrito no CPF sob n° 929.212.641-53**,** para exercer cumulativamente a função do cargo de Secretário Municipal de Educação Desporto e Lazer no período de 12/08/2024 á 26/08/2024 em substituição as férias da Sra. Rosita Maria Hahn do Município de Querência-MT.

Art. 2° - As despesas decorrentes da presente Portaria correm por conta da dotação Orçamentária específica.

Art. 3° - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 12 de Agosto de 2024.

_____

Fernando Gorgen

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA N°629/2024 DE 12 DE AGOSTO DE 2024.

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

FERNANDO GORGEN, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais conforme Art. 22 da Lei Municipal Complementar n° 084/2015, de 29 de Maio de 2015, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, e conforme Decreto 1.508/2015 de 29 de Setembro de 2015, que dispõe sobre a regulamentação da Avaliação de Desempenho na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E:

Art. 1° - Ficam nomeados os membros da Comissão de Avaliação de Desempenho dos Servidores em Estágio Probatório e Efetivos da Secretária Municipal de Saúde da seguinte forma:

ALINE FABIAN, CPF Nº 996.145.371-91

• LUBIANE BOER, CPF Nº 001.749.420-60

• JULIANE FERREIRA MOLINA, CPF Nº 225.688.518-64

• NAIARA APARECIDA TONETTI MARSON, CPF Nº 032.770.551-59

• KAMILLA SANTANA MACHADO, CPF Nº 018.495.191-70

• ROZANGELA ALENCAR ROCHA, CPF Nº 884.466.971-49

• ELISA LACERDA ABREU, CPF Nº 055.091.756-05

• DIVINA SELMA MARTINS DE OLIVEIRA, CPF Nº 007.836.431-01

• LIBERA MUNARO, CPF Nº 938.644.771-15

• ANGELA BRANDELEIRO, CPF Nº 075.570.799-06

• NUBIA SIPPERT, CPF Nº 981.131.190-00

• CRISTIANI DE SOUZA ENGELMANN, CPF Nº 048.488.839-03

• JULIANA MARTINS TRINDADE, CPF Nº 945.151.401-59

• FABRICIO JESUS MARTINS, CPF Nº 051.058.341-51

• LARISSA CLARA BARROS, CPF Nº 027.515.201-46

• LARISSA MACHADO BELLE, CPF Nº 060.508.801-23

• DANIELE LAUSCHNER, CPF Nº 008.697.079-81

Art. 2°- A Comissão de Avaliação de Desempenho terá como atribuição as atividades elencadas no Decreto n° 1.508/2015.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando as disposições em contrário em especial a portaria nº 613/2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 12 (doze) de Agosto de 2024.

_____

Fernando Gorgen

Prefeito Municipal

15º ADT AO CONTRATO Nº 47/2021

DÉCIMO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE N.º 47/2021, QUE FAZEM O MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA-MT E A EMPRESA HABITAR SOLUÇÕES EM CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA EIRELI, O OBJETO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COM VESTIÁRIO NA ESCOLA ESTADUAL EM QUERÊNCIA/MT.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo aditivo tem como objeto a **PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA** do Contrato firmado entre as partes em 20 de dezembro 2021, nos termos previstos em sua Cláusula Segunda.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

2.1 Fica prorrogado o **PRAZO DE EXECUÇÃO** por mais 60 (sessenta) dias, com termo inicial **07 de agosto de 2024** e encerramento em **06 de setembro de 2024.**

2.2. Prorroga-se, respectivamente o **PRAZO DE VIGÊNCIA** do contrato, a encerrar-se-á na data de **06 de outubro de 2024.**

Querência-MT, 06 de agosto de 2024.

_____

FERNANDO GORGEN

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA N°628/2024 DE 12 DE AGOSTO DE 2024.

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

FERNANDO GORGEN, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais conforme Art. 22 da Lei Municipal Complementar n° 084/2015, de 29 de Maio de 2015, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, e conforme Decreto 1.508/2015 de 29 de Setembro de 2015, que dispõe sobre a regulamentação da Avaliação de Desempenho na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E:

Art. 1° - Ficam nomeados os membros da Comissão de Avaliação de Desempenho dos Servidores Efetivos da Secretaria Municipal de Assistência Social, da seguinte forma:

1. THAIS DA SILVA BRITO – CPF n°. 025.377.521-39

2. VERÔNICCA FERREIRA SILVA – CPF n°. 026.812.131-18

3. ROSIELI RIBARSKI – CPF n°.009.085.260-59

Art. 2°- A Comissão de Avaliação de Desempenho terá como atribuição as atividades elencadas no Decreto n° 1.508/2015.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário em especial a portaria 763/2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 09 (nove) de novembro de 2023.

_____

FERNANDO GORGEN

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 326/2024 DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

NOMEIA A SYNARA MIRANDA COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 42/2024 FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE RESERVA DO CABAÇAL E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO - CISOMT

JONAS CAMPOS VIERA, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear a Senhora **SYNARA MIRANDA**cadastrado no CPF nº 536.334.581-15, responsável pela fiscalização do Contrato nº **42/2024** Constitui objeto do presente contrato fornecimento de diárias em Casa de Apoio, de forma complementar da cobertura dos serviços prestados pelas redes Municipais de Saúde/Sistema Único de Saúde para atendimento dos pacientes dos municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso (CISOMT), na cidade de Cáceres e Cuiabá.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 14 de agosto de 2024.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

JONAS CAMPOS VIEIRA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, com sede na Av. Mato Grosso, 221, Centro, CEP: 78.265-000, Reserva do Cabaçal-MT, torna público Errata de Publicação, no qual foi publicado no dia 14 de agosto de 2024, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso Nº 4.548, Página 390.

ONDE SE LÊ:	LÊ-SE:
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO **Licitação: credenciamento 03-2023** **OBJETO: CREDENCIAMENTO DE MONITOR DE ARTES MARCIAIS JIU-JITSU,** em atendimento a secretaria municipal de assistência social de Reserva Do Cabaçal/MT Fica por este instrumento homologado o Processo Licitatório de CREDENCIAMENTO nº 03/2024, para contratação dos serviços acima mencionada. Reserva do Cabacal-MT, 13 de agosto de 2024. Registre-se Publique-se **JONAS CAMPOS VIEIRA** **PREFEITO MUNICIPAL**	**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO** **Licitação: credenciamento 03-2024** **OBJETO: CREDENCIAMENTO DE MONITOR DE ARTES MARCIAIS JIU-JITSU,** em atendimento a secretaria municipal de assistência social de Reserva Do Cabaçal/MT Fica por este instrumento homologado o Processo Licitatório de CREDENCIAMENTO nº 03/2024, para contratação dos serviços acima mencionada. Reserva do Cabacal-MT, 13 de agosto de 2024. Registre-se Publique-se **JONAS CAMPOS VIEIRA** **PREFEITO MUNICIPAL**

Reserva do Cabaçal-MT, 14 de agosto de 2024

WALASSE RAMOS SOUZA

Agente de contratação

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 325/2024 DE 14 DE AGOSTO DE 2024

NOMEIA A Sr. ª IVANI MARIA DE MENDONÇA COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 41/2024 REFERENTE A INEXIGIBILIDADE Nº 09/2024, FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE RESERVA DO CABAÇAL E A ANTUNES BRANDÃO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA LTDA, CNPJº: 44.697.158/0001-38.

JONAS CAMPOS VIERA, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear a senhora **IVANI MARIA DE MENDONÇA** cadastrado no CPF nº ***.***.271-87, responsável pela fiscalização do **Contrato nº 41/2024** que tem como objeto: contratação da empresa **ANTUNES BRANDÃO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA LTDA**, para prestação de serviços técnicos profissionais especializados de consultoria jurídica em direito publico, conforme art. 74, inciso III, alínea C da lei federal n° 14.133/2021 para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 14 de agosto de 2024.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

JONAS CAMPOS VIEIRA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, com sede na Av. Mato Grosso, 221, Centro, CEP: 78.265-000, Reserva do Cabaçal-MT, torna público Errata de Publicação, no qual foi publicado no dia 14 de agosto de 2024, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso Nº 4.548, Página 390.

ONDE SE LÊ:	LÊ-SE:

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO **CREDENCIAMENTO Nº 03/2023** Aos 13 (treze) dias do mês de agosto de Dois Mil e Vinte e Quatro, às 08h00min horas na sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, o senhor Walasse Ramos Souza, reuniu os envelopes dos interessados para analisar os documentos do credenciamento 03-2024 que tem como objeto **CREDENCIAMENTO DE MONITOR DE ARTES MARCIAIS JIU-JITSU,** em atendimento a secretaria municipal de assistência social de Reserva Do Cabaçal/MT. Conforme edital de **Credenciamento nº 03/2023**. Dando início aos trabalhos, constatou-se que em conformidade com a Lei Federal nº. 14.133/2021 e demais legislações pertinentes e de acordo com as seguintes cláusulas e instruções e condições do presente edital. Em seguida o pregoeiro deu início a conferência do lacre dos envelopes, onde todos estavam devidamente lacrados. Passando para a abertura dos envelopes, notou-se os seguintes participantes: - CESAR RODRIGUES BARRINHO, portador do RG N° 3266649-7, CPF: 014.291.541-60. Passou para a fase de análise das documentações dos participando, sendo elas analisadas pelo agente de contratação. Após análise das documentações, tendo citado no edital no item 5.5 "a não apresentação de qualquer documento acima relacionado, implicará na desclassificação do candidato", segue resultado das análises: - **CESAR RODRIGUES BARRINHO,** classificado e credenciado por ter atendido todos os requisitos do edital do credenciamento. Nada mais havendo, a presente sessão, pelo qual foi lavrada a presente ata que será lida e assinada por todos os presentes. **WALASSE RAMOS SOUZA** **CPF: 074.689.231-40** **Cargo: AGENTE DE CONTRATAÇÃO**	**ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO** **CREDENCIAMENTO Nº 03/2024** Aos 13 (treze) dias do mês de agosto de Dois Mil e Vinte e Quatro, às 08h00min horas na sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, o senhor Walasse Ramos Souza, reuniu os envelopes dos interessados para analisar os documentos do credenciamento 03-2024 que tem como objeto **CREDENCIAMENTO DE MONITOR DE ARTES MARCIAIS JIU-JITSU,** em atendimento a secretaria municipal de assistência social de Reserva Do Cabaçal/MT. Conforme edital de **Credenciamento nº 03/2024**. Dando início aos trabalhos, constatou-se que em conformidade com a Lei Federal nº. 14.133/2021 e demais legislações pertinentes e de acordo com as seguintes cláusulas e instruções e condições do presente edital. Em seguida o pregoeiro deu início a conferência do lacre dos envelopes, onde todos estavam devidamente lacrados. Passando para a abertura dos envelopes, notou-se os seguintes participantes: - CESAR RODRIGUES BARRINHO, portador do RG N° 3266649-7, CPF: 014.291.541-60. Passou para a fase de análise das documentações dos participando, sendo elas analisadas pelo agente de contratação. Após análise das documentações, tendo citado no edital no item 5.5 "a não apresentação de qualquer documento acima relacionado, implicará na desclassificação do candidato", segue resultado das análises: - **CESAR RODRIGUES BARRINHO,** classificado e credenciado por ter atendido todos os requisitos do edital do credenciamento. Nada mais havendo, a presente sessão, pelo qual foi lavrada a presente ata que será lida e assinada por todos os presentes. **WALASSE RAMOS SOUZA** **CPF: 074.689.231-40** **Cargo: AGENTE DE CONTRATAÇÃO**

Reserva do Cabaçal-MT, 14 de agosto de 2024

WALASSE RAMOS SOUZA

Agente de contratação

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 41/2024

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CONTRATADA: ANTUNES BRANDÃO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA LTDA

CNPJ Nº: 44.697.158/0001-38

OBJETO: contratação da empresa ANTUNES BRANDÃO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA LTDA, para prestação de serviços técnicos profissionais especializados de consultoria jurídica em direito publico, conforme art. 74, inciso III, alínea C da lei federal n° 14.133/2021 para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal.

VALOR GLOBAL: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, com sede na Av. Mato Grosso, 221, Centro, CEP: 78.265-000, Reserva do Cabaçal-MT, torna público Errata de Publicação, no qual foi publicado no dia 14 de agosto de 2024, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso Nº 4.548, Página 390.

ONDE SE LÊ: **RESULTADO DO CREDENCIAMENTO Nº 03/2023** A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT torna público que realizou no dia 13 de agosto de 2024, às 08:00 horas, em sua sede à Av. Mato Grosso nº 221, Centro, credenciamento para **CREDENCIAMENTO DE MONITOR DE ARTES MARCIAIS JIU-JITSU,** em atendimento a secretaria municipal de assistência social de Reserva Do Cabaçal/MT **Tendo como credenciado:** - CESAR RODRIGUES BARRINHO, portador do RG n° 3266649-7, CPF: 014.291.541-90. Reserva do Cabaçal-MT, 13 de agosto de 2024. **WALASSE RAMOS SOUZA** **Agente de contratação**	**LÊ-SE:** **RESULTADO DO CREDENCIAMENTO Nº 03/2024** A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT torna público que realizou no dia 13 de agosto de 2024, às 08:00 horas, em sua sede à Av. Mato Grosso nº 221, Centro, credenciamento para **CREDENCIAMENTO DE MONITOR DE ARTES MARCIAIS JIU-JITSU,** em atendimento a secretaria municipal de assistência social de Reserva Do Cabaçal/MT **Tendo como credenciado:** - CESAR RODRIGUES BARRINHO, portador do RG n° 3266649-7, CPF: 014.291.541-90. Reserva do Cabaçal-MT, 13 de agosto de 2024. **WALASSE RAMOS SOUZA** **Agente de contratação**

Reserva do Cabaçal-MT, 14 de agosto de 2024

WALASSE RAMOS SOUZA

Agente de contratação

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 10/2024 - LEI Nº 14.133/2021

Processo Administrativo: 37-2024.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos de informática para atender a demanda das secretarias municipais de Reserva Do Cabaçal/MT.

Tipo: MENOR PREÇO.

Valor Estimado: R$ 486.445,33

Data de Abertura: 27 de agosto de 2024 às 07:30

Endereço: Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, na Av. Mato Grosso, 221, Centro, CEP: 78.265-000, Sala de Licitações.

EDITAL: consulta e retirada das 07h:00min. às 13h:00min, de segunda a sexta-feira, no setor de licitação ou, gratuitamente no endereço eletrônico licitacaoreservadocabacal@gmail.com.

Reserva do Cabaçal - MT, 14 de agosto de 2024.

JONAS CAMPOS VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 42/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CONTRATADA: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso - CISOMT

CNPJ Nº: 01.870.663/0001-20

OBJETO: fornecimento de diárias em Casa de Apoio, de forma complementar da cobertura dos serviços prestados pelas redes Municipais de Saúde/Sistema Único de Saúde para atendimento dos pacientes dos municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso (CISOMT), na cidade de Cáceres e Cuiabá.

VIGÊNCIA: 14 DE AGOSTO DE 2024 A 13 DE AGOSTO DE 2025.

VALOR GLOBAL: R$ 29.040,00 (vinte e nove mil e quarenta reais).

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE "RATIFICAÇÃO" DE ATO DE INEXIGIBILIDADE

INEXIGIBILIDADE Nº 09/2024

1.1. OBJETO: contratação da empresa **ANTUNES BRANDÃO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA LTDA**, para prestação de serviços técnicos profissionais especializados de consultoria jurídica em direito publico, conforme art. 74, inciso III, alínea C da lei federal n° 14.133/2021 para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal.

Fundamento legal no art. 74, da Lei Federal nº 14.133 de 1° de abril de 2021 e decreto municipal n° 10/2024.

LICITANTE: ANTUNES BRANDÃO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA LTDA, inscrita no CNPJ 44.697.158/0001-38**.**

Valor, R$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais).

Ratifico a Inexigibilidade em consonância com a autorização do prefeito municipal.

PUBLIQUE-SE

ARQUIVE-SE

Reserva do Cabaçal-MT, 14 de agosto de 2024.

JONAS CAMPOS VIEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

GABINETE
PORTARIA Nº 175/2024 EXONERA CHEFE DE DEPARTAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA Nº 175/2024

DATA: 07 DE AGOSTO DE 2024

"EXONERA CHEFE DE DEPARTAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar o Senhor **JOÃO MARCOS CARDOSO RICART,** brasileiro, do cargo de **CHEFE DE DEPARTAMENTO,** lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer, deste município.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria nº 81/2024 e retroagindo os seus efeitos ao dia 01 de julho de 2024 e as demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 07 DE AGOSTO DE 2024.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA RH 279/2024 REVOGAÇÃO DE FERIAS UADILA SILVA

PORTARIA N° 279/2024

"REVOGA A PORTARIA 216/2024 SOBRE GOZO DE FÈRIAS PARA A SERVIDORA **UÁDILA SILVA DE SOUSA** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita do Município de Ribeirão Cascalheira - MT, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Revogar férias de 15 dias de acordo a Portaria 216/2024 da servidora **UÁDILA SILVA DE SOUSA,** servidora efetiva no cargo de Agente Administrativo, lotado na SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, referente ao período aquisitivo:

20/02/2023 a 19/02/2024, compreendendo os (15) dias de gozo de 11/07/2024 à 25/07/2024.

ARTIGO 2° - Estaportaria entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique – se e Cumpra-se.

Ribeirão Cascalheira-MT, 12 de julho de 2024.

LUZIA NUNES BRANDÃO RUBENILDA SOUZA AGUIAR

Prefeita Municipal Diretora Dept°. de Recursos Humanos

DEPARTAMENTO DE RH
EXTRATO DE ADMISSÃO JULHO DE 2024

CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO **289/2024**

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA - MT

CONTRATADO: **LUCAS DOS SANTOS**

CARGO: MOTORISTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DATA INICIAL DO CONTRATO: 02/07/2024

DATA FINAL DO CONTRATO: 31/12/2024

CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO **290/2024**

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA - MT

CONTRATADO: **JOANA BATISTA DA SILVA NERES CARDOSO**

CARGO: TECNICA EDUC. DESENVOLVIMENTO INFANTIL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DATA INICIAL DO CONTRATO: 01/07/2024

DATA FINAL DO CONTRATO: 15/12/2024

CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO **291/2024**

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA - MT

CONTRATADO: **ZULEIDE MARIA DA SILVA**

CARGO: TECNICA EDUC. DESENVOLVIMENTO INFANTIL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DATA INICIAL DO CONTRATO: 01/07/2024

DATA FINAL DO CONTRATO: 30/07/2024

CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO **292/2024**

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA - MT

CONTRATADO: **ADLER PEGGY LIMA ALEIXO**

CARGO: PROFESSORA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DATA INICIAL DO CONTRATO: 01/07/2024

DATA FINAL DO CONTRATO: 12/07/2024

CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO **293/2024**

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA - MT

CONTRATADO: **LEONOR DE PAULA SOARES**

CARGO: APOIO ADM. EDUCACIONAL VIGILANCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DATA INICIAL DO CONTRATO: 01/07/2024

DATA FINAL DO CONTRATO: 28/09/2024

CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO **294/2024**

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA - MT

CONTRATADO: **WITHALO CARVALHO DE OLIVEIRA**

CARGO: APOIO ADM. EDUCACIONAL VIGILANCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DATA INICIAL DO CONTRATO: 01/07/2024

DATA FINAL DO CONTRATO: 25/07/2024

CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO **295/2024**

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA - MT

CONTRATADO: **NAYARA GAMA DA SILVA**

CARGO: APOIO ADM. EDUCACIONAL E LIMPEZA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DATA INICIAL DO CONTRATO: 01/07/2024

DATA FINAL DO CONTRATO: 12/07/2024

CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO **296/2024**

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA - MT

CONTRATADO: **SEBASTIANA LOPES CARVALHO**

CARGO: APOIO ADM. EDUCACIONAL NUTRIÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DATA INICIAL DO CONTRATO: 01/07/2024

DATA FINAL DO CONTRATO: 13/12/2024

CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO **297/2024**

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA - MT

CONTRATADO: **VALDINETE ISABEL DE SOUSA**

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DATA INICIAL DO CONTRATO: 01/07/2024

DATA FINAL DO CONTRATO: 31/12/2024

GABINETE
RREO 1º BIMESTRE - RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA SIMPLIFICADO

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	79.362.000,00	79.362.000,00	12.459.339,41	15,70	12.459.339,41	15,70	66.902.660,59
RECEITAS CORRENTES	75.918.000,00	75.918.000,00	12.459.339,41	16,41	12.459.339,41	16,41	63.458.660,59
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	10.103.000,00	10.103.000,00	758.789,89	7,51	758.789,89	7,51	9.344.210,11
Impostos	9.335.000,00	9.335.000,00	687.925,11	7,37	687.925,11	7,37	8.647.074,89
Taxas	388.000,00	388.000,00	70.864,78	18,26	70.864,78	18,26	317.135,22
Contribuição de Melhoria	380.000,00	380.000,00					380.000,00
CONTRIBUIÇÕES	1.500.000,00	1.500.000,00					1.500.000,00
Contribuições Sociais	1.500.000,00	1.500.000,00					1.500.000,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00					0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00					0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00					0,00
RECEITA PATRIMONIAL	2.100.000,00	2.100.000,00	176.382,81	8,40	176.382,81	8,40	1.923.617,19
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00					0,00
Valores Mobiliários	2.100.000,00	2.100.000,00	176.382,81	8,40	176.382,81	8,40	1.923.617,19
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00					0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00					0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00					0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00					0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00					0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00					0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00					0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	470.000,00	470.000,00	3.608,78	0,77	3.608,78	0,77	466.391,22
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00					0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00					0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00					0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00					0,00
Outros Serviços	470.000,00	470.000,00	3.608,78	0,77	3.608,78	0,77	466.391,22
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	61.721.000,00	61.721.000,00	11.496.815,86	18,63	11.496.815,86	18,63	50.224.184,14
Transferências da União e de suas Entidades	24.360.000,00	24.360.000,00	5.290.431,82	21,72	5.290.431,82	21,72	19.069.568,18
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	19.455.000,00	19.455.000,00	3.798.238,33	19,52	3.798.238,33	19,52	15.656.761,67
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	4.806.000,00	4.806.000,00	20.188,27	0,42	20.188,27	0,42	4.785.811,73
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00					0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	13.100.000,00	13.100.000,00	2.387.957,44	18,23	2.387.957,44	18,23	10.712.042,56
Transferências do Exterior	0,00	0,00					0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00					0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	24.000,00	24.000,00	23.742,07	98,93	23.742,07	98,93	257,93
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00					0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	4.000,00	4.000,00	22.942,02	573,55	22.942,02	573,55	-18.942,02
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00					0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00					0,00
Demais Receitas Correntes	20.000,00	20.000,00	800,05	4,00	800,05	4,00	19.199,95

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: 1º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	3.444.000,00	3.444.000,00					3.444.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00					0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00					0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00					0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00					0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00					0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00					0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00					0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.444.000,00	3.444.000,00					3.444.000,00
Transferências da União e de suas Entidades	1.294.000,00	1.294.000,00					1.294.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	2.150.000,00	2.150.000,00					2.150.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00					0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00					0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00					0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00					0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00					0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00					0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00					0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00					0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00					0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00					0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.390.000,00	3.390.000,00					3.390.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	82.752.000,00	82.752.000,00	12.459.339,41	15,06	12.459.339,41	15,06	70.292.660,59
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00					0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00					0,00
Mobiliária	0,00	0,00					0,00
Contratual	0,00	0,00					0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00					0,00
Mobiliária	0,00	0,00					0,00
Contratual	0,00	0,00					0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	82.752.000,00	82.752.000,00	12.459.339,41	15,06	12.459.339,41	15,06	70.292.660,59
DÉFICIT (VI)							
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	82.752.000,00	82.752.000,00	12.459.339,41	15,06	12.459.339,41	15,06	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00					
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		0,00					

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	75.950.300,00	76.175.423,76	20.254.122,92	20.254.122,92	55.921.300,84	11.042.842,23	11.042.842,23	65.132.581,53	8.155.731,48	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: 1º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS CORRENTES	67.657.150,00	67.509.779,75	18.686.723,19	18.686.723,19	48.823.056,56	9.750.326,40	9.750.326,40	57.759.453,35	6.927.382,03	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	35.671.450,00	35.610.318,87	4.331.914,13	4.331.914,13	31.278.404,74	3.974.324,14	3.974.324,14	31.635.994,73	2.400.817,10	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31.985.700,00	31.899.460,88	14.354.809,06	14.354.809,06	17.544.651,82	5.776.002,26	5.776.002,26	26.123.458,62	4.526.564,93	
DESPESAS DE CAPITAL	7.893.150,00	8.265.644,01	1.567.399,73	1.567.399,73	6.698.244,28	1.292.515,83	1.292.515,83	6.973.128,18	1.228.349,45	
INVESTIMENTOS	6.677.150,00	7.049.644,01	668.495,79	668.495,79	6.381.148,22	668.495,79	668.495,79	6.381.148,22	632.454,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.216.000,00	1.216.000,00	898.903,94	898.903,94	317.096,06	624.020,04	624.020,04	591.979,96	595.895,45	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	400.000,00	400.000,00			400.000,00			400.000,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	3.211.700,00	3.386.576,24	834.303,20	834.303,20	2.552.273,04	826.729,20	826.729,20	2.559.847,04	512.829,66	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	79.162.000,00	79.562.000,00	21.088.426,12	21.088.426,12	58.473.573,88	11.869.571,43	11.869.571,43	67.692.428,57	8.668.561,14	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	79.162.000,00	79.562.000,00	21.088.426,12	21.088.426,12	58.473.573,88	11.869.571,43	11.869.571,43	67.692.428,57	8.668.561,14	
SUPERÁVIT (XIII)							589.767,98			
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	79.162.000,00	79.562.000,00	21.088.426,12	21.088.426,12		11.869.571,43	12.459.339,41		8.668.561,14	
RESERVA DO RPPS	90.000,00	90.000,00			90.000,00			90.000,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.390.000,00	3.390.000,00					3.390.000,00
RECEITAS CORRENTES	3.390.000,00	3.390.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.390.000,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00					0,00
Impostos	0,00	0,00					0,00
Taxas	0,00	0,00					0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00					0,00
CONTRIBUIÇÕES	2.490.000,00	2.490.000,00					2.490.000,00
Contribuições Sociais	2.490.000,00	2.490.000,00					2.490.000,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00					0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00					0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00					0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00					0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00					0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00					0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00					0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00					0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: 1º bimestre

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00					0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00					0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00					0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00					0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00					0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00					0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00					0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00					0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00					0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00					0,00
Outros Serviços	0,00	0,00					0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00					0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00					0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00					0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00					0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00					0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00					0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00					0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	900.000,00	900.000,00					900.000,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00					0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00					0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00					0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00					0,00
Demais Receitas Correntes	900.000,00	900.000,00					900.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00					0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00					0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00					0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00					0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00					0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00					0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00					0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00					0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00					0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00					0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00					0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00					0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00					0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00					0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00					0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00					0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00					0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00					0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00					0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00					0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00					0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: 1º bimestre

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00					0,00

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra-Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	3.211.700,00	3.386.576,24	834.303,20	834.303,20	2.552.273,04	826.729,20	826.729,20	2.559.847,04	512.829,66	
DESPESAS CORRENTES	3.211.700,00	3.386.576,24	834.303,20	834.303,20	2.552.273,04	826.729,20	826.729,20	2.559.847,04	512.829,66	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.151.700,00	3.326.576,24	834.303,20	834.303,20	2.492.273,04	826.729,20	826.729,20	2.499.847,04	512.829,66	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL										
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2024
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	29/02/2024
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	76.040.300,00	76.265.423,76	20.281.535,23	20.281.535,23	96,05	55.983.888,53	11.042.842,23	11.042.842,23	93,03	65.222.581,53	
Legislativa											
Ação Legislativa											
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	11.231.000,00	11.076.002,32	3.280.477,24	3.280.477,24	15,54	7.795.525,08	1.938.349,04	1.938.349,04	16,33	9.137.653,28	
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	8.603.000,00	8.449.454,32	2.163.306,23	2.163.306,23	10,24	6.286.148,09	1.456.831,59	1.456.831,59	12,27	6.992.622,73	
Administração Financeira	1.378.000,00	1.376.548,00	315.598,61	315.598,61	1,49	1.060.949,39	299.399,69	299.399,69	2,52	1.077.148,31	
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos	50.000,00	50.000,00				50.000,00				50.000,00	
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções	1.200.000,00	1.200.000,00	801.572,40	801.572,40	3,80	398.427,60	182.117,76	182.117,76	1,53	1.017.882,24	
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	1.885.000,00	1.886.452,00	344.831,34	344.831,34	1,63	1.541.620,66	326.879,90	326.879,90	2,75	1.559.572,10	
Assistência ao Idoso	38.000,00	38.000,00	11.957,94	11.957,94	0,06	26.042,06	11.957,94	11.957,94	0,10	26.042,06	
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	362.000,00	362.000,00	43.600,26	43.600,26	0,21	318.399,74	38.010,37	38.010,37	0,32	323.989,63	
Assistência Comunitária	1.471.000,00	1.472.452,00	289.273,14	289.273,14	1,37	1.183.178,86	276.911,59	276.911,59	2,33	1.195.540,41	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral	14.000,00	14.000,00				14.000,00				14.000,00	
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	4.885.000,00	4.885.000,00	413.893,05	413.893,05	1,96	4.471.106,95				4.885.000,00	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	4.885.000,00	4.885.000,00	413.893,05	413.893,05	1,96	4.471.106,95				4.885.000,00	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	15.191.000,00	15.591.000,00	8.476.334,07	8.476.334,07	40,14	7.114.665,93	3.457.082,46	3.457.082,46	29,13	12.133.917,54	
Atenção Básica	14.301.000,00	14.701.000,00	8.269.780,14	8.269.780,14	39,16	6.431.219,86	3.250.528,53	3.250.528,53	27,39	11.450.471,47	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica	890.000,00	890.000,00	206.553,93	206.553,93	0,98	683.446,07	206.553,93	206.553,93	1,74	683.446,07	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral											
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	23.754.300,00	23.732.969,44	2.949.253,71	2.949.253,71	13,97	20.783.715,73	2.333.147,68	2.333.147,68	19,66	21.399.821,76	
Ensino Fundamental	21.171.000,00	21.032.934,99	2.546.657,04	2.546.657,04	12,06	18.486.277,95	2.042.483,10	2.042.483,10	17,21	18.990.451,89	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior	515.000,00	424.579,30	45.718,31	45.718,31	0,22	378.860,99	42.528,42	42.528,42	0,36	382.050,88	
Educação Infantil	2.059.300,00	2.266.455,15	356.646,71	356.646,71	1,69	1.909.808,44	247.904,51	247.904,51	2,09	2.018.550,64	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	9.000,00	9.000,00	231,65	231,65	0,00	8.768,35	231,65	231,65	0,00	8.768,35	
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	970.000,00	1.030.000,00	395.132,32	395.132,32	1,87	634.867,68	100.075,69	100.075,69	0,84	929.924,31	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	970.000,00	1.030.000,00	395.132,32	395.132,32	1,87	634.867,68	100.075,69	100.075,69	0,84	929.924,31	
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	3.152.000,00	3.152.000,00	493.112,84	493.112,84	2,34	2.658.887,16	370.852,34	370.852,34	3,12	2.781.147,66	
Infra-Estrutura Urbana	505.000,00	505.000,00				505.000,00				505.000,00	
Serviços Urbanos	2.647.000,00	2.647.000,00	493.112,84	493.112,84	2,34	2.153.887,16	370.852,34	370.852,34	3,12	2.276.147,66	
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação											
Habitação Rural											

Documento gerado em 13/08/2024 15:34:05

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	958.000,00	958.000,00	210.402,52	210.402,52	1,00	747.597,48	172.212,63	172.212,63	1,45	785.787,37	
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções	958.000,00	958.000,00	210.402,52	210.402,52	1,00	747.597,48	172.212,63	172.212,63	1,45	785.787,37	
Gestão Ambiental	871.000,00	811.000,00	533.768,95	533.768,95	2,53	277.231,05	29.660,59	29.660,59	0,25	781.339,41	
Preservação e Conservação Ambiental	770.000,00	770.000,00	533.768,95	533.768,95	2,53	236.231,05	29.660,59	29.660,59	0,25	740.339,41	
Controle Ambiental	47.000,00	27.000,00				27.000,00				27.000,00	
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções	54.000,00	14.000,00				14.000,00				14.000,00	
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	827.500,00	827.500,00	81.985,78	81.985,78	0,39	745.514,22	74.946,30	74.946,30	0,63	752.553,70	
Abastecimento	40.000,00	40.000,00				40.000,00				40.000,00	
Extensão Rural	24.500,00	24.500,00				24.500,00				24.500,00	
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária	20.000,00	20.000,00				20.000,00				20.000,00	
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral	633.000,00	633.000,00	81.985,78	81.985,78	0,39	551.014,22	74.946,30	74.946,30	0,63	558.053,70	
FU20 - Demais Subfunções	110.000,00	110.000,00				110.000,00				110.000,00	
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	42.500,00	42.500,00	3.620,71	3.620,71	0,02	38.879,29	1.883,10	1.883,10	0,02	40.616,90	
Promoção Comercial											
Comercialização	22.500,00	22.500,00				22.500,00				22.500,00	
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções	20.000,00	20.000,00	3.620,71	3.620,71	0,02	16.379,29	1.883,10	1.883,10	0,02	18.116,90	
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											

Documento gerado em 13/08/2024 15:34:05

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	10.412.000,00	10.412.000,00	2.169.534,75	2.169.534,75	10,27	8.242.465,25	1.586.193,01	1.586.193,01	13,36	8.825.806,99	
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	9.757.000,00	9.463.000,00	2.169.534,75	2.169.534,75	10,27	7.293.465,25	1.586.193,01	1.586.193,01	13,36	7.876.806,99	
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções	655.000,00	949.000,00				949.000,00				949.000,00	
Desporto e Lazer	245.000,00	245.000,00	30.284,01	30.284,01	0,14	214.715,99	27.539,45	27.539,45	0,23	217.460,55	
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	245.000,00	245.000,00	30.284,01	30.284,01	0,14	214.715,99	27.539,45	27.539,45	0,23	217.460,55	
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	1.216.000,00	1.216.000,00	898.903,94	898.903,94	4,26	317.096,06	624.020,04	624.020,04	5,26	591.979,96	
Refinanciamento da Dívida Interna	1.216.000,00	1.216.000,00	898.903,94	898.903,94	4,26	317.096,06	624.020,04	624.020,04	5,26	591.979,96	
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	400.000,00	400.000,00				400.000,00				400.000,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.211.700,00	3.386.576,24	834.303,20	834.303,20	3,95	2.552.273,04	826.729,20	826.729,20	6,97	2.559.847,04	
TOTAL (III) = (I + II)	79.252.000,00	79.652.000,00	21.115.838,43	21.115.838,43	100,00	58.536.161,57	11.869.571,43	11.869.571,43	100,00	67.782.428,57	

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (bIII b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (dIII d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.211.700,00	3.386.576,24	834.303,20	834.303,20	3,95	2.552.273,04	826.729,20	826.729,20	6,97	2.559.847,04	
Legislativa											
Ação Legislativa											
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	822.000,00	822.000,00	214.575,21	214.575,21	1,02	607.424,79	214.575,21	214.575,21	1,81	607.424,79	
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	640.000,00	640.000,00	191.730,63	191.730,63	0,91	448.269,37	191.730,63	191.730,63	1,62	448.269,37	
Administração Financeira	160.000,00	160.000,00	22.034,58	22.034,58	0,10	137.965,42	22.034,58	22.034,58	0,19	137.965,42	
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções	22.000,00	22.000,00	810,00	810,00	0,00	21.190,00	810,00	810,00	0,01	21.190,00	
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	80.000,00	80.000,00	9.583,57	9.583,57	0,05	70.416,43	9.583,57	9.583,57	0,08	70.416,43	
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária	80.000,00	80.000,00	9.583,57	9.583,57	0,05	70.416,43	9.583,57	9.583,57	0,08	70.416,43	
FU08 - Administração Geral											
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	15.000,00	15.000,00	7.574,00	7.574,00	0,04	7.426,00				15.000,00	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	15.000,00	15.000,00	7.574,00	7.574,00	0,04	7.426,00				15.000,00	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	809.000,00	809.000,00	286.773,87	286.773,87	1,36	522.226,13	286.773,87	286.773,87	2,42	522.226,13	
Atenção Básica	665.000,00	665.000,00	250.256,92	250.256,92	1,19	414.743,08	250.256,92	250.256,92	2,11	414.743,08	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica	144.000,00	144.000,00	36.516,95	36.516,95	0,17	107.483,05	36.516,95	36.516,95	0,31	107.483,05	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	1.022.700,00	1.197.576,24	264.517,58	264.517,58	1,25	933.058,66	264.517,58	264.517,58	2,23	933.058,66	
Ensino Fundamental	1.011.000,00	1.011.000,00	150.807,90	150.807,90	0,71	860.192,10	150.807,90	150.807,90	1,27	860.192,10	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior	5.000,00	5.000,00	1.307,20	1.307,20	0,01	3.692,80	1.307,20	1.307,20	0,01	3.692,80	
Educação Infantil	5.700,00	180.576,24	112.402,48	112.402,48	0,53	68.173,76	112.402,48	112.402,48	0,95	68.173,76	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	1.000,00	1.000,00				1.000,00				1.000,00	
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	20.000,00	20.000,00	1.851,95	1.851,95	0,01	18.148,05	1.851,95	1.851,95	0,02	18.148,05	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	20.000,00	20.000,00	1.851,95	1.851,95	0,01	18.148,05	1.851,95	1.851,95	0,02	18.148,05	
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	30.000,00	30.000,00	483,13	483,13	0,00	29.516,87	483,13	483,13	0,00	29.516,87	
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos	30.000,00	30.000,00	483,13	483,13	0,00	29.516,87	483,13	483,13	0,00	29.516,87	
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação											
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	50.000,00	50.000,00	2.875,83	2.875,83	0,01	47.124,17	2.875,83	2.875,83	0,02	47.124,17	
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções	50.000,00	50.000,00	2.875,83	2.875,83	0,01	47.124,17	2.875,83	2.875,83	0,02	47.124,17	
Gestão Ambiental	13.000,00	13.000,00	405,00	405,00	0,00	12.595,00	405,00	405,00	0,00	12.595,00	
Preservação e Conservação Ambiental	13.000,00	13.000,00	405,00	405,00	0,00	12.595,00	405,00	405,00	0,00	12.595,00	
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											

Documento gerado em 13/08/2024 15:34:05

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	30.000,00	30.000,00	13.175,78	13.175,78	0,06	16.824,22	13.175,78	13.175,78	0,11	16.824,22	
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral	30.000,00	30.000,00	13.175,78	13.175,78	0,06	16.824,22	13.175,78	13.175,78	0,11	16.824,22	
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços											
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	253.000,00	253.000,00	32.487,28	32.487,28	0,15	220.512,72	32.487,28	32.487,28	0,27	220.512,72	
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	253.000,00	253.000,00	32.487,28	32.487,28	0,15	220.512,72	32.487,28	32.487,28	0,27	220.512,72	
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	7.000,00	7.000,00				7.000,00				7.000,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	7.000,00	7.000,00				7.000,00				7.000,00	
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	60.000,00	60.000,00				60.000,00				60.000,00	
Refinanciamento da Dívida Interna	60.000,00	60.000,00				60.000,00				60.000,00	
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2024
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	29/02/2024
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

PORTARIA 190/2024

Portaria nº 190/GP/24 Em, 12 de julho de 2024.

“Dispõe sobre Ferias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Municipal Nº 850 de 19 de fevereiro de 2024;

Considerando a Lei Municipal Nº 844 de 12 de dezembro de 2023;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **ELAYNE BENTO PARREIRA**, referente ao período aquisitivo de 01/01/2023 a 31/12/2023. A partir de 15/07/2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 196/2024

Portaria nº 196/GP/24 Em, 23 de Julho de 2024.

“Dispõe sobre Auxilio Doença de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.”

Considerando a Lei Municipal nº 850 de 19 de fevereiro de 2024;

Considerando a Lei Municipal nº 844 de 12 de dezembro de 2023;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde ao servidor efetivo, **RINALDO TAVEIRA RIBEIRO**, conforme Lei Municipal em vigência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos vinte e três dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 197/2024

Portaria nº 197/GP/24 Em, 25 de Julho de 2024.

“Dispõe sobre Auxilio Doença de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.”

Considerando a Lei Municipal nº 850 de 19 de fevereiro de 2024;

Considerando a Lei Municipal nº 844 de 12 de dezembro de 2023;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde ao servidor efetivo, **SEBASTIÃO CORREIA DA SILVA**, conforme Lei Municipal em vigência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos vinte e cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 188/2024

Portaria Nº. 188/GP/24 Em, 12 de Julho de 2024.

"Dispõe sobre Ascensão de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Municipal Nº 850 de 19 de fevereiro de 2024;

Considerando a Lei Municipal Nº 844 de 12 de dezembro de 2023;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 38 e 39 da Lei Municipal N°844/2023 de 12/12/2023 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe D nível 04, a servidora **KATIA ALBERTO DE FIGUEIREDO**, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS conforme tabela salarial, lotada junto à Secretaria Municipal de Saúde, na Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 195/2024

Portaria Nº. 195/GP/24 Em, 12 de Julho 2024.

""Dispõe sobre Licença Prêmio de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei."

Considerando a Lei Municipal Nº 850 de 19 de fevereiro de 2024;

Considerando a Lei Municipal Nº 844 de 12 de dezembro de 2023;

R E S O L V E:

Art. 1º -Conceder Licença Prêmio ao servidor efetivo**, JOÃO BATISTA DOS SANTOS**, ocupante do cargo de Motorista, lotado junto a Secretária Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT; pelo o período de 90 dias corridos, com início em 12/06/2024 e termino em 09/09/2024 referente ao sexto quinquênio ininterrupto de exercício, contados de 01/02/2019 a 29/02/2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ronivon Parreira das Neves

Prefeito Municipal

PORTARIA 198/2024

Portaria nº 198/GP/24 Em, 25 de Julho de 2024.

"Dispõe sobre Auxilio Doença de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei."

Considerando a Lei Municipal nº 850 de 19 de fevereiro de 2024;

Considerando a Lei Municipal nº 844 de 12 de dezembro de 2023;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde a servidora efetiva, **LUCIMEIRE SOUSA DE OLIVEIRA**, conforme Lei Municipal em vigência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos vinte e cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 194/2024

Portaria nº 194/GP/24 Em, 12 de julho de 2024.

"Dispõe sobre Ferias de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Municipal Nº 850 de 19 de fevereiro de 2024;

Considerando a Lei Municipal Nº 844 de 12 de dezembro de 2023;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **JANILDE OLIVEIRA SOARES CARRIJO**, referente ao período aquisitivo de 02/01/2023 a 01/01/2024. A partir de 05/08/2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 193/2024

Portaria nº 193/GP/24 Em, 12 de Julho de 2024.

"Dispõe sobre Auxilio Doença de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei."

Considerando a Lei Municipal nº 850 de 19 de fevereiro de 2024;

Considerando a Lei Municipal nº 844 de 12 de dezembro de 2023;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde a servidora efetiva, **UANI SANTOS RIBEIRO**, conforme Lei Municipal em vigência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 189/2024

Portaria Nº. 189/GP/24 Em, 12 de Julho 2024.

““Dispõe sobre Licença Prêmio de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.”

Considerando a Lei Municipal Nº 850 de 19 de fevereiro de 2024;

Considerando a Lei Municipal Nº 844 de 12 de dezembro de 2023;

R E S O L V E:

Art. 1º -Conceder Licença Prêmio ao servidor efetivo**, SEBASTIÃO TAVARES DO NASCIMENTO**, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, lotado junto a Secretária Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT; pelo o período de 30 dias corridos, com inicio em 30/07/2024 e termino em 28/08/2024 referente ao sexto quinquênio ininterrupto de exercício, contados de 01/02/2019 a 29/02/2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ronivon Parreira das Neves

Prefeito Municipal

DECRETO 46/2024

DECRETO N.º 046/2024 Em, 14 de Agosto de 2024.

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DA COMEMORAÇÃO DO FERIADO DE 15 DE AGOSTO PARA O DIA 16 DE AGOSTO.”

RONIVON PARREIRA DAS NEVES, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e demais dispositivos de regência.

DECRETA:

Art. 1º Transferir, em caráter excepcional, para o dia 16 de Agosto (sexta-feira) do ano em curso, a comemoração do feriado municipal de Nossa Senhora da Abadia, que seria comemorado no dia 15/08/2024, no âmbito das repartições públicas municipais.

Paragrafo Unico- Caberá aos dirigentes dos orgãos a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais afetos as respectivas áreas de competência.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-MT, Estado de Mato Grosso, em 14 de Agosto de 2024.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 187/2024

Portaria Nº. 187/GP/24 Em, 12 de Julho de 2024.

“Dispõe sobre Ascensão de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Municipal Nº 850 de 19 de fevereiro de 2024;

Considerando a Lei Municipal Nº 844 de 12 de dezembro de 2023;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 38 e 39 da Lei Municipal N°844/2023 de 12/12/2023 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe D nível 11, o servidor **JAIME RODRIGUES BORGES**, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA conforme tabela salarial, lotada junto à Secretaria Municipal de Finanças, na Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 192/2024

Portaria Nº. 192/GP/24 Em, 12 de Julho 2024.

““Dispõe sobre Licença Prêmio de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.”

Considerando a Lei Municipal Nº 850 de 19 de fevereiro de 2024;

Considerando a Lei Municipal Nº 844 de 12 de dezembro de 2023;

R E S O L V E:

Art. 1º -Conceder Licença Prêmio a servidora efetiva**, VALCILENE GOULART CARRIJO**, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotado junto a Secretária Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT; pelo o período de 30 dias corridos, com início em 19/07/2024 e termino em 17/08/2024 referente ao quarto quinquênio ininterrupto de exercício, contados de 16/02/2019 a 15/02/2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ronivon Parreira das Neves

Prefeito Municipal

PORTARIA191/2024

Portaria nº 191/GP/24 Em, 12 de julho de 2024.

“Dispõe sobre Ferias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Municipal Nº 850 de 19 de fevereiro de 2024;

Considerando a Lei Municipal Nº 844 de 12 de dezembro de 2023;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **LUCIENE DE ABREU**, referente ao período aquisitivo de 18/11/2022 a 17/11/2023. A partir de 01/08/2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

SETOR DE LICITAÇÃO
PORTARIA N° 283 DE 14 DE AGOSTO DE 2024

PORTARIA N° 283 DE 14 DE AGOSTO DE 2024

"ALTERA A PORTARIA Nº 154 DE 30 DE ABRIL DE 2024 E NOMEIA NOVOS INTEGRANTES PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO"

O Prefeito do Município de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com O Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco-MT e Lei Municipal n°338/2003;

RESOLVE:

Art. 1° Nomear, os membros abaixo para compor o Conselho Municipal do Idoso do Município de Rio Branco – MT:

a) Secretaria Municipal de Educação Titular: Lennon Rodrigues de Almeida CPF: XXX.548.761-XX Suplente: Geovani Ferrari CPF: XXX.059.691.XX; b) Secretaria Municipal de Saúde – SMS. Titular: Romulo Thomazelli Ribeiro CPF: XXX.548.791-XX Suplente: Dirlene Correia Medeiros CPF: XXX.349.421.XX c) Secretaria Municipal de Infraestrutura Desenvolvimento: Titular: Pedro Barbosa de Souza CPF: XXX.690.611.XX Suplente: Ene Augusto Assunção CPF: XXX.149.981-XX d) Secretaria Municipal de Administração: Titular: Vandique Vendramini Ferrari, CPF: XXX.112.231-XX Suplente: Gustavo Peterle da Silva, CPF: XXX.011.231-XX e) Representante do Poder Legislativo: Titular: Vandilson de Freitas Goularth CPF: XXX.538.711-XX Suplente: Geneci Gonçalves Laet CPF: XXX.133.601-XX f) Representante do Rotary Club de Rio Branco – MT: Titular: Haroldo Almeida Pinheiro CPF: XXX.206.731-XX Suplente: Silvana Pereira CPF: XXX.222.806-XX g) Representante da Secretaria de Ação, Cidadania e Serviço Social: Titular: Gabriele Barbosa Justino Neves, CPF: XXX.023.001-XX Suplente: Amanda Thuanny Dias Lima, CPF: XXX.928.391-XX h) Representante de entidade Religiosa: Titular: Ciro de Souza Filho CPF: XXX.582.986-XX Suplente: Vania Estevam Ferreira Fael CPF: XXX.805.821-XX i) Representante do Comércio Local Titular: Maria Vendramini CPF: XXX.492.441.XX Suplente: Sebastiana Alves de Oliveira CPF: XXX.026.851-XX Art. 2º As atribuições do Conselho Municipal do Idoso de Rio Branco – MT, são as constantes da Lei municipal nº 338/2003. Art. 3º O mandato dos Membros nomeados no artigo primeiro desta Portaria, será de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução. Art. 4º O serviço prestado pelos membros ora nomeados, será considerado de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração. Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Prefeitura Municipal de Rio Branco – MT, 14 de agosto de 2024. Luiz Carlos Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

COMISSÃO COMPRAS
EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA DE Nº. 009/2024

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através da Comissão de Contratação nomeada através do Decreto nº 280/GAB/PMR de 13 de maio de 2024, **TORNA PÚBLICO** para o conhecimento dos interessados que no dia e horadesignados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo documentos para Habilitação e Proposta de Preço referente aoprocedimento licitatório sob a Modalidade Concorrência **de Nº. 009/2024**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 0258/2024, cujo Objeto: **Contratação de Empresa Especializada para Construção de Barracão de Feira para atender a Agricultura Familiar no Município de Rondolândia/MT, conforme Convênio nº 067-SEAF-MT, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura.**

Sagrou-se vencedora do certame a empresa: **Global Engenharia LTDA, CNPJ: 08.435.386/0001-76, Endereço: Rua Jose de Alencar, Nº 3095, Sala 1, Bairro: Novo Cacoal, CEP: 76.962-162, Cacoal/RO**, **com a Proposta no valor total e global da licitação de R$ 566.111,62 (Quinhentos e sessenta e seis mil cento e onze reais e sessenta e dois centavos).**

Rondolândia - MT, 14 de agosto de 2024.

Luciene Souza dos Santos

Agente de Contratação Decreto 280/GAB/PMR/2024

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EDITAL-CMDCA Nº 001/2024

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PROCESSO DE SELEÇÃO PARA INDICAÇÃO DE ADOLESCENTES QUE PARTICIPARÃO DO PROCESSO DE SELEÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ DE PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTE JUNTO AO CEDECA - CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTES, PARA GESTÃO 2024-2026.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, por intermédio do seu Presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução/CMDCA/RON n. 001, de 12 de janeiro de 2015 (Regimento Interno do CMDCA), torna público, que se encontra aberto processo de seleção de adolescentes que serão indicados para participar da seleção destinada a compor o Comitê de Participação de Adolescente-CPA do CEDECA, em conformidade com a Nota Recomendatória n. 001/2024/CEDECA-MT.

Os interessados, a quem está dirigido a presente seleção nos termos deste Edital, poderão procurar a Secretaria de Assistência Social - SEMAS, a Secretaria Executiva do CMDCA, ambas no CRAS/Rondolândia, falar com o **Sr. Arlen Guilherme** ou **Sr. Leandro Nascimento**, ou através do *WhatsApp* (69) 99265-9592.

1. DAS VAGAS

1.1. Serão selecionados adolescentes, dentre os que integram o Comitê de Participação de Adolescentes -CPA do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente-CMDCA-Rondolândia, sendo: (1) um titular e (1) um suplente.

1.2. Os selecionados, (02) dois participantes, concorrerão as vagas no processo de escolha a cargo do Polo Regional 12 - Pontes e Lacerda.

1.3. Somente poderão participar da seleção que trata esse edital, adolescentes que tenham entre 12 (doze) a (16) dezesseis anos, ou que irão completar (16) até dezembro/2024.

1.4. Os (02) dois adolescentes selecionados, serão indicados pelo CMDCA ao Polo Regional 12 – Pontes e Lacerda, o que deverá ocorrer até o dia 16/08/2024.

1.5. A escolha/eleição dos (02) dois representantes pelo Núcleo Regional 12-Pontes e Lacerda, que terão assento no CPA do CEDECA, Gestão 2024-2026, ocorrerá dentre os adolescentes indicados pelos CMDCA's dos municípios integrantes do Polo 12 – Pontes e Lacerda,

1.6. A escolha/eleição dos adolescentes, 1 titular e 1 suplente, ocorrerá por videoconferência pelo Google Meet, utilizando-se o link: https://meet.google.com/iei-qroh-vuc, no dia 21/08/2024, ás 9h00min, pelos próprios adolescentes e escolhidos dentre eles.

2. REQUISITOS E DISPONIBILIDADE

2.1 O adolescente participante deverá ter disponibilidade para viajar, no caso de eventualmente selecionado para compor o CPA do CEDECA, devendo, igualmente, serem autorizados pelos pais ou responsáveis.

2.2. Os adolescentes devem possuir documentos de identificação, apresentando comprovação do CPF e RG.

2.3. Apresentar comprovante de Residência. (Fatura de água, energia, telefone e/ou outro meio idôneo).

2.4. Somente deverão se habilitar ao processo de seleção que trata este edital, os adolescentes integrantes do CPA do CMDCA-Rondolândia que atendam as condições estabelecidas nos itens 2.1, 2.2 e 2.3.

3. DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. Os adolescentes indicados pelo CMDCA-Rondolândia, por ventura eleitos para compor o CPA do CEDECA, terão as despesas com os translado custeados, sempre que necessário o deslocamento para participar das atividades estaduais do CPA, pelo Fundo Municipal para Infância e Adolescência.

3.2. Os pais ou responsáveis do adolescente, ao participarem desse processo de seleção, deverão autorizar, mediante documento formal, assinado com autenticação:

a) o uso da imagem do adolescente escolhido;

b) A participação no CPA do CEDECA, mediante autorização assinada pelos pais ou responsáveis do adolescentes escolhidos;

c) viagem do adolescente, sempre acompanhado pelo responsável pela política de participação de adolescente no CMDCA;

d) a hospedagem em hotéis, pousados ou similares.

3.3. Os pais ou responsáveis pelos adolescentes escolhidos, deverão apresentar cópias do RG e CPF.

Rondolândia/MT, 14 de Agosto de 2.024.

Luiz Francisco da Silva

Presidente

CMDCA – Rondolândia/MT

DEPARATMENTO DE LICITAÇÕES
MAPA DE RESULTADO FINAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº. 326/2024.

DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº 048/2024

Objeto: " Contratação de Empresa para Prestação de Serviço na Realização de Serviços de Regularização, Levantamento e Adequação do Fundo Municipal de Habitação de interesse Social para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social."

MODALIDADE: Dispensa de Licitação, conforme: "Art. 75. É dispensável a licitação: II – para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras".

Considerando que o Decreto 11.871, de 29 de Dezembro de 2023 Dispõe sobre a Atualização dos Valores estabelecidos na Lei nº 14.133, 01 de Abril de 2021, para Contratação no Inciso II do Caput do Art. 75 o Valor R$ 59.906,02 (Cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos).

Vencedora do Item Licitado a Empresa:*Construtora São Jeronimo LTDA - ME, CNPJ: 12.303.331/0001-80, Endereço: Av Historiador Rubens de Mendonça, Nº990, Andar:6; Sala:606, Bairro: Baú, CEP: 78.008-000 Cuiabá/MT.*

Item	Código TCE	Und	Quant.	Especificação	Valor Unit.	Valor Total
01	000633450	SRV	01	SERVICO DE PROFISSIONAL TEMPORARIO - DE LEVANTAMENTO DE DADOS EM LOCO E ELABORACAO DO PLANO MUNICIPAL DE HABITACAO PARA ATENDER O PLHIS- PLANO LOCAL DE HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL, DESTINADO A MUNICÍPIOS COM POPULACAO ATE 50 MIL HABITANTES.	R$ 6. 450,00	R$ 6. 450,00
Valor Total						**R$ 6. 450,00**

***Obs:** O valor constante acima de cada item é o valor final proposto pela empresa participante, onde a mesma teve sua Habilitação no certame confirmada, conforme Ata Circunstanciada constantes nos autos do Processo 326/2024, sendo adjudicado a seu favor os itens acima descritos.*

Valor Global de R$ 6.450,00 (Seis mil quatrocentos e cinquenta reais)

Rondolândia – MT, 14 de agosto de 2024.

_____

Luciene Souza dos Santos

Agente de Contratação

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº0929-2024 EXONERA POR FALECIMENTO GIZELLE DE SOUZA PEREIRA

PORTARIA Nº 0929/GAB/PMR/24

DE 02 DE agosto DE 2024

***Exonera Por Falecimento** – **Gizelle de Souza Pereira** do cargo Efetivo de Professora de 1ª a 4ª série 30 horas semanais.*

JOSE GUEDES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Exonera Por Falecimento– GIZELLE DE SOUZA PEREIRA Do cargo EFETIVO de Professora de 1ª a 4ª série 30 horas semanais de junto a Secretaria de Educação -Fundeb - Ensino Fundamental .

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

JOSE GUEDES DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARATMENTO DE LICITAÇÕES
MAPA DE RESULTADO FINAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº. 297/2024.

DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº 049/2024

Objeto: Aquisição de Refeição Preparada para Pacientes em Tratamento fora do Município, sua maior parte em Cacoal/RO e para Servidores que estiverem a serviço da Secretaria Municipal de Saúde.

MODALIDADE: Dispensa de Licitação, conforme: "Art. 75. É dispensável a licitação: II – para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Considerando que o Decreto 11.871, de 29 de Dezembro de 2023 Dispõe sobre a Atualização dos Valores estabelecidos na Lei nº 14.133, 01 de Abril de 2021, para Contratação no Inciso II do Caput do Art. 75 o Valor R$ 59.906,02 (Cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos).

EMPRESA VENCEDORA DO ITEM LICITADO: Janoir Bade Dahmer 94247463004 – ME, CNPJ: 35.443.402/0001-45, Endereço: Av. Sete de Setembro, Bairro: Princesa Isabel, CEP:76.964-050 Cacoal/RO.

Item	Código TCE	Und	Quant	Especificação	Valor Unit.	Valor Total
01	00036005	UND	1.000	REFEICAO PREPARADA - DO TIPO MARMITEX, CONTENDO ARROZ, FEIJAO, MACARRAO, CARNES BOVINA, SUÍNA, AVE OU PEIXE E OUTROS E NO MINIMO MAIS 02 ACOMPANHAMENTOS (SALADA E LEGUMES)	R$ 19,90	R$ 19. 900,00
Valor Total						**R$ 19. 900,00**

Obs: *O valor constante acima de cada item é o valor final proposto pela empresa participante, onde a mesma teve sua Habilitação no certame confirmada, conforme Ata Circunstanciada constantes nos autos do Processo 297/2024, sendo adjudicado a seu favor os itens acima descritos.*

Valor Global de R$ 19.900,00 (Dezenove mil e novecentos reais).

Rondolândia – MT, 14 de agosto de 2024.

_____

Luciene Souza dos Santos

Agente de Contratação

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº0931-2024 –EXONERA A PEDIDO ADRIANO PEDROSO

PORTARIA Nº 0931/GAB/PMR/24

DE 13 DE agosto DE 2024

Exonera a Pedido- Adriano Pedroso *do cargo em comissão de Assessor Nível III -CDS-1.*

JOSE GUEDES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a Pedido – ADRIANO PEDROSO do cargo em comissão de ASSESSOR NÍVEL III- CDS-1 de Junto o GABINETE DO PREFEITO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, Cumpra-se.

JOSE GUEDES DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº0930-2024 EXONERA A PEDIDO WELLINGTON ROCETTE SOARES

PORTARIA Nº 0930/GAB/PMR/24

DE 13 DE agosto DE 2024

Exonera a Pedido- Wellington Rocette Soares *do cargo em comissão de Chefe de Seção De Construção e Manutenção Escolare-CDS-3.*

JOSE GUEDES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Pedido– ***WELLINGTON ROCETTE SOARES*****,** do cargo em comissão de CHEFE DE SEÇÃO DE MANUTENÇÃO DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO ESCOLAR CDS-3 de junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

JOSE GUEDES DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ATO ADMINSTRATIVO Nº 128 FÉRIAS MICHAEL DOUGLAS LEONEL LEONARDO

ATO ADMINISTRATIVO Nº128/GAB/PMR/2024

Assunto : Autoriza o lançamento de 1/3 de férias, e o de gozo das férias relativo ao período aquisitivo de 02/06/2022-01/06/2023 do servidor ***MICHAEL DOUGLAS LEONEL LEONARDO,*** *matricula nº3093.*

JOSE GUEDES DE SOUZA*, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de que trata o Art. 70 da Lei Orgânica do Município ;*

Considerando que o(a) Servidor(a) requereu o lançamento do 1/3 das férias normais relativo ao período aquisitivo de 02/06/2022-01/06/2023;

*Autorizo, o lançamento das férias do(a) servidor(a). autorizo o lançamento de 1/3 de férias normais e o gozo dos (30) trinta dias remanescentes das férias do período referido, para o mês de **AGOSTO DE 2024**.*

Envie ao DRH/SEMAD para cumprimento.

Publique-se.

Rondolândia-Mt, 14 de agosto de 2024

JOSE GUEDES DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARATMENTO DE LICITAÇÕES
MAPA DE RESULTADO FINAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº. 347/2024.

DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº 051/2024

Objeto: "Contratação de Empresa para Prestação de Serviços para fornecimento de Linha Telefônica através de Plano de Telefone Móvel, com 07 (sete) Chips para 07 (sete) Linhas Telefônicas, com o mínimo 04 (quatro) Gigabits de Internet com disponibilidade de Voz e Dados, Via Operadora Telefônica Móvel, que possibilite em âmbito Nacional e Internacional, a Transmissão, Emissão e Recepção de Informações e Multimídias, com disponibilidade do sinal 24 horas por dia em todos os dias do mês, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração."

MODALIDADE: Dispensa de Licitação, conforme: "Art. 75. É dispensável a licitação: II – para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras".

Considerando que o Decreto 11.871, de 29 de Dezembro de 2023 Dispõe sobre a Atualização dos Valores estabelecidos na Lei nº 14.133, 01 de Abril de 2021, para Contratação no Inciso II do Caput do Art. 75 o Valor R$ 59.906,02 (Cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos).

Vencedora do Item Licitado a Empresa:*FW Serviços Corporativos LTDA - ME, CNPJ: 29.977.065/0001-73, Endereço: Rua Minas Gerais, Nº988E, Bairro: Presidente Médici, CEP: 89.801-200, Chapeco/SC*.

Item	Código TCE	UND	Quant.	Especificação	Valor Unit.	Valor Total
01	330457-4	MÊS	12	PLANO DE TELEFONIA MÓVEL COM FORNECIMENTO DE 7 LINHAS TELEFONICAS INCLUINDO O CHIP, COM LIGAÇÕES ILIMITADAS A NÍVEL NACIONAL PARA QUALQUER TELEFONE (FIXO OU MÓVEL). SENDO LINHAS TELEFONICAS COM 4 GB DE DADOS MÓVEIS, MAIS REDES SOCIAIS ILIMITADAS (FACEBOOK, INSTAGRAM, X (ANTIGO TWITER), WHATSAPP E MESSENGER).	R$ 531,30	R$ 6. 375,60
Valor Total						**R$ 6. 375,60**

***Obs:** O valor constante acima de cada item é o valor final proposto pela empresa participante, onde a mesma teve sua Habilitação no certame confirmada, conforme Ata Circunstanciada constantes nos autos do Processo 347/2024, sendo adjudicado a seu favor os itens acima descritos.*

Valor Global de R$ 6.375,60 (seis mil trezentos e setenta e cinco reais e sessenta centavos)

Rondolândia – MT, 14 de agosto de 2024.

_____

Luciene Souza dos Santos

Agente de Contratação

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº0932-2024 EXONERA A PEDIDO MARCOS ANTONIO RODRIGUES SANTANA

PORTARIA Nº 0932/GAB/PMR/24

DE 13 DE agosto DE 2024

***Exonera a pedido- Marcos Antonio Rodrigues Santana** do cargo em comissão de ASSESSOR NÍVEL III, CDS- 1.*

JOSE GUEDES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a Pedido – MARCOS ANTONIO RODRIGUES SANTANA do cargo em comissão de ASSESSOR NÍVEL III,CDS-1 de junto o Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros ao dia 01/08/2024.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

JOSE GUEDES DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
RETIFICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo nº 183/2024.

Modalidade Licitação: Pregão Presencial nº 010/2024 - SRP.

OBJETO: "Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais permanentes e de consumo para atender as necessidades das Secretarias Municipais".

Considerando a Retificação do Departamento de Licitação, datado em 12 de agosto de 2024, bem como as publicações da mesma, necessário se faz RETIFICAR a HOMOLOGAÇÃO datada em 26 de julho de 2024, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Mato Grosso, ano XIX, nº. 4.536, de 26/07/2024, pag. 873/874, sendo assim:

Resolve RETIFICAR, para todos os efeitos:

Onde se Lê:

b) Total Distribuidora e Serviços Ltda., situada na Av. Porto Velho, nº 2827, Bairro Centro; CEP nº 76.963-860, Cacoal-RO; vencedora dos itens: 11, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 34, 35, 37, 38, 41, 42,

43, 44, 45, 46, 48 e 49; com proposta final no total de R$ 89. 398,76 (oitenta e nove mil, trezentos e noventa e oito reais e setenta e seis centavos);

Leia-se:

b) Total Distribuidora e Serviços Ltda., situada na Av. Porto Velho, nº 2827, Bairro Centro; CEP nº 76.963-860, Cacoal-RO; vencedora dos itens: 11, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 34, 35, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48 e 49; com proposta final no total de R$ 89. 398,06 (oitenta e nove mil, trezentos e noventa e oito reais e seis centavos);

Mantém-se inalteradas as demais informações constantes do ato da Homologação do Resultado de Licitação, subsistindo em igual teor com a presente retificação.

Rondolândia – MT, 14 de agosto de 2024.

JOSÉ GUEDES DE SOUZA

Prefeito Municipal

DEPARATMENTO DE LICITAÇÕES
MAPA DE RESULTADO FINAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº. 342/2024.

DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº 050/2024

Objeto: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços na Manutenção e Tratamento na Estação de Abastecimento de Água (ETA), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente."

MODALIDADE: Dispensa de Licitação, conforme: "Art. 75. É dispensável a licitação: II – para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras".

Considerando que o Decreto 11.871, de 29 de Dezembro de 2023 Dispõe sobre a Atualização dos Valores estabelecidos na Lei nº 14.133, 01 de Abril de 2021, para Contratação no Inciso II do Caput do Art. 75 o Valor R$ 59.906,02 (Cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos).

Vencedora do Item Licitado a Empresa:*Aparecido de Jesus Moitinho - ME, CNPJ: 11.546.803/0001-62, Endereço: Av. Pedro Lira Pessoa, Bairro: Novo Ji-Paraná, CEP: 76.900-588 Ji-Paraná/RO.*

Item	Código TCE	Und	Quant.	Especificação	Valor Unit.	Valor Total
01	00027479	SRV	**03**	SERVIÇO DE REPARO E ADEQUAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA) INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS	R$ 16. 500,00	R$ 49. 500,00
Valor Total						**R$ 49. 500,00**

***Obs:** O valor constante acima de cada item é o valor final proposto pela empresa participante, onde a mesma teve sua Habilitação no certame confirmada, conforme Ata Circunstanciada constantes nos autos do Processo 342/2024, sendo adjudicado a seu favor os itens acima descritos.*

Valor Global de R$ 49.500,00 (Quarenta e nove mil e quinhentos reais)

Rondolândia – MT, 14 de agosto de 2024.

_____

Luciene Souza dos Santos

Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2024

O Município de Rosario Oeste, através da Agente de Contratação nomeado pela portaria 006/2024 no dia 06/02/2024, comunica aos interessados que nos termos da Lei Federal 14.133/2021 torna público a Concorrência Eletrônica nº005/2024. prevista no dia 12/09/2024 às 10h00, horário de Brasília, objeto:OBJETO: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD, DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PASSEIO PÚBLICO COM ACESSIBILIDADE NOS TRECHOS RUA LW NOVE, RUA ANTÔNIO JOÃO TR 01, RUA ABÍLIO TOCANTINS TR 01, RUA ABÍLIO TOCANTINS TR 02, TRAVESSA SD, RUA ANTÔNIO JOÃO TR 02, RUA ANTÔNIO JOÃO TR 03, RUA NOSSA SENHORA APARECIDA, RUA BOA VISTA, RUA PRESIDENTE MÉDICE, RUA PARALELA A BR-163, RUA DOM ORLANDO, RUA DOIS, RUA PROF. CALIXTO, RUA FILINTO MULLER, RUA W F KENNEDY TR 01, RUA W F KENNEDY TR 02, RUA DOIS DE ABRIL, RUA FELISMINO, RUA DW QUATRO, RUA CUIABÁ TR 01, RUA CUIABÁ TR 02, RUA CUIABÁ TR 03, TRAVESSA BOA ESPERANÇA TR 01, TRAVESSA BOA ESPERANÇA TR 02, RUA W F KENNEDY TR 03 E RUA W F KENNEDY TR 04. COORDENADA RUA PRINCIPAL: RUA PARALELA A COORDENADA INICIAL: 14°49'12.17"S; 56°25'44.21"O, COORDENADA FINAL: 14°49'1.83"S; 56°25'30.03"O, ALCANÇANDO UMA ÁREA TOTAL DE 30.266,08 M², NO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE - MT, O Edital pode ser consultado no setor de licitação. Localizado no paço da prefeitura de Rosário Oeste, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, nos horários das 08:00 às 14:00h. O Edital poderá ser obtido gratuitamente no site: https://www.rosariooeste.mt.gov.br/ ou no site do Licitanet: www.licitanet.com.br onde será realizada a sessão pública e todas as operações relativas ao certame. Informações pelo e-mail: licitacaorosario@hotmail.com

Rosario Oeste 14 de Agosto de 2024

MICHELE FERNANDES DA SILVA

Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 102/2024

PREGÃO ELETRONICO Nº 30/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 261/2024

OBJETO: FICA FORMALMENTE SUPRIMIDO O ITEM (0003 HUMORISTAS – CONTRATAÇÃO DE DOIS HUMORISTAS DE ARENA DE RODEIO), DEVIDO AO NÃO COMPRIMENTO DO MESMO.

CONTRATADO: FERRI PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM/MT

VALOR TOTAL DO ADITIVO: R$ 5.000,00 (cinco mil reais)

VALOR GLOBAL: R$ 582.700,00 (quinhentos e oitenta e dois mil e setecentos reais)

Data de Assinatura: 14/08/2024

Procurador Jurídico: Adriano Bulhões dos Santos

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2024

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2024

Processo Administrativo Licitatório Nº 292/2024

O MUNICIPIO DE SANTA CARMEM - MT, por intermédio de sua PREGOEIRA OFICIAL, designado pela Portaria Nº 01/2024, de 03 de janeiro de 2024, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade pregão, na forma presencial do tipo menor preço por ITEM, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES (TIPO SELF-SERVICE, RODIZIO) E MARMITEX, PARA ATENDER NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.**

Conforme e os itens contidos no Termo de Referência conforme descrito nesse edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e dos Decretos Municipais nº 70/2023, 73/2023, 74/2023 e 76/2023, 05/2024, a qual irá ocorrer as **08h30min (horário de Brasília/DF) do dia 29 de agosto de 2024**, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Santa Carmem, sito Av. Santos Dumont, n° 491, Centro.

Os interessados em obter o Edital deverão se dirigir à Prefeitura Municipal de Santa Carmem ou através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, informações através do tel.: (66) 3562-1183/1501 ramal 213 ou e-mail licitacao@santacarmem.mt.gov.br.

Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

Santa Carmem/MT, 15 de agosto de 2024.

MAITÊ SEHNEM

Agente de Contratação – Pregoeira

Portaria nº 01/2024

EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 80/2022

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 308/2022

CUJO OBJETO: Tal aditivo trata-se da expansão no prazo de execução da referida obra devido ao atraso na execução, onde a empresa atrasou a execução em virtude disso a empresa foi notificada e também teve o atraso na realocação de poste por parte da companhia elétrica. O aditivo em questão, adicionará 180 dias ao cronograma físico-financeiro e vigência do contrato, conforme aditivo do convênio.

CONTRATADO: H R DA SILVA SANTOS EIRELI

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM/MT

DATA DA ASSINATURA: 04/08/2024.

VIGENCA DO CONTRATO: 04/08/2024 A 31/05/2025.

PROCURADOR JURÍDICO: Adriano Bulhões dos Santos

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO N°009/2024 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°001/2024 PREFEITURA MUNICIPAL DE JAUPACI – GO.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT, torna público para conhecimento dos interessados, que aderiu a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2024 PROVENIENTE DO PREGÃO ELETRONICO Nº 003/2024**, **VISANDO A AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTIVO TIPO VAN; NOVO, ZERO QUILÔMETRO, ANO/MODELO ATUAL; MÍNIMO 3.660MM DE ENTRE EIXOS, TETO ALTO: BANCO RECLINÁVEL, CAPACIDADE MÍNIMA PARA 15 PASSAGEIROS E 01 MOTORISTA, 1 BANCO ADAPTADO PARA PASSAGEIRO PCD TIPO CADEIRANTE E DIFICULDADE DE LOCOMOÇÃO, COM POLTRONA ELEVATÓRIA PARA EMBARQUE E DESEMBARQUE DE ACORDO COM RESOLUÇÃO CONTRAN 319/09.**

EMPRESA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**:**

INOVATTO VEÍCULOS LTDA inscrita no **CNPJ 37.115.386./0001-97**, Rua 18 nº 145 – Qd A9, Lt 24 Setor Oeste Goiânia Goiás, CEP 74.120-080

VALOR: O valor global da referida adesão atinge o montantede

R$ 324.500,00 (Trezentos e vinte e quatro mil e quinhentos reais) sendo que foram aderidos os seguintes itens:

	A PREFEITURA			
Item	**Descrição**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
01	VEÍCULO AUTOMOTIVO TIPO VAN; NOVO, ZERO QUILÔMETRO, ANO/MODELO ATUAL; MÍNIMO 3.660MM DE ENTRE EIXOS, TETO ALTO: BANCO RECLINÁVEL, CAPACIDADE MÍNIMA PARA 15 PASSAGEIROS E 01 MOTORISTA, 1 BANCO ADAPTADO PARA PASSAGEIRO PCD TIPO CADEIRANTE E DIFICULDADE DE LOCOMOÇÃO, COM POLTRONA ELEVATÓRIA PARA EMBARQUE E DESEMBARQUE DE ACORDO COM RESOLUÇÃO CONTRAN 319/09.	1	R$ 324.500,00	R$ 324.500,00
VALOR TOTAL				R$ 324.500,00

Santa Rita do Trivelato – MT, 14 de agosto de 2024.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0438/2024

14 DE AGOSTO DE 2024.

SUMULA: "NOMEIA SERVIDORA PARA O CARGO PÚBLICO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais considerando os resultados do Concurso Público realizado por esta Municipalidade no dia 26 de novembro, cujo resultado foi homologado no dia 15 de Dezembro de 2023;

Considerando que **LIDINALVA PINHEIRO DOS SANTOS DA SILVA** foi aprovada e classificada dentro do número de vagas disponibilizadas no referido Concurso, para o cargo de **TÉCNICO EM RADIOLOGIA** .

Considerando, finalmente, que o (a) candidato (a) preenche os requisitos legais constante na Lei Municipal nº 64/2015.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada **LIDINALVA PINHEIRO DOS SANTOS DA SILVA**, brasileira, inscrita no RG nº 02****4-1 SSP/MA e no CPF/MF sob o nº 056.***.***.50, para ocupar o cargo Efetivo de **TÉCNICO EM RADIOLOGIA**, integrante do Quadro de Pessoal do Município de Santa Rita do Trivelato/MT pelo Concurso Público de nº 01/2023.

Art. 2º. A servidora nomeada fica submetida ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Santa Rita do Trivelato, instituído pela Lei Municipal nº 64/2015, bem assim às demais disposições legais pertinentes.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 14 de agosto de 2024.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA SIMPLIFICADA Nº. 031/2024, TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE SIMPLIFICADA Nº. 031/2024

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO DE DISPENSA SIMPLIFICADA Nº. 031/2024

Adjudico o procedimento licitatório na modalidade **DISPENSA SIMPLIFICADA Nº 031/2024,** tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE INTERNET NA REGIÃO DO APA DO SALTO MAGESSI LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT.** Tendo em vista o cumprimento dos termos da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, para que produza os desejados efeitos legais, onde a **GLOBAL TECH LTDA,** inscrito no **CNPJ: 13.471.986/0001-20**, foi vencedora com valor global estimado de **R$ 7.908,00 (sete mil novecentos e oito reais).**

Santa Rita do Trivelato – MT, 15 de agosto de 2024.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE SIMPLIFICADA Nº. 031/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE INTERNET NA REGIÃO DO APA DO SALTO MAGESSI LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT.

CONTRATADA: **GLOBAL TECH LTDA**

inscrito no **CNPJ: 13.471.986/0001-20**

Valor global da contratação: **R$ 7.908,00 (sete mil novecentos e oito reais).**

Fundamento Legal: Art. 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

RATIFICO e **HOMOLOGO** a presente **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, nos termos do Art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e de conformidade com a justificativa (documentos anexos ao processo).

Santa Rita do Trivelato - MT, 15 de agosto de 2024.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 439/2024 DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

PORTARIA Nº 439/2024

DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PARA FISCALIZAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO Nº 001/2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor **ROSENILDO VENANCIO ARRUDA MARTINS**, inscrito no CPF nº 020.***.***-79 (titular), e **KATIA MARA DE ARRUDA**, inscrita no CPF nº 040.***.***-37 (suplente) para Fiscalização do **TERMO DE FOMENTO Nº 001/2023 – ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT E A LIGA ESTADUAL DE MOTOCICLISMO E AUTOMOBILISMO DE MATO GROSSO - LEMAMT, ENTIDADE CIVIL DE DIREITO PRIVADO, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O N. 15. 416.299/0001-37.**

Art. 2º. *A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.*

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 14 DE AGOSTO DE 2024.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 440/2024 DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

PORTARIA Nº 440/2024

DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 078/2022 DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os servidores abaixo descritos para Fiscalização do **CONTRATO nº 078/2022 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE ANALISE, INFORMAÇÕES E PROTEÇÃO DE CRÉ-**

DITO, PARA CONSULTA, INCLUSÕES E EXCLUSÕES REFERENTES AOS TÍTULOS DE DIVIDAS ATIVAS DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT.

LUIZ CARLOS FIDALSKI, matrícula nº 0048 (titular) e **RAFAEL FONSECA DE ARAÚJO**, matricula nº 3126 (suplente)

Art. 2º. Esta portaria retroage seus efeitos a partir de 10/08/2024

Art. 3º. Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 14 DE AGOSTO DE 2024.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

PREVIDENCIA
PORTARIA Nº 06/2024

DE 14/08/2024

SUMULA: "Dispõe sobre a nomeação das servidora Vanderleia Pereira da Cruz Silva e Danielle Cristina Correa Emmer Silva**,** para Fiscalização do Contrato nº 003/2024".

O Diretor Executivo do Santa Rita Previ – no uso de suas atribuições legais,

Resolve,

Art. 1º - Nomear a servidora **Vanderleia Pereira da Cruz Silva (Executivo)**, inscrita no CPF sob nº 000.***.***.03 (Titular) e Danielle Cristina Correa Emmer silva, Inscrita no CPF 026.***.***-81 suplente, como Fiscal do contrato nº 003/2024.

CONTRATO Nº 003-2024 - DETENTORA: - empresa: **DK INFORMATICA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº **48.373.392/0001-60; VALOR TOTAL: R$ 16.950,00. OBJETO:** AQUISIÇÃO DE NOTEBOOK, IMPRESSORA, SMARTHPHONES, OUTROS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA – CARTUCHOS E TONERS, PARA SUPRIR A DEMANDA DAS PREVIDENCIA SOCIAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT**,** conforme condições, quantidades especificações constantes no procedimento na modalidade Dispensa de Licitação simplificada n° 003-2024, **VIGÊNCIA** 12/08/2024 até 10/11/2024;

Art. 2º - esta portaria retroage seus efeitos a partir de 12/08/2024.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário..

Santa Rita do Trivelato/MT, 14 de Agosto de 2024.

FABIO LOHMANN

Diretor Executivo

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0441/2024 DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

PORTARIA Nº 0441/2024

DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES PARA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os servidores **MARCUS VINICIUS SALES**, matricula nº 2559 (titular) e **FRANKLIN DAMER BATISTA,** matricula nº 3131(suplente) ambos para Fiscalização dos seguintes contratos:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°022-2024 – EMPRESA FORNECEDORA: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT. **DETENTOR: L. TORRES SERVICE LTDA**, inscrito no CNPJ:42.993.997/0001-78). OBJETO:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE VIDROS INTERNOS E EXTERNOS DA PREFEITURA MUNICIPAL (NOVO PAÇO) NO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT.** Conforme **PREGÃO ELETRÔNICO N° 033-2024**

Art. 2º.Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 14 DE AGOSTO DE 2024.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 103/2024-ADM

PORTARIA N.º 103/2024-ADM

DE 09 DE AGOSTO DE 2.024

"Dispõe sobre a concessão de férias do servidor público e dá outras providencias".

RODRIGO PEREIRA LUZ**,** Secretário Municipal de Administração do município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por Lei e;

CONSIDERANDO, o disposto o artigo 128 da Lei 093/90.

R E S O L V E:

Artigo 1º - conceder 60(sessenta) dias férias ao Senhor **ELISMAR SILVEIRA ROCHA**, portador do CPF n.º 961.696.051-20 e RG n.º 1496010-9, cargo em comissão de Assessor de Imprensa e Comunicação – CC5. Para o período 14 de agosto a 13 de outubro de 2024.

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

S**ecretaria de Administração, 09 de agosto de 2024**.

RODRIGO PEREIRA LUZ

Sec. Mun. de Adm. Port. 065/2022/GP

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 092/2024 – ADM

PORTARIA Nº 092/2024 – ADM

DE 05 DE JULHO DE 2.024

"Dispõe sobre a Concessão férias ao servidor efetivo e dá outras providências"

RODRIGO PEREIRA LUZ**,** Secretário Municipal de Administração do município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por Lei e;

Considerando, o disposto no artigo 127 e 128 da Lei Municipal n. 093/90 de 26 novembro de 1990.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 60 (sessenta) dias de férias, a contar de 01/07/2024, a servidor público municipal ***NEUTON PEREIRA DE SOUZA***, matricula nª 184, cargo AUXILIAR DE **SEVIÇOS**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, estas férias correspondem ao período aquisitivo 2023/2024.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Artigo 3º - Fica revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Terezinha – MT, 05 de julho de 2.024.

RODRIGO PEREIRA LUZ

Sec. Mun. de Adm. Port. 065/2022/GP

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 098/2024– ADM

PORTARIA Nº 098/2024– ADM

DE 06 DE JULHO DE 2.024.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS DOS SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

RODRIGO PEREIRA LUZ**,** Secretário Municipal de Administração do município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por Lei e;

CONSIDERANDO, o disposto o artigo 128 da Lei 093/90.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 30 (trinta) dias férias ao Senhor ***LÁZARO EDUARDO SOUZA GOME,*** portador do CPF nº 581.968.971-20 e RG 903021 SSP-MT, lotado na Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, sob nº matricula nº 498, referente ao período aquisitivo 2023/2024 e período de gozo 15 de julho de 2024 a 14 de agosto de 2024.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a de 15 de julho 2024.

Artigo 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Santa Terezinha-MT, 06 de agosto de 2.024.

RODRIGO PEREIRA LUZ

Sec. de Muni. de Adm. Port. 065/22/GP

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 085/2024– ADM

PORTARIA Nº 085/2024– ADM

DE 26 DE JUNHO DE 2.024.

DISPÕE SOBRE RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 060/24 DE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

RODRIGO PEREIRA LUZ**,** Secretário Municipal de Administração do município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por Lei e;

CONSIDERANDO, o disposto o artigo 128 da Lei 093/90.

RETIFICA-SE

Onde se lia 30 dias de férias

Lê-se 120 dias de férias.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 120 (cento e vinte) dias férias a Senhor***a ALDERINA GONÇALVES SANTOS*** portador do CPF n. º 441.703.431-15, cargo Agente de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de e Educação, sob nº matricula nº 74, para o período de 01 junho a 28 de setembro de 2024.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/06/2024.

Artigo 3º ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Santa Terezinha-MT, 26 de junho de 2.024.

RODRIGO PEREIRA LUZ

Secretário Municipal de Administração

Port. 065/2022/GP

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 095/2024 – ADM

PORTARIA Nº 095/2024 – ADM

DE 26 DE JULHO DE 2.024.

"Dispõe sobre a concessão de Férias e dá Outras Providências".

RODRIGO PEREIRA LUZ**,** Secretário Municipal de Administração do município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por Lei e;

CONSIDERANDO, o disposto o artigo 128 da Lei 093/90.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias, a servidora **MARIA ADINAN V. LOPES,** portador do CPF n.º 720.645.101-25 e RG n.º 1800890-9,SSP/MT, matricula 20037, cargo Chefe de Divisão de Serviços Comunitários lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, para o período de 01 de agosto 30 de agosto de 2024.

Artigo 2º Parágrafo Único: as férias concedidas correspondentes aos períodos aquisitivos 2022/2023.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 26 de julho de 2.024.

_____

Rodrigo Pereira Luz

Secretário de Administração

Portaria 065/2022/GP

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 086/2024– ADM

PORTARIA Nº 086/2024– ADM

DE 26 DE JUNHO DE 2.024.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS DOS SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RODRIGO PEREIRA LUZ**,** Secretário Municipal de Administração do município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por Lei e;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 30 (trinta) dias férias ao Senhor ***ODIRLEY SILVA PEREIRA,*** portador do CPF n.º 945.709.494-34 e RG n.º 14425050, SSP/MT, matricula nº 15.220, lotado na Secretaria Municipal de Finanças re-

ferente ao período aquisitivo de 2019/2020 para o período de 01 a 30 de julho de 2024.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Santa Terezinha-MT, 26 de junho de 2.024.

_____

Rodrigo Pereira Luz

Sec. Munic. de ADM.Port. 065/2022-GP

Matricula 15.075

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 104/2024-ADM

PORTARIA N.º 104/2024-ADM

DE 09 DE AGOSTO DE 2.024

"Dispõe sobre a concessão de férias do servidor público e dá outras providencias".

RODRIGO PEREIRA LUZ, Secretário Municipal de Administração do município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por Lei e;

CONSIDERANDO, o disposto o artigo 128 da Lei 093/90.

R E S O L V E:

Artigo 1º Conceder 30(trinta) dias de férias a Senhora **KEROLANY COSTA MORAIS**, Portador **do CPF nº 047.786.681-62 e RG nº 2168721-8 SSP/MT. Exp. 17/05/2007 cargo em comissão de DIVISÃO DE IMPOSTOS E TAXAS - CC-5 para o período de 15 de agosta a 14 de setembro de 2024.**

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Secretaria de Administração, 09 de agosto de 2024.

RODRIGO PEREIRA LUZ

Sec. Mun. de Adm. Port. 065/2022/GP

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 087/2024– ADM

PORTARIA Nº 087/2024– ADM

DE 26 DE A JUNHO DE 2.024.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS DOS SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

RODRIGO PEREIRA LUZ**,** Secretário Municipal de Administração do município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por Lei e;

CONSIDERANDO, o disposto o artigo 128 da Lei 093/90.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 30 (trinta) dias férias ao **Sr. ANTÔNIO JOSE BARROS,** matricula 46 Cargo Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração, para o período aquisitivo 2020/ 2021, a partir de 01 a 30 de julho de 2024.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Santa Terezinha-MT, 26 de julho de 2.024.

RODRIGO PEREIRA LUZ

Sec. Mun. de Adm. Port. 065/2022/GP

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 089/2024 – ADM

PORTARIA Nº 089/2024 – ADM

DE 26 DE JUNHO DE 2.024

RODRIGO PEREIRA LUZ**,** Secretário Municipal de Administração do município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por Lei e;

Considerando, o disposto no artigo 127 e 128 da Lei Municipal n. 093/90 de 26 novembro de 1990.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias, a contar de 1º a 30 de julho 2024, a servidor público municipal, **COSME RIBEIRO DOS SANTOS**, sob número de matricula nº 103, cargo de Professor, referente ao período aquisitivo 2022/2023

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 26 de junho de 2.024.

RODRIGO PEREIRA LUZ

Sec. Mun. de Adm. Port. 065/2022

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 088/2024-ADM

PORTARIA N.º 088/2024-ADM

DE 26 DE JUNHO DE 2.024

"Dispõe sobre a concessão de férias ao servidor público e dá outras providencias"

RODRIGO PEREIRA LUZ**,** Secretário Municipal de Administração do município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por Lei e;

Considerando, o disposto no artigo 127 e 128 da Lei Municipal n. 093/90 de 26 novembro de 1990.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 30 dias de férias a servidora ***DAIANE SILVA COSTA***, portadora do CPF nº 019.247.391-35 e RG nº 879.117 SSP/MT, para o Cargo em Comissão – CC4 – Departamento de Contabilidade, da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, para de 01 a 30 de julho de 2024

Artigo 2º - O período de féria supracitado no artigo 1° é correspondente ao período aquisitivo de 2021/2022.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito em, 26 de junho de 2.024.

RODRIGO PEREIRA LUZ

Sec. Mun. de Adm. Port. nº 065/2022 Mat. nº 20.075

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 101/2024– ADM

PORTARIA Nº 101/2024– ADM

DE 09 DE AGOSTO DE 2.024.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS DOS SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RODRIGO PEREIRA LUZ**,** Secretário Municipal de Administração do município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por Lei e;

CONSIDERANDO, o disposto o artigo 128 da Lei 093/90.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 30 (trinta) dias férias ao Senhor ***AUGUSTO HELBER BRANDI HOHLENVERGER,*** portador do CPF n.º 178.041.911-20 e RG n. º 672.506 SSP/MT, lotado na Secretaria Municipal de Turismo, sob nº matricula nº 497, para o período de 15 de agosto a 14 de setembro de 2024.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Santa Terezinha-MT, 09 de agosto de 2.024.

RODRIGO PEREIRA LUZ

Sec. Mun. de Adm. Port. 065/2022/GP

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 099/2024– ADM

PORTARIA Nº 099/2024– ADM

DE 8 DE AGOSTO DE 2.024.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS DOS SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RODRIGO PEREIRA LUZ**,** Secretário Municipal de Administração do município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por Lei e;

CONSIDERANDO, o disposto o artigo 128 da Lei 093/90.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Senhor ***DANIEL UBERANA KARAJÁ***, portador do CPF n.º 068.443.171-82 e RG n.º 26185920, Expedido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de MT, cargo de **VIGIA.** Referente ao período aquisitivo **2023/2024**, a partir de 01 a 30 de agosto de 2024.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Santa Terezinha, 08 de agosto de 2.024.

RODRIGO PEREIRA LUZ

Sec. Mun. de Adm. Port. 065/2022/GP

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 102/2024– ADM

PORTARIA Nº 102/2024– ADM

DE 09 DE AGOSTO DE 2.024.

"Dispõe sobre a Concessão férias ao servidor efetivo"

RODRIGO PEREIRA LUZ**,** Secretário Municipal de Administração do município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por Lei e;

Considerando, o disposto no artigo 127 e 128 da Lei Municipal n. 093/90 de 26 novembro de 1990.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 30(trinta) dias de férias, a contar de 15/08/2024 a 14/09/2024, ao servidor, **ALDINE BEQUIMAN MACIEL**, matricula Nº15221, Cargo de Contador, lotado na Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Ficam revogadas disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Terezinha, 09 de agosto de 2.024.

RODRIGO PEREIRA LUZ

Sec. Mun. de Adm. Portaria nº 065/2022

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 097/2024– ADM

PORTARIA Nº 097/2024– ADM

DE 06 DE AGOSTO DE 2.024.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS DOS SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

RODRIGO PEREIRA LUZ**,** Secretário Municipal de Administração do município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por Lei e;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 30 (trinta) dias férias ao Senhor ***ODIRLEY SILVA PEREIRA,*** portador do CPF n.º 945.709.494-34 e RG n.º 14425050, SSP/MT, matricula nº 15.220, lotado na Secretaria Municipal de Finanças para o período de 01 de junho a 30 julho de 2024.

.**Artigo 2º** conforme artigo 1º o servidor esteve em pleno gozo de férias no período supracitado.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Santa Terezinha-MT, 06 de agosto de 2.024.

_____

Rodrigo Pereira Luz

Sec. Munic. de ADM.Port. 065/2022-GP

Matricula 15.075

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 100/2024– ADM

PORTARIA Nº 100/2024– ADM

DE 08 DE AGOSTO DE 2.024.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS DOS SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

RODRIGO PEREIRA LUZ**,** Secretário Municipal de Administração do município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por Lei e;

CONSIDERANDO, o disposto o artigo 128 da Lei 093/90.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 30 (trinta) dias férias ao Senhor ***RENAN PEREIRA PIRES***, portador do CPF n.º 022.318.731-33 e RG n.º 5018383-SSP-GO,

lotado na Secretaria Municipal de Administração, para o período aquisitivo 2023/2024, a partir de 01 a 30 de agosto de 2024.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Santa Terezinha-MT, 08 de agosto de 2.024.

RODRIGO PEREIRA LUZ

Secretário Municipal de Administração

Port. 065/2022/GP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 015/2024.

DECRETO MUNICIPAL Nº 015/2024.

SÚMULA: Decreta Ponto Facultativo **no Município de Santo Afonso – MT, e dá outras providências.**

O Senhor **Luis Fernando Ferreira Falcão, Prefeito Municipal de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, observando as disposições contidas nas Constituições Federal e Estadual, e nos artigos 69, VI, 95, I, da Lei Orgânica Municipal.**

CONSIDERANDO que o dia 15 de Agosto foi instituído como dia comemorativo ao dia de Nossa Senhora Mãe dos Homens, Padroeira da Igreja Católica da cidade.

DECRETA:

Art.1º Será decretado ponto facultativo no Serviço Público Municipal no dia 15 de Agosto de 2024 (dois mil e vinte e quatro) em celebração do dia de Nossa Senhora Mãe dos Homens, Padroeira da Paróquia da cidade.

Art. 2º Os órgãos públicos municipais estarão fechados apenas no dia 15 de agosto (Quinta-feira) e não haverá expediente de atendimento ao público, exceto nos casos excepcionais citados nos parágrafos do art. 3º deste decreto.

Art. 3º Serão mantidos os serviços essenciais e ininterruptos, Secretaria Municipal de Saúde (Regime de plantão na UBS João Evangelista Pinheiro de Abreu, Posto de Saúde Padre Isidoro Shinaider, Ambulatório Municipal e Posto de Saúde Rural da Pecuama), Secretaria Municipal de Infraestrutura (Coleta de Lixo Urbano e Abastecimento de Água), Conselho Tutelar (Regime de plantão sobre aviso), na Secretaria Municipal de Educação e Cultura os motoristas escolares devem ficar a disposição para atender a rede Estadual e Universitária de ensino.

Art. 4° Todos os servidores públicos municipais, efetivos, comissionados e contratados e terceirizados não relacionados no art. 3º deste decreto, voltarão às suas atividades normalmente no dia 16 de agosto de 2024, e não sofrerão prejuízos quer quanto às suas remunerações.

Art. 5º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 14 DE AGOSTO DE 2024.

PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE CREDENCIAMENTO 007/2024

AVISO DE ABERTURA DE CREDENCIAMENTO 007/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO 041/2024

O Município de Santo Antônio do Leste - MT, informa aos interessados em prestar serviços que, encontra-se aberto o processo de CREDENCIAMENTO, **através de inexigibilidade de licitação**para **fornecimento de materiais de higiene e limpeza, destinados a atender as Secretarias Municipais desta Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste-MT**, e suas alterações, segundo as condições estabelecidas neste Edital. Os interessados deverão comparecer no Setor de Licitações, localizado na sede da Prefeitura Municipal, sito à Av. Goiás, n° 367, Jardim Santa Inês, Santo Antônio do Leste/MT, munidos dos documentos mencionados no edital a partir do dia **15/08/2024 a 15/08/2025**, no horário das07h00min às 11h00min e das 13h00min as 17h00min.

Esclarecemos que a inscrição para o ingresso não assegura o credenciamento junto a Administração, constituindo, entretanto, elemento indispensável para análise administrativa que avaliará a inclusão, ou não dos candidatos.

A retirada do edital deverá ser feita no site https://www.santoantoniodoleste.mt.gov.br/Transparencia/Licitacoes/Credenciamento/. Maiores informações pelo fone (66) 3488 – 1080 / 1292.

Santo Antônio do Leste - MT, 14 de agosto de 2024.

_____

ERIKS MATOS DA SILVA

AGENTE DE CONTRATAÇAO

LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2024

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 054/2024

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste/MT, torna público que intenciona realizar a **Prestação de Serviços de hospedagem e alimentação no intercâmbio Inter geracional com idosos que tem como objetivo trabalho de caráter continuado que visa o serviço de fortalecimento de vínculo e função de proteção família,** conforme termo de referência e minuta de contrato, mediante dispensa de licitação com fulcro no artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e Decreto Municipal 034/2022 de 02 de junho de 2022.

Informamos que a Prefeitura tem interesse em obter propostas adicionais e, considerando o que preconiza o § 3º do art. 75 da lei Federal nº 14.133/2021, fica aberto o prazo de 03 (três) dias úteis a contar desta publicação para que qualquer interessado, caso queira, apresente sua proposta.

O limite para apresentação da proposta de preços será até as **16h00min do dia 19/08/2024**.

A proposta de preços poderá ser entregue no setor de Compras da Prefeitura, sito á Av. Goiás, nº 367, Bairro Jardim Santa Inês, Santo Antônio do Leste/MT, CEP 78628-000, no horário das **07h00min ás 13h00min**, em dias úteis ou pelo email: compras.sal2019@gmail.com ou compraspmsal@gmail.com até a data limite.

Além da proposta de preços a empresa interessada ainda deverá enviar as seguintes documentações de habilitações e qualificações mínimas necessárias sendo: **Contrato social, Cartao Cnpj, Certidões negativas federais, estaduais, municipais, FGTS e trabalhista, Certidão da junta comercial.**

Os documentos necessários contendo as exigências para dispensa de licitação estarão disponíveis no Site Oficial do Município na aba LICITAÇÕES > DISPENSA DE LICITAÇÃO no endereço eletrônico abaixo:

https://www.santoantoniodoleste.mt.gov.br/Transpar...

Santo Antônio do Leste-MT, 13 de agosto de 2024.

GEISIANE VIEIRA DE MORAES

COORDENADORA DO SETOR DE COMPRAS

PORTARIA 291/2022 DE 02/07/2022.

LICITAÇÃO
ADJUDICAÇAO E HOMOLOGAÇAO - DISPENSA DE LICITAÇÃO 016/2024

ADJUDICAÇAO E HOMOLOGAÇAO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 016/2024

O Exmo. Sr. Prefeito Municipal Jose Arimatéia Vieira Alves, tendo em vista as justificativas apresentadas pela Comissão de Licitação e pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta por dispensa de licitação, fulcrada no art. 75 inciso II da Lei 14.133/21, no valor total de **R$ 43.950,00 (Quarenta e três mil novecentos e cinquenta reais)**, tendo como objeto a **aquisição de ar condicionado inverter e smartphones para atender as necessidades do órgão público.** Resolve RATIFICAR o presente processo a favor de: **ROSENI KRUG E CIA LTDA, CNPJ 17.223.697/0001-62,** com sede e domicilio na Rua Domingos Azzolini, S/N, Centro, Santo Antonio Do Leste-MT, Cep 78628-000, e **DENTECK LTDA, CNPJ 11.319.557/0001-06**, com sede na Avenida Sidney Girão,230 Km17/5, Mundo Novo – MS, Cep 95.890-000.

Santo Antônio do Leste - MT, 14 de agosto de 2024.

_____

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO NO 048/20234 PROCESSO : 017/2024

O Município de São Jose do Povo/MT, por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, manifesta a intenção de contratação de pessoa jurídica de forma direta através de dispensa de licitação em conformidade com art. 75.Inciso II, da Lei FederaL 14.133/2021, para a realização do seguinte Objeto; **, Contratação de serviço de profissional temporário do tipo eletricista, para atender as demandas desta secretaria.** O prazo para Recebimento de proposta e documentação de habilitação será de 03(três) dias úteis a contar do dia **15 de agosto ao dia 19 de agosto de 2024**, na sala de comissão de contratação, localizada na Rua Jose Salmen hanze, 924, Centro São José do Povo-.MT, CEP 78.773.000 Paco Municipal, maiores informações; no horário de ás 18h00min, de Segunda-feira, a sexta-feira, endereço eletrônico http//www.saojosedfrpovo.mt.gov.br e e-mail licitacao2019sip@gmail.com ou fariassjp@hotmail.com Tel. (66) 34941137 ramal 105.

São Jose do Povo, 14 de agsoto de 2024.

Maria Irandi Duarte

Agente de Contratação

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO NO 016/2024 PROCESSO: 047/2024

O Município de São José do Povo/MT, por meio da Secretaria Municipal de Administração, manifesta a intenção de contratação de pessoa jurídica de forma direta através de dispensa de licitação em conformidade com art. 75.Inciso II, da Lei FederaL 14.133/2021, para a realização do seguinte Objeto; **SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORA MONOCRAMATICA, 15 UNIDADES, REDE CABEADA, USB E WIFI, DUPLEX NA IMPRESSÃO: IMPRIME, COPIA, SCANNER E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (ADMINISTRAÇÃO.** O prazo para Recebimento de proposta e documentação de habilitação será de 03(três) dias úteis a contar do dia **12 de agosto ao dia 14 de agosto de 2024**, na sala de comissão de contratação, localizada na Rua Jose Salmen hanze, 924, Centro, São Jose do Povo-.MT, CEP 78.773.000 Paco Municipal, maiores informações; no horário de 12:00 ás 18h00min, de Segunda-feira, a sexta-feira, endereço eletrônico http//www.saojosedfrpovo.mt.gov.br e e-mail **licitacao2019sip@gmail.com ou fariassjp@hotmail.com** Tel. (66) 34941137 ramal 105.

São José do Povo, 09 de agosto de 2024.

Maria Irandi Duarte

Agente de Contratação

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N°74/2024 PREGÃO PRESENCIAL N°04/2024

CONTRATO (A)- J. DE SOUZA MEDEIROS TRANSPORTES-ME, cadastrada no CNPJ sob n.º 46.230.422/0001-54

OBJETO – Prestação de Serviços de Transporte escolar de alunos matriculados no ensino público e residentes na zona rural, destinados à educação básica da rede Municipal e Estadual de Ensino, cujo serviço é de natureza comum e de caráter continuado em regime de dedicação exclusiva, conforme termo de Referência.

VALOR TOTAL- O valor total do presente contrato é **R$ 695.000,00 (Seiscentos e Noventa e Cinco Mil Reais).**

DA VIGÊNCIA- O prazo contratual será no período de início no dia 15 de julho de 2024 e término no dia 31 de dezembro de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 028-2024

PROCESSO ADM Nº 108-204

O município de São José do Rio Claro – MT, com sede administrativa na Rua Paraíba, nº 355, Centro – São José do Rio Claro – MT, CEP: 78.435-000 fone (65) 3386-1482 informa a todos que se consagrou vencedora da DISPENSA DE LICITAÇÃO, objeto: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS VETERINÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ANEMIA INFECCIOSA EQUINA EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE AGRICULTURA NA CAVALGADA DA INDEPENDENCIA,** o fundamento legal para dispensa é o Art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021, a empresa**ANIMAL HEALTH SERVICOS VETERINARIOS LTDA,***inscrita no* ***CNPJ:*** **41.816.696/0001-06, no valor de R$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais),** São José do Rio Claro-MT, 14 de agosto de 2024. **Levi Ribeiro – Prefeito Municipal.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO N. 05, DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

RESOLUÇÃO N. 05, DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

Dispõe sobre a Aprovação do Relatório Semestral de Execução do Projeto Executivo Municipal do PROCARD-SUAS 2024.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO as atribuições do CMAS definidas na Lei Complementar Municipal nº 079 de 09 de maio de 2024, em Reunião ordinária de 14 de agosto de 2024 conforme Ata do CMAS 010 de 14 de agosto de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar por unanimidade nos termos da Ata do CMAS 010 de 14 de agosto de 2024 o relatório Semestral de execução do Projeto Executivo Municipal do **PROCARD-SUAS 2024.**

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Maria José de Oliveira Silva

Presidente do CMAS

Relatório Semestral de Execução do Projeto Executivo Municipal do PROCAD-SUAS 2024

Nome do Município: São José dos Quatro Marcos/MT

Período de Execução: (x)1º Semestre ( )2º Semestre **Data de Entrega do Relatório Semestral ao Conselho Municipal: 14/08/2024**

Nomes dos Responsáveis pelas informações: Roziane Alves Correia Espinoza

1. AÇÕES PROPOSTAS PARA AS FAMÍLIAS INSERIDAS NA AÇÃO DE QUALIFICAÇÃO CADASTRAL DE 2024

Dados indicados no Projeto Executivo Municipal do PROCAD-SUAS 2024				Resultados alcançados com a execução do Projeto Executivo do PROCAD-SUAS, no Semestre de 2024					
Total da demanda	Ação indicada no Projeto Executivo Municipal do PROCAD-SUAS	Meta	Prazo	Conclusão da Ação			Cumprimento do Prazo		JUSTIFICATIVA (para ação em andamento ou não concluída e para cumprimento de prazo parcialmente)
				Realizada Totalmente	Em andamento	Não Concluída	Parcial	Total	
394 cadastros em averiguação/2024	Atualizar cadastros em averiguação cadastral/2024	Diminuir em 70% os cadastros AVE/24 em situação “pendente”	Dez/2024		X		X		De janeiro a junho a equipe atualizou 40% de cadastros de famílias em averiguação cadastral.
391 famílias em revisão cadastral/2024	Atualizar cadastros em revisão cadastral/2024	Diminuir em 75% os cadastros REV/24 em situação “pendente”	Dez/2024		X		X		De janeiro a junho a equipe atualizou 20% de cadastros de famílias da revisão cadastral

1.1 Tratamento dos Cadastros em Averiguação Cadastral (AVE/2024) – público inicial: dezembro de 2023

Tratamento de Revisão Cadastral – AVE/24 (De janeiro a junho de 2024)				
Mês de Referência	Total de Famílias em Averiguação	Cadastros Regularizados	Cadastros Excluídos	Cadastros Pendentes
Dezembro de 2023	213	170	09	34
Janeiro 2024	170	05	04	161
Fevereiro 2024	161	07	03	151
Março 2024	151	21	04	126
Abril 2024	126	01	02	124
Maio 2024	124	22	04	98
Junho 2024	98	40	03	55

Fonte: Portal do Cadastro Único

1.2 Tratamento dos Cadastros em Revisão Cadastral no município – público inicial: Dezembro de 2023

Tratamento de Revisão Cadastral – REV/24 (De janeiro a junho de 2024)				
Mês de Referência	Total de Famílias em Revisão Cadastral	Cadastros Regularizados	Cadastros Excluídos	Cadastros Pendentes
Dezembro de 2023	389	31	80	278
Janeiro 2024	272	09	24	239
Fevereiro 2024	239	10	05	224
Março 2024	224	08	05	211
Abril 2024	211	06	04	201
Maio 2024	201	06	03	198
Junho 2024	318	52	35	231

Fonte: Portal do Cadastro Único

2. AÇÕESPROPOSTASPARAOPÚBLICO-ALVODA BUSCA ATIVA DE GPTE E OUTROS GRUPOS PRIORITÁRIOS

Dados indicados no Projeto Executivo Municipal do PROCAD-SUAS 2024				Resultados alcançados com a execução do Projeto Executivo do PROCAD-SUAS, no 1º Semestre de 2024					
Nº	Ação indicada no ProjetoExecutivo	Meta	Prazo	Conclusão da Ação			Cumprimento do Prazo		JUSTIFICATIVA
	Municipal do PROCAD-SUAS			Realizada Totalmente	Em andamento	Não Concluída	Parcial	Total	(para ação em andamento ou não concluída e para cumprimento de prazo parcialmente)
01	Incluir e atualizar famílias GPTES no Cadastro Único.	03 Ações de cadastramento nas comunidades rurais.	Junho/2024		X		X		No dia 17 de julho de 2024 a equipe realizou mutirão de informação sobre programa Bolsa Família no Assentamento Florestan Fernandes. A segunda atividade de atualização, inclusão ficou programada para o dia 28/08.

2.1 – RESULTADOS DA BUSCA ATIVA (GPTES E OUTROS GRUPOS PRIORITÁRIOS DO PROCAD)

Nome do GPTE e outros grupos prioritários da Busca Ativa do PROCAD	Público Inicial (Ref. 12/2023)			Resultado depois das ações do 1º Semestre de 2024		
	Total de Cadastrados (Ref. 12/2023)	Desatualizados(Ref. 12/2023)	Atualizados (Ref. 12/2023)	Total de Cadastrados (Ref. 06/2024)	Desatualizados(Ref. 06/2024)	Atualizados (Ref. 06/2024)
Família cigana	0	0	0	0	0	0
Família extrativista	0	0	0	0	0	0
Família de pescadores artesanais	07	0	07	07	0	07
Família pertencente a comunidade de terreiro	0	0	0	0	0	0
Família ribeirinha	0	0	0	0	0	0
Família agricultores familiares	01	0	01	01	0	01
Família assentada da reforma agrária	233	56	177	231	77	154
Família beneficiária do Programa Nacional do Crédito Fundiário	35	08	27	41	09	32
Família acampada	07	04	03	04	03	01
Família atingida por empreendimentos de infraestrutura	0	0	0	0	0	0
Família de preso do sistema carcerário	03	0	03	09	01	08
Família catadores de material reciclável	29	05	24	28	05	23
Família indígena	0	0	0	0	0	0
Família quilombola	0	0	0	0	0	0
Pessoa em situação de rua	01	0	01	0	0	0
Pessoa idosa a cima de 60 anos	1863	501	1362	1879	584	1295
Pessoa com Deficiência	1311	259	1052	1302	309	993
Pessoa com marcação de Trabalho Infantil	0	0	0	0	0	0

Fonte: Base de Dados do Cadastro Único/CECAD

3. UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS DO PROCAD-SUAS EM 2024 3. 1. Valor total do recurso do PROCAD SUAS do município para 2024: 7.429,65 3.2. Valor do recurso do PROCAD-SUAS utilizado pelo Município de 2024: 7.429,65 3.3. Saldo: ( ) Não (X) Sim, qual valor do saldo? 7.429,65 3. 4. Descrição do Recursos financeiros do PROCAD-SUAS utilizados pelo Município:

Nº	Itemde Contração ou Aquisição	Data de Pagamento	Valor Pago
	Total		

Obs: o dinheiro não foi gasto porque ainda está aguardando a conclusão de uma licitação para a compra de mesas e cadeiras necessárias para as ações planejadas.

Justificativa de Não Conclusão das Ações

As ações planejadas não foram concluídas integralmente devido à falta de técnicos especializados necessários para sua execução. Estávamos aguardando a posse dos técnicos aprovados em concurso, o que impactou o andamento das atividades. Dessa forma, das três ações previstas, foi possível realizar apenas uma.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 383 DE 14 DE AGOSTO DE 2024

PORTARIA Nº 383 DE 14 DE AGOSTO DE 2024

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER vinte dias de férias e converter dez dias em abono pecuniário a servidora MEIRIVANIA ALVES DE SOUZA SILVEIRA no período de 14/08 a 02/09/2024, referente ao período aquisitivo 2023/2024.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA	PUBLICADA	CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 14 DE AGOSTO DE 2024

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
DESPACHO

DESPACHO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 35/2023

Notificada: FENIX CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA - EPP, inscrita sob o n.º C.N. P.J.sob o nº44.777.304/0001-35.
Endereço: Avenida Professor Altamiro Ari Rutz, nº 01, Parque Cuiabá, Cep: 78.095-329, Cuiabá – MT.
Representante Legal: Marcus Vinícius Pereira Braga da Silva, portador do CPF sob o nº 058.679.111-60 e do RG nº 26760860 SEJSP/MT.

CONSIDERANDO a realização de Procedimento Licitatório nº 032/2023 tendente a contratação de empresa para mão de obra de "OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD, DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DE VIAS URBANAS DO BAIRRO JARDIM ARATAKA E BAIRROS ADJACENTES CONVÊNIO Nº 0645-2022**"**, através da Tomada de Preços nº 01/2023, em que vossa empresa se sagrou vencedora;

CONSIDERANDO que a Cláusula Nona do Contrato Administrativo nº 35/2023 dispõe no parágrafo segundo, alínea g, que é obrigação da contratada executar os serviços de acordo com as especificações técnicas e prazos determinados no Edital, como também de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro;

CONSIDERANDO que o prazo para a execução dos serviços é de 12 (doze) meses, contados do ciente da ordem de serviço pela contratada, que ocorreu em 26/06/2023.

CONSIDERANDO que o contrato se encerrou no dia **26/05/2024** e até a presente data apenas 29,40% dos serviços foram realizados, conforme 6º medição da obra, não havendo qualquer efetiva comprovação da devida continuidade e estimativa de conclusão das obras, tendo em vista a paralização da obra a mais de 200 dias;

CONSIDERANDO que, em tais casos, consta da Cláusula Décima, Parágrafo Segundo, autorização para aplicação da penalidade de multe no importe de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratual, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução total do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, quando a entrega for inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado ou quando o atraso ultrapassar o prazo limite de trinta dias;

CONSIDERANDO que a conduta da contratada ora notificada é compatível com a aplicação de multa em decorrência da ausência de cumprimento das cláusulas contratuais, deixando de prestar o serviço nos prazos definidos sem qualquer justificativa válida;

CONSIDERANDO que, por estas razões, a Contratada fora Notificada Extrajudicialmente no último dia 05 de Agosto nos seguintes termos:

Após tais considerações, **NOTIFICA-SE** vossa empresa, na pessoa do seu responsável legal, da intenção desde ente municipal de:

A) APLICAR a penalidade de MULTA no importe de 20% do valor do contrato, o que totaliza o montante de R$ 396.649,22 (trezentos e noventa e seis mil seiscentos e quarenta e nove reais e vinte e dois centavos). **B) RESSARCIR** os serviços e valores que foram executados pela empresa e que danificados parcialmente/integralmente de forma direta ou indireta, no valor total de R$ 306.476,31 (trezentos e seis mil quatrocentos e setenta e seis reais e trinta e um centavos). **C) SUSPENDER** temporariamente de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, pelo prazo de 2 (dois) anos; **CONSIDERANDO** que, passado o prazo acima concedido, a Contratada deixou de apresentar quaisquer respostas acerca do conteúdo da Notificação; Por tais considerações, **DETERMINO: A) APLICAR a penalidade de MULTA no importe de 20% do valor do contrato,** o que totaliza o montante de R$ 396.649,22 (trezentos e noventa e seis mil seiscentos e quarenta e nove reais e vinte e dois centavos). **B) RESSARCIR** os serviços e valores que foram executados pela empresa e que danificados parcialmente/integralmente de forma direta ou indireta, no valor total de R$ 306.476,31 (trezentos e seis mil quatrocentos e setenta e seis reais e trinta e um centavos). **C) SUSPENDER** temporariamente de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, pelo prazo de 2 (dois) anos;

Expeça-se cópia ao Fornecedor através de correspondência eletrônica e arquive-se junto ao processo administrativo do presente Contrato.

São José dos Quatro Marcos, 14 de Agosto de 2024.

JAMIS SILVA BOLANDIN PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL

JURÍDICO
PORTARIA Nº 987/2024

PORTARIA Nº 987/2024

NOMEIA O COORDENADOR MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL E O AGENTE TÉCNICO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 1.468/2018, que dispõe sobre a criação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) do município de Sapezal/MT,

VALCIR CASAGRANDE, Prefeito Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Coordenador Municipal de Defesa Civil e o Agente Técnico Municipal De Defesa Civil, conforme segue:

CARGO	COORDENADOR MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL	AGENTE TÉCNICO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL
Nome	Victor Vinicius Pinheiro Martelli	Alexandre Roman Parada
CPF	033.***.***-16	973.***.***-97
E-mail	obras@sapezal.mt.gov.br	eng.sanitarista@sapezal.mt.gov.br
Telefone Institucional	(65) 3383 - 4500	(65) 3383 - 4500
Telefone Celular	(65) 99681- 6807	(65) 9 9962 - 9776

Art. 2º Compete aos mesmos organizar as atividades de proteção e defesa civil no município.

Art. 3º Os servidores públicos designados para colaborar nas ações emergenciais exercerão essas atividades sem prejuízos das funções que ocupam, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 697/2021.

Sapezal, 13 de agosto de 2024.

VALCIR CASAGRANDE

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 060/2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL-MT – CNPJ 01.614.225/0001-09

PARTES: O MUNICÍPIO DE SAPEZAL INSCRITO NO CNPJ/MF SOB O Nº 01.614.225/0001-09 E **Viena Producoes Musicais Ltda**, inscrita no CNPJ: **34.457.782/0001-04**.

Objetivo: Contratação de show musical com a dupla Guilherme e Benuto, para apresentar-se no 30º aniversário do município de Sapezal-MT, conforme especificações e condições constantes no processo administrativo e Termo de Referência da Inexigibilidade de Licitação nº 33/2024.

Valor: R$ 420.000,00

Vigência do contrato: O Contrato terá vigência de **60 (sessenta) dias** a partir da data de sua assinatura, de **14/08/2024 a 14/10/2024**, prorrogável na forma da lei.

Modalidade: **Inexigibilidade De Licitação Nº 033/2024.**

Secretaria: Secretaria de Administração.

1º TERMO DE REALINHAMENTO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2024 PREGÃO ELETRÔNICO C/ SRP Nº 061/2023

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE SAPEZAL** e a empresa **INOVAMED HOSPITALAR LTDA,** inscrita no **CNPJ: 12.889.035/0001/02, devidamente qualificados na ARP em epígrafe**, RESOLVEM celebrar o presente Termo de Realinhamento, com fulcro no artigo 23, do Decreto Municipal nº 052/2023, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA REVISÃO

1.1. O presente Instrumento tem por objeto revisar o valor inicial do seguinte item da Ata de Registro de Preços nº 024/2024, nos termos da tabela abaixo:

ITEM	COD. MATERIAL	UN.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR REVISADO
159	144542	UN	QUETIAPINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	GEOLAB	R$ 0,472

1.2. O valor realinhado passará a vigorar a partir da data da assinatura do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA

2.1. A empresa fornecedora alega como justificativa para solicitação do reajuste o aumento do custo do item, tendo juntado notas fiscais para comprovar o aumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento originário não alteradas por este termo.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

4.1. Para dar eficácia a este Instrumento, o Município de Sapezal providenciará a sua publicação resumida no Diário Oficial do Município.

Sapezal - MT, 13 de agosto de 2024.

VALCIR CASAGRANDE Prefeito Municipal de Sapezal – MT Gerenciador	**INOVAMED HOSPITALAR LTDA** Fornecedora

1º TERMO DE CANCELAMENTO PARCIAL ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2024 PREGÃO ELETRÔNICO C/ SRP Nº 061/2023

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE SAPEZAL** e **INOVAMED HOSPITALAR LTDA,** inscrita no **CNPJ: 12.889.035/0001-02**, devidamente qualificados na ARP em epígrafe, nos termos do Edital do Pregão Elertônico c/ SRP nº 014/2023, sujeitando-se aos princípios e as exigências da Lei nº 14. 133/2021 e atualizações posteriores, RESOLVEM celebrar o presente Termo de Cancelamento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1.O presente Instrumento tem por objeto cancelar o registro de preço do seguinte item, com fulcro no art. 29, I e II do Decreto Municipal nº 052/2023:

ITEM	CÓD. MATERIAL	UND.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO
56	156247	FR	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 0,4 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA XAROPE, FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL. FRASCO C/100 ML.	GEOLAB	R$ 1,85

CLÁUSULA SEGUNDA- DA JUSTIFICATIVA

2.1. Justifica-se o cancelamento a pedido da empresa licitada, pois o fora solicitado realinhamento do item supracitado, porém indeferido ao valor solicitado pela empresa. Por conseguinte, esta não aceitou o realinhamento no limite legal, pela qual requereu cancelmaneto do item. Nesse sentido, requer a Secretaria, o cancelamento parcial da ata, por meio do item acima mencionado. Consta ainda, na solicitação encaminhada pela Secretaria de Saúde a ratificação do pedido de cancelamento do referido item.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento originário não alteradas por este termo.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

4.1. Para dar eficácia a este Instrumento, o Município de Sapezal providenciará a sua publicação resumida no Diário Oficial do Município.

Sapezal – MT, 13 de agosto de 2024.

VALCIR CASAGRANDE Prefeito Municipal de Sapezal – MT Gerenciador	**INOVAMED HOSPITALAR LTDA** Fornecedora
TESTEMUNHAS Nome: CPF:	Nome: CPF:

1º TERMO DE REALINHAMENTO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2024 PREGÃO ELETRÔNICO C/ SRP Nº 013/2024

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE SAPEZAL** e a empresa **EMAM - EMULSOES E TRANSPORTES LTDA,** inscrita no **CNPJ n° 04.420.916/0003-13,** devidamente qualificados na ARP em epígrafe, RESOLVEM celebrar o presente Termo de Realinhamento, com fulcro no artigo 23, do Decreto Municipal nº 052/2023, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA REVISÃO

1.1. O presente Instrumento tem por objeto revisar o valor inicial do seguinte item da Ata de Registro de Preços nº 112/2024, nos termos da tabela abaixo:

ITEM	COD. MATERIAL	UN.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR REVISADO
2	166673	T	PAVIMENTACAO RODOVIARIA -FORNECIMENTO DE MATERIAL BETUMINOSO - EMULSAO ASFALTICA PARA IMPRIMAÇÃO – EAI.	Emam - Emulsoes e Transportes Ltda	R$ 3. 261,41

1.2. O valor realinhado passará a vigorar a partir da data da assinatura do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA

2.1. A empresa fornecedora alega como justificativa para solicitação do reajuste o aumento do custo do item, tendo juntado notas fiscais para comprovar o aumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento originário não alteradas por este termo.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

4.1. Para dar eficácia a este Instrumento, o Município de Sapezal providenciará a sua publicação resumida no Diário Oficial do Município.

Sapezal - MT, 09 de agosto de 2024.

VALCIR CASAGRANDE Prefeito Municipal de Sapezal – MT Gerenciador	**EMAM - EMULSOES E TRANSPORTES LTDA** Fornecedora

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Processo de Dispensa de licitação nº 008/2024

O Município de Serra Nova Dourada-MT, através deste ato, torna público e para conhecimento dos interessados a abertura do Processo licitatório na modalidade Dispensa de Licitação nº 006/2024, cujo objeto é a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA ANÁLISE DE ÁGUA, COM O OBJETIVO DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SERRA NOVA DOURADA - MT, POR MEIO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO",** que terá sua abertura para recebimento de propostas e documentos apartirdas 09:00Hs (Horário de Brasilia) do dia 15 de agosto de 2024 **até** às 09h00min(Horário de Brasilia) do dia 20 de agosto de 2024**). O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos pelo E-mail: licitaserranova@gmail.com,** pelo site **https://serranovadourada.mt.gov.br/** ou diretamente com a Comissão Permanente de Licitação CPL, instalada na Rua 03, s/n – Centro, Serra Nova Dourada - MT, CEP: 78.668-000, no horário de 07:00 às 12:00 horas, de segunda a sexta-feira. Maiores informações pelo telefone **(66) 98106-0020**.

Serra Nova Dourada - MT, 14 de agosto de 2024.

_____

JEAN EVERSON PEREIRA NASCIMENTO

PRESIDENTE COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Portaria nº 007/2024

PORTARIA Nº 103/2024

"*DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS*".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA-MT, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe o art. 33 da Lei Complementar Municipal nº 12/2014,

CONSIDERANDO que a servidora **IVANILDA SILVA FREIRE CARDOSO**, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, completou 05 (cinco) anos de exercício ininterrupto;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder três (03) meses de licença-prêmio a **IVANILDA SILVA FREIRE CARDOSO**, servidora efetiva no cargo de Professora de Educação Infantil, CPF 438.528.661-20, matricula funcional **nº 1075**, em razão do exercício ininterrupto por 05 (cinco) anos, conforme previsto no art. 33 da Lei Complementar Municipal nº 12/2014.

Parágrafo Único: A licença será fracionada da seguinte forma: o primeiro mês será gozado a partir de **01 de agosto de 2024**; o segundo mês terá início em **01 de fevereiro de 2025**; e o terceiro mês será usufruído em **01 de março de 2025**

Artigo 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpre-se.

Serra Nova Dourada - MT 01 de agosto de 2024.

ELSON FARIAS DE SOUSA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 104/2024

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO PARA O CARGO DE FISCAL DE CONTRATO (SUBSTITUTA) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE SERRA NOVA DOURADA - MT E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **ELSON FARIAS DE SOUSA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo 1º – Nomear a Senhora **DEUSILENE DE OLIVEIRA SOUZA,** para ocupar o cargo de Fiscal de Contrato (substituta) durante o **mês de agosto,** para a Secretaria Municipal de Obras de Serra Nova Dourada MT.

Artigo 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a **02 de agosto de 2024**.

Publique-se, registre-se e cumpre-se.

Serra Nova Dourada – MT, 13 de agosto de 2024.

ELSON FARIAS DE SOUSA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 102/2024- GAB.

"*DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS*".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA-MT, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe o art. 33 da Lei Complementar Municipal nº 12/2014,

CONSIDERANDO que o servidor CAIQUE MATHEUS DA SILVA, ocupante do cargo de Zelador, completou 05 (cinco) anos de exercício ininterrupto;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder três (03) meses de licença-prêmio a **CAIQUE MATHEUS DA SILVA**, servidor efetivo no cargo de Zelador, CPF: 055. 960.981-75, matricula funcional **nº 1088**, em razão do exercício ininterrupto por 05 (cinco) anos, conforme previsto no art. 33 da Lei Complementar Municipal nº 12/2014.

Parágrafo Único: A licença será fracionada da seguinte forma: o primeiro mês será gozado a partir de **01 de agosto de 2024**; o segundo mês terá início em **01 de outubro de 2024**; e o terceiro mês será usufruído em **02 de dezembro de 2024.**

Artigo 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpre-se.

Serra Nova Dourada - MT 01 de agosto de 2024.

ELSON FARIAS DE SOUSA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

PORTARIA Nº 1.996, DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

PORTARIA Nº 1.996, DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

Exonera a pedido o servidor que menciona, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar a pedido o servidor Lene Engler da Silva, matrícula nº 12597, do cargo comissionado de Diretor Executivo do Procon.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de agosto de 2024.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 14 de agosto de 2024.

Assinado digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO Secretário Municipal de Administração

DECRETO N° 1.120, DE 13 DE AGOSTO DE 2024

Altera o Decreto n° 172, de 11 de novembro de 2019, que Institui a Comissão Fármaco Terapêutica, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, nomeia seus integrantes e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o Ofício n° 1.804/2024 – Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, solicitando substituição de membro.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Decreto n° 172, de 11 de novembro de 2019, afim de substituir o servidor Matheus Leandro Freiria (Enfermeiro – Atenção Básica), pela servidora Bruna Ferreira Gonçalves (Enfermeira – Atenção Básica)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 13 de agosto de 2024.

Assinado Digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1.997, DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

PORTARIA Nº 1.997, DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

Concede Gozo de Licença Prêmio aos servidores efetivos que menciona, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e atendendo o que dispõe a Lei Complementar nº 140, de 26 de agosto de 2011.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o gozo de licença prêmio aos servidores efetivos que menciona de acordo com o estabelecido no art. 122 da Lei Complementar nº 140/2011.

MAT.	SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE USUFRUTO
4193	CARMEN MARLENE DE LIMA TONIN	01.08.2017 A 01.08.2022	09.05.2024 A 07.06.2024
4352	YARA BEATRIZ SCHWEINBERGER	01.10.2017 A 01.10.2022	10.08.2024 A 08.09.2024
291	REGINA CLEIA TELLES	15.01.2018 A 15.01.2023	19.08.2024 A 17.09.2024
150	MARCIONISE DE LOURDES FALINSKI DE SOUZA	05.02.2019 A 05.02.2024	01.08.2024 A 30.08.2024
671	NEUSA PAZINATO DO NASCIMENTO DAPONT	30.11.2018 A 30.11.2023	05.08.2024 A 03.09.2024
1552	GILIANE ARIM DE CARVALHO	01.03.2016 A 01.03.2021	12.08.2024 A 10.09.2024

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de maio de 2024.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 14 de agosto de 2024.

Assinado digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se

Assinado digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1.998, DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

Designa fiscais, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar Ary Alexandre da Silva (titular) e Juliano Loureiro (substituto), fiscais pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Público, para o Contrato n° 160/2024, originado do processo licitatório Pregão Eletrônico n° 070/2023, com a finalidade de “aquisição de material para pavimentação asfáltica, tubos de concreto (manilha), tubos em PEAD corrugado, e contratação de empresa especializada no fornecimento de concreto usinado para as secretarias solicitantes, conforme termo de referência e anexos”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 14 de agosto de 2024.

Assinado Digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1.995, DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

PORTARIA Nº 1.995, DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

Dispõe sobre a concessão de fruição de férias a servidora que menciona, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder a servidora nominada a seguir fruição de 20 (vinte) dias de férias regulamentares, convertendo-se 10 (dez) dias em pecúnia.

MAT.	SERVIDOR	PERIODO AQUISITIVO		PERÍODO DE FRUIÇÃO	
706	ZILDA BESSA DA SILVA	17.12.2022	16.12.2023	12.08.2024	31.08.2024

Art. 2º As férias regulamentares serão remuneradas com pelo menos um terço a mais que o salário normal, de acordo com o inciso XVII, art. 7º da Constituição Federal e inciso II, §1º, Art. 75 da Lei Complementar nº 140.2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de agosto de 2024.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 14 de agosto de 2024.

Assinado digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

SecretárioMunicipal de Administração

PORTARIA Nº 1.994, DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

PORTARIA Nº 1.994, DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

Dispõe sobre a declaração de estabilidade do servidor avaliado e aprovado em estágio probatório, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei, e

Considerando o disposto na Constituição Federal de 1.988 em vigor, especificamente em seu artigo 41, § 4°;

Considerando, os termos dos artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 403/2001 de 28 de dezembro de 2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Alterações Posteriores e art. 20 da Lei Complementar 1.088/2019 de 10 de dezembro de 2019.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica declarada estável no serviço público municipal o servidor Guilherme de Oliveira Copini, matrícula funcional nº 8824, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professor Educação Básica Pedagogia 30 horas, avaliado e aprovado em estágio probatório.

Art. 2º O Servidor acima referido prestou o Concurso Público n° 001/2018, nomeado para o cargo através da Portaria nº 1289/2021 e submetida às avaliações de desempenho exigidas nos termos da Lei Complementar nº 140/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais Normas e Regulamentos da Avaliação de Estágio Probatório, tendo sido considerada apto para desempenhar a função.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de agosto de 2024.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 14 de agosto de 2024.

Assinado digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EDITAL 092 CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.076/0001-62

Endereço: Av. Porto Alegre, 2525 Sorriso – Mato Grosso

EDITAL 092 CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2023

O Prefeito Municipal de Sorriso-MT, por meio da Comissão Municipal de Elaboração e Aplicação do Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 2.379/2023, torna público a convocação dos professores contratados abaixo relacionados, para no período de **15, 16 e 19 de agosto de 2024, entregarem seus documentos na Secretaria Municipal de Educação de Sorriso/MT (Av. Tancredo Neves, 124 – Centro) das 7h às 12h.**

O candidato deve comparecer junto ao Departamento Gestão de Pessoas na SEMED – Secretaria Municipal de Educação de Sorriso/MT, no horário acima indicado, munido dos documentos **(cópia nítida e originais)** e da Ficha admissional devidamente preenchida, impressa e assinada disponível no site https://site.sorriso.mt.gov.br/transparencia?c=Publicacao_Transparencia_item&i=7190.

Apresentar-se na Secretaria Municipal de Educação, para atribuição de unidade escolar**, no dia 19 de agosto de 2024, às 10h** de acordo com a classificação.

CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA – EDUCAÇÃO FÍSICA 30 HORAS - **SEDE DO MUNICÍPIO**

CANDIDATO	CARGO	CLASSIF
ADRIEL CARDOZO DE ABREU	Educ. Física 30h	24
DIEINE KUHN FERREIRA	Educ. Física 30h	25

O não comparecimento no prazo legal, implicará na desistência do classificado convocado.

Sorriso, 14 de agosto de 2024.

ROBERTA NOVELLO DE BEM

Presidente da Comissão Municipal de Elaboração e Execução do Processo Seletivo Simplificado

Portaria nº 2.379/2023

PORTARIA Nº 1.993, DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

PORTARIA Nº 1.993, DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

Dispõe sobre a declaração de estabilidade da servidora avaliada e aprovada em estágio probatório, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei, e

Considerando o disposto na Constituição Federal de 1.988 em vigor, especificamente em seu artigo 41, § 4°;

Considerando, os termos dos artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 403/2001 de 28 de dezembro de 2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Alterações Posteriores e art. 20 da Lei Complementar 1.088/2019 de 10 de dezembro de 2019.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica declarada estável no serviço público municipal a servidora Laura Ramos Vezaro, matrícula funcional nº 8823, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professor Educação Básica Pedagogia 30 horas, avaliada e aprovada em estágio probatório.

Art. 2º A Servidora acima referida prestou o Concurso Público n° 001/2018, nomeada para o cargo através da Portaria nº 1288/2021 e submetida às avaliações de desempenho exigidas nos termos da Lei Complementar nº 140/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais Normas e Regulamentos da Avaliação de Estágio Probatório, tendo sido considerada apto para desempenhar a função.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de agosto de 2024.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 14 de agosto de 2024.

Assinado digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1.992, DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

PORTARIA Nº 1.992, DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

Dispõe sobre a declaração de estabilidade da servidora avaliada e aprovada em estágio probatório, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei, e

Considerando o disposto na Constituição Federal de 1.988 em vigor, especificamente em seu artigo 41, § 4°;

Considerando, os termos dos artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 403/2001 de 28 de dezembro de 2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Alterações Posteriores e art. 20 da Lei Complementar 1.088/2019 de 10 de dezembro de 2019.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica declarada estável no serviço público municipal a servidora Lurdes Soares da Cunha Lazzaris, matrícula funcional nº 8813, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professor Educação Básica Pedagogia 30 horas, avaliada e aprovada em estágio probatório.

Art. 2º A Servidora acima referida prestou o Concurso Público n° 001/2018, nomeada para o cargo através da Portaria nº 1284/2021 e submetida às avaliações de desempenho exigidas nos termos da Lei Complementar nº 140/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais Normas e Regulamentos da Avaliação de Estágio Probatório, tendo sido considerada apto para desempenhar a função.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de agosto de 2024.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 14 de agosto de 2024.

Assinado digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 1.121, DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

Cria a Comissão Municipal de Planejamento e Acompanhamento do Orçamento, da Prefeitura Municipal de Sorriso, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a **Comissão Municipal de Planejamento e Acompanhamento do Orçamento**, órgão colegiado de caráter propositivo e participativo em questões relacionadas à execução, monitoramento e avalia-

ção do ciclo de planejamento e orçamento da Prefeitura Municipal de Sorriso.

Art. 2º A Comissão Municipal de Planejamento e Acompanhamento do Orçamento tem as seguintes atribuições:

I - realizar a revisão detalhada dos orçamentos vigentes, identificando oportunidades de redução de despesas sem comprometer a qualidade dos serviços públicos;

II - proporcionar maior eficiência na alocação de recursos, alinhando o orçamento municipal às prioridades estratégicas;

III - implementar práticas de gestão financeira transparentes e responsáveis;

IV - outras atribuições compatíveis com sua natureza.

Art. 3º O plano de trabalho da **Comissão Municipal de Planejamento e Acompanhamento do Orçamento** compreenderá as seguintes etapas:

I - **Diagnóstico:** Levantamento detalhado das despesas e receitas municipais, identificando áreas passíveis de otimização;

II - **Propostas de Redução:** Apresentação de propostas concretas para redução de despesas, considerando a manutenção da eficiência operacional;

III - **Avaliação de Impacto:** Análise dos impactos das propostas nas diferentes áreas e serviços municipais;

IV - **Elaboração Revisão do Orçamento:** Revisão do orçamento municipal levando em consideração as propostas aprovadas pela Comissão;

V. **Acompanhamento e Monitoramento:** Implementação de mecanismos para monitorar a execução do orçamento e avaliar continuamente sua eficácia.

Parágrafo único. A Comissão Municipal de Planejamento e Acompanhamento do Orçamento apresentará relatórios periódicos ao Chefe do Poder Executivo Municipal, informando sobre o andamento dos trabalhos e as propostas elaboradas.

Art. 4º A Comissão Municipal de Planejamento e Acompanhamento do Orçamento será composta pelos titulares das Secretarias e unidade administrativa abaixo descritas:

I – Secretaria Municipal de Administração;

II – Secretaria Municipal da Fazenda;

III – Secretaria Municipal de Governo;

IV – Secretaria Municipal de Assistência Social;

V – Secretaria Municipal de Agricultura Familiar e Segurança Alimentar;

VI – Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia;

VII – Secretaria Municipal da Cidade;

VIII – Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Juventude;

IX – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

X – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;

XI – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

XII – Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento;

XIII – Secretaria Municipal de Educação;

XIV – Secretaria Municipal de Segurança Pública, Trânsito e defesa Civil;

XV – Secretaria Municipal de Transportes.

§ 1º Também farão parte da Comissão Municipal de Planejamento e Acompanhamento do Orçamento, servindo como equipe de apoio, Eslen Parron Mendes, Secretário Adjunto de Administração, e Miraldo Gomes de Souza, servidor efetivo, atualmente no cargo de Assessor Adjunto lotado na Secretaria Municipal de Fazenda.

§ 2º A Comissão Municipal de Planejamento e Acompanhamento do Orçamento será presidida pelo titular da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 5º A Comissão Municipal de Planejamento e Acompanhamento do Orçamento reunir-se-á, ordinariamente, quinzenalmente ou, extraordinariamente, quando convocada por seu Presidente.

Art. 6º Para consecução de suas atribuições, a Comissão Municipal de Planejamento e Acompanhamento do Orçamento poderá solicitar informações e esclarecimentos dos órgãos e entidades competentes, bem como convidar representantes dos órgãos da Administração Direta e Indireta da Prefeitura Municipal de Sorriso e de entidades, públicas ou privadas, para participar das reuniões e grupos de trabalho que eventualmente venham a ser constituídos, mediante aprovação em reunião.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 14 de agosto de 2024.

Assinado Digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Assinado Digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 1.119, DE 12 DE AGOSTO DE 2024

Declara luto oficial, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei, e;

Considerando o consternamento da comunidade Sorrisense e o sentimento de solidariedade, dor e saudade que emerge pela perda de um colaborador exemplar e respeitável entre todos;

DECRETA:

Art. 1º É declarado luto oficial em todo o território municipal, pelo período de três dias, a contar de 12 de agosto de 2024, em sinal de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Marc Dor.

Art. 2º Este Decreto entra vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 12 de agosto de 2024.

Assinado Digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário Municipal de Administração

LICITAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO – 026/2024

O MUNICIPIO DE SORRISO TORNA PÚBLICO A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Pregão Eletrônico 026/2024. TENDO COMO OBJETO**:** 'REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO (MANILHA), CBUQ, PMF, EMULSÃO ASFÁLTICA CASCALHO E CONCRETO USINADO PARA AS SECRETARIAS SOLICITANTES.' CONFORME A SEGUIR, empresas vencedoras: **ALUGAR EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ/CPF Nº 30.249.393/0001-32 VALOR TOTAL R$ 3.659.040,00 RENOVA COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS**

E ASFALTICO LTDA CNPJ/CPF Nº 49.149.027/0001-30 VALOR TOTAL R$ 1.727.250,00 CONCRETAO CONCRETOS USINADOS LTDA CNPJ/CPF Nº 37.337.089/0001-96 VALOR TOTAL R$ 2.075.040,24 CBAA-ASFALTOS LTDA CNPJ/CPF Nº 05.099.585/0013-04 VALOR TOTAL R$ 1.948.800,00 MOLOSSI ENGENHARIA E PRE-MOLDADOS LTDA CNPJ/CPF Nº 38.097.534/0001-50 VALOR TOTAL R$ 5.600,00 FENIX CONSTRUTORA E PAVIMENTACAO LTDA CNPJ/CPF Nº 17.254.689/0001-83 VALOR TOTAL R$ 782.560,00 VALOR TOTAL GERAL R$ 10.198.290,24. ARI GENÉZIO LAFIN - PREFEITO MUNICIPAL14-08 matérias para publicar DOE E JGC

PORTARIA Nº 1.991, DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

PORTARIA Nº 1.991, DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

Dispõe sobre a declaração de estabilidade da servidora avaliada e aprovada em estágio probatório, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei, e

Considerando o disposto na Constituição Federal de 1.988 em vigor, especificamente em seu artigo 41, § 4°;

Considerando, os termos dos artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 403/2001 de 28 de dezembro de 2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Alterações Posteriores e art. 20 da Lei Complementar 1.088/2019 de 10 de dezembro de 2019.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica declarada estável no serviço público municipal a servidora Daiane Ferreira Teza, matrícula funcional nº 8811, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professor Educação Básica Pedagogia 30 horas, avaliada e aprovada em estágio probatório.

Art. 2º A Servidora acima referida prestou o Concurso Público n° 001/2018, nomeada para o cargo através da Portaria nº 1282/2021 e submetida às avaliações de desempenho exigidas nos termos da Lei Complementar nº 140/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais Normas e Regulamentos da Avaliação de Estágio Probatório, tendo sido considerada apto para desempenhar a função.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de agosto de 2024.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 14 de agosto de 2024.

Assinado digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1.990, DE 13 DE AGOSTO DE 2024.

PORTARIA Nº 1.990, DE 13 DE AGOSTO DE 2024.

Concede Licença para Atividade Política, a título de descompatibilização, para concorrer a Cargo Eletivo nas eleições municipais de 2024, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Considerando o artigo 121, da Lei Complementar 140/2011 de 26 de agosto de 2011 (Estatuto dos Servidores Público do Município de Sorriso);

Considerando os termos da Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990, a Lei Federal nº 9.504/1997 e a Resolução nº 23.609/2019 do Tribunal Superior Eleitoral.

Considerando o teor do requerimento apresentado e protocolado pelo servidor, para efeito de desincompatibilização;

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder a pedido, licença para atividade política, a título de descompatibilização, para concorrer a cargo eletivo nas eleições municipais de 2024, ao servidor de provimento efetivo Allan Amorim Pacheco, matrícula funcional nº 13036, efetivo no cargo de Professor Educação Básica Pedagogia 30 horas, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º O servidor acima qualificado deverá entregar no Departamento de Recursos Humanos o Registro de sua Candidatura, expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral, no prazo previsto nas normas para as eleições.

Art. 3º O prazo de afastamento será de 14 de agosto de 2024 a 07 de outubro de 2024.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso em 13 de agosto de 2024.

Assinado digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

***Assinado Digitalmente* BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO Secretário Municipal de Administração**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

PORTARIA Nº. 464/2024

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

"Dispõe sobre nomeação de preposto e dá outras providências".

RESOLVE:

Artigo 1º. - **NOMEAR** como preposto o Senhor **DENIVALDO DE OLIVEIRA SOUZA**, brasileiro, capaz, casado, nomeado em cargo comissionado, como **Secretário Municipal de Educação e Cultura** lotado na **Secretaria Municipal de Educaçã e Cultura**, portador do RG nº. 23163550 SSP/MT, para representar o Município de Tabaporã - MT, no Processo de nº. 0000013-78.2024.5.23.0038, que figura como **RECLAMANTE: LAURI DE LIMA; RECLAMADO**: **Município de Tabaporã/MT e Outro**, em trâmite perante a Vara do Trabalho de Juína - MT, *a quem confere os mais amplos gerais e ilimitados poderes,* podendo o mesmo defender os interesses da nomeante perante qualquer Juízo, instância ou Tribunal ou em qualquer Repartição Pública, Institutos e Autarquias, transigir, fazer acordos, negociações, firmar compromissos e praticar os demais atos em nome do Município de Tabaporã - MT, para o bom andamento do processo.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

Gabinete doPrefeito de Tabaporã - MT, 14 de agosto de 2024.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

CONSELHOS MUNICIPAL
DECRETO Nº. 5.364/ 2024 DE 14 DE AGOSTO DE 2024

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Sr. Sirineu Moleta, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Artigo 1º - Nomear os membros abaixo relacionados para se integrar na composição do **"Conselho Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Município de Tabapora/MT.,** que terá as funções, atribuições e competências mencionadas na lei Municipal nº 1.068/2017, de 06 de junho de 2017 , conforme segue abaixo:

***I*- REPRESENTANTES DA SECRETARIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**		
TITULAR	**AILSON DA SILVA SANTOS** Brasileiro, Casado Rua: Carlos Roberto Platero, Nº 719; E-mail: ailson1967@hotmail.com	**RG:** 0731085-4 SSP/MT **Fone:** (066) xxxx-3433
SUPLENTE	**Givanilda Messias da Silva** Brasileira, solteira **Rua: das Mangabeiras** , Nº 919 Email: givanildamessiasdasilva@ gmail.com	**RG: 1.87463.9-0**SSP/MT **Fone:** (066) XXXX-6653
***II*- REPRESENTANTES DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DO MUNICIPIO**		
TITULAR	**Nilce Maria da Silva** Brasileira, Casada Rua: Oscar Kunio Kawakami , Nº 919; E-mail:	**RG:** 0731085-4 SSP/MT **Fone:** (066) xxxx-1246
SUPLENTE	**Newton Toledo Bressan Junior** Brasileiro, solteiro Rua: Jose Felix Neves s/n] S/N E-mail: newtinhobressan@hotmail.com	**RG:** 1582618-0 SSP/MT **Fone:** (066) xxxx1246
***III*- REPRESENTANTES DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO**		
TITULAR	**Geraldino Viana da Silva** Brasileiro, casado **Rua:** Mateus de Lima Souza e-maildinoviana@yahoo.com	**RG:** 533.3155 SSP/MT **Fone:** (066)xxxx-1248
SUPLENTE	Rennan Paiva da Silva Campos Brasileiro, casado Av Comendador Jose Pedro Dias s/nª e-mail: rennancampos6@gmail.com	Rg nº 24712256 Fone (066)XXX 58-0051
***IV*- REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**		
TITULAR	**João Paulo Martins da Costa** Brasileiro, casado **Rua:** Jose Carlos Platero , S/N **Email:** umc@gmail.com	**RG:** 171.20349 SSP/MT **Fone:** (066) xxxx-1083
SUPLENTE	**Manoel Guin Filho** Brasileiro, casado Rua: João Malonay Filho **Email:** manoelguimfilho@hotmail.com	**RG: 357220017** SSP/MT **Fone:** (066) xxxx-1083
***V*- REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO**		
TITULAR	**Ilson Jose Viera** Brasileiro, Solteiro **Av. Comendador Jose Pedro Dias** , S/N **Email:jurídico@camaratabapora.mt.gov.br**	**RG:** 1508688-7 SSP/MT **Fone:** (066) xxxx-5012
SUPLENTE	**Maicon de Almeida Sanches Pio** Brasileiro, solteiro Rua: João Malonyai Filho,	**RG: 2668348-2 SSP/MT** **Fone: (66)**xxxx-4740
VI- REPRESENTANTE DA ASSOSSIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE TABAPORÃ/MTABAPORAENSE DE DESENVOLVIMENTO ARTISTICO E SOCIAL DE TABAPORio		
TITULAR	**Patrícia Melo de Souza Malveiro** Brasileira, Casada **Rua**:Av Dr Carlos Vidoto Nº 505 E **Email:** m.sg.mello@hotmail.com	**RG:** 1929270 SEJUS/MS **Fone:** (66)xxxx-8102
SUPLENTE	**Deise Gertudes Semensato** Brasileira, casada **Rua:Julio Benedito da Silva** **Email:** conmstunorte_mat.constr@hotmail.com	**RG:** 749390 SSP/MT **Fone:** (66) xxxx-8102
VII - REPRESENTANTE DO 1º OFICIO – CARTORIO DE REGISTRO DE IMOVEIS E TITULOS E DOCUMENTOS DE TABAPORÃ/MT		
TITULAR	**Thiago Cicero Serra Lyrio** Brasileiro, solteiro **Rua:** Isaias Apolinário , S/N E-mail: cartório.tabapora@hotmail.com	**RG: 1803249 SSP/DF** **Fone:** (066) xxxx-1014
SUPLENTE	**Sara Américo Dantas de S. da Silva** Brasileira, casada **Rua:** Rua Julio Bendito da Silva nº 390 E-mail: cartório.tabapora.s@hotmail.com	**RG:** 156.7794-0 SSP/MT **Fone:** (66) xxxx-0779

VIII- REPRESENTANTE DO 2º OFICIO – CARTORIO DE TABELIONATO DE TABAPORÃ/MT		
TITULAR	**Edivaldo Mauricio Semensato** Brasileiro, casado **Rua:** Rua Vias Boas , S/N E-mail: edivaldosemensato@hotmail.com	**RG: 31594383** SSP/MT **Fone:** (066) xxxx-1412
SUPLENTE	**Valeria Aparecida Santaella** Brasileira, solteira	**RG:** 2233133-6 7 SSP/MT **Fone:** (66) xxxx-1412

	Rua: Alida , S/N E-mail: : edivaldosemensato@hotmail.com	
IX -REPRESENTANTE DA POLICIA MILITAR DE TABAPORÃ/MT		
TITULAR	**Charles Martins dos Santos** Brasileiro, casado **Rua:Comendador Jose Pedro Dias** , S/N E-mail:clarlesmartins21@hotmail.com	**RG: 884341 SSP/MT** **Fone:** (066) xxxx-8747
SUPLENTE	**Ronilson Batista de Souza Dias** Brasileiro, casado **Rua:** Mateus de Lima Souza E-mail: ronilson34@hotmail.com	**RG:** 886663 SSP/MT **Fone:** (66) xxxx-9516

X - PRESENTANTE DA AGENCIA DE TRANSITO MUNICIPAL DETRAN DE TABAPORÃ/MT		
TITULAR	**Maria Ap. de Almeida de Souza** Brasileira, casada **Rua:** Oscar Kunio Kawakami E-mail: tabaporadetran@gmail.com	**RG: 134.72518** SSP/MT **Fone:** (066) xxxx-1265
SUPLENTE	**Norival Bertinati** Brasileiro, casado **Rua:** Antonio Alves do Filho , S/N E-mail: : tabaporadetran@gmail.com	**RG:** 1004.604 SSP/MT **Fone:** (66) xxxx-1265
XI - REPRESENTANTE DO SINDICATO RURAL DE TABAPORÃ /MT		
TITULAR	**JOSE ADELMO DOS SANTOS , brasileiro , casado , residente na Rua Joaquim do Carmo Esteves** e-mail adelmosantosagenfa@gmail.com	**RG:** 1004.565 **Fone:** (66) xxxx-6496
SUPLENTE	**BEATRIZ CAMARGO PONZIO** Brasileira, casada **Rua:** Carlo Roberto Platero E-MAIL: beatrizcamargoponzio@hotmail.com	RG 2233076-3 TEL; 66-XXXX6626

XII - REPRESENTANTE DA OAB – DA 20º SUBSEÇÃO DE JUARA /MT		
TITULAR	**Aqnaldo Valdir Pires** Brasileiro, casado **Rua:** Wilson Geovedi , S/N E-mail:dr.agnaldo@gmail.com	**RG: 1834143-8** SSP/MT
SUPLENTE	**Magavier Baesso dos Santos** Brasileiro, solteiro **Rua:** Carlos Robero Platero S/N E-mail: magavieradv@gmail.com	**RG:** 866.230 SSP/SC **Fone:** (66) xxxx-7917
XIII - REPRESENTANTE DO PODER JUDICIARIO DE TABAPORÃ/MT		
TITULAR	**Etiene Regina Carmo Strambioli** Brasileira, casada **Rua:Projetada A** E-mail:etiene.regia@tjmt.jus.br	**RG: 113.17858-2 S**SP/MT **Fone:** (066) xxxx-2817
SUPLENTE	**Alexsandro de Oliveira Prado** Brasileiro, **Rua:** Carlos Roberto Platero , S/N E-mail: alexsandro.prado@tjmt.jus.br	**RG:** 1491408-5 SSP/MT **Fone:** (66) xxxx-0064

XIV - REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE TABAPORÃ/MT		
TITULAR	**Jerry Marcos Cassol** Brasileiro, casado **Rua:** Gleba Mercedes I e II – Nova Fronteira E-mail:sinditaba2017@gmail.com	**RG: 565295** SSP/MT **Fone:** (066) xxxx-2238
SUPLENTE	**Neiva Regina Krafchck Rodzinski** Brasileira, casada **Rua:** Sitio Águia Dourada - Gleba Mercedes I e II E-mail: sinditaba2017@gmail.com	**RG:** 4.453.188 SSP/PR **Fone:** (66) xxxx-2817

Artigo 2º. - A função de Conselheiro do presente conselho, é considerada de serviço público relevante e não será remunerada.

Artigo 3º. – O Mandato dos presentes conselheiros, terá prazo de 02 (dois) anos , tendo inicio em a 05/04/2024 a 05/04/2026 , permitida a recondução dos mesmos por mais um mandato, nos termos da Lei Municipal nº 1.068/2017, de 06 de Junho de 2017.

Artigo 4º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se; Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 14 de Agosto de 2024

SIRINEU MOLETA

PREFEITO DE TABAPORÃ

CONSELHOS MUNICIPAL
DECRETO Nº. 5.362 DE 14 DE AGOSTO 2024-CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

O **Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Sr. SIRINEU MOLETA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas em Lei,**

DECRETA:

Artigo 1º - Nomear os membros abaixo relacionados para se integrar na composição do **Conselho Municipal De Assistência Social**, que terá as funções mencionadas de Lei Municipal nº 721/2009, de 23/03/2009, conforme segue abaixo:

***I*- REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**		
TITULAR	**DAIANE DOS SANTOS SILVA** **Brasileira , casada** **Rua: Av Isaias Apolinario nº 08-Morada do Sol** **E-mail.dayadossantos9066@gmail.com**	RG XXX654-8 SSP-MT Fone (66)XXX79-12-09
SUPLENTE	**ROSIMEIRI DIAS GARCIA OLIVEIRA** Brasileira, casada Rua: Alida, S/N -Centro Email: rosimeiridias@hotmail.com	**RG:** 171.207.6-4 SSP/MT **Fone:** (066) xxxx-3890
***II*- REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**		
TITULAR	**CRISTIANE BOBBO** Brasileira, Casada Rua: Julio Benedito da Silva, S/N-Centro E-mail: cristianebobbo@hotmail.com	**RG:** 1601251-8 SSP/MT **Fone:** (066) xxxx-2158
SUPLENTE	**SIRLEI DAS GRAÇAS AUGUSTO SILVA** Brasileira, Casada **Rua:** Jose Carlos Moreira, S/N **Email:** sirlei-augustosilva@hotmail.com	**RG:** 1004573-2 SSP/MT **Fone:** (066)xxxx-7997
***III*- REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**		
TITULAR	**ELISANGELA PEREIRA DA SILVA** Brasileira, solteira **Rua:** Vilas Boas, S/N-Centro **Email: eli.ps@hotmail.com**	**RG:** 16027213 SSP/MT **Fone:** (066)xxxx-2885
SUPLENTE	**MARCIANA MAXIMO COWASKI** Brasileira, Casada Avenida Dr. Carlos Vidotto, S/N **Email:** marciacovaski@hotmail.com	**RG:** 2517009-0 SSP/MT **Fone:** (066)xxxx-4371
***IV*- REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER**		
TITULAR	ARTENISIA DA SILVA REIS Brasileira , professor , ensino superior Rua Alida , 624 E- MAIL artenisiareis@gmail.com	RG 1434718-0 SSP/MT TELEFONE 66-XXXX999131428
SUPLENTE	LUCINEIA DECIBIO CORDEIRO Brasileira , casada , Técnico em Dês. Infantil Rua:' Mateus de Lima Souza , s/nº E-mail infantilromana@gmail.com	RG 168.1267-0 66-XXXX2209
V- REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO		
TITULAR	**AILSON DA SILVA SANTOS** Brasileiro, Casado Rua: Carlos Roberto Platero, Nº 719;- Centro E-mail: ailson1967@hotmail.com	**RG:** 0731085-4 SSP/MT **Fone:** (066) xxxx-3433
SUPLENTE	**NILCE MARIA DA SILVA** Brasileira, Casada Rua: Oscar Kunio Kawakami , S/N E-mail: nilcemaria40@hotmail.com	**RG:** 2.136.457 – 3 SSP/MT **Fone:** (066) xxxx-0351
IV_ REPRESENTANTES DO SINTEP		
TITULAR	**GISLENE GONÇALVES VARGAS MARTINS DE SOUZA** ;brasileira , casada Rua: Joaquin do Carmo Esteves n°1044, gisleneprofessoragrau@hotmail.com;	RG 231.6480-8 Cel ; 66 99682-7111
SUSUPLENTE	**ALYSSON DENARDI ANTONIASSI**, professor, brasileiro, união estável, residente e domiciliado na Rua Wilson Geovedi, s/nº. E-mail: alyssonantoniassi@hotmail.com	RG nº xxx0745-7 SSP/PR CPF nº xxx.845.949-32, fone (66) XXXXX-1180
V - REPRESENTANTE DA ASSOSSIAÇÃO CDEC- CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR DE TABAPORA/MT		
TITULAR	**DIEGO DA SILVA DIAS** Brasileiro, **Rua:** Carlos Roberto Platero, s/nº. **Email:** Diego_29dias@hotmail.com	**RG:** 2214834-5 SSP/MT **Fone:** (066) xxxx-4899
SUPLENTE	**ADRIANY OLIVEIRA DE MIRANDA** Brasileira, **Rua**: Odete Terezinha Lodi, S/Nº **Email:** oliveira.letras@hotmail.com	**RG:** 2471265-5 SSP/MT **Fone:** (066) xxxx-6683
VI- REPRESENTANTE DA ASSOSSIAÇÃO TABAPORAENSE DE DESENVOLVIMENTO ARTISTICO E SOCIAL DE TABAPORÃ/MTABAPORAENSE DE DESENVOLVIMENTO ARTISTICO E SOCIAL DE TABAPORio		
TITULAR	**SEBASTIÃO JOSE DA ROCHA** Brasileiro, Casado **Rua**: Joaquim do Carmo Esteves, Nº 1309 E **Email:** radiotabapora87@outlook.com	**RG:** 3027201-7 SSP/MT **Fone:** (66) xxxx-9919
SUPLENTE	**ALESSANDRA APARECIDA DE SOUZA** Brasileira, casada Rua Ilson Geovedi, Nº 420E Email: alecaradio@hotmail.com	RG:XXX.XXX SSP/MT Fone: (066) XXXX 8198
VI- REPRESENTANTE DA IGREJA CATÓLICA – PARÓQUIA SANTO ANTÔNIO DE TABAPORÃ/MT		
TITULAR	**NILDA DE SOUZA SILVA** Brasileira, casada Av: Isaias Apolinario 949 E Email: Nilda_oliveira53@hotmail.com	**RG: XXX.777—SSP/MT Fone:** (066) xxxxx7387
SUPLENTE	**CAMILA BORGES LEVINSKI** **Brasileira, casada** **Rua : Jose Carlos Moreira nº 53** **E-mail: kamila006@gmail.com**	**RG nº XXX.0005** **Fone : (66)XXXXX.9391**

Artigo 2º. - A função de Conselheiro do presente conselho, é considerada de serviço público relevante e não será remunerada.

Artigo 3º. - O mandato dos presentes conselheiros, terá prazo de 02 (dois) anos, tendo início em 24/10/2023 a 24/10/2025.

Artigo 4º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

TABAPORÃ/MT, EM 14 DE AGOSTO DE 2024.

_____

SIRINEU MOLETA

PREFEITO DE MUNICIPAL

PORTARIA Nº 465/2024

CONVOCA CANDIDATO CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL 01/2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sirineu Moleta, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Convocar, com fins de nomeação e posse nos respectivos cargos, os candidatos abaixo relacionados, classificados no Concurso Público Municipal 01/2024, homologado em 11/04/2024, para comparecer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta portaria, na sede da Coordenadoria de Recursos Humanos, localizada na Prefeitura de Tabaporã, sito a Avenida Comendador José Pedro Dias, 979-N, Centro, no horário das 07h às 11h e das 13h às 17h, para comprovação dos requisitos exigidos no Edital de abertura do Concurso Público 01/2024 e entrega dos documentos abaixo listados.

1ª. Fase - Exames Médicos

I. - Os candidatos convocados neste ato deverão providenciar os exames a seguir especificados, emitidos em até 90 dias anteriores à sua apresentação:

Exames de Apresentação obrigatória para todas as funções públicas.
1. Hemograma completo em jejum; 2. Glicemia em jejum; 3. Reação sorológica para Lues (V.D.R.L); 4. Gama GT (Gama GlutamilTransferase); 5. Perfil Lipídico (Colesterol L.D.L, Colesterol H.D.L e Colesterol Total, Triglicérides); 6. Eletrocardiograma (E.C.G) com avaliação do médico cardiologista 7. Raio-X do tórax P.A e perfil e os laudos correspondentes OBS: dispensável para gestantes mediante apresentação do laudo de ultrassonografia (ecografia) recente a data da avaliação médica pericial; 8. Raios-X total da coluna vertebral com laudo radiológico (exceto para gestantes, que devem apresentar laudo de ultrassonografia gestacional recente); 9. Atestado de acuidade visual, fundo de olho e tonometria, em ambos os olhos, emitido por médico oftalmologista; 10. Exame de urina tipo I (E.A.S); 11. Teste Palográfico (Avaliação Psicológica); 12. Exame sanguíneo de **Antígeno Carcinoembrionário –** CEA - Para mulheres com idade igual ou acima de 40 anos; 13. Exame sanguíneo de Antígeno Prostático Especifico - P.S.A - Para homens com idade igual ou acima de 40 anos.

Exames de Apresentação obrigatória para o exercício da função de Professor
1. Laringoscopia de cordas vocais com avaliação do médico otorrinolaringologista

Exames de Apresentação obrigatória para o exercício de cargos ligados à manipulação de alimentos e/ou bebidas.
1. Parasitológico de fezes 2. Bacteriológico de secreção nasofaringea; 3. Pesquisa de BK no escarro (Baciloscopia)

Exames de Apresentação obrigatória para o exercício das funções de: Enfermeiro, Técnico em Enfermagem, fisioterapeuta, fonoaudiólogo.
1. Exame Anti-HCV 2. Teste de PPD - TesteTubercolínico 3. Tempo de protombina (TP ou TAP) e tempo de tromboplastina ativada (TTP ou PTT)

Parágrafo Único: Após obterem todos os exames com respectivos **laudos**, os convocados deverão se dirigir à Coordenadoria de Recursos Humanos, sito a Av. Comendador Jose Pedro Dias, nº 979 N, Centro de Tabaporã, para agendamento de avaliação médica pericial, perante a Junta Médica Oficial do Município.

2ª. Fase – da DOCUMENTação,

II – Somente o candidato convocado que apresentar todos os exames solicitados na 1ª Fase e que obtiver o Certificado de Sanidade e Capacidade Física, na condição de APTO, expedido pela Perícia Médica Oficial do Município, deverão apresentar o ***Original e 02 (duas) Cópias***, dos Seguintes documentos:

a) Atestado de Sanidade Mental e Capacidade Física na condição de APTO expedido pela Perícia Médica;

b) Carteira de Identidade;

c) Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição, se à época já possuía 18 (dezoito) anos, ou Certidão de Quitação Eleitoral expedida pela Justiça Eleitoral, que pode ser obtida pela internet no site do TSE (https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral);

d) CPF;

e) Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

f) Certidão de nascimento ou Certidão de Casamento, ou Sentença Declaratória de União Estável, ou Escritura Pública de União Estável;

g) Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP;

h) Carteira de Trabalho e Previdência Social;

i) Duas fotografias tamanho 3x4 recente, colorida;

j) Documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo / categoria profissional / especialidade, conforme discriminado neste Edital, e respectivo registro no conselho de classe;

k) Diploma ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, conforme especificação constante deste Edital na área de atuação, reconhecido pelo MEC - Ministério da Educação;

l) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse do Órgão Público;

m) Certidão Criminal da Justiça Federal dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos. A certidão deve alcançar as instâncias de 1º e 2º graus (https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/);

n) Certidão Criminal da Justiça Estadual dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos. A certidão deve alcançar as instâncias de 1º e 2º graus (https://sec.tjmt.jus.br/);

o) Comprovante de habilitação (documento comprobatório) de Registro no Conselho Regional da Categoria, quando pré-requisito do cargo;

p) RG e CPF do Cônjuge (esposo ou esposa);

q) Certidão de Nascimento e CPF dos filhos dependentes;

r) Carteira de Vacina dos filhos menores de 06 (seis) anos;

s) Declaração de matricula escolar dos filhos até 14 anos.

t) Comprovante de residência;

u) Declaração de não-acumulação de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas,

sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios ou de acumulação lícita, nos termos do inciso XVII, art. 37 da CRFB/88;

v) Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e dos dependentes (02 (duas) vias original);

w) Declaração de não ter sofrido penalidade incompatível com a nova investidura em cargo público;

x) Termo de Compromisso (Código de Ética);

y) Apresentar número de Conta Corrente ou Conta Salário – "Cadastrada Junto ao Banco do Brasil" (para fins de pagamento em conta).

z) Certidão de Vínculo Funcional Municipal ou Estadual do domicílio do candidato (caso segurado em outro RPPS);

aa) Certidão Específica da Junta Comercial do Estado de domicílio do candidato de não participação de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer comércio e, nessa qualidade, não estar transacionando com o Município (https://www.jucemat.mt.gov.br/faqs/126);

bb) Cópia do pedido de exoneração devidamente protocolado, caso o candidato seja servidor público em outro ente ou órgão do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, e demais entidades, de todas as esferas, na hipótese de cargo acumulável;

Paragrafo Único: Os itens **"u"** a **"x"** possuem modelos de arquivos para impressão, junto ao Anexo III, da Instrução Normativa SRH 001/2018 – 3ª. Versão, que dispõe sobre "Admissão de Pessoal em Cargo Efetivo", aprovada pelo Decreto Municipal nº 3.616/2018, disponível no endereço eletrônico https://1drv.ms/w/c/523f17d1c91bb717/ETD9oMQBIKNGkM9qWWuyS80BWTF4ZTim6jAY9-rwmdPS5w?e=Tx5dyl, os quais deverão ser assinados ao final pelo candidato nomeado, devendo os mesmos serem entregues no ato de sua posse com todas as demais documentações contidas neste Edital.

III - CONVOCADO:

PROFESSOR (SEDE)

9071	ANTONIA ANANELIA FROTA ARAUJO

Artigo 2º. - O não comparecimento no prazo legal implicará na presunção de desistência dos convocados, podendo a Prefeitura de Tabaporã convocar o candidato imediatamente posterior, obedecendo à ordem de classificação.

Artigo 3º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 15 de agosto de 2024.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

CONSELHOS MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 008/2024-CMAS

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO PRESIDENTE E VICE PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL DE TABAPORA.

O Conselho Municipal Da Assistência Social – CMAS do Município de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas competências e atribuições que lhe são conferidas na Lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a senhora Rosemeire Dias Garcia de Oliveira e o Senhor Ailson da Silva Santos como Vice-Presidente do **Conselho Municipal Da Assistência Social – CMAS do** Município de Tabaporã.

Art. 2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário;

Tabaporã/MT, em 03 de Junho de 2024.

MARILUCIA MARTINS

COORDENADORA DOS CONSELHOS MUNICIPAIS

CONSELHOS MUNICIPAL
DECRETO Nº. 5.632 DE 14 DE AGOSTO 2024- CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Sr. SIRINEU MOLETA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Artigo 1º - Nomear os membros abaixo relacionados para se integrar na composição do **Conselho Municipal De Assistência Social**, que terá as funções mencionadas de Lei Municipal nº 721/2009, de 23/03/2009, conforme segue abaixo:

***I*- REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**		
TITULAR	**DAIANE DOS SANTOS SILVA** **Brasileira , casada** **Rua: Av Isaias Apolinario nº 08-Morada do Sol** **E-mail.dayadossantos9066@gmail.com**	RG XXX654-8 SSP-MT Fone (66)XXX79-12-09
SUPLENTE	**ROSIMEIRI DIAS GARCIA OLIVEIRA** Brasileira, casada Rua: Alida, S/N -Centro Email: rosimeiridias@hotmail.com	**RG:** 171.207.6-4 SSP/MT **Fone:** (066) xxxx-3890
***II*- REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**		
TITULAR	**CRISTIANE BOBBO** Brasileira, Casada Rua: Julio Benedito da Silva, S/N-Centro E-mail: cristianebobbo@hotmail.com	**RG:** 1601251-8 SSP/MT **Fone:** (066) xxxx-2158
SUPLENTE	**SIRLEI DAS GRAÇAS AUGUSTO SILVA** Brasileira, Casada **Rua:** Jose Carlos Moreira, S/N **Email:** sirlei-augustosilva@hotmail.com	**RG:** 1004573-2 SSP/MT **Fone:** (066)xxxx-7997
***III*- REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**		
TITULAR	**ELISANGELA PEREIRA DA SILVA** Brasileira, solteira **Rua:** Vilas Boas, S/N-Centro	**RG:** 16027213 SSP/MT **Fone:** (066)xxxx-2885

	Email: eli.ps@hotmail.com	
SUPLENTE	**MARCIANA MAXIMO COWASKI** Brasileira, Casada Avenida Dr. Carlos Vidotto, S/N **Email:** marciacovaski@hotmail.com	**RG:** 2517009-0 SSP/MT **Fone:** (066)xxxx-4371
***IV*- REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER**		
TITULAR	ARTENISIA DA SILVA REIS Brasileira , professor , ensino superior Rua Alida , 624 E- MAIL artenisiareis@gmail.com	RG 1434718-0 SSP/MT TELEFONE 66-XXXX999131428
SUPLENTE	LUCINEIA DECIBIO CORDEIRO Brasileira , casada , Técnico em Dês. Infantil Rua:' Mateus de Lima Souza , s/nº E-mail infantilromana@gmail.com	RG 168.1267-0 66-XXXX2209
V- REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO		
TITULAR	**AILSON DA SILVA SANTOS** Brasileiro, Casado Rua: Carlos Roberto Platero, Nº 719;- Centro E-mail: ailson1967@hotmail.com	**RG:** 0731085-4 SSP/MT **Fone:** (066) xxxx-3433
SUPLENTE	**NILCE MARIA DA SILVA** Brasileira, Casada Rua: Oscar Kunio Kawakami , S/N E-mail: nilcemaria40@hotmail.com	**RG:** 2.136.457 – 3 SSP/MT **Fone:** (066) xxxx-0351
IV_ REPRESENTANTES DO SINTEP		
TITULAR	**GISLENE GONÇALVES VARGAS MARTINS DE SOUZA** ;brasileira , casada Rua: Joaquin do Carmo Esteves n°1044, gisleneprofessoragrau@hotmail.com;	RG 231.6480-8 Cel ; 66 99682-7111
SUSUPLENTE	**ALYSSON DENARDI ANTONIASSI**, professor, brasileiro, união estável, residente e domiciliado na Rua Wilson Geovedi, s/nº, E-mail: alyssonantoniassi@hotmail.com	RG nº xxx0745-7 SSP/PR CPF nº xxx.845.949-32, fone (66) XXXXX-1180
V - REPRESENTANTE DA ASSOSSIAÇÃO CDEC- CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR DE TABAPORA/MT		
TITULAR	**DIEGO DA SILVA DIAS** Brasileiro, **Rua:** Carlos Roberto Platero, s/nº. **Email:** Diego_29dias@hotmail.com	**RG:** 2214834-5 SSP/MT **Fone:** (066) xxxx-4899
SUPLENTE	**ADRIANY OLIVEIRA DE MIRANDA** Brasileira, **Rua**: Odete Terezinha Lodi, S/Nº **Email:** oliveira.letras@hotmail.com	**RG:** 2471265-5 SSP/MT **Fone:** (066) xxxx-6683
VI- REPRESENTANTE DA ASSOSSIAÇÃO TABAPORAENSE DE DESENVOLVIMENTO ARTISTICO E SOCIAL DE TABAPORÃ/MTABAPORAENSE DE DESENVOLVIMENTO ARTISTICO E SOCIAL DE TABAPORio		
TITULAR	**SEBASTIÃO JOSE DA ROCHA** Brasileiro, Casado **Rua**: Joaquim do Carmo Esteves, Nº 1309 E **Email:** radiotabapora87@outlook.com	**RG:** 3027201-7 SSP/MT **Fone:** (66) xxxx-9919
SUPLENTE	**ALESSANDRA APARECIDA DE SOUZA** Brasileira, casada Rua Ilson Geovedi, Nº 420E Email: alecaradio@hotmail.com	RG:XXX.XXX SSP/MT Fone: (066) XXXX 8198
VI- REPRESENTANTE DA IGREJA CATÓLICA – PARÓQUIA SANTO ANTÔNIO DE TABAPORÃ/MT		
TITULAR	**NILDA DE SOUZA SILVA** Brasileira, casada Av: Isaias Apolinario 949 E Email: Nilda_oliveira53@hotmail.com	**RG: XXX.777—SSP/MT Fone:** (066) xxxxx7387
SUPLENTE	**CAMILA BORGES LEVINSKI** **Brasileira, casada** **Rua : Jose Carlos Moreira nº 53** **E-mail: kamila006@gmail.com**	**RG nº XXX.0005** **Fone : (66)XXXXX.9391**

Artigo 2º. - A função de Conselheiro do presente conselho, é considerada de serviço público relevante e não será remunerada.

Artigo 3º. - O mandato dos presentes conselheiros, terá prazo de 02 (dois) anos, tendo início em 24/10/2023 a 24/10/2025.

Artigo 4º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

TABAPORÃ/MT, EM 14 DE AGOSTO DE 2024.

_____

SIRINEU MOLETA

PREFEITO DE MUNICIPAL

CONSELHOS MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 006/2024

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO PRESIDENTE E VICE PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE TABAPORA .

O Conselho Municipal Da Criança e do Adolescente de Tabapora – CMDCA do Município de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas competências e atribuições que lhe são conferidas na Lei Municipal nº 787 de 22/04/2010.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor Valcenir Antonio da Silva, como Presidente e o Senhor Sebastião da Rocha como Vice-Presidente do Conselho ***Municipal da Criança e do Adolescente de Tabapora .***, conforme Ata n° 001-2022.

Art. 2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário;

Tabaporã/MT, em 29 de Julho de 2024.

MARILUCIA MARTINS

COORDENADORA DOS CONSELHOS MUNICIPAIS

LICITACAO
AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 014/2024, FORMALIZADA ATRAVÉS DO - PREGÃO PRESENCIAL N° 011/2024 – PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT

1. Visto. 2. Observou-se a necessidade apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde para ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 015/2024, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL N° 011/2024 "CARONA" - REALIZADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT, CUJO OBJETO CONSISTE NO “REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE 1 (UM) VEICULO DE TRANSPORTE SANITÁRIO AUTOMOTOR PARA A SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS-MT, De Acordo Com As Descrições E Especificações Do Termo De Referência – (Anexo I).”. 3. Verificou-se ainda, que a Secretaria solicitante pleiteia que seja aderido a ata, sendo a adesão conforme especificações e quantitativos abaixo:

Item Discrição Quant Marca Und Valor Unit. Valor Total

01 AMBULÂNCIA TIPO FURGÃO, 0KM, TIPO A, COR BRANCO, MOTOR 2.0 OU SUPERIOR, POTÊNCIA MINIMA DE 170CV, COM NO MINIMO 5.531MM DE COMPRIMENTO, MINIMO 2.474 MM DE LARGURA COM ESPELHOS DE NO MINIMO 2.771 MM DE ALTURA, COM DISTÂNCIA ENTRE - EIXOS DE NO MINIMO 3.300 MM, COM VOLUME DE NO MINIMO 10,7 M3, DIESEL, TRAÇÃO TRASEIRA, TRANSMISSÃO MANUAL DE NO MÍNIMO 06 (SEIS) MARCHAS A FRENTE E 01 (UMA) RÉ, DIREÇÃO ELÉTRICA, CÂMERA DE RÉ, PAINEL MUI. TIMIDIA ORIGINAL DE FÁBRICA, BANCOS DIANTEIROS, BANCO TRASEIRO PARA DOIS ACOMPANHANTES INSTALAÇÕES DE JANELA DIVISÓRIA ENTRE A CABINE DO MOTORISTA E O SALÃO DE ATENDIMENTOS, SUPORTE PARA CAIXA DE MEDICAMENTOS, CAIXA PLÁSTICA PARA MEDICAMENTOS, COLCHONETE REVESTIDO COM PLÁSTICO LAVÁVEL, JANELA ENTRE A CABINE E O COMPARTIMENTO TRASEIRO COM JANELA DE COMUNICAÇÃO, GRAFISMO: TIPOGRAFIA DE AMBULÂNCIA, JANELAS LATERAIS, LUMINÁRIA LED, MARCA RETRÁTIL HOSPITALAR COM 03 (TRÊS) CINTOS DE SEGURANÇA, PELÍCULA OPACA NOS VIDROS LATERAIS SINALIZADOR COM SIRENECOM QUATRO TONS, SINALIZADORES EM LED, SUPORTE DE SORO E SANGUE LATERAL DIREITA PRÓXIMO AO TETO E À CABECEIRA DA MARCA, SUPORTE PARA CILINDROS DE OXIGÊNIO DE SETE LITROS EM AÇO, AR CONDICIONADO NA CABINE E PARA O PACIENTE, COM ITENS DE SÉRIE DO VEÍCULO E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS PELO CONTRAN, REVISÃO E GARANTIA DE 12 (DOSE) MESES, SEM LIMITE DE KM, O VEÍCULO DEVE SER ENTREGUE EMPLACADO.

01

FORD

Transit Furgão, 10,7m³ - L2H3

Und

R$ 323.000,00

R$ 323.000,00

4. Formalizada coleta de preços, comprovou-se a vantajosidade e cumprimento dos requisitos legais, uma vez que a ARP se encontra vigente, à Administração autorizou a Adesão e o fornecedor também concordou com a pretendida Adesão, através de Termo de Anuência. 5. A Procuradoria Geral do Município emitiu parecer favorável à Adesão. 6. Desse modo AUTORIZO a ADESÃO, da Ata de Registro de Preços n. 015/2024 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT. onde a Contratada é a empresa SEBBA MOTORS LTDA, empresa de público privada, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.050.048/0001-30, estabelecida na Avenida 01, s/nº, quadra 007, lote 004, residencial Vale Azul, na cidade de Inhumas, Estado de Goiás – CEP: 75.408-196. Publica-se e cumpra-se. 8. Empenhem-se os recursos necessários.

Tabaporã/MT, em 14 de Agosto de 2024.

SIRINEU MOLETA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO PARCIAL DE ITENS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO – N° 005/2024 – 05

AVISO DE CANCELAMENTO PARCIAL DE ITENS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO – N° 005/2024 – 05 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº131/2023. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventualAQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, PARA ATENDER PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SUPRIR NECESSIDADES DAS DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO,conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos,do Edital do Pregão Eletrônico Nº 131/2023**, através do Departamento de Licitações e Contratos, com fulcro nas disposições contidas no Art.21, inciso II, Paragrafo único do Decreto Federal nº 7.892/2013 e ainda, na Cláusula Sétima da Ata de Registro de Preços citada acima, torna público o **cancelamento do item 60** registrados em favor da fornecedora **NABELLA COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 27.981.189/0001-50, tendo em vista o pedido de desistência da empresa em fornecer o produto. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações e Contratos, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra-MT, 14 de agosto de 2024. Márcio de Oliveira Lopes-chefe do Departamento de Licitações e Contratos.

DECRETO N.º 488, DE 14 DE AGOSTO DE 2024

REGULAMENTA O REGISTRO E CONTROLE DE FREQUÊNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL**, no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, *caput*, inciso XLV c/c o art. 80, *caput*, inciso IV da Lei Orgânica do Município.

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam dispensados do registro de frequência o Prefeito, o Vice-Prefeito, os Secretários Municipais, os Diretores de Autarquias, os Superintendentes de Governo, o Ouvidor Geral do Município, o Procurador-Geral do Município, os Procuradores Municipais e o Motorista do Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias, em especial o Decreto n.º 382, de 16 de agosto de 2023.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, 14 de agosto de 2024, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

ARIELZO DA GUIA E CRUZ

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
LICENÇA AMBIENTAL TRIFÁSICA- LAT

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA** – CNPJ 03.788.239/0001-66, por intermédio da Secretaria Municipal de Infraestrutura, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Tangará da Serra (SEMMEA), a **LP, LI e LO (Licença Ambiental Trifásica)** para Projeto de Pavimentação e Drenagem de Vias Públicas, localizada no loteamento Porto Seguro, no Município de Tangará da Serra – MT. Secretário Municipal de Infraestrutura MAGNO CÉSAR FERREIRA. Tangará da Serra – MT, 14 de Agosto de 2024.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N°035/2024

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N°035/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 6.407/2024 -TIPO **MENOR PREÇO POR ITEM** Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS**, para futura e eventual: **AQUISIÇÃO DE EMULSÕES ASFÁLTICAS, CIMENTO E OUTROS MATERIAIS,** a fim de atender a demanda da Secretaria Municipal de Infraestrutura**,** conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. **Realização: 28 de agosto de 2024 às 09h00 horário oficial de Brasília**. **Fundamento legal**: Lei n.º 14.133/2021, do Decreto Municipal n.º 110, de 31 de Março de 2024, Decreto nº 043 de 01 de Março de 2022, Lei Complementar n°123/2006, **Endereço Eletrônico:** através da **plataforma – LICITANET** – **www.licitanet.com.br**. **Observação:** O Edital e seus anexos estará disponível para acesso dos interessados a partir do dia **15 de agosto de 2024,** no link https://acessoainformacao.tangaradaserra.mt.gov.br... Demais informações, poderão ser obtidas através do telefone 65-3311-4831. Tangará da Serra-MT, 14.08.2024. Franciane Oliveira Pereira Macedo – Pregoeira - Portaria nº 688/GP/2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

CONTRATOS
PUBLICAÇÃO AVISO DE RESULTADO PP 030/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT

EDITAL DE RESULTAD

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 030/2024.

O PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADO PELA PORTARIA Nº. 040/2024 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELA LEI Nº 14.133/21, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

PROCESSO: 096/2024

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ESPECÍFICOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, DESTINADOS A ATENDER O HOSPITAL MUNICIPAL E AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT.

VENCEDOR:

PRODETER MATO GROSSO PRODUTOS PARA HIGIENIZAÇÃO LTDA

CNPJ: 09.089.367/0001-06

R$ 242.317,51

TERRA NOVA DO NORTE – MT, 14 DE AGOSTO DE 2024.

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA

PREGOEIRO OFICIAL

CONTRATOS
PUBLICAÇÃO AVISO DD 029/2024

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 029/2024

OBJETO**:** PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA ONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PERFURAÇÃO DE POÇO SEMI ARTESIANO, VISANDO ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TERRA NOVA DO NORTE MT**.**

FUNDAMENTO LEGAL: 75, INCISO II da Lei 14.133/2021.

CONTRATADA: A. GOMES DE MENEZES LTDA

CNPJ: 10.931.759/0001-41

VALOR GLOBAL: R$ 6.100,00 (Seis mil e cem reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

HOMOLOGO.

Terra Nova do Norte – MT, 14 de Agosto de 2024.

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

PORTARIA Nº 219, DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

PORTARIA Nº 219, DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

“Dispõe sobre Afastamento Definitivo Exoneração de cargo que menciona e dá outras providências.”

O Prefeito Municipal, senhor THIAGO TIMO OLIVEIRA, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei,

RESOLVE:

Art.1º - Exonerar o Servidor Sr **ADAO GOMES DA LUZ**, do **cargo de DIRETOR DE FROTAS E MAN. DE MAQ E VEC**

Art. 2º - - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário a partir do dia 01 de agosto de 2024.

Gabinete do Prefeito, ao 14 dia do mês de agosto do ano de 2024.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

THIAGO TIMO OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

ERRATA

Na publicação da EXTRATO DE TERMO ADITIVO, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado do Mato Grosso, Edição nº 4.546, do dia 12 de agosto de 2024, páginas 384, e 385:

ONDE SE LÊ: *“*em 16,67% (dezesseis inteiros e sessenta e sete centésimos por cento) passando o valor do referido contrato de R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) para R$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais), a fim de promover o equilíbrio econômico e financeiro do Contrato.*”*, LEIA-

SE: em 9,50% (nove inteiros e cinquenta centésimos por cento) passando o valor do referido contrato de R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) para R$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais), a fim de promover o equilíbrio econômico e financeiro do Contrato.

HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2024

Interessada: PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

Proponente: 56.385.400 SAULO RAFAEL MONTEIRO PARTICHELI.

CNPJ nº: 56.385.400/0001-17.

Endereço: Rua das Primaveras, nº 6271 – Setor 01, Bairro Parque das Araras, Sinop – MT.

Objeto: a Contratação de empresa para confecção e instalação de coifas inox, tubos e curvas de inox e galvanizados, colarinho e chapéus galvanizados e motores/exaustores blindados, filtro especial em aço inox – (todos devidamente instalados), atendendo as unidades de Ensino Municipal do Município de União do Sul -MT, conforme condições e exigências do Termo de Referência em Anexo ao Edital de Dispensa de licitação.

Valor total: R$ 23.800,00 (vinte e três mil e oitocentos reais).

Vigência da Contratação: 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato.

Motivo da Dispensa de Licitação: Dispensa de licitação embasada em consulta de preços efetuada em órgãos oficiais, para o objeto pesquisado, conforme anexados ao processo cujos preços encontram-se de conformidade com os praticados pelo mercado do ramo. Ademais, o valor total desta dispensa de licitação está situado abaixo do valor limite de R$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), estabelecido pelo Decreto federal nº 11.871 de 2023, razão pela qual torna-se possível a aquisição direta para produtos e ou serviços, mediante dispensa de licitação, conforme o embasamento legal abaixo.

Embasamento Legal: Inciso II, do art. 75, da Lei nº 14.133 de 01/04/2021, e decreto Municipal n° 1.415/2023.

Decisão: HOMOLOGO nos termos da Lei nº 14.133/2021 a Dispensa de Licitação nº 028/2024.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 14 de agosto de 2024.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Prestação de Serviço.

Nº do Contrato: 042/2024.

Vínculo Legal: Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021.

Contratante: MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: 56.385.400SAULO RAFAEL MONTEIRO PARTICHELI

CNPJ: 56.385.400/0001-17

Objeto: Contratação de empresa para confecção e instalação de coifas inox, tubos e curvas de inox e galvanizados, colarinho e chapéus galvanizados e motores/exaustores blindados, filtro especial em aço inox – (todos devidamente instalados), atendendo as unidades de Ensino Municipal do Município de União do Sul -MT, conforme especificações no contrato.

Valor Total: R$ 23.800,00 (vinte e três mil e oitocentos reais).

Cód. Dotações Orçamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA:

Local: 00000002 – ESCOLA MUNICIPAL MATILDE ALTENHOFEM

código reduzido: 99

Estrutura Orçamentaria: 05.001 – DEPARTAMENTO DE APOIO EDUCACIONAL

Fonte: 1.500.10010000 Identificação das Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino

Natureza de Despesa: 3.3.90.39 – Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

Código Completo: 05.001.12.361.0006.2024.3.3.90.39.1.500.10010000

Local: 00000004 – CRECHE MUNICIPAL SANTO ANJO

Código reduzido: 118

Estrutura Orçamentaria: 05.001 – DEPARTAMENTO DE APOIO EDUCACIONAL

Fonte: 1.500.10010000 Identificação das Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino

Natureza de Despesa: 3.3.90.39 – Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Código Completo:05.001.12.365.0005.2018.3.3.90.39.1.500.10010000

Data de assinatura: 14/08/2024.

Signatários:

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

SAULO RAFAEL MONTEIRO PARTICHELI

Pela Contratada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

DECRETO Nº 63 /2024

Dispõe sobre a nomeação dos membros do CACS-FUNDEB.

O Prefeito Municipal, Geraldo Martins da Silva, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando a Lei N° 14.113/2020 que institui o Conselho do Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB-CACS;

Decreta:

Artigo 1º - Fica a nomeados os membros indicados pelas entidades representativas de cada segmentos, para a composição do Conselho do Acompanhamento e Controle Social do Fundeb-CACS-FUNDEB; referente a vigência quadriênio 2023 a 2026.

Os Conselheiros serão representados de seguinte forma:

Conselho Tutelar:

T – SUELY FERNANDES DA SILVA MOREIRA

S – IARA DAMIANA DA CONCEIÇÃO

Diretores das Escolas Públicas:

T – RENATA APARECIDA DA SILVA

S –ONILSA PEREIRA DE SOUZA

Estudante da Educação Básica Pública:

T – GUILHERME DE OLIVEIRA LEAL

S – HENRIQUE FARIAS DOS SANTOS

T –IVANETH DE OLIVEIRA RODRIGUES

S- LETICIA DE FATIMA CARVALHO

Pais de Alunos da Educação Básica Pública:

T – CLEIDE MARA SCATOLIN

S – PATRICIA RODRIGUES PERIN CASSIANO CELIS

T – CRISTINA DA SILVA

S – FLAVIANA FAUSTINO HONORATO

Professores da Educação Básica Pública:

T – CELIA SOARES DE PAULA

S – MERSON RAIMUNDO COSTA SCATENA

Servidores Técnicos – Administrativo das Escolas Básicas Públicas:

T – ANA PAULA SOARES BARROS

S – ADRIANA GOMES DE JESUS OLIVEIRA

Conselho Municipal de Educação-CME

T – MARIA DA GLORIA FERRAZ

S – MARCOS ANTONIO ALVES PEREIRA

Poder Executivo Municipal

T – POLIANE JORGINA DE FREITAS

S – ANA MARIA SILVA TAVARES

Poder Executivo Municipal – Secretaria Municipal de Educação ou órgão equivalente

T – NAYANE CRISTINA PEREIRA

S – LUDIMILA VICENTE ALVES

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario.

Vale de São Domingos, 17 de julho de 2024.

GERALDO MARTINS DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 226 DE 12 DE AGOSTO DE 2.024.

DISPOE SOBRE REVOGAÇÃO DE PORTARIA.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica **REVOGADA** a Portaria n**.º** 220/2024**, que determinou apostilamento de troca de fiscais ao contrato n°24/2024** da empresa **JOSINELSON PEREIRA DA SILVA CRUZ LTDA, CNPJ n.20.874.268/0001-60**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria n.°220/2024.

Várzea Grande, 12 de agosto de 2024.

Maria das Graças Metelo

Secretária Interina de Saúde SMS/VG

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA N.º 217/2024

"Dispõe sobre o Enquadramento dos Servidores do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande e dá outras providencias".

Carlos Alberto Simões de Arruda – Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei.

CONSIDERANDO a Lei Complementar n° 4.013/2014 que "Dispõem sobre a Criação do Plano de Cargos e Carreira e Salários dos Profissionais do Departamento de Água e Esgoto e dá outras providências".

RESOLVE:

Art. 1°. Enquadrar o **NÍVEL e a CLASSE** da servidora deste Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande - DAE/VG, conforme segue anexo I.

ANEXO – I

CARGO: AGENTE DE SANEAMENTO – NÍVEL MÉDIO

Nome	Matrícula	Perfil	Admissão	Averbação	Carga horária	Classe e Nível
Josélia Sebastiana Pereira dos Santos	649	Agente de Saneamento	17/07/2018	Não	40 horas	C-03

Art. 2°**.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando disposições anteriores.

Publique-se. Registra-se. Cumpra-se

Várzea Grande/MT, 19/08/2024.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

DIRETOR PRESIDENTE

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE – DAE/VG

PORTARIA Nº 221/2024

Carlos Alberto Simões de Arruda – Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei n. 1.733/97, alterada pela Lei n. 1.866/98, e

Considerando os termos do artigo 117 da Lei n. 14.133/21, que dispõe sobre o acompanhamento dos contratos firmados com a Administração Pública por servidor especialmente designado.

Considerando os termos do artigo 13 do Decreto Municipal n. 81/23, que dispõe sobre a execução e gerenciamento do contrato e seus documentos.

Considerando os termos do Acórdão n. 731/2012 – TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 05 de dezembro de 2012.

Considerando o término dos contratos de trabalho temporário de alguns servidores, fiscais de contrato.

RESOLVE:

Art. 1°. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de fiscal do seguinte contrato:

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 034/2023 – FABRI GRÁFICA E CONFECÇÕES EIRELI, SOBRAL CHAVES E CARIMBOS LTDA - EPP - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2023; PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2023.

Objeto: Futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de confecção e fornecimento de materiais gráficos, para atender a demanda do Departamento de Água e Esgoto do município de Várzea Grande – MT.

Fiscal: Marcos Sabas Alves Ferreira **Matricula N.º:** 2.376

Suplente de Fiscal: Wilhan Douglas dos Reis **Matricula N.º:** 574

Art. 2°. A fiscalização da correta execução do objeto e das cláusulas presente no contrato extingue-se com o término da vigência do mesmo.

Art. 3°. Essa Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando-se as disposições anteriores.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 14 de agosto de 2024.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

DIRETOR PRESIDENTE DAE/VG

EXTRATO CONVÊNIO N. 011/2024

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 03.507.548/0001-10 e a ANGAR BANK SEGURITIZADORA S/A, Sociedade anônima, inscrita no CNPJ n. 51.026.861/0001-80. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente termo rege-se pela Lei n. 14.133/2021, na Lei n. 13.709/2018, na Lei Municipal n. 4.914/2022, no Decreto Municipal n. 08/2023, Decreto Municipal n. 30/2023, e na Portaria n. 152/2011, expedida pela Secretaria Municipal de Administração, bem como nas demais disposições legais aplicáveis. Aplicam-se aos casos omissos, as noções gerais de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos, as disposições de direito privado e as estabelecidas neste Termo, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO N. 987275/2024. *OBJETO: O presente CONVÊNIO tem por objeto o oferecimento de "Crédito consignado público, com as parcelas descontadas em folhas de pagamento, prazo máximo de 48 meses e plataforma online com acesso e liberação rápida" aos servidores do Município de várzea Grande - MT. As condições da operação de crédito serão objetos de livre negociação entre os beneficiários e a conveniada, observado o limite máximo da margem consignável, facultada a conveniada estabelecer o seu percentual. O convênio ora firmado, bem como os serviços nele ajustados serão realizados sem caráter de exclusividade. Qualquer hipótese de término do contrato implicará na suspensão imediata do processamento dos valores ainda não implantados, continuando, porém, em pleno vigor, até a efetiva liquidação de todos os valores já concedidos.VIGÊNCIA: O presente CONVÊNIO tem vigência de 48 (Quarenta e oito) meses, contados a partir da data de sua assinatura, sendo vedada sua prorrogação. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:* Fica designado pela Concedente para acompanhar e fiscalizar a execução deste Convênio, o servidor Marcos Rodrigues da Silva, inscrito na Matrícula n. 31375, e na função de suplente o servidor Valdemir Barbosa da Silva, inscrito na Matrícula n. 45515.

DATA DE ASSINATURA: 13.08.2024

OSVALDO BOTELHO DE CAMPOS NETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CONCEDENTE

ANGAR BANK SEGURITIZADORA S/A

CONVENIADA

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 90008/2024

Processo Administrativo n.º 978905/2024

UASG: 989167

Objeto: Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia visando a Construção de Calçadas e de Meio-Fio e Sarjeta no município de Várzea Grande, Mato Grosso. Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente Luiz Celso Morais de Oliveira, **ADJUDICA** o objeto e **HOMOLOGA** a Concorrência Eletrônica nº 90008/2024, realizada no Sistema Comprasnet, em favor da empresa: **WR CERQUEIRA CONSTRUTORA LTDA**, CNPJ 30.345.106/0001-98, pela proposta mais vantajosa para o item 1 com o valor total de **R$ 2.499.999,80** e pela proposta mais vantajosa para o item 2 com o valor total de **R$ 1.949.999,72**, nos termos do inciso VII do Art. 17 e inciso IV do Art. 71 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021. O presente documente encontra-se à disposição dos interessados nos sites: https://www.gov.br/compras/pt-br, https://www.gov.br/pncp/pt-br ou http://www.varzeagrande.mt.gov.br/. Várzea Grande - MT, 13 de agosto de 2024.

Luiz Celso Morais de Oliveira

Secretário Municipal de Viação e Obras

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA N.º 218/2024

"Dispõe sobre o Enquadramento dos Servidores do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande e dá outras providencias".

Carlos Alberto Simões de Arruda – Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei.

CONSIDERANDO a Lei Complementar n° 4.013/2014 que "Dispõem sobre a Criação do Plano de Cargos e Carreira e Salários dos Profissionais do Departamento de Água e Esgoto e dá outras providências".

RESOLVE:

Art. 1°. Enquadrar somente o **NÍVEL** do servidora deste Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande - DAE/VG, conforme segue anexo I.

ANEXO – I

CARGO: AGENTE DE SANEAMENTO – NÍVEL MÉDIO

Nome	Matrícula	Perfil	Admissão	Averbação	Carga horária	Classe e Nível
Erlon Cézar do Espírito Santo	651	Agente de Saneamento	17/07/2018	Não	40 horas	C-04

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando disposições anteriores.

Publique-se. Registra-se. Cumpra-se

Várzea Grande/MT, 19/08/2024.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

DIRETOR PRESIDENTE

RESOLUÇÃO Nº. 030/2024/CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – que instituiu o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 4.303/2017 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e por deliberação do Pleno do Conselho Municipal de Educação.

Resolve:

Art.1º - Renovar a Autorização para o Funcionamento das 1ª e 2ª Etapas da Educação Básica, Educação Infantil Pré-Escola e Ensino Fundamental – Anos Iniciais, através do Processo Nº. 022/2024/CME/VG, a **EMEB Vereador Estevão Ferreira da Cunha,** mantida pela Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Lazer, situada à Av. Principal, S/Nº, no Bairro Souza Lima, CEP: 78.132-991, neste município.

Art. 2º- O presente ato terá vigência por 05 (cinco) anos, no período compreendido de 01/01/2024 à 31/12/2028.

Art.3° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 08 de agosto de 2024.

Eva de Paulo Vieira Santos

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

Silvio Aparecido Fidélis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande.

RESOLUÇÃO Nº. 029/2024/CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – que instituiu o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 4.303/2017 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e por deliberação do Pleno do Conselho Municipal de Educação.

Resolve:

Art.1º - Renovar a Autorização para o Funcionamento das 1ª e 2ª Etapas da Educação Básica, Educação Infantil Pré-Escola e Ensino Fundamental – Anos Iniciais, através do Processo Nº. 021/2024/CME/VG, a **EMEB Ana Rosa da Silva,**mantida pela Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Lazer, situada à Avenida Dom Orlando Chaves, S/Nº, no Bairro Cristo Rei, CEP: 78.110-798, neste município.

Art. 2º- O presente ato terá vigência por 05 (cinco) anos, no período compreendido de 01/01/2024 à 31/12/2028.

Art.3° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 08 de agosto de 2024.

Eva de Paulo Vieira Santos

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

Silvio Aparecido Fidélis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande.

RESOLUÇÃO Nº. 028/2024/CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – que instituiu o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 4.303/2017 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e por deliberação do Pleno do Conselho Municipal de Educação.

Resolve:

Art.1º - Renovar a Autorização para o Funcionamento das 1ª e 2ª Etapas da Educação Básica, Educação Infantil Pré-Escola e Ensino Fundamental – Anos Iniciais, através do Processo Nº. 019/2024/CME/VG, a **EMEB Tenente Waldemiro Delgado Bertúlio,** mantida pela Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Lazer, situada à Avenida São Gonçalo, S/Nº, Bairro Parque do Lago, CEP: 78.120-658, neste município.

Art. 2º- O presente ato terá vigência por 05 (cinco) anos, no período compreendido de 01/01/2024 à 31/12/2028.

Art.3° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 08 de agosto de 2024.

Eva de Paulo Vieira Santos

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

Silvio Aparecido Fidélis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande.

RESOLUÇÃO Nº. 027/2024/CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – que instituiu o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 4.303/2017 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e por deliberação do Pleno do Conselho Municipal de Educação.

Resolve:

Art.1º - Renovar a Autorização para o Funcionamento da 2ª Etapa da Educação Básica, Ensino Fundamental – do 1º ao 9º Ano, através do Processo Nº. 014/2024/CME/VG, a **EMEB Benedita Bernardina Curvo,** mantida pela Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Lazer, situada à Rua 19 (dezenove) de Abril, S/Nº, no Bairro Nova Ypê, CEP: 78.144-338, neste município.

Art. 2º- O presente ato terá vigência por 05 (cinco) anos, no período compreendido de 01/01/2024 à 31/12/2028.

Art.3° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 08 de agosto de 2024.

Eva de Paulo Vieira Santos

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

Silvio Aparecido Fidélis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande.

RESOLUÇÃO Nº. 025/2024/CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – que instituiu o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 4.303/2017 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e por deliberação do Pleno do Conselho Municipal de Educação.

Resolve:

Art.1º - Renovar a Autorização para o Funcionamento das 1ª e 2ª Etapas da Educação Básica, Educação Infantil – Pré-Escola e Ensino Fundamental – Anos Iniciais, através do Processo Nº. 012/2024/CME/VG, a **EMEB Aristides Pompeo de Campos,** mantida pela Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Lazer, situada à Rua Itabaiana, Nº 77, no Bairro Cidade de Deus, CEP: 78.150-692, neste município.

Art. 2º- O presente ato terá vigência por 05 (cinco) anos, no período compreendido de 01/01/2024 à 31/12/2028.

Art.3° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 08 de agosto de 2024.

Eva de Paulo Vieira Santos

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

Silvio Aparecido Fidélis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande.

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA N.º 220/2024

"Dispõe sobre o Enquadramento dos Servidores do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande e dá outras providencias".

Carlos Alberto Simões de Arruda – Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei.

CONSIDERANDO a Lei Complementar n° 4.013/2014 que "Dispõem sobre a Criação do Plano de Cargos e Carreira e Salários dos Profissionais do Departamento de Água e Esgoto e dá outras providências".

RESOLVE:

Art. 1°. Enquadrar somente o **NÍVEL** do servidor deste Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande - DAE/VG, conforme segue anexo I.

ANEXO – I

CARGO: AGENTE DE SANEAMENTO – NÍVEL MÉDIO

Nome	Matrícula	Perfil	Admissão	Averbação	Carga horária	Classe e Nível
Luciano dos Santos Queiroz	547	Agente de Saneamento	01/08/2006	Não	40 horas	A-07

Art. 2**°.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando disposições anteriores.

Publique-se. Registra-se. Cumpra-se

Várzea Grande/MT, 19/08/2024.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

DIRETOR PRESIDENTE

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA N.º 219/2024

"Dispõe sobre o Enquadramento dos Servidores do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande e dá outras providencias".

Carlos Alberto Simões de Arruda – Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei.

CONSIDERANDO a Lei Complementar n° 4.013/2014 que "Dispõem sobre a Criação do Plano de Cargos e Carreira e Salários dos Profissionais do Departamento de Água e Esgoto e dá outras providências".

RESOLVE:

Art. 1°. Enquadrar somente o **NÍVEL** da servidora deste Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande - DAE/VG, conforme segue anexo I.

ANEXO – I

CARGO: AUXILIAR DE SANEAMENTO – NÍVEL FUNDAMENTAL

Nome	Matrícula	Perfil	Admissão	Averbação	Carga horária	Classe e Nível
Kelly Cris Almeida Ferreira Campos de Souza	550	Auxiliar de Saneamento	01/06/2012	Não	40 horas	D-05

Art. 2°**.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando disposições anteriores.

Publique-se. Registra-se. Cumpra-se

Várzea Grande/MT, 19/08/2024.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

DIRETOR PRESIDENTE

EXTRATO TERMO DE CONTRATO N. 220/2024

PARTES INTERESSADAS: **O MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 03.507.548/0001-10, e de outro lado, empresa INSTITUTO DE SAÚDE SANTA ROSA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: 08.706.573/0001-47.** FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições do art. 75, VIII da Lei n. 14.133/21, no Decreto Municipal 81/2023, no Comunicado de Dispensa de Licitação n. 52/2024, bem como na proposta da contratada, no Termo de Referência n. 24/2024 da Secretaria Municipal de Saúde. Aplicam-se aos casos omissos, as noções gerais de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos, as disposições de direito privado e as estabelecidas neste Termo, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO N. 984582/2024. OBJETO: O presente contrato tem como objeto contratação em caráter de urgência de empresa especializada em prestação de serviços de exames de imagens, por meio de ressonância magnética, com implantação e adequação de sala operacional no hospital e pronto socorro municipal de várzea, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde De Várzea Grande - MT. VALOR: O valor global da contratação é de R$ 5.690,252,6300 (cinco milhões, seiscentos e noventa mil, duzentos e cinquenta e dois reais e sessenta e três centavos.) UO: SECRETARIA DE SAUDE FONTE: 0150/0160/01621. VIGÊNCIA: O contrato terá o prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, adstrito à vigência dos respectivos créditos orçamentários. FISCAL DE CONTRATO: A Secretaria Municipal de Saúde designa como fiscal titular, a senhora JANAYNA VIEIRA DE ALENCAR BARCELOS, inscrito na matrícula n. 166061, e como fiscal suplente a senhora ANA VITÓRIA DE CAMPOS VIEIRA, inscrita na matrícula N. 165254.

DATA DE ASSINATURA: 12.058.2024.

MARIA DAS GRAÇAS METELO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE

INSTITUTO DE SAÚDE SANTA ROSA

CONTRATADA

RESOLUÇÃO Nº. 026/2024/CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – que instituiu o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 4.303/2017 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e por deliberação do Pleno do Conselho Municipal de Educação.

Resolve:

Art.1º - Renovar a Autorização para o Funcionamento das 1ª e 2ª Etapas da Educação Básica, Educação Infantil – Pré-Escola e Ensino Fundamental – Anos Iniciais, através do Processo Nº. 013/2024/CME/VG, a **EMEB Ruth Martins Santana,** mantida pela Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Lazer, situada à Rua Theodorico Marques de Assunção, S/Nº, no Bairro Ikaray, CEP: 78.130-414, neste município.

Art. 2º- O presente ato terá vigência por 05 (cinco) anos, no período compreendido de 01/01/2024 à 31/12/2028.

Art.3° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 08 de agosto de 2024.

Eva de Paulo Vieira Santos

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

Silvio Aparecido Fidélis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande.

RESOLUÇÃO Nº. 031/2024/CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – que instituiu o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 4.303/2017 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e por deliberação do Pleno do Conselho Municipal de Educação.

Resolve:

Art.1º - Renovar a Autorização para o Funcionamento das 1ª e 2ª Etapas da Educação Básica, Educação Infantil Pré-Escola e Ensino Fundamental – Anos Iniciais, através do Processo Nº. 022/2024/CME/VG, a **EMEB David Mayer,**mantida pela Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Lazer, situada à Rua Principal, S/Nº, Bairro Ouro Verde, CEP: 78.110-798, neste município.

Art. 2º- O presente ato terá vigência por 05 (cinco) anos, no período compreendido de 01/01/2024 à 31/12/2028.

Art.3° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 08 de agosto de 2024.

Eva de Paulo Vieira Santos

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

Silvio Aparecido Fidélis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande.

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA N.º 215/2024

"Dispõe sobre o Enquadramento dos Servidores do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande e dá outras providencias".

Carlos Alberto Simões de Arruda – Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei.

CONSIDERANDO a Lei Complementar n° 4.013/2014 que "Dispõem sobre a Criação do Plano de Cargos e Carreira e Salários dos Profissionais do Departamento de Água e Esgoto e dá outras providências".

RESOLVE:

Art. 1°. Enquadrar o **NÍVEL e a CLASSE** do servidor deste Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande - DAE/VG, conforme segue anexo I.

ANEXO – I

CARGO: AGENTE DE SANEAMENTO – NÍVEL MÉDIO

Nome	Matrícula	Perfil	Admissão	Averbação	Carga horária	Classe e Nível
Wiliam da Silva Oliveira	650	Agente de Saneamento	17/07/2018	Não	40 horas	C-03

Art. 2**°.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando disposições anteriores.

Publique-se. Registra-se. Cumpra-se

Várzea Grande/MT, 19/08/2024.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

DIRETOR PRESIDENTE – DAE/VG

PORTARIA Nº. 169/2024

"Dispõe sobre a progressão de nível e promoção de classe a Sra. ***FERNANDA DE JESUS NASCIMENTO****".*

O Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n°2024.21.701328PA; e

Considerando o preenchimento dos requisitos do artigo 13, inciso II, artigo 16, 21 e 22 da Lei Complementar nº 4.187/2017 e a tabela salarial constante do Anexo IV, resolve:

Art. 1º. Conceder a progressão para o Nível 03 e promoção para Classe C a servidora **FERNANDA DE JESUS NASCIMENTO,** brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade RG n° 17827892 SSP/MT e inscrita no CPF n° 009.730.511-16, matriculada sob o nº 201801 efetiva no cargo de Analista da Previdência Social – Perfil Contador, 40hs, lotada no Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande – MT;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos para a 01/08/2024.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 12 de agosto de 2024.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

PORTARIA 172/2024

Dispõe sobre a Licença-Prêmio da servidora **DANIELLE CRISTINA LORENZON** e dá outras providências.

O Presidente do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande – PREVIVAG, no uso de sua atribuição legal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder a servidora **DANIELLE CRISTINA LORENZON, 60 (Sessenta dias)** de Licença-Prêmio, Período aquisitivo 2014/2019 para serem gozadas de **13/08/2024 à 11/10/2024 e 90 (Noventa dias)**, Período Aquisitivo 2019/2024 para serem gozadas de **14/10/2024 a 11/01/2025**, cargo de Técnico da Previdência Social - Perfil Assistente Social do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande – **PREVIVAG**.

Esta Portaria entra em vigor, com efeitos retroativos a 13/08/2024.

Várzea Grande/MT, 14 de agosto de 2024.

Juarez Toledo Pizza

PRESIDENTE

PORTARIA 171/2024

Dispõe sobre o retorno ao órgão de origem, Previvag, da servidora **DANIELLE CRISTINA LORENZON** e dá outras providências.

CONSIDERANDO a cedência da servidora à Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT, através do ofício nº 133/2009/Previvag e por meio do Ofício n° 1373/GAB/SAD/2024, a Secretaria de Administração interrompe a cedência retornando ao órgão de origem, Previvag;

O Presidente do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande – PREVIVAG, no uso de sua atribuição legal;

RESOLVE:

Art. 1° - Retornar a servidora **DANIELLE CRISTINA LORENZON** ao órgão no cargo de Técnico da Previdência Social - Perfil Assistente Social do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande – **PREVIVAG**.

Esta Portaria entra em vigor, com efeitos retroativos a 13/08/2024.

Várzea Grande/MT, 14 de agosto de 2024.

Juarez Toledo Pizza

PRESIDENTE

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA N.º 216/2024

"Dispõe sobre o Enquadramento dos Servidores do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande e dá outras providencias".

Carlos Alberto Simões de Arruda – Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei.

CONSIDERANDO a Lei Complementar n° 4.013/2014 que "Dispõem sobre a Criação do Plano de Cargos e Carreira e Salários dos Profissionais do Departamento de Água e Esgoto e dá outras providências".

RESOLVE:

Art. 1°. Enquadrar somente o **NÍVEL** da servidora deste Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande - DAE/VG, conforme segue anexo I.

ANEXO – I

CARGO: AUXILIAR DE SANEAMENTO – NÍVEL FUNDAMENTAL

Nome	Matrícula	Perfil	Admissão	Averbação	Carga horária	Classe e Nível
Doraci Oneide da Silva	577	Auxiliar de Saneamento	01/08/2012	Não	40 horas	D-05

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando disposições anteriores.

Publique-se. Registra-se. Cumpra-se

Várzea Grande/MT, 19/08/2024.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

DIRETOR PRESIDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – EXERCÍCIO 2025

A Prefeitura Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, representada pelo Sr. ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhes são conferidas, **CONVOCA** a todos os interessados a participarem da **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, onde serão apresentadas e discutidas as propostas para **Lei Orçamentária Anual (LOA)** - Exercício 2025, que será realizada no dia 29 de agosto do corrente ano, às 15:00h, na Câmara Municipal, situada na Avenida Brasil, nº 15, Centro, em Vila Rica-MT.

Vila Rica/MT, 14 de agosto de 2024.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2021/2024

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 049/2024

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 080/2024

ADESÃO 003/2024

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais elétricos de iluminação pública com o objetivo de atender necessidades de instalação e manutenção dos sistemas de iluminação pública de nosso Munícipio.

DO VALOR E DO PAGAMENTO: O preço global deste Contrato é de R$ 564.249,00 (quinhentos e sessenta e quanto mil, duzentos e quarenta e nove reais) referentes ao valor global. O pagamento será efetuado mediante a apresentação da nota fiscal atestada pelo fiscal de contrato.

DA VIGÊNCIA: O presente instrumento terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias, contados do dia 14/08/2024 a dia 10/02/2025 a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período.

Vila Rica / MT, 14 de Agosto de 2024.

ASSINANTES:

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA – Prefeitura Municipal De Vila Rica – Contratante.

ELETRICA RADIANTE MATERIAS ELETRICOS – EIRELI (15.984.883/0001-99)- Contratada.

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 048/2024

EXTRATO DO CONTRATO N° 048/2024

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 079/2024

DISPENSA 017/2024

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens terrestres para a Prefeitura de Vila Rica/MT.

DO VALOR E DO PAGAMENTO: O preço global deste Contrato é de R$ 363.435,40 (Trezentos e sessenta e três mil quatrocentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos) referentes ao valor global previsto na Cláusula anterior. O pagamento será efetuado mediante a apresentação da nota fiscal atestada, na nota fiscal deve estar relacionados os bilhetes de passagens que correspondem ao valor da mesma, posteriormente a contratada fará a emissão dos bilhetes de passagens.

DA VIGÊNCIA: O presente instrumento terá vigência de 05 (cinco) meses, contados do dia 13/08/2024 a dia 10/01/2025 a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período.

Vila Rica / MT, 13 de Agosto de 2024.

ASSINANTES:

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA – Prefeitura Municipal De Vila Rica – Contratante.

CONFORT TICKET LTDA **SATELITE NORTE** CNPJ 27.108.101/0001-37 Contratada.

TERCEIROS

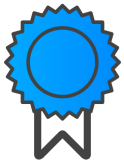
RELAÇÃO DE ALUNOS APROVADOS 2023/2024

RELAÇÃO DE ALUNOS APROVADOS 2023/2024, Atestamos para todos os fins que se fizeram necessário, no uso de suas atribuições legais de acordo com a lei nº 9.394/96, torna-se a público no Diário Oficial a Conclusão do Ensino fundamental e Ensino Médio na modalidade EJA/EAD, Técnicos e Superior Sequencial dos referentes alunos (a):SARA DUARTE DA CONCEIÇÃO, ROSINETE QUIRINO DE OLIVEIRA, NORMA GONÇALVES, MARIA KELLY DA GAMA SANTOS, LEONARDO CEZAR MACHADO, GABRIELA CRISTINA COITO, BEATRIZ RAFAELE DE ARAUJO, SERGIO DONIZETI DA SILVA, LAURO ROMANINI, ANA VITÓRIA ADRIANI PEREIRA, ANA BEATRIZ VITURINO MACHADO, OZIEL DE FREITAS AZEVEDO, ELOISA HELENA DA SILVA SANTOS, MARCOS VINICIUS ROCHA DE MATOS, MARILEA ALVARES VALENTIM DA SILVA, FRANCISCO HELANO FRANÇA DA SILVA, MATEUS ISAAC DOS SANTOS, SAMUEL GOMES RAMOS, UBIRATAN VILARIM DE ALBUQUERQUE, SANDRINÉIA BARBOSA DE SOUZA, CRISTIANA DA SILVA PAVAN, WENDER DO AMARAL SALDANHA, ISAIAS PEREIRA DOS SANTOS, CLEBER FERREIRA DE AMORIN, GLEYSIVANE DE SOUSA GUERRA, ELIANE PANTOJA DA SILVA, TAMIRES DOS SANTOS PEREIRA, Parte superior do formulário

Parte inferior do formulário

GEOVANA DOS SANTOS OLIVEIRA, CARLOS WELLINGTON DE OLIVEIRA, ALINE DOS SANTOS TAVARES, WENDER DO AMARAL SALDANHA, JULIANA PEREIRA VIVAS, BÁRBARA SOUZA DE ARAÚJO, CRISLAINE PEREIRA SANTOS, GABRIEL JESUS SANTOS, GEOVANA FERREIRA SOARES, ROSÂNGELA ALVES DA CUNHA CRUZ, REGINALDO DE JESUS SILVA, NATIELE DE JESUS PEREIRA, KASSIO OLIVEIRA DA SILVA, GIOVANA BEATRIZ DO PRADO, EUGENIA DA SILVA PEREIRA, ANA CAROLINA APARECIDA FERREIRA RODRIGUES, GILDASIO FRANCISCO BAHIA, IRIS ROBERTA SANTOS ANDRADE, CARLOS ROUSVERT LIMA PACHECO, LUANA OLIVEIRA NEVES, CLEBER ISRAEL LOPES DIAS PINTO, NILSON DE SOUZA DIAS, LUIZ MAURICIO FELIPE DA SILVA, ANSELMO LUIS SANTOS SILVA

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Wed Aug 14 22:33:05 UTC 2024
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)